

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**O BANDEIRANTE COMO TEMA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UM
ESTUDO DOS LIVROS DIDÁTICOS PUBLICADOS ENTRE 1894 e 2006**

MANUEL PACHECO NETO

**PIRACICABA, SP
2007**

**O BANDEIRANTE COMO TEMA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UM
ESTUDO DOS LIVROS DIDÁTICOS PUBLICADOS ENTRE 1894 e 2006**

Autor: MANUEL PACHECO NETO

Orientador: Prof. Dr. JOSÉ MARIA DE PAIVA

**Tese apresentada à banca
Examinadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação da
UNIMEP, como exigência parcial
para obtenção do título de
Doutor em Educação.**

**PIRACICABA, SP
2007**

Comissão Julgadora

Prof. Dr. José Maria de Paiva

Prof. Dr. Elias Boaventura

Prof. Dr. Célio Juvenal Costa

Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes

Prof. Dr. Luiz Francisco de Albuquerque Miranda

DEDICO ESTE TRABALHO

À minha esposa Ana Cláudia, que comigo atravessou oceanos, no percurso me brindando com os maiores presentes que já recebi na vida ... Diogo, Jorge, João e Manuel. Sem você Ana, este trabalho perderia grande parte de seu sentido.

À minha mãe, Prof^a Marilena Dorothéa Toffoli (in memorian), que me desviou de caminhos menos frutuosos que o dos estudos, me mantendo “nos trilhos” em minha adolescência, quando a escola temporariamente perdeu a graça.

Ao meu pai, o poeta, contabilista e professor Manuel Pacheco Júnior, que desde minha mais remota infância me ensinou a ser o homem que hoje sou, o homem que agora, já com mais de quarenta anos, a ele ainda recorre, quando precisa de uma opinião iluminadora, uma conversa norteadora, um conselho de verdadeiro amigo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Maria de Paiva, não apenas pelos ensinamentos preciosos, mas também pela paciência, amistosidade e amizade demonstrados não só a mim como a todos de nosso grupo de pesquisa, tanto nas aulas, quanto nas proveitosas conversas durante os almoços na Fazendinha, bem como nos cafés vespertinos em seu apartamento, onde nos reunimos por várias vezes, tendo o privilégio de sermos gentilmente acolhidos por sua esposa, Dona Maria Luíza, a quem também expressei minha gratidão.

Ao Prof. Dr. Elias Boaventura, pelos ensinamentos, pelo exemplo e pelo convívio amigo durante todo o meu doutorado, quer no transcorrer da disciplina História da Educação Brasileira, quer nos churrascos em sua residência, quer no transcurso do Simpósio de Religiões, em Dourados.

Ao Prof. Dr. Célio Juvenal Costa, Pró-Reitor de Ensino da Universidade Estadual de Maringá, pelas proveitosas interlocuções no âmbito de nosso grupo de pesquisa, bem como pelo convívio amigo em eventos acadêmicos em Maringá e Piracicaba.

Ao Prof. Dr. Luiz Francisco de Albuquerque Miranda, pelas valiosas interlocuções nos eventos do PPGE, bem como por haver aceitado integrar a banca examinadora da defesa deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes, da Universidade Estadual de Maringá, por haver aceitado integrar a banca examinadora da defesa final deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Wagner Wey Moreira, exemplo de pesquisador e amigo desde minha graduação, pelas pertinentes sugestões formuladas por ocasião de meu exame de qualificação.

Ao Prof. Dr. Raimundo Donato do Prado Ribeiro, pelas prestimosas contribuições quando de meu exame de qualificação.

À Prof^a Dr^a Roseli Pacheco Schnetzler e ao Prof. Dr. Waldemar Sguissardi, pelos conhecimentos generosamente partilhados na disciplina Educação e Interdisciplinaridade.

Ao Prof. Dr. Ademir Gebara, pelas valiosas sugestões quando dos primórdios deste trabalho.

À Dr^a Ively Monteiro, Diretora-fundadora da Faculdade de Administração de Fátima do Sul – FAFS –, pelo apoio financeiro integral durante o primeiro semestre de 2004, quando eu ainda não havia obtido minha bolsa de estudo junto à CAPES. A ela também agradeço a continuidade do apoio financeiro parcial, após a obtenção da referida bolsa.

À CAPES, pela concessão de minha bolsa de estudo parcial.

Ao Prof. Lauro Andrey Monteiro de Carvalho, Diretor do Curso de Educação Física da FAFS, pelo apoio propiciado no transcurso deste trabalho, bem como pela amizade.

Ao Prof. Ms. Sérgio Antônio Gracia, Diretor Geral da FAFS, pelo incentivo, pela confiança acadêmica, bem como pela amizade.

Ao Prof. Ms. Carlo Henrique Golin, Coordenador Pedagógico do Curso de Educação Física da FAFS, pela amizade e pelas proveitosas conversas acerca do ofício de educar.

Ao Prof. João Emídio da Silva, Coordenador Administrativo do Curso de Educação Física da FAFS, pelo convívio amigo e pela experiência compartilhada.

Pelas valiosas colaborações respeitantes à disponibilização dos muitos livros didáticos necessários a esse estudo, agradeço às seguintes pessoas: Prof^ª Dr^a Maria Emília Borges Daniel (USP), Miguelina Alves Flexa e Luciana Góes (Biblioteca de Livros Didáticos da USP), Prof^a Maria das Graças Lima Souza (Escola Franciscana Imaculada Conceição), Prof. Ms. Walteir Luiz Betoni (Escola Franciscana Imaculada Conceição), Prof^a Leise Regina de Souza (Secretaria de Educação de Dourados), Sr. Sidney Paulo Lopes (Biblioteca Vicente de Carvalho), Dr^a Odila Lange (Biblioteca da Academia Douradense de Letras).

À minha irmã, Prof^a Giovana Pacheco Paulino, que me acolheu com amor e carinho em Piracicaba, me hospedando e propiciando momentos preciosos de conversa e calor familiar.

À minha irmã, Prof^a Dr^a Rita Pacheco Limberti, Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da UFGD, pelo exemplo e pelo incentivo que sempre me deu em relação aos estudos.

Ao meu tio, Prof. Ms. Pedro Edmundo Toffoli, exemplo de ser humano, referência para a nossa família.

À Ana, pela digitação dos textos.

Ao meu pai, pela revisão textual.

O fato é que a vida é um *dizer-se* contínuo, *dizer-se* que pode se transformar em palavras, em escrita, em documentos. Palavras, escrita, documentos são, por sua vez, expressões desse *dizer-se*, expressões do viver. Esta afirmação é densa: afirma o caráter *histórico* de palavras, escrita, documentos; afirma serem expressões do viver de quem fala, escreve, registra. Palavras, escrita, documentos não são, pois, simplesmente relato do que se passou, mas são explicitações do viver de quem está vivendo.

José Maria de Paiva

RESUMO

Este trabalho pretende contribuir para a compreensão acerca de como a figura do bandeirante paulista foi abordada nos livros didáticos de história, publicados no Brasil entre 1894 e 2006. Como alicerce indispensável, para que levássemos a cabo esse estudo que privilegia a bibliografia escolar, empreendemos uma investigação anterior, que privilegiou a leitura não apenas da ampla bibliografia – não didática – que trata do bandeirismo, como também de uma extensa documentação primária, no caso as *Actas da Camara da Villa de S. Paulo*, volumes I, II, III, IV e V – e o *Registo Geral da Camara Municipal de S. Paulo*, volumes I, II e III. Esse programa de leituras formou a base elementar para a escrita dos capítulos I e II – que juntos formam a Parte I deste trabalho – intitulados respectivamente *Os primórdios de São Paulo de Piratininga* e *As entradas do sertão: índios, sertanistas e jesuítas*. À luz desses dois capítulos iniciais, empreendemos a análise dos livros didáticos publicados entre 1894 e 2006, constatando que nessas obras, o bandeirante foi predominantemente apresentado como um desbravador heróico, envergando trajes e armamentos que não condizem, de maneira alguma, com o cotidiano pobre que – segundo não apenas a documentação primária, como muitos autores – foi vivenciado na vila de São Paulo, em seus dois primeiros séculos de fundação. A reiterada disseminação da figura do bandeirante herói, por parte dos livros didáticos contribuiu, de maneira significativa, para que essa concepção acerca desse personagem histórico se estabelecesse, sem dúvida como predominante, na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Bandeirante – Bandeiras – Educação – Livros Didáticos – Brasil Colonial

ABSTRACT

This work looked for to contribute for the understanding of as the pioneer's from São Paulo illustration it was approached in the history text books, published in Brazil between 1894 and 2006. As indispensable theoretical foundation, so that we carried out that study that privileges the school bibliography, we undertook a previous investigation, that it privileged the reading not just of the wide bibliography - no didacticism - that treats of the expeditions, as well as of an extensive primary documentation, in the case *Actas of the Camera of S. Paulo's Villa*, volumes I, II, II, IV and V - and *General Registo of S. Paulo's City hall*, volumes I, II and III. That program of readings formed the theoretical base for the writing of the chapters I and II - that together they form the Parte I of this work - entitled *The origins of São Paulo of Piratininga* and *The entrances of the interior respectively: Indians, sertanistas and Jesuits*. To the light of those two chapters, initials, we undertook the analysis of the text books published between 1894 and 2006, consisting that, in those works, the pioneer was predominantly presented as a heroic explorer, bending clothes and armaments that don't match, in way some, with the daily poor that - second not just the primary documentation, as many authors- you/he/she was lived at the town of São Paulo, in their first two centuries of foundation. Reiterated her/it spread of the illustration of the pioneer hero, on the part of the text books it contributed, in a significant way, so that that conception near of that historical character if it established, without a doubt as predominant, in the Brazilian society.

Key-words: Pioneer – Flags – Education – Text Books – Colonial Brazil.

SUMÁRIO

Resumo	p. 07
Abstract	p. 08
INTRODUÇÃO	p. 10
PARTE I – VIVENDO POBREMENTE E ESCRAVIZANDO GENTE: O COTIDIANO DOS PAULISTAS NO CAMPO DE SÃO PAULO E PALMILHANDO SERTÕES	p. 27
Capítulo I – Os primórdios de São Paulo de Piratininga	p. 28
Capítulo II – As entradas do sertão: índios, sertanistas e jesuítas	p. 76
2.1. O índio escravizado e sua força de trabalho: papel histórico central na São Paulo quinhentista e seiscentista	p. 76
2.2. O chamamento do sertão: as expedições de apresamento	p. 106
2.3. Colonos e jesuítas: incompatibilidades inconciliáveis	p. 160
2.4. Antônio Raposo Tavares: de delinqüente a herói	p. 175
PARTE II – AS ABORDAGENS SOBRE A FIGURA DO BANDEIRANTE NOS LIVROS DIDÁTICOS PUBLICADOS ENTRE 1894 E 2006: A PREDOMINÂNCIA DO TRIUNFALISMO E DA HEROICIZAÇÃO	p. 214
Capítulo III – O bandeirante nos livros didáticos: de 1894 a 2006	p. 215
3.1. O bandeirante nos livros didáticos: de 1894 ao final da década de 1940	p. 215
3.2. O bandeirante nos livros didáticos: da década de 1950 ao ano de 2006	p. 302
3.3. O bandeirante: a compreensão que sobre ele ficou	p. 446
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 469
REFERÊNCIAS	p. 470
FONTES	p. 477
BIBLIOGRAFIA – MATERIAL DIDÁTICO	p. 478
ANEXO	p. 485

INTRODUÇÃO

Essa tese busca investigar como a figura do bandeirante foi abordada nos livros didáticos de história, tendo como recorte temporal o período que medeia entre os anos de 1894 e 2006.

Para que pudéssemos proceder a uma leitura consistente desta bibliografia de uso escolar, configurou-se a necessidade de realizarmos, anteriormente, um programa de leituras e releituras de diversas obras historiográficas – não didáticas – que tratam do Brasil colonial, especialmente aquelas que abordam os séculos XVI, XVII e as duas primeiras décadas do século XVIII, período que foi caracterizado pelas atividades sertanistas dos paulistas, relativas ao apresamento de índios e à pesquisa mineral.

Por sugestão do Prof. Dr. José Maria de Paiva, nosso orientador, juntamente à essa leitura da bibliografia historiográfica, fizemos também uma leitura minuciosa das *Actas da Camara Municipal da Vila de S. Paulo* (1562 a 1652) e do *Registo Geral da Camara Municipal de S. Paulo* (1583-1709). Essas leituras, agregadas, propiciaram um indispensável entendimento prévio acerca do contexto em que viveram os bandeirantes, orientando, posteriormente, a escrita da tese que ora se apresenta, cuja Parte I – que engloba os Capítulos I e II – intitula-se *Vivendo pobremente e escravizando gente: o cotidiano dos paulistas no campo de São Paulo e palmilhando sertões*.

O Capítulo I, intitulado *Os primórdios de São Paulo de Piratininga*, foi escrito por termos constatado a necessidade imprescindível de conhecer, perscrutar a vila onde moravam os sertanistas paulistas, o povoado onde foram organizadas as expedições de apresamento e pesquisa mineral, o núcleo populacional de onde partiram essas expedições, às vezes rumo às matas adjacentes, às vezes rumo à paragens distantes, até então não conhecidas pelos colonizadores. Certamente, qualquer intenção de entendimento acerca da figura do bandeirante traz consigo, intrinsecamente, a precisão de investigar o tosco vilarejo edificado no planalto paulista, onde se vivenciava um cotidiano rústico e pobre, indissociavelmente ligado às origens das marchas dos mateiros paulistas.

Portanto, este capítulo busca investigar o cotidiano da vila de São Paulo de Piratininga em seus primórdios. Abordando – com o auxílio das Atas da Câmara de São Paulo e da historiografia – aspectos específicos da rotina do povoados de onde saíram os homens que mais tarde seriam chamados de bandeirantes, o texto pretende contribuir

para a apreensão acerca do viver desses homens, um viver marcado pela ausência de abundância, pela ameaça do assalto indígena e pelo contato com novas práticas culturais. Um viver que gestava, pouco a pouco, a sistematização das *entradas do sertão*, as expedições que apresavam o índio, entendido como o remédio para a pobreza do planalto paulista. Esse capítulo contribui para evidenciar a disparidade existente entre os paulistas – ou bandeirantes – que aparecem nas atas e as versões ufanistas, ofertadas por autores como Taques e Viana.

O Capítulo II, intitulado *As entradas do sertão: índios, sertanistas e jesuítas*, divide-se em quatro textos. O texto 2.1 intitula-se *O índio escravizado e sua força de trabalho: papel central na São Paulo quinhentista e seiscentista*. O conteúdo deste texto – produzido com base nas Atas da Câmara e com apoio historiográfico – está voltado para a intencionalidade de compreensão acerca do papel histórico do homem natural da terra, o indígena tornado escravo pelo bandeirante. Tendo sido a principal motivação para que as expedições de apresamento ocorressem, o índio foi um importante ator histórico da São Paulo dos séculos XVI e XVII. Não há como entender o bandeirismo sem entender o trabalho desenvolvido pela escravaria indígena no planalto paulista. O homem natural da terra, arrancado das matas pelos colonos apresadores, constituiu uma densa, massiva força de trabalho que, indubitavelmente, atuou não apenas nas roças de seus captadores ou proprietários, mas também na manutenção dos espaços públicos da vila de São Paulo, tapando buracos nas ruas, carpindo o largo da igreja, ornamentando as vias que se situavam no trajeto das procissões, consertando pontes de uso coletivo e limpando as adjacências das fontes d'água que abasteciam a população. Obedecendo às determinações oficiais da Câmara Municipal, os proprietários de *peças* – muitas vezes eram assim denominados os escravos índios nas deliberações do conselho – agregavam e organizavam grupos de trabalho não pouco numerosos, visando a dar cumprimento às tarefas há pouco aludidas, muitas delas de interesse público. Desta forma, subordinado às necessidades comunitárias dos colonos, o índio apresado não foi escravo de um só senhor na vila de São Paulo de Piratininga, mas um escravo público, quando a Câmara Municipal julgava necessário. Nesse texto cuja apresentação ora findamos, buscamos dar visibilidade a essa questão.

O texto 2.2 intitula-se *O chamamento do sertão: as expedições de apresamento*. Feito integralmente com base nas Atas da Câmara, o texto trabalha as *entradas do sertão*, as expedições de apresamento organizadas pelos paulistas em busca do homem natural da terra, para capturá-lo e torná-lo escravo. O aprofundamento documental que

foi necessário para a feitura desse texto, revelou, de maneira clara, o papel importante que diversas expedições, hoje pouco conhecidas, exerceram no contexto paulista do final do século XVI e início do XVII, expedições que ocorreram entre os anos de 1585 e 1611, lideradas por homens respeitados na vila de São Paulo: Gerônimo Leitão, Nicolau Barreto, Diogo de Quadros e Baltazar Gonçalves. Esses líderes e suas tropas sertanistas, embora tenham desempenhado um papel importante em seu tempo, acabaram não sendo tão largamente conhecidos como outros chefes expedicionários e seus respectivos contingentes. Quanto a isso, teceremos necessários comentários à frente, quando comentarmos o Capítulo III deste estudo. Por ora, ao escrever as derradeiras palavras que apresentam o texto 2.2 deste trabalho – cujo título informamos – podemos afirmar, com segurança, que o índio, para o paulista dos séculos XVI e XVII, representava um elemento aplacador da penúria que o rodeava. O índio era um bem material que precisava ser conquistado, mesmo que à força. Essa mentalidade escravista, conjugada à disponibilidade de *peças* nas matas da colônia, propiciou, sem dúvida, a organização sistemática de expedições de apresamento. As atenções dos paulistas da época em pauta estavam voltadas, acima de qualquer outra coisa, para a perspectiva de caçar e escravizar o indígena.

O texto 2.3, intitulado *Colonos e jesuítas: incompatibilidades inconciliáveis*, aborda a divergência de idéias e a animosidade que marcou, de maneira clara, o relacionamento entre os colonos paulistas e os religiosos da Companhia de Jesus.

O apresamento, principal motivação das entradas e bandeiras, era uma prática condenada pelos jesuítas – inclusive com excomunhões –, gerando um antagonismo entre esses religiosos e os colonos, resultando num processo paulatino que, ao longo dos anos se aprofundou, culminando com a expulsão dos inácianos de São Paulo em 1640. Esse texto trata disso, buscando demonstrar a arraigada intencionalidade dos sertanistas no que dizia respeito a se livrar dos padres, elementos contrários à principal atividade do planalto: a caça ao índio.

O último texto do Capítulo II – 2.4 – intitula-se *Antônio Raposo Tavares: de delinqüente a herói*. Como o próprio título indica, este escrito trata da célebre figura de Antônio Raposos Tavares, sertanista considerado exponencial na história das bandeiras, cujo heróico protagonismo, tantas vezes reiterado, não condiz com as fontes primárias, no caso as *Actas da Câmara de São Paulo*, onde é chamado de *delinqüente*. Propalado como herói em não poucas obras historiográficas, bem como nos livros didáticos de história, Raposo Tavares acabou por figurar em lendas, tais como a que ele teria

atravessado toda a América do Sul, de leste e oeste, levando a cabo a proeza extraordinária de transpor a cordilheira andina, e alcançar o Oceano Pacífico, lá *lavando as mãos* (PIZA *apud* MAGALHÃES, 1944, p. 169)¹. Há também quem afirme que ao chegar ao Pacífico, Raposo Tavares protagonizou um gesto patriótico, épico, “com a espada levantada, dizendo que avassalava terra e mar pelo seu rei” (OLIVEIRA *apud* MAGALHÃES, 1944, p. 170). Cumpre mencionar que essa narrativa inverossímil propala a realização de não uma, mas de duas caminhadas inconcebíveis, já que Raposo Tavares retornou à São Paulo. Em suma, o homem que alcançou o Pacífico – após atravessar campos, pantanais, florestas e a cadeia montanhosa dos Andes –, teve resistência física suficiente para marchar de novo, sobre seus próprios rastros, em sentido inverso. Transformado em herói epopéico, esse personagem histórico acabou adentrando os domínios da poesia, inspirando um longo poema épico intitulado *Os Brasileidas*, de autoria de Nunes (1962), membro da Academia Paulista de Letras. Essa obra, por nós analisada no texto que ora apresentamos, eleva à patamares *cimeiros* os elogios a Raposo Tavares, patamares ainda mais elevados que os próprios *timos* dos Andes, tão facilmente transpostos pelo “maior dos sertanistas pátrios” (NUNES, 1962, p. 62). Essa heroicização desabrida, que antes de adentrar os limites da poesia, se manifestara na historiografia e nas *lendas* dela oriundas, encontraria um claro contraponto nas obras jesuíticas, especialmente nos escritos do Padre Ruiz de Montoya, que descrevem como genocidas os ataques de Raposo Tavares ao Guairá. Nas Atas da Câmara, a antítese do herói Raposo Tavares aparece ainda mais claramente do que em Montoya, pois, a despeito da sobriedade que caracteriza o formalismo documental – ou seja, a ausência das adjetivações ou caracterizações superlativas –, o sertanista e seu companheiro de apresamento, Paulo do Amaral, são apontados como “amotinadores deste povo” (ACTAS DA CÂMARA, 1627, p. 281). Tais adjetivos, foram aplicados a esses caçadores de índios porque eles haviam mandado “allevantar [...] gente p^a iren ao sertam” (ACTAS DA CÂMARA, 1627, p. 281), o que na época era proibido por lei. Qualificados como “dellinquentes” (ACTAS DA CÂMARA, 1627, p. 281), os dois sertanistas foram objeto de um mandado de prisão expedido pelo conselho, determinando que “o juis Semeão Allves va com hũa dúzia de homês [...] p^a trazerem prezos a esta villa a Paullo do Amarall e Antonio Rapozo Tavares...” (ACTAS DA CÂMARA, 1627, p. 281-282). As peripécias de Raposo Tavares não pararam por aí.

¹ MAGALHÃES, Basílio. **Expansão Geográfica do Brasil Colonial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Epasa, 1944.

Algum tempo depois, o sertanista era acusado de exercer o cargo de Ouvidor da Capitania de São Vicente, munido de um documento sem qualquer validade legal, um documento que havia sido cassado pelo Governador Geral Diogo Luís de Oliveira, por causa de um delito anteriormente cometido por seu portador – Raposo Tavares –, um assalto violento à aldeia de Barueri.

Em 14 de julho de 1635, exarava o escrivão do conselho:

Mandão os ofisiaes da camara desta villa [...] em comprimet^o da [...] sentensa do guovernador [...] que nenhuma pessoa [...] conhesa a Antonio Rapozo Tavares por ouvidor desta capitania (ACTAS DA CÂMARA, 1635, p. 260).

Como parece estar claro, Raposo Tavares não foi um herói em seu tempo. O texto 2.4 deste trabalho – no momento em apresentação – busca, portanto, demonstrar a extrema distância, a significativa disparidade existente entre o Raposo Tavares, herói da historiografia, da lenda e da poesia, com o Raposo Tavares das Atas da Câmara, truculento, fora-da-lei e delinquente. O texto proporciona também, embasamento teórico-crítico para a averiguação acerca da figura do sertanista paulista nos livros didáticos, que fazemos na Parte II desse estudo, intitulada *As abordagens sobre a figura do bandeirante nos livros didáticos publicados entre 1894 e 2006: a predominância do triunfalismo e da heroicização*. Essa segunda e última parte, é composta pelo Capítulo III, que intitula-se *O bandeirante nos livros didáticos: de 1894 a 2006* e reúne os textos 3.1, 3.2 e 3.3, respectivamente nomeados: *O bandeirante nos livros didáticos: de 1894 ao final da década de 1940*, *O bandeirante nos livros didáticos: da década de 1950 ao ano de 2006* e *O bandeirante: a compreensão que sobre ele ficou*.

Para a elaboração destes textos específicos sobre os livros didáticos, revelou-se, de fato, de significativa utilidade, o percurso, o programa de trabalho anteriormente cumprido, quando da elaboração dos dois capítulos antecedentes. A leitura da documentação primária – Atas da Câmara e Registo Geral da Câmara de São Paulo –, associada à leitura da bibliografia – não didática – que aborda o bandeirismo norteou, iluminou a construção desse último capítulo de nossa tese, certamente contribuindo para que a escrita do texto se tornasse mais atenta, percuciente, favorecendo a percepção de distorções conceituais e equívocos de ordem cronológica e geográfica. Isso ficou claro logo no começo do Capítulo III, no primeiro livro didático que abordamos, escrito pelo Barão do Rio Branco no ano da Proclamação da República, embora publicado apenas cinco anos depois, pela Livraria Teixeira e Irmão. Nessa obra, Rio Branco equivoca-se

ao afirmar que provavelmente, o sertanista Manuel Preto não participou dos ataques apresadores às missões do Guairá, pois já não mais vivia quando tais ataques ocorreram. Não resta dúvida sobre a participação de Manuel Preto, no apresamento levado a cabo pelos sertanistas paulistas no Guairá. Este sertanista, não apenas participou da captura de índios na região missionária aludia. Sua atuação não foi a de um simples expedicionário, mas sim a de um chefe, um autoritário líder de homens, que atuou ao lado de Raposo Tavares, na famosa expedição que assaltou o Guairá em 1628. Porém, bem antes disso, Manuel Preto já havia participado de expedições apresadoras que atuaram na região. Sua primeira participação – ainda, em sua adolescência – ocorreu na tropa de Nicolau Barreto, em 1602. A partir de então, suas incursões meridionais não foram poucas: 1606, 1619, 1623/1624 e a já mencionada expedição de 1628. Cumpre lembrar que, entre 1619 e 1628, suas participações ocorreram, via de regra, no desempenho de funções de liderança (1619, 1623-1624) e co-liderança (1628). Manuel Preto foi um mestre-de-campo, um chefe bandeirante, cuja atuação se deu, predominantemente no Guairá, região que para os estudiosos do bandeirismo associa-se, inevitavelmente, ao nome desse sertanista. Desta forma, parece estar claro que o equívoco de Rio Branco – ao afirmar que Manuel Preto provavelmente já estava morto quando dos assaltos ao Guairá – não foi irrelevante, pois, neste caso, um apresador dos mais conhecidos foi erroneamente dissociado de seu papel histórico escravizador, que não foi, de forma alguma, secundário.

Ao afirmar a possibilidade de que Manuel Preto já era falecido antes que ocorressem os ataques guairenhos, Rio Branco, obvia e conseqüentemente, isenta esse personagem histórico de seu protagonismo, de sua liderança de não apenas um, mas de vários assaltos ao Guairá. Esse erro, naturalmente contribui para a magnificação do protagonismo histórico atribuído a Raposo Tavares, pois este sertanista foi, ao lado de Manuel Preto, o mais destacado chefe do apresamento no Guairá. Com Manuel Preto *morto*, a liderança dessa empresa sistemática, que envolveu várias expedições, é, de maneira implícita, atribuída a Raposo Tavares, ensejando um entendimento não pouco distorcido, acerca de um período tão significativo do bandeirismo, ocorrido ao longo da primeira metade do século XVII. Esse equívoco de Rio Branco é apenas um, dentre não poucos outros que encontramos nos livros didáticos que estudamos, equívocos cujas detecções e conseqüentes elucidações se tornaram facilitadas não apenas pelas leituras prévias, como também pela própria escrita dos dois capítulos anteriores. Alguns erros são significativamente grosseiros, como o de Rocha Pombo (1928) que, ao abordar a

expulsão dos jesuítas, não mencionou aquela que ocorreu em São Paulo, por obra dos paulistas, no ano de 1640 – longamente abordada no Capítulo II deste trabalho – mas a que ocorreu em todo o Brasil, no ano de 1759, por obra do Marquês de Pombal. Num texto didático que trata dos bandeirantes, como é o de Rocha Pombo, importaria abordar a expulsão dos religiosos inacianos da vila de São Paulo, motivada por questões relativas a antagonismos acerca do apresamento e da escravização de índios. No entanto, o autor em pauta sequer alude a essa questão, inusitadamente abordando a partida forçada dos inacianos não de São Paulo, mas de toda a colônia ... partida essa ocorrida não em 1640 – período das bandeiras –, mas 119 anos depois. A saída dos padres da Vila de São Paulo, no século XVII, foi um evento diretamente relacionado ao sertanismo apresador, ao bandeirismo. Já a saída dos religiosos da colônia, na segunda metade do século XVII, muito menos relação teve com o bandeirismo. Como já teremos afirmado, encontramos uma considerável recorrência de distorções, inadequações ou erros como esses, no material didático que estudamos. Esses equívocos, embora encontrados com maior frequência nas obras mais antigas, cotinuaram sendo encontradiços ao longo das décadas seguintes, sendo observados até mesmo em materiais didáticos mais recentes, elaborados nos anos de 1980. Sobre essa questão de não somenos importância, tecemos considerações ao longo do Capítulo III, tanto no próprio momento de detecção desses erros ou equívocos – no ato da abordagem dos livros didáticos –, quanto na síntese que deles fizemos, no texto que fecha o capítulo em questão, intitulado *O bandeirante: a compreensão que sobre ele ficou*.

Apontada preliminarmente essa questão da notável recorrência de erros, no que concerne às abordagens sobre os bandeirantes nos livros didáticos, iniciemos a comentar a mais evidente e avultada recorrência que encontramos em todo o material didático percorrido, uma recorrência que, de tão abrangente e enfática, acabou contribuindo, majoritariamente, para o entendimento que permaneceu, até o presente momento, acerca da figura do bandeirante. A recorrência a que nos referimos diz respeito ao viés laudatório, triunfalista e épico, que em maior ou menor grau, perpassa a grande maioria dos textos didáticos que tratam do antigo sertanista paulista. Fernão Dias Pais, por exemplo, é alvo de elogios desbragados. Sua última expedição sertaneja, em busca das esmeraldas que nunca encontrou, é narrada como uma saga epopéica, protagonizada por um herói obstinado, que morreu em pleno sertão, sem desistir de seus objetivos. Bastante conhecido como o *Caçador das Esmeraldas* – devido, em parte, ao poema de Olavo Bilac, que aparece nos livros didáticos –, pouco se sabe da atividade apresadora

que Fernão Dias desenvolveu, muito antes de dedicar-se à pesquisa mineral. Se é bastante conhecida a *Jornada Esmeraldina*, que partiu de São Paulo em 1674, sob a liderança do *Governador das Esmeraldas*, muito pouco conhecida é a expedição que partiu de São Paulo décadas antes, em 1637, sob o comando de Fernão Dias, rumo às terras meridionais da colônia, visando a apresiar índios para o trabalho escravo. Pouca gente sabe que o *caçador de esmeraldas* foi também *caçador de índios*, um homem que após trazer para São Paulo um grande contingente de homens naturais da terra, serviu-se deles como escravos, como era costume entre os paulistas. Os livros didáticos não contribuíram, em absoluto, para que Fernão Dias fosse entendido como um escravizador de indígenas. Se esse sertanista quase não é conhecido como um apresador ativo, ele é também pouco conhecido como ordenador do enforcamento de seu próprio filho, perante todos os seus subordinados. Os livros didáticos pouco contribuíram para que esse ato de Fernão Dias fosse conhecido e, nas poucas vezes em que trouxeram à baila essa questão, abordaram-na sob o argumento de que o sertanista tomou essa atitude extrema em salvaguarda da disciplina de sua tropa. O apresador Fernão Dias quase não é conhecido. O setenciador Fernão Dias é pouco conhecido. Bem mais conhecido é o herói, “o intrépido paulista” (SILVEIRA, 1924, p. 188); um “homem forte que podia resistir às durezas do sertão” (CORRÊA, 1955, p. 127); “tão audaz e arrojado sertanista” (OLIVEIRA, 1909, p. 65). Até mesmo a esposa de Fernão Dias é heroicizada, por causa do apoio que ela teria dado ao seu consorte, em sua última jornada ao sertão: “a valorosa heroína que tanto o havia fortalecido e ajudado em arrojado tão temerário” (OLIVEIRA, 1909, p. 66).

Como não poderia deixar de ser, também Raposo Tavares é apresentado como herói nos livros didáticos. A lenda de que ele teria chegado ao Pacífico, que como já apontamos, foi propalada pela historiografia não didática², foi também disseminada pelos livros didáticos – Corrêa (1955) e Santos (1966) –, porém não como lenda, mas como *história* propriamente dita. A magnificação da figura de Raposo Tavares é, de fato, notavelmente recorrente nos livros didáticos. A superlativização deste sertanista, não se faz perceptível apenas através da reprodução da mítica transposição andina, mas também através de adjetivações altamente elogiosas, heroicizantes: “um dos mais audazes bandeirantes” (SILVA, 1952, p. 64); “homem espantoso!... Raposo dava a impressão de que tinha asas nos pés” (CORRÊA, 1955, p. 125).

² No caso, a historiografia produzida por Basílio de Magalhães (1944), que citamos à página 13.

Afora o louvor ao protagonismo de bandeirantes famosos, como Fernão Dias e Raposo Tavares, aparece nos livros didáticos, de maneira ainda mais abrangente e enfática, a heroização dos bandeirantes como um todo, ou seja, a redundância sistemática acerca da idéia de que todos os mateiros paulistas eram homens excepcionalmente desassombrados, resistentes fisicamente e introdutores da civilização nos sertões da colônia.

As adjetivações elogiosas sobre os sertanistas paulistas são, de fato, abundantes nas obras didáticas, podendo ser observadas em autores diversos, através das décadas: “Os valorosos e intrépidos bandeirantes paulistas” (OLIVEIRA, 1909, p. 61); “Indivíduos audazes, dispostos a privações e a perigos” (BENEVIDES, 1913, p. 25); Os “colonos mais audaciosos” (POMBO, 1922, p. 33); “Desbravadores intemeratos das regiões desconhecidas” (SILVEIRA, 1924, p. 182); “A primeira virtude dos bandeirantes é a resignação [...] e a sobriedade levada ao extremo” (RIBEIRO, 1935, p. 225); “Os bandeirantes: eis a nota galharda e rubra dos nossos anais” (FIGUEIREDO JR. *apud* LIMA, 1942, p. 79); “Tenacidade bandeirante” (FERREIRA, 1947, p. 68); “Ousados paulistas” (SILVA, 1952, p. 63); “Paulistas [...] ‘Raça de gigantes’” (SAINT-HILAIRE *apud* SILVA, 1952, p. 63); “Homens destemidos” (SANTOS, 1966, p. 220); “Epopéia bandeirante ... o trabalho heróico desses homens” (VALUCE, 1979, p. 64); “Os bandeirantes lançavam-se, com muita coragem, para empreender as mais difíceis tarefas” (MOCELIN, 1985, p. 60); “Usavam roupas especiais [...] chapéu de abas largas, botas de cano alto [...] colete acolchoado de algodão (o gibão) [...] um colete de couro de anta, chamado coura” (SOUZA, 1990, p. 72).

Estes são não mais que fragmentos de textos. Textos que averiguados em sua integralidade – como o fizemos –, levam muito mais além o triunfalismo e o heroísmo já aqui antevistos. A imagem que acabou permanecendo do bandeirante, após tanto tempo de repetição desse viés discursivo foi, sem dúvida, a do herói épico, desassombrado arrostador dos múltiplos perigos do sertão. Os livros didáticos contribuíram, significativamente, para a disseminação ampla da figura do bandeirante herói, não apenas discursiva ou textualmente, mas também iconograficamente, através da reprodução sistemática de obras de pintores famosos, tais como Benedito Calixto, Jean Baptiste Debret, Rafael Falco e Almeida Júnior. Desta forma, acabou por arraigar-se, no senso comum, – ou seja, na ampla maioria da sociedade brasileira – a idéia de que os bandeirantes eram homens barbados, que envergavam gibões acolchoados ou de couro, calçavam botas de cano longo e dispunham de garbosos chapelões de feltro, além

de portarem armas européias, como o arcabuz ou mosquete, a garrucha, o alfanje e a espada. Não foi à toa que, revistas de grande circulação no país – *Superinteressante* e *Aventuras na História* – investiram, não há muito tempo – respectivamente em abril de 2000 e setembro de 2005 –, em duas longas reportagens, que se propõem a mostrar aos seus leitores *A verdadeira cara dos conquistadores* (chamada de capa da revista *Superinteressante*) ou *A nova face dos caras que expandiram as fronteiras do Brasil* (chamada de capa da revista *Aventuras na História*). Ambas as reportagens buscam antagonizar a imagem do bandeirante herói, tanto discursivamente quanto iconograficamente, ancorando-se em participações e citações de pesquisadores respeitados academicamente, tais como John Manuel Monteiro, Ronaldo Vainfas e João Fragoso. Imageticamente, os bandeirantes são apresentados como mamelucos descalços, envergando trajes encardidos, andrajosos. Suas armas são a flecha, a lança, o facão, a espada e a escopeta. Levando às costas alforjes cheios de setas, essas figuras híbridas denotam, até mesmo em detalhes e adornos, o encontro de duas culturas distintas. Cabaças pendentes de suas cinturas transportam água e, mesclando-se aos crucifixos pendentes de seus pescoços, destacam-se grandes colares, confeccionados com contas e penas nativas, penas que também se projetam do alto de seus chapéus rotos. Nos textos, o apresamento é explicado como uma decorrência da pobreza que grassava no planalto paulista. Em suma, corroboremos que essas duas matérias jornalísticas buscam, inequivocamente, desconstruir a imagem do bandeirante herói. Parece estar muito claro que a própria publicação dessas reportagens, em tempos tão recentes, demonstra que a figura do bandeirante herói ainda faz parte do imaginário da sociedade brasileira. Nenhuma revista de ampla circulação nacional – especialmente se publicada por uma editora tão sólida como a Abril – ofertaria demonstrar a *verdadeira cara dos conquistadores*, ou a *nova face* dos bandeirantes, caso a população brasileira já conhecesse essa *verdadeira cara*, essa *nova face* dos antigos sertanistas paulistas. Pesquisadores acadêmicos respeitados – como os são Monteiro, Vainfas e Fragoso –, não vinculariam seus nomes a reportagens cuja argumentação principal pudesse ser facilmente contraposta. E a argumentação de ambas as reportagens – com citações de trechos de autoria dos três pesquisadores mencionados – assenta-se, claramente, na contraposição da figura do bandeirante de *botas altas, barbas grandes e chapéus de feltro*, ofertando ao público o conhecimento de um personagem diametralmente oposto, um andejo mestiço, descalço e maltrapilho. Um homem ordinário, nada extraordinário, que condicionado pelos determinismos contextuais de seu tempo, palmilhou as matas

próximas e distantes de São Paulo, caçando índios para escravizar nas roças do planalto, bem como para vender aos proprietários dos engenhos canavieiros. Nas duas reportagens, a matança das populações indígenas aparece claramente. Nas duas reportagens, aparece a escravização massiva de índios, que ocorria no próprio altiplano paulista. Nas duas reportagens, o protagonista da escravização e da matança é um homem híbrido, um mameluco desprovido de calçados, um homem que ostenta adereços indígenas e porta lanças e flechas, além de facões e armas de fogo. Antítese plena do garboso bandeirante herói, esse mestiço foi apresentado aos leitores de todo o Brasil como o *verdadeiro* sertanista paulista. Isso ocorreu duas vezes, nos últimos seis anos. A primeira delas – como vimos – em abril de 2000 e a segunda, em setembro de 2005.

A concepção heróica do bandeirante, parece não restar dúvida, foi amplamente disseminada pelos livros didáticos ou pelos *manuals escolares*, como se dizia mais costumeiramente tempos atrás. Ao fazer a leitura desse material, tendo como recorte temporal 1894-2006, foi possível constatar a clara predominância das abordagens laudatórias, triunfalistas ou épicas sobre o bandeirante. Isso, talvez já tenha se tornado razoavelmente claro na apresentação desse Capítulo III, através das citações que fizemos, reunindo diversos autores de livros didáticos, ao longo das décadas do recorte cronológico proposto. Afora essa constatação de nossa parte, oriunda da leitura sistemática do material aludido, cumpre observar que, sobre o bandeirante nos livros escolares, escreveu Monteiro (2000, p. 105): “Desbravador dos sertões incultos [...] conquistador de povos selvagens, esta figura heróica marca presença tanto nos manuais de história...” Sobre essa mesma questão da figura do paulista colonial nas obras de cunho escolar, escreveu Volpato (1985, p. 17): “Os livros didáticos, na verdade, reproduzem uma visão mítica do bandeirante”.

Tinha razão Volpato, quando escreveu essas palavras, no meio da década de 1980. As abordagens dos livros didáticos, até então, haviam predominantemente heroicizado o bandeirante. Havia sido assim desde o final do século XIX, e continuaria sendo assim ainda por algum tempo. Em nossa leitura dos livros didáticos, a primeira abordagem que encontramos, efetivamente despida de qualquer elogio textual aos bandeirantes, foi a de Azevedo e Darós³ (1988). Essa obra, além de não heroicizar, questiona contundentemente a heroicização do bandeirante. No entanto, apesar de, em

³ AZEVEDO, L. de; DARÓS, Vital. *A História de um povo: Sociedade brasileira, pré-colonial, colonial*. São Paulo: FTD, 1988

termos discursivos, contrapor claramente a concepção épica e triunfalista do bandeirante, esse livro didático reproduz, sem qualquer questionamento ou crítica, um dos quadros mais conhecidos da iconografia do bandeirismo, a célebre obra intitulada *Soldados de Mogi das Cruzes*, concebida por Jean Baptiste Debret, no início do século XIX, retratando os bandeirantes como homens de botas altas, amplos chapéus e gibões acolchoados, armados com arcabuzes e garruchas.

Publicada no final dos anos de 1980, essa obra de Azevedo e Darós, embora apresente uma tendência textual muito mais crítica, guarda certa semelhança com outras que seriam publicadas depois, no transcorrer da década de 1990, período que trouxe à luz uma curiosa fase transitória na abordagem sobre o bandeirante nos livros didáticos, uma fase caracterizada por uma criticidade textual que se dispunha a negar a heroicidade do sertanista paulista – cumpre corroborar, sem apresentar um único texto tão crítico quando o de Azevedo e Darós (1988) – mas que continuava a reproduzir, iconograficamente, a imagem, do herói sobranceiro, de chapéu, escupil, camisa de mangas longas, calça comprida, espada, botas altas e arcabuz. Desta forma, não poucos livros didáticos denotavam uma flagrante discrepância, uma notável incongruência, entre o que relatavam seus textos e o que demonstrava sua própria iconografia. A obra didática de autoria de Santos (1991)⁴, é um exemplo desse tipo peculiar de abordagem, pois, ao mesmo tempo que afirma a pobreza que reinava no planalto – “a vila de São Paulo não dispunha de nenhum produto [...] que fosse fonte de riqueza para seus habitantes” (SANTOS, 1991, p. 104) –, apresenta desenhos que ressaltam os acessórios bandeirantes (arcabuzes, botas altas, polvorinhos e espadas), além de reproduzir o célebre quadro de Rafael Falco, que retrata a morte de Fernão Dias no sertão, rodeado por vários dos componentes de sua bandeira. Nesse quadro, o moribundo *caçador de esmeraldas* e seus circundantes aparecem muito bem vestidos e limpos, como se estivessem acabado de vestir-se após o banho, dado o inusitado e imaculado brancor de algumas de suas peças de roupa. Ao lado do leito improvisado de Fernão Dias, jaz uma profusão de chapéus e espadas nada desgastados; não denotando, de forma alguma, a longa permanência de sete anos no sertão, tempo que durou essa conhecida empreitada.

Há pouco, mencionamos o livro didático de viés discursivo crítico que Azevedo e Darós lançaram em 1988. Nove anos depois, em 1997, darós publicava – desta vez sozinho – outra obra didática⁵, afirmando que os bandeirantes “vestiam geralmente

⁴ SANTOS, Maria Januária Vilela. *História do Brasil*. 37 ed. São Paulo: Ática, 1991.

⁵ DARÓS, Vital. *Paisagem Brasileira: terra e gente*. São Paulo: FTD, 1997.

roupas de couro e de pano grosso e usavam botas compridas” (DARÓS, 1997, p. 122), desdizendo a própria asserção que havia feito na década anterior: “falou em ‘bandeirantes’, sua imaginação talvez lhe fez ver grupos de pessoas destemidas, bem vestidas, bem calçadas [...] ilusão” (AZEVEDO; DARÓS, 1988, p. 90).

Em 1998, Carmo e Couto afirmavam que a vila de São Paulo era pobre, mas apresentavam uma iconografia diametralmente oposta a essa afirmação, reproduzindo a pintura intitulada *Fundação de Sorocaba*, de autoria de Ettore Marangoni e, indo ainda mais além, ao apresentar um desenho ilustrativo que mostrava um bandeirante no mínimo surpreendente, assemelhado a um mosqueteiro de chapéu emplumado e cavanhaque aparado, envergando um chamativo traje listrado, uma figura que decididamente contrapunha a pobreza paulista, pobreza que há pouco havia sido postulada no próprio texto de Carmo e Couto.

Essa flagrante discordância entre texto e iconografia seria, de certa forma, superada nas obras didáticas publicadas no início deste século XXI. Em 2002, questionava Vicentino (2002, p. 271): “... esse mito dos bandeirantes [...] como poderiam ser ‘heróis nacionais’ se agiam com violência, escravizando os habitantes nativos, atacando jesuítas e escravos rebelados?”.

Reproduzindo o quadro *A morte de Fernão Dias*, de autoria de Rafael Falco – o mesmo que Santos (1991) reproduziu acriticamente, como verificado há pouco –, indagou Vicentino (2002, p. 275): “Considerando o ambiente selvagem e a origem humilde dos ‘desbravadores paulistas’, como ficaram conhecidos, pode-se dizer que essa imagem corresponde à realidade? Por quê?”.

Verifiquemos que agora a iconografia é reproduzida para ser questionada, pensada, refletida criticamente. Esse livro didático de Vicentino, apresenta uma semelhança muito significativa com outros dois que foram lançados no mesmo ano de 2002 de autoria de Panazzo e Vaz⁶ e Campos et. al.⁷. Essas três obras didáticas questionam a concepção do bandeirante herói, tanto no texto quanto na iconografia, reproduzindo, por exemplo, o famoso óleo sobre tela de Benedito Calixto – que retrata Domingos Jorge Velho –, propondo discussões questionadoras a respeito dessa célebre pintura, que figura entre as mais divulgadas nas obras que abordam o bandeirantismo. Esses três livros didáticos de 2002, propõem também o questionamento aos monumentos erigidos em homenagem aos bandeirantes, tais como o *Monumento às*

⁶ PANAZZO, Silvia; VAZ, Maria Luísa. *Navegando pela História*. São Paulo: Quinteto Editorial, 2002.

⁷ CAMPOS, Flávio de et. al. *O jogo da História*. São Paulo: Moderna, 2002.

*Bandeiras*⁸ e a *Estátua de Manuel de Borba Gato*⁹, reproduzindo fotografias dessas obras e formulando perguntas, tais como essa: “Os bandeirantes podem ser considerados heróis do Brasil? Justifique sua resposta” (CAMPOS et. al., 2002, p. 129). Porém, não apenas questões reflexivas são propostas por essas três obras, já que Panazzo e Vaz afirmam, enfaticamente que “a estátua de Borba Gato ... reforça a imagem de valentia e heroísmo dos bandeirantes” (PANAZZO e VAZ, 2002, p. 64). Apresentando abordagens claramente, notadamente críticas, as três obras didáticas em questão não denotaram disparidade ou discordância entre textos e imagens. A iconografia – que retratou tanto quadros famosos, quanto monumentos e estátuas – foi reproduzida para ser questionada, à luz dos textos produzidos pelos autores. Essas abordagens são, no mínimo coerentes.

No recente ano de 2004, Vesentini et. al.¹⁰ buscaram demonstrar, tanto iconograficamente quanto textualmente, que o bandeirante foi um mateiro descalço, um homem que matou e escravizou muitos índios. Essa foi, definitivamente, uma abordagem direcionada para a disseminação da antítese exata da figura do bandeirante herói.

Em Braick e Mota (2006)¹¹ os bandeirantes não são descritos como homens descalços. Tampouco são descritos como figuras com botas altas, portando armas de fogo ou usando chapéus. O apresamento é relacionado à pobreza paulista e a matança é claramente explicitada, numa abordagem que nada tem de triunfalista ou heroizante.

Na iconografia dessa obra, nenhuma imagem retrata os bandeirantes, mas a destruição por eles levada à cabo, através de uma fotografia das ruínas da redução de São Miguel, no Rio Grande do Sul.

Já Garcia (2006)¹², produziu um texto que apresenta os bandeirantes como “homens bastante violentos, que invadiram e destruíram os aldeamentos e cometeram verdadeiro genocídio entre os nativos” (GARCIA, 2006, p. 108). No entanto, acompanhando esse texto, aparece a reprodução do quadro intitulado *Ciclo de caça ao índio* – de autoria de Henrique Bernardelli –, que apresenta um bandeirante cuja vestimenta ou indumentária é predominantemente de couro (o calçado, a larga cinta, a

⁸ Esse monumento foi concebido em 1936 pelo escultor Victor Brecheret, situando-se, desde então, no Parque do Ibirapuera, São Paulo/SP.

⁹ Criada por Júlio Guerra, essa estátua está, desde 1962, na Avenida Santo Amaro, em São Paulo/SP.

¹⁰ VESENTINI, J. W.; MARTINS, D.; PÉCORRA, M. *História*. São Paulo: Ática, 2004.

¹¹ BRAICK, Patrícia R.; MOTA, Myriam B. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006

¹² GARCIA, Leônidas F. *Estudos de História*. 5 ed. Renovada. São Paulo: FTD, 2006.

bolsa a tiracolo e o gibão são deste material), encimada por um grande chapéu de feltro. As armas deste homem de fisionomia européia – embora o autor tenha escrito que os bandeirantes eram, “em sua maioria descendentes de brancos e índios” (GARCIA, 2006, p. 107) – são a garrucha e a escopeta. Desta forma, em 2006, Garcia incorria numa incongruência que anteriormente havia sido não pouco perceptível nos livros didáticos, mormente na década anterior, quando a criticidade apresentada nos textos – em diferentes graus – não se estendia à iconografia. No entanto, é necessário frisar que os livros didáticos editados nos primeiros seis anos deste século demonstram, predominantemente, uma coerência maior entre texto e iconografia, uma criticidade coadunante, que equilibra as postulações discursivas com as reproduções de quadros, fotografias ou desenhos. Esse processo de adensamento crítico – que ocorreu à partir dos anos de 1990, apresentando inicialmente, como já afirmamos, uma nítida discordância entre iconografia e texto – é, contudo, ainda muito recente, praticamente nascente, em relação à quase um século de produções didáticas, que reiterada e predominantemente, apresentaram o bandeirante como um herói épico, um homem excepcional, que enfrentando riscos extremos, dilatou os limites geográficos do Brasil. Neste momento, cumpre verificar que sobre a figura do bandeirante herói, escreveu Moog (1985, p. 173): “... houve uma imagem que foi promovida a símbolo e isto é sumamente importante. Uma vez idealizada uma imagem e convertida em símbolo, será muito difícil deslocá-la ou substituí-la”.

Essa *imagem promovida a símbolo* ainda não foi *substituída*. Ainda subsiste, para grande parte dos brasileiros, o homem de botas altas, chapéu e feições européias, cujo tronco robusto é protegido pelo indefectível gibão acolchoado, cujas mãos portam arcabuzes ou garruchas. Pouca gente conhece o andejo mameluco, o caminhante descalço, o flecheiro hábil, o arcabuzeiro de vestimenta híbrida – nativa e européia –, que premido pelos determinismos contextuais de seu tempo, caçou e escravizou índios – chefiado por europeus ou outros mamelucos – de forma massiva, contumaz, fazendo do planalto paulista um amplo celeiro de escravos nativos. Os livros didáticos praticamente não mostram a escravaria que labutava na vila de São Paulo e em seu entorno, limitando-se a explicar o apresamento como uma prática especificamente ligada ao comércio, ao tráfico da mão-de-obra apresada. No entanto, a análise das fontes primárias – nesse caso as *Actas da Câmara da Villa de São Paulo* e o *Registo Geral* – demonstra algo bem maior, ofertando outra possibilidade de percepção ou compreensão

do apresamento, como uma prática sem dúvida mais ligada à escravização dos índios no próprio planalto.

Sobre as possibilidades de investigação e decifração das sociedades, escreveu Roger Chartier (1991, p. 177):

As tentativas para decifrar [...] as sociedades, penetrando na meada das relações [...] que as constituem a partir de um ponto de entrada particular [...] um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas...

Dentre as *práticas específicas* da sociedade paulista dos séculos XVI e XVII, figurava exponencialmente o apresamento de índios, para suprir de escravos o próprio altiplano paulista. Vender a mão-de-obra apresada também era uma *prática específica* dos paulistas, mas uma prática decorrente da primeira, já que se assentava na excedência do número de cativos trazidos do sertão. Noutros termos, a escravização dos indígenas no planalto regulava o tráfico de mão-de-obra para os engenhos açucareiros, intensificando-o ou mirrando-o. Abundância de escravos no planalto significava possibilidades de comerciar parte deste contingente, considerada dispensável, excedente.

Essas eram *práticas específicas* da sociedade paulista colonial: apresamento, escravização e venda de escravos. Os livros didáticos mostraram, até hoje, o apresamento e o comércio de escravos por parte dos bandeirantes, porém muito pouco esclareceram sobre a escravização de índios no planalto, a maior dentre todas as outras *práticas específicas* daquela sociedade. O estudo do bandeirismo a partir desta *prática específica* oferta, sem dúvida, possibilidades futuras significativas, no que diz respeito às intenções de entendimento da sociedade paulista, a sociedade que gestou tantos outros sertanistas apresadores, homens que não pensavam, de forma alguma, em aumentar as fronteiras do Brasil, mas em fazer o que lhes era propiciado por seu momento histórico. Os livros didáticos, contudo, contribuíram para que a figura do bandeirante herói se espraiasse entre a população que freqüentou as escolas, de norte a sul, de leste a oeste do Brasil. Até que a década de 1990 se findasse, a maioria dos estudantes não conhecia o mameluco descalço, mas sim o homem paramentado com botas altas, gibão, chapéu e armas de fogo, objetos que foram os símbolos, os signos mais associados ao bandeirante, tanto na iconografia, quanto nos textos, até então.

Chartier (1991, p. 185), refletindo sobre essa questão dos paramentos ou signos visíveis, assegurou que, não raro:

A relação de representação [...] faz com que se tome o engodo pela verdade, que considera os signos visíveis como índices seguros de uma realidade que não o é [...] assim [...] a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão...

Escrevendo sobre *imagem e símbolo*¹³, afirmou Moog (1985, p. 139):

Pela resistência do indivíduo a modificar suas categorias mentais em meio da vida e a substituir os símbolos que lhe são caros, ainda quando reconheça a conveniência da mudança, pode-se concluir que a tarefa de renovar imagens coletivamente idealizadas não deve ser das mais simples.

A desconstrução de um mito não ocorre rapidamente, principalmente se este mito se destaca dentre os outros que estão à sua volta. Sobre a dimensão desse mito, asseverou Monteiro (1998, p. 105): “Dentre os diversos mitos sobre a formação da nacionalidade brasileira, o bandeirante certamente ocupa um lugar de destaque”.

Esse mito ainda hoje se faz presente, sem sombra de dúvida. Um mito construído com massiva contribuição dos livros didáticos, que reproduziram, ao longo do tempo, não apenas o viés apologético da historiografia produzida por Basílio de Magalhães, Rocha Pombo, Alfredo Ellis Júnior (sucedâneo de Saint-Hilaire) e outros autores, como também contribuíram para a disseminação de relatos lendários sobre os sertanistas, com destaque para a travessia do continente, de leste a oeste, por Antônio Raposo Tavares, empresa que jamais foi levada a cabo no Brasil Colonial.

¹³ Título do Capítulo IV da obra *Bandeirantes e Pioneiros*, de Moog (1985).

PARTE I

**VIVENDO POBREMENTE E ESCRAVIZANDO GENTE: O
COTIDIANO DOS PAULISTAS NO CAMPO DE SÃO PAULO E
PALMILHANDO SERTÕES**

CAPÍTULO I

OS PRIMÓRDIOS DE SÃO PAULO DE PIRATININGA

O casario não era, de forma alguma, imponente. As edificações eram feitas de taipa, retratando, de maneira evidente, a ausência de ostentação, luxo ou mesmo conforto. O cotidiano dos habitantes da Vila de São Paulo de Piratininga, nos primeiros tempos após a sua fundação, era caracterizado pela rusticidade. Nada lá havia que pudesse sugerir, mesmo muito remotamente, a idéia de uma terra de heróis. Nada lá evocava pensamentos relativos à opulência ou à faustosidade.

Na obra *A idade de ouro do Brasil*, Boxer (1963, p.46) asseverou que “A zona montanhosa de São Paulo de Piratininga era pobre e isolada [...]”. Apartada da ourela atlântica, encravada nas terras planálticas e orlada por brenhas praticamente impérvias, a agregação humana que ali se formou estaria destinada, em termos históricos, a viver uma situação antitética à do nordeste, onde existia a riqueza oriunda dos engenhos açucareiros, cujos poderosos senhores dispunham de recursos para adquirir escravos provenientes da África. A orla marítima nordestina, por ser mais próxima de Portugal, ensejou um movimentado comércio portuário transcontinental, muito mais intenso que aquele verificado na capitania vicentina. Sobre isso, na obra *Entradas e Bandeiras* escreveu Volpato (1985, p. 30-1):

A formação de um parque produtor de açúcar [...] foi bastante onerosa para a capitania do sul. Situada a maior distância da Europa do que as capitanias do norte, São Vicente viu-se [...] marginalizada da rota comercial.

Na obra *O Extremo Oeste*, tecendo comentários acerca de algumas das significativas diferenças entre São Paulo e o nordeste, nos primeiros tempos coloniais, escreveu Holanda (1986, p. 25-26, grifo nosso):

Não há aqui (**em São Paulo**) a coesão externa, a aparência de equilíbrio, oferecida pelos núcleos surgidos no litoral nordestino, nas terras do massapé gordo, onde [...] se exprime a riqueza na sólida habitação do dono de engenho. Aquela sociedade meio aluvial constituída no planalto vicentino irá manter-se ainda por dois séculos ou mais em situação instável e imatura, que deixa espaço ao maior intercuro com a gente nativa. Sua vocação está no caminho, que convida ao movimento, não na grande lavoura, que cria indivíduos sedentários.

Havia falta de braços em São Paulo. As poucas lavouras de trigo e de cana reivindicavam mão-de-obra para produzir. No bojo dessa necessidade gestou-se o bandeirismo. Foi, sobretudo, a carência material que impeliu os moradores do planalto a jornadas pelos sertões incógnitos. A locomoção dos expedicionários, entendida como tentativa de solução para os problemas cotidianos de Piratininga, pode ser interpretada como a explicitação das motivações dos paulistas, que parece estar claro, não vivenciavam uma rotina razoavelmente satisfatória, como ocorria no nordeste, cuja população, em sua maior parte desconhecida da penúria, permanecia sedentária, à beira-mar. A penetração dos paulistas pelo interior do Brasil, tendo-se efetivado por motivos relativos à miserabilidade, não pode ter apresentado qualquer pompa que justifique o esplendor narrativo presente em determinadas obras historiográficas.

No século XVIII, Taques (1954) escrevia a célebre *Nobiliarquia paulistana, histórcia e genealógica* que, segundo Volpato, (1985, p. 19), “[...] tinha o objetivo de enaltecer os feitos bandeirantistas”. De fato, nessa obra pululam as mais abundantes expressões elogiosas imagináveis em nosso vernáculo. Taques é um caso curioso. Sua alentada pesquisa envolvendo a ancestralidade dos paulistas levou-o a explicitar, de forma assaz reiterada, sua preocupação caracterizada por pendores claramente fixos, no que dizia respeito à *nobilitação* de vilões¹⁴ nada baroniais, nada principescos. Em Taques, encontra-se uma elaboração textual nada lacônica, em termos de adjetivação nobilitante. Desde o título, a maior obra deste linhagista já denota, às escâncaras, sua intencionalidade. Na verdade, está explícita, na primeira palavra do título, todo o teor da densa investigação levada a cabo por este paulistano nascido em junho de 1714, de ascendência antiga e respeitada no planalto. Definamos, em termos lexicológicos, o primeiro vocábulo do título da obra em pauta. *Nobiliarquia* significa: 1. estudo das origens e tradições das famílias e dos apelidos, armas, brasões, etc., da nobreza. 2. livro ou tratado em que se faz este estudo; nobiliário. 3. os nobres; a nobreza¹⁵.

Essa nossa breve detença para buscar a significação literal da palavra em questão, visou a abrir linhas essenciais, em termos de entendimento acerca da indubitável, inarredável e óbvia¹⁶ intencionalidade de Taques. Parece-nos, muito claramente, que o genealogista pretendeu legar à posteridade um grande arrazoado panegirista sobre os antigos habitantes de São Paulo. Na edição da *Nobiliarquia* do ano

¹⁴ Aqui o termo é aplicado na acepção que significa: moradores de uma vila.

¹⁵ Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 2 ed. revista e ampliada.

¹⁶ Lembremo-nos que na obra *Pedagogia Histórico-Crítica*, Saviani (2003) faz importantes reflexões sobre o não raro esquecimento que se acerca das obviedades.

de 1954, quando das comemorações alusivas ao IV Centenário de São Paulo, Affonso Taunay, em extenso prefácio¹⁷, ensaiou um interessante estudo crítico sobre a obra de Taques. Sabidamente o mais prolífico investigador do passado paulista, o catarinense, respeitado por sua colossal contribuição historiográfica – Taunay é mencionado, reiterada vezes, como o *Historiador de São Paulo* –, escreveu sobre Taques:

[...] deixou-se o linhagista resvalar pelo terreno da megalomania. A todo instante nos fala em nobres, senão nobilíssimas famílias, freqüentemente mesmo, sem certo discernimento, pois coloca no mesmo pé de igualdade a descendência dos obscuros emigrados para São Paulo e a de casas realmente ilustres, como a dos Azeredos Coutinhos. Generoso, senão pródigo, de qualificativos, como estes de nobre e ilustre, de aumentativos altissonantes, transforma a capitania paulista, como que num enorme solar. Prejudica-lhe esta balda o valor da obra, causando espécie ao leitor, e mesmo espanto a germinação *ad infinitum* do que lhe parece ser uma criação intensiva de marqueses de Carabás (TAUNAY, 1954, p. 68).

O autor da *Nobiliarquia*, fez com que Taunay pensasse em Piratininga como *um grande solar*. Autor de vastíssima obra sobre o planalto piratiningano, ainda que ele mesmo tenha se rendido ao culto épico aos paulistas, Taunay não pôde deixar de abordar, de forma idônea e com muita propriedade, as incongruências facilmente perceptíveis entre as postulações de Taques e o cotidiano carente do antigo povoado planáltico.

Quanto a isso, escreveu Taunay (1954, p. 69):

[...] Pedro Taques se deixa arrastar pelas tendências ao exagero [...] ao descrever os bens dos antigos “potentados” paulistas. Dá-lhes situações e opulência que não condizem com antiga pobreza do planalto piratiningano, a penúria pelos inventários revelada: pois São Paulo tornou-se rico da segunda metade do século XIX em diante.

Na obra *Vida e morte do bandeirante*, Machado (1980) contribui notadamente para trazer à luz o dia-a-dia dos piratininganos na colônia. Embasado em muitos testamentos, esse autor desvenda os elementos materiais de uma vida restrita, espartana. Os espólios dos sertanistas, ao serem associados à figura construída do bandeirante aparatoso, tornam-se risíveis, burlescos. Para tanto, basta lembrar que Raposo Tavares, quando da juntada do humilde espólio de Pascoal Neto – seu comandado nos ataques às missões guairenhas –, fez questão de tomar posse de um par de meias deixado pelo morto, numa atitude entendida por Machado (1980, p. 247) como um *gesto mesquinho*. Essa *mesquinhez* estava ligada, de forma indissociável, ao meio social, às condições

¹⁷ Este texto de Taunay vai da página 11 à 69 da aludida edição.

materiais em que vivia Raposo Tavares, o hoje mais famoso sertanista da colônia. A vida deste homem parece ser um indicativo elucidativo acerca do contexto paulista, nos primeiros decênios do século XVII. Examinando as Actas da Câmara Municipal da Vila de Piratininga, descobrimos que este mesmo sertanista, décadas antes já demonstrava não ser rico, pois não possuía nem mesmo um terreno para construir sua casa, apesar de já não ser mais solteiro. Verifiquemos o que solicitava à municipalidade o mais propalado herói paulista:

Petição

Antonio Raposo Tavares morador nesta villa de São Paulo casado que elle supplicante não tem chãos nesta villa para poder fazer casas e quintaes e porque nesta dita villa estão os sobejos dos chãos que foram de Domingos Luiz Grou que parte com Gaspar Collaço devoluto pelo que pede a vossas mercês lhe façam mercê dos ditos sobejos se não forem dados e sendo que corram avante até ao ribeiro onde estiver por dar para fazer casas e quintal no que receberá mercê.

Despacho dos officiaes da Camara

Damos ao supplicante Antonio Raposo Tavares os sobejos dos chãos que pede em sua petição assim e da maneira que declara e sendo dados correrá avante São Paulo vinte e quatro de outubro seiscentos e vinte e dois annos // Manuel Fernandes // Bartholomeu Gonçalves // Manuel Francisco // Francisco Jorge // André Botelho (ACTAS DA CÂMARA, 1622, p. 360).

Se nessa sessão da Câmara de São Paulo, no ano legislativo de 1622, um importante sertanista solicitava à oficialidade um pedaço de chão, visando a construir sua casa, cumpre informar que, menos de cinquenta anos antes, não existia sequer uma moradia coberta por telhas no altiplano paulista. Na ata da sessão da Câmara, lavrada em 06 de março de 1575, está registrado que um homem recém-chegado à vila pretendia lá fixar moradia, desenvolvendo seu ofício concernente à produção de telhas:

[...] hapareseo cristóvão glz ora morador nesta vila e prezenca de todos dise q̃ elle se queria vir a morar nesta villa e se queria obrigar a fazer telha pr^a sce cobrirem as moradas desta villa p̃ ser cousa pr^a inobrecimento della e ser muito nesesario cõtando q̃ se obreigasẽ a lhe tomar toda a q̃ elle fizer e p̃ os ditos officiaes verem e a dita telha hera nesesaria p̃ rezam desta villa estar coberta de palha e corer risco p̃ rezam do foguo se cõsertaram cõ o dito cristóvão glz da maneira seguinte q̃ elle fara toda a telha q̃ for nesesaria pr^a a villa se cobrir e dara aos moradores ã preco de coatro cruzados o milheiro paguos no dinheiro da terá q̃ seram mantimentos e carnes e sera e couros e guado bois e vaquas e p̃ quos p̃ quanto, nesta villa não ha outra fazenda e cada hũo dara aquillo ã q̃ cõsertar ao tempo q̃ lhe vender a dita telha e elle a fara de bom tamanho e boma forma q̃ fique de dous pallmos e emio de pois de cozida e de como asim se obriguou a tomar as ditas paguas nas cousas sobreditas e dar a dita

telha aos moradores a cada hũ p aquillo q̃ tiver quer bois quer vaquas quer p quos quer sera quer couros quer o q̃ cada hũo tiver de seu [...] (ACTAS DA CÂMARA, 1575, p. 67).

Aqui parece ter ficado claro que ao aproximar-se o outono de 1575, a vila de São Paulo era uma agregação de choças cobertas de palha, cujas paredes de taipa umedeciam freqüentemente sob o peculiar buzegar das terras altas da capitania vicentina. Nesse tempo já fazia vinte e um anos que o povoado havia sido fundado, em 25 de janeiro de 1554, pelos jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, no local onde era a aldeia Inhapuambuçú, do líder indígena Tibiriçá. Portanto, em dois decênios, a metrópole que hoje é São Paulo ainda se assemelhava, em grande parte, a uma agregação de habitações indígenas ... nada de alvenaria, nada de telhas, mas sim palha e barro¹⁸. Aproximava-se a alvorada do século XVII e na *Paulistânia* o dinheiro era raríssimo, instando os habitantes a fazer escambo, permutando por telhas os mais variados produtos e alimárias, que eram o *dinheiro* ou a *fazenda* dos habitantes locais.

Para que possamos corroborar o quão notória era a escassez de dinheiro na terra dos desbravadores do Brasil, observemos um trecho da Ata da Sessão Legislativa do dia 06 de fevereiro de 1575:

[...] se achou como nesta villa avia nesalidade de se fazer hũa quaixa co suas fechaduras p^a nela estar os papeis da câmara como ell rei mandava o q̃ não avia nesta câmara e outrosi hera nesario fazer hũa ballansa cõ hũa aroba de pezos p q̃ os não avia nesta villa [...] não avia dr^o do c^o pr^a ce poder cõprar [...] (ACTAS DA CÂMARA, 1575, p. 66).

Como se pode notar, na época era costume guardar em caixas os papéis relativos aos atos oficiais. Em São Paulo não havia uma caixa para que fossem guardados os documentos da Câmara. Não havia também, no Conselho, dinheiro para que se

¹⁸ Sobre a carência cotidiana verificada nos povoados das regiões mineiras do Brasil colonial, dois séculos após o estabelecimento da Vila de Piratininga, escreveu Mello Franco (1946, p. 88): “Duros, muito duros foram os primeiros tempos desses arraiais. A pobreza era de regra, no meio de tanto ouro a quase miséria não constituía exceção, devido aos preços absurdos que atingiam, nas minas, quaisquer bens de consumo, inclusive os alimentos”. Descrevendo as características dominantes dos povoados de Minas Gerais no século XVIII, deixou registrado o mesmo autor: “[...] o povoado mineiro se compunha de um minúsculo largo, tendo ao fundo a ermida coberta de palha, e de uma rua ladeada por casinhas, que mais eram choupanas. A primeira fábrica de telhas de que encontramos notícia foi a de Mariana, em 1713. Este pormenor da cobertura das casas mostra a pobreza forçada da vida a tão grande distância do litoral, pois é sabido que nas vilas da costa [...] a telha existia desde o século XVI” (MELLO FRANCO, 1946, p. 89). Essas palavras de Melo Franco sugerem o entendimento de que os vilarejos surgidos na região palmilhada pelos bandeirantes experimentaram, em termos iniciais, a mesma pobreza que caracterizara a Vila de São Paulo quase duas centúrias antes. O isolamento dos povoados interioranos impôs aos seus habitantes um cotidiano rudimentar, destituído dos produtos já bastante utilizados na orla marítima.

comprasse tal caixa. Sentia-se ainda, a necessidade de comprar uma balança, mas a falta de dinheiro não possibilitava a efetivação da compra almejada. O hábito de guardar papéis em caixas era oriundo da metrópole, sendo, como consta na ata, determinado pelo próprio rei; no entanto, apesar de já ter atingido o seu segundo decênio de fundação, o povoado do altiplano de Piratininga parecia ainda bastante incipiente, em termos de disponibilidades de recursos europeus.

Quanto a isso, na obra *Monções* escreveu Holanda (1990, p. 16):

[...] a lentidão com que, no planalto paulista, se vão impor costumes, técnicas ou tradições vindos da metrópole [...] terá profundas conseqüências [...] a ação colonizadora realiza-se aqui por um processo de contínua adaptação a condições específicas do ambiente americano. Por isso mesmo, não se enrija logo em formas inflexíveis. Retrocede, ao contrário, a padrões rudes e primitivos [...] só muito aos poucos, embora com extraordinária consistência, consegue o europeu implantar num país estranho, algumas formas de vida, que já lhe eram familiares no velho mundo. Com a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio.

Cumprе salientar, que por não pouco tempo, durante o processo colonizador, *são paulo de piratini*¹⁹ foi a mais avançada agregação humana assentada pelos portugueses no Brasil. Às portas da imensidão florestal que se adensava continente adentro, bem como longe do mar o suficiente para permanecer à margem da movimentação comercial portuária, a vila acabou por desenvolver formas próprias de subsistência. Uma das características mais marcantes da população de *são paulo do câpo*²⁰ foi a aprendizagem de diversos hábitos da cultura nativa, em termos de: alimentação, vestimenta, armamentos, pesca e práticas venatórias²¹. Estando São Paulo, por assim dizer, no vestibulo do sertão, delineou-se ali uma sociedade com traços próprios, diferentes daqueles expressados pelos moradores dos núcleos populacionais que pintalgavam o extenso litoral brasileiro. As adversidades próprias do planalto, vivenciadas no cotidiano, levaram os moradores a voltar suas preocupações para os problemas singulares, específicos do lugar. A possibilidade de ocorrência de ataques indígenas era, ao lado das agruras impostas pela carência material, uma das principais preocupações dos colonos. Sobre isso afirmou Aquino (2001, p. 205):

¹⁹ Assim está nomeada a vila, na ata da Câmara referente à sessão do dia 12 de maio de 1564.

²⁰ Assim foi escrito o nome da vila, na ata da sessão da Câmara, em 21 de abril de 1572.

²¹ Holanda (1957), na obra *Caminhos e Fronteiras* trabalha bastante essa questão.

De fato, nas três primeiras décadas de sua existência, a vila de São Paulo da Borda do Campo de Piratininga sofreu constantes ataques indígenas, estando seriamente ameaçada de destruição.

Também sobre isso, na obra *Negros da terra* escreveu Monteiro (2000, p. 39):

[...] em 1562, os colonos e os jesuítas entrincheiraram-se na expectativa de um assalto dos índios revoltados. Ao longo dos três anos seguintes, os tupiniquim, liderados por Piquerobi e Jaguaranho, respectivamente irmão e sobrinho de Tibiriçá, fizeram cerco [...] à vila, ameaçando-a de extinção. A guerra causou sérios danos para ambos os lados, afetando de forma mais aguda os índios que atacavam e os que defendiam São Paulo.

No mesmo ano do *entrincheiramento* dos colonos e jesuítas, aconteceu uma violenta investida indígena, assim mencionada por Taunay (2003, p. 26) “[...] Guaianazes, Carijós e Tupis, as hostes confederadas e temerosas de Jaguaranho e Arari, deram-lhe, a dez de julho de 1562, furibundo assalto”.

No século XVI, especialmente nos últimos anos de seu terceiro quartel, um clima de vigília e de expectativa envolvia a vila de São Paulo. A iminência do prorrompimento repentino de um violento conflito pairava no ar. Ao derredor da povoação, ocultos pela vegetação, os índios espreitavam seus oponentes, arremedando emboscadas, conjecturando ludibrios e ensaiando ataques. Examinando as Atas da Câmara, observamos que, à época deste persistente assédio, os colonos não cessavam de dar atenção, reiteradamente, às condições do muro que cercava suas toscas habitações, conferindo-lhes certa segurança ante invasões abruptas.

Na ata relativa à sessão do dia 01 de fevereiro de 1563, a edilidade estava decidida a:

[...] cubrir a guarita q̃ estava p^a tras do muro e mais acabar e cobrir as serquas e o q̃ for nesario [...] por ter noticia q̃ estos indios q̃ vierão a ãtrar cõverso dizião [...] q̃ erão ja partidos de suas terás allgũs p^a qua [...] (ACTAS DA CÂMARA, 1563, p. 22).

Um ano depois, a 21 de fevereiro de 1564, o cuidado com a cerca ainda continuava um assunto da mais relevante importância para os paulistas, que estavam deliberando para:

[...] alevãotar hũ guarita q̃ esta sobre as digo porta grãode e reparar as serquas e pelos ditos hofisiais foi dito q̃ eles ho maodarião fazer [...] (ACTAS DA CÂMARA, 1564, p. 38).

Menos de três meses depois, na ata municipal de 12 de maio de 1564, os *hofisiais* da vila deixavam registrado que:

[...] esta quapitania de São Vicente esta entre duas geracoes de gente de varias quolidades e forsas q̃ há e toda há costa do Brasill como são os tamoios e topinaquis dos topinaquis há quize anos a esta parte q̃ sempre Matão no sertão omês braoquos como matarão a Geraldo e a Frco de Serzedo e a J° Frz e a outros muitos e não satisfeitos cõ isto não lhes fazendo a gête desta quapitania mall nhú quebrarão as pazes que conosco tinham e se ergerão e vierão sobre esta vila e a tiverão e serquo sertos dias e assim diêtão ate agora averá dous anos cõ salltos por mtas vezes destroindo hos mãotimetos e matãodo e levãodo homes brãoquos [...] (ACTAS DA CÂMARA, 1564, p. 42-43).

Essa ata, atipicamente longa, aponta para um contexto onde índios faziam cerco, sitiavam e matavam. Essa situação foi, parece que de fato, geradora de uma das principais preocupações dos colonos paulistas na sexta década do século XVI. Na mesma ata, verificamos uma convicção dos piratininganos, no que dizia respeito à improficuidade de qualquer outro método de alcançar a paz, que não fosse a violência através do conflito aberto:

[...] por termos por espiencia do dito gentio vir melhor e mais sedo a paz e de melhor vôtade a paz por meio de gera q̃ por houtro meio [...] (ACTAS DA CÂMARA, 1564, p. 44).

Aqui está claro que para os paulistas, a cessação da belicosidade indígena seria alcançada, de forma mais eficaz, por meio da guerra²². No entanto, os moradores da vila estavam acuados, pressionados de forma tão insidiosa, que temiam pelo despovoamento de seu núcleo populacional, incluindo também o colégio dos jesuítas: “[...] se pode recear assim da despovoasão da dita vila como pelo mosteiro de São Paulo dos padres da cõpanhia de jeshu [...]” (Actas da Câmara, 1564, p. 44). A situação não era nada boa. A vila de Santo André da Borda do Campo havia sido despovoada seis anos antes, em 1558, por determinação do governador Mem de Sá. Os moradores abandonaram suas habitações, estabelecendo-se em Piratininga e ajudando a reforçar, de certa forma, a defesa coletiva ante a constante ameaça nativa. Sobre isso, escreveu Ellis (1997, p. 283, grifo nosso):

²² Essa idéia de finalização da violência indígena através da agressividade deliberada, não era exclusiva dos moradores de São Paulo. O padre Manuel da Nóbrega já exprimira, em 1558, um pensamento que guardava grande similitude com as palavras escritas na ata da Câmara de São Paulo, em 1554. Sobre os índios da Bahia, deixou escrito Nóbrega citado por Eisenberg (2000, p. 238): “[...] se vê por experiência, que se ensoberbessem e fazem piores com afagos e bom tratamento [...] estes da Baía sendo bem tratados e doutrinados com isso se fizeram piores [...] e com severidade e castigo se humilham e sujeitam”.

Com a extinção da Vila de Santo André da Borda do Campo [...] aí se reuniram **(em São Paulo)** brancos e mamelucos para maior resistência aos possíveis ataques do gentio enraivecido. Os tamoios e carijós ameaçavam agredir os incipientes núcleos de colonização.

Convém lembrar que as tribos indígenas então assediadas do planalto paulista não eram, de forma alguma, amigáveis. O índio que espreitava o colono não era, nem de longe, assemelhado ao nativo idílico e romanticamente idealizado em algumas narrativas pretensamente historiográficas, ou mesmo nos romances de cunho histórico. Na segunda metade da centúria quinhentista, a Vila de Piratininga encolhia-se ante o índio revoltoso, renhido e abertamente hostil. A mansidão típica dos incolos agregados nas missões jesuíticas ainda estava por vir. Ponto de entrada para as vastas florestas que existiam no interior, o povoado planaltino conheceu, em toda a sua crueza, os costumes imemoriais que caracterizavam algumas tribos. Os Tamoios, como sabemos, foram significativos antagonistas dos paulistas no século XVI, ameaçando o planalto insistentemente. Sobre esta tribo, na obra *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, escreveu Souza (2001, p. 86):

Este gentio é grande de corpo e muito robusto, são valentes homens e mui belicosos e contrários de todo o gentio senão dos Tupinambás, de quem se fazem parentes, cuja fala se parece muito uma com a outra, e têm as mesmas gentilidades, vida e costumes, e são amigos uns dos outros. São estes Tamoios mui inimigos dos Goitacases [...] e cada dia se matam e comem uns aos outros. Por esta outra parte de São Vicente partem com os Guaianases, com que também têm contínua guerra, sem se perdoarem. Pelejam estes índios com arcos e flechas, no que são muito destros [...] trazem os beiços furados e neles umas pontas de osso compridas com uma cabeça como prego, em que metem esta ponta, e para que não caia a tal cabeça lhe fica de dentro do beiço por onde a metem.

Não vislumbramos aqui nada de edênico, nada que remotamente possa evocar uma única idéia de paraíso terreal. Não verificamos aqui nada de pacificação, nada de concórdia, nada de integração. Confrontamo-nos com os costumes e a cultura de homens que devoram outros homens, guerreiros que ritualisticamente preparam os adversários vencidos como alimentos a serem deglutidos. Festins antropofágicos na orla das selvas tropicais, ávidos selvagens²³ saciando seu apetite canibalesco com a carne de seus oponentes²⁴.

²³ Aqui, o termo *selvagens* é empregado visando a explicitar o estado natural em que estavam os aludidos nativos brasileiros.

²⁴ A antropofagia indígena na colônia não estava restrita às capitânicas do sul. Para que constatem isso, reflitamos sobre algumas palavras escritas pelo padre Manuel da Nóbrega, em carta enviada ao padre

Ainda no ano de 1554, pouquíssimo tempo após fundar a povoação paulista, Manuel da Nóbrega tentou salvar alguns homens que estavam na iminência de serem devorados. Sobre isso, na obra *São Paulo nos primeiros anos*, escreveu Taunay (2003, p. 227):

Assistindo a uma cena de canibalismo quis Nóbrega batizar as vítimas, objeto do festim antropofágico. Como os algozes a tanto se recusassem, administrou-lhes o evangelizador o sacramento por meio do contato com um lenço molhado em água benta. Debalde procurou convencer aos selvagens que se comessem carne de batizados morreriam envenenados. Não desistiram do intuito. Pediram-lhe as vítimas que lhes assistisse ao suplício; pode então o padre Nóbrega encomendá-los [...] morreram muitos clamando por Jesus ...

Taunay não menciona nada sobre o local exato onde ocorreu tal episódio. Terá sido na mata, nas imediações da vila? Ou mesmo dentro dos muros de Piratininga? Não o sabemos.

No entanto, mais à frente, na mesma obra, o célebre historiador afirma, de forma clara, que um líder nativo acabou sendo comido por indígenas seus adversários, dentro do próprio povoado planaltino, com a aquiescência dos colonos, inimigos da vítima e aliados dos promotores da imemorial prática:

Aprisionando os portugueses de São Vicente certo cacique Tamoio, grande ‘comedor’ de lusos, consentiram que os seus aliados selvagens o comessem, celebrando-se o festim dentro da própria vila... (TAUNAY, 2003, p. 253).

Suspeitamos estar claro que a prática cultural da antropofagia não era algo distante, escondido nos confins do sertão, mas uma particularidade primeva da cultura de certas tribos nativas. Tal particularidade estava bem próxima da vila de São Paulo, explicitando-se por vezes, ainda que infreqüentemente, às portas dos próprios moradores, ou mesmo na mais estreita proximidade com os peitoris das janelas inacianas.

Miguel de Torres, da Bahia para Lisboa, no dia 08 de maio de 1558: “[...] têm os gentios mortos e comidos grande número de cristãos [...] são[...] tão carneiros de corpos humanos, que sem excepção de pessoas, a todos matam e comem, e nenhum beneficio os inclinam nem abstém de seus maus costumes” (NÓBREGA *apud* EISENBERG, 2000, p 238). A antropofagia no Brasil Colônia, reiteradamente relatada com palavras denunciadoras do etnocentrismo português, causou estupefação a não poucos homens de além-mar. O povoado paulista, em virtude de sua localização praticamente contígua às brenhas, vivenciou, de forma bem mais próxima, os hábitos ou costumes ancestrais de diferentes grupos nativos. Não por acaso, verificou-se, com o tempo, uma profunda mescla de características atitudinais e comportamentais, inscrita, de forma inarredável, no âmbito de um ambiente marcado por duas culturas que se encontravam.

Por volta de 1555, um respeitado líder indígena, considerado amigo dos jesuítas, demonstraria às escâncaras os pendores ancestrais de seu povo. Tal *principal* preparava-se para protagonizar um sacrifício humano. Sobre isso, escreveu Taunay (2003, p. 255):

Em face do colégio, dentro em pouco, faziam-se os solenes preparativos para o bródio de que deveria ser um Guaianá a vítima. E o pior: não era o anfitrião outro senão o próprio Tibiriçá, que na festa ia funcionar como o sacrificador do prisioneiro. Desvairados de entusiasmo, agiam os neófitos com enorme desenvoltura ... amarrado fora à fatal muçurana o pobre Guaianá ...

Cumprе corroborar que, Martim Afonso Tibiriçá era um homem de não pouco prestígio, uma vez que gozava da consideração dos inacianos e de grande respeito entre os nativos²⁵. Não obstante a amistosa relação já sedimentada entre este chefe indígena e os catequistas, ocorreu uma enfática e áspera reação destes últimos, visando a coibir exemplarmente a prática anticristã que estava prestes a consumir-se. Quanto a isso, asseverou Taunay (2003, p. 255):

[...] resolveu Nóbrega violentamente agir. Em tropel saíram todos os jesuítas do colégio [...] e, firmes em não recuar diante de quaisquer conseqüências, chegaram a se precipitar sobre o morubixaba, desarmando-o [...] armado como estava, tentou agredir os jesuítas, mas estes o contiveram. Estava iminente um terrível desforço dos silvícolas. Cada vez mais audaz, verberou-lhes Nóbrega o procedimento, com a maior dureza de expressão, sobretudo ao sogro e à mulher do reincidente cacique, catecúmenos antigos. Não tardava a tê-los todos aos seus pés, a chorar convulsivamente e a pedir-lhe perdão. Nunca se haveria de repetir em São Paulo uma cena dessas e, daí em diante, poderiam contar os missionários com a obediência absoluta do grande chefe que [...] depois, em 1562, lhes daria as maiores provas de amor e fidelidade, salvando-os da arremetida terrível das tribos Tamoias confederadas.

A severa admoestação dos jesuítas surtiu efeitos significativos, pois parece que não mais ocorreu, daquele dia de 1555 em diante, qualquer rito antropofágico no interior da vila. Cumpre registrar que os padres agiram de forma bastante ativa, cuidando para que suas rígidas palavras fossem acompanhadas de ações efetivas. Destarte, enquanto bradavam palavras repressivas aos índios esfaimados, simultaneamente desfaziam o fogo, dispersavam a aglomeração e libertavam o infortunado Guaianá, desamarrando-o e rompendo a corda que o imobilizara até então.

²⁵ Torna-se necessário mencionar que Tibiriçá esteve sempre exercitando suas relações pessoais inserido na lógica da conquista colonizadora portuguesa, cujas características óbvias não deixavam de postar os líderes nativos em conformidade com os objetivos de domínio e catequização dos índios.

Nosso intuito, ao discorrer brevemente sobre estes índios comedores de carne humana²⁶, não foi, naturalmente, uma tentativa de asseverar ter sido a Vila de São Paulo um palco permanente de banquetes canibalescos. Fomos movidos pela intencionalidade de propor que nas reflexões concernentes aos primórdios de Piratininga, não se faça ausente essa particularidade cultural (a antropofagia) de algumas tribos que não eram, necessariamente, amistosas em relação aos moradores de São Paulo. As práticas antropofágicas, tão renhidamente combatidas pelos jesuítas, eram parte integrante não apenas do contexto da capitania vicentina, mas de uma configuração contextual mais ampla, que abrangia uma vasta área da colônia.

Em termos específicos, o arraial do altiplano vicentino, célula inicial da megalópole que hoje é São Paulo, vivenciou, em suas primeiras décadas, um cotidiano em que o assédio indígena se fez presente, de forma não pouco significativa. Afora isso, torna-se perceptível, de forma talvez não facilmente negável, a simplicidade extrema que caracterizava a vida no povoado. Na obra *No tempo dos bandeirantes*, Belmonte (1940, p. 17) asseverou que: “É evidente a pobreza da vila...”. Este ilustre escritor e ilustrador, tão conhecido pelos estudiosos do passado paulista, levou a cabo, neste livro de fluente leitura, um considerável estudo das antigas atas paulistanas, além de perquirir a produção historiográfica de Machado, notadamente marcada pela perscrutação dos inventários piratininganos²⁷.

Belmonte (1940, p. 45), ao escrever sobre a vida no planalto, quando do irrompimento do século XVII, afirmou que “[...] a sobriedade forçada é característica nos primeiros tempos do seiscentismo”. Mais à frente, na mesma obra, corroborando suas postulações – que convergem para as de uma vasta gama de historiadores – escreveu Belmonte (1940, p. 103):

Sabemos que, na primeira metade da centúria seiscentista, São Paulo do Campo de Piratininga é povoada por gente pobre [...] enquanto o Nordeste com sua caudalosa escravatura negra, pode arrancar ao solo o esplendor da cultura da cana, enriquecendo legiões de senhores de engenho, outra coisa não fazem os paulistas senão implorar que lhes permitam valer-se do braço índio para a sua primária cultura cerealífera.

²⁶ Cardim (1980) no segundo capítulo da obra *Tratados da terra e gente do Brasil*, tece importantes considerações sobre os nativos antropofágicos, no texto intitulado *Do modo que este gentio tem acerca de matar e comer carne humana*.

²⁷ Embora seja primordialmente embasado nas Actas da Câmara e na obra de Alcântara Machado, este trabalho de Belmonte, traz ainda em sua bibliografia obras de Pandiá Calógeras, Affonso Taunay, Pedro Taques, Washington Luís, Basílio de Magalhães e Cassiano Ricardo.

Não olvidemos que no início deste texto, à página 28, verificamos as assertivas de três historiadores acerca das condições materiais de vida em São Paulo: Boxer (1963), Volpato (1985) e Holanda (1990). Observemos, ainda, que tais autores inserem-se num universo mais amplo, povoado por séqüitos de estudiosos que não encontraram elementos probadores de uma situação social opulenta ou faustosa nas origens de São Paulo²⁸. Ao contrário, assoma sempre, de maneira significativa, a robustecida riqueza do Nordeste.

Sendo isso bastante recorrente na historiografia, analisemos, a guiza de corroboração às nossas assertivas, as palavras de Ellis (1997, p. 278):

Impedida pelas condições geográficas de concorrer com a região açucareira por excelência do Brasil colonial – a capitania de Pernambuco enriquecida pelo açúcar – estagnou-se na segunda metade do século XVI a lavoura canavieira iniciada por Martim Afonso de Souza no litoral vicentino. Faixa costeira aluvional, estreita pela presença da serra, de solo pouco profundo, pantanoso, faltavam à região as excelentes condições características da larga planície litorânea e dos massapés do Nordeste, como também as decorrentes da posição privilegiada da Capitania de Pernambuco, na parte mais oriental do novo mundo, facilitando as comunicações com a metrópole, o que aliviara o preço do frete do açúcar transportado para a Europa. Conseqüentemente a Capitania de São Vicente ficou relegada a um plano econômico inferior ...

Não podemos deixar de mencionar que Ellis aqui se refere à região praiana da capitania de São Vicente, não ao planalto paulista, localizado além das cristas da Serra do Mar, na orla das matarias que se adensavam continente adentro, lugar onde se soergueu, a princípio debilmente, a Vila de São Paulo. Entendemos que aqui se faz clara a gradação do isolamento da capitania de Martim Afonso. Se o porto vicentino foi relegado a segundo plano, preterido em benefício das cidades portuárias assentadas mais ao norte, experimentando assim significativo isolamento comercial ... qual terá sido o grau ou a intensidade do isolamento no altiplano, além dos cumes alcantilados, dos paredões rochosos e dos trechos matagosos da Serra do Mar? A resposta parece ser óbvia, mas já foi dada por muitos estudiosos, com elaborações metodológicas diferentes, porém sempre convergindo para a conclusão que aponta, inarredavelmente, para um cotidiano destituído de abastança.

Existe uma extravagante exceção, uma produção cujo viés narrativo chama a atenção, por conta de seus contornos inusitados ou no mínimo curiosos. Estamos falando da obra de Viana (1987), que em boa parte, configura-se uma antítese em

²⁸ Dentre esses autores, destacamos Machado (1980); Taunay (2003); Abreu (1969) e Ellis Jr. (1946).

relação aos mais idôneos, sensatos e criteriosos trabalhos historiográficos concernentes ao Brasil Colônia. No livro *Populações Meridionais do Brasil*, o autor em questão faz asseverações que suspeitamos despidas de não apenas um estudo profundo da história brasileira, como também alijadas das linhas limítrofes da detença reflexiva e da análise teórica, tão necessárias à exeqüibilidade coerente do labor historiográfico:

Durante o I e II séculos, essa vigorosa aristocracia territorial, que vimos florescer em São Vicente e São Paulo, mostra-se senhora de um prestígio, que contrabalança e supera o dos próprios delegados políticos da metrópole. Estes, mesmo os mais graduados, armados embora de poderes amplíssimos, sentem-se diante desses magnatas como que amesquinhadados [...] o prestígio, a ascendência, o poder da nobreza paulista é de formação puramente nacional e tem uma base inteiramente local. É sobre a sesmaria, sobre o domínio rural, sobre o latifúndio agrícola e pastoril que ele se assenta (VIANA, 1987, p.57-58).

Com esse discurso, Viana inicia o Capítulo IV de *Populações Meridionais do Brasil*, intitulado *Pequena história do domínio rural*, cujo primeiro subtítulo é *Prestígio e poder da nobreza paulista*²⁹. Ao fazer asserções categóricas acerca do poder rural dos paulistas, especificando ainda um recorte cronológico que abrange os dois primeiros séculos da colônia, Viana promove uma inversão da história brasileira, concernente ao aludido período. É sabido, largamente, às escâncaras e à exaustão, que o poder oriundo das grandes propriedades de terra não estava, nos dois primeiros séculos, na capitania vicentina. Neste texto, já observamos através de vários autores que a riqueza, à época evocada por Viana, estava localizada no Nordeste, cujo parque açucareiro era a própria configuração da prosperidade dos senhores de engenho. Antes de escrever as afirmações descabidas do Capítulo IV, as quais cremos não merecerem maiores comentários – devido à evidência respeitante à sua impropriedade –, já escrevia Viana no Capítulo I – nomeado *Formação do tipo rural* – da obra em pauta:

Não ostenta a aristocracia colonial do sul menor suntuosidade de viver. Os homens, que a formam, vêm da mesma estirpe étnica e trazem a mesma civilização social e moral. Como os de Pernambuco, os representantes da nobreza paulista são altamente instruídos e cultos. Nas suas relações sociais e domésticas, o tratamento que mantém é perfeitamente fidalgo (VIANA, 1987, p. 25).

Essas palavras, como já o dissemos, estão no Capítulo I da obra que ora comentamos. Cumpre, contudo, adicionar a informação de que, tal capítulo divide-se

²⁹ O Capítulo IV de *Populações Meridionais* apresenta um sumário com doze subtítulos, onde as divagações de Viana avançam infrenes, céleres, à toda brida, rumo às mais inesperadas conclusões.

em seis subtítulos cujo primeiro deles intitula-se: *Esplendor da sociedade colonial nos primeiros séculos. A aristocracia pernambucana. A aristocracia paulista*. Este parece ser um extenso título para um subtítulo, mas é assim mesmo que está na obra³⁰. Neste texto, Pernambuco e São Paulo são colocados em pé de igualdade, quando toda a documentação – sobretudo atas e inventários – aponta para uma vultosa diferença econômica entre o Nordeste e São Vicente.

Na obra *O Caráter Nacional Brasileiro*³¹, Leite (2002) faz uma crítica extensa e contundente, acerca das postulações de Viana (1987).

Para que iniciemos a averiguar isso, analisemos o que escreveu Leite (2002, p. 294, grifo nosso):

[...] sua descrição dos séculos XVI e XVII em São Paulo e Pernambuco mostra até que ponto era capaz de inventar uma história. Logo no capítulo primeiro, denominado *Formação do tipo rural*, Oliveira Viana **imagina** uma vida urbana elegante e fina, que teria florescido em São Paulo e Pernambuco nos dois primeiros séculos da colonização ...

O esplendor e a pomposidade descritos por Viana, despertam em Leite não apenas o desejável antagonismo acadêmico – tão salutar para o avanço dialético do conhecimento científico –, mas uma reação que se avizinha da estupefação.

Para nós também parece, no mínimo estranha, a descrição de *magnatas* paulistas, que alicerçados no fausto, causam sentimentos de inferioridade aos mais altos ou “graduados delegados políticos da metrópole” (VIANA, 1987, p. 57).

Após afirmar que Viana (1987) *imagina* o cotidiano cidadão colonial, no que diz respeito a São Paulo e Pernambuco, Leite (2002) escora sua densa argumentação na historiografia produzida por autores como Machado e Taunay. Sobre o trabalho do primeiro destes historiadores, escreveu o autor:

³⁰ Este subtítulo reúne três questões tão amplas, complexas e controversas que com o devido detimento reflexivo, bastaria para levar a cabo uma grande obra, mas Viana aborda este tripé temático em escassas quatro páginas. Entendemos que para conduzir a termo uma argumentação tão contrária ao que foi pesquisado durante décadas a respeito do Brasil Colonial, seria necessário um texto extenso, um arrazoado denso que mesmo não convencendo, oportunizaria ao leitor, pausas meditabundas e ponderadoras. No entanto, o que vemos no subtítulo I do capítulo I de *Populações Meridionais* é uma ínfima seqüência de *penadas* que de forma canhestra, busca defender assertivas historiográficas desconcertantes, que abrangem um recorte cronológico plurisecular, em menos de cinco páginas.

³¹ Este livro é resultante da tese de doutoramento de Leite, defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no ano de 1954. O mérito dessa obra insere-se numa perspectiva singular, pois na época de sua elaboração, estava em franca efervescência um extenso rol de publicações historiográficas sobre o passado paulista, uma vez que a cidade de São Paulo comemorava seus quatrocentos anos. Essas publicações, custeadas pelo governo paulista, enalteciam os antigos colonos de Piratininga, *reeditando-os* mais uma vez como os heróis das lindes brasileiras.

Pela leitura dos inventários e testamentos da cidade de São Paulo, Alcântara Machado (1943) procura descrever a vida dos paulistas nos primeiros séculos: São Paulo é uma pequena vila com aproximadamente 1500 habitantes e 150 casas, muito pobres e de pouco valor. Os objetos importados são caríssimos, e um vestido de mulher pode valer mais que uma pequena fazenda, ‘um espeto de seis palmos’ pode entrar num inventário ou ser destinado a dote de noiva (LEITE, 2002, p. 294).

Aqui percebemos que o arrazoado do autor de *O caráter Nacional Brasileiro* busca demonstrar, sem rodeios ou floreios, a situação da vida material na gênese de São Paulo.

Já sobre as supostas *cultura e fidalguia* dos paulistas antigos, tão propaladas por Viana, evocando o trabalho de Taunay, Leite (2002, p. 295, grifo nosso) elabora uma lúcida contraposição:

[...] da vida supostamente cavalheiresca, de grandes festas e elevada cultura, Taunay apresenta um quadro melancólico: os supostos fidalgos ocupavam-se de caçar e vender índios, sem os quais não podiam sobreviver, e para isso empregavam todos os acordos mentirosos com índios, que assim eram atraídos e aprisionados. E aqui não se trata de julgar os brasileiros dos séculos XVI e XVII, pois os letrados e os justos talvez tivessem pouco que fazer nos dois primeiros séculos da colonização. Trata-se de mostrar como, desprezando a documentação que era utilizada por historiadores de sua época, Oliveira Viana **inventa** a história.

Evocando as postulações de Taunay – que são, em verdade, corroboradas por muitos outros historiadores –, Leite aponta para o contexto piratiningano seiscentista e setecentista, cujo dia-a-dia não era escoado necessariamente com mesuras ou requintes de sociabilidade, mas sob o signo da objetividade prática e da natural rusticidade do meio. Fazendo ressalvas concernentes à sua própria isenção, bem como à sua preocupação em não julgar os paulistas dos dois primeiros séculos, Leite ressalta a displicência de Viana no que diz respeito aos documentos, afirmando ainda, de forma peremptória, que ele escreve uma história inventada. Tal mordacidade crítica promove aqui, evidente e simultaneamente, duas asserções graves, que colocam em dúvida, incisivamente, a estruturação da obra *Populações Meridionais do Brasil* que foi elaborada, segundo Leite, sem a observância e o resguardo necessários em relação às primícias mais elementares do trabalho historiográfico. A primeira das afirmativas aludidas diz respeito a desprezar documentos, o que não é uma atitude necessariamente

aconselhável a nenhum historiador³². O documento pode sim ser relativizado, pensado em relação ao meio em que foi produzido, mas jamais desprezado. Ao afirmar que Viana (1987) despreza documentos, Leite (2002) o desqualifica como historiador, uma vez que ao ignorar ou simplesmente deixar de lado a documentação escrita, o autor criticado envereda-se por sendas inseguras, pantanosas. A documentação escrita pode até, obviamente, ser contraposta, desde que o historiador obtenha um sólido alicerce teórico, oriundo de outras fontes, permitindo tal contraposição. Em síntese, ao acusar Viana de desprezador de documentos, Leite (2002) alija-o, segrega-o do universo dos historiadores. A segunda asserção de Leite (2002) é bastante clara, pois ele afirma que o autor de *Populações Meridionais, inventa a história*. Cumpre lembrar que anteriormente, Leite (2002) afirma que Viana (1987) *imagina* a rutilância da vida social piratiningana nas suas duas primeiras centúrias. Ora, invencionices e arroubos imaginativos são típicos de romancistas, não de historiadores. Homens que se propõem a escrever a história devem trabalhar com documentos e bibliografia historiográfica. Parece que o autor de *O Caráter Nacional Brasileiro* não se conforma, de forma alguma, com a clara ausência de rigor científico na obra *Populações Meridionais do Brasil*³³:

Oliveira Viana não organiza seu pensamento e, aparentemente, não percebe as contradições espantosas que a leitura revela imediatamente. A sua documentação é também muito pobre; o autor mais citado é ele mesmo, de forma que a confirmação de uma afirmação está em outra, do mesmo livro, ou de livro que promete publicar, embora em nenhum caso se dê um documento comprobatório (LEITE, 2002, p. 299).

Na seqüência de seu extenso arrazoado, Leite (2002) aponta diversas incongruências verificadas por ele em toda a obra em pauta, especialmente as contradições perceptíveis entre vários capítulos, onde constam afirmações diametralmente antagônicas, umas negando as outras.

³² Por outro lado, também a *sacralização* documental, que tem suas raízes em Leopold Von Ranke, oferta apenas a visão oficial da história, preterindo o estudo do cotidiano dos homens comuns. Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, expoentes da Nova história, discutem essa questão de forma bastante aprofundada, postando a documentação oficial não como a fonte majoritária da escrita da história, mas sim como uma dentre tantas outras fontes também importantes, destarte evidenciando não apenas o protagonismo das elites, mas a vida das comunidades em seus contextos específicos.

³³ Cumpre informar que a afiada crítica de Leite à Viana vai mais além, adentrando o campo da discussão étnica, uma vez que este último tece considerações claramente racistas em sua obra como um todo, não apenas no livro ora em questão.

Já sobre a inabilidade de Viana (1987) na formulação de conceitos, bem como sua deturpação acerca das assertivas de vários autores, passando ainda por sua inconvincente recalcitrância ante contraposições sólidas e talvez irrefragáveis, escreveu Leite (2002, p. 300):

Os autores que cita no prefácio são deformados durante a exposição; os conceitos não são definidos com um mínimo de coerência e não aceita os argumentos de historiadores que apresentam documentos. Por exemplo, quando os críticos demonstram que sua idéia de riqueza em São Paulo, nos séculos XVI e XVII, era falsa, que a fonte que usou (Pedro Taques) não merecia fé, Oliveira Viana responde: ‘De mim para mim, não acredito que Taques mentisse integralmente. Houve, embora episodicamente, riqueza entre aqueles intrépidos devassadores de florestas e campos³⁴.

Aqui, além da crítica afiada de Leite (2002) – a essa altura já bastante conhecida por nós –, percebe-se, talvez de forma clara que Viana (1987), vacilantemente recalcitrante, procura manter suas afirmações sobre a opulência paulista nos primeiros séculos. Porém, suas palavras já não mais podem ser consideradas como assertivas, mas sim como débeis argumentos remanescentes de um discurso anterior assaz enfático, que descrevia a sociedade paulista como uma grande agregação de pessoas ricas, instruídas e versadas nas cortesias relativas ao trato pessoal cotidiano. Especialmente nos capítulos I e IV de *Populações Meridionais*, essa *sociedade de corte* é explicada em tom ufanista, mas invariável, monocórdico. Para que possamos aquilatar a que píncaros de exagero chegou Viana (1987, p. 23), verifiquemos suas palavras sobre a vida de São Paulo e Pernambuco, nos dois centênios iniciais da colônia:

Dir-se-ia um recanto de corte européia transplantada para o meio da selvageria americana. Tamanhas as galas e louçanias da sociedade, o seu maravilhoso luxo, o seu fausto espantoso, as graças e os requintes do bom-tom e da elegância.

Isso tudo porque ele não acreditava que Taques (1954) *mentisse integralmente*, como tivemos oportunidade de verificar há pouco ... E também porque ele acreditava que a *riqueza e o esplendor* existiram *episodicamente*, como também pudemos averiguar ainda há pouco ... Quanta incoerência! Quanta coisa escrita sem possibilidade de ser sustentada! À guisa de síntese, corroboremos que em Viana, primeiramente encontramos a ênfase, a veemência e a convicção que borbotam na obra *Populações Meridionais*, engendrando uma tessitura discursiva encomiástica, que oferta uma visão

³⁴ Essas palavras de Viana (1987) estão na página 280 do volume I de *Populações Meridionais*, no *addendum* dedicado a rebater as não poucas críticas feitas à sua obra.

de nobreza e luxo, no que concerne ao mais remoto passado da vila de São Paulo; depois disso, encontramos o autor que se torna *presa* de suas próprias postulações, sem força para sustentá-las, pois simplesmente inexitem argumentos convincentes para tal. Destarte, o autor, presa de si mesmo, chega a admitir que mentiras parciais são válidas, já que não crê ser Taques um mentiroso integral, como cremos ter ficado claro.

Tendo utilizado a obra de Taques (1954) como importante suporte para seu trabalho, Viana (1987) vai articular ou *movimentar* seu discurso num exíguo espaço após as críticas recebidas, pois o famoso linhagista da *Nobiliarquia Paulistana* tornara-se referenciado, ao longo do tempo, como um autor excessivamente imaginativo, que no século XVIII, legara à posteridade uma obra cuja estrutura buscava promover, nitidamente, uma compreensão histórica que nobilitaria a humilde e semi-campesina Piratininga. Ao fiar-se demais em Taques (1954), Viana (1987) trouxe para si uma vasta massa crítica, que contundente e mordazmente, esmerou-se por desconstruir, meticulosamente, sua mais conhecida obra. Tão densas e minudentes foram as críticas que em *resposta*³⁵ escreveu Viana (1987, p. 281):

Nestas críticas, há um trabalho paciente, nem sempre leal e bem intencionado, de caçadores de miudezas, de espiolhadores de nugas e de erros de revisão: justamente por isso, não vale a pena perder um minuto com eles e com elas.

Isto posto, perguntamos: seria uma miudeza – ou equívoco miúdo – caracterizar uma vila sertaneja como um reino de nobres? Mais à frente, referindo-se aos seus criticantes, Viana (1987, p. 282) alcunha-os “microscopistas da crítica”.

Formulemos outra pergunta: descrever o vilarejo planaltino como um opulento núcleo populacional, repleto das radiâncias das cortes portuguesas ... seria este um equívoco infinitesimal, que só poderia ser detectado com o auxílio de um *microscópio*? Sabemos, naturalmente, que não.

Frente às críticas, Viana (1987) enveredou-se por um labiríntico desnorteio, pretendendo conotar como infinitesimal um deslize de proporções mastodônticas. Sua desorientação foi tão acentuada, que antes de sustentar canhestramente sua *fé* em Taques – afirmando que o autor da *Nobiliarquia* não mentia integralmente, chegou a admitir que:

Um dos trechos mais criticados do livro é aquele em que aludo à riqueza e ao fausto dos antigos paulistas do seiscentos e do setecentos, fausto e riqueza descritos, com tão vivo colorido, pelo

³⁵ As respostas de Viana (1987) às críticas de seu trabalho estão, invariavelmente, no *addendum*, ao final do volume I de *Populações Meridionais*

cronista Pedro Tacques na sua *Nobiliarquia Paulistana*. Tacques passa por ser um fabulista imaginoso, pois as suas descrições não condizem com o testemunho que nos dão os inventários dos antigos bandeirantes. Estes documentos históricos, numerosíssimos, revelam, ao contrário da opulência e luxo, uma extrema modéstia no viver daqueles antigos povoadores (VIANA, 1987, p. 280).

Aqui verificamos o próprio autor de *Populações Meridionais* admitindo a existência de uma quantidade copiosa de documentos, que reiteradamente, atesta a “insuficiência do meio em que viviam” – assim se expressa Holanda (1990, p. 16) – os primeiros colonos do planalto vicentino. No entanto, mesmo assim, Viana (1987) permanece recalcitrante, afirmando, de forma burlesca, que a despeito da catadupa de provas documentais, havia, digamos, uma parcela episódica de verdade nas narrativas de Taques. Suspeitamos que os argumentos ofertados por Viana a seus críticos, no *addendum* de *Populações Meridionais*, são extremamente claudicantes e inconvincentes.

De forma ácida e irônica, depreciando as grandiloqüentes frases de Viana, acerca do pristino esplendor piratiningano, escreveu Leite (2002, p. 294):

O luxo de que fala Oliveira Viana pode ser avaliado por um fato singular; quando chega a São Paulo uma criatura importante de Portugal, a Câmara Municipal de São Paulo requisita a cama de um morador; como este se nega a entregá-la, a Câmara emprega força militar.

Na obra *No tempo dos bandeirantes* – já mencionada neste texto, Belmonte (1940) aborda este episódio curioso em que uma visita ilustre, acostumada ao conforto da casta lusitana, quase fica privada de repouso noturnal adequado ... repouso este de que foi forçosamente privado um morador da vila, dono de uma das raras camas do planalto³⁶. Sobre a iminência da chegada do enviado português, escreveu Belmonte (1940, p. 56):

Quando se sabe, numa fria tarde de agosto de 1620, que o ouvidor Amâncio Rebello Coelho virá a São Paulo passar sua correição, assalta os ‘homens bons’ da vila uma terrível, indisfarçável atrapalhação [...] Onde alojar o homem? Onde arranjar uma cama decente para o senhor ouvidor?

Dessas angustiantes cogitações, surgiu o que se imaginou ser a solução do problema: tomar por empréstimo a cama de Gonçalo Pires, a melhor dentre as poucas que existiam na vila. O dono do móvel não acatou o pedido. Isso fez com que a Câmara

³⁶ A grande maioria dos moradores do planalto paulista dormia em redes.

solicitasse a cama, não mais sob simples empréstimo, mas a título de aluguel, que seria pago pela municipalidade a Gonçalo Pires. Mais uma vez o proprietário do leito não se mostrou transigente. Destarte, diante da situação, finalmente a câmara piratiningana decidiu usar a força. Para tanto, à casa do colono foram enviados:

Oficiais da Câmara, com seis índios e homens armados [...] buscar a cama de Gonçalo, quando [...] Gonçalo Pires abre a porta e dá com a assustadora tropa, compreende tudo e corre para dentro. Os homens vão entrando. Invadem o quarto. O oficial, com boas palavras, ainda tenta uma conciliação (BELMONTE, 1940, p. 58).

Interessante essa ação. Enquanto um grupo de homens invade oficialmente um domicílio, um oficial parlamenta com o contrariado proprietário, pretendendo convencê-lo, apacentá-lo para que aceite, sem resistência, a exequibilidade da diligência ordenada pela municipalidade. Na verdade, àquela altura, o morador estava sendo considerado *rebelde*, pois se recusava, renitentemente, a atender um pedido oficial, não aquiescendo no que dizia respeito à cessão, por aluguel ou empréstimo, de um móvel de uso doméstico. Além disso, o pedido oficial fora formulado visando a propiciar conforto para um visitante poderoso, oriundo da metrópole, representante do próprio poder régio. Para podermos aquilatar melhor essa ordem de idéias, que em primeira instância permite o lóbrigar da implacabilidade emanada do poder real, verifiquemos o que escreveu Belmonte (1940, p. 58), acerca das cogitações do juiz da câmara, o homem que ordenou a invasão da casa de Gonçalo Pires:

Se Gonçalo se recusa a servir sua majestade, na respeitável pessoa do senhor ouvidor, deve ser tido como rebelde. Podem, pois, os senhores oficiais [...] requisitar a cama, usando a fôrça.

Cumpramos lembrar que à época deste ocorrido em São Paulo, o que fosse entendido como desrespeito ao rei ou seu representante, era qualificado como *crime de lesa majestade*, implicando em penas bem maiores que a invasão de um domicílio³⁷. No entanto, durante a diligência realizada em sua casa, Gonçalo Pires mais uma vez não transigiu, tendo, ainda, desconsiderado as palavras de apaziguamento proferidas pelo oficial da câmara municipal. A irredutibilidade incoercível do dono da cama, fez com que, finalmente, as medidas mais práticas fossem tomadas. Sobre isso, escreveu Belmonte (1940, p. 59):

³⁷ Tais penas incluíam, conforme o caso, prisão, degredo, execução e até mesmo esquartejamento. Isso demonstra, de certa forma, o risco corrido por Gonçalo Pires, nesse aparentemente prosaico episódio.

Dois homens agarram o ‘rebelde’, enquanto os índios desarmam a cama e vão levando-a, com seu sobrecêu, seus cobertores, seus lençóis, rumo a casa da câmara onde, no dia seguinte, irá dar descanso ao corpo fatigado do senhor ouvidor Amâncio Rebello Coelho.

Aproximadamente um mês depois, a 12 de setembro de 1620, o assunto vinha à baila na sessão da Câmara Municipal. A invasão da casa do morador havia sido um ato oficial. Destarte, fazia-se necessário registrar formalmente a empreita levada a cabo, revestindo-a da pertinente dignidade de qualquer ato, que sob qualquer remoto pretexto, evocasse a lembrança da figura do rei³⁸. Para tanto relatou-se, num primeiro momento, a *tomada* da cama de Gonçalo Pires:

[...] mandarão os ofisiais da câmara vir uma cama de colchão e cobertor e hũ lansol de pano de algodão uzado e hũ traviseiro uzado que foi tomado a Gonsallo Pis por mandado dos officiais da câmara p^a ouvidor geral (ACTAS DA CÂMARA, 1620, p. 446).

Mais à frente, na mesma ata, os homens do conselho providenciaram para que Gonçalo Pires fosse notificado acerca do recebimento do *aluguel* de seu móvel, cujo dinheiro do pagamento estava em poder da câmara. O proprietário da cama deveria comparecer à câmara para recebê-lo:

[...] acordarão os ofisiais juiz e vereadores e procurador do conselho que fose notificado cõ pena de seis mil reis que logo Gonsallo Pis se venha ãntregar a reseba ho Dr^o que sua magde manda de alluger de sua cama [...] me mandarão a m^ã escrivão que o notificasse [...] (ACTAS DA CÂMARA, 1620, p. 447).

Aqui é fácil verificar que a conduta de Gonçalo Pires, segundo a Câmara, é delituosa. Ademais, cumpre esclarecer que segundo Belmonte (1940, p. 52), o morador “[...] não quer mais receber o leito de volta”. Essa recusa do proprietário acerca da devolução de seu móvel foi, ao que parece, a fator motivador do sentencioso *tom* desta ata de vereança. Gonçalo Pires deveria se ãntregar (entregar) e receber a quantia relativa ao *aluguel de sua cama*. Faz-se necessário observar que o montante relativo ao *aluguel* do leito não é mencionado. No entanto, menciona-se claramente o valor da multa, caso o notificado não comparecesse para receber o dinheiro *mandado por sua magde* (majestade): seis mil réis³⁹.

³⁸ Resguardar a imarcescibilidade do respeito ao poder régio era, no seiscentismo, uma característica atitudinal presente em qualquer instituição. Tal característica atitudinal, de contornos quase dogmáticos, provinha da sociedade medieval européia, densamente hierarquizada e assentada sobre a organização nobiliárquica.

³⁹ Quantia vultosa na época.

Recordemos que na verdade, a oferta de aluguel feita pela câmara ao dono da cama fora por ele recusada. Lembremos também, que tal recusa aconteceu depois de sua primitiva negativa no que concernia à proposta de simples empréstimo da cama. Em palavras simples: Gonçalo Pires não emprestou nem alugou seu leito. O móvel fora-lhe *tomado* à força dentro de sua própria casa. No entanto, para recebê-lo de volta, juntamente com o pagamento de seu *aluguel*, deveria o morador ir à câmara ... fazendo, em sentido inverso, o mesmo caminho percorrido pelos oficiais da câmara e pelos índios que os acompanhavam, quando da invasão de sua residência.

A despeito da notificação entregue pelo escrivão Paulo Silva, Gonçalo Pires não compareceu à câmara, agindo, a partir de então, com uma pertinácia que o tornou quase legendário, inserindo-o na história como um personagem de contornos burlescos, quase cômicos, num tempo em que a violência do apresamento indígena tornava-se cada vez mais mordaz, porém ausente dos registros da câmara. As notificações foram muitas, ora entregues ao próprio notificado, ora deixadas com um seu vizinho, pois sua presença em sua própria casa não era comum, apesar das sucessivas visitas dos oficiais. Um homem primeiramente intransigente em termos diretos, deliberados; depois, um homem nada encontradiço em sua residência, a despeito da passagem do tempo. Além da resistência declarada às interpelações dos oficiais, parece que Gonçalo Pires começou a evitar os encontros com os representantes do Conselho, escondendo-se quando estes se avizinhavam de sua moradia. O registro acerca desse comportamento esquivo foi feito pelo alcaide da Vila de São Paulo. Sobre isso escreveu Belmonte (1940, p. 60-61):

[...] certo dia, reunida a Câmara, o procurador faz entrar no recinto o alcaide Francisco Jorge para que este exponha à casa o que tem havido com Gonçalo Pires. E o alcaide, após jurar sobre os evangelhos, pondo a mão sobre um Livro de Hora, deu fé que indo à casa de Gonçalo Pires fazer uma notificação por mandado dos ditos officiaes que mandavam ao dito Gonçalo viesse tomar entrega de uma cama que nesta casa do conselho está, a qual cama foi tomada para o serviço do Ouvidor geral Amâncio Rebello Coelho, o dito Gonçalo Pires se lhe escondera, o que fazia afim de se lhe não fazer a dita notificação e para não se lhe entregar a dita cama [...] mandaram os ditos officiaes lhe fosse feita a terceira notificação e, quando não o acharem, notificarão um visinho seu mais chegado.

Apesar de, em linhas gerais, informar de forma correta acerca da renitência singular do dono da cama, fornecendo uma idéia relativamente coesa no que concerne a essa sessão da câmara, Belmonte (1940) cometeu alguns deslizes, que pensamos não ser lícito omitir. Primeiramente, o autor de *No Tempo dos Bandeirantes* não menciona a data da referida sessão da câmara paulistana, deixando o leitor apenas com a referência

certo dia. Fomos às Actas da Câmara e verificamos que essa sessão ocorreu em 31 de outubro de 1620. Outro equívoco foi cometido ao mencionar Francisco Jorge como o alcaide que assenhoreou-se da palavra, narrando o episódio da malograda notificação. Cumpre informar que Francisco Jorge era, na ocasião, procurador do conselho, não exercendo, portanto, o cargo de alcaide, que era, sim, exercido por Francisco Preto, o homem que falou sobre o notificado que se escondera, tornando improficua sua diligência. Cumpre também informar que o alcaide (que não era a pessoa mencionada por Belmonte, como acabamos de afirmar) não fez nenhum juramento perante *os evangelhos*, como também não pôs a mão sobre nenhum *Livro de Horas*.

Para que isso possa ficar satisfatoriamente esclarecido, cremos que devemos averiguar, na íntegra, o que diz a ata dessa sessão sobre o assunto em pauta:

Ao derradeiro de outubro de mil e seis sentos e vinte anos se ajuntarão, os offisiais da camara a saber o juis salvador piz e os vreadores garcia roiz e gaspar da costa e pº dias e o **procurador do conselho frco jorge** e logo na dita camara aparece ho **alcaide frco preto** desta villa e deu por fé que indo a casa de gonsalo pis a fazer hua notificação per mandado dos ditos officiais è como lhe mandavão ao dito gonsalo piz viesse tomar entrega de hũa cama que nesta do concelho, esta a qual cama foi tomada pº o serviso do ouvidor geral amâncio rabello coelho conforme ao regimtº que de sua magde tras o dito gonsalo piz se lhes escondera ho que fazia so afim de se lhe não fazer a dita notificação e per se não entregar da dita cama fundado em sua malicia e enteres ao que mandarão os ditos officiais lhe fose feita a terseira notificação e quando o não acharen notificarão a hũ vesinho seu mais chegado e de como asi ho mandarão se asinarão aqui eu paullo da silva escrivão da camara que ho, escrevi – Garcia Roiz – Salvador piz – gpar da costa – Pedro dias – frco jorge (ACTAS DA CÂMARA, 1620, p. 452, grifos nossos).

Cremos que após essa detença comparativa, as impropriedades por nós apontadas tenham sido visualizadas, trazendo a lume a procedência de nossas asserções. Contudo, corroboremos que em nosso entendimento, Belmonte não fornece, em absoluto, uma idéia contextual distorcida sobre a Vila de Piratininga. Algumas penadas poéticas são, de fato, encontradas em seu texto, mas sem deformar a compreensão dos *atos* enfocados. Afirmamos isso pelo fato de termos feito, ao longo da obra *No tempo dos Bandeirantes*, um trabalho de comparação entre as postulações principais de Belmonte e as Atas da Câmara da Vila de São Paulo, que constituem sua fonte principal. Observando as atas e perscrutando o texto da obra em questão, verificamos que não existe incoerência no trabalho de *reconstrução* do cotidiano planaltino, na incipiência da colonização. Excetuando-se alguns poucos deslizes, como os que há

pouco apontamos, Belmonte reconstitui o passado paulista de maneira, digamos, bastante reflexiva. Em sua abordagem não encontramos o sertanista sobre-humano, coroado de glória épica e revestido de inconspicável destemor. Ao invés de ressaltar – como era comum em seu tempo – o intemorato e heróico desbravador das intrincadas matarias tropicais, Belmonte demonstra as dificuldades materiais vivenciadas por homens rústicos que habitavam um povoado no limiar dos sertões intocados pelo europeu⁴⁰. Isso, repetimos, não era comum no final dos anos trinta – 1939 –, quando foi publicada a primeira edição de *No Tempo dos Bandeirantes*⁴¹. Descompromissado em relação ao então reinante convencionalismo grandiloquente, que caracterizava as narrativas sobre os bandeirantes, Belmonte perlongou as Actas da Câmara Paulistana, atento às condições da vida no vilarejo de Piratininga, ofertando um viés de abordagem que tempos depois seria ampliado e aperfeiçoado pelos autores da historiografia crítica, que tantas contraposições fizeram – com a publicação de suas obras – às produções da historiografia convencional/apologética; destarte contribuindo para o alargamento das discussões metodológico-conceituais acerca da vida no Brasil colonial, mais especificamente na Capitania de São Vicente. Em Belmonte, percebe-se – apesar do fraseado aparentemente despreocupado – uma sistemática e rigorosa preocupação com as fontes. Prova disso é sua pertinácia na investigação das atas, especialmente para construir sua narrativa sobre a celeuma envolvendo a cama de Gonçalo Pires. Expliquemo-nos melhor: já verificamos que este controvertido episódio, tendo ocorrido em agosto de 1620, encetou uma quase cômica pendenga, registrada nas Atas da Câmara de 12 de setembro e 31 de outubro do mesmo ano. Isso, corroboremos, já sabemos. Porém, na obra de Belmonte, evidencia-se que tal polêmica foi bem mais longe, e é isso que demonstra a satisfatoriedade da pesquisa deste autor, uma vez que não seria possível, sem um estudo detalhado das atas – verificando sessão por sessão – encontrar todos os desdobramentos do caso, pelo menos aqueles registrados oficialmente pelo escrivão da municipalidade. Para que constatemos isso, basta verificar que a menção de outra ata, envolvendo o célebre leito, aparece no texto de *Nos Tempos dos Bandeirantes*. Trata-se de uma sessão ocorrida sete anos após o início da celeuma. Já não mais o escrivão Paullo da Silva, mas outro, chamado Manoel da Cunha, registrava:

⁴⁰ No entanto, cumpre informar que vários dos muitos desenhos que ilustram a obra *No Tempo dos Bandeirantes*, não coadunam com a rusticidade evocada pela construção textual de Belmonte.

⁴¹ No ano seguinte (1940), a segunda edição era publicada.

Sertifiquo eu mel da Cunha escrivão da Câmara desta villa de São Paulo em como he verdade que eu notefiquei a Gco Pires vihesse tomar sua cama por mdº dos offisiais desta Câmara ho quall respondeo que lha desen como lha tomarão que então a reseberia e pª que cõste fis esta oje vinte e sete de fevereiro de Mill e seis sentos e vinte s sete anos – Manoell da Cunha (ACTAS DA CÂMARA, 1627, p. 262).

Esse é o registro original, tal qual foi feito há quase quatrocentos anos. Aqui, fica evidente que o legendário Gonçalo Pires não queria, de forma alguma, seu móvel de volta, a não ser que os oficiais a devolvessem em sua casa. No livro de Belmonte, a fidedignidade relativa à citação desse trecho é plena, excetuando algumas ínfimas alterações ou adaptações ortográficas, como na palavra ‘sertifiquo’, que o autor escreveu ‘sertifico’. Isso, está claro, não muda a compreensão do leitor acerca do documento. O que mais importa aqui é verificar o trabalho perscrutante, que na obra em questão foi levado a cabo. Um trabalho no mínimo diligente, propiciador de um levantamento eficiente de informações, caracterizado por menções a registros municipais não pouco espaçados ao longo do tempo, como ficou aqui evidente, uma vez que entre uma e outra ata medeia uma *lacuna cronológica* de mais de meia década. Em palavras simples, pode ser dito que o autor necessitou realizar um trabalho que envolveu a leitura vigilante de documentos oficiais, produzidos em sua maioria semanalmente, ao longo de sete anos. Claro que a massa de leitura foi bem maior, para que todos os textos da obra fossem concluídos. Tendo sido escrita por um desenhista que não se considerava historiador, mas *humorista*⁴², a obra *No Tempo dos Bandeirantes*, guardadas as proporções e a natureza de sua proposta, trouxe uma contribuição nada desprezível para a historiografia que trata do passado paulista.

Sobre essa obra, Afonso de Taunay publicou duas cartas no jornal paulistano *Folha da Manhã*, respectivamente em 24 de abril e 08 de maio de 1938, apontando supostas impropriedades em alguns trechos específicos do texto. Por ocasião da publicação da 2ª edição de *No Tempo dos Bandeirantes*, no ano de 1940, Belmonte respondeu às críticas de Taunay, no tom elegante de seu tempo, mas sem arredar pé de suas asseverações:

⁴² Em breve nota, no início da obra que ora abordamos, Belmonte escreveu: “este não é, propriamente um livro de história [...] poder-se-ia classificá-lo na categoria dos livros subsidiários, se é que este trabalho merece classificação. Pareceu-me, contudo, quando planejei, o escrevi e illustrei, que um livro deste gênero poderia ser útil aos espíritos curiosos [...] quanto aos historiadores, estou certo de que perdoarão o humorista curioso que, com tanta sem cerimônia, mas com a melhor das intenções, lhes invadiu os domínios.”

[...] é sempre agradável estar-se em contato, mesmo através da imprensa, com o formoso espírito de Afonso de Taunay [...] me vejo forçado a opor algumas objeções a certos trechos da gentilíssima carta com que me honrou, há dias, o grande historiador (BELMONTE, 1940, p. 281).

Mais à frente, escorando seus argumentos na leitura de inventários e testamentos do século XVII, Belmonte (1940, p. 288) assim se refere a Taunay:

[...] com a erudição que tão singularmente o caracteriza e que todos nós admiramos, teima o mestre [...] com argumentos que brilham mas que, infelizmente não me convencem.

Quatro páginas adiante, já quase no final de sua *defesa* ante às críticas recebidas, escreveu Belmonte (1940, p. 292):

A argumentação elegante, erudita e fascinadora de Afonso de Taunay não conseguiu, ao meu ver, vencer a pobreza documental da iconografia paulista [...] de nada valeu o farol da erudição do mestre [...] apenas continuo onde estava: a casa do roteiro de Céspedes não pode ser a câmara seiscentista de São Paulo.

Aqui, Belmonte insinua que Taunay elabora suas postulações de forma fantasiosa, desconsiderando as limitações impostas pela escassa iconografia paulista nos dois primeiros séculos coloniais. A discordância entre os dois autores gira em torno de um desenho do século XVII, que consta no mapa-roteiro de Dom Luiz de Céspedes Xéria, quando de sua viagem do Rio de Janeiro ao Paraguai. Um dos pontos de parada da comitiva do governador paraguaio foi a vila de São Paulo, onde foi concebido o tal desenho, objeto de divergência entre Taunay e Belmonte. Para que possamos entender isso melhor, vejamos o rústico trabalho iconográfico, pomo da discórdia – como diria Saviani⁴³ – na pegadilha em pauta:



⁴³ Na obra *Pedagogia Histórico-Crítica*, Dermeval Saviani (2003) lança mão da expressão pomo da discórdia, referindo-se ao ponto fulcral de uma acirrada polêmica entre dois célebres educadores e pesquisadores, usando ainda a referida expressão para nomear o Capítulo II da mencionada obra.

Essa tosca representação iconográfica seria ou não a Câmara da Vila de São Paulo? Taunay assevera que sim, Belmonte afirma que não. Na centúria seiscentista, de acordo com Belmonte, a Câmara Municipal teria um alpendre, que por três vezes fora mencionado nas atas, necessitando de reparos. As sessões relativas a essas três menções sobre tal alpendre foram realizadas, respectivamente em 21 de outubro de 1634, 24 de março de 1635 e 11 de agosto de 1635.

Na ata da primeira dessas sessões está escrito:

[...] pelo procurador do conselho foi requerido aos ofisiaes que pusessem cobro no alpendre da casa do conselho que estava para quair o que visto pelos ofisiaes foi dito que eles acudirião a isso... (ACTAS DA CÂMARA, 1634, p. 224).

Na segunda sessão mencionada, registrou-se:

[...] pelo procurador do conselho Amaro Domingues por vir a esta camara foi dito que lhes requeria a eles ditos ofisiaes da camara puzessem cobro no alpendre e balquão da casa do conselho que estava pêra cahir ... (ACTAS DA CÂMARA, 1629-1639, p. 247)

Já na última das sessões aludidas, consta que:

[...] pelo procurador foi dito que lhes requeria mandase acabar de cobrir o alpendre do conselho ... (ACTAS DA CÂMARA, 1629-1639, p. 261)

Essa nossa consulta às atas foi feita para que pudéssemos verificar, com segurança, o grau de veracidade existente nas afirmações de Belmonte. Quanto a isso, num primeiro momento cumpre informar que, na obra *No Tempo dos Bandeirantes*, às páginas 274 e 276, os trechos que aqui transcrevemos diretamente das atas, são identicamente citados por Belmonte, destarte configurando, neste caso, uma fidedignidade literal do autor, em relação às fontes investigadas. Em segundo lugar, percebe-se que talvez seja indubitável a existência de um alpendre no prédio. Isso parece ser, de fato, irrefragável, posto que existem três alusões oficiais diretas e claras, no que concerne ao precário estado dessa específica dependência da Câmara. Isto posto, suspeitamos apresentar-se a necessidade de rememorar, que as três atas referentes ao alpendre foram redigidas de outubro de 1634 a agosto de 1635. Lembremo-nos também, que a passagem do governador uruguaio Céspedes Xéria em São Paulo ocorreu no ano de 1628, quando o desenho que há pouco vimos foi feito em seu roteiro cartográfico. Desta forma, perguntemos: se em 1634 existia na Câmara um alpendre quase a desabar, não é lógico cogitar que tal alpendre já existia seis anos antes, quando da visita de Céspedes Xéria? Talvez sim ...

Quanto a isso, a convicção de Belmonte (1940, p. 277) revela-se pétrea, inequívoca:

O real, o evidente, o indiscutível, o insofismável, neste caso de investigação iconográfica, é que o governador do Paraguai, ao traçar a sua ‘Villa de San Pablo’, não podia, se não era cego, ter deixado de registrar o alpendre e o balcão que, sem a menor sombra de dúvida existiam na casa da câmara.

Ao desenhar uma casa sem alpendre em seu roteiro cartográfico, Céspedes Xéria pode ter buscado reproduzir não a Câmara, mas outro prédio da vila de São Paulo, ou mesmo pretendido apenas traçar uma representação simbólica do povoado piratiningano. Essas são hipóteses levantadas não por nós, mas pelo autor de *No Tempo dos Bandeirantes*, contestando o célebre estudioso que levou a cabo a monumental *História das Bandeiras Paulistas*⁴⁴.

Essa férrea discordância entre dois conhecidos investigadores do passado paulista, suscitou em outro historiador uma manifestação a respeito. Tal manifestação proveio de Magalhães – autor da densa obra *Expansão Geográfica do Brasil Colonial* –, que escreveu uma carta a Belmonte, reputando como procedentes as suas afirmações. Desta missiva, observemos o seguinte trecho:

[...] se o prédio em questão fosse o da edilidade paulistana, Céspedes não poderia ter deixado de representá-lo com o alpendre e o balcão que, indubitavelmente lhe avultavam na fachada. Subscrevo, portanto, suas razões, que reputo claras, eruditas e indiscutíveis (MAGALHÃES *apud* BELMONTE, 1940, p. 292).

Ao tecer tais considerações, Magalhães não apenas se mostra cordato com as assertivas de Belmonte, mas também refuta, tácita, porém peremptoriamente, a asserções obstinadamente defendidas por Taunay.

Doravante, cumpre esclarecer as razões que nos levaram a trazer essa celeuma para o nosso texto. Fez parte de nossa intenção demonstrar uma significativa divergência, verificada entre dois autores que escreveram sobre os primórdios de São Paulo, tema que ora investigamos, buscando, sobretudo, a compreensão acerca do núcleo populacional de onde saíram os sertanistas que devassaram os sertões. Nossa intencionalidade traz ainda consigo, intrinsecamente, a tentativa de demonstrar, em termos suficientemente claros, a notável concordância existente entre Taunay e Belmonte, no que concerne às condições concretas de vida na incipiente São Paulo, no estágio germinal da colonização. Se os dois autores se envolveram numa pegadinha

⁴⁴ Assim Belmonte (1940, p. 282) se refere à mais vasta e conhecida obra de Taunay.

inarredável e intransigente, no que diz respeito ao desenho de Céspedes, apresentando argumentos que apontam para direções distintas, completamente antagônicas, o mesmo não ocorreu, de forma alguma, em relação às condições sociais do planalto paulista. De maneira inequívoca e unívoca, ambos os estudiosos apresentam-nos uma agregação humana, que condicionada historicamente por contingências específicas – já aludidas nesse texto –, vivia um cotidiano assaz destituído de conforto. Já esclarecemos que na obra *No Tempo dos Bandeirantes*, Belmonte utilizou como fonte as Actas da Câmara Municipal de Piratininga. Essa informação aqui retorna para podermos esclarecer que a obra de Taunay doravante abordada – *São Paulo nos primeiros anos* –, e já também mencionada neste texto, teve igualmente como fonte as atas da edilidade planaltina. As duas obras, portanto, estão sustentadas por pesquisas que trilharam as *sendas* escritas por moradores piratininganos, não por historiadores posteriores, brasileiros ou estrangeiros. Desta forma, os mesmos autores que se enovelaram em renhida discussão acerca da representação iconográfica de uma edificação paulista, agora parecem até mesmo fazer eco um para o outro, tamanha a semelhança de suas afirmações.

Sobre as características da Vila de São Paulo, nas primeiras décadas após seu surgimento, escreveu Taunay (2003, p. 16):

Pobríssimos os primórdios da nossa metrópole hodierna do sul, o vilarejo minúsculo, à orla do imenso sertão ignoto, que, durante decênios, abrigou uma população receosa de uma destruição que tantas vezes pareceu iminente.

Aqui, Taunay lança mão do superlativo – *pobríssimos* – para adjetivar os primeiros tempos do *vilarejo* que não é pequeno, mas *minúsculo*, lembrando ainda a presença da ameaça indígena.

Não menos perdulário em suas adjetivações, escrevendo sobre a São Paulo do século XVII, Belmonte afirmou que a vila era *um burgo paupérrimo*⁴⁵, também lançando mão de uma palavra superlativa, além de inserir, em sua afirmação, um termo mais próprio – *burgo* – para caracterizar um povoado da idade média. Isso nos fornece uma idéia acerca da ênfase, que ambos os autores pretendem dar sobre a pobreza paulista na época que ora abordamos. Taunay (2003, p. 20), seguindo no mesmo tom superlativo, escreveu ainda sobre São Paulo: “[...] primitiva e minúscula aldeola quinhentista, semi-ilhada da civilização [...]”, onde havia “[...] ásperos habitantes [...]” Duas páginas à frente, refletindo sobre essas pessoas, escreveu o mesmo autor:

⁴⁵ Belmonte, 1940, p. 115.

Menos rijos fossem, menos apropriados a seu papel de guardas avançados e não se poderiam habituar à vida naquela Vila de São Paulo do Campo, tão miseravelmente dotada ainda das coisas da civilização, ilhada do universo pela barreira aspérrima da serra marítima (TAUNAY, 2003, p. 22).

Aqui, escrevendo sobre a rustiquez dos paulistas antigos, Taunay alude novamente à miséria planáltica, mencionando ainda, o papel da Serra do Mar, no que concerne ao isolamento da vila. Se a população não era rica, isso era refletido no interior das casas. Belmonte (1940, p. 105) afirmou que o:

[...] mobiliário das residências [...] é de uma escassez desolante [...] nada indica opulência nesses lares modestos.

Entre os poucos e toscos objetos domésticos, como cadeiras, bufetes, catres e mais raramente um armário, Belmonte destaca a importância da arca na moradia do paulista antigo:

As arcas, que nos inventários surgem invariavelmente com o nome de caixas, são encontradas em toda parte, pois ela, na vastidão dos seus seis, oito ou nove palmos, substituem quase todos os móveis da casa. Como o tonel das Danaides, parecem não ter fundo e, tanto servem para guardar roupas, louças e ferramentas como, quando fechadas, se prestam solícitamente a servir de bancos. Daí, posteriormente, o aparecimento do escabelo habilmente adaptado às suas tampas (BELMONTE, 1940, p. 46-48).

Sobre o interior das habitações piratininganas, as afirmações de Belmonte guardam grande semelhança com as de Taunay (2003, p. 158):

Reinava em São Paulo no século XVI, como já o frisamos, grande desconforto nas casas e ausência de objetos manufaturados, das coisas mais usuais da vida civilizada.

Essa frase abre o capítulo XXIII da obra *São Paulo nos primeiros anos*, encimada pelas palavras indicativas do conteúdo do texto: *Pobreza e desconforto nos lares – Ausência de mobiliário – Falta de utensílios e objetos mezinhos à vida civilizada*. Segundo Taunay (2003, p. 158) nas casas paulistanas existiam “toscos bancos e catres, mesas e escabelos como mobília, rudes arcas mal ajustadas, onde se guardava a pouca roupa da família ...”.

Como percebemos, os estudiosos que ainda há pouco – como já demonstramos – estavam em franca divergência, agora afirmam as mesmas coisas, um parecendo frisar ou corroborar o que o outro escreve. Isso não nos assombra ou espanta, uma vez que divergir acerca da constatada precariedade material da São Paulo quinhentista ou

seiscentista, não nos parece, em primeira instância, uma atitude responsável, em termos historiográficos.

Referindo-se ao início da centúria seiscentista, escreveu Belmonte (1940, p. 51):

Os primeiros anos do seiscentismo transcorrem ainda dentro de um quase pauperismo [...] impera a mais irremediável das sobriedades – sobriedade, que outra coisa não é senão pobreza e de que é um curioso paradigma o surpreendente caso da cama de Gonçalo Pires.

Esse comentário de Belmonte parece ter bastante propriedade. Uma celeuma tão grande envolvendo uma cama é, de fato, algo que demonstra, de maneira evidente, a então situação material reinante na Vila de São Paulo. Ademais, cumpre observar que a edilidade paulistana designou dois homens *ajuramentados* para averiguar as condições da cama, ficando constatado que o móvel não era, necessariamente, apresentável.

Verifiquemos este trecho da Ata de 12 de setembro de 1622:

[...] Hos oficiais da câmara mandarão ver a dita cama per dous homes ajuramentados que forão Belchior da Costa e Gaspar Mel Salvalso os quais diserão que estava a cama velha e suja [...] (ACTAS DA CÂMARA, 1622, p. 446).

Destarte, vê-se que um leito em condições precárias era um luxo na São Paulo seiscentista. Suspeitamos que isso revela, de maneira clara, a ausência de conforto ou comodidade na áspera e canhestra agregação humana, que medrara em meio às adversidades do então agreste continente, no limiar da vastidão selvática interior, bafejada de perto pelos ventos arbóreos das brenhas incógnitas, mas privada das aragens praianas e da maresia portuária.

Já verificamos, na página 30 do presente texto, a significativa intensidade das críticas tecidas por Taunay a Taques, no prefácio da edição de 1954 da *Nobiliarquia Paulistana*. Como verificamos, o autor da *História Geral das Bandeiras Paulistas* aponta, com propriedade, os exageros de Taques no que concerne à asseveração, tantas vezes frisada, da existência de pompa e opulência na São Paulo dos priscos tempos. Essa faceta das críticas de Taunay atinge culminâncias ainda mais interessantes, quando é revelada a obsessão de Taques pelas composições heráldicas, bem como sua iniciativa de registrar brasões próprios, que expressavam, oficialmente, sua nobilíssima ancestralidade.

Sobre isso, escreveu Taunay (1954, p. 59):

[...] sentindo em si as impulsões do ‘nobre sangue que nele verificaram por tantos costados’, obedecendo a essa ordem de idéias registrou Pedro Taques brasões próprios como descendente de Luís

Pedroso de Barros e, como undécimo neto do Senhor de Belmonte, as armas dos Velhos, Melos, Cabrais e Travassos, passadas em 1709.

Essa euforia enstusiástica de Taques levou-o a pretender locupletar-se com outros sucessivos registros nobiliárquicos, fazendo-o sugerir-se como um exemplo a ser seguido. Após registrar seus brasões, o linhagista passou a sugerir outros, no sentido de que fizessem o mesmo, ou seja, registrassem seus brasões de família. Acerca disso, afirmou Taunay (1954, p. 59):

[...] a muitos aconselhou procedessem do mesmo modo, como em diversos tópicos da *Nobiliarquia* alega. Chegavam os seus exageros nesse particular ao ponto de aplaudir e até recomendar que se repetissem os registros de tais brasões nas diversas Câmaras da Capitania de São Paulo e nas das vizinhas.

Aqui, torna-se fácil verificar que Taques pretendia *massificar* os registros heráldicos, desta forma *nobilitando* a população paulista do século XVIII, além de ainda desejar estender tal processo para as outras capitanias adjacentes. Tal preocupação tão enfática com a verificação genealógica, bem como com o registro formal de armas, revela não apenas a aspiração de Taques no que dizia respeito a propalar sua ancestralidade fidalga, mas também suas concepções aristocráticas acerca da sociedade. O linhagista parece ter vivido enlevado com a idéia de uma sociedade de corte, cuja casta resplandecente a tudo iluminaria. Concernente a isso, escreveu Taunay (1954, p. 59):

Teve o espírito nobiliárquico colonial o seu máximo representante em Pedro Taques, por ele viveu empolgado, pretendendo ao Brasil transplantar idéias e sentimentos que não se coadunavam inteiramente com as condições sociológicas da vida portuguesa setecentista. E realmente já no reino lusitano se notavam flagrantes demonstrações de enfraquecimento da tradição e do despontar do incoercível movimento nivelador que no século seguinte haveria de, por completo, arrasar as instituições nobiliárquicas...

Se no século XVIII já era observada essa fragilização nobiliárquica em Portugal, faz-se evidente que cá na colônia – onde os alicerces da nobreza jamais foram profundamente assentados e assaz espalhados –, não se vivia um cotidiano de pomposidade palaciana e resplandência cerimonial régia. Cumpre, inclusive, pontuar muito brevemente, que sendo herdeiras das tradições dinásticas e do legado medieval, as nações européias traziam em seu bojo, naturalmente, as permanências da mentalidade nobiliárquica. Em desdobramento, pode ser afirmado que em Portugal, tais permanências eram perceptíveis no centênio setecentista, embora em simultaneidade

com uma também verificada descensão no que concernia à influência e ao poder da nobreza na sociedade. Essa deterioração do poderio da corte era uma fase não ainda avançada do processo de *decomposição*, que levava os valores nobiliárquicos a entrarem em vertiginoso declínio, até que aproximadamente um século depois, o poder monárquico deu mostras de encontrar-se em seus estertores.

No entanto, a despeito dessa situação da nobreza portuguesa no *setecentos*, cujos enfraquecidos e pálidos reflexos apenas intermitente e baçamente brilhavam por aqui, destacou-se Taques como aguerrido propalador da nobiliarquia tupiniquim, cujos antigos e gloriosos troncos remontavam à dias remotos da casta lusa, abundantes da radiância e da autoridade emanados do reinar majestático. Segundo Taunay (1954, p. 58), Taques não fazia “[...] a menor cerimônia em confessar que se julgava tão nobre como qualquer aristocrata dos mais cheios de prosápia, da Europa ...”.

Como é largamente sabido, os equívocos de Taques são apontados por vários críticos da *Nobiliarquia Paulistana*. Dentre tais criticadores, Silva Leme foi talvez o que mais profundamente analisou a obra em pauta, uma vez que também levou a cabo uma diligente pesquisa genealógica acerca das antigas famílias paulistas. Sobre isso escreveu Taunay (1954, p. 51):

Na severa e acurada revisão da *Nobiliarquia*, por Silva Leme, levada a efeito para a sua magistral *Genealogia Paulistana*, teve ele ensejo de, por diversas vezes, encontrar em erro o linhagista, apontando-lhe sensíveis faltas e lacunas, até em sua própria ascendência.

De nossa parte, suspeitamos que a maior distorção de Taques não foi em relação a qualquer equívoco de natureza genealógica, no sentido literal da palavra. Investigar e percorrer os *ramos* cada vez mais remotos das famílias paulistas é, a nosso ver, uma tarefa que traz consigo, intrinsecamente, a possibilidade de cometimento de erros. Queremos dizer com isso que não nos alarmamos com eventuais erros ou equívocos de natureza técnica, numa obra tão complexa como a *Nobiliarquia*, que trabalha com um verdadeiro emaranhado de patronímicos às vezes iguais ou parecidos, significando cada um deles várias outras ramificações parentais não raro pouco dessemelhantes. Nesses domínios pantanosos, eventuais escorregões são quase certos. Feitas tais ressalvas, afirmemos que para nós, os aspectos mais desventuroso da obra de Taques adentra os limites conceituais, sendo por isso de natureza mais significativa ou grave. Entendemos, de forma clara, que de um texto que investiga as famílias paulistas – perlongando seus *galhos* até a nascença da tosca Vila de Piratininga –, deveria ser depreendida uma configuração contextual rústica e simples. No entanto, tal configuração contextual não

se depreende da leitura do texto de Taques. Pelo contrário, a *Nobiliarquia* não apenas sugere, mas afirma a existência de ilustres fidalgos, descendentes legítimos de famílias nobres. Assertivas desse jaez, não poucas vezes corroboradas ao longo do texto, concorrem, de maneira evidente, para que leitores desavisados entendam a Vila de São Paulo como uma agregação de aristocratas. Não por acaso, Taunay (1954, p. 68) evoca – como já verificado à página 30 –, de forma bastante expressiva, a imagem de um *enorme solar*, ao aludir criticamente à narrativa grandiloqua de Taques, acerca da capitania paulista. Cremos ser oportuno, neste momento, precisar a significação do vocábulo solar. Segundo o Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, tal palavra significa: herdade ou morada de família nobre e antiga. O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa traz a seguinte significação para solar: 1. antiga morada de família; mansão. 2. morada de família nobre; palácio.

Como é perceptível, os exageros discursivos de Taques feriram notas que conduziram Taunay à figura mental de uma grande morada de nobres. Essa breve sofreadura que ora fizemos, buscando o significado da palavra solar, na acepção pretendida por Taunay, foi motivada por nossa intencionalidade de protrair, com exatidão literal, a expressividade presente no discurso do autor de *História Geral das Bandeiras Paulistas*, desta forma tornando translúcida a inteligibilidade de todo o denso teor crítico – e até mesmo irônico – de suas observações acerca da produção de Taques.

Se a *Nobiliarquia Paulistana* evoca imagens dignas dos romances de Hawthorne ou Brontë⁴⁶, a obra *Populações Meridionais* sugere os panoramas ou eventos descritos por Scott⁴⁷, o mais conhecido escritor de romances e poesias sobre a sociedade medieval. Parecendo saudoso da resplendência real que vicejou no medievo, escreveu Viana (1987, p. 27):

[...] os primeiros séculos da nossa colonização correspondem justamente ao período em que, na Europa, as cortes estão em pleno fastio e brilham do mais vivo fulgor. Em Portugal os reis já não são mais aqueles heróis primitivos e rudes [...] refletindo o espírito medieval na sua última feição, fazem da sua corte [...] um centro de luxo, fausto e galanteria.

⁴⁶ A obra *A casa das sete torres*, de Nathaniel Hawthorne, gira em torno de um solar imemorial, cujos habitantes, herdeiros de respeitável e nobre progênie, porém caídos em desgraça, experimentam o drama cotidiano da paulatina e inexorável perda de poder, à medida que a miséria avança, envolvendo em decrepitude a tradicional herdade. Já na obra *O morro dos ventos uivantes* Emily Brontë compõe desoladas paisagens agrestes, onde solares antigos empertigam-se sobre colinas, tendo gândaras e vales abaixo de si.

⁴⁷ Na obra *Ivanhoé*, boa parte do enredo é desenvolvido em castelos e cortes.

Aqui é flagrante o equívoco do autor de *Populações Meridionais*. Já verificamos nas páginas 60 e 61, que no centênio setecentista, as cortes européias não estavam em seu apogeu. Pelo contrário, o declínio das concepções ou tradições nobiliárquicas já era perceptível na época em questão. Taunay deixou isso bastante claro ao criticar Taques, que entendemos compartilhar com Viana um acentuado deslumbramento com todas as coisas relacionadas à nobreza.

Abrindo o clássico *Raízes do Brasil*, de Holanda (1998), encontra-se um interessante texto de Antônio Cândido, escrito em dezembro de 1967, em que este respeitado intelectual brasileiro reflete sobre a figuração da obra de Holanda ao lado das de autores como Gilberto Freyre (*Casa Grande e Senzala*) e Caio Prado Júnior (*Formação do Brasil Contemporâneo*). Este texto de Cândido, intitulado *O Significado de Raízes do Brasil*, situa o livro de Holanda, juntamente com as já aludidas obras clássicas de Freyre e Prado Júnior, como referências para pensar o Brasil, especialmente para a geração que escolarizou-se entre o decênio de 1930 e a primeira metade dos anos de 1940, ou seja, a geração do próprio Antônio Cândido. Na verdade, a obra de Holanda continua, mesmo hoje, plena de atualidade, pois *fez escola*, legando às gerações atuais seus principais conceitos. Isso se faz claro através dos trabalhos de Monteiro (2000), Góes Filho (1999) e Volpato (1985), historiadores considerados *críticos*. A historiografia de Holanda é, sob muitos aspectos, a antítese da *sociologia* de Viana que para Cândido (1967, p. 09) é “cheia de preconceitos ideológicos e uma vontade excessiva de adaptar o real a desígnios convencionais”. Refletindo sobre as contribuições de Holanda, Freyre e Prado Júnior, bem como acerca dos sofismas classistas de Viana e Torres, escreveu Cândido (1967, p. 11):

Para nós, os três autores citados (Holanda, Freyre e Prado Júnior) foram trazendo elementos de uma visão do Brasil que parecia adequar-se ao nosso ponto de vista. Traziam a denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a crítica dos fundamentos ‘patriarcais’ e agrários, o discernimento das condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal. Mas talvez significassem outra coisa para os jovens da direita, que em geral, se bem me lembro, tendiam a rejeitá-los, olhá-los com desconfiança [...] Esses nossos antagonistas preferiam certos autores mais antigos, com orientação metodológica de tipo naturalista, ou (no sentido amplo) positivista, como Oliveira Viana e Alberto Torres, dos quais tiravam argumentos para uma visão hierárquica e autoritária da sociedade, justamente a que se Sérgio Buarque de Holanda criticava em *Raízes do Brasil*.

Aqui, Cândido, além de comentar criticamente os autores em pauta, ainda rememora aspectos de sua própria vida estudantil, deixando claro seu engajamento político à época. Tais digressões são interessantes e elucidativas, pois contribuem para o desvelar do contexto em que se discutia os autores e obras aludidos, entre os idos de 1930 e início da década de 1940. Lembremo-nos que o texto de Cândido é de 1967, tratando de um passado que então remontava a aproximadamente 30 anos. Já em 1986, num pequeno texto intitulado *Post Scriptum*, Cândido corrobora suas assertivas de 1967, porém sem citar o nome de Viana, concentrando sua argumentação nas contribuições das obras *Casa Grande e Senzala*, *Formação do Brasil Contemporâneo* e principalmente *Raízes do Brasil*, posto que o texto é prefácio desta última.

O que sobremaneira nos interessou, nessa breve detença nos textos/prefácios de Antônio Cândido foram, especialmente, as críticas deste pensador acerca da obra de Viana, onde consta, de maneira assaz perceptível, uma fantasiosa elaboração textual, que desdiz, sem base documental, toda a historiografia que demonstra a pobreza da São Paulo colonial, expressada, de forma insofismável, pelo “idioma lusitaniforme, áspero e grosseiro” (TAUNAY, 2003, p. 21) das Actas da Câmara, bem como pelos testamentos dos piratininganos que partiam para o sertão.

Outro autor que aponta os equívocos de Viana é Ramos (1965, p. 112), em sua obra *História da Civilização Brasileira*, onde afirma que:

Enganou-se, pois, Oliveira Viana quando, em página de arroubo, ‘empresta à sociedade paulista dos dois séculos primitivos, o luzimento e o donaire de um salão de Versailles engastado na bruteza da floresta virgem; homens muitos *grossos* de haveres e muito finos de maneiras, opulentos e cultos, vivendo a lei da nobreza numa atmosfera de elegância e de fausto’.

Cumprir mencionar que Viana afirma, com veemência, a existência efetiva de um afluxo de componentes da alta nobreza para o Brasil. Segundo ele havia aqui “Um escol considerável de fidalgos de sangue, descendentes autênticos das mais notáveis e ilustres casas da península” (VIANA, 1987, p. 27).

Também aqui Viana é antagonizado por Ramos (1965, p. 113), que afirma:

Para cá não vieram representantes das grandes casas peninsulares nem gente da burguesia dinheirosa. Chegaram pessoas da pequena nobreza do reino, mas sua imigração para região tão áspera e distante é porque a sorte não lhes sorria na terra natal. A maioria se compunha de pessoas do campo, mercadores limitados, artífices, aventureiros de toda espécie seduzidos pelas probabilidades e possibilidades de riqueza.

Ramos (1965) está alinhado com os historiadores que descrevem Piratininga levando em conta a pesquisa documental, ofertando uma versão que apresenta o primitivo paulista como um homem nada etéreo, mas condicionado pelo meio em que vivia, preocupado com seus problemas imediatos. Elaborar ou escrever livremente, engendrando elocubrações infrenes, que passam à larga das linhas limítrofes impostas pela documentação, é uma conduta não necessariamente comprometida com a cientificidade. Na escrita da história, configura-se erro crasso dar *vazão à pena*, desconsiderando as peculiaridades da vida cotidiana dos grupos humanos. Obras ou produções gestadas nessas condições são deletérias, prejudiciais para as intenções de entendimento acerca dos contextos históricos, pois os deformam consideravelmente, disseminando, não poucas vezes, uma compreensão quase nada *historicizante* do passado. Autores como Viana (1987) e Ricardo (1942) orbitam, de forma quase viciosa, os limites da ficção. Piratininga, em seus albores mais priscos, jamais foi um povoado ostensivamente provido de recursos.

Na obra *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, Sodré (1973, p. 53) comenta o livro *São Paulo nos primeiros anos (1554-1601)* de autoria de Taunay, afirmando que:

A reconstituição social estabelecida por Taunay, com o seu rigoroso senso de minúcia, mostra os traços característicos da vida de São Paulo de Piratininga, no seu primeiro meio século: a população escassa, a pobreza dominante, os rigores com a coisa pública [...] os meios e processos de defesa contra a ameaça dos indígenas, o auxílio das tribos locais, a tarefa dos jesuítas com o colégio dominando a paisagem. É um levantamento rigoroso e utilíssimo.

De fato, essa obra de Taunay, já por nós utilizada neste texto, apresenta uma elaboração textual coerente, alicerçada em grande parte, por uma diligente investigação junto às Atas da Câmara de São Paulo. O vilarejo incipiente, tosco e precário, é descrito de maneira vívida, porém conscienciosa, uma vez que são respeitadas as limitações irretorquíveis impostas pelas fontes. Um interessante exemplo no que concerne a isso, pode ser verificado na descrição dos porcos que andavam pela vila, bem como respeitante aos chiqueiros construídos junto aos muros da povoação, incluindo ainda, em desdobramento, as referências concernentes à preocupação dos moradores e dos homens do conselho em relação à facilitação de ataques indígenas, devido à localização inconveniente dos cercados que detinham os suínos:

Em plena liberdade fossavam as varas dos suínos domésticos as ruas da vila, o que motivava contínuos protestos dos moradores do conselho. A cada passo invadiam a casa da Câmara e até as igrejas e capelas. Procurava-se promover para longe a remoção dos chiqueiros,

a princípio arrimados aos muros da vila. Objetava Domingos Luís, na sessão de 4 de fevereiro de 1575, que por eles podiam os índios irromper na povoação, resolvendo-se então afastá-los algumas braças do recinto fortificado (TAUNAY, 2003, p.165).

Como se percebe, os porcos andavam à vontade pela vila, invadindo freqüentemente o interior das edificações. Essa era uma preocupação para os homens da Câmara, porém, preocupação maior era a de que os chiqueiros pudessem servir como *degraus* para os índios inimigos, destarte facilitando a transposição das cercas por esses assediantes. À guisa de averiguação das palavras de Taunay, fomos às Atas da Câmara, deparando-nos com as seguintes palavras:

Requero mais ho dito procurador do cõselho aos ditos sn̄es hoficiaes q~ nesta vila p^a q~ tinhão chiqueiros de porquos e casas p^a elles arimados aos muros desta villa q~ hera gran prejuizo pr q~ sosedendo allgúa guerra pellos ditos chiqueiros podiam subir os contrarios [...] lhes requeria da parte dell rei lhe mandacẽ notificar ou apregoar q~ hos tirasem dõde estavão e os fizesem apartados dos ditos muros trêz braças ao q~ hos ditos officiaes respondera, e mandaram q~ fose apregoado q~ coallquer p^a tivese chiqueiros nesse llugar os tirase dalli (ACTAS DA CÂMARA, 1575, p. 63-64).

Essa sessão do conselho, ocorrida no início de 1575, lançou as bases formais de uma discussão que seria oficialmente decidida quase vinte anos depois, no dia 13 de fevereiro de 1594, quando, segundo Taunay (2003, p. 165):

Decidia-se afinal [...] que todas as pocilgas fossem feitas fora da área edificada, intimando a Câmara aos criadores não deixassem o seus suínos ‘entrar na vila nem por ela andar, sob pena de cem réis para o Conselho, todas as vezes que se achassem na vila qualquer vara deles, de qualquer morador’.

Agora, verifiquemos o que está escrito na fonte primeva, a Ata da Sessão ora aludida:

[...] tratado sobre a criação dos porquos se estarião na villa asentarão q~ quen quizesse trazer allguslhes fizese chequeiros fora da villa e dos marquos q~ se porião e q~ não entrasen na villa nẽ ãdasen pr ella e com pena de çen rs p^a o conselho todas as vezes q~ se acharen na villa qualquer facto delles de quoallquer morador... (ACTAS DA CÂMARA, 1594, p. 489).

Aqui é constatável, mais uma vez, a preocupação de Taunay em guardar fidedignidade às suas fontes, uma vez que suas frases são construídas visando a esclarecer o conteúdo da documentação, não distorcê-lo, a favor de elaborações textuais

repletas de alegorias inverossímeis⁴⁸. A palavra *facto*⁴⁹, que talvez soasse incompreensível ao leitor da ata, foi convenientemente substituída por Taunay, que em seu lugar escreveu *vara* – coletivo de porcos –, palavra exata para significar um bando desses animais. Isso não deixa de ser, em certo sentido, um arremedo de exercício de paleografia, tornando muito mais fácil a leitura do texto por alguém que não seja um pesquisador acadêmico.

Tecidas tais considerações de cunho historiográfico, talvez reveladoras da zelosa vigilância de Taunay – ao escrever *São Paulo nos primeiros anos* –, permanece a idéia de um povoado acanhado, em cujas ruas de terra transitam bandos de porcos, entrando nas casas, igrejas e capelas. Torna-se interessante observar, que muitos pés descalços caminharam nas ruas marcadas pelos cascos fendidos dos suínos. Em desdobramento, não julgamos inidôneo conjecturar ou cogitar que, as alimárias em questão deixavam, por onde passavam, o material de suas dejeções, já que defecar é uma óbvia necessidade fisiológica de um número incomensurável de seres vivos, no qual os suínos estão incluídos. Destarte, talvez seja certo que, com alguma freqüência, os pés descalços dos passantes desviassem de dejetos porcinos. Não estamos aqui escrevendo cientificamente sobre escatologia⁵⁰; isso ficará claro adiante. Por ora, teçamos alguns comentários sobre Afonso Sardinha, o homem mais abastado de São Paulo na segunda metade do século XVI, descrito por vários autores como um ricoço. Sardinha era vereador à Câmara Municipal no ano de 1576, embora já o tivesse sido pela primeira vez em 1572. Comerciante hábil e bem sucedido, o vereador mantinha inúmeras atividades, assim descritas por Taunay (2003, p. 367):

⁴⁸ Essa criteriosa metodologia levada a cabo por Taunay, em *São Paulo nos primeiros anos*, não o redime, de forma alguma, dos arroubos épicos não poucas vezes verificados em suas outras obras, principalmente aquelas que tratam exclusivamente das expedições sertanistas continente adentro. Desta forma, verifica-se, na obra de Taunay, determinada discrepância, uma vez que ao descrever a Vila de Piratininga, o prolífero historiador não denota grandiloqüência discursiva, porém, ao abordar as caminhadas dos bandeirantes, seus recursos vocabulares – que diga-se, são vastos – parecem ser arrolados ou tragados para dentro do texto, obliterando, em certas culminâncias, qualquer vestígio de parcimônia discursiva ou detimento reflexivo, torvando a compreensão acerca do cotidiano dos devassamentos realizados pelos paulistas.

⁴⁹ Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, a palavra fato (sem o ‘c’), em sua terceira acepção, significa: rebanho pequeno, particularmente de cabras. De acordo com o Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, o vocábulo fato (também sem o ‘c’), em sua segunda acepção, significa: rebanho pequeno, especialmente de cabras. Desta forma, aclarada a específica acepção que ora nos interessa em relação a palavra em pauta, verifica-se, naturalmente que, Taunay, visando facilitar a compreensão da história por seus leitores, eliminou um termo arcaico, quase em desuso e ainda inexato – posto que é coletivo de caprinos não de suínos –, grafando outra palavra, gramaticalmente correta e mais conhecida pela maioria da pessoas atualmente.

⁵⁰ Tratado acerca dos excrementos.

Negociava Afonso sardinha com o reino, a Bahia, o Rio de Janeiro, Buenos Aires e Angola. Fabricava e exportava muita marmelada; do Prata importava lãs e couros e da África escravos em larga escala. Empréstava dinheiro a paulistas e santistas, fluminenses e vicentinos; mandava vender índios em Buenos Aires; possuía latifúndios na imediações de São Paulo; consideráveis lavouras; e era armador de navios. Foi o primeiro que em São Paulo teve trapiches de açúcar, de que à fazenda real pagava avultados direitos. O que, porém, lhe deu grande opulência veio a ser a indústria do ouro.

Afonso Sardinha, juntamente com seu filho homônimo, foi quem descobriu o ouro do Jaraguá, por volta de 1597, bem como as lavras de Vuturuna – em Parnaíba – e Jaguamimbaba, na Mantiqueira. Quase duas décadas depois, o bem sucedido empreendedor fazia uma polpuda doação aos jesuítas. Sobre isso, escreveu Monteiro (1994, p. 142):

O Colégio de São Paulo, tendo recebido como herança duas grandes propriedades na região, contava também com concentrações consideráveis de cativos indígenas. O primeiro legado, datado de 1615, constava da doação feita por Afonso Sardinha e sua mulher Maria Gonçalves, de sua fazenda Nossa Senhora da Graça, que contava com um número elevado de índios Guarulhos, ‘como de outras nações’.

Suspeitamos estar claro que Sardinha foi um homem de posses, tendo enriquecido mais ainda no início do século XVII. Contudo, no século anterior, mais especificamente no final de 1576, embora já rico, o então vereador chegou a afirmar que não tinha um par de calçados:

[...] Afonso sardinha, o creso da época, que ao alcaide declarava não ter ‘umas botas para ir à Câmara’, sinal de que pelo menos se exigia dos vereadores que se comparecessem calçados às sessões (TAUNAY, 2003, p.41).

Fomos às Atas e verificamos, que na véspera de natal de 1576, Sardinha faltou à reunião do Conselho, justificando sua ausência a Antônio Gonçalves. O alcaide chegou à Câmara narrando seu colóquio com o vereador faltoso, a quem havia chamado para comparecer à sessão. Sobre isso, deixou escrito Martim Pires, escrivão do conselho:

[...] na dita câmara apareseo o allquaide ãtº glz q~ chamara prª dita câmara Afonso Sardinha o quoaall respondera q~ não tinha hũas botas prª vir a câmara ... (ACTAS DA CÂMARA, 1576, p. 110).

Convencionalmente, para o homem ocidental do século XXI, parece algo esdrúxulo um rico descalço. No entanto, cumpre rememorar o isolamento do planalto em relação ao litoral vicentino, onde os pouco moradores abastados tinham acesso aos produtos europeus que chegavam pelo mar, tal não acontecendo em Piratininga. Além

disso, faz-se necessário mencionar que, na obra *São Paulo nos primeiros anos*, Taunay (2003) aborda a intermitência, a falta de regularidade na realização das sessões da Câmara, devido à esquiva dos homens públicos, que absorvidos pela faina rústica de então, sentiam-se inclinados a apresentar justificativas pouco convincentes a respeito de suas faltas. Raciocinando dentro dessa ordem de idéias, torna-se plausível suspeitar que Afonso Sardinha tenha feito uma falsa afirmação, quando disse não possuir um par de botas para verrear. Taunay insinua isso claramente. Contudo, para a intencionalidade que ora nos anima, deslindar tal fato não é, de forma alguma, nosso objetivo principal. Para que nos expliquemos melhor, organizemos nosso pensamento em três pináculos dominantes:

Pináculo 1 – Se o próspero vereador e comerciante falou a verdade, podemos atribuir seu pé descalço não à sua falta de recursos para adquirir um par de botas, mas simplesmente ao insulamento do planalto, que é abordado por muitos autores;

Pináculo 2 – Se o creso mentiu, fê-lo para que pudesse justificar, de forma crível ou verossímil, sua ausência à reunião do conselho, como sugere Taunay;

Pináculo 3 – Em qualquer das duas hipóteses, aflora, com significativa plausibilidade, a dedução de que muitas pessoas andavam descalças pela vila de São Paulo, uma vez que, de maneira peremptória, um homem considerado rico diz não ter um par de botas.

Acaso tenha faltado com a verdade, Sardinha o fez optando por uma afirmativa que seria aceita sem dificuldades, ou seja, uma assertiva que não despertaria tanto assombro, tanta estupefação, num ambiente onde muita gente andava descalça.

Nossa detença ao analisar o que foi dito por Afonso Sardinha, prende-se à nossa intenção de contribuir para a *reconstrução* ou reconstituição do cotidiano de Piratininga, uma vez que a vivência diária de determinadas situações denota, em minúcias, as condições de vida de qualquer núcleo humano ou agregação populacional.

Quanto aos porcos, é certo que antes da resolução proibitiva da Câmara, era comum a presença deles na vila. Também comum parece ter sido o trânsito de pés descalços, que palmilharam os mesmos arremedos de rua ou logradouros pisados pelos suínos ... Onde não existiam apenas os rastros desses animais, mas também suas fezes⁵¹. Sabedores que somos da ausência de Afonso Sardinha à sessão do Conselho, em 24 de dezembro de 1576, cogitemos que caso o riquíssimo vereador houvesse atendido ao

⁵¹ A leitura seqüencial das Actas da Câmara de São Paulo revela um *Conselho* bastante preocupado com a limpeza da vila. A proibição formal – pela Câmara – em relação a presença dos porcos no povoado é prova disso.

chamado oficial do alcaide Antônio Gonçalves, dirigindo-se descalço à casa da Câmara, haveria de ter tido cuidado ao pisar no solo anteriormente freqüentado pelos suínos. Além disso, essa caminhada por nós imaginada, levaria o homem mais rico de São Paulo a uma nada imaginada e nada palaciana Câmara Municipal, cuja rala cobertura de sapé permitia, com largueza a passagem das freqüentes chuvas planálticas. Sobre a casa da Câmara, está registrado na Acta de 22 de outubro de 1575:

[...] na dita casa [...] avia de mister q~ se lhe posesẽ duas careiras de sape pellas beiras hũa careira pr cada banda e ẽ sima da banda de debaixo do soutro outra careira pr estar o sape llarguo e chover na dita casa ... (ACTAS DA CÂMARA, 1575, p. 84).

Quase três anos depois, a casa do Conselho ainda era coberta de palha. Chovia dentro da humilde edificação através dos grandes buracos na cobertura. A Ata do dia 19 de julho de 1578 registrou que:

[...] hos [...] hoffisiaes [...] acordarão de repartir pelos moradores palha p^a cubrir a caza do cõselho pr estar descuberta e chover nela e acordarão q~ pr toda esta somana q~ vẽ todo morador q~ tiver de seis pesas asima traga dous feixes de sape e quẽ tiver das ditas seis pesas abaixo traga hũ p^a cubrir a dita caza e co pena de quẽ o cotrario fizer pagar dous tostões ... (ACTAS DA CÂMARA, 1578, p. 117-118).

Exatamente um ano depois, na sessão de 18 de julho de 1579, o procurador Antônio Gonçalves – o mesmo que chamara o faltoso e alegado descalço Sardinha para a reunião de 1576 – lembrava seus pares acerca da quantidade de chuva que entrava no prédio da Câmara:

[...] requereo o perqurador aos ditos oficiais q~ mandase cubrir esta caza do conselho porquanto chove nela por as paredes ao q~ os oficiais responderão q~ todos os moradores desta vila q~ segunda feira ate terca quem tiver de outo pecas de serviso pẽra sima mande trazer dous feixes de saper e quem tiver menos hũ com pena de meo tostão pẽra o conselho o qual palha entregarão ao percurador do conselho⁵² ... (ACTAS DA CÂMARA, 1579, p. 148).

As águas entravam no prédio da Câmara não apenas pela cobertura, como também pelas paredes de pau-a-pique. Os reparos necessários foram feitos, cumprindo-se assim as deliberações do Conselho. Porém, parece que não demorou muito para que o clima chuvoso do planalto de São Paulo demonstrasse, mais uma vez, seus efeitos deletérios à construção em pauta. Sobre isso, afirmou Taunay (2003, p. 44-5):

⁵² Nessas duas últimas sessões da Câmara, cujas Atas aqui estão parcialmente transcritas (julho de 1578 e julho de 1579), percebe-se a menção às *pesas* ou *peças de serviso*. As *peças* são os escravos indígenas. Destarte, torna-se clara a mentalidade escravista dos colonizadores que, a despeito da ausência de abastança, procuravam quem os servisse. Possuir escravos era algo perfeitamente natural para o paulista do Brasil colonial. Essa questão será necessariamente discutida no Capítulo II do presente estudo.

Dentro em pouco, graças a infiltração das águas pluviais, começaram as paredes a revelar verdadeira insegurança. A 30 de dezembro de 1583, constata um termo do escrivão João Maciel, que este funcionário fora com os oficiais da Câmara ver as ruínas do edifício que começava a abater, com a queda da cumieira da cadeia, ‘por estar podre e comida toda do bicho e caruncho’. Sendo o Conselho pobre e não tendo dinheiro para mandar reedificar a sua casa e a cadeia decidiu cobrir de palha as paredes para as preservar das intempéries, declara o auto.

Cumpre lembrar que a cadeia funcionava na própria Câmara.

Taunay afirma que o prédio estava em *ruínas*. Isto posto, apresenta-se a oportunidade de refletir que um prédio em situação tão precária necessitaria, naturalmente, de uma reforma completa, ou mesmo de uma reconstrução plena. Na verdade, parece estar claro que essa nossa cogitação já está contida nas palavras de Taunay, uma vez que o historiador escreveu sobre a falta de recursos pecuniários do Conselho, o que inviabilizava *reedificar* o prédio. Disso tudo, parece ser constatável, de maneira assaz consistente, que por causa da falta de dinheiro acabou sendo feito um reparo inadequado, cobrindo-se com palha as periclitantes paredes da Câmara ... Eis aqui um inequívoco exemplo, acerca dos limites impostos pela carestia às condições materiais de vida. O desejo coletivo, mormente entre os homens do Conselho, era o de fazer um novo prédio, da base ao teto. No entanto, isso não era materialmente possível. Sendo assim, os anos foram passando sem que tal anseio se concretizasse. Sobre isso, como também sobre animais que danificavam a edificação, escreveu Taunay (2003, p. 48):

Apenas, quanto muito, remendara-se o velho e pouco seguro Paço. Em março de 1590 lembrava o procurador do Conselho aos seus colegas o fato de estarem os couces das portas da casa do Conselho arruinados, acrescentando ainda circunstância de que a parede fronteira à igreja achava-se muito danificada pelas vacas que viviam soltas a pastar pela vila. E não eram as vacas só; maior dano faziam os cavalos e éguas, a ponto de precisar a Câmara em sessão de 4 de junho de 1594, contratar com Sebastião Leme a construção de taipas para reforçar os muros de sua sede. Em todo o caso, modestíssimo que fosse, possuía a vila um Paço, onde se abrigavam os representantes de sua vida municipal.

Essa citação mostra Taunay expressando-se sobre três temas diferentes: as precárias reformas ou *remendos* da casa da Câmara; as vacas que freqüentavam e danificavam o interior do prédio – em 1590 – e os eqüinos – em 1594 – que também ali se faziam presentes, igualmente estragando a edificação.

Da precariedade das reformas, já tecemos considerações alicerçadas na historiografia e nas fontes primárias. Já sobre o gado *vacum*⁵³ mencionado por Taunay, bem como acerca dos estragos por ele feitos, abordando ainda a indicação da construção de meio taipal, verifiquemos o que diz a Ata de 03 de março de 1590⁵⁴:

Na dita câmara acordarão q~ se fizese hũ meio taipall ou o que for necesario junto desta parede desta caza do conselho da bãda da igreja por estar danifiquada a dita parede das vacas e estar p^a cair e q~ isto se fizese a conta do dr^o do conselho e isto a requerimêto do pdor do conselho por estar ho cose aroinado (ACTAS DA CÂMARA, 1590, p. 387).

Agora, sobre a então necessidade de construir um taipal, visando a proteger a Câmara dos cavalos e éguas trazidos à baila por Taunay, verifiquemos o que foi escrito pelos homens do Conselho em 04 de junho de 1594:

[...] os officiaes [...] asentarão q~ [...] Sebastião Leme [...] fizese de contíguo desta casa do conselho allgũs taipaes p^a reformasão da dita casa e estar mall tratada dos cavalos e egoas ... (ACTAS DA CÂMARA, 1594, p. 494).

Parece estar claro, que não apenas as condições climáticas e a passagem do tempo depauperavam o prédio da Câmara, mas também as alimárias mencionadas pelos homens do Conselho. A preocupação com o estado da edificação era constante. Não por acaso, Belmonte (1940, p. 270) afirmou que viviam “[...] sempre alarmados os conselheiros, com fendas nas paredes e rombos no telhado”. Isso no final do século XVI, porém, vários anos depois, ainda de acordo com Belmonte, a Câmara Municipal estava quase a desabar:

Muito assustados com a casa da Câmara que, quasi em ruínas, vivia a ameaçar-lhes a integridade física com um possível desabamento, resolveram os senhores homens da vereação, ali por 1618, abandonar a quasi-tapera em que se reunião e, na falta de prédio próprio, fazer suas sessões semanais em casa do vereador mais velho, que era, então, Gaspar Cubas (BELMONTE, 1940, p. 273).

A essa altura de nossa pesquisa, suspeitamos que já conseguimos lobrigar a esquelética e casmurra Piratininga, que imiscuída entre a mata e o litoral foi, na gênese claudicante da colonização, o posto avançado do mundo português no Brasil. Lobrigamos uma série de habitações de pau-a-pique, umedecida pela garoa do planalto, que fria e hostil, penetrava pelas frágeis coberturas de palha. Lobrigamos um povoado

⁵³ Essa expressão é reiteradamente utilizada por Holanda (1990; 1986), nas obras *Monções* e *O Extremo Oeste*.

⁵⁴ Taunay não menciona o dia da reunião, fornecendo apenas, como consta na citação, o mês e ano de tais deliberações.

cercados por muros, temeroso do homem natural da terra. Lobrigamos festins antropofágicos e rígidas admoestações jesuíticas. Lobrigamos um núcleo populacional antitético às formulações de Viana. Lobrigamos um morador contrariado que, protestando enfaticamente, nada pôde fazer contra os homens que levavam embora a sua cama, visando dar repouso ao ouvidor lusitano. Lobrigamos pocilgas escoradas nos muros da vila, bem como porcos andando pelas ruas, invadindo ermidas e igrejas. Lobrigamos vacas, cavalos e éguas rodeando um *quase barraco*⁵⁵, ameaçando sua frágil estrutura. Lobrigamos um rico vereador afirmando *não ter botas para ir à Câmara*. Lobrigamos um Raposo Tavares recém-casado, pedindo uma nesga de terra à municipalidade, visando construir sua habitação. Lobrigamos um Conselho Municipal sem dinheiro para comprar uma caixa de madeira, sem lugar adequado para guardar seus papéis. Lobrigamos o início das obras do prédio da Câmara em 1575 ... prédio esse que jamais chegou a ser satisfatoriamente concluído, sofrendo diversas alterações ao longo do tempo, até que quase caindo, foi abandonado pelos vereadores, que passaram a realizar suas reuniões na moradia do *breador*⁵⁶ decano. Lobrigamos o desolante⁵⁷ interior das casas, escasso de mobiliário, carente de conforto.

Em nossas leituras, deparamo-nos com uma acirrada celeuma, travada entre Taunay e Belmonte que, de forma inconciliável, discordavam acerca de um desenho antigo e tosco que, seria – para Taunay – ou não – para Belmonte – a representação iconográfica da Câmara piratiningana ... Porém, ambos os autores, protagonistas dessa discussão peremptória e insolúvel, são cordatos, unívocos, uníssonos, congruentes e convergentes ao elaborar reiteradas assertivas sobre a pobreza do planalto paulista, demonstrando consonância com as postulações de uma vasta gama de outros historiadores que tratam dos primeiros tempos de São Paulo.

Talvez não tenham passado despercebidas as não poucas vezes que lançamos mão, ainda há pouco, da palavra *lobrigamos*. O emprego reiterado de tal vocábulo, foi uma opção intencional de nossa parte. Buscando explicar tal opção, vejamos o significado do verbo lobrigar:

- Segundo o Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa, tal verbo significa: ver a custo, entrever, ver ao longe, enxergar. De origem obscura;

⁵⁵ Trocadilho da expressão *quasi tapera*, usada por Belmonte (1940, p. 273) para adjetivar a Câmara de São Paulo.

⁵⁶ Nas Atas da Câmara a palavra *breador* é escrita mais de uma vez.

⁵⁷ Assim Belmonte (1940, p. 105) adjetiva a escassez de mobiliário nas casas paulistas quinhentistas e seiscentistas.

- Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, lobrigar quer dizer: 1. ver a custo; ver indistintamente; entrever; perceber; bispar... 2. ver por acaso. 3. ver ao longe... 4. notar, perceber, entender;
- Segundo o Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, o verbo lobrigar tem o seguinte significado: ver a custo; entrever; ver ao longe; enxergar; ver casualmente; perceber; notar; entender.

Verificada a significação deste verbo de origem obscura, cumpre afirmar que o empregamos com uma finalidade definida, relacionada ao nosso entendimento acerca da natureza da pesquisa histórica e do trabalho historiográfico, especificamente respeitante ao início da colonização no Brasil. Em outras palavras, queremos dizer que entendemos, de maneira muito clara que, não é possível revivescer um passado que remonta a mais de quatro séculos, tornando possível contemplar ou ver, *bem de perto*, os atores históricos que se moveram no contexto investigado, que no caso, é o do planalto paulista, quando dos primeiros tempos da vila de São Paulo.

Construídos, idealizados e ideologizados, é possível ver tais atores históricos com nitidez ou riqueza de detalhes, se contemplarmos as grandes estátuas e monumentos de bronze ou pedra, abundantes especialmente nas praças e nos museus de São Paulo ... aí sim, torna-se possível admirar as minúcias do traje aparatoso dos sertanistas que usam botas, chapéus de abas largas, gibão, mosquete e alfanje. Ver tais atores históricos em minúcias, torna-se possível se folharmos livros antigos ou manuais de história ... aí sim, nos depararemos com uma pomposa iconografia, retratando, invariavelmente um homem branco, barbado e agigantado, portando e envergando todos os equipamentos necessários à empreitada sertaneja. Ver tais atores históricos nitidamente, torna-se também possível ao lermos as obras da historiografia apologética, que impregnada de conotação política, narra a vida dos sertanistas paulistas como uma saga epopéica, um *capítulo* épico dos anais da história brasileira, repleto de homens briosos, destemerosos e sobranceiros, que heroicamente desbravaram os *desertos* sul-americanos.

Essa concepção heroicizante acerca do bandeirante está significativamente assentada, tendo sido disseminada e corroborada, através das décadas, pela instituição escolar. Existe um homem comum, condicionado historicamente pelas condições materiais de seu meio ... um homem que ninguém vê eternizado na pedra e no bronze, um homem que ninguém encontra na historiografia apologética, pois ele é mestiço, anda descalço e na maioria das vezes não porta armas européias. Ele usa arco e flecha,

conhece os segredos da mata – que é o seu elemento –, portanto não a desbrava corajosamente, mas avança por ela, tirando de seu âmago sua própria sobrevivência. Este homem é o habitante dos primórdios de Piratininga ... foi ele quem *vimos ao longe*⁵⁸, foi ele quem lobrigamos, habitando casas que são quase choças, conversando sobre os destinos da vila em uma Câmara Municipal coberta de palha, repleta de rachaduras nas paredes de barro. Foi ele quem *vimos a custo!*

Neste estudo, não vimos ninguém saindo de um povoado próspero. Não vimos ninguém brasonado, com qualificações baroniais ou principescas. Não vimos ninguém com botas de cano alto, chapéu de feltro ou escupil ... não *entrevimos* ninguém com estas características. Pesquisando a história através da pátina do tempo, não encontramos ninguém com essas características. Não *entrevimos*, nem *vimos ao longe* o bandeirante tradicional, faustosamente paramentado. Isso é, de certa forma, bastante lógico, pois este personagem construído está próximo de nós, não está escondido atrás das brumas dos séculos. Ele não está distante, posto que foi idealizado politicamente muito depois, sendo quase nosso contemporâneo. Ele está em muitos livros e livrórios, seja em nossos acervos particulares ou nas bibliotecas públicas. Ele está nos livros didáticos e ainda persiste no discurso de não poucos professores do ensino fundamental. Ele não pode ser *visto ao longe* ... porque ao longe ele ainda não existia. Ele pode ser visto bem de perto nas gravuras, nas representações iconográficas e estatuárias. Ele não pode ser lobrigado, pois está ao nosso lado, é onipresente ... ele está no meio de nós. É quase um dogma ou paradigma, que atravessando o decurso das décadas, dificulta bastante qualquer vislumbre do sertanista humano, nada incomum, que habitava a primordial Piratininga e caminhava pelas matas da colônia.

⁵⁸ Doravante, grafaremos em itálico todos os sinônimos do verbo lobrigar aqui empregados.

CAPÍTULO II

AS ENTRADAS DO SERTÃO: ÍNDIOS, SERTANISTAS E JESUÍTAS

2.1. O índio escravizado e sua força de trabalho: papel histórico central na São Paulo quinhentista e seiscentista

Desde a segunda metade do século XVI, o devassamento que irradiou-se de São Paulo para o interior da colônia espalhou-se de maneira inexorável, ultrapassando os limites do Tratado de Tordesilhas, atingindo as áreas mais longínquas do continente e contribuindo para estabelecer, de forma definitiva, as extensas dimensões territoriais ou geográficas do Brasil atual. Essa é uma asserção talvez difícil de ser infirmada ou contraposta, porém extremamente simplista, posto que oferta uma possibilidade de entendimento muito reduzida acerca de tão complexo e multifacetado tema. As expedições sertão adentro não foram, absolutamente, *capítulos* de uma épica e patriótica empresa ou aventura. Os homens que empreenderam tais expedições não foram motivados por intenções coletivistas. Primordialmente, não pretendiam contribuir para a formação da nação e não eram representantes da cúpula política da metrópole. Os homens que palmilharam o continente não eram fidalgos, não se locupletavam com a abastança do tesouro português e não andavam ricamente adornados ... Uma vez que saíram de uma vila mirrada, vacilante e ameaçado posto avançado da colonização portuguesa no Brasil, “baluarte luso às portas do sertão” (VOLPATO, 1985, p. 36).

Devido à sua localização geográfica, Piratininga propiciou a formação de uma sociedade com características díspares, diferentes daquelas verificadas nos outros núcleos populacionais da colônia, onde a vida não era marcada por peculiaridades tão pronunciadas. No primeiro capítulo deste trabalho, já verificamos que existiam diferenças significativas entre o planalto paulista, o nordeste e o litoral da capitania de São Vicente, buscando situar as condições de vida em Piratininga, num contexto em que a abastança material ou prosperidade do nordeste evidenciava-se, postando a zona portuária vicentina em segundo plano, no que concernia ao comércio ultramarítimo com a metrópole. Os portos do nordeste, assiduamente freqüentados pelos navios portugueses refletiam, de certa forma, a pujança econômica dos potentados do açúcar. Já nos atracadouros de São Vicente, escumavam ondas plácidas, serenas, nada

empertigadas, traduzindo uma zona portuária um tanto infrequentedada, cada vez menos singrada pelas embarcações portuguesas. Serra acima, no planalto paulista, a insularidade determinou um modo de vida muito específico. O isolamento da vila de São Paulo – também já abordado no primeiro capítulo – não é diretamente o que ora nos interessa. Doravante, nossas preocupações estarão volvidas para as intenções de entendimento acerca do cotidiano dos paulistas quinhentistas e seiscentistas, enquanto considerados – dentre todos os outros atores históricos do período – os melhores sertanistas da colônia, membros das expedições bandeirantistas. Suspeitamos, que de certa forma, contribuimos um pouco para o desvelamento do viver diário dos piratininganos no período em pauta, uma vez que investigamos os primórdios da vila de São Paulo, percorrendo a bibliografia sobre o tema e pesquisando nas Atas da Câmara produzidas nos séculos XVI e XVII. Como já exposto, o resultado deste trabalho apontou para um cenário onde imperavam a carência e o desconforto material. Esse vislumbre do cotidiano planáltico nos dois séculos iniciais da colonização, configura-se como um importante alicerce para que possa ser construída uma argumentação historiográfica coerente, acerca dos sertanejos paulistas que desbravaram o interior da América do Sul. Por outro lado, cumpre dizer que um trabalho que privilegie apenas a busca do entendimento sobre as condições primevas de vida no planalto, não consegue explicar ou discorrer, consistentemente, a respeito do cotidiano das expedições que devassaram o continente. Noutros termos, investigar os primórdios de Piratininga não basta, de forma alguma, para que possa ser engendrado, de maneira um pouco mais aprofundada, um aparato conceitual bem fundamentado teoricamente, que propicie novos prismas de abordagem ou inteligibilidade sobre o advento das expedições sertanejas. Essa asserção não é difícil de ser explicada, pois a leitura ou investigação do material produzido sobre os priscos dias piratininganos – e aqui podem ser incluídas a bibliografia e as fontes documentais primárias – não aborda o paulista em marcha pelo sertão, ofertando o enfoque explicitador de um vilarejo ensimesmado, retraído ante a sempre latente agressividade dos incolos, insulado entre as bordas das brenhas interiores e a cumeada da Serra do Mar. Nesses tempos primevos ainda não havia ocorrido, de forma sistemática, o espraiamento do desbravamento em várias direções. Os dias do auge do bandeirismo estavam, então, alojados no futuro, à partir do segundo quartel do século XVII, destarte décadas à frente, insuspeitos no devir histórico, ignorados por aqueles homens que não eram detentores de qualquer dote premonitório, que não eram adivinhos, mas seres humanos de seu próprio tempo, moradores de um núcleo

populacional que ainda não havia experimentado, em larga escala, a expansão caminheira que alcançaria os mais ignotos e longínquos pontos do sertão, expansão que seria entendida depois, ao longo dos séculos, como uma saga ou epopéia de contornos lendários, quase surreais.

A história das expedições sertanistas está ligada, de forma indissociável, à pobreza do planalto da capitania de Martim Afonso. As raízes do devassamento estão, inexoravelmente, associadas às necessidades materiais de homens rústicos, que procuraram amenizar suas agruras diárias. A situação econômica e a organização de expedições são elementos enredados, inextricáveis. A antítese da riqueza na São Paulo primeva é, ao que parece, um elemento central, indispensável para qualquer tentativa de explicação do bandeirismo, uma vez que se configura como um aspecto assaz dominante na vida dos paulistas no período em questão. Elemento essencial, intrínseco às motivações que empurraram os paulistas para o sertão, a insuficiência material planáltica é corroborada por historiadores de tendências marcadamente distintas, que de maneira pouco divergente, qualificam as caminhadas sertanejas como a *busca do remédio para a pobreza paulista*⁵⁹. Na obra *Os donos do poder*, ao comentar o apresamento indígena levado a cabo pelos paulistas antigos, Faoro (1997, p. 160) afirmou que “os homens de então (séculos I e II) lançavam-se ao sertão para procurar ‘remédio às suas necessidades’...” Aqui Faoro lança mão de uma expressão derivada daquela por nós mencionada. Expressão bastante recorrente na historiografia que trata das incursões florestais dos moradores do planalto, tendo sido trazida – pelos historiadores – das fontes primárias bandeirantistas para os livros de história. Na obra *Sociedade brasileira: uma história*, Aquino et. al. (2001) asseveraram que “[...] os colonos [...] estavam sujeitos à precariedade material do planalto, precisando encontrar no sertão o remédio para sua pobreza.” Também Ellis (1997, p. 281), no artigo intitulado *As bandeiras na expansão Geográfica do Brasil* escreveu que o paulista ia para o sertão:

[...] em busca do remédio para sua pobreza: o braço indígena para as lavouras [...] eis por que o piratiningano não era capaz de viver sem o sertão [...] o índio era o maior dos bens materiais. Figurava entre os valores arrolados em inventários, nos dotes de casamento, nos pecúlios deixados em testamento. Além disso, era instrumento de comércio. Por isso tudo, foi como um ponto de apoio da sociedade bandeirante.

⁵⁹ Essa frase figura entre as mais conhecidas da historiografia das bandeiras.

Cumprе ressaltar que a gênese do movimento bandeirantista assentou-se, predominantemente, no objetivo específico do apresamento do homem natural da terra.

Sobre isso, escreveu Volpato (1985, p. 45):

O movimento bandeirantista surgiu da necessidade de mão-de-obra dos habitantes do planalto piratiningano. Sem condições de importar os escravos africanos que o comércio europeu colocava-lhes à disposição nos portos coloniais, utilizavam a força de trabalho indígena. As condições específicas das sociedades do planalto não lhes permitiam consumir um dos mais caros e mais absorvidos produtos, mercantilizado pela exploração do comércio colonial – o escravo africano.

Ainda sobre isso, com palavras pouco diferentes, escreveu a mesma autora:

A conquista de grupos indígenas e sua escravização eram perfeitamente explicadas a nível econômico: os paulistas precisavam de braços para o trabalho, não dispunham de recursos para comprar escravos africanos, uma vez que sua economia pouco vinculada ao mercado não lhes possibilitava a aquisição de numerário para o pagamento da compra ... (VOLPATO, 1985, p. 37).

Com asserções que apontam para o mesmo entendimento, escreveu Holanda (1986, p. 26):

A mobilidade maior dos de São Paulo é provocada largamente pela insuficiência dos recursos disponíveis para a sustentação do ideal comum de estabilidade. Apartados das grandes linhas naturais de comunicação com o reino e sem condições para desenvolver de imediato um tipo de economia extrovertida, que torne compensadora a introdução de africanos, devem contentar-se com as possibilidades mais modestas que proporciona o nativo, ‘negro’ da terra como sem malícia costumam dizer, e é para ir buscá-lo que correm o sertão. Foi antes de tudo a vontade de corrigir os efeitos da carência de mão-de-obra para a faina rural o que fomentou muitos episódios próprios da sociedade do planalto⁶⁰.

⁶⁰ Nessa citação de Holanda, encontramos a expressão ‘negro da terra’, usada para nomear o nativo do Brasil. Tal expressão seria mais largamente disseminada muitos anos depois, com a publicação da obra *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, de autoria de Monteiro (2000). Este historiador explica: o “[...] termo índio [...] na documentação da época [...] referia-se tão-somente aos integrantes dos aldeamentos da região, reservando-se para a vasta maioria da população indígena a sugestiva denominação de ‘negros da terra’” (MONTEIRO, 2000, p. 155). Buscando exemplificar um caso documentado em corroboração a essa assertiva, escreveu o mesmo autor: “É o caso de Maria Pacheco que, ao pedir a restituição do valor de um índio de sua posse, assassinado no sítio de Bento de Alvarenga, exigia em juízo que a vítima fosse substituída por um ‘negro da mesma nação do morto’” (MONTEIRO, 2000, p. 155). Na mesma obra, dez páginas à frente, Monteiro (2000, p. 165) situa, cronologicamente, até quando essa expressão foi largamente utilizada, explicando também o motivo que a levou a cair em desuso: “Até os últimos anos do século XVII, o termo preferido em alusão a índios era negro, sendo que este cedeu lugar a outros termos em decorrência de uma crescente presença de africanos nos plantéis paulistas. Assim, surgiram expressões como: gentio do cabelo corredio, administrados (em deferência à Carta Régia de 1696), servos, pardos e finalmente carijós.” O autor ainda esclarece que o

Alijados do comércio litorâneo e subsistindo de poucas lavouras de trigo, os habitantes da vila de São Paulo iniciaram a adentrar as matas, buscando meios para amainar suas múltiplas carências. Se a serra do Mar havia dificultado a ascensão ao planalto, agora ela tinha função antagônica, postando-se como elemento que obstava a descida regular rumo ao litoral. Quanto a isso, escreveu Ellis (1997, p. 277):

Dificultando pela aspereza (a Serra do Mar) o livre trânsito entre o planalto e o litoral, fez com que a Vila de Piratininga se voltasse inteiramente para o sertão, onde o paulista ia buscar o ‘remédio para a sua pobreza’: o índio. Ou pesquisar tesouros naturais de pedras e metais preciosos...

Estas palavras de Ellis (1997) parecem ser lapidares, no que diz respeito à função da serra do Mar, na incipiência dos assentamentos nos campos de Piratininga. Foi desse núcleo humano que surgiu uma nova sociedade, com características diferentes daquela já existente na costa da Capitania de São Vicente.

Parece estar claro que a escravização dos negros da terra era, primordialmente, o que atraía os homens do planalto para o sertão. Cada peça ou escravo, significava para seu dono mão-de-obra isenta de dispêndio pecuniário – excetuando-se o pecúlio empregado na expedição –, ou mesmo uma mercadoria humana que poderia ser negociada pelo proprietário. Indubitavelmente, era mais fácil achar índios do que ouro, prata ou diamantes. Minerais valiosos eram mais raros que seres humanos. As matas não eram desertas, não eram ermas, não eram ainda despovoadas. Não existiam as *solidões*, mas as ancestrais povoações tribais, assentadas imemorialmente no interior do continente. A relativa facilidade de obtenção dessa tão desejada força de trabalho foi, ao que tudo indica, o fator maior a determinar a formação de expedições, principalmente no início, quando as aldeias próximas à Piratininga ainda não haviam sido assoladas pelo apresamento, ou mesmo evacuadas ante a perspectiva de assaltos advindos dos paulistas.

Reflitamos acerca dessas palavras de Magalhães (1944, p. 95):

[...] em São Paulo [...] não bastavam os poucos negros, tão dificilmente importados da costa da África. Daí a caçada aos silvícolas, - a qual levava no bojo, simultaneamente, a conquista do território e a esperança, depois realizada, do descobrimento das riquezas minerais.

termo *carijó* foi largamente usado para nomear, de forma generalizada, uma população indígena etnicamente heterogênea, afirmando que “[...] *carijó* passava a adquirir um sentido genérico, associado diretamente à escravidão indígena” (MONTEIRO, 2000, p. 166).

Aqui está claro o entendimento de Magalhães acerca das motivações das expedições sertanistas. Em primeiro lugar, estava a cobiça ou interesse pelo escravo índio, visando suprir a escassez da escravaria africana. A expansão ou conquista territorial era, naquele contexto de necessidades imediatas, mera decorrência da caçada humana concreta, enquanto o encontro de riquezas minerais era nada mais que uma *esperança*, palavra escolhida pelo autor.

Elaborando explicações que não excluem a influência do fator econômico no advento do apresamento, escreveu o apologeta dos paulistas, Ellis Jr. (1946, p. 64-65):

É que a mercadoria africana era cara [...] de cinco a dez vezes mais valiosa que a americana [...] daí o bandeirismo apresador da capitania vicentina, que, não tendo outra fonte de riqueza, esteve diante da imperiosa necessidade de apresar índios. Era a necessidade de *primo vivere* que obrigava ao apresamento. Com esse raciocínio lógico e claro, temos que o bandeirismo de apresamento, com [...] suas principais causas de ordem econômica perfeitamente salientadas e visíveis, não foi um fenômeno voluntário, isto é, dependente da vontade dos realizadores, mas um ato predeterminado pela economia da terra e pela economia alheia, as quais obrigavam os vicentinos ao apresamento ...

Detenhamo-nos brevemente para analisar o sentido dessas palavras, posto que provoca uma importante reflexão conceitual sobre as expedições de caça ao índio, mormente ao considerarmos o fato de que tais palavras foram escritas por um autor, que ao longo de sua prolífica carreira, deu explícitas e sucessivas mostras de seus pendores de *defensor* – não pouco ardoroso – das causas paulistas⁶¹, figurando ao lado de Ricardo (1942), como um dos maiores autores da historiografia apologética. No entanto, diferentemente de Ricardo, aqui Ellis Jr. (1946) evidencia enfaticamente o fator econômico como principal contingência histórica engendradora do bandeirismo. Mais ainda, Ellis Jr. (1946) afirma, peremptoriamente, que a pobreza piratiningana levou os paulistas ao apresamento indígena, não ao vaguear pelos sertões incultos, à procura de feéricas riquezas, como afirmou Ricardo, que devido a muitas asseverações

⁶¹ Para citar apenas um exemplo desse engajamento de Ellis Jr. (1946) em relação à história de São Paulo, lembremos que no texto de apresentação de sua obra *Os primeiros troncos paulistas*, ele afirmou: “É pois meu objectivo fazer, em relação aos paulistas dos primeiros séculos, com que jorre a luz sobre as suas origens [...] continuo no meu lemma de empregar a minha actividade em assumptos paulistas unicamente. Na incapacidade de realizar para S. Paulo o que almejo, quero ao menos fazer por elle o mais que posso. Noutro trabalho, intitulado O bandeirismo na economia do século XVII, afirmou o mesmo autor: ... estou indelevelmente ligado ao estudo científico do passado desta sagrada terra [...] eu me sinto solidamente radicado a ele por um empolgado entusiasmo, que me acompanha, desde os mais verdes anos [...] sou hoje um servidor exclusivo do conhecimento do passado de minha terra e de minha gente” (ELLIS JR., 1946, 55).

desbragadamente apologéticas, acabou por ser considerado um autor essencialmente panegirista do heroísmo bandeirantista, desta forma contribuindo para que as atividades de caça ao índio fossem, de certa forma, lançadas no limbo da historiografia, olvidadas ou até mesmo jamais conhecidas por boa parte do senso comum. Parece que de fato, Ricardo foi um baluarte, um importante artífice do processo de instrumentalização política da figura do bandeirante, na primeira metade do século XX, uma vez que sem cerimônia, eliminou de sua produção uma atividade de grande importância para os paulistas antigos.

Sobre isso, afirmou Volpato (1985, p. 20):

[...] a transformação do bandeirante em herói enfrentou como entrave a dificuldade de explicar a destruição das populações espanholas, bem como inúmeras outras atrocidades [...] Cassiano Ricardo resolve a questão eliminando a caça ao índio do movimento bandeirantista [...] o bandeirante era um caçador de mitos e riquezas e não de bugres, em sua versão.

A análise de Volpato sobre a obra de Ricardo parece ter muita propriedade. Para que verifiquemos isso, observemos o que escreveu o próprio Ricardo em *Marcha para Oeste*, sua obra mais conhecida:

[...] atrás daqueles mataréos trágicos que pareciam querer contar-lhes o segredo de uma fortuna escondida por dragões exclusivistas e odiosos. Esses mitos, sim – arrastaram os grupos terra adentro. Naquela mobilidade dramática e estrepitosa que ainda nos enche de espanto... (RICARDO, 1942, p. 46).

Está claro que até mesmo o vocabulário de Ricardo pende para o mítico, pois os dragões – criaturas mitológicas – são que escondem ou guardam a fortuna no sertão remoto. As criaturas reais que habitavam os *matareos* trágicos – os indígenas – foram simplesmente suprimidas por Ricardo, sendo substituídas por entes imaginários, conhecidos personagens do fabulário universal, oponentes de heróis triunfantes, sempre vencedores no *final feliz*. Nas terras tupiniquins do período colonial, quem foram os heróis que enfrentaram os dragões? Quem – em *mobilidade dramática e esprepitosa* – avançou para o interior do continente? Está claro que foram os heróis bandeirantes, pois pessoas comuns não vencem dragões. Invariavelmente, em todas as fábulas, são heróis os personagens que enfrentam dragões. Desta forma, suspeitamos que Ricardo, ao lançar mão de um vocabulário mitológico, acaba induzindo o leitor a um entendimento

que privilegia o protagonismo de um herói⁶² destemeroso, afrontador de seres supranaturais. Comentar essas esdrúxulas palavras de Ricardo não é nada confortável, pois nos impele para um fraseado estranho ao discurso acadêmico. O mundo dos dragões é o mesmo dos duendes, dos gnomos, das dríades, das fadas, das ninfas e das feiticeiras. Tal mundo é da órbita da literatura fantástica, não da esfera da escrita da história. Porém, ao pretender escrever sobre a história do bandeirismo, Ricardo inseriu em sua obra elementos estranhos ao labor historiográfico, pretendendo ressaltar os atores principais de uma *epopéia* ou *saga* admirável. Tais atores são, obviamente, os sertanista paulistas, que na visão de Ricardo não mataram ou escravizaram índios, mas exploraram os sertões em busca de minérios valiosos ... minérios escondidos, que tinham dragões como guardiões. Ainda assim, parece-nos que a maior falta ou desventura de Ricardo, não foi sua estrambótica evocação de um estereótipo ou personagem fabular tão amplamente conhecido, mas sua opção por passar à larga do apresamento indígena, desta forma suprimindo de seu próprio discurso, simplista e grosseiramente, uma atividade que está, intrínseca e irretorquivelmente, amalgamada com todos os outros aspectos do cotidiano dos paulistas dos séculos XVI e XVII.

Também criticando a negação do apresamento – presente na obra de Ricardo – em conformidade com as asserções de Volpato, escreveu Vasconcelos (1999, p. 104):

Na obra *Marcha para Oeste*, Cassiano Ricardo tentou eximir o bandeirante da responsabilidade sobre a chamada fase da ‘bandeira de preá’, dando um significado mais complexo ao bandeirantismo.

As elaborações intrincadas da historiografia triunfalista apresentam um protagonista imarcescível, que realiza desassombadamente o devassamento do continente, atingindo seus mais ignotos grotões e expandindo os domínios da coroa portuguesa. Impassível, esse personagem parece perlustrar vastas extensões desertas, onde pululam feras selvagens, a espreitá-lo emboscadas entre as grandes árvores da floresta tropical. Além das selvas espessas, são muitos os rios, são várias as montanhas e inúmeros os campos perlongados pelo destemeroso desbravador. Todos esses elementos naturais, constituem a trilha por onde o caminhante avança. A agreste e às vezes inviolada paisagem é o *palco* do marchador, palco que ele domina heroicamente. O sertanista paulista é um ator histórico que a tudo sobrepuja: a mata, a montanha, o

⁶² Aqui, ao mencionar a figura do dragão, Ricardo induz o leitor a pensar no bandeirante como herói. À frente teremos a oportunidade de focar uma situação em que Ricardo, abertamente, adjetiva o bandeirante como herói.

cansaço, o rio, a fauna nativa, a planície e ... o índio. Todos lhe são apenas panos de fundo. Impregnada pelo etnocentrismo europeu, a historiografia convencional não parece contemplar o indígena em seus aspectos mais óbvios, elementares ou mesmo essenciais. O sertanista adventício, que penetra os recônditos da colônia, é indubitavelmente um elemento novo, recentíssimo, um explorador ou invasor a desvendar as particularidades intestinas de um universo ancestral, imemorial, estabelecido e regido por valores sócio-culturais muito próprios. O homem natural da terra, habitante dos *desertos* ou *solidões*, aqui estava muito antes que a esquadra cabralina partisse da ocidental praia lusitana. As selvas por onde, mais tarde, avançaram os paulistas, eram profusamente pontilhadas por aldeias indígenas. Porém, os então moradores dessas aldeias foram, quando muito, meros figurantes ou coadjuvantes a constar nas urdiduras do discurso histórico, sendo significados secundária ou terciariamente nas representações historiográficas que foram tecidas acerca do período colonial brasileiro, mormente nos dois primeiros séculos, quando os moradores do planalto de São Paulo empreenderam longas caminhadas, penetrando o continente em várias direções e estabelecendo, cada vez mais a oeste, os postos avançados do domínio português na América.

Escrever a história das expedições sertanistas é, indubitavelmente, recuperar ou resgatar a história de milhares e milhares de índios. Essa é uma asserção que traz consigo talvez muita lógica. Porém, tal lógica ou coerência não esteve presente na historiografia convencional, durante e através de muitas décadas de narrativas pomposas, gongóricas e épicas, onde o domínio ou protagonismo exercido pelo antigo sertanista paulista (piratiningano) impressionava por sua vultosidade paradigmática. Foi este personagem histórico senhorial quem fez do Brasil uma nação de dimensões continentais. Responsável por essa tão conhecida expansão geográfica, que fez do Brasil um país gigante, o caminhante paulista passou a ser, ele mesmo, propalado como gigante pela historiografia apologética⁶³.

Um homem superior, tanto racialmente quanto moralmente. Essa é talvez a síntese canhestra, a respeito das adjetivações extremamente edificantes atribuídas ao antigo paulista pela vasta, frondosa e laudatória historiografia do bandeirismo. Porém, ao percorrer as fontes primárias – no caso as Actas da Câmara e o Registo Geral de São Paulo –, percebe-se que o sentido triunfalista, laudatório, épico ou heroicizante, tão

⁶³ Sobre os sertanistas paulistas, Ellis Jr. escreveu um livro intitulado *Raça de Gigantes* (1926), aludindo à célebre expressão cunhada por Saint-Hilaire, no início do século XIX.

presente nas produções bibliográficas sobre o tema, começa de maneira paulatina e irreversível, a ser compreendido, tomando os contornos que remete para o que parece – este multifacetado sentido apologético – de fato ser: fruto de idealização ideológica, escrito por muitas mãos, pensado por muitos cérebros cultos ou eruditos⁶⁴, detentores de fartos recursos vocabulares.

Séculos antes que os historiadores ou cronistas apologéticos se debruçassem para escrever a história de São Paulo, não raro encastelados em bibliotecas ou gabinetes amplos, confortavelmente sentados em cadeiras de alto espaldar e rodeados de estantes atulhadas de livros, os rústicos habitantes da prístina vila de Piratininga já garatujavam, de certa forma, a crônica de seu cotidiano, registrando as deliberações e decisões oficiais levadas a cabo dentro de uma choça. No primeiro capítulo deste trabalho, recorreremos não pouco às Atas da Câmara Paulistana dos dois primeiros séculos coloniais. Tais documentos foram estudados ou pesquisados visando a verificação acerca das condições de vida no dia-a-dia do povoado planaltino. Evidenciou-se que a sociedade da Vila de São Paulo vivenciou um cotidiano rústico, em conformidade com o que consta nas produções da historiografia crítica. Destarte, no primeiro capítulo tivemos um aporte significativo de obras críticas, fazendo, de certa forma, um contraponto às produções bibliográficas apologéticas, que também aparecem – com o óbvio objetivo de serem criticadas e relativizadas – significativamente. As atas da edilidade, ao que nos parece, revelaram-se como indispensáveis documentos a atestar a aspereza e a simplicidade do viver do piratiningano dos séculos XVI e XVII, corroborando os mais idôneos trabalhos da historiografia crítica, em suas principais postulações. Em síntese, no primeiro capítulo, embora tenham sido utilizados os documentos primários produzidos pela Câmara de São Paulo, evidenciou-se uma forte presença da bibliografia que trata do sertanismo paulista. Isso se deveu, suspeitamos estar claro, ao nosso entendimento de que a construção da figura do bandeirante ocorreu na escrita da história – historiografia ou bibliografia histórica – e não na tosca (escrituração) garatuja dos paulistas dos dois primeiros séculos da colonização, um tempo em que urgiam soluções práticas para os problemas imediatos daquela gente rústica, não deixando lugar para reflexões ou elocubrações intelectuais de grande complexidade ou refinamento.

⁶⁴ Os historiadores da historiografia bandeirantista evocavam bastante o conceito de erudição. Exemplo disso é encontrado em Belmonte (1940): “o farol da erudição do mestre” e Basílio de Magalhães (1944) a Belmonte em carta: “reputo seus argumentos como eruditos”.

Já neste segundo capítulo, estaremos aprofundando mais a análise das fontes primárias, que constituirão, prioritariamente, nosso material de trabalho. Utilizaremos também algum material bibliográfico, desde que convirja com o que demonstram os documentos originais, especificamente as Actas da Câmara e o Registo Geral da edilidade paulistana⁶⁵. Pretendemos, com essa opção metodológica, verificar, de forma mais coerente com o contexto dos centênios quinhentista e seiscentista, quem foi o sertanista paulista que marchou pelo *hinterland*⁶⁶, bem como as particularidades da vida piratiningana que mais contribuíram para a organização das entradas do sertão, ou mesmo as que tenham diretamente determinado tal prática. Para tanto, num primeiro momento cumpre afirmar de maneira categórica, o importante papel histórico desempenhado pelo índio no contexto do planalto paulista, na época que ora nos propomos a estudar. Pensamos que o índio configurou-se como um personagem central, no cotidiano da vila de São Paulo de Piratininga. Fazemos essa asserção com relativa segurança, após longa e sistemática leitura das fontes primevas já mencionadas. Ao percorrer tal documentação, sentimos que explorávamos parte do cotidiano de um vilarejo distante no tempo, cujos representantes oficiais registravam suas reuniões de vereança sobre uma mesa tosca, num linguajar bastante peculiar, repleto de cacoetes e vocábulos carregados de arcaísmo⁶⁷. De leitura obrigatoriamente lenta, os textos da documentação em pauta não raro apontam para *direções* diametralmente opostas, antagônicas à aquelas apontadas pela historiografia tradicional, descortinando panoramas históricos nada épicos, desprovidos de pseudo-heroísmo ou pomposidade grandiloquente. Em outras palavras, depreende-se de tais textos o descortino de uma sociedade simples, vivendo numa situação contextual cambiante, à orla do sertão e nos *confins da civilização*⁶⁸, nas fimbrias de dois universos culturais distintos: o nativo e o adventício.

Para que se entenda o sertanismo ou as entradas do sertão, é indispensável o estudo da comunidade estabelecida no planalto de São Paulo, que foi de onde saíram os

⁶⁵ Actas da Câmara da vila de São Paulo, de 1562 a 1652; Registo Geral, de 1583 a 1652.

⁶⁶ Ellis Jr. (1936) e Basílio de Magalhães (1944), ao se referirem ao interior do continente, escrevem *hinterland*.

⁶⁷ O arcaísmo aqui mencionado é, naturalmente, uma adjetivação empregada a partir do olhar do homem deste nascente século XXI.

⁶⁸ Expressão empregada a partir da pesquisa doutoral de Galetti (2000), intitulada *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Os confins da civilização no século XVIII eram as terras de Mato Grosso. Já durante grande parte dos séculos XVI e XVII a vila de São Paulo de Piratininga foi o posto avançado da colonização portuguesa no Brasil. Por isso utilizamos aqui tal expressão.

homens que palmilharam a imensidão da América⁶⁹. No entanto, para que se entenda tanto a sociedade do planalto quanto as expedições mato adentro, é também indispensável conhecer – e sobretudo reconhecer – a dimensão significativa da importância do homem natural da terra. É, de certa forma, suficientemente sabido que o índio foi caçado e escravizado pelos moradores da vila de São Paulo⁷⁰, contudo parece ser pouco conhecida a amplitude de sua atuação como mão-de-obra massiva, não apenas nas roças ou lavouras particulares de trigo ou cana, mas em outras esferas, instâncias ou atividades bem mais abrangentes, como a manutenção dos logradouros ou vias públicas, concernente não apenas à limpeza destes, como também no que dizia respeito a consertos ou reparos de diversas construções ou estruturas neles erigidas.

Para que iniciemos a averiguar isso, vejamos o que está escrito na Ata Municipal do dia 14 de agosto de 1575:

q~ toda a p^a moradora desta villa mandace a ponte damanha a outo dias pr^a ce fazer pr rezam de estarem aguora as auguas muito vazias e q~ toda p^a q~ tiver de seis pesas pr^a sima mandarão dois escravos machos dahi pr^a baixo mandara huo e isto cõ pena de sem res pr^a o c^o ... (ACTAS DA CÂMARA, 1575, p. 81).

Aqui, a Câmara obrigou, sob pena de cem réis, que os moradores que possuíssem mais de seis escravos (pesas) enviassem dois deles para fazer⁷¹ uma ponte de nome não mencionado, determinando ainda, que aqueles que tiverem menos de seis, enviem apenas um. O poder público, representado pelo conselho municipal, ainda exigiu que os escravos designados por seus senhores fossem do gênero masculino (machos), enunciando também um aprazamento de oito (outo) dias para que a empreitada acontecesse.

Cinco meses antes, na sessão de 30 de março de 1575, determinava-se aos moradores:

[...] a fazer o caminho do c^o q~ vai daqui pr^a virapoeira e q~ toda a p^a q~tivese teras e testadas q~ viesẽ dar no dito caminho as mandacẽ fazer e allimpar dentro ã outo dias sob a pena de dozentos rs diguo de sem rs // mandaram q~ sob a dita pena os ditos moradores mandacẽ lloguo ao outro dia [...] fazer o caminho q~ vai

⁶⁹ O Padre Antônio Vieira citado por Monteiro (2000, p. 07), na obra *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, escreveu que os homens da expedição de Antônio Raposo Tavares perderam-se na “imensidão da América.”

⁷⁰ Cumpre, contudo, corroborar que a historiografia apologética buscou minimizar a faceta do sertanista paulista como caçador de índios, ressaltando a expansão geográfica e o achamento do ouro, por ele levados a cabo.

⁷¹ O verbo ‘fazer’ é muitas vezes empregado nas atas exprimindo ‘consertar’ ou ‘reformular’. Isso fica claro ao perlongar a documentação.

daqui pr^a a fonte e q~ ao sabodo foram o caminho da fonte e o allimpam isto se entendera q~ quẽ tiver de seis pecas ariba mandara duas aos ditos caminhos e fonte e os mais mandaram hũa peca ... (ACTAS DA CÂMARA, 1575, p. 71-72).

Sob pena de cem réis (o escrivão Frutuoso da Costa escreve primeiramente duzentos réis, retificando seu equívoco na seqüência da frase), os moradores foram instados a dar cabo de duas incumbências: fazer o caminho que ia da casa do conselho (Câmara Municipal) à Virapoeira (Ibirapuera), tomando ainda as mesmas providências em relação ao caminho que ia da sede da municipalidade à fonte. Cumpre ainda observar, que tal ordem ou determinação, além de exprimir a necessidade da feitura de uma dupla tarefa, desdobra-se ainda em suas instruções, obrigando os moradores não apenas a *fazer*, como também a *allimpar* os ditos caminhos. Em palavras diretas, determinou-se a reforma e a limpeza de duas vias de uso comum. A responsabilidade deste trabalho foi confiada, sob as penas da lei, aos proprietários de escravos que moravam ao longo desses dois caminhos, sendo que o trabalho propriamente dito devia ser executado pelas *pecas*, ou seja, os indígenas escravizados. Conforme o número de cativos que possuía – menos ou mais de seis – o proprietário enviava um ou dois para o cumprimento da determinação oficial, sendo multado caso não o fizesse dentro do prazo estabelecido.

Um ano depois, em 14 de abril de 1576, os homens do conselho requeriam *pecas* para *allimpar* as duas fontes da vila, uma delas próxima ao rio Tamanduateí (Tomandoati). Desta feita é solicitada – de novo sob pena de cem réis – uma peça de cada morador (vizinhos), independentemente da quantidade de cativos por ele administrada:

[...] e na dita camara requereo o dito pdor do c^o lc^o vaz q~ duas fontes q~ avia nesta villa hũa indo pr^a o rio tomandoati e outra detraz das cazas de joane anes q~ estão sujas e q~ avião mister llimpas ao q~ elles oficiaes mandarão q~ fose apreguoado q~ cada vizinho desta villa mandace hũa peca a cõtar as ditas fontes do dia q~ fose apreguoado a ant^o dias e q~fose apreguoado ãn hũa das outavas e q~ o q~ asi não mandar sua peca o avião pr cõdenado em sem rs (ACTAS DA CAMARA, 1576, p. 95).

Já em 22 de setembro de 1576, o conselho solicitava escravos para consertar a ponte do rio Tamanduateí:

[...] na dita câmara requereo lco Vaz pdor do cõselho q~a ponte do rio tomãdoati q~ vai pr^a a vazia e canpo estava pr^a cair q~ suas mercês a mãdacẽ cõsertar até o câpo pr ser muito nesasario pr^a a serventia deste povo ao q~ elles señrs oficiaes mandarão q~ fose

notificado e apreguado amanha o sair da misa do dia q~ todo o morador desta villa mândace segũda e terca seus escravos a fazerẽ a ponte q~ se ãtendera q~ toda a p^a q~ tiver de seis escravos p^a riba mândara dous de serviço e quẽ tiver de seis pecas pr^a baiso mândara hũa peca e não llevarão mão da dita ponte ate não ser acabada e q~ todo o q~ asi não coprir paguara sem rs de pena e q~ os ao pr cõdenados pr^a o cõselho ... (ACTAS DA CÂMARA, 1576, p. 104).

O procurador do conselho, Lourenço Vaz, requer que seja feito pregão em frente à igreja⁷², solicitando mão-de-obra escrava para reparos na aludida ponte, sob a costumeira forma da lei, incluindo aprazamento e envio de peças em conformidade com o número de escravos possuído pelo morador e, no caso de não cumprimento, a penalização através do pagamento de multa. Mesmo assim, alguns moradores acabaram não enviando a mão-de-obra para o Tamanduateí, destarte tornando-se passíveis de condenação pelo conselho, que por sua vez, optou por não condená-los através da cobrança da multa em dinheiro, mas por absolvê-los de suas faltas, isentando-os de tal dispêndio pecuniário, caso a mão-de-obra por eles escravizada fosse posta à disposição da Câmara Municipal, numa outra empreitada.

Sobre isso, averiguemos o que ficou registrado na ata de vereança do dia 28 de outubro de 1576:

[...] e na dita câmara requereo lco vaz pdor do conselho q~ suas mercês mãdarão a câmara atraz pasada cõsertar a ponte do rioe q~ toda a p^a q~ lla não fose paguace sem rs de pena e q~ a dita ponte não forão allguas pecoas q~ erão jorge moreira e simão jorge e p^o dias e sallvador piz e seu jenro e paullo roiz os quoaes mandarão elles snfres officiaes q~ fose notificado aos sobreditos hũo serto dia q~ lhe for asinado desta sobmana a cõsertar e rebocar e caiar a casa do cõselho pr dentro e q~ o mesmo seja notificadoa allvr^o anes e todos darão cada duas pecas sobmente paullo roiz Dara hũa peca e todo o q~ asi não cõprir paguara a dita pena de sem rs (ACTAS DA CÂMARA, 1576, p. 107).

As pessoas que não mandaram *peças* para a ponte, foram contempladas com a possibilidade de ‘rebocar e caiar’ o interior da casa do conselho, por intermédio de suas *peças*. Essa era uma condição para o perdão da pena da multa. Caso essa condição – escrita na ata em tom ou à guisa de concessão ou privilégio – não fosse cumprida, aí sim, finalmente, os moradores em pauta seriam multados em cem réis, conforme estipulado anteriormente, na sessão de 22 de setembro.

⁷² Essa era uma estratégia contumaz utilizada pela Câmara de São Paulo, visando tornar públicos os informes de seu interesse.

Cremos estar ficando claro o quão importante era o braço indígena para a vida na vila de São Paulo, não apenas nas roças, plantações ou lavouras, mas também na manutenção dos logradouros e prédios de uso comum, bem como na limpeza regular dos caminhos que cortavam o povoado e suas adjacências. Somente neste *ato de absolvição* de seis moradores faltosos em seu dever comunitário, foi empregada a mão-de-obra de onze índios, já que de cinco dos acusados, a Câmara cobrou o trabalho de duas de suas peças, e para apenas um deles foi determinado o envio de um índio para a pequena reforma do prédio do conselho.

Quase cinco anos depois, na ata da sessão de 03 de julho de 1581, deixou escrito o escrivão Lourenço Vaz:

[...] q~ todos os moradores q~ vier da banda de virapoeira faram o caminho convem a saber de quaza de jorge moreira pelos matos e capoeiras ate chegar o caminho de conselho desta vila o qual se fara doje a outo dias e sam doze dias este prezente mez convem a saber manoel ribeiro tres machos e manoel fřz vreador outros tres machos jorge moreira tres machos saiavedra hũ escravo e pedraves outro escravo jeronimo roiz outro macho brás glz~ hũa pesa marquos fiz hũa pesa joam do canho hũ escravo, baltezar glz~duas peças hũ macho e hũa fema dioguo teixeira hũ macho gº fiz hũa pesa baltezar roiz hũa pesa as pesoas asima homeadas todo o q~ não mandar ao caminho pagara sem res pêra ao conselho desta vila ... (ACTAS DA CÂMARA, 1581, p. 180-181).

Essa ata, bastante detalhada, nomeia as pessoas que cederiam escravos para a *feitura* do caminho de Virapoeira (Ibirapuera). Aos escravos são empregados os vocábulos *pesas*, *machos* e *fema*. Contando-se o cedimento de mão-de-obra imposto a cada um dos nomeados moradores do trajeto a ser feito, somam-se exatamente duas dezenas de peças, ou seja, quase o dobro em relação ao número mobilizado para tornar o prédio da Câmara mais confortável, quando da absolvição dos moradores relapsos, meia década antes, cumprindo ainda, rememorar que, naquela oportunidade, a soma de onze cativos correspondia apenas ao que foi exigido dos homens passíveis de pagar a multa previamente afixada. Isso quer dizer que, muito provavelmente, o número de índios escravos envolvidos na empreitada da ponte do Tamanduateí, em 1576, foi muito maior, já que não foram arrolados formalmente na ata os moradores que cumpriram com sua obrigação de cedimento de mão-de-obra para o trabalho na ponte. Cremos ser importante lembrar que na documentação por nós percorrida, os negros da terra sempre aparecem envolvidos em trabalhos de interesse público. É curioso observar que essa faceta nada periférica da São Paulo primeva, via de regra não aparece na

historiografia do bandeirismo, que comumente oferta a versão do índio escravizado à serviço exclusivo de seu senhor, nas lavouras e em vários outros trabalhos de cunho privado, cumprindo frisar que tal enfoque é apanágio do autores críticos, uma vez que os historiadores ou cronistas apologetas dos sertanistas paulistas optam por minorar a questão da escravidão indígena ou até mesmo passar à larga de tal temática. O índio servidor e escravo de seu próprio amo ou senhor é, mesmo assim, relativamente conhecido no senso comum, devido, principalmente às postulações das produções críticas que, há pouco mais de duas décadas tomaram um impulso importante, postando-se, naturalmente, como antagonistas teóricas das diretrizes gerais ou das principais argumentações ou asserções dos trabalhos convencionais, há muito disseminados largamente em todo o Brasil, tendo na instituição escolar um importante núcleo de irradiação.

Tais considerações são aqui feitas para que possamos contribuir para evidenciar uma característica importante da sociedade do planalto paulista, uma característica importante mas, até onde sabemos, praticamente desconhecida da sociedade brasileira deste início de século, exceção feita, com efeito, aos estudiosos que se debruçam sobre as fontes primárias relativas aos primórdios da Capitania de Martim Afonso de Souza. Ao que parece, pouco se sabe sobre os afazeres ou trabalhos de natureza pública realizados pelos escravos indígenas no vilarejo do planalto de São Vicente. E é isso que ora buscamos demonstrar. O índio, figura importante no contexto em questão, foi o responsável pela manutenção e limpeza não apenas das lavouras e propriedades de seus senhores, mas também de literalmente todo o povoado de São Paulo do Campo, seus caminhos, suas fontes, seus prédios públicos, seus largos, seus adros, seus muros... O índio era uma presença massiva no que dizia respeito à mão-de-obra na esfera pública, destarte tornando-se – quando a Câmara Municipal intervinha junto aos seus senhores –, num átimo, escravo de não apenas seu administrador, mas de toda a sociedade não escrava do povoado, uma vez que o trabalho público era, pelo menos em tese, realizado para o bem do povo⁷³. Nesse sentido, já que o trabalho escravo do homem natural da terra servia ao povo, suspeitamos não ser nada inidôneo afirmar que, o índio, na São Paulo quinhentista e seiscentista, foi um escravo público.

Ainda há pouco, abordamos algumas oportunidades em que vários escravos índios levaram a cabo trabalhos de interesse público. Em duas dessas oportunidades, foi

⁷³ “O bem do povo” ou o “*inobrecimento* da Vila” eram expressões muito comuns nas Atas da Câmara.

possível contar a quantidade de índios envolvida no trabalho: em 1576, quando onze peças caíram e rebocaram a casa da Câmara e em 1581, quando vinte quativos⁷⁴ *fizeram* o caminho de Ibirapuera. Enfatizemos que nesses dois episódios, foi possível contar o número de peças na documentação, porém, cumpre esclarecer a infinidade de outras empreitadas em que tal *conta* não foi possível – por não haver menção alguma que a ensejasse –, permitindo, contudo, que fizéssemos suposições nada imprudentes – antes bem contidas – sobre o envolvimento de um número muito maior de índios. Já mencionamos atrás, às páginas 88 e 89, nosso entendimento acerca dos moradores que cumpriram a determinação da Câmara, enviando seus escravos para a ponte do Tamanduateí, em 1576. Parece ser bastante razoável cogitar que as peças mandadas à ponte foram em número bem superior às onze que depois trabalharam na Câmara, já que estas últimas constituíam não a regra, mas a exceção, posto que trabalhavam para livrar seus senhores de uma multa em dinheiro, decorrente do descumprimento de uma determinação do conselho. Os não cumpridores da lei são, nesse caso, contáveis; já que os cumpridores são incontáveis, por não estarem arrolados documentalmente, constituindo, muito provavelmente, uma maioria bastante significativa⁷⁵.

Se em 1576 onze índios trabalharam na Câmara (constituindo um número certamente pequeno, se confrontado com a quantidade de cativos mandada por seus donos ao Tamanduateí) e, em 1581 vinte deles *fizeram* o caminho de Ibirapuera, verifiquemos agora a vultosa força de trabalho solicitada aos donos de escravos, na sessão da Câmara de São Paulo, em 23 de maio de 1584:

[...] pelos ditos hofisiais foi hordenado que ho caminho de hipirangua que he quaminho do mar hos que la tem fazemdás da bamda de hipirangua // convem a saber ãtº de proëça bertolameu fîz e belchior da costa dominguos lois frco de britto he terá quarego de os chamar e dar lhe ho dia pª se fazer ho dito caminho / e o que for revell e não comprir seu mädado paguara simquo tostois pª ho comselho desta vila [...] e asi asentarão q~ todos hos moradores que tem fazendas da bamda da pomte grãde / comvem a saber joane anes / paulo roïz ãtº preto frco pª fare] dominguos fiz dihoguo

⁷⁴ O termo *cativos* é assim escrito em boa parte da documentação estudada.

⁷⁵ Indo ainda um pouco além, não nos parece destituída de coerência a cogitação acerca de que, em boa parte das sociedades – em qualquer tempo ou contexto – as pessoas que vivem suas vidas em consonância com os princípios gerais estabelecidos formam, predominantemente, grupos majoritários, numericamente superiores, garantindo o funcionamento e a contumácia no que diz respeito ao cumprimento dos valores e regras sociais instituídos. Em condições corriqueiras, as comunidades tendem à observância dos ditames que as regem, excetuadas as ocasiões conflituosas ou revolucionárias, oportunidades em que os atores sociais insurgem-se ante o código de normas estabelecido, tendendo não apenas à inobservância do mesmo, como também à conduta abertamente delituosa, que não era o caso, de forma alguma, da vila de São Paulo, onde o cumprimento das determinações oficiais da Câmara Municipal era perceptivelmente observada pelos habitantes, de forma predominante.

donhate p^o da sillva ãt^o dias cristóvão glz~ sallvador pĩ gco pĩz p^o dias seus fos e jêros frco pĩz p^o allves ãt^o guomes estes terão cuidado de fazer a pomte grade / e palo roiz hos chamara a todos por hũ roll p^a ho dia serto q~ hão de fazer a pomte e todo aquelle que não vier paguara simco tostois p^a as hordas do cõselho desta vila [...] os de virapoheira jorge moreira sillvestre text^a gco fĩz balltezar roiz diohoguo teixeira marcos frz balltezar glz~ brás glz~ jeronimo roiz jm^o da quanha mel ribr^o ãdres mēdes ãdres de burguos bastião leme mel fĩz loiz Gomes pero allves ãt^o saiavedra se ajumtarão hũ dia serto que hos chamar mel ribr^o que venhão ao dito quaminho ho dia que ho dito mel ribr^o asentar e ho que não vier ho dia que ele hordenar paguara simco tostois p^a hás hobras deste comselho [...] e loguo no quaminho dos pinheiros afonso sardinha ãt^o becudo frco da guama fernão dias dominguos glz~ guaspar frz allvro neto jm^o do prado todos estes serão hobrigados alimpar seu quaminho so pena q~ ho que não vier quamdo for chamado por allvro neto que co eles asemtara ho dia quamdo será bom de ho fazer paguara simco tostois p^a as despezas deste cõselho (ACTAS DA CÂMARA, 1584, p. 237-238).

Esta ata é muito importante, pois nomeia as pessoas que possuem propriedades ao longo de vários caminhos, obrigando-as a limpá-los, usando o trabalho de seus escravos. No caminho do Ipiranga são arrolados oito moradores ou proprietários de terra, no caminho da ponte grande são listados quinze, no de Ibirapuera outros dezoito e no de Pinheiros mais oito; perfazendo quarenta e nove donos de peças. Comumente, como já ficou claro neste segundo capítulo, a Câmara fixava o cedimento de duas peças para quem possuía seis ou mais delas, exigindo um único cativo daqueles cujas posses eram mais modestas, inferior a seis peças. No caso específico de maio de 1584, a Câmara elencou parte dos homens mais aquinhoados da vila de São Paulo – levando-se em conta os nada pomposos padrões locais –, não especificando quantas peças cada um deles devia ceder. Dentre os arrolados constam Afonso Sardinha, Antônio Proença e Baltasar Rodrigues. O primeiro destes homens aqui mencionados é célebre por sua abastança desproporcional, sendo considerado o ricaço de seu tempo; o segundo também foi um *potentado* quase do mesmo *jaez* do primeiro; o terceiro foi um respeitado e influente homem público, tendo inclusive exercido o cargo de procurador do conselho. O rol de quase cinco dezenas de pessoas feito pela câmara, inclui ainda muitos outros nomes conhecidos, figuras de proeminência no planalto, ligadas à política e ao próprio conselho, ocupantes de diversos cargos oficiais. Sem mencionar todos, temos nomes tais como Antônio Preto, Diogo de Onhate, Cristóvão Gonçalves, Salvador Pires, Gonçalo Pires, Jorge Moreira e Manoel Ribeiro. Essas considerações são aqui tecidas para que possamos não dimensionar em termos exatos, mas pensar a

respeito do número de índios envolvidos nos trabalhos executados nos quatro importantes caminhos já mencionados. Para tanto, organizemos nossas cogitações considerando três possibilidades, prudentemente entendidas, desde já, como passíveis de ponderações, já que não corresponderão à exatidão numérica concernente à totalização do grupo de peças enviado à Ponte Grande, ao Ibirapuera, ao Ipiranga e a Pinheiros. Cumpre porém, enunciar, que não é essencialmente indispensável – para o intento que ora perseguimos – obter o número exato de peças mandado à lida, mas sim contribuir para o entendimento de que, no episódio em questão, a quantidade de escravos ajuntada pelos moradores não foi pouco significativa. Feita a ressalva relativa ao dimensionamento talvez apenas aproximado que agora levaremos a cabo, bem como a asserção acerca da dispensabilidade do alcance da precisão numérica na questão ora analisada, verifiquemos as possibilidades pouco atrás enunciadas: 1. cada um dos moradores nomeados pela câmara enviou uma peça, contribuindo para que ao todo, quarenta e nove escravos trabalhassem na extensa tarefa; 2. cada um dos homens arrolados mandou duas peças, destarte contribuindo para que noventa e oito cativos participassem do trabalho; 3. cada um dos administradores de escravos enviou três de seus *administrados*, contribuindo para que cento e quarenta e sete peças se envolvesse na azáfama coletiva.

Considerada qualquer uma dessas hipóteses como plausível, talvez não seja tão difícil compreender que na oportunidade em pauta, evidenciou-se uma grande movimentação envolvendo farta escravaria. A Câmara Municipal de Piratininga determinou, de certa forma e sob pena de multa, a formação de um mutirão de trabalho escravo. Cumpre afirmar que em nosso entendimento, a primeira das três hipóteses é a menos passível de plausibilidade, dada a perceptível presença de homens considerados abastados – sempre levando em conta os padrões da São Paulo quinhentista e seiscentista – na lista do conselho. Contudo, mesmo que a primeira hipótese seja considerada, teremos um significativo grupo de escravos em ação. A segunda das hipóteses é, ao que nos parece, nada desprezível, já que não é difícil crer que cada um dos arrolados pela edilidade tenha mandado duas peças para o trabalho, que acabou executado, finalmente, por quase uma centena de cativos. A terceira hipótese não parece ser, de forma alguma, implausível, posto que ceder três cativos não é, pra quem tem muitos outros, algo impossível. Com efeito, a elaboração dessa terceira hipótese deu-se pelas características próprias da ata de 23 de maio de 1584 que, diferentemente do que

era ordinário⁷⁶, arrolou quase meia centena de moradores, sem explicitar precisamente a quantidade de cativos a ser enviada à faina por cada um deles. Isso faz, obviamente, com que necessitemos lançar mão de conjecturas e cogitar hipóteses. Contudo, corroboremos que aqui nosso intento não é alcançar a precisão numérica, mas evidenciar a quantidade nada pequena de escravos numa empreitada. E ainda não comentamos um importante trecho exarado no documento ora em análise, um diminuto trecho que sugere talvez a participação de um número bem maior de cativos no mutirão de maio de 1584. Verifiquemos tal trecho: “[...] quada hũ será hobriguado diguo todos hos comtehudos nestes rois atras virá com sua jemte” (ACTAS da CÂMARA, 1584, p. 238). Essas poucas palavras parecem configurar um indício nada frágil, apontando para a reunião de um grupo mais numeroso que o constante em qualquer das três hipóteses há pouco sugeridas. A menção dos *rois atras* diz respeito às listas elencando os quarenta e nove moradores dos caminhos especificados⁷⁷. Porém, o que mais acena para a possibilidade de cogitação de que a ajuntada de peças foi maior, é justamente quando se registra que todos os quase cinqüenta proprietários listados deviam acudir ao trabalho *com sua gente*. Ora, a expressão *sua gente* não parece aludir à uma ou duas peças de cada proprietário, mas a um grupo delas, um grupo que se agregaria a quase cinco dezenas de outros, formando a grande força de trabalho que atuaria nos caminhos já assaz mencionados. Suspeitamos estar ficando claro que a nossa tentativa de evidenciar a considerável quantidade de cativos nessa empreitada, não está, talvez de maneira alguma, destituída de fundamento. Pelo contrário, as evidências que fundamentam nossas assertivas acerca da farta escravaria denotam, indubitavelmente, contornos nítidos, claros. Tal clareza evidencia-se ainda mais, se verificarmos que na longa e detalhada ata que arrolou tanta gente para ceder escravos – visando a reparar quatro caminhos –, ainda aparece uma determinação dirigida àqueles que não moravam nas imediações de tais logradouros, obrigando-os a limpar a frente de suas propriedades, bem como os caminhos que conduziam às nascentes d’água:

[...] moradores que ficam de fora destes quaminhos serão hobriguados a limpar hos caminhos das fomes e hos donos dos chãos do redor desta vila serão hobiguados a limpar suas testadas... (ACTAS DA CÂMARA, 1584, p. 238).

⁷⁶ Em grande parte das atas, como suspeitamos já ter deixado claro, a municipalidade determinava o cedimento de duas peças por parte daqueles que possuísem seis ou mais delas, obrigando os proprietários que tivessem menos de seis a ceder uma peça. Ordinariamente, não se nomeava os moradores, mas sim apontava-se quais os caminhos ou logradouros a receber manutenção, determinando-se que as pessoas que habitavam as adjacências mencionadas acudissem ao trabalho com suas peças.

⁷⁷ Isso é facilmente verificável na citação às páginas 92 e 93.

Essa determinação adicional, registrada depois, em adendo à dos quatro caminhos, contribui para evidenciar, irrefragavelmente, que em maio de 1584 aconteceu em Piratininga uma agregação de várias dezenas de grupos de peças, oriundas de também várias dezenas de donos, inserindo o mutirão em pauta numa perspectiva em que a precisão concernente à quantificação é incognoscível, porém sendo tal incognoscibilidade em parte advinda do vultoso número de moradores instados a ceder *sua jemte*, torna-se evidente, em termos dificilmente refutáveis, que a escravaria que acudiu à lida imposta pelo conselho foi, na oportunidade, de consideráveis proporções. Entendemos ser essa asserção nada inidônea, mas prudente, nada eivada por laivos entusiásticos.

O talvez perceptível detimento que fizemos na análise dessa ata, deveu-se à nossa intencionalidade de demonstrar, de forma clara, a dimensão aproximada concernente à organização social da São Paulo primeva, fundamentada, antes de tudo, na escravização do índio. Tal detimento, cumpre ressaltar, descortina apenas uma ínfima ou infinitesimal visão da arcaica Piratininga, onde, ao que tudo indica, as agregações de vários índios para grandes empreitadas não era algo incomum. Pelo contrário, a mão-de-obra indígena era vista, pelos homens do conselho, como uma força de trabalho à disposição do bem comum⁷⁸, podendo ser requerida a qualquer tempo pelo poder instituído. Sempre que um trabalho de interesse público reunia um número expressivo de escravos naturais da terra, existira, anteriormente, um procedimento costumeiro: a câmara determinara aos donos de peças⁷⁹ – sob pena de multa – que cedessem seus escravos; estes proprietários, por sua vez, efetivamente organizaram a formação do grupo de trabalho, agregando seus cativos a outros, pertencentes a outros senhores.

Tal procedimento contumaz, incluía também as propriedades e caminhos situados além dos muros da vila. Para que constatemos isso, verifiquemos o que foi escrito na Ata de 14 de abril de 1585:

Em dita camara os ditos officiaes ordenarão q~ todos os moradores desta villa q~ tiverẽ terras chãos p̃era casa ao longo da villa fora dos muros della alimpẽ a longo do campo de cada [...] duas braças craveras p̃ os caminhos estarẽ limpos e q~ esto facão e cumprão esta semana q~ vẽ q~ he a somana santa e se deitara pregão diso p̃^a

⁷⁸ Tal expressão é encontrada repetidas vezes nas Atas da Câmara de São Paulo.

⁷⁹ Essa determinação, cumpre corroborar, podia ser feita nomeando-se os donos de peças – que era um procedimento inusual – ou, mais ordinariamente, mencionando-se os logradouros e determinando-se que os que residiam em suas adjacências agregassem suas peças – conforme suas posses – e as enviassem à lida.

q~ venha a noticia de todos e o morador q~ não fizer carpir e limpar as suas testadas duas braças ao longo do caminho de sua vanda e da outra na dita semana pagara hũ tostão p^a o concello... (ACTAS DA CÂMARA, 1585, p. 263-264).

Aqui existe uma ordem de serviço, que devia ser cumprida nas áreas exteriores ao perímetro cercado da Piratininga seiscentista. As testadas ao longo dos caminhos deviam ser capinadas e limpas. A preocupação com a religiosidade se revelou presente, uma vez que o trabalho de limpeza devia ser feito na *somana santa*, portanto antes dos officios litúrgicos da paixão de Cristo e da Páscoa. Essa preocupação em relação às datas de cunho religioso é recorrente nas atas. Doravante, isso se tornará claro. Constatemos como os homens do conselho davam atenção ao trajeto por onde passavam as procissões:

Foi requerido aos ditos hoficiais q~ suas ms mãodasẽ alimpar os caminhos pr onde são costumadas as presiçõis andar... (ACTAS DA CÂMARA, 1588, p. 348).

Esse registro foi feito em 09 de abril de 1588. Averiguemos agora, parte das deliberações de 24 de junho de 1623:

[...] cõ pena de dous tostois acodicẽ todos os moradores a festa e procicão de st^a Izabel q~ he a dous do mes de julho pr ser festa Del rei e todos alimpẽ e carpão suas testadas e ruas sob a mesma pena... (ACTAS DA CÂMARA, 1623, p. 40).

Percebamos que a presença à procissão era obrigatória para todos, sob pena de multa de dois tostões. Isso, aos homens deste início de século XXI, pode causar alguma surpresa, mas é uma recorrência assaz perceptível, ao longo da leitura da documentação produzida na Câmara Municipal da prístina São Paulo do Campo. Nessa Ata de 1623, além da cobrança antecipada relativa ao comparecimento ao préstito de Sta. Izabel, o conselho não deixa de lembrar aos moradores seus deveres de capinar e limpar a frente de suas casas. Isso, está claro, tinha como objetivo preparar as vias públicas para a passagem do cortejo religioso.

Menos de dois anos depois, em 15 de fevereiro de 1625, o escrivão Manoel da Cunha, entre outras deliberações, deixava escrito:

[...] que todos os moradores limpẽ suas testadas p^a a prosisão dos pasos e cada morador mande la o seu negro com sua enxada carpir o adro da igreja matriz e a prasa desta dyta villa [...] com pena de dozentõs rs... (ACTAS DA CÂMARA, 1625, p. 168).

Aqui, a determinação não diz respeito apenas à limpeza ou capinação das testadas. Vai além disso, obrigando cada morador a enviar uma peça ou escravo para carpir o terreno em frente à igreja (adro), devendo o cativo enviado fazer o mesmo trabalho na praça. Notemos que a Câmara ainda lembra aos moradores a respeito da ferramenta a ser portada pelos escravos – a enxada –, também a ser providenciada pelos moradores donos das peças. Concernente às deliberações de 17 de janeiro de 1637, deixou registrado o escrivão Ambrósio Pereira:

Mandam os officiaes da camara desta villa de são paulo que todos os moradores desta villa se achem dia de são sebastião na procissão de el-rei e mandem limpar e enramar suas ruas por onde passar a procissão... (REGISTO GERAL – VOL. II, 1637, p. 09).

Interessante esse trecho de documento, pois nele estão contidas três determinações. A primeira delas corrobora a contumaz obrigatoriedade acerca do comparecimento de todos os moradores às festividades religiosas, nesse caso específico, em alusão a São Sebastião. A segunda determinação oficial reedita a questão da limpeza ou capinação das ruas por onde transitará a procissão. Finalmente, a terceira determinação prevê que os moradores enfeitem as ruas com ramos, destarte dignificando a passagem do cortejo. Em suma, os moradores devem, sob pena de multa de dois tostões, limpar as ruas, ornamentá-las e comparecer ao evento no dia de sua realização.

Esse cuidado em relação às festividades católico-cristãs revela, de maneira translúcida, a mentalidade fundamentalmente religiosa dos paulistas quinhentistas e seiscentistas. Contudo, o que ora pretendemos demonstrar é, prioritariamente a função da mão-de-obra do índio na prisca Piratininga. Feita tal indispensável ressalva, sigamos adiante, verificando outros aspectos, outras situações que possam contribuir para alicerçar o que propugnamos. O trabalho com o gado era outra atribuição do índio. Em 29 de novembro de 1578, discutindo acerca de algumas vacas que haviam invadido uma roça alheia – algo que comumente acontecia –, os oficiais do conselho mencionaram “[...] hũ escravinho vaqueiro q~ tãojia o gado as vaquas q~ na lavoura ãdavão...” (ACTAS DA CÂMARA, 1578, p. 125).

Um pequeno escravo tange o gado. Um menino indígena conduz um pequeno rebanho pela plantação. Não eram raras as celeumas e animosidades entre os moradores, causadas pelos vagar dos bovinos pelas roças e campos. Tanto que em 24 de julho de

1580, a Câmara, juntamente *com algumas pessoas desta vila*, determinou a construção de currais, visando solucionar o problema:

[...] asantaram os ditos moradores com os ditos oficiais q~ a desaseis dias do mes de agosto se ajuntaram todos no campo [...] e levariam os seus escravos consigo p~era hi fazerem currais e tranqueiras nesarios p~era enserarem o dito gado... (ACTAS DA CÂMARA, 1580, p. 167).

Verifiquemos agora uma outra significativa recorrência nas deliberações do conselho, a conservação dos mananciais hídricos.

As nascentes ou minas d'água recebiam bastante atenção da Câmara. Na ata de 10 de fevereiro de 1590 os *officiaes* determinavam que “mandasen [...] allimpar ho caminho da fonte e allimpala por ser asi necessário p^a allimpeza e honra desta villa...” (ACTAS DA CÂMARA, p. 384-385). Registro de semelhante teor foi feito em 17 de abril de 1593, quando se determinou “[...] q~ se allimpasen os caminhos das fontes e ribros de serventia...” (ACTAS DA CÂMARA, 1593, p. 458). Não são poucas as atas que demonstram a preocupação do conselho acerca da limpeza das fontes d'água. De fato, são profusas, em toda a documentação da edilidade, as determinações concernentes a esse trabalho. Outro aspecto que nada raro se fazia presente, respeitante à manutenção da vila de São Paulo era, indubitavelmente, a atitude vigilante no que concernia à tapingão de buracos. Em 17 de julho de 1593, deixou registrado o escrivão Belchior da Costa:

[...] loguo requereo o pdor frco Martins q~ nesta villa estavam [...] covas destapadas em prejuizo desta villa e requeria a suas merces os m~adase tapar e entupir – a saber – m~adase – a Suzana dias q~ entupise duas covas q~ estão na prasa q~ seu f^o frco dias fez [...] (ACTAS DA CÂMARA, 1593, p. 465).

Francisco Dias, filho de Suzana Dias, foi quem abriu as duas covas na praça. Isso o conselho já sabe, por isso declina-lhes o nome. À mãe, Suzana, foi determinado que tapasse ambos os buracos, naturalmente por intermédio de suas peças, sob pena de quinhentos réis e num prazo máximo de quinze dias. Também era cumprida pela Câmara uma função preventiva em relação às covas. Na sessão de 16 de abril de 1639, sob pena de cinco tostões, determinava-se “[...] que nenhũa pessoa facão covas nesta vila nas serventias pelo mto dano e prejuizo que diso resulta” (ACTAS DA CÂMARA, 1639, p. 428). Aqui existe a afixação de multa prevista para os infratores. Não há buraco, não há cova. *Aconselha-se* formalmente que ninguém os faça. Já na sessão de

30 de janeiro de 1644, obriga-se a tapingo de uma cova existente numa via de trãnsito regular:

[...] no caminho e estrada Coimbra que vai de guarepe se abriu hãa cova em damno da dita estrada que mandasem requerer a pesoa que nella tinha negros⁸⁰ não bula mais nella antes a tornasse a fechar e tapar a sua custa (ACTAS DA CÂMARA, 1644, p. 189).

Estã claro que o trabalho de tapingo, neste caminho, ficou à cargo da escravaria do morador mais prãximo.

É interessante observar que na vila de onde se irradiavam os caminhantes dos sertões ignotos, a preocupação com o nivelamento e as irregularidades do solo era rotineira, diãria, configurando-se como uma imposiãõ oficial aos moradores. A eliminaãõ das covas é um tema ou assunto que aparece e reaparece, não com raridade, ao longo da documentaçãõ. Jornadeadores de sendas ou trilhas acidentadas, ásperas e pontilhadas por abruptas depressões, os piratininganos acudiam⁸¹ à tarefa de conservar os caminhos e vias dos povoados livres de quaisquer cavidades.

Outro aspecto significativo da mentalidade do paulista antigo, é a sua expressiva vigilãncia quanto às ervas e arbustos daninhos, que natural e constantemente cresciam na vila. O desbravador que ia com freqüência ao mato, não queria mato no povoado. Cremos que isso já tenha sido, de certa forma, preliminarmente sugerido, já que neste segundo capítulo, abordamos a considerãvel agregaãõ de escravos índios que trabalhou na manutenãõ simultãnea de quatro caminhos, onde a capinaãõ ou carpimento comprovadamente ocorreu. Porém, o que neste momento pretendemos demonstrar, sãõ as reiteradas menções acerca da derrubada regular do mato rasteiro, imposta pela Câmara Municipal aos moradores. Essa é uma das determinaãões oficiais que mais aparece nas atas.

Averiguemos parte das deliberaãões de 21 de marãõ de 1587:

[...] o procurador do cº Afonso diaz requereo aos ditos officiaes mandasẽ carpir as testadas e quintaes da villa e fora della q~ estavãõ desatapados porquanto estavãõ mtº sujos e cheios de matos e a villa possuia mays matos q~ outra cousa e os ditos officiaes ordenarãõ q~ asi se fizese e se deytase pregãõ pello portrº do cº q~ todos os moradores da villa q~ tivesẽ as suas testadas e quintais

⁸⁰ Atrãvés da leitura das Atas da Câmara torna-se claro que o termo *negro*, na Sãõ Paulo setecentista, era aplicado não aos escravos provindos da África, que não eram muitos na regiãõ planãltica, mas aos escravos índios trazidos do sertãõ. Na obra *Negros da terra*, Monteiro (2000, p. 165) discute essa questãõ de maneira aprofundada, asseverando que “atẽ os últimos anos do sãculo XVII, o termo preferido em alusãõ a índio era ‘negro’”.

⁸¹ Termo bastante usado nas atas, aludindo à iniciativa de cumprir as tarefas de interesse pãblico, sempre a cargo dos escravos índios.

desatapatos e por carpiros carpisẽ asi dentro da villa como ao longo dos muros della por toda esta somana q~ vem com pena de hũ tostão (ACTAS DA CÂMARA, 1587, p. 311).

Não apenas as testadas, como também os quintais *sujos e cheios de matos* deviam ser carpidos, observando que a referência a tais quintais e testadas abrange os situados tanto dentro quanto fora da vila, ou seja, todos. Menciona-se também a tapinga dos buracos existentes nos mencionados locais. Isso tudo a ser feito em uma semana, sob pena de multa de um tostão.

É perceptível que a Câmara associa o mato à sujeira. Na sessão de 20 de janeiro de 1620 (p. 424) cogitava-se “[...] que podesem andar o dito gado por respeito da limpeza da villa pera bater o dito gado a erva do matto ...”. Interessante estratégia de limpeza. Animais pastoris limpando a vila da sujeira que era o mato.

Testadas sem mato, quintais sem mato, caminhos sem mato, adros sem mato, praça sem mato. Os paulistas foram os melhores mateiros da colônia, ou seja, os melhores sertanistas, mas não queriam, de forma alguma, que o mato invadisse o vilarejo onde ficavam suas casas, incluindo nisso as adjacências externas ao muro que cercava o casario piratiningano, como já ficou claro há pouco.

Não providenciar o carpimento do mato, implicava – como já mencionado – em pagamento de multa. Vejamos parte de uma condenação exarada pela Câmara, na mesma sessão em que veio à baila a possibilidade de soltura do gado, há pouco mencionada:

//e asi condenarão todas as pessoas que não derubarão os Mattos que esta por detrás das cazas a saber ãtº baroja em mil rs // andre frz de parnaiba em mil rs // dominguos cordeiro comdenado em dous mil rs a saber mil rs por não trazer a carta de data do conselho e outros mil reis por não derubar o matto atras de suas casas... (ACTAS DA CÂMARA, 1620, p. 424).

Aqui, os moradores arrolados são multados por não eliminarem o mato que crescia atrás de suas casas. A vigilância do conselho se estendia para além das testadas, dos caminhos, dos adros ou das praças, imiscuindo-se nas próprias linhas limítrofes do que possa ser considerado privado ou individual. Os moradores listados foram penalizados por não providenciarem a capinação na área posterior de onde moravam. Há pouco, explicitou-se que a limpeza dos matos devia ser feita também nos quintais, que salvo engano, não constituíam, necessariamente, domínio público. Não faz parte de nossa intencionalidade, em absoluto, aprofundar qualquer discussão sobre os limites do que era, à época, considerado público ou privado. No momento, o que pretendemos é

demonstrar a assaz significativa vigilância da Câmara, no que dizia respeito à ervas naturais que medravam na vila de São Paulo. Dentre essas ervas, uma delas destacava-se como inimiga da limpeza desejada pelos paulistas. Trata-se do cardo⁸², várias vezes mencionado na documentação. Em 05 de novembro de 1622, lavrou-se:

[...] e logo pelo dito pdor do cõselho foi requerido aos ditos offisiaes que avião nesta vila mtos cardos o que era ã grande perjuizo da tera pelo que requeria aos ditos offisiaes pozesẽ cobro niso o q~ vto pellos ditos offisicaes mandarão fosse posto quartel que dentro ã quinze dias tirasẽ os ditos cardos cada hũ de sua testada e quintal cõ pena de quinhentos rs. (ACTAS DA CÂMARA, 1622, p.489).

Em 27 de janeiro de 1624 exarou-se que “mandarão os offisiaes da camara ã termo de quinze dias carpão e linpẽ de suas testadas e quintais os cardos so pena de quinhentos rs...” (ACTAS DA CÂMARA, 1624, p. 80).

Já em 10 de janeiro de 1635 registrou-se:

[...] juntarão os ofisiaes da camara [...] e por eles foi dito ao procurador do conselho se ele tinha que requerer o fise e pelo procurador do conselho foi dito que lhes requeria a eles ditos ofisiaes da camara mandasem limpar as ruas dos cardos e todas as testadas com as penas que lhe paresese (ACTAS DA CÂMARA, 1635, p. 237).

Na sessão de 14 de janeiro de 1640 a famigerada erva imiscuiu-se novamente nas deliberações:

[...] mandarão eles ditos ofisiaes da camara se fixase quoartel que todos limpasem os cardos e ruas ate dia de são Sebastião com pena de simquo tostões pera obras do conselho (ACTAS DA CÂMARA, 1640, p. 10).

No primeiro dia de fevereiro de 1642, o conselho parecia querer impor ainda maior rigor aos moradores que não combatessem a *ma erva*, destituindo-os de seus próprios *chãos*. Não mais seria aplicada a costumeira penalização pecuniária ou multa. Os moradores perderiam suas propriedades, caso não as livrassem da indesejável praga. As terras onde medravam cardos seriam declaradas devolutas:

[...] que se notefique a todos os moradores desta dita villa alimpem e carpam suas testadas e os chãos e mais partes onde ouver cardos e espinhos os manden cortar e alimpar pera que sese a rais de tão ma erva; do que se vay enchendo esta dita villa sob pena de que as

⁸² Planta da família das carduáceas, muito comum no sul do Brasil, originária da Europa. É planta anual, ereta, áspera, revestida de pelos aracnóides, ramosa e de cor acinzentada. Suas flores são amarelas e as folhas, lanceoladas. Constitui verdadeira praga da lavoura. (Enciclopédia Ilustrada Formar).

pesoas que não alimparem os ditos chãos dos ditos cardos os perderão e o conselheiro os dara por devolutos... (ACTAS DA CÂMARA, 1642, p. 124-125).

Também em 06 de abril de 1647 atentava-se para a vigília em relação ao vegetal em pauta, ficando determinada, na oportunidade, não apenas a costureira segadura, mas ainda a tarefa de incineração do material daninho ceifado:

[...] pelo dito procurador foi dito que se mandase pesar coartel que todos os moradores desta v^a alimpem seus chãos e testadas de todos as cardos que há nesta dita vila e os queimem e boten fora... (ACTAS DA CÂMARA, 1647, p. 296).

Nas parlamentações de 18 de março de 1651, que foram mediadas pelo famoso sertanista Fernão Dias Pais – então juiz ordinário –, determinou-se mais uma vez, a exemplo de várias outras sessões anteriores, a derribada dos cardos:

[...] estando em vereasam o juis ordinario fernan dias paes e o procurados do comçelho e os vereadores [...] foi mandado ao dito procurador se tinha que requerer o fizece e por elle foi requerido mandaçem paçar cartel p^a que todos os moradores mandem limpar suas testadas e tirar lhes os espinhos de cardos plo dano que podia fazer... (ACTAS DA CÂMARA, 1651, p. 465).

Cumprir refletir que todas as vezes que a Câmara determinava a capinação dos *mattos*, estavam também aí incluídos os cardos, naturalmente, já que são vegetais agrestes daninhos, ou seja, são também *mattos*. Mencionamos isso para que possa ser promovido o entendimento de que esse vegetal foi, irrefragavelmente, uma constante fonte de preocupação para os paulistas antigos ... Preocupação constantemente minorada pelas enxadas dos escravos índios, num ciclo ininterrupto, uma vez que o mato deitado ou ceifado deixava sementes que germinavam e transformavam-se em ervas rasteiras, medrando e empertigando-se, até que novamente entrasse em ação a enxada portada pelo homem natural da terra, fazendo cumprir as ordens da Câmara.

Ator histórico de grande envergadura e múltiplas facetas, o índio que empunhou o guatambu das enxadas e foices já havia, desde as origens de São Paulo, empunhado arcs, flechas e outras armas da terra, atuando como defensor da vila contra os constantes ataques da resistência nativa, resistência que se configurava como uma outra manifestação desse personagem histórico, que a despeito disso tudo, foi descrito pela historiografia convencional como uma figura de fundo, mero figurante na saga epopéica da expansão sertanista.

O papel do índio na defesa da antiga Piratininga era tão relevante, que na sessão da Câmara em 26 de junho de 1563, foi deixado escrito:

[...] na dita quamara requereu o dito procurador q~ não cosentisẽm livarẽ indios nẽ houtra gẽte allgũa desta vila mas até q~ recolhese os indios q~ levarão os fos de Diogo de Braga e os q~ estão pelas taperas e isto por rezão q~ dizião q~ vinha gera sobre nos e logo hos ditos hofisiais acordarão e lhe pareceu bem p^a ho povo visto a nesidade que temos dos indios e sermos poucos nesta vila e por termos quartas do quapitão e como estivessemos prestes pelo quall mãodava q~ todo home deta vila e fora dela não levẽ indio desta vila sẽ licẽca da quamara cõ pena de cinco tostõis (ACTAS DA CÂMARA, 1563, p. 25).

Como se percebe, não era permitido levar índios para fora de São Paulo, sob pena de multa. Em outros termos, era proibido levar guerreiros para fora da vila, pois a guerra (gera) era iminente e seria trazida pelos guerreiros nativos contrários.

Contrariamente a isso, em 17 de fevereiro de 1629, quando as expedições sertanistas de apresamento vogavam pelo sertão, entendia-se que era lá que os índios deviam estar, engajados na caça à mão-de-obra para o *bem* do planalto:

[...] puzerão em pratica as couzas do beem comũ e pello precurador foi dito que se puzese cobro sobre os mercadores que nesta villa estam não tratem com os negros desta villa asim da tera como tapunhos⁸³ porcoanto he ocazião de elles andarem o sertam... (ACTAS DA CÂMARA ,1629, p. 17).

Eis aqui um alerta aos mercadores, para que não façam negócio algum com os índios, pois estes não devem ter nada que por ora os prenda à vila, uma vez que é muito mais desejável sua presença no sertão, reforçando os contingentes apresadores. Ao mercador que desobedecesse tal determinação, seria aplicada uma multa de seis mil réis.

Em 05 de junho de 1634, determinava-se a organização de um ajuntamento de índios, visando debelar outros índios levantinos:

[...] pelo procurador do conselho en nome do mais povo foi dito que eles requerião aos ditos ofisiaes da camara que lhe requeriam pusesem cobro sobre o gentio que estava levantando por efeito de se levantarem contra os moradores desta villa [...] disendo que lhes parea diguo e para atalhar este dano pelos ofisiaes foi acrodado com os homes bons do povo como ordenarão demandarem uma dusia de mansebos solteiros com trinta indios das aldeãs e os mais que necesarios forem pẽra traserem a esta vila os que são levados e levantados para com isso sesarem estes abusos e se castigarem o cabesas... (ACTAS DA CÂMARA, 1634, p. 215-216).

⁸³ Notemos que os índios – tanto os que moram nas imediações da vila de São Paulo quanto os tapuios (tapunhos) – são chamados *negros* pelo conselho.

A um contingente de trinta ou mais índios, ajuntado a aproximadamente doze jovens não índios, foi dada a incumbência de capturar os líderes (cabeças) do levante nativo, para trazê-los à vila, a fim de que recebessem punição. A Câmara esperava, que sem liderança, os índios rebelados se acalmassem. Neste episódio – como em não poucos outros na colônia –, um grupo de índios enfrenta outra agregação de nativos. Um grupo representa a colonização; o outro traduz a resistência indígena ao invasor estrangeiro. As situações de belicosidade postando nativos contra nativos não se restringiam, está claro, às ações repressoras ante focos revoltosos. As expedições de apresamento incluíam significativos contingentes de indígenas em suas fileiras. Essa inclusão às vezes acontecia à força, nas aldeias do planalto paulista. Verifiquemos algumas palavras exaradas em 12 de maio de 1645:

[...] algũs moradores desta dita vila e seu termo tiravão os índios de suas aldeias forcoza e violentamente e os levavão pera o sertão dezunindos e apartandoos em grande damno do real servico pelo que requeria noteficasem aos juizes ordinarios da parte de sua magestade tirasem devasa do cazo e procedese na forma da sua lei... (ACTAS DA CÂMARA, 1645, p. 265).

Esse trecho documental é revelador, pois promove ou auxilia o entendimento de que os índios integrados nas expedições apresadoras não iam, invariavelmente, de *bom grado*. As expedições apresadoras eram empresas que ultajavam o índio não apenas quando de seu apresamento, no *hinterland*. O homem natural da terra tornava-se objeto de violência desde o aviamento (*os integrados* nas expedições), até o assalto às tribos ou reduções (*os apresados*). Desde as providências preliminares, até a concretização de seus objetivos últimos, as expedições de apresamento eram empresas que desrespeitavam o índio, impelindo-o para uma *guerra* que não era sua, matando-o e escravizando-o. Em parte, o trabalho apresador configurava uma situação em que índios caçavam índios, resultando dessa caça o produto final, o escravo, que entregue ao colono sertanista – seu senhor de então por diante –, integraria os grupos de peças cuja mão-de-obra constituía a base da vida econômica no planalto.

Creemos que qualquer arremedo de contribuição para o entendimento das expedições sertanistas não pode, de forma alguma, prescindir da abordagem da figura do índio, ator histórico-social inextirpável de qualquer descrição idônea que se faça da Piratininga dos séculos XVI e XVII.

Em suma, para que entendamos as expedições sertanistas ou as entradas do sertão, bem como os colonos que as organizaram, é indispensável conhecer o objeto do

apresamento, o escravo que vivia caçando outros escravos ... que vivia fazendo pontes, tapando covas, limpando caminhos e fontes, construindo currais, lidando na lavoura, ornamentando as vias para as procissões, roçando o mato, defendendo a vila contra outros índios. É essencial, parece que de fato, conhecer um pouco este ator histórico, motivação primeira das expedições de apresamento. Por isso, corroboremos, nos detivemos um pouco na análise desse personagem tão importante da São Paulo colonial, que na melhor das hipóteses, foi deslocado para um plano muito recuado na historiografia convencional.

2.2. O chamamento do sertão: as expedições de apresamento

Organizar expedições e partir à caça de índios era, indubitavelmente, uma prática que caracterizava, particularizava, singularizava a sociedade vivente no planalto da capitania de São Vicente, desde a segunda metade do século XVI até o alvorecer dos anos setecentistas. Essa prática de percorrer os sertões, fez com que os paulistas fossem considerados os mais hábeis mateiros da colônia. Foi o apresamento indígena o mais constante motivo a levar os planaltinos a palmilhar amplas distâncias, devassando o interior da América portuguesa e adentrando, sucessivas vezes, as terras pertencentes à Coroa Espanhola. Paragens remotas foram alcançadas por essa perluastração, posto que não raro, as caminhadas atingiam vários milhares de quilômetros⁸⁴. Destarte, parece ser lícito afirmar que o sertanismo contribuiu, majoritariamente, para que o âmago da América deixasse de ser uma área infrequentada pelas forças da colonização. Cumpre refletir, que jamais existiram nas brenhas do novo mundo os extensos *desertos* ou *solidões* propalados pela historiografia convencional. Ancestral e imemorialmente habitados por muitas e muitas tribos nativas, os vastos sertões de então, portanto, não eram ermos. As matarias eram densamente povoadas por homens e mulheres, entre os quais muitos se tornariam escravos. Homens e mulheres, que caçados pelos invasores de seus domínios, seriam conduzidos para uma terra não tão perto, onde se erguia um rústico vilarejo, aninhado num planalto desconhecido, à beira das florestas ínvias de onde tinham vindo. É talvez fora de dúvida que aconteceram muitas caminhadas

⁸⁴ A expedição preadora chefiada por Antônio Raposo Tavares percorreu de dez a doze mil quilômetros, de 1648 a 1651. Domingos Jorge Velho marchou seis mil quilômetros, visando a combater os negros palmarinos, na última década do século XVII.

consideravelmente extensas, no entanto, nos dias mais afastados do pretérito de São Paulo, quando ocorreram as primeiras entradas do sertão, não foi necessário andar muito para caçar índios, pois estes eram ainda abundantes em paragens próximas ou relativamente próximas ao povoado piratiningano.

Como vimos no primeiro capítulo – às páginas 33, 34, 35, 36, 37 e 38 –, os moradores dos primeiros anos de São Paulo, viveram sob a ameaça dos ataques indígenas. Tal entendimento, traz em seu bojo um descortino importante no que concerne às adjacências do vilarejo paulista, em sua mais remota origem. Os habitantes naturais da terra avizinhavam-se da vila incipiente, circunvagando, perlongando as amuradas, espreitando por entre as árvores da orla florestal. Corroboramos aqui esse importante aspecto da São Paulo germinal, essa particularidade não pouco importante, no que diz respeito à qualquer abordagem acerca das primeiras entradas do sertão. Essa agressividade do índio, que nada mais era que uma reação natural ante uma situação nova, foi tomada como pretexto para a organização de expedições de preia. O índio, diante da invasão de sua terra imemorial, hostilizava os invasores, tanto nas proximidades de Piratininga quanto no emaranhado das matas que demandavam o interior. A situação econômica no planalto, como vimos, não era das melhores, contribuindo para que as justificativas que orbitavam o apresamento se tornassem mais consistentes. Em 10 de abril de 1585, os oficiais enviavam um extenso requerimento ao Capitão-Mor da capitania de São Vicente, Jerônimo Leitão, solicitando autorização formal para organizar uma entrada *ao gentio do sertão*⁸⁵. O tom discursivo do documento ora em questão assume o seguinte viés de argumentação:

[...] a grande necessidade em que esta terra esta a qual he q~ esta terra parece e esta em mto risco de se despovoar mais do q~ nunca esteve e se despova cada dia por causa dos moradores e povoadores della não terem escraveria do gentio desta terra como tiverão e com q~ sempre se servirão e isto por rezão de mtas doenças e enfermidades q~ na terra avia como he de câmaras de sangue eoutras doenças de que são mortais nesta capt^a de seis anos a esta parte mais de duas mill pessoas digo pecas de escravos [...] (ACTAS DA CÂMARA, 1585, p. 275).

A *necessidade*, como sempre, aparece com grande perceptibilidade, porém, aqui mais ainda magnificada, alicerçada no argumento da mortandade de aproximadamente dois mil índios escravizados, vitimados pela varíola (câmaras de sangue) e outras

⁸⁵ Assim está escrito no enunciado do documento.

enfermidades que grassavam no planalto⁸⁶. Esse contágio em larga escala, segundo os oficiais, teria contribuído para o despovoamento de Piratininga, culminando numa situação periclitante, em que um número considerável de moradores surpreendeu-se sem escravaria (escraveria). Atentemos para o importante detalhe de que essa era uma situação nova. Servir-se do trabalho escravo era a regra, configurando-se como exceção a impossibilidade de contar com essa mão-de-obra largamente utilizada no planalto. Não ter *escraveria* era, ao que parece, um considerável problema para os que dela *sempre se servirão*. Outro aspecto que talvez aqui não seja de ínfima importância, reside na constatação de que o *escrivão*, ao equivocar-se, busca imediatamente corrigir seu engano, quando, ao mencionar os índios escravizados, a eles inadvertidamente se refere como *peças*, retificando sua grafia na seqüência, adjetivando-os como *peças de escravos*. Nos últimos termos dessa nossa última citação, fica claro que na vila não morreram duas mil *peças*, mas duas mil *peças de escravos*. O *escrivão* Manuel da Luz esforça-se por deixar isso bastante claro.

O longo requerimento ao capitão Jerônimo Leitão prossegue, lembrando venturosos dias passados, quando os moradores ainda dispunham de farta escravaria. Em tom quase nostálgico, é feita uma comparação entre o satisfatório pretérito e o então decadente momento, pelo qual passavam os piratininganos:

[...] esta terra era ennobrecida e os moradores se sustentavão e fazião suas fazendas de que pagavão dizemos a Deus e asua magestade e se sustentavão honrradamente e se fazia mto [...] o q~ agora não hay morador q~ tão somte posa fazer rocas p^a se sustentar quanto mays fazer canaveais os quais deixão todos perder a mingoa de escraveria e a terra vay em tanta deminuição q~ já se não acha mantimêto a comprar o q~ nunca ouve ate agora e isto tudo por causa de os moradores não terem escraveria com que prantar e beneficiar suas fazdas como sohião fazer [...] (ACTAS DA CÂMARA, 1585, p. 275 e 276).

Rutilante e saudoso, o passado farto de escravos era apenas uma lembrança. Restava o presente, descrito lamuriosamente como uma sobreposição de impossibilidades. Impossibilidade de fazer *roças*, impossibilidade de fazer *canaviaes*, impossibilidade de adquirir *mantimêtos*, e, por conseguinte, impossibilidade de saldar ou honrar os dízimos (dizemos) *a Deus e a sua Magestade*. Todas essas mazelas são imputadas – de forma incisiva, clara e enfática – à falta de *escraveria*. Ao que parece, os

⁸⁶ Na colônia, as doenças trazidas pelos europeus tomaram, não raro, proporções epidêmicas, dizimando milhares e milhares de índios. Não foram poucos os estudos que demonstraram isso. Na obra *Os índios e a civilização*, Darcy Ribeiro (1994, p. 208), afirmou: “A história de nossas relações com os índios é uma crônica de chacinas, e sobretudo de epidemias”.

oficiais, numa crescente tentativa de convencimento através da argumentação, acabaram fazendo um rol de várias justificativas, para que uma expedição fosse autorizada por Jerônimo Leitão.

Verifiquemos a seqüência do requerimento:

[...] pella quall rezão requeremos ao sor capitão da parte de Deus e de sua mage q~ sua mercê com a gente desta dita capit^a faça guerra campal aos índios nomeados carijós os quaes a tem a mtos anos merecida por terem mortos de quarêta anos a esta parte mays de cento e cinqta homes brancos assi portuguezes como espanhóis ate matarê padres da Companhia de Jesûs q~ forão aos doutrinar e ensinar a nosa santa fee catholica pella qual matança q~ asi fizerão e fazem cada esta mdo tempo a pollo sor Martim Afonso de Souza que som da glória azo q~ lhe fizesê guerra quando se desta terra foi por lhe matarê oitenta homes juntos q~ mandou pella terra a dentro a descobrir e pera a dita guerra deixou a Ruy Pinto digo deixou por capitães a Ruy Pinto e a p^o de Góes homes fidalgos e se se então não fez foi por a gente desta capit^a hirê a guerra aos de yguabe e por la matarê gente se desfez a dita guerra e atee agora não ouve oportunidade p^a se poder fazer como agora porque despois q~ matarão os oitenta homes primeros matarão despois diso por vezes outros tantos e matarão cada dia por serem muy atreizoados e inimigos de homes brancos ... (ACTAS DA CÂMARA, 1585, p. 276).

Esse trecho documental revela, antes de mais nada, argúcia e artilosidade. A guerra campal contra os índios é propugnada abertamente. Suspeitamos não restar dúvida acerca do objetivo de tal assalto, que era, prioritariamente, a obtenção de mão-de-obra, através da sujeição do *negro da terra* ao trabalho escravo. Porém, os oficiais trataram de redigir o requerimento trazendo à baila antigas e indesculpáveis agressões, levadas a cabo pelos índios. As vítimas dessas agressões não olvidadas são os colonos, que ao longo de quatro décadas foram assassinados pelos índios. Primeiramente, são mencionados mais de uma centena e meia de *homes brancos*, incluídos aí os espanhóis – parece que para aumentar a soma –, não necessariamente aliados incondicionais dos portugueses. Dentre os *brancos* vitimados pela propalada agressividade indígena, estão também incluídos os jesuítas, que aproximadamente meio século depois, seriam expulsos de Piratininga, com apoio amplo e incondicional da própria Câmara Municipal, após longo histórico de antagonismo com os colonos em relação à escravidão indígena. Na considerável lista de *homes brancos* vitimados pela selvageria indígena, estão também inclusos oitenta homens outrora mandados *terra a dentro* pelo próprio donatário da capitania, Martim Afonso de Souza, que devido a essas baixas inesperadas em sua tropa, nomeara dois capitães para dar guerra ao gentio agressor,

guerra que acabou não acontecendo, uma vez que muitos dos colonos da capitania estavam envolvidos em outro conflito, contra os índios de Iguape, onde confessadamente mataram *gente*. Portanto, o desagravo não consumado em tempos idos, ante os matadores dos homens de Martim Afonso, deveria ser agora levado a cabo, na guerra campal que se propunha ao capitão-mor da capitania vicentina. O assalto aos índios justificava-se a contento, assentado em motivos considerados legítimos, tais como a necessidade de escravaria para amainar a periclitância da vila e a desforra das matanças anteriores perpetradas pelos índios, cumprindo lembrar, que em grande parte, tais matanças ocorreram em situações invasivas, em que áreas florestais até então de domínio nativo foram devassadas pelas forças da colonização. Isso fica muito claro através do tom discursivo do requerimento em análise, mormente quando são mencionados os homens mandados por Martim Afonso *pella terra a dentro*. Importunados dentro de seus antigos domínios, os nativos da terra reagiram ante a impertinência e a sem-cerimônia dos adventícios, que se avizinharam e irromperam imperativos, em terras nunca dantes palmilhadas por alguém de além-mar. A despeito disso, a reação nativa é considerada como simples e infundada agressividade. O teor textual do documento parece apontar irrefragavelmente para isso, uma vez que são mencionadas as baixas sofridas pelos *brancos* ao longo do tempo, como algo extremamente condenável ao gentio, algo que merece revide. Os oficiais parecem qualificar os índios como facínoras, agressores espontâneos, sendo, portanto, merecedores ou passíveis de punição. Tal punição seria levada aos indígenas através da expedição que lhes faria guerra campal. A quintescência da translucidez acerca da idéia que se pretendia propalar sobre os índios, explicita-se na adjetivação pejorativa, repleta de incontida animosidade aos índios, quando são descritos como *muy atrizoados e inimigos de homens brancos*. Nesse longo e enfático requerimento, os desígnios dos moradores e dos oficiais paulistas em relação aos índios são, no mínimo, radicais, inarredáveis.

Averiguemos essas palavras:

[...] se caso for que o dito gentio se quera dar de paces lhe requeremos a sua merce que lha não de senão com condição q~ se não regattados pelos moradores desta capitã [...] trazendo-os e repartindo-os polos moradores como dito he sera mto serviço de deus e de sua mage e ben desta terra porquanto o dito gentio vive em sua gentilidade em suas terras comendo carne humana e estando ca se farão xpãos e viverão em serviço de deus... (ACTAS DA CÂMARA, 1585, p. 277).

A guerra, antes de ser feita, é concebida como não devendo findar-se com a paz, mesmo que esta seja pedida pelos índios. A única hipótese ou situação em que os paulistas concederiam qualquer arrefecimento no embate, ocorreria em termos condicionais, caso os indígenas acompanhassem os expedicionários até a vila, onde seriam repartidos – já como peças – entre os moradores, tornando-se escravos. O argumento é pétreo, férreo, sendo ainda reforçado pela louvável perspectiva de trazer os índios para o grêmio da igreja, integrando-os ao rebanho ou seio da *santa fee catholica*, onde não se come gente, onde se fica a *mo serviço de Deus e de sua mage*.

Quando o pedido de autorização formal para realização da guerra é corroborado, percebe-se toda a densidade de sua irredutibilidade. O capitão Leitão é abertamente pressionado a anuir:

[...] pellas razões já nomeadas tornamos a requerer ao sor capon jer^o leitão faça a dita guerra ao dito gentio cõ a mais brevidade q~ ser puder cõ gente desta capit^a porquanto todos estamos prestes p^a seguir a sua merce a qual guerra lhe requeremos q~ a faça [...] e isto he o q~ requeremos o sor capitão e não querendo fazer protestamos de a largar a terra e nosirá viver onde tenhamos rem^o de vida porquanto nos não podemos sustentar sê escraveria... (ACTAS DA CÂMARA, 1585, p. 276-277).

Num primeiro momento, os homens que fizeram o requerimento tratam de garantir a adesão maciça dos moradores ao assalto pretendido. Homens não faltam, estando todos prontos a seguir o capitão-mor, que deverá ser, naturalmente, o chefe da tropa. A seguir, verificamos uma tessitura terminológica que pressiona, coage, constrange Jerônimo Leitão a tomar uma atitude prática, caso contrário, os moradores abandonarão São Paulo, partindo em busca de outra terra, onde encontrarão *remédio (rem^o) de vida*, ou seja, escravaria, sem a qual não conseguem granjear seu sustento.

O texto irredutível do documento surtiu efeito. Tanto que em 10 de junho de 1585, Jerônimo Leitão reunia uma junta para definir os termos em que se assentaria a realização da solicitada expedição de apresamento. A reunião, que agregou mais de trinta pessoas, ocorreu na ermida de São Jorge, situada em São Vicente, no engenho dos Esquetes. Na oportunidade, escreveu o escrivão Francisco Nunez:

[...] perante elles ly hũ ostromt^o q~ os ditos officiaes das ditas villas lhe tinhão feito sobre a guerra do gentio carijo e do outro gentio tupiã e depois de lido e praticado sobre o q~ dito he se resolverão e conformarão os ditos officiaes e pessoas da governanca das ditas villas q~tudo aquillo q~ no dito requerim^{to} lhe tinhão apontado e requerido tirado dar-lhe guerra não avendo nẽ fazendo cousa pera iso da parte do dito gentio que no mais ao dito requerim^{to} se reportavão co decalração q~ elles ditos moradores são contentes e

estão prestes e aparelhados aquellos q~ forem necesarios cõ suas pesoas e armas e mantimentos e escravos q~ levare pera seus serviços de seguirẽ a acompanharẽ a elle dito sor capiton ensta entrada que ora quer fazer [...] (ACTAS DA CÂMARA, 1585, p. 279-280).

Mateiro, Jerônimo Leitão conduziu a situação da forma que convinha a um ocupante de cargo elevado, como era o de capitão-mor. Cõscio da natureza irrevogável do requerimento que recebera, mormente por traduzir a vontade e a expectativa de muita gente na capitania de São Vicente – sua jurisdição –, o capitão cuidou para que no auto da junta, fosse expressada sua concordância em relação a tudo que lhe solicitavam os requerentes, exceto no que dizia respeito a fazer guerra campal ao gentio, que era uma atividade na época proibida por lei⁸⁷. Num átimo, pode parecer que o capitão tenha negado ou indeferido a principal intencionalidade contida no requerimento, desdobrando-se naturalmente daí o entendimento de que os índios estavam sendo protegidos. No entanto, essa enganosa percepção se desfaz no próprio texto do auto da junta, através dessas palavras escritas por Francisco Nunes:

[...] co tal condição q~ todo o gentio q~ se lá adquerir per qualquer via licita q~ seja pera se trazer pera esta capitã q~ elle dito sor capiton respartira o dito gentio [...] não querendo vir o dito gentio con estas condições em tal caso o dito capitão co os que em sua companhia forem tomara detrimanacão de como se a de aver co o gentio q~ não quizer vir de paz ... (ACTAS DA CÂMARA, 1585, p. 280).

Este trecho do auto da junta é oportuno, pois remete ao entendimento de que na ermida de São Jorge, ficou tacitamente entendido que os índios seriam trazidos de qualquer forma. No entanto, por força da lei, isso não podia ser acordado abertamente,

⁸⁷ Estudiosa da legislação indigenista do período colonial, Perrone-Moisés (1998, p. 118) esclarece que: “... desde o regimento de Tomé de Souza de 1547 até o diretório pombalino de 1757 [...] os descimentos são concebidos como deslocamentos de povos inteiros para novas aldeias próximas aos estabelecimentos portugueses. Devem resultar da persuasão exercidas por tropas de descimento lideradas ou acompanhadas por um missionário, sem qualquer tipo de violência. Trata-se de convencer os índios do ‘sertão’ de que é de seu interesse aldear-se junto aos portugueses, para sua própria proteção e bem estar”. Como se percebe, a *guerra campal*, desencadeada sem motivo ou justificativa, era uma atividade que feria a lei. Porém, um ardiloso estrategema, largamente utilizado pelos apresadores, era a alegação ou invocação da chamada *guerra justa*. Sobre isso, afirmou Perrone-Moisés (1998, p. 123-125): “O principal caso reconhecido de escravização legal é o que procede da guerra justa. Conceito já antigo, a guerra justa é motivo de muita discussão a partir do século XVI [...] a preexistência de hostilidades por parte do inimigo será, sempre, a principal justificativa de guerra. Hostilidades são invocadas por todos os documentos que se referem a guerras contra os índios [...] para justificar esse que é considerado pela coroa como último recurso, os colonizadores têm de provar a inimizade dos povos a quem pretendem mover guerra. Para tanto, descrevem longamente a ‘fereza’, ‘crueldade’ e ‘barbaridade’ dos contrários, que nada nem ninguém pode trazer à razão [...] nos documentos relativos às guerras, trata-se sempre de provar a presença de um inimigo real”.

em termos cristalinos. Destarte, optou-se por uma elaboração discursiva sofismática, hipócrita, tantas vezes observada nos documentos coloniais. Absurdamente, criava-se a perspectiva de que os indígenas pudessem vir a acompanhar os membros da entrada, pacífica e placidamente. Essa era a maneira oficialmente considerada ideal, no que dizia respeito ao descimento do gentio. No entanto, caso os homens naturais da terra não corresponderem a essa expectativa, outra determinação (detrimanação) seria *tomada*. Parece não ser tão difícil entender porque os índios foram tantas vezes considerados inimigos, adjetivados como rebeldes⁸⁸. Parece ser no mínimo muito pouco provável que, homens que morem em suas tribos ancestrais acompanhem, obedientemente, outros homens que não lhes são necessariamente familiares. Rememoremos também, que a entrada ora em questão foi requerida no ano de 1585, não mais que três décadas após a fundação de Piratininga, portanto ainda no século XVI, quinze anos antes do prorrompimento dos seiscentos, quando muitas e grandes expedições de apresamento seriam organizadas. Frisamos essa datação para que possamos situar o contexto em que foi feito o requerimento da entrada ao capitão-mor da capitania de São Vicente. Na época, o sertão ainda não havia sido perlustado em tantas direções, como ocorreria no centênio que ainda estava por vir. Queremos dizer com isso, que uma expedição sertaneja no século XVI, naturalmente lidava com indígenas menos habituados à proximidade com os adventícios. Isso, por conseguinte, significava maior estranheza nos contatos que visavam descimentos, causando, não raro, maior dificuldade de convencimento do gentio, no que dizia respeito a trilhar o caminho do planalto, o caminho da escravização. Essa questão não é, obviamente, passível de ser generalizada, não propicia segurança para uma afirmação peremptória. O descimento pacífico do gentio, realizado apenas pela via da persuasão, provável e originalmente pode ter ocorrido, porém isso não era, de forma alguma, uma prática repetidamente exitosa, que tenha se arvorado como predominante. A própria organização das expedições de apresamento atesta isso, devido às características essencialmente bélicas em que se

⁸⁸ Naturalmente, como inclusive já vimos neste trabalho, ocorreram não raras situações em que a hostilidade ou a agressividade indígena se explicitara, principalmente – mas não apenas – nos mais remotos tempos de São Paulo, quando o vilarejo há muito pouco havia se erguido. Contudo, esse tipo de agressividade ou hostilidade caracterizou-se por um assédio às amuradas e redondezas de Piratininga, diferindo claramente da atitude defensiva do indígena, que estando em sua tribo no sertão, se recusava a acompanhar seus captores ao planalto. Mesmo assim, sendo bastante clara a distinção entre ambas as atitudes, existia uma tendência recorrente em qualificá-las – as duas – como rebeldes. Isso – parece ser fora de dúvida – alimentou e ensejou muitas guerras justas. Cumpre também rememorar, que mesmo a agressividade dos índios que assolavam a própria vila de São Paulo, não foi nada mais que a reação natural ante a violação de domínios imemoriais, já que o povoado planaltino germinou no então portal do sertão.

assentava. As armas, como o alfanje, a flecha, o machete, o punhal, o mosquete, o mosquetão e a espada eram itens indispensáveis, para os quais era dada atenção especial. Muitas expedições apresadoras eram idealizadas sob o prisma das concepções militares, isso fica claro em autores como Abreu (1982) e Monteiro (2000), além de estar claramente presente nos trabalhos de missionários como Montoya (1985) e Leite (1945). Porém, um estudo que deitou raízes bastante profundas nessa questão foi a tese doutoral de Ricardo Roman Blanco (1966), intitulada *Las bandeiras*. Neste trabalho, é propugnada a idéia de que as expedições de préia eram, via de regra, organizadas como regimentos militares, tanto em termos materiais quanto táticos. Essas considerações são aqui tecidas para que se corrobore, evidencie a idéia fundamental de que os indígenas eram trazidos do sertão, independentemente de sua disposição para tal, ou seja, eram conduzidos de suas tribos para o planalto, muitas vezes contra suas próprias vontades. Isso parece ser fora de questão, já que durante quase dois séculos inúmeros grupos armados adentraram as brenhas interiores do continente, levando a cabo literais caçadas humanas, em busca de *presas* que os servissem. A expedição requerida a Jerônimo Leitão em 1585 não era de outra natureza, que não essa. Como vimos, em 10 de abril daquele ano foi redigido o requerimento, em tom mordaz, irredutível e até ameaçador. Já verificamos também, que exatamente dois meses depois, a 10 de junho, foi feita uma reunião com mais de trinta pessoas na capela do engenho São Jorge⁸⁹, em que o capitão-mor praticamente *pré-aprovou* a entrada, cuidando de afixar as diretrizes legais que norteariam a efetiva realização da empresa. Observemos agora um trecho do auto formal de aprovação da entrada, redigido pelo escrivão Diogo de Onhate, no primeiro dia de setembro do aludido ano, na presença do capitão Leitão:

[...] sobre a entrada que ora quer fazer ao gentio do sertão da dita capitã carijos e tupiães e outro qualquer q~ lícitamente se puder trazer conforme ao dito asento e ouvido e compreendido tudo pellos ditos officiaes e pesoal diserão q~ aprovavão e avião por bons os ditos asentos e os retificavão e erão contentes q~ ouvesê efeito en terra e conpridamente e sendo presente na dita camara o dito sor capitão q~ ay dói chamado co elle ficou tudo concruido e asentado, tudo da maneira q~ dito... (ACTAS DA CÂMARA, 1585, p. 281-282).

Comandando a entrada, Jerônimo Leitão adentrou as matas da capitania de São Vicente, não sem antes ordenar que um grupo de homens ficasse encarregado de vigiar a vila de São Paulo, pois na ausência do grande número de homens que compunha a

⁸⁹ Este foi o primeiro engenho de açúcar construído no Brasil.

tropa sertanista, a vulnerabilidade do povoado se tornava evidentemente maior. Interessante verificar que a segurança da vila estava sob estrita vigilância da Câmara.

Ao que parece, alguns membros do corpo da guarda ameaçaram partir para o sertão, no encalço da leva já em marcha. A Câmara então formalizou:

[...] q~ nenhũa pessoa das q~ o dito capiton deixou p^a defensão desta v^a e guarda della não fosem com o dito capiton aa entrada q~ faz [...] sob pena de seis mill res p^a o concelho e de hũ mês de prisão da cadea e as preas ou o q~ trouxerè do sertão ser penhorado pellos q~ açã ficão em guarda da v^a e de como asi acordarão... (ACTAS DA CÂMARA, 1585, p. 285).

Como vemos, aos afoitos que se apressassem em busca da expedição, seria aplicada uma multa vultosa, além de trinta dias de cárcere e perda das eventuais peças trazidas, que seriam confiscadas em favor dos guardas leais, que não abandonaram seus postos.

Sobre essa importante entrada de caça ao índio, na obra *Expansão Geográfica no Brasil Colonial* sintetizou Magalhães (1944, p. 144-145):

[...] no govêrno de Jerônimo Leitão [...] lhe requereram os oficiais da Câmara, em nome do povo, fizesse a guerra aos carijós, tupinaés e tupiniquins, tendo-a êle empreendido pessoalmente, depois de algumas hesitações dissipadas ante protestos enérgicos e sérias ameaças [...] o capitão-mor, comandando um [...] exército de mamelucos (pois os incolos eram batidos e caçados por seus próprios descendentes), assolou [...] as aldeias do Anhembi, que eram, conforme os jesuítas espanhóis, em número de 300, contando cerca de 30.000 habitantes. Os vencidos, que foram em grande cópia, vieram arrastados para a rude faina dos engenhos e lavouras...

Nas palavras de Taunay (2003, p. 300) “frutuosa foi essa expedição e outras que nos anos subseqüentes se fizeram”. Este mesmo autor adjetiva Jerônimo Leitão como “chefe escravizador de aborígenes” (TAUNAY, 2003, p. 299).

A fama do capitão-mor como preador e combatente de índios não era pequena. Em nota de rodapé, visando a fornecer informações acerca desse líder paulista, escreveu Magalhães (1944, p. 144):

Jerônimo Leitão, em 1574-1575, auxiliara a jugulação dos tamoios, determinada pelo governador Antônio Salema, qual se vê da “Informação do Brasil e de suas Capitánias” (“Rev. do Inst. Hist. E Geogr. Bras.”, VI, 415), escrita em 1584, e onde se lê: — “... co favor da capitania de São Vicente da qual veo o capitão Jm^o Leitão, co a maior parte dos Portugueses e Indios xpaos (cristãos) e gentios, e co esta ajuda cometeu a empreza e acabou de destruir toda a nação dos Tamoyos...”

Em 1585, Jerônimo Leitão não levou pouca gente para o sertão. Tanto é, que na sessão da Câmara de 14 de junho do ano seguinte, deliberou-se:

[...] o dito percurador requereo aos ditos officiaes q~ acodisê as pontes fontes e caminhos e mays cousas q~ erão obrigados porqto estavam denificados e tapados e era ben ordenado e os ditos officiaes responderão q~ os caminhos e pontes estavam repartidos p^a menor apresão do povo e alêe diso q~ toda gente do povo estava ausente da capit^a co o capitão jer^o leitão q~ era hidos a guerra e não ficarão sinão molheres e q~ por esta rezão por ora se não podia proveer nas pontes... (ACTAS DA CÂMARA, 1586, p. 297).

A costumeira preocupação dos paulistas com a limpeza dos caminhos e os reparos nas pontes, momentaneamente inviabilizou-se, devido à ausência massiva dos homens da vila, *hidos a guerra* com o capitão Leitão, tendo ficado o povoado por conta *sinão de molheres*.

Dois anos depois da partida da expedição, foi feito um requerimento a Jerônimo Leitão, cobrando dele a anteriormente acordada repartição do gentio. Havia já na vila um considerável contingente de presas, capturadas nas arremetidas da tropa paulista. Era a hora da partilha:

[...] o sñor capytão jironimo leytão q~ hora aqui estava tinha asentado e capitulado co a camara desta vila e co os mais desta capitania q~ todo o jentio q~ deçesse do çertão asi tupiaen como carijo e outro qualquer que fose que o avia de repartir cõ hos moradores[...] e ora o sñor dito capitão era vindo p^a despore e ordenar o que avia fazer do dyto gentio tupaen q~ traz domynguos Luis que portãto lhe requerirão que fizesen co o sñor capytão que todo guardase e cõprise a dita capytulação e asento repartindo os pelos moradores... (ACTAS DA CÂMARA, 1587, p. 333).

Esse documento foi redigido na Câmara de Piratininga, no dia 18 de novembro de 1587. Já no dia seguinte, do litoral, respondia aos oficiais o capitão-mor, instruindo o escrivão a registrar:

[...] respondeo o sñor capytão quele estava de caminho p^a o mar a socorer desaranjos que lê socederão e que ele mãodava que se não bulise na gente q~ trazião do sertão até ele dito capytão não tornar do mar e que em vindo ele daria fim ao riquirimêto que os ditos officiaes lhe fizerão o que tudu pa sou perãte mi escrivão p^o dias... (ACTAS DA CÂMARA, 1587, p. 334).

Prometendo cumprir o acordo de partilha, o capitão ordena que ninguém faça nada antes de seu retorno, pretendendo ele mesmo cuidar pessoalmente da divisão das peças.

A expedição chefiada por Jerônimo Leitão em 1585 abriu caminho para várias outras arremetidas à população indígena, tendo o próprio capitão comandado não poucas delas. Desta forma, a vila ficava com pouca proteção, uma vez que boa parte dos moradores, nessas ocasiões, compunha as tropas de assalto. Na sessão da Câmara, em 31 de julho de 1588, os oficiais discutiam acerca da distribuição dos vigias pelo povoado, parlamentando principalmente no que dizia respeito ao tempo de trabalho:

[...] que tâben praticarão sobre se era bon estar repartida a gente por semanas p^a guardar a vila pr quanto os mais erão hidos p^a guera e loguo feita pergunta pelo breador fernão dias responderão que lhe era ben feito e que se repartisen como melhor lhes pareçese e os ditos oficiais e juiz... (ACTAS DA CÂMARA, 1588, p. 355).

Ao findar-se a década de 1580 a preocupação com a segurança da vila foi assumindo proporções cada vez mais significativas, uma vez que os sucessivos assaltos ao gentio, ocorridos a partir de 1585, haviam provocado uma reação nativa não pouco preocupante. No primeiro capítulo deste trabalho, abordamos os sucessivos ataques indígenas à vila piratiningana, na década de sessenta do século XVI. Aqueles ataques ocorreram não como uma reação ao apresamento, que decididamente, ainda estava em estado embrionário, sendo ainda gestado pela experimentação diária das múltiplas necessidades que se apresentavam no planalto. Em síntese, os ataques indígenas ao planalto no decênio de 1560, constituíam sim uma forma de reação, porém era uma reação ante o estabelecimento de um núcleo populacional alienígena no portal dos sertões, precisamente no lugar onde antes existira uma tribo nativa. Cremos que isso já tenha ficado claro neste trabalho. A corroboração de tal entendimento aqui é feita para que possamos compreender a natureza distinta dos ataques levados a cabo mais tarde pelos índios, no prorromper da derradeira década do século XVI. O apresamento realizado pelos colonos à partir de 1585 foi brutal, causando uma progressiva mobilização dos nativos, que atingiu seu ápice em 1590. Verifiquemos as palavras de Taunay (2003, p. 300), especificamente sobre as expedições de préia da época em pauta:

[...] provocaram entre os índios do sertão formidável movimento de revolta e desespero, movimento cujas proporções em 1590 incutiram aos paulistanos verdadeiro terror. Viram logo despejar-se sobre a sua aldeia os ‘inumeráveis reinos’ de gentios desse misterioso e imenso continente sul-americano, de que apenas conheciam tão estreita faixa ainda.

Parece que aqui é perceptível um certo exagero de Taunay. No entanto, a situação não era mesmo nada boa. Os índios estavam enraivecidos, revoltados ante anos

de violência e invasões. Na sessão de 17 de março de 1590, parlamentaram os homens do conselho:

[...] estavam os índios aruinados e q~ tinham mortos dois outros homem e [...] q~ hos da esntrada antº de macedo e dominguos luiz grou cõ sua gente todos herão mortos... (ACTAS DA CÂMARA, 1590, p. 388).

O clima era tenso. Os moradores estavam sendo mortos pelos homens naturais da terra. Dentre os vários tombados, constavam dois piratininganos bastante respeitados por suas atividades de apresamento: Antônio de Macedo e Domingos Luiz Grou⁹⁰.

A caça se convertera em caçador ... a presa de outrora era agora predador. A lógica das entradas estava sendo invertida. Quem ia ao sertão não mais perseguia, mas era perseguido. Quem morava no sertão agora se organizava em levas, rechaçando e combatendo as expedições alienígenas. Escapando por pouco de ser morto, um morador voltou correndo à vila, após sua tropa ser atacada nas matas da capitania, onde alguns de seus expedicionários foram mortos. Este morador era Antônio Arenso, fazendeiro planaltino, que além de fugir do sertão após presenciar a morte de alguns de seus comandados, ainda trouxe de lá notícias nada alentadoras, sobre o extermínio de todos os membros de uma outra expedição, que andava pelas imediações da paragem onde seu grupo fora atacado. A narrativa de Arenso, rica em detalhes, trazia também informes sobre alguns outros moradores da vila – os quais nomeia – mortos pelos índios, incluindo a menção sobre paulistas ainda vivos em poder dos contrários. O fazendeiro fugitivo do sertão, por fim relatou que quando de seu encontro com os silvícolas agressores, os mesmos propalavam trazer na barriga (*barigua*) seus adversários vencidos, ou seja, os paulistas mortos nos ataques. Com a chegada do esbaforido morador à vila, trazendo notícias tão funestas, os homens do conselho decidiram enviar uma carta informando o capitão-mor Jerônimo Leitão acerca da situação.

Eis parte do que foi escrito na missiva:

[...] antonio arenso chegou quinta frª a sua fazenda fogindo do sertão pelo quereren matar ã jaguari abaixo de hũa tepera de iaroubi e lhe matarão alli a hũ mansebo chamado jnº vallençuela e hũ indio [...] e trouxe mais novas q~ avia dous ou tres dia q~ tinham morto hu filho do gor Affonso e q~ avia mtos dias q~ cunhaqueba tinha morto a isaque dias e q~ figura hũ genro de caroubi jundiapoen e outras prezos pª os matarẽ e juntamente dizem q~ he toda a gente da entrada morta e acabada e q~ no recontro q~ tiverão co arenço

⁹⁰ Domingos Luiz Grou já foi trazido à baila neste trabalho em citação à págiuna 116, quando abordamos o pedido formal de partilha das peças trazidas do sertão, destinado ao capitão Leitão. Ficou claro que Domingos Luiz trouxe considerável quantidade de peças do sertão, no ano de 1587.

dizião ja serem todas mortas e os trazião na barigua e q~ tinham recados q~ ãdavão no paraiba q~ matasen todos os q~ de qua fosẽ ao sertão... (ACTAS DA CÂMARA, 1590, p. 388-389).

Percebemos que além das notícias acerca das agressividades já cometidas, o escrivão Belchior da Costa registrou ainda a ameaça de ataque aos homens que se atrevessem a ir ao sertão, tendo sido esta última informação também trazida pelo loquaz, verboso fazendeiro Antônio Arenso. Lembremo-nos que essa carta à Jerônimo Leitão foi escrita em 17 de março de 1590, no mesmo dia em que a câmara de São Paulo discutira o ataque indígena à expedição de Antônio Macedo e Domingos Grou. Tempos depois, em fins de 1593, dois sobreviventes da entrada de Antônio Macedo e Domingos Luiz Grou narraram – na Câmara e sob juramento – o ataque que haviam sofrido. Esses dois homens, sendo integrantes da própria expedição atacada eram, portanto, *testemunhas oculares*, pretensamente contando o que viram no sertão. Leiamos um trecho da extensa ata de 05 de dezembro de 1593:

[...] gregorio ramalho mãsebo soltr^o fi^o de vitorio ramalho e asin e a manoell índio xpão de são miguell irmão de fernão de souza e prante min escrivão reseberão jurameto dos sãtos evãgelhos p^a q~ elles declarasen sob carguo do dito juramento o q~ pasava aserqua do gentio [...] q~ hos havia salteado e desbaratado na viagem q~ trazião desta entrada de ant^o de masedo e de dominguos luiz grou em cuja cõpanhia elles todos vinhão p^a esta capta e loguo resebendo ho dito juramento diserão q~ he verdade q~ o gentio [...] pelo rio abaixo de anhambi junto de outro rio de jaguari esperarão a toda a gente q~ tinha braça e indios xpãos nossos amiguos e topinães da cõpanhia de ant^o masedo e de dominguos luis grou e mais irmãos e q~ por a poucos no dito rio forão dão nelles matãdo e desbaratãdo a hũs e a outros como de feito em este trace são mortos mel frco e hũ francês guilherme navarro e dioguo dias e frco corea e gpar dias e joão de saliz levarão tiro e hũ moço braço cunhado de p^o guedes ou de sua casa e graviell da pena tâben matarão [...] apregoarão guera cotra nos dizendo q~ avião de fazer caminhos novos p^a viren a dar em nos e fazerem quoãto dano pudesen... (ACTAS DA CÂMARA, 1593, p. 476-477).

Ao que parece, eis aqui um relato pormenorizado sobre o ataque sofrido pela expedição de Grou e Macedo. Muitos dos mortos são nomeados e o lugar exato do assalto é indicado. A ameaça de ataques futuros por parte dos indígenas aparece de novo, através da indicação de que seriam abertas novas trilhas para a vila de São Paulo, por onde os atacantes fariam *quoãto dano pudesen*. Para que não nos desorientemos cronologicamente, frisemos que os dois remanescentes da leva de Macedo e Grou relatavam, no findar de 1593, o violento ataque que haviam testemunhado em março do

1590, ou seja, três anos e nove meses antes. Observemos agora, que o sucesso do assalto à expedição de Macedo e Grou, acabou aumentando a auto-confiança e a audácia dos homens naturais da terra, pois menos de quatro meses depois, um outro ataque ocorreu, desta vez envolvendo um número maior de guerreiros e tendo como palco a contigüidade mais imediata de Piratininga, avançando ainda por alguns lugares no próprio interior da vila. Para que constatemos isso, averiguemos este trecho da Ata da Câmara, redigido em 07 de junho de 1590:

[...] elles vierão contra nos a guera e se ajuntarão de todas as aldeias do sertão desta capta tendo primeiro mortos tres ou quatro homẽis brancos e indios xpãos e botarão fama q~ tinham morto a antº de Macedo e a domingos Luis grou cõ todos seus companheiros q~ serião por todos os branquos perto de cimcoenta homẽis e co esta fama de terem mortos estes branquos se ajuntarão e vierão co grande guera e puzerão esta capta co aperto e em ponto de se perder e matarão tres homẽis brânquos e ferirão outros muitos e matarão muitos escravos e escravas e indios e indias xpãos e destruirão muitas fazendas asin de brânquos como de indios e queimarão igrejas e quebrarão a imagem de nossa srª do roزاری dos pinheiros e fizerão outros dellitos... (ACTAS DA CÂMARA, 1590, p. 403).

O ataque não parece ter sido de pouca monta. Os indígenas se agregaram em número considerável e atacaram em várias frentes, atingindo vários lugares, desabridamente. Aos homicídios somaram-se a destruição de imagens sacras, a queima de igrejas e os prejuízos causados às fazendas. Assaltos desse porte não se tornaram amiúdes no final do século XVI, porém, somados às agressividades mais rotineiras e de menores proporções, serviram para aguçar o sentido de alerta dos moradores de São Paulo, que passaram a insistir junto ao capitano-mor no que dizia respeito à aprovação de uma guerra aos índios. Agora não mais Jerônimo Leitão, mas Jorge Correa era pressionado pela câmara. Na sessão de 05 de dezembro de 1593⁹¹ sugeria o procurador do conselho:

[...] ao snõr capitão Jorge corea q~ se não fose desta villa e dese guerra ao gentio de bongi com muita brevidade e tato q~ não que protestava elle dito snõr capitão dar de tudo conta a sua magestade e ao sor lopo de Sousa... (ACTAS DA CÂMARA, 1593, p. 477).

Essa ata é singularmente extensa e além de ser assinada por cinco dezenas de pessoas, ainda procura destacar a concordância de homens considerados influentes e abastados, no que dizia respeito ao ataque que se propunha:

⁹¹ Nessa mesma sessão depuseram os remanescentes da expedição de Macedo e Grou.

[...] affonso sardinha capitão desta dita villa e asin jorge moreira e muitas outras pessoas da guovernãsa da villa e aqui moradores a quẽ pareseo ben q~ se dese guerra cõ a maior brevidade q~ se pudese... (ACTAS DA CÂMARA, 1593, p. 478).

As parlamentações sobre a disposição dos paulistas para a guerra continuavam na Câmara. O clima era de conflito iminente era tão significativo, que a 13 de fevereiro de 1594 foi lembrado a Afonso Sardinha a importância de “estaren todos prestes p^a a guerra” (ACTAS DA CÂMARA, 1594, p. 488-489).

Também a insistência junto ao capitão-mor Jorge Correa não foi negligenciada. Em 21 de maio de 1594, registrou-se:

[...] requereo o procurador do conselho [...] q~ suas merces cõ muita instãcia requeresen ao sõr capitão jorge corea fizese guera e isto co muita brevidade porquoãto os enemigos estão mto alboroados e queren vir sobre nos... (ACTAS DA CÂMARA, 1594, p. 492).

Já no dia seguinte, na própria vila de Piratininga⁹², foi organizado um *ajuntamento*, que além de agregar os homens da governança piratiningana, bem como diversos outros moradores, contou ainda com a presença do capitão Correa, que depois das formalidades de praxe, indagou aos presentes sobre quais providências deviam ser tomadas, recebendo deles a óbvia resposta. Verifiquemos o que deixou registrado o escrivão Belchior da Costa:

[...] pedio parecer de todos do q~ devia fazer e lhe diserão todos q~ elle seguise a guerra e asin lho requerião e pedião com protestasão de q~ elle na querendo fazer a dita guerra nẽ indo a ella dar conta de todo o dano e mall q~ sobcedese a capit^a e a esta villa principalmente e elle asentou q~ faria a dita guerra e não levaria mão della nen sairia desta villa e co toda a brevidade faria a guerra... (ACTAS DA CÂMARA, 1594, p. 493).

Em 18 de junho, com a guerra já aprovada e prestes a ser iniciada, os oficiais se preocupavam com a defesa da vila, depois que os homens partissem para o sertão:

[...] requereo o procurador do conselho aos ditos ofiçiaes q~ requeresen ao sõr capitão jorge corea q~ deixase gente p^a guarda desta villa quoado se partir p^a a guerra e elles asentarão q~ o farião... (ACTAS DA CÂMARA, 1594, p. 495).

⁹² Cumpre lembrar que, como já abordado à página 111, Jerônimo Leitão, ao organizar uma junta para autorizar uma expedição de apresamento, escolheu um engenho litorâneo para abrigar os diversos participantes. Já neste *ajuntamento* em São Paulo, com a presença de Jorge Correa, a casa da Câmara foi o lugar escolhido. Isso se explica pela discordância dos santistas e vicentinos, no que concernia a atacar os índios. Essa atitude, por sua vez, pode ter sido consequência da situação não tão aflitiva pela qual passava o litoral, diferentemente de São Paulo, posto avançado da colonização, quase treze léguas serra acima, onde a orla do sertão propiciava as atividades bélicas de seus moradores ancestrais.

Interessante verificar que sete meses após essa preocupação com a vigilância da vila, já se deliberava sobre providências formais que deviam ser tomadas em relação aos frutos da guerra, os escravos. Verifiquemos parte do que ficou registrado no *ajuntamento* – pois não foi uma simples sessão – realizado no dia 05 de fevereiro de 1595:

[...] q~ mãda apreguoar nesta villa q~ todos os moradores e estâtes desta dita villa fosẽ ou mãdasen levar todas as pesas indios e indias e escravos desta guerra [...] e de outras guerras e entradas ao juizo da provedoria e allfandegua p^a se fazeren isames e deligençias importâtes e hordinarias... (ACTAS DA CÂMARA, 1595, p. 501).

As peças granjeadas na guerra então em curso deviam passar pelas instâncias oficiais instituídas, visando a cumprir as formalidades que culminariam no registro de toda a escravaria da vila, uma vez que conforme ficou claro, existia a intenção de registrar não apenas as presas oriundas do conflito que acontecia naquele momento, como também as que já tinham sido capturadas em *outras guerras e entradas*. Um pouco à frente, no texto do *ajuntamento*, verifica-se uma espécie de justificativa à essa iniciativa, já que “estavamos em huzo e custume as pessoas da guerra e entradas não iren ao registo” (ACTAS DA CÂMARA, 1595, p. 501). Logo na seqüência do arazoado, faz-se perceptível a preocupação dos paulistas em propalar a licitude do conflito:

[...] esta guerra foi dada liçitãmẽte co parecer do prelado e homẽis do regimento da republica pela opresão q~ hos contros nos davão contenuamte... (ACTAS DA CÂMARA, 1595, p. 501).

A estruturação terminológica desse trecho documental demonstra que, a *opresão* já não mais era sentida pelos paulistas, pois acontecera anteriormente, num tempo pretérito, antes que a vila se organizasse e partisse para o ataque.

Do teor geral das conversas e deliberações deste ajuntamento de fevereiro de 1595, depreende-se a percepção de que àquela altura, a guerra movida contra os índios estava suprindo a vila de farta escravaria. A preocupação com o registro sucessivo das peças capturadas atesta isso. Também é sintomático o próprio empenho da Câmara, em disseminar a idéia de apresamento lícito. Um volume tão significativo de escravos necessitava ser justificado dentro das balisas ou parâmetros da legalidade. A hostilidade indígena, profusamente adjetivada e enfatizada nos documentos anteriores ao conflito eram, indubitavelmente, parte integrante do passado. Depois de aproximadamente 240 dias, a guerra tomara outra configuração, metamorfoseando-se num palco de lícito apresamento, pura e simplesmente. Este êxito acabou espicaçando a cobiça individual

de alguns moradores, que percebendo a oportuna e propícia situação, pretenderam organizar expedições de préia, visando explicitamente benefícios particulares. Essas iniciativas, desprovidas do sentido comunitário de que se revestiam os motivos da guerra em curso eram, invariavelmente, antagonizadas pela governança da vila. Bastava uma informação sobre os aprestos de qualquer expedição, para que houvesse uma reação entre os oficiais da edilidade piratiningana. Eis parte dos registros da sessão de 20 de maio de 1595:

[...] loguo dise o procurador do sonselho q~ tinha por imformasão q~ âtº rapozo sob calor de ir buscar suas pesas tinha liçensa pª ir a ibitirapora e tinha comunicado que se ia e allgũs mãsebos da tera q~ puzesen remedio nisso pois hera contra o bem comun da tera a q~ proverão q~ fose apreguoado q~ com pena de dous annos de degredo e a preza repartida e perdida [...] q~ ningen fose ao sertão sê liçensa do sôr capitão e tendo liçensa pª isso a mostrara a esta camara... (ACTAS DA CÂMARA, 1595, p. 505).

Antônio Raposo, juntamente com alguns mancebos da vila, aprestava-se para caçar índios no sertão, pretensamente autorizado formalmente. Essa informação tinha chegado aos ouvidos do procurador João Sobrinho, que imediatamente colocou-a sob a apreciação de seus pares de vereança, de certa forma denunciando formalmente uma iniciativa, que naquele momento, era considerada *contra o bem comum da tera*. Após a particularização do caso de Antônio Raposo, o texto se desdobra, enunciando as pesadas penas que seriam aplicadas a qualquer pessoa que fosse ao sertão: dois anos de degredo, confisco – e repartição para terceiros – de todas as presas trazidas e, por fim, uma multa de *cincoenta cruzadas*. Importante também é a menção relativa à obrigatoriedade de apresentação de qualquer rara *liçensa* de entrada à Câmara, mesmo tendo sido ela concedida pelo capitão-mor (sôr capitão).

O conflito oficialmente movido pelos paulistas abastecia a vila de escravos, parece que à saciedade. Por causa disso, nenhuma iniciativa individual de apresamento era incentivada. Pelo contrário, tais arroubos eram indesejáveis, posto que *contra o bem comun*.

A Câmara, de fato, adotou um discurso moderado e até mesmo prudente em relação ao gentio. Ninguém devia ir aos índios.

Na ata de 04 de agosto de 1595, ficou registrado.

[...] que ninguem va a tera dos guaianazes e guaranis [...] por nhua via nê os agrave com pena de dês cruzados [...] e o morador que o contrº fizer e dois annos de degredo pr quanto heram elles officiaes

informados q~ hos agravavão... (ACTAS DA CÂMARA, 1595, p. 506).

Esse tipo de tom discursivo é encontrado outras vezes na documentação, geralmente no que concerne a tempos em que não havia grave carência de mão-de-obra escrava na vila. Reportando-nos a 19 de janeiro de 1583, – dois anos antes que a epidemia de varíola que supostamente teria matado dois mil índios aparecesse na documentação – verificamos que os homens do conselho alertavam “que nenhuma pessoa fosse as aldeas a reguatarem os índios” (ACTAS DA CÂMARA, 1583, p. 201). A doença das câmaras-de-sangue ainda não tornara assaz rarefeita a população escrava da vila. Isso aconteceria em 1585, quando Jerônimo Leitão, pressionado de todas as formas, aprovou e liderou pessoalmente diversos grupos apesadores. Tecemos tais considerações para que se evidencie que o tom de prudência e moderação, associado à reiteração da proibição terminante de incursões sertanistas, condicionava-se sobretudo à satisfatoriedade do suprimento de peças na vila. Depois que os efeitos das seqüenciais atividades de préia chefiadas por Gerônimo Leitão se fizeram perceber, ou seja, depois que o vilarejo planáltico recebeu levás e mais levás de peças descidas do sertão, de certa forma solucionando a anterior carência extrema de mão-de-obra, manifestou-se o viés discursivo complacente, despido de ímpeto predatório.

Na ata de vereança de 15 de agosto de 1593, registrou-se:

[...] estava acordado nesta dita camara q~ se não fosse a tera dos guaramimis e goianazes por aver p^a isso muitas rezõis [...] asentarão q~ se não fosse resguatasẽ antre elles em suas teras... (ACTAS DA CÂMARA, 1593, p. 469).

Como vemos, a abastança de escravaria que ensejou essa fleuma, no que dizia respeito ao apresamento, em 1595 – por causa dos escravos obtidos na guerra movida por Jorge Correa –, teve antecedentes em 1583 – antes que as baixas da varíola atingissem números elevados – e em 1593, depois do significativo fluxo de escravos que se dirigiu à vila, devido às expedições sucessivas de Jerônimo Leitão. Em termos sintéticos, quando a vila se considerava abastada concernente à *escraveria*, a oficialidade não se dispunha a pressionar o capitão-mor para obter permissão de realizar entradas em nome do bem comum, posicionando-se ainda de forma contrária às eventuais entradas provenientes de iniciativas particulares.

Contudo, essa situação não lograva impedir as atividades de caça-ao-índio, que de forma às vezes mais, às vezes menos furtiva, acontecia com freqüência na capitania

de São Vicente. Os últimos anos do século XVI transcorreram dessa maneira. A documentação atesta isso claramente. Em 21 de março de 1598, a Câmara deliberava para que alguns moradores que estavam no sertão fossem socorridos:

[...] requereo pero nunes pdos do conçelho que suas mercês devião de mãdar requerer ao sôr capitão jorge corea q~ deve de mãdar socorer a nossa gente q~ ficou no sertão porquoãto não vinhão nẽ se sabia delles se herão mortos se vivos e de tudo se lhe fizese requerimento q~ se lhe mãdase por ser isto co brevidade... (ACTAS DA CÂMARA, 1598, p. 39-40).

No mesmo ano de 1598, a 14 de novembro registrava-se:

[...] pr quoãto afonso sardinha o moço hera ido ao sertão e levou en sua companhia outros mãsebos e mais de cen índios xpãos e levavão intento de ir a guerra e saltos e corer a terra cõ intensão de iren tirar ouro e outros metaes o q~ he em perjuizo da terra... (ACTAS DA CÂMARA, 1598, p. 47).

Essa foi uma típica expedição de dupla intencionalidade, ou seja, prestava-se ao apresamento indígena e à prospecção mineral. Percebamos que Afonso Sardinha⁹³ – o moço – já estava em franca atividade no sertão, não tendo anteriormente solicitado nenhuma autorização formal ao capitão-mor, nem mesmo se dirigido à governança municipal para comunicar seu intento. No entanto, a Câmara nada mais fez que registrar algumas linhas em tom de reprovação à empreitada em questão, abstendo-se de aplicar qualquer pena ao chefe de uma expedição de porte significativo, que marchava pelo sertão acompanhado de outros mancebos (moços) e uma centena de índios cristãos (xpãos). Cumpre refletir que os Sardinha – tanto o pai quanto o filho – eram considerados homens ricos e influentes. O pai exerceu, por muitos anos, diversos cargos no conselho, além de ter exercido também o cargo de capitão da Vila de São Paulo, a ele confiado pelo então capitão-mor da capitania de São Vicente, Jerônimo Leitão. Suas atividades no comércio eram diversificadas, estendendo-se para muito além dos limites de Piratininga⁹⁴. Seu filho homônimo se destacou por suas atividades de busca a metais preciosos, obtendo êxito e aumentando sobremaneira os recursos econômicos já amealhados pelo pai. Comentamos isso brevemente, para que possamos conjecturar acerca das implicações determinadas por essa singular abastança familiar no contexto de

⁹³ Sobre Afonso Sardinha e seu filho (o moço) escreveu Taunay: “coube-lhe, e ao filho, a glória de encetarem, em 1597, a mineração do metal amarelo no Brasil, ‘establendo’ as lavras do Jaraguá, de Vuturuna do distrito de Parnaíba e Jaguamimbaba, na Mantiqueira, de sociedade com Clemente Alves” (TAUNAY, 2003, p. 367).

⁹⁴ Sobre as atividades de Afonso Sardinha, já foi feita descrição de certa forma detalhada às páginas 67 e 68.

um povoado carente. Parece que o conselho foi bem tolerante, ao apenas mencionar como prejudicial à vila, uma expedição sertanista organizada por um homem abastado e respeitado. Na mesma sessão em que essa quase complacência da Câmara em relação a Sardinha revelou-se nos autos, foi ainda mencionada uma tropa que naquele momento também estava no sertão, talvez precisando de auxílio imediato:

[...] q~ pr coãto a nossa gente q~ ficou no sertão da comp^a de João pr^a de Sousa não vinha e podia estar neçesitada de socorro q~ hera bem q~ se lhe desse socorro e se soubese de modo estavão pois he bem de todos... (ACTAS DA CÂMARA, 1598, p. 47).

Facilmente perceptível, a atividade de apresamento praticada pelos piratininganos prosseguia firme, trazendo braços escravos para a vila, cuja configuração sócio-econômica dependia daquilo para funcionar. Contudo, a necessidade formal de licença para ir aos índios contrariava os moradores, que sentindo-se tolhidos, faziam com que seus protestos se registrassem no conselho.

No dia 13 de dezembro de 1598, as seguintes palavras foram registradas nos trabalhos de vereança:

[...] se queixavão m^{tas} pessoas q~ hera grade opresão querendo os ditos moradores ir as aldeias [...] semre aguardaren pr liçensa do sor capitão ou de outros pas e q~ isto hera tirar as liberdades aos moradores... (ACTAS DA CÂMARA, 1598, p. 49).

Depois do registro acerca da contrariedade dos moradores queixosos, aparece também uma sugestão interessante, propondo, de certa forma, uma desburocratização no que dizia respeito ao descimento de *índios mansos*, respeitando-se a formalidade da obtenção de licenças para *cousas de importãcia*, ou seja, as expedições de préia de grande porte:

[...] q~ não estado o dito capitão nesta villa pr via de os homêis trazerem índios maços p^a o seu serviso por pouco tempo p^a poucas cousas não fosẽ obrigados a iso tendo q~ pedir lea a hũ dos offiçiaes da camara juiz ou vereador e sendo allgũas cousas de importãcia seria co lea do capitão ou de toda a camara... (ACTAS DA CÂMARA, 1598, p. 49).

Além dessa proposição para que apenas as grandes empreitadas necessitassem de autorização formal, o texto dessa ata ainda revela que aquele era um momento particular, em que as exigências de licença pareciam mais sólidas, recrudescidas. Em meio aos queixumes, ficou bastante claro que os moradores não estavam acostumados a solicitar tantas licenças para ir aos índios:

[...] por se queixarem m̄tas pas q̄ he grade apresaõ ãdaren sempre esperado pr̄ leçensa do capitão por estar hũ custume a terra não ãdaren co tãtas licenças... (ACTAS DA CÂMARA, 1598, p. 49).

Dificultar apresamentos desnecessários era, em 1598, parte das funções da Câmara paulistana, embora, nessa questão, não passem despercebidas as diferenças de tratamento da edilidade em relação às pessoas mais favorecidas economicamente, como aconteceu com o filho homônimo de Afonso Sardinha. A iniciativa de soffrear ímpetos apresadores, fundamentava-se na ausência de gravidade em termos de necessidade de mão-de-obra na vila, uma vez que não apenas os donos de escravos, mas também o interesse público estava sendo satisfatoriamente atendido pelo braço nativo. O apresamento contumaz e diversas vezes abusivo, realizado nos anos anteriores, legara à São Paulo, no crepúsculo do século XVI, uma *escraveria* relativamente satisfatória, manejada ao bel-prazer de seus senhores e também da Câmara Municipal, que antagonicamente aos tempos de escassez de peças – quando pedia com veemência a aprovação das *guerras ou entradas do sertão* –, agora ordenava, sob pena de multa aos proprietários, a execução de serviços públicos pelos escravos. Em 22 de fevereiro de 1597 registrava-se:

[...] co pena de quinhentos reis [...] todos fosẽ alimpar seus caminhos-a saber-os de pinheiros o seu e os de burapoeira [...] os de samambaitina [...] os de ipirãga e os de ururai e borda do campo e q̄ se fara isto dentro de hũ mes e cada hũ mãdara cõforme as pesas q̄ tiver a saber a metade dellas tendo v̄te mãde des e a este respto asi fazeren as pontes pasagens... (ACTAS DA CÂMARA, 1597, p. 24).

Essa não é uma ordem de serviço de pequenas proporções. Além da limpeza de seis caminhos, os trabalhadores deviam ainda reparar as pontes e proceder à manutenção das passagens secundárias. Cada proprietário de escravos devia ceder metade de seu contingente para a empreitada. Se tivesse vinte (v̄te), que mandasse dez (des). O documento parece ser bastante *didático*, suficientemente explicativo, para que não pairassem dúvidas acerca das obrigações de cada morador que detivesse um plantel de peças. Uma determinação oficial de tamanha envergadura não seria feita, caso a vila estivesse passando por uma fase de mirrada escravaria. O referencial explicativo de que lançou mão a Câmara é sintomático, indicando não ser raro um plantel de vinte negros da terra.

Em 09 de maio de 1598 a Câmara determinava:

[...] q~ se fizesen hos caminhos q~ estão sen fazer p^a iren co as pesas [...] e vão até quarta fr^a e nesse dia etejão juntos em tobatinguera sob as penas [...] e quem não for ate a dita quarta fr^a paguará a dita pena... (ACTAS DA CÂMARA, 1598, p. 41).

Para que fossem feitos os caminhos da vila, um ajuntamento de escravos devia ser realizado em Tabatinguera (Tobatinguera), sob as costumeiras penalidades legais. Assim escoavam os últimos anos quinhentistas em São Paulo. O braço do homem natural da terra fazia praticamente tudo em Piratininga. O braço arrancado ao sertão, para atender aos interesses dos paulistas e da colonização. O braço antes destro no arco agora manejava as ferramentas de metal, colaborando para *aportuguesar* cada vez mais a rústica vila sertaneja, que paulatina e constantemente – vigiada pelo olhar perscrutador do conselho – caminhava desempenhando seu peculiar papel no Brasil colonial.

O índio escravo, nos últimos tempos do século XVI, substituía os mortos anos antes pela epidemia de varíola, quando Jerônimo Leitão autorizou uma grande mobilização apresadora, alcunhada *guerra campal*.

O índio escravo, nos estertores do centênio seiscentista, havia sido assaltado em pleno sertão, pelos paulistas formalmente autorizados por Jorge Correa.

A presa capturada pelas hordas de Jerônimo Leitão, Jorge Correa, Afonso Sardinha ou outros grupos mais obscuros, não mais integrava as paragens agrestes do Brasil Colonial, mas fazia parte da paisagem rústica de um vilarejo tosco, onde os cardos não podiam crescer, onde os caminhos não podiam ter mato, onde as pontes deviam ser consertadas, onde as ruas deviam ser enfeitadas para as procissões, onde as lavouras deviam ser cuidadas, onde o espaço à frente do templo de um deus crucificado devia ser conservado limpo, onde os homens mais importantes discutiam a vida comunitária numa casa de taipa e ... onde os moradores se organizavam constantemente para buscar mais escravos, trazendo-os de onde os cardos podiam medrar, de onde não havia pontes a consertar, de onde não havia ruas a enramar, de onde havia frutos agrestes a coletar, de onde o líder religioso catalisava a espiritualidade da tribo e ... de onde os homens não organizavam grupos para escravizar outros grupos.

O século que se findava trouxera para o homem natural da terra novidades não apenas como o apresamento, mas também como a varíola, enfermidade que tomou proporções epidêmicas e que levou à morte milhares de pessoas, provocando uma grande carência de peças na vila e ensejando novas caçadas humanas, visando a suprir as numerosíssimas baixas.

No morrente centênio quinhentista, um registro imprevisto na câmara acenava pressagamente para o futuro. No dia 03 de junho de 1599, deliberava-se para que fosse feito um novo alcaide, “Por estar enfermo o alcaide José Álvares de Bexiguas” (ACTAS DA CÂMARA, 1599, p. 61). As famigeradas *câmaras de sangue*,⁹⁵ que durante algum tempo bruxulearam quase em inatividade, agora se insinuavam agourentamente, ameaçando imiscuir-se no porvir.

O século que se avizinhava, já então quase nascente, reservava ao índio o recrudescimento do apresamento. Nos seiscentos, a população indígena do Brasil não experimentaria lenitivos. Pelo contrário, amargaria a quintescência histórica do furor predatório e apresador dos habitantes do planalto paulista.

No limiar dos seiscentos, nomeado por alguns autores como “século das bandeiras”, a Câmara paulistana lançou mão de uma espécie de eufemismo hipócrita ao registrar:

[...] q~ os índios q~ ora ha na tera são moradores e povoadores da tera q~ aqui achou o sôr da tera marti a° de souza quando a povoou e pr tanto lhes paresia bem q~ os índios estejam debaixo do capitão da tera e juizes ordinários dela pera lhe fazerẽ justisa nos agravos q~ lhe fizerẽ pois ate agora asi estiverão e he huzo e costume estarẽ desta man^a e q~ isto lhes paresia bẽ... (ACTAS DA CÂMARA, 1600, p. 70).

Verifiquemos que se explicita um curioso reconhecimento acerca da povoação da terra, atribuída aos índios. Tal reconhecimento, que num primeiro momento parece pressagiar uma continuidade discursiva denotadora de respeito aos indígenas, desfaz-se num átimo, quando é apregoada a manutenção da subalternidade nativa em relação ao capitão da terra e aos juizes ordinários do conselho. Embora povoadores ancestrais, os índios deviam submeter-se à adventícia estrutura burocrática que se impunha, calcada na visão etnocêntrica européia.

Manejados ao sabor das conveniências dos moradores, os índios, em certos momentos, não eram desejáveis nas expedições de préia. Em 27 de novembro de 1600, registrou-se:

[...] q~ nhã p^a desta entrada do sertão q~ da tera for leve nen bote nhã pesa fora nẽ cativa fora desta capta po serem mto nesarias p^a a tera e ellas seren daqui deste sertão e asi q~ requeresen e pedisen ao Sor g^{dor} geral co certa pena o q~ lhes bem parecer e elles detrerminarẽ e q~ se lansase preguão q~ ningen as tire p^a fora co pena de perdimento das ditas pesas... (ACTAS DA CÂMARA, 1600, p. 82).

⁹⁵ Na documentação a varíola é nomeada ‘bexigas’ ou ‘câmaras de sangue’.

É largamente sabido que índios apresados no sertão e agregados à *escravidão* da vila eram, comumente, instados pelos colonos piratininganos a integrar as fileiras de novas entradas apresadoras. No entanto, no final de 1600, os homens do conselho decidiram vetar a iniciativa de levar peças na entrada que estava para ocorrer brevemente. Alegando a necessidade imperiosa do permanecimento dos nativos na vila, é preliminarmente mencionada a aplicação de uma pena não pouco pesada: a perda (*perdimento*) das peças eventualmente integradas na expedição em preparo. Ciosos das presas arduamente trazidas para a vila nas décadas anteriores, os moradores não queriam arriscar perdê-las, quer nos embates que ocorreriam no sertão, quer em possíveis fugas facilitadas pelas peculiaridades próprias de um grupo em marcha pelas matarias. Parece ser não pouco importante a afirmação acerca da necessidade da *escravidão* para a vila. Corroboramos isso, por ser um conceito parece que de fato fundamental, para as intenções de entendimento sobre os colonos paulistas e suas incursões mateiras. Essa expedição que estava sendo montada em 1600, não deve ter sido derivada da vontade de homens considerados proeminentes na vila. Também não foi uma empreitada de porte significativo, pois não apareceu mais na documentação.

Dois anos depois, partiria do planalto uma expedição chefiada pelo capitão Nicolau Barreto, irmão de Roque Barreto, ex-capitão-mor da capitania de São Vicente. A tropa era composta por três centenas de moradores, contando ainda com o reforço de um número não mencionado de índios apresados em incursões anteriores. Essa incursão, de certa forma, evidenciou-se como um evento inaugural, no que dizia respeito às atividades de apresamento no século XVII. A considerável dimensão do contingente mobilizado, que açambarcou inclusive homens do conselho, acabou forçando a câmara a fazer eleição para substituição dos ausentes. Eis aqui algumas palavras registradas na ata de 08 de setembro de 1602, dia em que foi realizada a eleição:

[...] pr não aver officiaes e se irem todos os mai fora e comigo e povo junto, fez a mais vozes dous juizes e hũ vereador e hũ procurador do conçelho q~ sirvão em auzença dos mais... (ACTAS DA CÂMARA, 1602, p. 109).

Como se percebe, quatro homens da câmara alistaram-se na tropa de Nicolau Barreto – dois juizes ordinários, um vereador e um procurador do conselho –, lançando-se ao sertão à cata de índios. Homens da oficialidade, da edilidade piratiningana, avançando pelas trilhas da capitania vicentina colonial. Isso não era de forma alguma

algo incomum, tendo sido registrado não com raridade na documentação, além de constar reiteradas vezes na historiografia que trata dos colonos paulistas.

A 24 de novembro do mesmo ano, a câmara registrava uma evasão preocupante das peças da vila, que pouco vigiadas em virtude da ausência dos muitos paulistas que se internavam nas matas, fugiam, deixando para trás seus dias de escravidão:

[...] requereo o procurador do c^o aos ditos oficiais q~ esta tera se despovoava de pesas e que todas fugião p^a o sertão de que este povo e capt^a resebia m^{ta} perda e não era nhũ serviso de deos e de sua magestade despovoar-se a tera e q~ não has hião buscar p^r não aver lisensa que lhe requeria da parte de sua magestade e en nome deste povo, o fisesẽ a saber ao capitão p^a que pozese niso cobro... (ACTAS DA CÂMARA, 1602, p. 112-113).

Percebamos que aqui, são apontados os escravos fugitivos e também a impossibilidade de partir-lhes no encalço, devido à inexistência de autorização oficial para tal. Por fim, é pedido ao capitão-mor que tome providências, que ponha *niso cobro*.

No mesmo dia dessa sessão, a intenção de que alguma providência fosse tomada pela maior autoridade da capitania tomou um rumo mais direto, através de um requerimento dirigido ao próprio capitão-mor Diogo Lopes de Castro. Nesse documento, a preocupação dos homens do conselho, já arremedada na ata da sessão ordinária, toma contornos mais detalhados:

[...] esta vila se hia despovoada, por cauza de fogiren cada dia os escravos e que a tera sem gentio logo era despovoada porcoanto erão fogidos mais de sem escravos e atras dele não hia nigẽ e asi fogião todos por verem q~ os não hião buscar nẽ tinhamo medo... (ACTAS DA CÂMARA, 1602, p. 114).

Aqui, o conselho aponta a fuga de cem escravos da vila, um despovoamento preocupante que crescia a cada dia, devido ao clima dominante de impunidade, uma vez que os fugitivos não eram sequer perseguidos, destarte não sentindo nenhuma espécie de coibição em relação à ação ou iniciativa de evasão. Interessante verificar, que à essa preocupação concernente à fuga da escravaria, sobrepôs-se uma outra, relativa ao temor de que alguns membros da expedição de Nicolau Barreto fossem atacados pelo gentio fugitivo:

[...] des ou doze omes que estavam em segim^{to} de nicolau bareto capitão que roque bareto capitão que foi desta capt^a mādou ao sertão mudarão de viagem e se forão pelo rio Anhembi abaixo aonde lhes pode soseder m^{to} mal com os matarẽ o proprio gentio q~ anda fogido e q~ e nesario e sera grande serviso de deos mādard em seo segim^{to} quinze ou vinte omes ou os que bem pareser com algũ gentio asi pera reculher os brancos sobreditos e os tirar dalgum

perigo em q~ podem estar pois não vem como pera buscar os escravos fogidos e os trazer a seus donos e que desta deligencia resultaria grande proveito há capta q~ sabendo os escravos q~ anda gentio fora buscando os fogidos não fogirão tanto e portanto requeria o dito procurador da parte sobredita posesemos diligencia e cobro no que ele requeria... (ACTAS DA CÂMARA, 1602, p. 114).

Seguindo as margens do Anhembi, um grupo de aproximadamente uma dezena de homens – saído da expedição de Barreto – podia encontrar um contingente fugitivo de aproximadamente uma centena de índios. A câmara sugere que sejam enviados de quinze a vinte homens – com algũ gentio – para dar apoio aos expedicionários de Barreto, uma vez que estes podiam ser atacados pelos índios em fuga e em número talvez dez vezes maior. Interessante verificar, que a sugestão de envio destes homens do planalto não tinha o objetivo apenas de *salvamento*, de socorro aos paulistas que perlongavam o Anhembi; mas também o de mostrar aos índios fugitivos que havia gente em seu encalço, destarte, por desdobramento, ainda desencorajando novas iniciativas de fuga das peças que integravam o plantel do planalto.

A entrada de Nicolau Barreto não causou – como já é possível perceber – pouca coisa na vila de São Paulo. O vácuo de vigilância deixado por uma considerável agregação de homens ida ao sertão, certamente foi um fator facilitador da fuga massiva de presas. A própria vida parlamentar da vila sofreu alterações importantes, já que, como vimos, foi necessária a realização de uma eleição para a substituição dos ausentes. Em 22 de março de 1603, a câmara paulistana fez referências francamente ácidas ao ouvidor e capitão Roque Barreto, que após engendrar a saída da expedição de seu irmão Nicolau, alardeou oficialmente as pesadas e costumeiras penas para quem fosse ao sertão:

[...] se publicou e apreguou hũ mandato do capitão e ouvidor de toda esta capta de sam vte en q~ mādava q~ ninguen fose ao sertão sob grades penas e q~ aguora se diz e he pco q~ elle todavia mada gente o q~ lhe não esta bem porquoãto he contra a lei de sua magestade e tem mādado seu irmão nicolau bareto cõ perto de trezentos homẽs e mais gentio e escravos de guera e há pouca gente na tera e temos os guaramimis a porta enão sabemos o q~ farão e pode fogir o gentio e escravos q~ ficaren sem aver que a isso acuda... (ACTAS DA CÂMARA, 1603, p. 125-126).

Parece que para os protegidos, o ouvidor e capitão Roque Barreto reservava sua ajuda e sua complacência, ao passo que para os outros, era reservada a letra fria da lei. Sob seus auspícios, foram enviados trezentos homens para o sertão, apoiados por farto

contingente de escravos de guerra... Tudo isso sob o comando de seu irmão de sangue, Nicolau Barreto. De certa forma, essa empreitada acabou suscitando um sentimento de indignação no planalto, principalmente após a fuga de escravos e também o crescimento da ameaça representada pelos *guaramimis*, que com a vila desguarnecida, passou a atingir contornos de atrevimento *a porta* dos moradores. Preocupados com a periclitância da situação, no mesmo dia em que criticaram Roque Barreto, deliberaram os oficiais da câmara:

[...] não esta a capta em desposição de se fazer entrada pelo q~
requere a elles ditos offiçiaes o requeirão ao dito capitão não mãde
mais gente a guera nẽ entrada... (ACTAS DA CÂMARA, 1603, p.
126).

Cumpre salientar que o *dito capitão* aqui mencionado é Roque Barreto. A preocupação dos oficiais era bastante clara, no sentido de que a entrada liderada por seu irmão Nicolau não mais absorvesse gente da vila.

Quatro meses depois, a 19 de julho de 1603, a preocupação do conselho tomava outro tom, volvendo-se para uma possibilidade inesperada, no que concernia à absorção de parte das presas da expedição de Barreto, pelo governo geral. Temerosos de que a escravaria apresada não permanecesse integralmente em Piratininga, os oficiais da câmara escreveram uma carta ao Governador geral Diogo Botelho. Verifiquemos parte do teor da argumentação dos missivistas:

[...] somos emformados q~ V. S. ten mãdado a esta capta hũa
provizão en q~ pr ela mãda q~ se tome a tersa parte do gentio q~
troiserẽ os moradores q~ desta capta são hidos ao sertão cõ ordẽ e
mãdado do capitão dela ou requerimto das camaras pela mta
nesesidade q~ a tera tinha de gẽte e co pareser a provizão do g~dor
pasado dõ frco de souza o q~ tudo nos parese q~ V. S. pasaria pr
não ter esta emformasão pela coal cauza lhe fizemos por esta dar a
V. S. e pedir q~ olhe q~ esta tera e mto pobre e a gente q~ for ao
sertão he nesositada e q~ sua muita nesesidade os obrigou a
cometer entrada tam perigosa e de tão pouco proveito... (ACTAS
DA CÂMARA, 1603, p. 130).

Os homens do conselho mostraram-se francamente alarmados ante a possibilidade de perder um terço das peças que chegariam com a tropa de Barreto. Sem qualquer cerimônia, lembraram a Diogo Botelho que o governador anterior, Dom Francisco de Souza, expedidor do parecer da entrada então em curso, não fixara qualquer determinação acerca da retenção de peças pela governança, ou seja, não pretendia subtrair dos colonos nada do contingente escravo à duras penas trazido do sertão. A comparação entre Diogo Botelho e Dom Francisco não foi velada, mas aberta,

com um assaz perceptível acento saudosista da câmara em relação a este último, um homem que soubera relacionar-se com a problemática do apresamento na capitania vicentina, postando-se, muitas vezes, como um aliado oficial do planalto paulista nas atividades de caça-ao-índio. Afora isso, a missiva a Diogo Botelho pedia que ele olhasse para a pobreza da terra, fator predisponente das entradas do sertão. São profusas no texto as asserções sobre a *tera ser mto pobre* e a *gente nesesitada*, ficando claro que *sua muita nesesidade* é que engendraria a imperiosidade das incursões sertanistas.

Depois de tudo isso – o tom alarmante, a comparação com o governador anterior e a reiteração sobre a penúria –, é formulado o pedido para que Diogo Botelho não ponha em prática sua provisão, acerca da apropriação de um terço do produto do apresamento pela governança da terra. Mesmo no momento preciso do pedido ou solicitação, as frases apresentam-se acompanhadas por novos protestos acerca da pobreza da vila.

[...] de tudo qizemos por esta avizar a V. S. e por merse pedir uze de sua elemênsia cõ esta cpta avendo respeito a mta probeza dela e mãdar q~ dita provizão não aja efeito deixado V. S. o cuidado de seu serviso a esta camara a coal se acomodara em man^a q~ o serviso de V. S. se não esqesa e os pobres não sintão tamto... (ACTAS DA CÂMARA, 1603, p. 131).

No que diz respeito ao poder de convencimento, o ponto alto da carta é alcançado quando, a pouco velada e ferrenha oposição dos paulistas, ante a possibilidade de lhe levarem as peças, toma ares de ameaça de abandono do planalto. Segundo os missivistas, caso a provisão de subtração do terço das peças fosse levada aos homens da expedição no sertão, estes muito provavelmente não retornariam a Piratininga.

[...] arescamos se mãde ao sertão recado do comteudo na provizão e eles sabendo core mto risco vir nhũ de la [...] resultaria mt^o mal a esta capta e V. S. não levara digo o gosto porq~ mto^s deixarão suas molheres e outros deixarão seus fos e a capta ficara sê moradores... (ACTAS DA CÂMARA, 1603, p. 130-131).

Esse trecho da carta foi escrito antes da solicitação propriamente dita, quando estavam sendo arroladas ou elencadas as razões nas quais os oficiais se alicerçavam, para pedir ao governador a revogação de sua provisão, acerca do terço das peças. Cumpre rememorar, que o abandono da vila era algo temerário ao governador Diogo Botelho, uma vez que qualquer espécie de despovoamento ia contra os interesses da colonização, representados por ele. Em síntese, os homens da câmara acenaram para

Diogo Botelho compondo um quadro futuro que em nada lhe era desejável: uma vila despovoada à porta do sertão. Por outro lado, após essa velada ameaça, os oficiais habilmente acenaram com uma outra situação, de ordem e harmonia, caso a solicitação de revogação da provisão do terço fosse atendida, demonstrando ainda o compromisso de levar a boa nova aos apresadores no sertão, visando aquietá-los e fazê-los retornar ao planalto:

[...]cofiando ã q~ V. S. em tudo nos fara merse nos atrevemos a escrever esta esperando q~ V. S. en tudo nos proveja cõ sua clemêsia he nos mãde cõprir noso foral e nos cõ ese recado mãdaremos ao sertão p^a q~ os omês q~ la estão venhão seguros e qietos a suas cazas e cõ brevidade... (ACTAS DA CÂMARA, 1603, p. 131).

Do resultado dessa carta ao governador queixavam-se os oficiais mais de dois anos depois, em 13 de janeiro de 1606, quando enviavam outra carta, dessa vez ao donatário da capitania:

Já Vmc. será sabedor como roque barreto, sendo capitão, mandou ao sertão 300 homens brancos a descer gentio e gastou dois annos na viagem, com muitos gastos e mortes [...] o governador geral diogo botelho mandou provisão para tomarem o terço para elle, e depois veiu ordem para o quinto; sobre isto houve aqui muito trabalho e grandes devassas e ficaram muitos homens encravados, que talvez ha nesta villa hoje mais de 65 homisiados, não tendo ella mais de 190 moradores... (ACTAS DA CÂMARA, 1606, p. 499-500).

Eis o resultado prático da carta enviada ao governador dois anos e meio antes. Ao invés de tomar para a governança um terço dos escravos capturados no sertão, Botelho decidiu autorizar a tomada de um quinto das peças trazidas. Mesmo assim, muitos homens da tropa de Barreto não deram a devida quinta parte à governança, destarte ficando com pendências na justiça, ou seja, *homisiados*⁹⁶, depois de permanecerem dois anos no sertão.

Dessa carta enviada ao donatário da capitania em 1606, depreende-se um entendimento talvez inequívoco sobre o sentir dos colonos piratininganos naquele momento:

[...] não falta materia de escrever a avisar e se poderá dizer de chorar. Só faremos lembrança a Vmc. que si sua pessoa ou cousa muito sua desta Capitania não acudir com brevidade pôde entender que não terá cá nada, pois que estão as cousas desta terra com a

⁹⁶ No transcorrer do século XVII, não foram poucas as vezes em que o perdão foi ofertado aos homiziados, quando do interesse da coroa na utilização de seus serviços.

candeia na mão e cedo se despovoará , porque assim os capitães e ouvidores que Vmc. manda, como os que cada quinze dias nos mettem os governadores geraes em outra cousa não entendem, nem estudam sinão como nos-hão de esfolar, destruir e affrontar, e nisto gastam o seu tempo, elles não vêm nos governar e reger, nem augmentar a terra que o Sr. Martim Affonso de Souza ganhou e S. M. lhe deu com tão avantajadas mercês e favores. Vai isto em tal maneira e razão, que pelo eclesiastico e pelo secular não ha outra coisa sinão pedir e apanhar, e um que nos pedem e outro que nos tomam tudo é seu e ainda lhes ficamos devendo. E si falamos prendem-nos e excomungam-nos, e fazem de nós o que querem, que como somos pobres e temos o remedio tão longe não ha outro recurso sinão abaixar a cerviz e soffrer o mal que nos põem. (ACTAS DA CÂMARA, 1606, p. 497-498).

O tom inicial desse trecho da carta é não apenas queixoso, como também dramático, pois não faltam razões até mesmo para *chorar*. Piratininga está moribunda, *com a candeia na mão*, agonizando enquanto sua população se esvai. A culpa disso, segundo os missivistas, é dos capitães, ouvidores e governadores gerais, que apenas prejudicam a vila, propiciando uma situação em que os religiosos se aproveitam, tratando os moradores de forma arbitrária e tirânica. Por fim, é mencionada a penúria planáltica, cuja solução ou remédio – o braço indígena – encontra-se *tão longe*. À guisa de prudência em relação a qualquer desnorsteio interpretativo, cumpre lembrar que essa carta ao donatário, é a mesma em que os paulistas se queixam da subtração de um quinto de todas as presas trazidas pela expedição de Nicolau Barreto. O ponto fulcral de toda a contrariedade explicitada pelos homens do conselho residia justamente nisso, ou seja, a penalização dos sertanistas através do confisco da mão-de-obra recém-chegada das matas. Não é difícil perceber que para os homens do planalto, o *remédio* precioso, o lenitivo para a periclitância de suas vidas, estava sendo tomado de suas mãos pela mão pétrea e oficial da governadoria. Na longa missiva ao donatário, parece não haver dúvida quanto a essa convicção dos colonos, já que comentamos e analisamos um trecho ainda há pouco, onde esse descontentamento está muito claro, associado ainda a uma preocupação adicional, relativa à criminalização formal daqueles cujo compromisso com a quinta parte das peças não foi honrado junto à governadoria, destarte configurando quase setenta homens do planalto como *homiziados*, número denso numa população que não chegava a duas centenas de moradores. Interessante verificar, que mesmo através de uma elaboração textual que expressa insatisfação, contrariedade e indignação perante as autoridades coloniais – capitães e governadores –, os paulistas reportam-se à donataria ofertando-se para uma grande atividade de

apresamento, sugerindo patrocínio pecuniário de cem mil cruzados pela coroa portuguesa. Tal empresa apresadora é sugerida como salvadora da difícil situação pela qual passava São Paulo. Dentre os benefícios advindos dessa iniciativa sugerida, é elencado até mesmo o aumento das almas para o *grêmio da Santa Madre Egreja*, à despeito de estar contida na mesma carta – como já observamos – uma ácida crítica aos homens do clero. A perda da mão-de-obra nativa da capitania vicentina para Pernambuco e Bahia, é apontada como algo a ser invertido, sob pena de os sertões paulistas tornarem-se desertos. Por fim, ao donatário é lembrado o fato de que para a empresa apresadora sugerida, é possível reunir 300 portugueses e 1500 escravos índios, englobando todas as 05 vilas da capitania de São Vicente. A habilidade mateira de tal contingente é valorizada de forma superlativa e enfática, sendo exemplificado o Peru como um destino passível de ser alcançado. O descimento do gentio é também argumentado como desejável, não apenas por causa da mão-de-obra, uma vez que ao ser efetivado, seria iniciado um processo de cessação de um modo de vida embrutecido e animalesco, calcado na antropofagia e no desconhecimento de Cristo.

Eis a solução para todas as calamidades que assolam uma vila quase em seus estertores, *com a candeia na mão*: o apresamento de milhares de escravos. Na carta ao donatário vicentino, eis o remédio para um povoado pobre, em franco despovoamento:

[...] e os christãos vizinhos são quase acabados, mas no sertão ha infinidade delles e de muitas nações, que vivem á lei de brutos animaes, comendo-se uns aos outros, que si os descermos com ordem para serem christãos, será causa de grande proveito, principalmente o gentio *Carijó*, que está 80 leguas daqui [...] e se affirma que podem ser 200.000 homens de arco. Esta é uma grande empresa e a Vmc. ou cousa muito sua lhe estava bem que S. M. lhe concedesse, e lhe importaria mais de 100.000 cruzados, afora o de seus vassallos, o que pelo tempo em diante póde redundar a esta capitania, além do particular do mesmo gentio vindo ao gremio da Santa Madre Egreja. Tornamos a lembrar, acuda Vmc., porque de Pernambuco e da Bahia, por mar e por terra lhe levam o gentio do seu sertão e districto, e muito cedo ficará tudo ermo com as arvores e hervas do campo somente; porque os portuguezes, bem sabe Vmc., que são homens de pouco trabalho, principalmente fora do seu natural. Não tem Vmc. cá tão pouca posse, que das cinco villas que cá tem com a Cananéa póde pôr em campo para os *Carijós* mais de 300 homens portuguezes fora os seus indios escravos, que serão mais de 1.500, gente usada ao trabalho do sertão, que com bom caudilho passam ao Peru por terra, e isto não é fábula... (ACTAS DA CÂMARA, 1606, p. 499).

Suspeitamos já estar suficientemente claro que, na mentalidade dos colonos estava presente, de maneira inarredável, a idéia do apresamento. Através do teor dessa

carta, torna-se muito claro que os paulistas consideravam-se caçadores de índio por excelência. Caçadores infatigáveis e nada inábeis, posto que capazes de caminhar até o longínquo reino do Peru, se necessário. Caçadores que sabiam onde abundava a presa: duzentos mil homens a oitenta léguas⁹⁷ de São Paulo. A essa altura de nosso estudo, suspeitamos também já estar bastante elucidado, que com frequência talvez indissociável, a necessidade material é reiterada como um fator motivador primordial do sertanismo de caça ao indígena⁹⁸. No entanto, em quinze de agosto de 1606, registrava-se a intenção de um morador, no que dizia respeito a organizar uma incursão sertaneja:

[...] noticia era vindo que Diogo de Quadros queria hir ao sertão tendo já largado de dous engenhos [...] e que vto estar ja hũ delles em bons termos de se acabar pelo que se largava dele se não acabaria em sua abzencia e porque he bem de sua magestade he da tera acabarse pelo que lhes requeria mandasem noteficar ao dito Dioguo de Quadros que presente estava e lhe ouvessem por noteficado não largasse mão do dito engenho nem se fose fora até não ser acabado o que loguo lhe foir noteficado... (ACTAS DA CÂMARA, 1606, p. 151).

Diogo de Quadros, construtor de dois engenhos, não estava propriamente na mais negra das misérias, porém engenhos necessitam de braços, braços que podiam ser obtidos no sertão. Sendo assim, o homem dos dois engenhos aviou-se e providenciou a partida de uma expedição, à revelia da câmara, sem observar o cumprimento de qualquer formalidade ou autorização prévia. Como sempre, tolerante em relação aos paulistas de melhores condições sócio-econômicas, a governadoria-geral limitou-se a manter as aparências, publicando uma provisão admoestante a Diogo de Quadros, alertando aos capitães-mores que não mais permitissem a continuidade do envio de homens ao sertão, por parte do morador em questão. Ora cumpre lembrar, que quando dessa provisão, a tropa apresadora já estava em marcha no mato, rumo ao gentio que seria trazido para o planalto. A possibilidade de envio de grupos adicionais por parte de Quadros, não passa de uma vã suposição do governador geral Diogo Botelho. Noutros termos, a governadoria furtou-se à sua obrigação de penalizar o homem que agiu fora da lei, apenas acenando com a possibilidade – sem o dizer abertamente – de puni-lo, caso ele enviasse novos grupos ao sertão. Quanto à expedição já em ação no sertão, nada foi

⁹⁷ A légua é uma antiga unidade brasileira de medida itinerária, equivalente a 3.000 braças, ou seja, 6.600 metros.

⁹⁸ O fator econômico é mencionado por distintas produções historiográficas como uma das principais causas do apresamento do índio. Nas fontes primárias nada encontramos que nos autorize a contrapor essa asserção. Pelo contrário, nas Atas da Câmara e no registro geral a precariedade material se avulta como uma característica exponencial na São Paulo dos séculos XVI e XVII.

feito, mas apenas comentado em tom de reprovação. Como vemos, a punição aqui é meramente perspectival, estando condicionada ao envio de reforços ao contingente já ilegalmente em ação nas matas. Numa só frase, uma expedição foi aviada e seu chefe não foi punido. Verifiquemos parte da provisão do governador geral Diogo Botelho:

[...] dioguo de quadros contra a orden excedeu mandando ao sertão e fazendo guera aos gentios contra a ordem e regimt^o e lisensa minha o que tudo rezulta e redunda em perjuizo do serviso de ds e de sua magestade pelo que mando em nome de sua magestade aos ditos capitães cada hũ em sua capitania e mais justisas não consintam de oje em diante a dioguo de quadros mandar ao sertão nen fazer guera ao dito gentio sem especial mandado de sua magestade e lisensa minha o que tudo hũs e outros comprirão sem duvida nem embargo... (ACTAS DA CÂMARA, 1606, p. 169).

Parece que a expedição de Diogo de Quadros, saída de Piratininga em agosto de 1606, acabou encorajando outros moradores – como o colono Manuel Neto – a fazer o mesmo. Tanto que, na ata de 11 de fevereiro de 1607, registrou-se:

[...] avia gente que hya ao sertão carijo ao resgate con mto resgate [...] que nada estava asertado nem consertado com a camara desta vila nem tinhão selebrado nada o que tudo não parecia bem [...] e logo pera daren seus pareseres mandarão ajuntar os moradores e home bons pera sobre isso tomaren o melhor pareser e loguo todos [...] diserão que não era bem iren la com resgate... (ACTAS DA CÂMARA, 1607, p. 188).

Porém, enquanto aconteciam tais deliberações, a tropa do colono Manuel Neto já estava no sertão, dando caça aos carijó. Diferentemente da encenação engendrada pela provisão de Diogo Botelho em relação a Diogo de Quadros, os homens da câmara e o povo juntos:

[...] mandarão e acrodarão que se pasase mandado p^a ser mel neto noteficado conforme hũ auto que delle juntamte fizerão e sendo cauzo q~ se amontase a sua custa o buscasen e troichesen os carijos a esta camara para o que pasarão mandado... (ACTAS DA CÂMARA, 1607, p. 189).

Como percebemos, os homens da câmara agiram com Manuel Neto de forma bem mais incisiva que o agir anterior do governador geral em relação a Diogo de Quadros. Sobre Manuel Neto seria lançado o ônus financeiro respectivo ao aviamento de uma tropa que o buscaria no sertão, trazendo-o e a seus carijós capturados perante a assembléia do conselho. Isso tudo caso a notificação que seria feita a ele – Manuel Neto – não surtisse o efeito desejado, ou seja, a cessação imediata de todas as atividades

apresadoras já em curso⁹⁹. Em 18 de fevereiro de 1607, na sessão realizada exatamente uma semana após a formalização do pedido de notificação a Manuel Neto, registrava-se:

[...] requereo o procurador do conselho fernan dias que estes omes yhão aos carijós visto não daren nem obedeseren as penas e noteficasois que ate hoje lhes forão feitas e eles seren desobediantes e reveis aos mandados das justisas q~ foren prezos e não soltos ate se livraren de tudo... (ACTAS DA CÂMARA, 1607, p. 189-190).

Está claro que o procurador do conselho era de opinião que os recalcitrantes – que desobedeciam as determinações do conselho, no sentido de que não mais fossem aos carijó – deviam ser encarcerados. Ao que tudo indica, Manuel Neto, ao ser notificado acerca da proibição do apresamento, acabou acatando a imposição oficial da câmara, pois seu nome não mais apareceu na documentação.

Menos de um mês depois, em 04 de março de 1607, parecendo querer demonstrar lisura e imparcialidade em seus atos, a Câmara redigiu uma espécie de lembrete, corroborando a provisão ainda há pouco analisada, acerca da determinação do governador Diogo Botelho, proibindo que qualquer pessoa fosse ao sertão, no encalço da tropa de Diogo de Quadros:

[...] se apregoou [...] em prezença de min escrivão q~ nenhũa pesoa foçe ao sertão nen dar guera em companhia de dioguo de quadros isto pr mando dos ofisiais da camara desta vila conforme hũa provizão do sôr gdor geral dioguo botelho e conforme nela se conten e p^a lembransa de verdade fis este termo... (ACTAS DA CÂMARA, 1607, p. 190-191).

Cumprer refletir que a tropa de Diogo de Quadros levou em seu sulco não pouca gente. Esse era um motivo de preocupação para a câmara. O homem que aviara a expedição era, além de construtor de engenhos, ocupante do cargo de provedor das minas da capitania de São Vicente. Embora o conselho afetasse estar de olho nas atividades sertanistas de Quadros, o contingente que ia na esteira de seu grupo parecia não parar de crescer. Tanto que em 16 de junho de 1607, ocorreram deliberações que visavam a coibir a saída de gente da vila, logo após a partida de certo número de homens, obedecendo ordens de Diogo de Quadros:

[...] requereo o procurador do conselho, fernão dias aos ditos ofisiais que lhes requeria da parte de sua magestade não consentisen sahir gente fora desta vila porquanto era enformado que querião hir ao sertão desta cap^{ta} m^{ta} gente e que avia poucos

⁹⁹ Comumente, nesses casos, as peças apresadas eram confiscadas pelo poder público, sendo distribuídas à população.

dias que herão, hidos por mandado do provedor das minas algũs homens fora... (ACTAS DA CÂMARA, 1607, p. 193).

A preocupação com a situação de desguarnecimento da vila, mercê da evasão de não poucos moradores, acabou levando a câmara a afixar severíssimas penas para quem *ousase sair da tera*, incluindo uma pesada multa acompanhada de encarceramento. O receio de um ataque dos carijó ao povoado desprotegido foi registrado, sendo que a tais índios foram aplicados adjetivos nada edificantes:

[...] em perigo de virem enemigos jentios carijós [...] coria risco viren sobre esta vila por ser jentio pouco leal e atreisoado e que sobre isso se mandase lansar hũ pregão que ningen se saia da tera ate não estar segura e os ditos ofisiais concuirão que lhe tomase seu requerimento e que se lansase pregão com pena de seis mil reis e da cadeia que ningen va fora... (ACTAS DA CÂMARA, 1607, p. 193-194).

Tais parlamentações não foram vãs. Já no dia seguinte pela manhã, à porta da igreja, era realizado o pregão, oficializando e tornando públicas as determinações do conselho:

Aos dezessete dias deste prezente mes de junho de ano prezente de mil e seissentos e sete anos o portr^o do conselho em prezença de mi escrivão botou o pregão nesta vila ao sair da misa do dia estando ma jente junta perante mi escrivão com as penas conteudas no termo asima e atras de que fiz este termo por mĩ asinado eu simão borges escrivão das enxecusois ausensias e vagantes desta vila o escrevi – simão borges (ACTAS DA CÂMARA, 1607, p. 194).

Em face das contingências e dos determinismos históricos, assentados essencialmente na necessidade do labor escravo, Piratininga desenvolveu e aprimorou a caça ao indígena, figurando no contexto da colônia como uma povoação bastante peculiar. Isso já foi afirmado nesse trabalho. Porém, por ser este um conceito pinacular para as nossas intenções investigativas, cabe aqui tal corroboração, mais ainda pelo fato de que neste momento, pretendemos refletir sobre a relação da população paulista com o sertão, morada da presa almejada. O sertão era um chamamento constante, cotidiano, uma vez que guardava em si a solução para a carência planaltina. O apresamento, para ser consumado, requeria o deslocamento do caçador rumo à presa, ou seja, exigia que grupos de homens deixassem a vila e avançassem pela mata, até as paragens onde outros homens seriam por eles capturados e conduzidos ao ponto de partida da expedição, o povoado piratiningano, onde o produto da caça iniciava a experimentar um novo e triste viver, abundante de doenças desconhecidas, farto de exaustão física e

repleto das mais variadas situações aviltantes. Os paulistas, portanto, buscavam vidas no sertão, vidas arrancadas às entranhas de suas ancestrais particularidades culturais, arrastadas para o servilismo à uma sociedade adventícia, que se impunha inexoravelmente, à partir de um posto avançado, um vilarejo que quase se mesclava ao próprio sertão, espiando-o, espreitando-o pelas brechas de sua orla que se adensava, rumo às brenhas mais espessas. Núcleo irradiador de expedições apresadoras, Piratininga vivia o sertão, indo a ele e vindo dele, num contínuo fluxo e refluxo. Nesse ir e vir, a vila ora se tornava movimentada- principalmente quando da iminência da partida das expedições –, ora se tornava quase despovoada – mormente após a partida de contingentes consideráveis –, sendo essa última situação particularmente preocupante, uma vez que assim, a vulnerabilidade dos moradores que lá permaneciam – em boa parte crianças e mulheres – aumentava muito, postando-os numa situação de significativo risco relativo a ataques de índios, já que em sua essência, a vila nada mais era que um pontículo isolado da colonização no rebordo do sertão. Afora essa importante questão, o sertanismo apresador ainda determinava alguns entraves no andamento das sessões da câmara. Isso não acontecia apenas quando grandes expedições deixavam o planalto, mas também quando pequenos grupos partiam para empreitadas mais corriqueiras, visando ao descimento de um número não avultado de índios. Nessas oportunidades, que ao que parece não ocorriam com pouca freqüência, o conselho via-se privado da presença de alguns de seus integrantes. Abruptamente, sem qualquer precedente na documentação, era mencionada a ida de um oficial ao sertão. Verifiquemos este trecho da ata de 06 de setembro de 1608:

[...] porquanto o vreador martim roiz era hido ao sertão e na havia outro vreador que fizese outro ofisial de vreador que sirva em auzensia do dito martim roiz [...] que p^a deste domingo que vem a oito dias se ajuntasem eles ditos ofisiaes com o povo e a mais vozes se faria outro vreador e assim ficou asentado... (ACTAS DA CÂMARA, 1608, p. 217).

Já no dia 14 de setembro de 1608, após a realização da eleição que empossou o substituto Gonçalo Madeira, a Câmara registrava uma justificativa a respeito da não realização de algumas sessões de vereança, em virtude da ausência de Martim Roiz, sabidamente entranhado no sertão:

[...] o procurador do conselho mathias lopes por este foi mandado a mi escrivão fazer este termo em como desde algũs dias que se não fazia camara como sua magestade manda por repeito de o vreador martim roiz ser abzente e não se poder fazer vreador prestes e que

ora novamte fora feito gco madeira... (ACTAS DA CÂMARA, 1608, p. 219).

Na sessão seguinte, em 21 de setembro, a câmara propunha a investigação acerca do apresamento de um grupo de carijós e sua distribuição entre alguns moradores:

[...] requererão os ditos offisiaes aos juizes que tirassem nãa devisa de quem tomou hũa leva de carijos e repartira porquanto diso pode resultar mtas perdas e danos p^a esta vila e tirassem por tas¹⁰⁰ os que vierão do sertão... (ACTAS DA CÂMARA, 1608, p. 220).

Pelo fato de poder dar a entender que esse grupo de índios possa ter sido apresado por Martim Roiz, apressamo-nos a esclarecer que não pretendemos afirmar nada nesse sentido, até porque não temos em mãos absolutamente nenhum elemento probatório consistente para que o façamos. A documentação nada menciona sobre isso, embora o breve espaço de tempo que medeia entre a ida do vereador ao sertão (no dia 06 de setembro ela já estava ausente da vila) e a menção acerca da captura dos carijó (registrada em 21 de setembro), possa sugerir alguma simples suspeita reflexiva, relacionando este oficial do conselho ao descimento desses índios. Este frágil indício não é, no nosso entendimento, algo que possa dar embasamento a qualquer afirmação peremptória, ligando o edil piratiningano à captura dessa *leva* de homens naturais da terra. Por outro lado, é de fato inegável a concomitância de tal descimento com o internamento de Roiz no sertão. De qualquer forma, o que nos interessa no momento é demonstrar que o apresamento desautorizado – comumente de pequenas proporções – acontecia com frequência na capitania de São Vicente¹⁰¹. Acrescentamos ainda, que nessa oportunidade específica de setembro de 1608, caso o vereador Roiz não tenha sido o captor dos carijó, evidencia-se que em simultaneidade, pelo menos dois grupos apresadores agiam no sertão: o do edil e o que desceu os indígenas. Essa constante movimentação entre o planalto e o sertão à cata de caça miúda, dava-se, muitas vezes, pela necessidade de reposição das *peças* perdidas, algumas mortas por doenças, como já vimos, e outras fugidas do trabalho mortificante.

Das parlamentações do conselho, em 05 de outubro de 1608, registrou-se:

[...] os offisiaes do conselho tinhão despachado hũa petisão a bernardo de quadros p^a mandar buscar hũas pesas fogidas em que lhe davão lisença p^a [...] as poder mandar buscar porque avia notisia e atoardas que a esa sobra quis hir mais jemte a pera evitar estas cousas que não ouvese algũ dezararajo comtra o serviso de sua maje

¹⁰⁰ Testemunhas.

¹⁰¹ Isso evidencia-se ao longo da documentação, onde abundam as referências às idas ou *hydas* ao sertão.

que eles ditos ofisiaes avião por quebrada a dita lisensa e q~ mhũa pessoa fosse tão ouzada que a esa sombra fosse ao sertão com pena de duzentos cruzados... (ACTAS DA CÂMARA, 1608, p. 221-222).

A Bernardo de Quadros o conselho havia concedido uma licença para a recaptura de alguns índios que lhe haviam fugido. No entanto, chegou à câmara a informação de que outros moradores, ladinamente, pretendiam sair da vila sem qualquer licença, junto com o contingente de Quadros, como se a ele estivessem integrados. Diante disso, visando a coibir a ausência clandestina de um considerável número de moradores, a câmara revogou a licença dada a Bernardo de Quadros, declarando-a nula - *quebrada* -, determinando ainda uma multa de duzentos cruzados para quem, fazendo-se de desentendido, fosse ao sertão. Enquanto isso, uma significativa movimentação ocorria lá mesmo, no sertão, onde diversos moradores buscavam outros índios, que não os prófugos de quadros. Isso consta nos registros da mesma sessão de 05 de outubro de 1608:

[...] pelo dito procurador matias Lopes foi dito e requerido a elles ditos offisiaes que a sua notisia lhe era vindo que os mercadores e vezinhos desta vila fazião m^{tas} avexasões aos maramomis imdo as suas aldeãs [...] e lhes tomavão suas filhas e filhos comtra suas vontades e outros agravos de que se eles aquixavão e que outrosi [...] se apoderavão de índios que pelo caminho achavão[...] como seja ao longuo deste rio Anhembí... (ACTAS DA CÂMARA, 1608, p. 222-223).

Das aldeias dos maramomis¹⁰² estavam sendo trazidas peças para a vila, de forma claramente forçosa. Tais índios ainda sofriam outros *agravos* dos homens que invadiam seus domínios. Além disso, outros indígenas estavam sendo apresados ao longo do rio Anhembí¹⁰³. Os homens do conselho não se preocupavam pouco com essa situação, pois para tais *caçadas* não havia sido concedida nenhuma licença ou autorização formal, o que as lançava na ilegalidade. Outra fonte de preocupação era uma provável reação dos índios ante os aviltamentos que lhes eram impingidos. Desta forma, registrou-se na mesma ata que era aconselhável não “agravalos porque se se tornasen a levamtar seria mt^a perda desta capt^a como he notório” (ACTAS DA

¹⁰² Prezia (2004, p. 55), em seu trabalho *Os indígenas do planalto paulista*, explica que : “esse povo pouco conhecido, recebeu várias denominações: Maramomi, Maruminini, Maromomi, como se autodenominavam, ou Jeromomi, Gurumimim, Gessarussu, como foram chamados. Mais tarde, no século XVII, foram denominados Guarulhos pelos paulistas, passando a ser conhecidos dessa forma”.

¹⁰³ Anhembí era o nome à época dado ao atual Rio Tietê. Anhembí era uma designação tupi, que significava Rio das Anhumas (aves ribeirinhas, à época abundantes ao longo do curso d’água em questão).

CÂMARA, 1608, p. 223). Aqui fica muito claro que os indígenas em questão já haviam, em oportunidade anterior, demonstrado agressividade ante os moradores da vila, promovendo estragos, prejuízos e talvez até mortes, eventos estes que não deviam acontecer novamente, em consequência de atividades que oprimiam estes homens naturais da terra

Como se percebe, a despeito da legislação e da vigilância da Câmara, as idas e vindas entre Piratininga e o sertão eram constantes, movimentando as estreitas veredas vicentinas, nelas imprimindo as pegadas dos adventícios, dos índios e dos mamelucos.

No ano de 1609, a quinze de fevereiro, a câmara recebia o apesador Diogo de Quadros, que como já averiguamos, organizou uma expedição que partiu da vila em agosto de 1606, levando um contingente de cinquenta colonos e muitos índios para o sertão, lá permanecendo por dois anos. A postura de Quadros diante do conselho, nada mais foi que a expressão explícita de seu descontentamento com as autoridades piratininganas. Ele, como provedor das minas e proprietário de engenho de ferro, expressou-se como alguém que, devido ao seu potencial de colaboração para o crescimento da capitania, devia receber muito mais ajuda oficial do que vinha recebendo:

[...] pareseo o dito dioguo de quadros e por ele foi dito que avia quatro anos que estava nesta vila fazendo o que sua magestade lhe mandava em seu carguo de provedor das minas e com mt^o trabalho fizera hũ engenho p^a fazer fero o qual por não ter fabriquo perdia sua magestade seus quintos reaes e ele provedor mt^a perda pedimdo por mtas vezes aos capitães que lhe desem ajuda p^a isso e de hũ ano a esta parte ate oje não tivera das aldeãs mais que oito indios que lhe dera ãt^o roiz capitão dos marmemis dos indios em nove de junho e simco dagosto da aldea dos indios marmemis que lhe fizerão tres arobas de carvão pela qual rezão deixou de fazer a quantidade de fero, que sua magestade encomenda e que ha quatro mezes que per falta de omês que o ajudasem [...] deixou tâbem de outra moemda em que sua magestade tinha notavel perda... (ACTAS DA CÂMARA, 1609, p. 234-235).

O organizador da entrada de 1606, contundentemente apontou a insuficiência – por ele assim entendida – do volume de apoio oficial aos seus empreendimentos, argumentando que com isso a própria coroa acabava perdendo, pois não recebia sua parte da produção por ele levada a cabo. Também enveredando pela asseveração acerca de sua lealdade demonstrada à coroa – não apenas no que concernia ao exercício do cargo de provedor das minas, como também respeitante aos esforços para erguer seu engenho –, Quadros afirmou que em virtude da insuficiência do auxílio oficial,

impossibilitou-se completamente a construção de seu segundo engenho, empreendimento que certamente traria lucro à metrópole, através dos quintos reais. A agressiva verbosidade do provedor das minas lançou farpas acusatórias a Antônio Roiz, capitão dos índios, que não teria sido eficiente no que dizia respeito ao cedimento de peças, para que trabalhos tão importantes como o erguimento do engenho fossem concluídos. Destarte, em síntese, Diogo de Quadros acusou Antônio Roiz não apenas de não servi-lo como devia, mas também de negligenciar acerca das possibilidades futuras de fortalecimento dos cofres reais. Depois de tudo isso, o reclamante solicitou que lhe fosse dado o auxílio necessário, que até então lhe havia sido negado, ou, no mínimo, negligenciado:

[...] pela qual razão requeria a eles ditos offisiaes da parte de sua magestade lhe mandem dão o favor e ajuda nesario [...] favor e ajuda nesario de jemte [...] e que damdolhe eles ditos offisiaes ajuda que pede ele iria e ira comtinuando com sua obrigação como sua magestade lhe mãda... (ACTAS DA CÂMARA, 1609, p. 235).

A reação dos homens do conselho a essa solicitação foi imediata. Críticas e queixas haviam sido feitas profusamente, apontando, em termos mais específicos, a inoperância de Antônio Roiz, no tocante à disponibilização da força de trabalho indígena ao solicitante. Argutamente, os oficiais replicaram que a entrada apresadora feita por Quadros trouxera muitas peças para a vila, peças que deviam ser destinadas para o serviço no engenho. Averiguemos isso:

[...] loguo pelos ditos offisiaes [...] lhe foi dito que sua merse avia mãdado ao sertão desta capt^a a descer jemtio ahomde forão corenta ou simcoenta hom~es branquaos com os quaes forão mta parte dos indios desta vila e gastarão la dous anos e não são chegados ainda e os que chegarão trazerão mt^o gemtio [...] mtas pesas [...] com as quaes podia fazer benefisiar o dito engenho... (ACTAS DA CÂMARA, 1609, p. 235-236).

Com essa astuciosa argumentação, o conselho acidamente insinuou que pela quantidade de índios trazida do sertão, Quadros não devia solicitar peças ao capitão dos índios, mas – e isso foi dito abertamente – utilizar-se das não poucas que apresara nas matas da capitania. Claramente, percebe-se que os membros da câmara não se mostravam, de forma alguma, favoráveis aos queixumes e à solicitação de ajuda do chefe da entrada de 1606. Contudo, a ironia e a velada animosidade dos oficiais em relação ao visitante tomaria rapidamente ares mais desabridos, com o chamamento feito

ao capitão dos índios Antônio Roiz, oportunizando a ele que contrapusesse seu acusador frente-a-frente:

[...] foi chamado o capitão dos índios ãtº roiz e os ditos offisiaes lhe fizerão perguntas perante o dito dioguo de quadros se algũa vez lhe havia negado índios que por ele dioguo de quadros lhe fosse pedidos p^a serviso do dito engenho o qual respondeu até oje não avia deixado de dar índios ao dito dioguo de quadros nhũa vez [...] e que os moradores os mais deles ajudarão com pesas a trazer a cal com que o dito emgenho se fez de santos p^a estavila sem intereje nhú somte por servirem a sua magestade como he notorio... (ACTAS DA CÂMARA, 1609, p. 236).

As palavras de Antônio Roiz, como se percebe facilmente, foram diametralmente opostas às de Diogo de Quadros, configurando-se como a culminância de todo o antagonismo já demonstrado pelos oficiais da câmara ante o malfadado requerente. O capitão dos índios, além de afirmar peremptoriamente que nunca negara índios ao seu acusador, ainda acrescentou que vários moradores de Piratininga também colaboraram com ele, cedendo-lhe peças para transportar a cal – de Santos para o planalto – que seria usada para a construção de seu engenho. Desta forma, evidenciou-se que Quadros não apenas foi auxiliado no erguimento propriamente dito de sua construção, como também contou com um considerável contingente de escravos, que desceu e depois galgou de retorno as doze léguas abruptas da Serra do Mar, conduzindo fardos de cal às costas. Isso mais que bastou para os membros do conselho, antes já inarredavelmente contrários ao visitante que apercebeu-se, final e implacavelmente, impossibilitado de obter êxito em seu intento. Com o desfecho da sessão já próximo, o escrivão Simão Borges procedeu às formalidades de praxe, colhendo as assinaturas dos presentes, destarte tornando oficiais documentos como a ata da reunião e o próprio requerimento de Diogo de Quadros, ainda não assinado por ele. No entanto, o requerente recusou-se a assinar o documento que lhe cabia, abandonando o prédio da câmara bruscamente, visivelmente contrariado por ter ouvido palavras de admoestação relativas à entrada que fizera ao sertão, em 1606, quando haviam morrido muitos *bramquos* e índios. Além disso, Quadros ouviu dos presentes que sua expedição fora uma fraude, pois não tivera o objetivo de procurar metais – como havia sido claramente propalado –, mas sim o de ir atrás de índios:

[...] o dito capitão diº de quadros não quis asinar seu requerimto requerendolhe que o asinase foi pela porta fora por lhe tocarem em cousas de deserviso de sua magestade como foi a ida do sertão em que lhe matarão mtos homens bramquos e índios das aldeãs dizendo

que hião buscar mostras de metaes e forão a dar guera ao jemtio como he pco e notorio... (ACTAS DA CÂMARA, 1609, p. 237).

Essa conturbada sessão da câmara, realizada em fevereiro de 1609, demonstrou que o conselho piratiningano agiu com rigor diante do apresador Diogo de Quadros, diferentemente do governador geral Diogo Botelho, que mais de dois anos antes, agira com certa tolerância em relação ao mesmo homem – como já abordamos às páginas 138 e 139 –, expedindo contra ele uma inconvincente provisão, no exato momento em que sua expedição caçava índios no sertão.

Ao que parece, a acabrunhante reunião de 1609, não bastou para dar qualquer lição ao homem, que insatisfeito, fizera da porta da rua a serventia da casa, deixando atrás de si os membros do conselho, o capitão dos índios e o escrivão Simão Borges, este último com a pena na mão e um documento por assinar. Aproximando-se o final do ano de 1611, Diogo de Quadros novamente providenciava uma entrada do sertão. Fazia-o furtivamente, ocultando-se atrás da figura de Baltazar Gonçalves. A câmara, à princípio não sabia de seu envolvimento, tendo apenas o conhecimento de que não poucas pessoas se preparavam para partir:

[...] mt^a jemte vezinhos e mores desta vila branquos e negros hião ao sertão desta capt^a dizemdo que hião a descobrimtos ou a outra parte ou a deser gentio e que não sabião com que ordem e que não era bem que se fizesem cousas semelhantes sem ordem pelo mt^o que importava a esta tera... (ACTAS DA CÂMARA, 1611, p. 296).

Como se percebe, o próprio objetivo da entrada era obscuro. Não se sabia ao certo se a leva ia à descoberta de minerais valiosos ou à caça de índios. Cumpre rememorar que em 1606, um dos estratagemas de Diogo de Quadros foi o ludíbrio, posto que na ocasião sua expedição foi propalada como pesquisadora de *metaes*, como enfaticamente afirmaram os oficiais da câmara ao próprio provedor das minas, na polêmica sessão de 1609. Para que a expedição que estava sendo formada em 1611 fosse elucidada, os oficiais decidiram chamar o capitão da capitania de São Vicente à câmara paulistana, onde também, chamado oficialmente, foi ter Baltazar Gonçalves, apontado como o homem que ia ao sertão. Contudo, a reunião terminou de maneira estranha, tendo os oficiais e o capitão vicentino tomado por definitivas as palavras de Baltazar Gonçalves, após ele ter dito que estava prestes a partir por ordem do capitão das minas, Diogo de Quadros, visando realizar trabalhos relativos à mineração. O suposto mandante da empresa nem sequer foi chamado ao conselho, não tendo sido,

portanto, confirmada a veracidade da informação dada por Baltazar Gonçalves, que ainda foi aconselhado pelos oficiais a fazer o que lhe mandava o capitão Diogo de Quadros:

[...] todos acordarão mädasem chamar ao capitão desta capt^a gaspar conqr^o vt^o estar nesta vila e todos diserão que era bem mädado chamar p^a com seu pareser se determinar o que melhor fosse e lhe requeresem puzese de sua parte cobro niso ao qual forão chamar e sendo vimdo lhe fizerão o dito requerim^o e loguo acordarão que se mädase chamar a baltazar glz~ mor por se dizer que ele era o que fazia descobrim^o o qual foi chamado e sendo vimdo peräte o dito capitão e os ditos offisiais lhe foi perguntado pelo dito capitão que por que ordem hia ao sertão e a que hia o qual declarou que ele hia [...] com o alemão mineiro por ordem do capitão provedor das minas dioguo de quadros e que não hia com ele jemte nhũa mais o que vt^o pelo dito capitão e mais offisiais sua reposta diserão que em matéria de minas não se metião por não ser de sua juridsão que pois pelo capitão di^o de quadros lhe estava mädado que fizesse o que lhe mädava... (ACTAS DA CÂMARA, 1611, p. 296-297).

Não podemos deixar de mencionar que aqui, a estranheza parece ser, de fato, bastante perceptível. Ao ser mencionado o nome de Quadros, os homens que interrogavam ou inquiriam Gonçalves não apenas consideraram suas palavras verdadeiras, como também praticamente o aconselharam a ser obediente a seu chefe. Alegando que a *materia* das minas não estava dentro de sua *juridsão*, o capitão da capitania vicentina e os membros do conselho deram as perguntas por encerradas, sem nem mesmo, corroboremos, mencionar a possibilidade – que parecia ser a mais lógica – de chamar Quadros à câmara, visando interrogá-lo sobre o assunto... Provedor das minas, proprietário de engenho e homem de difícil trato, o capitão Diogo de Quadros foi deixado em paz, sem ter sido sequer abordado pelo conselho.

Entrementes, à larga do protagonismo dos apesadores mais conhecidos ou célebres, a azáfama sertaneja dos paulistas continuava. Observemos estes escritos da sessão de vereança de 07 de janeiro de 1612:

[...] por ser vimdo a sua notisia que avia pesoas que dizião ter provizois e poderes p^a poder sahir ao caminho do sertão a tomar indios que se dizia os moradores desião pelo que acordarão que tais pesoas que tais poderes e provizois tivese não uzassem deles com pena de sere castigadas sem prim^o os menifestarẽ nesta camara p^a verem se são justos e darlhes o comprim^o devido e disto mädarão se puzesse escritos no pelourinho e nas partes pubeas... (ACTAS DA CÂMARA, 1612, p. 306).

Os membros da câmara, aqui se preocupam com alguns moradores que teriam autorização documental para caçar índios no sertão, determinando pena de *castigo* para

aqueles, que detentores de qualquer provisão ou autorização, se pusessem em marcha sem antes reportar-se ao conselho municipal, colocando-o a par de sua partida e, principalmente, submetendo seus documentos de permissão ao crivo dos oficiais piratininganos, para criteriosa, minuciosa análise acerca de sua procedência e até mesmo pertinência. Informes escritos, contendo tais determinações, foram afixados no pelourinho e em outros lugares públicos, alertando os moradores acerca das conseqüências que recairiam sobre os transgressores. Parece que aqui pode ser constatada certa alternância na atitude ou postura da câmara... em setembro de 1611, Diogo de Quadros sequer foi consultado acerca de uma expedição que estava para sair de São Paulo, à seu modo, “com mta jemte [...] branquos e negros” (ACTAS DA CÂMARA, 1611, p. 296); já em janeiro de 1612, várias pessoas que teriam provisão para ir ao sertão, deviam sob pena de ser *castigadas* ir mostrá-la ao conselho da câmara para detida análise. Em termos simples e diretos: Quadros não foi chamado à câmara, mas os outros moradores que se aviavam para partir o foram, inclusive sendo disso informados por intermédio de informes formais – de teor rígido, como já vimos – afixados pela vila.

Episódios como esse mostram a vigilância exercida pela câmara, ora mordaz, ora mais amena e tolerante, porém, na maioria das vezes mantenedora das aparências, defensora das leis mejestáticas, que em tese, proibiam o apresamento. Episódios como esse demonstram ainda, de forma muito clara, que a mentalidade do antigo paulista girava em torno da figura do índio, do escravo natural da terra, do homem que realizava desde os mais simples aos mais complexos trabalhos braçais, tanto de interesse público quanto privado. O olhar do conselho, às vezes mais perscrutante e agudo, às vezes quase denotando miopia, contemplava o movimento dos paulistas, indo ao sertão e retornando dele... às vezes com grossas levas de índios, às vezes *descendo* pequenos grupos. Os próprios membros do conselho, quando a ocasião lhes era propícia ou favorável, engajavam-se nesse ir e vir, alistando-se geralmente em expedições não tão pequenas, organizadas por paulistas respeitáveis, proeminentes¹⁰⁴. À sombra desses apresadores de considerável projeção social, abrigavam-se outros moradores, expedicionários

¹⁰⁴ Exemplo disso ocorreu em 1602, na expedição de Nicolau Barreto, quando vários homens da câmara foram para o sertão. Já tendo analisado isso às páginas 130 e 131, diretamente com o auxílio das fontes primárias, verifiquemos o que escreveu Azevedo (1971, p. 17), na obra ufanisticamente intitulada *Manuel Preto: o herói do Guairá*: “Quase todos os oficiais da Câmara – Baltazar Gonçalves, vereador, Ascenso Ribeiro e Henrique da Cunha, juizes ordinários, e Jorge de Barros Fajardo, procurador do conselho – deixaram os seus cargos para alistar-se na tropa do capitão Nicolau Barreto. Tanto assim que a 8 de setembro de 1602 se realizavam eleições para a substituição dos ausentes”.

sertanejos que se lançavam ao apresamento eventualmente de maneira legal, escudados pelas provisões que concediam permissão formal aos aviadores das levas, no sentido de que pudessem penetrar os sertões vicentinos e de lá trazerem o tão almejado braço indígena. Bem mais corriqueiramente, ocorriam apresamentos miúdos, levados a cabo por boa parte dos moradores da vila, trazendo das matas pequenas quantidades de escravos. Isso parece estar suficientemente claro. Contudo, o que ora pretendemos pontuar, é que as atenções dos piratininganos quinhentistas e seiscentistas estavam voltadas, acentuadamente, para o negro da terra, o escravo índio, reiteradamente mencionado na documentação como o *remédio*, a solução para a situação de precariedade material reinante no planalto paulista. A discursividade dos moradores de Piratininga aponta, enfática e hirtamente, para uma espécie de necessidade imperiosa, que inarredavelmente, tornava indispensável a presença do escravo índio. O convencimento, ou pelo menos a propalação acerca dessa questão, permeava, indubitavelmente, a grande maioria da população da vila de São Paulo. Num ajuntamento realizado na câmara, em 10 de junho de 1612, explicitou-se, mais uma vez, esse pensar coletivo:

[...] sendo todos juntos com a maior parte do povo junto e homens da guovernãsa da tera e sendo todos juntos por o juiz jozepe de camarguo lhes foi dito a todo o povo junto que o dito ajuntamtº se lhes pedia porqtº a mais parte deste povo clamava dizemdo que herão homens pobres e que pª remedear suas nesesidades lhe era nesesario mtas vezes [...] pedir ao sūr gdor [...] imdios assim pª fazer seus mâtimos pª comer... (ACTAS DA CÂMARA, 1612, p. 313).

A ata desse ajuntamento foi assinada por sessenta e sete pessoas, *homens pobres* relatando que solicitavam índios ao governador, visando a possibilitar a manutenção de suas lavouras de subsistência. É fácil verificar que para os homens que tomaram parte nesse ajuntamento, dispor de índios era uma questão de pura sobrevivência. Essa ordem de idéias, ensejada pela configuração contextual de São Paulo, era, de certa forma, o dínamo, o fator motivador da constância que caracterizou a realização das entradas, mormente as de menor porte¹⁰⁵, que ocorriam de forma quase ininterrupta, bastante amiudada. Estes pequenos grupos apresadores, além de partirem de São Paulo com freqüência, não raro o faziam concomitantemente, deixando a vila

¹⁰⁵ As expedições de grande porte não eram organizadas a partir de uma situação de penúria extrema, já que seus chefes ou mandantes precisavam ter dinheiro para aviá-las. Diferentemente disso, as entradas menores eram organizadas com poucos recursos, agregando um número reduzido de expedicionários e visando *descer* um número não avultado de peças.

com um número perceptivelmente reduzido de moradores¹⁰⁶. Exemplo disso ocorreu no início de 1613, quando os oficiais, devido à situação de perigo de ataques indígenas – em decorrência da redução significativa do número de moradores –, decidiram permitir que as pessoas que transitassem pela vila portassem armas, visando à maior rapidez de reação a qualquer ataque nativo:

[...] nesta vila e seus termos ha jemtio que se pode alevãtar contra os brãquos como se offerese cada hora e já tem acontecido [...] acordarão que todos brãquos e negros poderão emtrar e sair com suas armas sem lhe serem impedidos p^a que desta man^a estejam mais prestes p^a o que se offereser... (ACTAS DA CÂMARA, 1613, p. 330).

Essas palavras foram escritas no dia 16 de fevereiro do já aludido ano, sendo que logo na próxima sessão, realizada a 02 de março, a preocupação com a segurança do povoado era novamente trazida à baila, calcada na considerável evasão de moradores. Os oficiais refletiam que “esta vila se despejava de pessoas foras o que era em perda do bem comũ” (ACTAS DA CÂMARA, 1613, p. 330).

Cumprе corroborar que nessa ocasião, nenhuma expedição de grande porte havia partido do planalto vicentino. A documentação nada registra acerca disso, sendo pertinente refletir, que caso um grande contingente apresador houvesse deixado a vila, certamente teria sido registrado em ata uma não pequena parlamentação sobre tal partida, devido à todas as implicações de ordem legal que envolviam qualquer empreitada de grande envergadura. Na verdade, quando da realização dessas avolumadas expedições, a câmara se ocupava do assunto em não apenas uma, mas em algumas sessões¹⁰⁷. Essa é uma recorrência bastante comum na documentação, decorrente da função de vigilância desempenhada pelo conselho. Porém, quando em fevereiro de 1613 foi permitido aos moradores transitar com armas pela vila – visando à reação pronta e imediata ante ataques indígenas – não foi feita nenhuma alusão ou menção anterior respeitante a qualquer tropa de consideráveis proporções, que pudesse estar se preparando para deixar o planalto. Acrescentemos ainda, que mesmo nas sessões em que foi discutida a questão da permissão de trânsito a homens armados em São Paulo (16/02/1613), bem como a menção acerca do *despejamento* da vila (02/03/1613), absolutamente nada foi registrado sobre qualquer grupo que já antes

¹⁰⁶ Não há dúvida acerca do *despovoamento* – maior ou menor – da vila, quando da partida de expedições desproporcionalmente grandes. No entanto, é assaz perceptível que, em diversas ocasiões, o número de moradores da vila baixava consideravelmente, por conta de expedições de menores dimensões que, eventualmente, partiam da vila em simultaneidade.

¹⁰⁷ Isso já ficou claro nas abordagens que fizemos das tropas de Nicolau Barreto e Diogo de Quadros.

houvesse partido, nesse caso estando, portanto, – quando dessas parlamentações – já em marcha pelo sertão. Em síntese, nem antes e nem durante o esvaziamento da vila, ocorreu qualquer comentário aludindo à alguma leva apresadora que possa ter absorvido tantos moradores, trazendo-os para suas fileiras. Muito provavelmente, como já dissemos, uma grande tropa seria comentada na câmara. Foi o apresamento miúdo, levado à cabo por vários grupos, que em 1613, provocou o despejamento dos moradores da vila para o sertão. A simultaneidade no que dizia respeito às marchas de tais grupos contribuiu, certamente, para que o planalto ficasse temporariamente bem menos povoado, preocupando sobremaneira os oficiais do conselho. Tanto, que dada a periclitância da situação ensejada pela evasão de moradores, a câmara decidiu fazer um pedido ao governador geral, no sentido de que ele não expedisse autorização de entrada a ninguém, além de também solicitar que ninguém mais fosse autorizado a levar índios para fora da capitania:

[...] requereo o dito procurador a eles ditos offisiais que se fizese requerim^o ao s^ur g^dor dom luis de sousa p^a que não desse lisesma a nh^ua pessoa p^a hir ao sertão nem desse lisesma p^a se poder levar pessas nem jemtio fora da capt^a era em mt^o perjuizo deste povo¹⁰⁸ ... (ACTAS DA CÂMARA, 1613, p. 331-332).

¹⁰⁸ Essa citação é sobremaneira elucidadora, pois desdobra-se em dois prismas, revelando, num primeiro momento, os oficiais solicitando ao governador que não concedesse, a ninguém, licença formal de ida ao sertão, demonstrando, na seqüência, um outro pedido, no sentido de que nenhum morador fosse autorizado a levar escravos para fora da capitania. É necessário aqui algum detimento, pois essa ata revela que *hir ao sertão e levar pessas fora da cpt^a* eram duas coisas distintas. É sabido – embora não tão detalhadamente abordado pela historiografia – que os paulistas não apenas usavam o índio como escravo, mas também o comercializavam como tal. Embora o apresamento visasse, em primeira instância, a suprir o planalto de mão-de-obra – e isso fica bem claro, tanto nas fontes primárias quanto na historiografia, - o tráfico de peças foi uma atividade que também ocorreu entre os paulistas. Geralmente, a história registra uma acentuação dessa comercialização de índios durante a invasão holandesa, de 1630 a 1654, quando o comércio de escravos africanos inviabilizou-se, deixando diversas capitanias numa situação de carência de mão-de-obra. O apontamento acerca dessa questão da intensificação de tal atividade, ao que parece, não apresenta incorreções. Contudo, o tráfico de índios ocorrido anteriormente em São Paulo é muito pouco mencionado. E ele acontecia já no século XVI, bem antes que o apresamento tomasse proporções acentuadamente maiores e mais predatórias. Ao percorrer a documentação quinhentista, é possível constatar claramente tal assertiva. No dia 15 de junho de 1591, a própria câmara obrigava os moradores a vender escravos maiores de catorze anos, que haviam sido recentemente apresados. Verifiquemos: “q~ toda a pesoa q~ tivese escravo macho trazido desta guerra dos topinaquis de catorze anos p^a riba dentro de vinte dias os venda p^a fora da tera sob pena de ser perdido tall escravo q~ se não vender dentro , no dito termo...” (ACTAS DA CÂMARA, 1591, p. 422). Esse trecho documental atesta, irrefragavelmente, o tráfico de índios no início do último decênio do século XVI. No entanto, o tom corriqueiro denotado na determinação oficial respeitante à venda das peças sugere, de forma significativa, contumácia anterior da população em relação a tal prática. A ausência do caráter de novidade parece perpassar as palavras registradas em junho de 1591, embora tal faceta indiciária não propicie segurança, de forma alguma, para que uma asserção peremptória possa ser feita no que concerne à existência do tráfico de índios já nos primeiros tempos de São Paulo – ou seja, as décadas de 1550 e 1560 – cumprindo ainda lembrar, que como vimos no primeiro capítulo deste estudo, a incipiente e germinal Piratininga vivia dias de apreensão, devido aos ataques nativos, então nada raros, postando os paulistas na defensiva. Entendemos que o efetivo tráfico de índios começou após a expedição de Jerônimo Leitão, partida do planalto em 1585, uma leva grande, autorizada oficialmente, que sem dúvida, contribuiu não pouco para que os

Torna-se não pouco curioso verificar, que se nessa ocasião era solicitada a uma alta autoridade a não expedição de autorização das entradas do sertão, objetivando a cessação do esvaziamento da vila, aproximadamente oito meses depois, registrava-se a insatisfação dos paulistas ante uma sindicância (devassa) que estava sendo feita, visando apurar prováveis irregularidades ou ilegalidades praticadas pelos integrantes de expedições, ou mesmo a realização destas sem a devida autorização ou provisão. Tal sindicância deveria, ao que parece, não ser uma iniciativa dissonante ou antagônica em relação às intencionalidades – expressas pela câmara – de cessação de provisões para a organização de expedições sertanistas. Pelo contrário, o pedido respeitante à não concessão de provisões – feito em junho de 1613 – estaria sendo, de maneira muito clara, respeitado e, de certa forma até mesmo corroborado, já que em qualquer investigação levada a cabo com o objetivo de elucidar, ou trazer à lume supostos crimes cometidos na órbita das expedições, caminharia no sentido de revelar, inclusive, a penetração de levas não autorizadas pelo interior dos sertões vicentinos, apontando os transgressores e finalmente tornando possível a punição dos mesmos. Porém, a câmara não se mostrou, de forma alguma, claramente cordata com a sindicância que estava sendo feita. Pelo contrário, o conselho registrou, em 05 de fevereiro de 1614, o descontentamento dos moradores por conta de tal *devassa* :

[...] requereo ho procurador aos officiaes da camara que este povo andava muito alvorçado e se queixavão [...] que o desembargador manonel jacome bravo devasara por cousas do sertão as quais eles estão livres por provizõis convem a saber do sôr dom frco de sousa e dom luis de sousa as quais amostrarão quando lhe forem pedidas ao que o dito procurador requeria a suas merçes da parte de ds e del Rey fosem fazer hũ requerimento ao sôr desembarguador que não fose com a devasa por diante porque se despejaria o povo, e que se despovoaria a tera e que por este respeito requeria a suas merçes fosem ter com o dito sôr desembarguador não va por diamte com a devasa ate avizarem a sua magestade e ao sôr gdor ... (ACTAS DA CÂMARA, 1614, p. 361-362).

moradores de Piratininga saíssem da defensividade e, por conseguinte, iniciassem a adensar o apresamento, ensejando, por sua vez, a comercialização da mão-de-obra apresada. Destarte, quando em 1591 a câmara determinou aos moradores que vendessem seus escravos acima de catorze anos, já há meia década tal comércio era costumeiro entre os paulistas, que levavam seus índios para vender não apenas fora de São Paulo, como também fora da capitania de São Vicente. Alguns autores sustentam que, muitos índios apresados no sertão vicentino tinham como destino as capitanias nordestinas, onde eram comprados pelos administradores dos muitos e prósperos engenhos que lá existiam. Derradeiramente, finalizando essa não tão pequena reflexão de rodapé, esclareçamos o significado das duas expressões que ensejaram predominantemente tal detença. *Hir ao sertão* significava, para os paulistas quinhentistas e seiscentistas, sair à caça de índios. Isso fica claríssimo, ao longo da documentação. Já a expressão *levar pessoas fora da capitania*, buscava, muito provavelmente, comunicar a idéia da venda de escravos para outras capitanias.

A constatação acerca da pouca disposição dos moradores, em relação à devassa do desembargador, é patente. Isso não é algo inesperado, já que o risco de ser incriminado não era algo nada desejável, principalmente por conta de uma atividade, que embora restringida por lei, era bastante corriqueira na vila de São Paulo. Interessante verificar, que os moradores afirmaram ter em seu poder *provizôis* que os declaravam *livres*, podendo exibi-las, caso necessário. Tais provisões teriam sido emitidas por Dom Francisco de Souza¹⁰⁹ e Dom Luis de Souza¹¹⁰. Contundentes como em outras ocasiões, os moradores de Piratininga ameaçavam abandonar (despejar) a vila caso a devassa do desembargador continuasse, ou seja, caso a sindicância que investigava as *cousas do sertão* não cessasse. Cumpre verificar, que para o esvaziamento da vila, também contribuiria a fuga ou evasão de sertanistas que haviam desautorizadamente ido ao sertão em tempos passados, burlando a lei vigente. Quando na ata se menciona o despejamento ou despovoamento da vila, é também à fuga dos sertanistas eventualmente incriminados que se faz alusão. Esse caso ora posto em análise revela certa dubiedade da câmara, que em não poucas oportunidades anteriores apregoara rigidez inflexível para quem transgredisse a lei, indo ao sertão desprovido de autorização. Os desdobramentos da documentação sugerem que essa devassa iniciada

¹⁰⁹ Dom Francisco de Souza foi um importante incentivador das entradas sertanistas. A razão desse comportamento é facilmente compreensível, já que recebera da coroa a promessa de ser nobiliarquicamente titulado como Marquês das minas de São Vicente. Destarte, o ânimo de Dom Francisco no que dizia respeito à descoberta metalífera tinha motivações particulares. Seu apoio às entradas, largamente mencionado na historiografia obedecia, portanto, aos seus anseios individuais de obtenção de riqueza e prestígio. Nesse sentido, sua tendência ao devassamento do sertão impeliu-o a recorrer a determinados procedimentos que lhe estavam à mão, como expedir provisões que protegiam os colonos que cometiam crimes nas entradas, ou mesmo emitir documentos que *descriminalizavam* os organizadores ou participantes de expedições não autorizadas. Governador Geral do Brasil por duas vezes, Dom Francisco de Souza morreu em 1611, imerso na pobreza. Na obra *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, Franco (1989, p. 399) dedica quatro páginas à abordagem desse personagem colonial, escrevendo sobre sua morte e lembrando as palavras de um dos mais célebres cronistas dos primeiros tempos do Brasil: “Frei Vicente do Salvador, anotava, entristecidamente, que perecera duma epidemia em São Paulo e tão pobre que se não fora a piedade dum teatino, nem uma vela teria na sua agonia”. Tendo morrido Dom Francisco no ano de 1611, evidencia-se que as provisões que os paulistas afirmavam ter em 1614 – expedidas por ele – já tinham, no mínimo três anos. Nossa intenção aqui foi evidenciar, simplesmente, que Dom Francisco já estava morto quando os paulistas fizeram alusões às provisões por ele concedidas. Ao fazer tal exercício, julgamos pertinente trazer a lume algumas informações pontuais sobre Dom Francisco de Souza, dada a recorrência com que a historiografia do bandeirismo menciona seu nome, enquanto incentivador do devassamento sertanejo. Derradeiramente cumpre mencionar, que desejando o achamento do ouro, o governador geral do Brasil foi, de certa forma, ludibriado pelos próprios sertanistas que incentivara. Escrevendo sobre uma viagem de Francisco de Souza a Portugal, após ter intensamente se dedicado a favorecer o encontro de ouro no interior, observou Franco (1989, p. 401): “Após a partida desse fidalgo, os paulistas continuaram incessantemente a devassa dos sertões. Homens no entanto de objetividade prática, haviam relegado para plano inferior a quimera aurífera de seu grande orientador e firmavam-se no lucro imediato da caça ao índio”.

¹¹⁰ Filho de Dom Francisco de Souza, que passou a exercer o cargo antes ocupado pelo pai, tomando posse de suas atribuições a 12 de junho de 1611 (ACTAS DA CÂMARA, 1611, p. 291-292).

pelo desembargador Manoel Jacome Bravo não foi à frente, uma vez que os paulistas propunham enfaticamente a parada de tal sindicância, até que o governador e o próprio rei fossem colocados a par do assunto. Nas atas posteriores à 05 de fevereiro de 1614, nem mais uma palavra alude a essa ação investigativa, indício de que os paulistas foram exitosos em seu intento. É mesmo muito provável que isso tenha ocorrido, pois os piratininganos silenciaram completamente, coisa que não acontecia com frequência quando estavam excessivamente contrariados¹¹¹. Ciosos de sua principal atividade – o sertanismo –, os paulistas se tornavam ferrenhos defensores de seus interesses específicos, quando estes eram, de alguma forma, cerceados ou ameaçados, mesmo que por meio de vias legais. Contudo, apesar dessa contumaz ciosidade, traduzida na postura inarredável acerca do granjeio de seus interesses, os paulistas, por vezes, assistiam à ações governamentais cuja inevitabilidade era impossível. Exemplo disso ocorreu em 13 de março de 1616, quando Paulo da Rocha – homem que acumulava as funções de capitão e ouvidor da capitania – foi destituído de sua dupla função por ordem do governador geral Gaspar de Souza, pelo fato de ter autorizado, por sua própria conta, várias expedições ao sertão, contrariando o regimento formal que lhe havia sido passado. Verifiquemos:

Gaspar de souza do conselho de sua magde seu gentilhomem da boca gdor e capitam geral deste hestado do brazil e faso saber aos que hesta minha provizam virem q~ eu encareguei a paulo da rocha de siqueira no seu de capitam e ouvidor da capitania de sam vte [...] por entender de sua pesoa q~ ho serveria como convinha ao serviso de sua magde e bem daq~ella capta e porquanto hora sou imformado q~ o ditto capitam procedia contra ho regimento e ordês que lhe dei mandando, fazer emtradas ao sertam e dando guerra ao gentio contra o q~ s. mde manda [...] tendo eu mandado proheibir por provizam minha particular [...] convẽ proverẽse de novo os ditos cargos em pesoa q~ os sirva como cumpre ao serviso de ds e de s. mde... (ACTAS DA CÂMARA, 1616, p. 378-379).

¹¹¹ As Atas da Câmara revelam um comportamento intransigente e insistente por parte dos paulistas. A demanda junto ao governador Jerônimo Leitão (em 1585), para que um grande apresamento fosse feito, é apenas um dos inúmeros exemplos a esse respeito. É curioso observar que tal comportamento aparece ou se torna mais evidente, mormente nas ocasiões em que o assunto trata das entradas do sertão, ou seja, a caça ao índio. Em 1585, expedia-se um longo requerimento ao capitão Leitão para que fosse autorizada uma grande expedição apresadora. O tom deste documento, como ficou claro às páginas 111 e 112, era insistente e sobretudo ameaçador, pois caso o capitão não atendesse a vontade dos requerentes, estes abandonariam a vila de São Paulo. Já em 1614, ora em pauta, pretendia-se que uma investigação – já em curso – acerca das entradas parasse de imediato. A pressão exercida pelos paulistas colocou o desembargador Jacome Bravo – promotor da devassa – numa situação não pouco incômoda, já que foi mencionada a possibilidade de envio de um informe ao rei, abrindo a perspectiva de admoestações ou punições severas ao homem, que talvez sem autorização régia, iniciara uma sindicância à respeito das atividades sertanistas dos moradores de São Paulo.

A quebra da hierarquia por parte de Paulo Rocha custou-lhe dois importantes e respeitáveis cargos. Tal quebra se deu, como vimos, por ele ter mandado *fazer entradas ao sertão*, contrariando o governador geral Gaspar de Souza, que no mesmo dia, já registrava a provisão que empossava seu substituto:

[...] pella satisfação que tenho de baltezar de seixas rebelo do procedimento bom que se ouve em outros cargos de que o encarguei hei por bem e serviso do dito sñor de o prover na serventia dos ditos cargos de capitam e ouvidor da dita capitania sem embargo da provizam que pasei ao dito paulo da rocha de siqueira q~ por esta presente hei por derogada emquanto eu ho ouver por bê e s. mde nam mandar o contrario... (ACTAS DA CÂMARA, 1616, p. 379).

Como vemos, um homem foi demitido por ordenar que algumas entradas fossem feitas e, imediatamente um outro foi empossado em seu lugar.

Contudo, o recém-empossado foi autorizado, através de uma provisão de *descimento*, a ir ao sertão em busca do gentio. Constatemos:

[...] baltezar de seixas q~ hora com provisão minha ir servir de capitam e ouvidor da capta de sam vte [...] seria de mto efeito deserse de pas¹¹² hũa aldeã do gentio do sertão [...] fasais decer a dita aldeã de pas... (ACTAS DA CÂMARA, 1616, p. 380).

Arguto, Gaspar de Souza demitiu um homem que desabridamente o desautorizara, pondo em seu lugar um outro de sua confiança, porém, sabedor de que a atividade sertanista de préia era algo inextirpavelmente ligado ao viver paulistano, não apenas autorizou, como também aconselhou, logo de início, a organização de uma entrada, visando ao descimento do gentio. Agindo assim, o governador geral evitou ser desrespeitado ou novamente desobedecido, uma vez que as entradas continuariam, de qualquer forma, a trilhar o sertão, irradiadas de Piratininga, independentemente das determinações de qualquer lei, fossem elas oriundas da justiça secular (comum) ou *echesiástica* (eclesiástica). Por serem simultâneas e operarem no mesmo contexto, as ações do clero e dos membros do judiciário – contra o apresamento e o tráfico de escravos nativos – às vezes geravam atritos ou discordâncias entre seus agentes. Exemplo disso ocorreu em 23 de março de 1619.

¹¹² Aqui o governador geral expressa a hipocrisia reinante na colônia em relação aos indígenas, hipocrisia que era disseminada até pelas leis. O apresamento oriundo da guerra justa, exemplar expressão dessa hipocrisia, estava, em termos conceituais, nada distante da idéia de descimento pacífico, usada eufemisticamente pelo governador geral, ao dar provisão de descimento ao seu novo pupilo, Baltazar de Seixas.

[...] o sñr doutor e desembargador antão de mesquita oliveira e ordenou e mandou o seguinte – primeiramẽ que tivese particollar cuidado de acudir pela jurdição de sua magestade e particollarmẽ nas excomunhões [...] echesiasticas com que de ordinario nesta capitania os vigairos da vara e mais justicas achesiasticas se enfremetião a proceder contra os moradores per venderẽ indios [...] e fazerẽ entradas ao sertão a deser jentio perque inda que he hũa cousa e outra sejião tam reprovadas per leis de sua magestade contudo não hera cousa em que as justiças echesiásticas se podesẽ entremeter per pertencer o castigo dos ditos crimes somente as justiças seculares... (ACTAS DA CÂMARA, 1619, p. 407).

Contrariado, o desembargador Antão de Mesquita foi à câmara, visando a criticar os padres que excomungavam sertanistas, por suas atividades de apresamento e comércio de índios. Para o magistrado, a excomunhão provinda dos religiosos era uma intromissão, um intrometimento do clero na alçada dos homens do judiciário. Nesse momento, cumpre refletir que fazer entradas de préia e vender ou escravizar *peças*, eram atividades que na prática, estavam sujeitas aos rigores dos representantes do clero e do judiciário. Essas duas forças, nada insignificantes, atuavam paralelamente, ambas buscando coibir as atividades em pauta, lembrando ainda que a própria câmara de São Paulo, embora tivesse sertanistas em seu conselho, devia manter as aparências, demonstrando rigorosidade nessas questões, principalmente quando da realização de entradas não autorizadas formalmente, como já tivemos oportunidade de verificar nesse trabalho. Mesmo assim, a despeito de toda essa vigilância – na verdade não pouco hipócrita –, a caça ao índio não parava de ser praticada pelos sertanistas. Tanto que no dia 13 de setembro de 1619, mais uma vez o fluxo de homens para o sertão era registrado:

[...] os hofisiais da câmara nesta casa do conselho lhe acordarão a escrever hũa carta ao sñr capitão gonsalo correa de sa em como se despejava a terra p^a o sertão e fazerlhe a saber se vão sem sua lisêsa ou não e mãodarão acostar aqui a carta... (ACTAS DA CÂMARA, 1619, p. 414-415).

Deliberou-se enviar uma carta ao capitão da capitania de São Vicente, avisando-o do *despejamento* da vila para o sertão e perguntando a ele se havia dado licença para tal penetração. A carta, escrita pelo escrivão Domingos Cordeiro – substituto de Antônio Roiz, então no sertão –, apresenta-se excessivamente fragmentada, mercê da deterioração causada pelo tempo. Contudo, é possível compreender, de forma clara, a essência do que se pretendia comunicar ao capitão Gonçalo Correa de Sá. Observemos, na íntegra, o que restou de inteligível dessa missiva, escrita em 14 de setembro de 1619:

Em catorse deste presente mes vindo a esta villa a nos ajuntarmos . . . he famam despejarse esta villa como de feito se despeja he vai partindo a gente pelo que nos pareceu asertado avizar vosa merce se oferese carta gde ds a vosa merce eu domingos cordeiro escrivão da camara di anno pasado o escrevi em ausencia do escrivão da camara deste presente anno (ACTAS DA CÂMARA, 1619, p. 415).

Como pode ser verificado, no despontar da primavera de 1619, a vila mais uma vez esvaziava-se bastante. Isso, no entanto, não era uma novidade. Pelo contrário, como já parece ter ficado claro, essa era uma ocorrência não rara. O esvaziamento da vila acontecia quando uma grande expedição partia, levando consigo considerável número de pessoas, ou ainda, quando vários grupos não tão grandes partiam em simultaneidade. Essa última possibilidade parece ter ocorrido no final da segunda década dos seiscentos, uma vez que, na documentação não é mencionado o nome de alguém que liderasse uma numerosa tropa, ou que estivesse aviando para uma jornada específica. A soma ou sobreposição de iniciativas dispersas, muito provavelmente causou o despejamento de 1619. Tal abandono coletivo da vila ocorreria outras vezes durante o século XVII, ensejado ora por pequenas expedições concomitantes, ora por tropas de grande porte. Com o aumento significativo do apresamento, ocorrido nos anos seiscentistas, recrudesceram também os atritos que sempre haviam caracterizado as relações entre os colonos planaltinos e os religiosos da Companhia de Jesus.

Há pouco, à página 158, constatamos que um desembargador expressou sua contrariedade perante o conselho da câmara, no que dizia respeito às excomunhões impostas pelos padres, devido ao apresamento e ao tráfico de índios escravos, atividades ilegais e passíveis de punição, porém da alçada da justiça real, não da competência dos religiosos, que não deviam se *entrometer* onde não lhes era dada a prerrogativa de punição dos *ditos crimes*.

Se um desembargador incomodava-se com a atitude contumazmente invasiva dos padres, muito mais descontentes ficavam os colonos pelo mesmo motivo, pois eram eles quem sofriam as excomunhões, além de mordazes e altivas admoestações, relativas à escravização e ao comércio de índios descidos do sertão. Os padres configuravam um empecilho, um estorvo para os paulistas, no que dizia respeito à obtenção do *remédio para a pobreza da terra*. Não que os religiosos lograssem literalmente impedir o apresamento. Isso não ocorria. Porém, os padres constituíam uma das expressões ou instâncias da empresa colonial, e não das menos respeitáveis, já que a catequização

contribuía para a imposição ou hegemonização cultural que se pretendia implantar na colônia. O antagonismo entre jesuítas e moradores foi evoluindo ao longo dos anos, constituindo-se um processo cuja culminância foi a expulsão dos padres do planalto, em 1640. Doravante, abordaremos a evolução desse processo, elemento fulcral para que qualquer compreensão acerca do sertanismo seiscentista seja sequer arremedada.

2.3. Colonos e jesuítas: incompatibilidades inconciliáveis

Ser excomungado era algo obviamente indesejável para os colonos, pois conspurcava, enodoava a reputação de um homem, privando-o dos sacramentos católicos e até mesmo contribuindo para impedi-lo no que concernia ao exercício de cargos públicos. A excomunhão, instrumento não poucas vezes utilizado pelos padres contra sertanistas caçadores de índios, configurou-se como importante elemento acirrador das inconciliáveis diferenças existentes entre inacianos e moradores. Às vezes, os padres providenciavam excomunhões coletivas, dirigidas a vários moradores, atingindo-os de uma só vez. Tais atos eram publicados formalmente. Verifiquemos esse trecho dos registros parlamentares de 26 de abril de 1609:

[...] fo dito e requerido nos ditos offisiaes que oje dia mes e ano asima declarado fora publicada hũa escomunhão dizemdo que avião por escomũgados todos aqueles que forão ao sertão e erão vimdos dele... (ACTAS DA CÂMARA, 1609, p. 243).

Com a continuidade do apresamento, as excomunhões se tornaram comuns, atingindo um número cada vez maior de moradores e tornando os loiolistas cada vez mais impopulares, malquistos. Essa indisposição em relação aos padres não estava restrita ao âmbito dos paulistas que praticavam o sertanismo, sendo verificada também entre agentes da justiça colonial, como foi o caso do desembargador Antão de Mesquita¹¹³, que em 1619 registrou sua opinião publicamente acerca dos jesuítas, considerando-os intrometidos, por pretender punir – inadequadamente, através das excomunhões – os transgressores da lei de sua majestade, extrapolando a esfera religiosa e invadindo uma alçada que não lhes era própria.

¹¹³ Já analisado à página 158.

Paulatinamente, as excomunhões que de *ordinário*¹¹⁴ eram dirigidas aos preadores de índios, metamorfosearam-se em instrumentos de coação ou coerção, utilizados impositivamente pelos padres contra os moradores, visando a garantir o controle e posse de não poucas glebas do planalto para a Companhia de Jesus. Em 22 de maio de 1632, registrou-se essas palavras:

[...] em camara apareseo, manael joão branquo procurador dos índios de marueri e como so donos nas teras de jorge moreira e bem assim manael pires e dioguo tavares e antonio da silveira os quaes em seu nome e em nome dos mais visinhos e moradores das teras de quaraqapuba e loguo por ele foi dito que eles estavam de pose avia muitos anos nas ditas teras lavrando e aproveitandoas por cartas de datas e compras e por lisensas de quẽ há pode dar pagando o disimo a deos e acudindo a todas as mais obriguasois e ora era vindo a sua notisia que [...] guaspar de britto dos padres da comp^ªos queria a todos escomungar porque lavrarão nas ditas teras disendo os ditos padres que erão suas sendo que hũas são dos ditos moradores e as outras dos índios de que manael joão branquo era defensor sem seren sitados diente da justisa ordinaria o que parese mais forsa e violensia que justisa pelo que requeirão a eles ditos ofisiaes da câmara pela obriguasão que tem de acudir ao bem comũ e defensão da juridisão real lhes acudisem este cauzo e os emparase como vasalos del rei e filhos e netos de povoadores... (ACTAS DA CÂMARA, 1632, p.122).

Diante da pressão exercida pelos jesuítas, os moradores compareceram à câmara, cobrando providências dos oficiais, no sentido de conter as ameaças de excomunhão e evitar a perda de terras já há muito cultivadas por eles. Verifiquemos que entre os colonos encontrava-se Manoel João Branco, procurador dos índios de Barueri (Marueri), cognominado na ata, como *defensor* dos nativos em pauta. Revelou-se também, nesse documento da edilidade, que parte das terras cobiçadas pelos inacinaos eram cultivadas pelos indígenas de Barueri (daí a presença de Manoel Branco à câmara). Desta forma, constata-se mais uma vez, que os jesuítas não estavam mais se indispondo apenas com os apresadores – há pouco vimos o caso do desembargador – mas também, neste caso, com os colonos de maneira geral, alcançando ainda, com sua pesporrência, os índios, cujas terras cobiçavam não com pouca avidez. Frisemos também, que juntamente com Manoel Branco, foram à câmara outros moradores, cujas propriedades estavam sendo reclamadas pelos jesuítas, sob pena de ordem ou natureza eclesiástica, invadindo a alçada da *justiça ordinária*. As ameaças de excomunhão foram entendidas pelos aviltados como *forsa e violênsia* e não *justisa*. Em síntese, os

¹¹⁴ Expressão usada pelo desembargador Mesquita em relação ao caráter quase corriqueiro que permeava as excomunhões dirigidas aos apresadores de índios.

representantes da Companhia de Jesus foram percebendo, pouco a pouco e de forma inarredável, um recrudescimento da resistência ante seus desígnios. Os membros dessa resistência apelavam à câmara paulistana, instância oficial que não mantinha, de forma alguma, uma relação necessariamente amistosa com os padres, ensejando o robustecimento de uma situação em que os moradores comuns e o poder político de Piratininga amalgamavam-se, enrijando o antagonismo aos inacianos. No entanto, a contumácia parecia caracterizar a conduta dos religiosos. Verifiquemos parte dos registros da Ata de 18 de junho de 1633:

[...] pelo procurador do conselho foi dito que lhes requeria a eles ditos ofisiaes da camara pusesem cobro nas teras da cuty e caraquapuiba porquoanto os reverendos padres da companhia querião usurpar as teras e não consentião que lavrasem os moradores de que se perdia muito aos dizimos de sua magde... (ACTAS DA CÂMARA, 1633, p. 171).

Desta vez, chegou à câmara uma reclamação mais contundente. Não se falou de padres ávidos de terras, ameaçando alguém com privações sacramentais. Não se falou de sacerdotes propugnadores de admoestações, a palrar os vaticínios sombrios decorrentes da excomunhão. Os registros simplesmente acusam os jesuítas de tentar usurpar as terras de Cotia (Cuty) e Carapicuíba (Caraquapuiba). Arvorando-se como proprietários, os padres pretenderam proibir que os moradores cultivassem tais glebas. Isso causou uma reação indignada desses colonos, que cobravam da câmara uma atitude em relação a tais abusos, utilizando uma argumentação convincente, calcada na impossibilidade de pagar os impostos (dízimos) devidos ao rei, caso o impedimento ao plantio se estendesse por muito tempo.

Noutros termos, os moradores alegavam que os padres estavam impedindo-os de honrar seus compromissos de súditos da coroa portuguesa, ou seja, estavam contribuindo para que o exercício da lealdade vassálica dos paulistas sofresse ação deletéria. Numa só frase, os colonos buscaram promover o entendimento de que os jesuítas obravam contra o rei, além de obviamente prejudicar, seriamente, aqueles que necessitavam das terras de Cotia e Carapicuíba para subsistir.

Não demoraria muito para que os padres novamente ocupassem a pauta de vereança. Na ata de 20 de agosto de 1633, foi registrado:

[...] que mandasem eles ditos ofisiaes da camara fixar quoarteis nos luguares pubriquos pera que de segunda fr^a por diente que são vinte e dous deste mes todos os moradores desta vila e mais estantes e abitantes com seus negros não a aldeã de marui ajudar a defender a

jurdição real porquanto, os padres da companhia queirão usurpar...
(ACTAS DA CÂMARA, 1633, p. 172-173).

Desta feita, segundo os colonos, a aldeia de Barueri estava sendo objeto da sanha usurpadora dos padres. Em virtude disso, foi proposta a afixação de informes (quarteis) públicos em alguns lugares, conclamando todos os moradores de São Paulo – acompanhados de seus escravos – a um ajuntamento, visando a ir à Barueri para *defender a jurdição real que os padres querem usurpar*.

Novamente, os jesuítas foram adjetivados não necessariamente como homens que trabalhavam para os interesses da coroa, posto que eram usurpadores de sua *jurdição*. Já os colonos que os adjetivaram, prestavam-se a impedir que tal usurpação ocorresse. Unidos, os paulistas agiriam como leais defensores do rei.

No mesmo dia, foi pedida à câmara a expulsão dos jesuítas das aldeias ao redor da vila de São Paulo. Para tanto, os moradores alegaram que a permanência dos religiosos nas aldeias aludidas era ilegal, contrária a certa lei majestática:

[...] pelo procurador do conselho foi dito e requerido aos ofisiaes da camara que nesta camara estava hũ termo feito e asinado pelo povo pelo coal cõtava requerer o povo que no dito termo estava asinado botasem fora das aldeãs os religiosos da companhia de Jesus por nelas estarem contra a lei de sua magde pasada na era de seis sentos e onze... (ACTAS DA CÂMARA, 1633, p. 172).

Pretendendo afirmar que os inacianos estavam fora da lei, os colonos evocaram uma lei majestática, emitida em 1611. Porém, tal evocação foi feita de maneira capciosa, turvando ou confundindo a compreensão acerca da lei em pauta, distorcendo-a para que a situação dos padres periclitasse ainda mais. Vejamos que na ata foi escrito que era contra a lei real os jesuítas *nelas estarem*, ou seja, estar nas aldeias – segundo os colonos – era aos inacianos proibido por lei... e como eles *nelas estavam*, eram naturalmente criminosos. Na verdade, estar nas aldeias não era vedado aos padres. Administrá-las sim, era a eles proibido. Estudiosa da legislação colonial, Perrone-Moisés (1998, p. 119) escreveu:

Da administração das aldeias são inicialmente encarregados os jesuítas, responsáveis, portanto, não apenas pela catequese (“governo espiritual”) como também pela organização das aldeias e repartição dos trabalhadores indígenas pelos serviços, tanto da aldeia, quanto para moradores e para a Coroa (“governo temporal”). A Lei de 1611 mantém a jurisdição espiritual dos jesuítas, estabelecendo, porém, a criação de um capitão de aldeia, morador, encarregado do governo temporal.

Como se percebe, a lei de 1611 não proibia que os jesuítas *estivessem* ou transitassem pelas aldeias, diferentemente do que afirmaram os colonos paulistas, em agosto de 1633. Em 1611 houve uma restrição das funções antes exercidas pelos padres, ficando eles incumbidos, desde então, apenas das questões espirituais nas aldeias. Com a criação do cargo de capitão de aldeia, todos os outros serviços alheios à alçada ou esfera espiritual, saíram das mãos dos padres, indo para o controle dos moradores, já que era, via de regra, a um deles atribuída tal função. Ao considerar isso, verifica-se que embora os colonos tenham pretendido distorcer os ditames da lei de 1611 – ao promover o entendimento de que os inacianos não podiam estar nas aldeias –, houve, ao que parece, atitudes de franco abuso da parte dos jesuítas, uma vez que ao pretender interferir nas questões relativas ao controle ou cultivo de terras, os religiosos em questão extrapolaram os limites de suas funções, adentrando as raias de ação do governo *temporal* e, por conseguinte, nesse sentido – e não pelo simples fato de *estar* nas aldeias, como queriam os colonos – infringiram a lei de 1611.

Essa nova intromissão dos padres em questões que formalmente não lhes diziam respeito, acabou por espicaçar a intolerância daqueles que já lhes eram contrários, contribuindo ainda para que outros moradores, até então não beligerantes, aderissem à acirrada empreitada coletiva, que dali em diante, cuidaria para que a Companhia de Jesus jamais agisse tão livremente como outrora. Lembremos que a ata que trouxe à baila essa ação, foi redigida em de 20 de agosto de 1633. Já no dia seguinte, teve início uma série de medidas contra os padres:

[...] foi mandado a mi escrivão da camara em como eles ditos ofisiaes da camara e ouvidor desta capitania asistirão na aldeã de maruí por serviso de sua magde pêra se dar comprimento a sua leis e fasendo perguntas aos padres da companhia lhes declarasem por que modo e ordem estavam na dita aldeã responderão que estão de pose dela e por ordem do seus provinsial e porquoanto era contra a juridisão real de sua magde e contra sua lei pelo que eles ditos ofisiaes em comprimento da dita lei e defensão da jurdisão real de sua magde querem saber os moradores que são deste pareser e defensores da lei e jurdisão de sua magde e guoardadores de suas leis perao que poserão quarteis e mandarão ajuntar este povo por assim requerer o procurador do conselho sebastião ramos de medeiros e pera cõstar se lhe leo a todos este termo pera os que assim fosem deste pareser o asinasem... (ACTAS DA CÂMARA, 1633, p. 174).

Como se percebe, três ações seqüenciais foram levadas a cabo. Primeiramente, o ouvidor da capitania e o escrivão da câmara foram em diligência a Barueri, lá

constatando que os padres haviam tomado posse da aldeia, por ordem de seu superior eclesiástico – o provincial da Companhia de Jesus –, num ato contrário a *jurdição real*, já que extrapolara os domínios do governo espiritual, adentrando os limites do temporal, desta forma transgredindo – não em tese, mas comprovadamente – a já comentada lei de 1611. Depois da ida à aldeia, imediatamente os homens da diligência se dirigiram à câmara, onde o povo já estava reunido, pois haviam sido publicados *quoarteis*. Nesse ajuntamento, foi feita uma grande manobra da câmara contra os padres, uma vez que foi evocada, em público, a defesa da jurisdição real, com grande loquacidade, sendo indagado aos presentes quais deles eram *defensores da lei e jurdição de sua magde*. Todos os que acenaram favoravelmente, foram convidados a assinar o documento do qual extraímos nossa última citação, o qual foi nomeado *termo que mandarão fazer os ofisiaes da camara*. Como ficou muito claro, esse documento foi um franco libelo anti-jesuítico. A leitura de seu conteúdo em voz alta, perante uma significativa agregação humana, é um claro indicativo acerca da dimensão da rejeição aos jesuítas, naquele momento. A receptividade ao convite para que se assinasse o *termo* não foi, de forma alguma insignificante, já que 65 (sessenta e cinco) pessoas tomaram a pena, apoiando e ratificando a iniciativa da câmara municipal. Dentre os que assinaram o documento, estavam sertanistas e homens influentes na vila, tais como: Amador Bueno, Nicolau Barreto, Antônio Raposo Tavares, Fernão Dias e Baltasar Gonçalves. Ir à aldeia, ajuntar o povo na câmara e redigir um documento contundente contra os jesuítas ... três ações num só dia, que demonstram a disposição da câmara contra os padres.

Já na próxima sessão da câmara, realizada sete dias depois, novos comentários eram feitos acerca dos padres, desta feita afirmando que os mesmos estavam fazendo algo imperdoável, sob o ponto de vista dos paulistas, além de fora-da-lei:

[...] requereo [...] o [...] procurador do conselho em como estava enformado que os padres da companhia levavão fora da aldeia índios fora da aldeã e capitania e [...] pelo que lhe requeria acabase dar comprimtº a lei de sua magde e os botasem fora da aldeã... (ACTAS DA CÂMARA, 1633, p. 176).

Levar índios para fora de São Paulo era algo não pouco desejável. A câmara, inclusive, já havia discutido várias vezes o assunto – independentemente dos jesuítas – concluindo consensualmente pela afixação formal de penalizações para os transgressores. A saída de índios do planalto significava a evasão da força de trabalho dos paulistas. Os padres, portanto, ao levar para fora da capitania algo tão precioso, afrontaram diretamente não apenas o conselho – devido à transgressão da lei –, como

também os moradores em geral, pois o índio era, em grande medida, a cobiçadíssima mão-de-obra dos piratininganos, muitas vezes arduamente buscada em paragens distantes. Escravizado no planalto ou comercializado em outros lugares, o índio era um bem material entendido como necessário, figurando no rol patrimonial de incontáveis testamentos da época, juntamente com ferramentas, roupas ou louças.

Imbuídos da idéia fixa de expulsar os jesuítas de Barueri, os paulistas continuaram a deliberar sobre o assunto. Na sessão de 03 de setembro de 1633, registrava-se:

[...] requeria mais ele dito procurador que fosse a aldea de sua magde acabar de dar execução a lei de sua magde o que visto pelos ditos ofisiaes da camara diserão que acudirião a jurdisão de sua magde... (ACTAS DA CÂMARA, 1633, p. 177).

Notemos que aqui, mais uma vez, foi reforçada a idéia de defesa da lei real. Também em 17 de setembro do mesmo ano, registrava-se:

[...] da camara da parte de sua magde que fossem a aldea de marui acabar de dar comprimtº da lei por quoanto os padres da companhia se tinhão apoderado da dita aldea de marui... (ACTAS DA CÂMARA, 1633, p. 178).

Finalmente, os oficiais acabaram conseguindo tirar os padres da aldeia de Barueri (Marui), inclusive fechando provisoriamente a igreja que lá existia. Isso ocorreu ainda em setembro, pois, em 1º de outubro comentava-se:

[...] a higreja da aldea de marui que eles ditos ofisiaes da camara por serviso de sua magde tinhão fechado... (ACTAS DA CÂMARA, 1633, p. 183).

Muitos dos embates envolvendo moradores e jesuítas ainda estava por acontecer. A intromissão na lei real através da excomunhão – assim entendida e bastante propalada pelos paulistas – ocorreria novamente, acirrando ainda mais os ânimos já exaltados pelo nada recente antagonismo. Na sessão de 15 de junho de 1634, ao comentar questões relativas à venda de escravos pelos moradores, os oficiais mencionaram “[...] As escumunhões que são postas pelo prelado o doutor lourenso de mendonsa...” (ACTAS DA CÂMARA, 1634, p. 219). Cumpre aqui verificar uma importante mudança na conduta dos jesuítas, já que anteriormente, a desabrida contumácia faria com que qualquer padre excomungasse os moradores. As ações contínuas de recalcitrância e resistência dos paulistas, levadas a cabo até então – e já abordadas nesse texto –, contribuíram para arrefecer, pelo menos em parte, a dogmática altivez jesuítica, já que as excomunhões por iniciativa dos padres diminuíram significativamente, restringindo-

se à cúpula da Companhia no planalto, ou seja, o prelado. Contrariados com tal superior eclesiástico, os paulistas fizeram um ajuntamento na câmara, onde se fizeram presentes os membros do conselho e diversos representantes do povo:

Aos quatro dias do mes de marso de mil e seis sentos e trinta e sinquo anos nesta vila de são paulo nas casas do conselho desta vila onde se fas vereasão se juntarão aly os ofisiaes da camara pera tratarem do bem comu e sendo aly mandarão juntar os bons omes da repubriqua e sendo juntos em camara com a mor parte do povo loguo se tratou em camara de como o prelado lourenso de mendonsa tratava de se entremeter na jurdisão real de sua magde sobre a venda e compra de pesas do gentio [...] que a tal jurdisão pertensia meramte a sua magde pelo que mandava o juis ordinario defendese a jurdisão de sua magde... (ACTAS DA CÂMARA, 1635, p. 244-245).

Adjetivado como intrometido, devido à sua postura e às suas ações em relação ao comércio de índios escravos, o prelado Lourenço de Mendonça foi bastante comentado nesse ajuntamento, cumprindo lembrar que tal agregação foi realizada com o fim específico de discutir a reprovável conduta deste dignatário eclesiástico, dadas as suas implicações contrárias à lei de sua majestade. Mais uma vez, o principal argumento dos moradores era o de invasão da jurisdição real – área de ação da justiça temporal – por um jesuíta que deveria naturalmente, manter-se dentro de sua alçada de atuação, o governo espiritual.

No mesmo ajuntamento, foi proposto que emissários da câmara fossem ao prelado com a lei em mãos, lendo-a em voz alta perante ele:

[...] procurador e povo conformandose con os ditos capitolos da coreisão mandarão que eu tabalião e o tabalião calixto da mota fosemos a casa do dito prelado e lhe lesemos o dito capitulo de coreisão pera que se não entremetese em materia de venda nem compra de pesas do gentio por ser jurdisão de sua magde... (ACTAS DA CÂMARA, 1635, p. 245).

Ler os trechos da lei – *capitulos da coreisão* – que tratam dos limites estabelecidos entre a atuação dos governos temporal e espiritual, deixando claro ao religioso sua conduta extrapolante e, principalmente, adverti-lo no sentido de que não mais se intrometesse na questão do comércio de escravos índios, ponto fulcral das desavenças entre jesuítas e moradores. Essa era apenas uma parte das atribuições dos tabeliães diante do eclesiástico, pois “fazendo o contrário o dito prelado protestavão de defender a dita real jurdisão” (ACTAS DA CÂMARA, 1635, p. 245). Essas palavras continham uma clara mensagem, expressando ao prelado a certeza de sérias represálias,

caso ocorressem novas intromissões relativas ao comércio de peças. Postando-se como defensores da lei real, os paulistas, através de seus emissários, garantiam veementemente (*protestavão*) que tomariam providências, caso houvesse reincidência na intromissão ou extrapolação já aludida. Em palavras simples, entende-se que os moradores diziam ao prelado para se colocar em seu devido lugar. E isso não era tudo, pois, acrescida à derradeira corroboração acerca dos limites jurisdicionais, foi também feita uma observação a respeito da conduta do religioso no púlpito. Pretendia-se que o religioso “se não entremeteria na jurdisão de sua magde e que alen diso não preguase o sermão que fisera [...] na hygreja matris desta vila” (ACTAS DA CÂMARA, 1635, p. 245). Como é facilmente perceptível, os *bons omes* presentes ao ajuntamento estavam pretendendo cercear as palavras do prelado quando no exercício de seu ofício na igreja, durante a missa. Certamente, tal pretensão cerceadora foi estimulada pelo sermão feito anteriormente, cujo teor fora contrário ao apresamento, reprovando-o, condenando-o. O ajuntamento na câmara e a ida ao prelado, revelam bem as relações tumultuosas envolvendo o conselho, (junto com os moradores e representando-os) e religiosos. Importante corroborar, que àquela altura, o próprio trabalho de pregação dos padres estava sendo vigiado.

Repleta de antagonismos, a turbulenta relação entre religiosos e moradores prosseguia na vila de São Paulo.

Em 20 de novembro de 1638, os oficiais da câmara bateram à porta de outro eclesiástico, alertando-o para que não mais se intrometesse na jurisdição real, questionando o descimento de índios do sertão:

[...] oje eles ditos ofisiaes da camara forão em pessoa a porta do padre vigairo com alguns omês bons do povo a [...] fazer hũ requerimtº ao pe vigairo manoel nunes se metia na jurdisão real e a queria usurpar na visita que ia fazer pelo que lhe requererão da parte de sua magde hũa e muitas vezes não se intrometese por modo algũ que era usurpar jurdisão real querendo visitar¹¹⁵ sobre vindas de índios [...] entrados do sertão por real jurdisão de sua magde... (ACTAS DA CÂMARA, 1638, p. 409).

Ao que parece, os paulistas queriam afastar qualquer possibilidade de questionamento acerca do apresamento, pretendendo mesmo erradicar, eliminar, suprimir tal comportamento entre os membros do clero. No entanto, tal empreitada revestia-se, reiteradamente, de finalidades entendidas como bem mais nobres, como por

¹¹⁵ Aqui o termo visitar significa indagar, investigar, questionar. Essa palavra é utilizada outras vezes nas atas, com o mesmo sentido.

exemplo, o exercício da mais leal vassalagem ao rei, pois “a tensão deles ditos ofisiaes não era mais que gardase em tudo o serviso de deus e de sua magde” (ACTAS DA CÂMARA, 1638, p. 409). Da mesma forma que havia sido feito com o prelado Mendonça, a lei real foi lida em voz alta para o vigário Manoel Nunes, com a diferença de que deste último foi exigida a apresentação da provisão ou documento que o autorizasse, formalmente, a fazer qualquer inquirição a respeito do apresamento de índios. Diante disso, a reação do religioso foi peremptória:

[...] ho dito pe vigario disera que não teria mostrar suas provizões nem poder que tivese a eles ofisiaes da camara batendo como pe no chão diante dos ofisiaes da camara e povo¹¹⁶ falando em altas vozes pelo acordarão eles ofisiaes que de tudo se fiseze este auto pera a todo tempo costar da verdade... (ACTAS DA CÂMARA, 1638, p. 409).

A recusa do religioso em apresentar os documentos dele exigidos, ensejou a escrita do *auto* que registrou tal veemente atitude, inclusive relatando detalhes acerca dos gritos e até do gestual ou expressividade corporal do recalcitrante, visando, claramente, a caracterizar uma situação em que a resistência à lei real evidenciou-se, de forma indubitável. Corroborando todo o teor anterior do documento, afirmou-se ter sido feita uma notificação ao padre Nunes, alertando-o para não mais extrapolar os limites de suas funções:

[...] mi escrivão da camara e perante ho tam calixto da mota e eu tam e escrivão da camara por mandado dos ofisiaes notefiquei ao pe vigrº se não metese na jurdisão del rei... (ACTAS DA CÂMARA, 1638, p. 410).

Como se percebe, os fiéis defensores da jurisdição real, leais vassalos de sua magde não podiam, de forma alguma, deixar de agir contra aqueles que desrespeitavam qualquer ditame das leis reais... Os paulistas agiam como se, de fato, o que os movesse fosse pura e simplesmente, a fidelidade ao rei! Postavam-se como defensores da jurisdição real, porém, curiosamente, não agiam tão ostensivamente ante outros *transgressores*, que não aqueles que se opunham à caça e ao tráfico de índios, no caso os religiosos.

¹¹⁶ Alguns homens do povo acompanhavam os oficiais nessa empreitada. A leitura desse documento dá a idéia de um ajuntamento feito na câmara, pois anteriormente foi registrado que “o povo que presente estava clamou se defendese a dita jurdisão” (ACTAS DA CÂMARA, 1638, p.409). Contudo, cumpre informar, que exceto cinco oficiais do conselho, apenas um morador do povo – Paulo do Amaral – assinou o registro dos autos do dia. Isso geralmente não acontecia quando eram realizados ajuntamentos para tratar de assuntos considerados importantes. Pelo contrário, nessas ocasiões uma considerável quantidade de pessoas assinava os registros das deliberações.

A dois de julho de 1640, os paulistas decidiram expulsar os padres jesuítas da vila de São Paulo de Piratininga, procurando dar término a uma longa série de desavenças que se estendera por muitos anos. Um termo de notificação foi feito ao superior dos inacianos, instando-o a reunir seus pares e partir do planalto paulista em menos de uma semana. Essa era a vontade do povo, desta feita reunido em considerável ajuntamento na câmara municipal:

[...] eu escrivão da câmara a requerimto do povo e câmara toda junta a dita noteficação ao reverendo pe reitor nicollaho botelho que dentro em seis dias despejasem esta villa e se recolhesem ao collejio do rio de janro p^a seguransa de suas vidas onrras e fazendas... (ACTAS DA CÂMARA, 1640, p. 25).

Assinado por 131 pessoas, esse documento é, de certa forma, um tanto evasivo, pois determina claramente a saída dos padres da vila, porém apoiando-se numa argumentação vaga, que incluía a própria segurança dos padres ante a iminência de um ataque gentílico e “em outras mtas couzas rezoins que darão a sua magde e a seus ministros ou a quem de drto pertenser” (ACTAS DA CÂMARA, 1640, p. 25).

Em tese, os jesuítas estavam sendo expulsos de São Paulo, porém, não teriam, por ora, a oportunidade de conhecer a alegação acerca dos motivos todos que se acercaram dessa iniciativa do povo e da câmara municipal. Tais motivos seriam comunicados ao próprio rei ou a seus enviados, caso necessário. Essa atitude dos paulistas encerrava não pouca altivez, pois mandava embora da vila um grupo de homens não pouco necessário aos objetivos coloniais, não fornecendo a eles maiores esclarecimentos acerca das motivações de tal iniciativa oficial. Se o teor mais profundo de tais motivações não aparece no documento em pauta, ocorre exatamente o oposto, no que concerne à ênfase dada ao *despejamento* dos inacianos de Piratininga. Verifiquemos:

[...] requeremos aos reverendos puzesen en ordem as suas couzas e se recolhesen ao collejio do rio de janro dezocupando esta villa e capetania pera o que lhe daremos toda ajuda e favor dentro do dito termos alleas protestamos não encorer ensensuras ou excomunhão algũa dezordem sera culpa emputada a vosas reverensias por sua contumacia... (ACTAS DA CÂMARA, 1640, p. 26).

Além de corroborar a retirada dos padres conforme os termos anteriormente explicitados, os paulistas ainda os alertavam a não excomungá-los ou censurá-los, pois caso ocorresse alguma conturbação (dezordem), a culpa seria a eles – os religiosos – imputada. Parece que aqui podemos lobrigar ou entrever uma ameaça velada, pois em

caso de censuras ou excomunhões, não seria de todo esdrúxulo que os censurados ou excomungados tivessem uma reação não tão tolerante ou pacífica, mas perturbadora da ordem, desencadeadora da *dezorden*.

Com a aproximação do fim do prazo dado para que os jesuítas deixassem o planalto, os moradores cobraram da câmara a execução do que ficara estabelecido no ajuntamento de 02 de julho, ou seja, que os padres deixassem São Paulo no máximo seis dias depois de 08 de julho:

[...] requereo o povo aos ditos ofisiaes desen a enxecusão a botada dos padres fora por seren acabados os seis dias que suas merses lhe avião dado a nosso requerimto o que lloguo os ditos ofisiaes derão a enxecusão seu requerimto mandandoos novamte noteficar cõ o mesmo povo junto dandolhes mais tres dias prerentorios pera se acabarem de aviar cuja deligencia fis eu escrivão da câmera desta dita villa e co o allcaide e meirinho della e lloguo acabante de fazer esta deligencia acudio o povo e requereo de novamte aos ditos ofisiaes da câmera não desen aos ditos padres mais tempo algũ... (ACTAS DA CÂMARA, 1640, p. 30).

Verifiquemos que ao ser cobrada pelo povo, no sentido de que fizesse cumprir a retirada dos padres, a câmara decidiu fazer nova notificação a eles, afixando um prolongamento de mais três dias ao prazo anteriormente estipulado. A diligência que levou a cabo tal notificação havia acabado de ser concluída, quando os moradores foram novamente aos oficiais, solicitando que não fosse concedida qualquer prorrogação à Companhia de Jesus. Porém, era tarde. Os jesuítas já haviam tomado conhecimento de que tinham mais um pequeno prazo para “se acabarem de aviar” (ACTAS DA CÂMARA, 1640, p. 30). O prazo prorrogado venceu e ninguém se retirou da vila. No mesmo dia, um número considerável de moradores acorreu à câmara, onde se redigiu um requerimento que foi assinado por 59 (cinquenta e nove) pessoas. Averiguemos as palavras que traduzem o teor desse documento:

[...] pareseo mta parte do povo e bẽ asi o dito precurador do conselho requerendo aos ditos ofisiais da camera cõ clamor e mta estansia mtas vezes da parte de sua magde q~ p^a bẽ desta villa pas e quietasão della e bẽ comũ desẽ a enxecusão o detreminado [...] despedindo os rdos pes da comp^a de jesu desta villa pella resoins ja allegadas e outras q~ a sua magde [...] darião o q~ visto pellos ditos ofisiais da camera mandarão fossẽ noteficados os rdos pes da comp^a desta v^a terseira ves logo se fossẽ desta v^a p^a o q~ lhes asinavão dous dias prerentorios... (ACTAS DA CÂMARA, 1640, p. 31).

Nessa agregação de quase sessenta pessoas, mais uma vez foi enfatizada a pertinência irrevogável que envolvia a necessária saída dos padres da vila. Uma terceira

notificação foi feita aos religiosos, dando a eles ainda mais dois dias para que deixassem o planalto, para o bem, paz e quietação da vila. Saindo do prédio da câmara, as pessoas que compunham o ajuntamento – povo e oficiais – foram diretamente para o colégio da Companhia de Jesus, levar a nova notificação aos padres. Estava escrito nesse documento:

[...] a requerimto do povo que [...] estão asinados e de outros mtos que ficou por asinar sendo juntos todos a porta do collejo de santo inasio da companhia de Jesus desta villa de são paullo a requerimto do dito povo os ditos ofisiais da câmera mandarão noteficar ao Reverendo pe antº ferrera da companhia de Jesus por não estar o Reitor ficou elle em seu llugar a noteficação que lhe foi feita he a seguinte que a dita noteficação são tres que o povo tinha feito a suas reverensias pª que despejasen esta villa[...] e não no querendo fazer sem violensia protestavão de não emcorrer na excomunhão [...] nen en outras algũas sensuras por que os não lansavão fora por persuadisão do demonio ou odio ou maquerensa nẽ vingansa mais que somte por defenderen suas fazendas onrras e vidas e de suas molheres e filhos como tudo provarião largamte ante juis competente a coal fazda vida e onra doutra manra não podião defender a coal neteficação asin fes o tam dominguos da mota por mandado dos ditos ofisiais da câmera lendo pª isso hũ papel em que se continha o asima dito que os ditos ofisiais a requerimto do povo deu o coal em prezensa do dito padre foi lido em allta vos q~ o dito padre bem ouviu em prezensa de mim escrivão da câmera... (ACTAS DA CÂMARA, 1640, p. 33).

Não estando presente o reitor Nicolau Botelho, foi seu substituto Antônio Ferreira quem ouviu a leitura da notificação em voz alta, cientificando-se dos dois dias de que dispunham os inacianos para bater em retirada do planalto. Da boca do tabelião Domingos da Mota, o padre Ferreira ficou também ciente de que os moradores e oficiais da vila não *lançavam* os jesuítas fora por estarem sob persuasão (persuadisão) do demônio, tampouco o faziam movidos por sentimentos vis, como o ódio ou a vingança. À porta do mosteiro, rodeado pelos oficiais da câmara e por dezenas de moradores, o substituto do reitor ainda tomou ciência de que os homens que o abordavam – bem como muitos que estavam ausentes, porém de acordo com o ato que se desenrolava – queriam a partida dos padres para preservar sua honra e suas vidas, bem como as de suas esposas e filhos. Destarte, diante de tão nobres motivos, o padre Ferreira foi alertado para que contivesse seus subordinados religiosos, evitando que incorressem em excomunhões ou *sensuras* a homens de tão elevados sentimentos, que permitiam aos padres se *despejarem da villa sem violensia...* homens que não tinham outra maneira (*manra*) de defender *fazendas onrras e vidas...* Obstáculos indesejáveis entre apressadores

e presas, os jesuítas precisavam ir embora de São Paulo, pois atrapalhavam – às vezes mais, às vezes menos – a sanha escravocrata dos moradores.

Na iminência de expirar a prorrogação de dois dias, concedida como prazo máximo para a partida dos jesuítas, um outro ajuntamento foi feito na câmara municipal, desta feita envolvendo um número bastante expressivo de pessoas. Eis um trecho da ata dessa reunião:

Aos trese dias do mes de julho do ano de seis sentos e quarenta em câmera della estando os ofisiais da câmera juizes e vreadores estando ahi o precurador da villa de mogimerin villa de santa ana da cruz joão homen da costa e o precurador da villa de santa ana de parnaíba e cada hũ dos precuradores com sua gemte co mta estansia co o povo desta villa requererão que se dese a enxecusão o que da villa de são vte cabeça desta capetania viera determinado deitando fora desta villa os padres da companhia de Jesus pera paz e quietasão desta villa [...] pellas rezoins já aleguadas e por outras mais que darião a sua magde... (ACTAS DA CÂMARA, 1640, p. 35).

Está claro que junto com os moradores e oficiais de Piratininga, estavam procuradores das vilas de Mogi Mirim, Santana da Cruz e Santana de Parnaíba, todos acompanhados de várias outras pessoas também provenientes desses povoados¹¹⁷. Tais visitantes foram a São Paulo contribuir para que a expulsão dos jesuítas, já determinada formal e documentalmente, fosse de fato levada a cabo. Já alterado pela pendenga que até ali se arrastara, o ânimo dos paulistas ante os religiosos exacerbou-se ainda mais, posto que apoiado pelos agregados vindos de outros núcleos populacionais. Em clamor inarredável, irredutível e intransigente, o povaréu bradava pela partida dos inacianos:

[...] novamte tornarão a requerer com mta estansia e clamor o povo e precuradores das ditas vila nomeadas e visto pellos ofisiais da câmera o clamor e requermimto do povo todo mandarão se comprise e vto o requerimto do povo e a estansia forsa e violensia cõ que o fazião diserão os ditos ofisiais da camera que protestavão não encorerem em pena nen em sensuras algũas visto como não podião apaziguar nen aquietar o dito povo e loguo tornou o dito povo asima nomeado de novamte tornou a requerer se enxecutase o que tantas veses elle dito povo tinha requerido e que elle dito povo e precuradores davão disso conta a sua [...] magde do qual requerimto mandarão fazer este termo... (ACTAS DA CÂMARA, 1640, p. 35).

¹¹⁷ Importante afirmar que a campanha contra os padres não envolveu apenas a população do planalto paulista, embora seu núcleo germinal e mesmo principal seja atribuído à vila planáltica. A expulsão dos inacianos foi fruto de uma *junta* de *câmeras* feita e decretada em São Vicente, visando expulsar os religiosos não apenas do altiplano, mas despejá-los desta *villa e capetania*.

Sob o violento vociferar do povo, os oficiais ordenaram que fosse cumprida a retirada dos padres, orientando o escrivão a redigir o *termo* ora analisado, que foi assinado por 219 (duzentas e dezenove) pessoas¹¹⁸, grande participação popular para a época. Depois dessa enfática e numerosa manifestação, os jesuítas finalmente se foram de São Paulo. O apresamento, como sempre, continuou sendo praticado com constância pelos moradores do planalto de Piratininga. Com os jesuítas ou sem eles, era preciso *remediar* a pobreza. No entanto, a presença dos inacianos significara, durante muito tempo, a ameaça de excomunhões, ou mesmo censuras ou admoestações. Depois de junho de 1640, por treze anos os apresadores planaltinos não mais se preocupariam com isso, cumprindo mencionar que mesmo após o retorno dos padres ao planalto, muito do atrevimento ou *intrometimento* da Companhia nas questões temporais havia, perceptivelmente, arrefecido.

Durante os treze anos de ausência dos padres, bem como depois, as atividades de apresamento continuaram a ocorrer frequentemente entre os colonos paulistas, da mesma forma que ocorriam desde a segunda metade do século anterior, quando arrefecida a resistência indígena, paulatinamente sistematizou-se a escravidão no planalto, a despeito da legislação vigente. Queremos dizer com isso, que com a presença ou não dos padres na vila, a escravização dos negros da terra sempre aconteceu, ora em maior, ora em menor escala. No entanto, foi exatamente no período de ausência dos jesuítas que ocorreu uma das mais célebres expedições apresadoras do período colonial. Chefiada por Antonio Raposo Tavares, uma *leva* saiu de São Paulo em 1648, permanecendo em marcha no sertão até 1651, cumprindo um percurso de no mínimo dez mil quilômetros. Embora tendo cumprido um extenso percurso, essa expedição não foi um sucesso em termos de captura de peças. Bem mais conhecido que outros sertanistas já abordados nesse trabalho – como Afonso Sardinha, Gerônimo Leitão, Diogo de Quadros e Nicolau Barreto –, Raposo Tavares é considerado um ícone do bandeirismo, um personagem histórico avultado, engrandecido e heroicizado pela historiografia triunfalista... uma figura não apenas contida dentro dos domínios ou limites grandiloqüentes do discurso histórico, mas presente também nos domínios das lendas, dos mitos e até mesmo da produção poética épica. Para concluir este segundo capítulo, investigaremos esse personagem em todos os domínios ora aludidos,

¹¹⁸ Entre os que assinaram o *termo* estão Amador Bueno e o sertanista Fernão Dias.

confrontando as diferentes versões por eles – os domínios – ofertadas, com as Actas da Câmara Municipal de São Paulo.

2.4. Antônio Raposo Tavares: de delinqüente a herói

Dentre todos os sertanistas paulistas dos séculos XVI e XVII, Antônio Raposo Tavares foi o que mais se notabilizou, passando para a posteridade como o protagonista de uma saga épica, devido principalmente à famosa expedição que liderou na metade do século XVII, quando alcançou os mais remotos latíbulos¹¹⁹ do interior do continente, causando espanto ao padre Antônio Vieira. Aludindo ao assombro expressado por esse eminente religioso, escreveu Monteiro (2000, p. 07):

Em 1651, após uma longa marcha pelos sertões, alguns remanescentes da grande expedição do mestre-de-campo Antonio Raposo Tavares chegaram a Belém do Pará, tão castigados por doenças, fome e ataques de índios que, segundo Antonio Vieira, “os que restavam mais pareciam desenterrados que vivos”. No entanto, acrescentava o mesmo padre, a viagem “verdadeiramente foi uma das mais notáveis que até hoje se tem feito no mundo”: durante três anos e dois meses os integrantes da tropa haviam realizado um “grande rodeio” pelo interior do continente, embora nem mesmo soubessem por onde andavam. Perdidos na imensidão da América, só descobriram que haviam descido o grande rio Amazonas quando suas precárias e improvisadas embarcações alcançaram o entreposto militar do Gurupá, na foz do Xingu, sendo disto informados pelos estarecidos soldados do forte.

Também sobre essa expedição, escreveu Cortesão (1958, p. 400):

A maior e mais árdua de quantas expedições [...] se realizaram em toda a América, não só até sua data, mas ainda até aos começos do século XIX. Pondo de parte o trajeto andino e considerando apenas o percurso fluvial, do Tietê ao Paraguai, e daí por terra ao Guapaí, e, baixando por ele, o Mamoré, o Madeira e o Amazonas até Belém, esse vasto périplo mede 10.000 quilômetros [...] se lhe acrescentarmos a travessia do Chaco, as explorações desde os morros chiquitanos para oriente e os desvios e flutuações da grande aventura na regão andina, ela terá excedido, por certo e de muito, os 12.000 quilômetros.

¹¹⁹ Termo utilizado por Magalhães (1944), na obra *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, aludindo a lugares que de tão remotos, estão naturalmente ocultos.

Para que essa jornada fosse levada a cabo, a tropa de Raposo Tavares deixou São Paulo em agosto de 1648¹²⁰, tendo chegado à Gurupá em 1651, “com cinqüenta e nove brancos e alguns índios” (FRANCO, 1989, p. 416). Essa expedição foi adjetivada por Monteiro (2000, p. 81) como a “ambiciosa aventura empreendida por Antônio Raposo Tavares”. Representante dos mais conhecidos da historiografia crítica, sobre a mesma empreitada escreveu Monteiro (2000, p. 81):

[...] Raposo Tavares e seus companheiros, na maioria residentes em Santana de Parnaíba, procuravam, desta vez, investigando a possibilidades de assaltar as missões do Itatim, ao longo do rio Paraguai, reproduzir o êxito obtido nas invasões do Guairá. Apesar de rechaçado pelos jesuítas e seus índios, perseguido pelos irredutíveis paiaguá e molestado pelas enfermidades do sertão, Raposo Tavares seguiu viagem pelo Madeira até o Amazonas, chegando a Belém após vagar por três anos na floresta. Outros da expedição, não querendo se arriscar a paragens tão longínquas, voltaram para São Paulo diretamente do Itatim...

Não obtendo no Itatim os resultados na dimensão que perspectivara, Raposo Tavares continuou sua áspera marcha rumo às mais recônditas paragens do sertão, conduzindo seus homens ao âmago da América, enquanto muitos integrantes de seu contingente faziam exatamente o contrário, retornando à vila de Piratininga. Certamente, não foi nada fácil o aprofundamento do avanço primeiramente a oeste, depois ao norte e finalmente a leste. Variadas paisagens e configurações topográficas foram perlustradas, desde que o altiplano paulista foi deixado para trás: pradarias, zonas montanhosas, matarias densas, áreas pedregosas, pântanos, desfiladeiros. Inumeráveis cursos d’água foram vadeados ou singrados, desde os mais caudalosos ou encachoeirados rios até os mais amenos e tranqüilos regatos. Depois do esgotamento dos víveres, no coração da natureza selvagem, a expedição sobreviveu da caça e da coleta de frutos agrestes¹²¹. É certo que para as práticas venatórias, após o esgotamento da pólvora e do chumbo, restaram apenas as armas nativas – especialmente o arco e a flecha – e as armadilhas, restringindo a eficácia no que dizia respeito ao abate de animais de maior porte, como antas, cervos e queixadas. A indisponibilidade do uso de

¹²⁰ Essa expedição, segundo Franco (1989, p. 415): “comportava cerca de duzentos brancos e mamelucos e mais de mil índios”.

¹²¹ Nos lugares desprovidos de caça, ou quando do insucesso no abater animais usualmente consumidos, os bandeirantes se submetiam a uma dieta singular, ingerindo ratos, sapos, vermes de taquara, formigas, grelos de samambaia e raízes diversas. As informações sobre essa alimentação dos sertanistas se encontram em: Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*, 1972, p. 321; Machado, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*, 1929, p. 238 e Volpato, Luiza. *Entradas e Bandeiras*, 1985, p. 68.

arcabuzes ou mosquetes, trazia ainda consigo a facilitação da concretização de uma temida possibilidade, relacionada com o aumento da vulnerabilidade aos ataques de felinos de grande porte¹²², abundantes nas matarias do Brasil colonial, especialmente na rota da expedição em pauta, que depois de atingir o Itatim (atual estado de Mato Grosso do Sul), seguiu rumo ao Chaco (porção paraguaia do pantanal matogrossense), ascendendo aos sopés andinos, no Peru, e convergindo para oriente, atingindo a floresta amazônica e penetrando-a profundamente, avançando à pé descalço por espessos emaranhados arbóreos e singrando rios nada mesquinhos – Guaporé, Mamoré e Madeira –, até descer pelo Amazonas, flutuando em canoas tosca e precariamente construídas, finalmente chegando à Gurupá, fortaleza erguida nos confins da selva setentrional, debruçada à margem do grande caudal.

Na obra *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*, Franco (1989, p. 415) dedica sete páginas ao verbete concernente a Raposo Tavares, afirmando que na “tropa que se embrenhou, por um sertão desconhecido, deu grande fome e maior peste”. Discorrendo sobre alguns dos desnor-teios sofridos pelo contingente paulista na selva amazônica, um ano antes da chegada à Gurupá, bem como aludindo à Vieira para mencionar as diversas tribos da rota da expedição, escreveu Franco (1989, p. 415-416):

Encontraram então um rio, muito caudaloso e avistando uma ave, que tomaram por gaivota, entenderam achar-se perto do mar. Resolveram assim fabricar canoas e demandar as costas do Brasil. Logo em começo, o rio desapareceu entre juncais. Foram necessários três dias para encontrarem novamente o leito navegável. Passaram para aí as canoas, a força de braços. Embarcados de novo, animaram-se vendo golfinhos do Amazonas que cuidaram ser botos do mar. Após oito dias de viagem deram na madre do rio e andaram sem saber por onde, durante onze meses a fio, até que, aportados à fortaleza do gurupá, em 1651, vieram então a saber que haviam descido o Amazonas. Durante toda a viagem tiraram os paulistas apenas cerca de trintas dias para refazerem as canoas. Foram numerosas as aldeias de selvagens que encontraram nesse percurso, uma das quais com cerca de trezentos

¹²² Dentre os felinos que profusamente habitavam as matas coloniais, os de maior porte eram a onça-pintada (*panthera onça*) e a onça parda, também chamada suçuarana ou puma (*felis concolor/puma concolor*). A onça pintada é uma predadora carnívora de grandes proporções, pesando de 150 a 200 quilos e alcançando 2,5 (dois metros e meio) de comprimento (inclusive a cauda). Ataca antas, veados, queixadas, capivaras, macacos e tamanduás. São muitos os casos documentados de ataques deste felídeo ao homem, principalmente em seu habitat natural, pois “nas florestas quentes e úmidas [...] a onça pintada é o mais temível dos predadores carnívoros [...] é feroz e forte [...] é ágil, silenciosa e paciente; trepa em árvores, nada, mergulha, salta e corre. Tem sentidos muito aguçados. E além de tudo, o pêlo malhado disfarça-lhe a presença, confundindo-a com o ambiente” (Coleção Os Bichos, p. 375). Já o puma ou suçuarana é um predador menos perigoso, mas não inofensivo. Habita grandes extensões das Américas do Sul e do Norte, tendo sido responsável por vários ataques ao homem, embora seja um animal que ao se defrontar com seres humanos, na maioria das vezes opte pela esquiua.

ranchos. O padre Antônio Vieira faz o cálculo de terem atravessado por entre cento e cinquenta mil índios.

Em mais de três anos no sertão, a expedição marchou e navegou, cumprindo um percurso de dez a doze mil quilômetros. Nessa extensa jornada, Raposo Tavares e seus comandados foram atacados por índios – especialmente os da tribo paiaguá –, acometidos por doenças, predados por feras, assolados pela fome, atormentados pelo desnordeio e extenuados pela intensa atividade corporal diária. Ao vencer tudo isso, Raposo Tavares teria sofrido grandes mudanças físicas, retornando à “vila de São Paulo tão disfigurado, que a própria família o desconheceu, vindo a falecer, poucos anos após, em 1656” (FRANCO, 1989, p. 416).

Sobre isso, também Monteiro (2000, p. 81) asseverou:

[...] o Raposo Tavares que regressou a São Paulo era um homem acabado [...] de acordo com alguns, tão desfigurado que seus próprios parentes não o conheceram.

Taunay (1951, p. 100), dezenas de anos antes, já escrevia sobre a volta do chefe bandeirante ao povoado planáltico, afirmando: “tão desfigurado chegou à sua casa, conta-se, que nem parentes nem amigos o reconheceram...” Em tempos ainda mais afastados, na segunda edição da obra *Expansão Geográfica do Brasil Colonial* – cuja primeira edição foi publicada em 1915, mas apresentada antes, em 1914, no I Congresso de História Nacional, no Rio de Janeiro¹²³ –, Magalhães (1944, p. 169-170) escrevia que Raposo Tavares chegou a São Paulo “tão desfigurado, que a sua própria família o desconheceu”.

É constatável que a transfiguração ou desfiguração física sofrida por Raposo Tavares é corroborada por diversos autores, como Franco (1989), Monteiro (2000), Taunay (1951) e Magalhães (1944).

O percurso desproporcional levado a cabo por Raposo Tavares, bem como as significativas dificuldades vencidas ao longo de três anos nas mais ínvias brenhas do continente, contribuíram, de maneira bastante evidente, para que o nome desse sertanista se empertigasse, não apenas assumindo uma vultosidade sem igual nos fastos bandeirantistas, mas também adentrando os domínios superlativos das lendas. Não é pouco conhecida a narrativa que assevera ter Raposo Tavares atravessado a inóspita Cordilheira dos Andes, atingindo as praias do Oceano Pacífico, levando a cabo,

¹²³ Informações colhidas no Prefácio da 3ª edição da obra *Expansão Geográfica do Brasil Colonial* (1944).

literalmente, a travessia do continente sul-americano, de leste a oeste. Basílio de Magalhães analisa a produção de alguns autores que defenderam tal versão da jornada em questão, como Piza o fez, no volume IV da revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo:

Partiu Antônio Raposo de São Paulo em 1648, por caminho que os cronistas não mencionam; em 1649, estava êle em território de Mato-Grosso, onde encontrou várias aldeias de índios catequizados pelos jesuítas espanhóis, vindos do Paraguai. Estas aldeias estavam algumas no planalto da serra de Maracajú, entre as cabeceiras dos rios Nhanduí e Pardo, afluentes do Paraná e do Caí, afluente do Mbotetê; outras estavam no vale do Mbotetê; outras ainda no vale do rio Paraguai, pouco abaixo da barra do Mbotetê; foram todas, *Cruz-de-Botanos* (aliás, *Bolaños*), *Xeres*, *Itutin*, *Nossa-Senhora-da-Fé* e outras, destruídas pelo dito Antônio Raposo, que depois seguiu dali para a Bolívia e Peru, onde deu combate aos espanhóis; atravessando os Andes e lavando as mãos nas águas do pacífico, voltou pelo Amazonas (PIZA *apud* MAGALHÃES, 1944, p. 169).

Além de Piza, Magalhães aborda ainda Oliveira, que na obra *Quadro Histórico da Província de São Paulo*, escreveu sobre Raposo Tavares:

[...] levando 60 homens e alguns índios, atravessou o Brasil de sudoeste a noroeste; escalando os Andes, chega ao Peru, penetra este país, entra nas águas do Pacífico com a espada levantada, dizendo que avassalava terra e mar pelo seu rei, é por vezes compelido a recontros e combates, com os espanhóis, levando-os sempre de vencida. Deixa o antigo império dos Incas, e, dirigindo-se para o Amazonas, navega êste rio em jangadas, abandonando-se à sua correnteza, desembarca em Gurupá e ali foi generosamente acolhido pelo povo, que se assombra de tamanha audácia do paulista (OLIVEIRA *apud* MAGALHÃES, 1944, p. 170).

É indubitavelmente um primor de representação heroicizante a imagem do bandeirante impávido, que de espada desembainhada ergue-a para o alto desafiadoramente, proclamando a posse do domínio português, afirmando avassalar – imperar em; dominar¹²⁴ - a impassibilidade de dois incomensuráveis elementos da natureza: mar (água) e terra. Torna-se claro que nessa construção vocabular de Oliveira, o sertanista paulista, ao atingir o litoral do Oceano Pacífico, já avassalara o elemento terra, posto que transpassara a América de leste a oeste. Restava agora dominar o elemento mar (água). Daí seu gesto intrépido de levantar a espada e adentrar altaneiro o Oceano Pacífico, avassalando-o também, da mesma forma que fizera com as terras do continente. Nessa vasta empresa avassaladora, Oliveira menciona ainda os combates

¹²⁴ Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, 2ª ed. revista e ampliada.

com os espanhóis, todos levados *de vencida* por Raposo Tavares, que depois de tudo isso, ainda desceu o Amazonas em jangadas, sendo *acolhido pelo* povo de Gurupá, que ficou estupefato ante a enormidade da jornada cumprida. Ora, Gurupá era um entreposto militar cravado no meio da selva amazônica, contando com um contingente militar de poucas dezenas de homens. Portanto, parece ser exagero afirmar que alguém ali teria sido acolhido pelo povo, pois essa palavra significa *aglomeração de gente, multidão*¹²⁵. Existem implicações contrárias também a respeito das vitórias fáceis contra os espanhóis, pois Monteiro (2000, p. 81) assevera ter sido Raposo Tavares “rechaçado pelos jesuítas e seus índios”. Isso ocorreu nos domínios da coroa espanhola, já que o ataque às missões deu-se no Itatim, atual Mato Grosso do Sul, portanto a oeste da linha de Tordesilhas. As adjetivações superlativas aplicadas a Raposo Tavares na historiografia, fizeram dele o *maior bandeirante*, como o chamou Cortesão (1958). Esse personagem heróico transpôs os limites da historiografia apologética – que o heroicizara –, adentrando as raias da poesia épica, domínio narrativo que ressalta sobremaneira os feitos grandiosos ou epopéicos. Em 1962, Carlos Alberto Nunes publicou, pela Editora Melhoramentos, a obra *Os Brasileidas: Epopéia Nacional*, denso volume de 314 (trezentas e catorze) páginas, que narra a *saga* de Raposo Tavares, em nove cantos e um epílogo. Autor respeitado especialmente em São Paulo, onde era membro da Academia Paulista de Letras, Nunes construiu uma trajetória em boa parte voltada para a poesia épica, tendo anteriormente traduzido, para o nosso vernáculo, clássicos da poesia heróica grega, como a *Ilíada* e a *Odisséia*, ambas as obras também publicadas pela Melhoramentos¹²⁶. Na apresentação de *Os Brasileidas*, lê-se:

São Paulo devia à literatura brasileira um poema épico em que fôsse exaltada a figura do bandeirante máximo, Antônio Raposo Tavares, e o movimento de expansão das Bandeiras, de que resultou a conquista e a delimitação final do território brasileiro. E ei-lo agora impresso. Já é lugar comum dizer-se que o assunto das Bandeiras possui matéria épica. “Difícilmente se encontrará outro em nossas crônicas”, escreveu João Ribeiro, “onde a realidade e o maravilhoso quase se confundem, e onde a grandeza das ações toca às vezes ao sublime”. Não menos entusiasta é a linguagem de Affonso de E. Taunay nas palavras introdutórias ao seu magnífico “Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas”, quando se refere à figura de Raposo e ao que êle representa no movimento expansionista da formação da nacionalidade. E, em página divulgada em antologia, o escritor Plínio Salgado, reclama a criação de uma

¹²⁵ Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.

¹²⁶ A Editora Melhoramentos publicou várias obras sobre o bandeirismo, entre elas *História das Bandeiras Paulistas*, de Taunay, condensação em três tomos de sua obra máxima, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, lançada em onze grandes volumes.

epopéia que tivesse Raposo como figura principal. Foi essa tarefa que se impôs o acadêmico paulista Carlos Alberto Nunes.

Antes do início do poema propriamente dito, afora esses dizeres que constam na apresentação feita pelo editor, a obra traz também um *Ensaio sobre a poesia épica*, de autoria do próprio acadêmico paulista, onde constam observações que só poderiam ser feitas por um aficionado dos domínios do épico, do heróico:

[...] a visão de conjunto de nossa formação histórica e da expansão e conquista do território nacional, em que se reflete o heroísmo de um povo em marcha para a pátria do futuro, só poderá ser apresentada numa epopéia guerreira (NUNES, 1962, p. 15).

Aqui, Nunes parte do pressuposto de que a história da expansão geográfica brasileira é perpassada de heroísmo. O sentido patriótico de tal expansão é sugerido através da idéia de avanço rumo à pátria do porvir, construída pelos feitos de um povo guerreiro. Cumpre frisar que Nunes fazia observações a respeito da história brasileira num ensaio sobre poesia épica, portanto ainda não dando vazão à *pena*, como faria no poema propriamente dito.

Ainda no aludido ensaio, tecendo considerações concernentes à significativa área palmilhada pelos paulistas na colônia, descrevendo uma miríade de distintas configurações topográficas vencidas à pé, bem como mencionando a navegação e o vadear de rios levados a cabo por esses andejes, Nunes afirma que tudo isso foi feito “sem outro norte além da ambição de riquezas e do sentimento de uma pátria comum que importava engrandecer” (NUNES, 1962, p. 24).

Escrevendo sobre a cobiça dos paulistas, Nunes nem sequer alude à carência material do planalto, largamente reiterada na historiografia. Aliás, ao longo de toda a obra, o acadêmico paulista sequer se avizinha dessa característica da São Paulo primeva. Depois de mencionar a avidez pela abastança, Nunes atribui – aos paulistas – desta vez não sugerindo, mas abertamente – a virtude do patriotismo. Existia uma pátria a ser angrandecida, como foi cabalmente afirmado. Para Nunes, o estudioso que se debruçar sobre a questão das bandeiras, será favorecido quanto ao exato entendimento acerca das anotações do botânico francês Auguste de Saint Hilaire, que no segundo decênio do século XVIII, desembarcou no Brasil, com o objetivo de catalogar espécies vegetais americanas. É satisfatoriamente conhecido na historiografia, o pasmo que se assenhoreou deste cientista europeu, quando ele se deparou com a configuração grandiosa e intrincada da rede hidrográfica que conduzia ao interior do continente.

Admirado, o ilustre adventício buscou conhecer a história do devassamento do interior americano e, ao fazê-lo, escreveu sobre esse conhecimento adquirido denotando não pouca admiração concernente aos desbravadores dos tempos coloniais, atribuindo a eles profusas adjetivações triunfalistas, como por exemplo o pertencimento a uma *raça* superior. Inspirado por tais efusões terminológicas, Nunes afirmou que quem conhecer a variedade das rotas e a enormidade da área perlustrada¹²⁷ pelas bandeiras¹²⁸: “... compreenderá em toda a sua significação o espanto do sábio naturalista Saint’Hilaire, quando chamou de raça de gigantes os mamelucos que dilataram os lindes pátrios na direção dos Andes” (NUNES, 1962, p. 24).

Cumprir observar que Nunes alude aos mamelucos¹²⁹- fazendo eco a Saint’Hilaire – ao escrever sobre a expansão geográfica rumo à região andina. Contudo, o *bandeirante máximo*, escolhido por ele como protagonista de *Os Brasileidas* é Raposo Tavares, nada mestiço, nada mameluco, mas europeu nascido em 1598 na localidade portuguesa de São Miguel de Beja, tendo vindo para o Brasil entre a primeira e a segunda década dos seiscentos, trazido por seu pai¹³⁰. Portanto, Raposo Tavares não era mameluco, não era da *raça de gigantes*. Essa é uma incongruência histórica, suscitada pela generalização do autor, que ao evocar as palavras de Saint’Hilaire, promoveu o entendimento de que todos os sertanistas que se avizinharam dos Andes eram mestiços, esquecendo-se de que – ou ignorando que – o próprio sertanista protagonista de seu poema foi um adventício, um português que migrou para o Brasil. Parece que o acadêmico paulista aqui claudica, falseando em sua própria proposta enunciada anteriormente em seu ensaio, que era a de “fazer um poema heróico capaz de ser inspirado pela nossa história” (NUNES, 1989, p. 14). É certo que num poema heróico a *heroicização* será franca, aberta, sem peias, porém, se tal poema pretende ter base histórica, não podem ser olvidadas, omitidas ou ignoradas as informações básicas a respeito de seus personagens, principalmente sobre aquele que mais aparece, o protagonista. De qualquer forma, isso talvez não tenha tanta importância, a não ser a de ensejar o fornecimento da informação precisa acerca da origem do *bandeirante máximo*, até mesmo porque, durante as mais de trezentas páginas da obra, nenhuma menção mais

¹²⁷ Esse termo é recorrente na historiografia das bandeiras.

¹²⁸ Nunes evoca o “Mapa das Bandeiras” de Taunay, como bastante ilustrativo sobre a área de ação das expedições.

¹²⁹ Não restam dúvidas de que grande parte dos sertanistas paulistas era constituída por mamelucos. Entre os mais afamados, destaca-se domingos Jorge Velho, bandeirante mestiço que na última década do século XVII deu combate ao Quilombo de Palmares.

¹³⁰ Franco, 1989, p. 411.

é feita aludindo à origem mestiça ou não de Raposo Tavares, cumprindo também informar, que todas as ilustrações ao longo da obra apresentam o sertanista em estrita conformidade com a iconografia convencional: feições européias, chapéu de abas largas, gibão acolchoado, botas de cano alto e arcabuz. Essa literal reprodução iconográfica das obras convencionais da historiografia bandeirantista, – levada a cabo na obra de Nunes pelo ilustrador Percy Deane –, nada mais faz que reforçar o sentido heroicizante das ilustrações constantes nessas obras. No entanto, torna-se não pouco curioso observar que tal reprodução iconográfica, embora reforce, não amplia a heroicização já levada a termo pelos ilustradores das obras historiográficas apologéticas. Isso é sintomático, pois a heroicização deveria ser ainda mais magnificada, nas ilustrações feitas para um longo poema épico. Porém, a iconografia presente nos *Brasileidas* não é, em termos conceituais ou de concepção, nada diferente da iconografia das obras historiográficas convencionais, sugerindo o entendimento de que ao herói já construído e reiterado imageticamente vezes sem conta, nada mais havia a acrescentar. Também no discurso, a magnificação do épico não se tornou tão fácil, pois as construções vocabulares altissonantes de autores anteriores a Nunes – pretensos historiadores, não poetas épicos – haviam alçado a figura de Raposo Tavares a patamares quase supranaturais. Ainda em seu ensaio sobre poesia épica, antes que partisse à toda brida rumo à heroicização máxima do *bandeirante máximo* – em seu poema propriamente dito – Nunes reconheceu a transposição dos Andes como de domínio lendário:

[...] Antônio Raposo Tavares, ou, simplesmente Raposo. A lenda se incumbiu de ampliar-lhe o feito, já de si inconcebível, fazendo-o entrar no Pacífico com a espada desembainhada e dêle tomar posse em nome da coroa de Portugal¹³¹... (NUNES, 1962, p. 25).

Verifiquemos que Nunes, ao mesmo tempo que reconhece a travessia andina como fábula, afirma ser o *feito* de Raposo Tavares *inconcebível*, mesmo que despido de urdiduras imaginárias, como o próprio afrontamento ao Oceano Pacífico, onde entrou altaneiro, avassalando-o em nome do rei português.

A seguir, poucas linhas à frente, Nunes revela a genuína admiração que nutria por seu protagonista:

¹³¹ Mesmo sem mencionar a Cordilheira dos Andes, Nunes rechaça sua transposição pelo sertanista, pois afirma ser lenda a chegada ao Pacífico, onde ninguém jamais chegaria por terra, sem atravessar a Cadeia dos Andes.

[...] de retôrno para o seu solar em Quitaúna, depois de muitos anos, de tal modo desfigurado pelas andanças no sertão, que a família não o reconheceu. Repito: bem triste papel faria o poeta que se permitisse algumas fusões líricas diante dessa figura gigantesca, que mais parece criação da fantasia do que personagem viva do passado. (NUNES, 1962, p. 25).

Num primeiro momento, denotando pasmo, o acadêmico paulista evoca a assaz propalada desfiguração sofrida pelo bandeirante, quando do retorno de sua longa incursão. Depois disso, seu discurso encomiástico transforma-se num panegírico exagerado ao mestre-de-campo, catapultando-o à alturas cimeiras, colossais. Para o tradutor de Homero, o gigantesco Raposo Tavares parece ser originário das raias do fantástico; sua figura portentosa amesquinha até mesmo a superlatividade poética, ridicularizando, tornando *bem triste o papel do poeta*.

Depois desse rasgo de grandiloquência, Nunes demonstra aborrecimento ante os *escrúpulos* da escrita da história, que irremediavelmente minorou a grandiosidade da figura de Raposo Tavares, pois “às luzes da história escrupulosa, suas façanhas aparecem diminuídas...” (NUNES, 1962, p. 25).

Interessante observar que Nunes reclama da *história escrupulosa*, justamente numa época – 1962 – em que à exceção dos trabalhos de Holanda, imperavam as produções historiográficas elogiosas aos bandeirantes, tais como as de Ellis Júnior (1946), Ricardo (1942), Magalhães (1944) e Taunay (1954). Muito tempo passaria, até que a partir da década de 1980, trabalhos historiográficos mais críticos aparecessem, alicerçados nas obras de Davidorf (1982) e Volpato (1985), firmando-se ainda mais consistentemente no decênio seguinte, com as contribuições de Monteiro (2000) e da profusa produção de obras de história indígena¹³². Porém, no início da década de 1960 – quando da queixa de Nunes – imperava, altaneira, a figura heroicizada do colono paulista. O mito bandeirante estava já bem sedimentado, quando o autor de *Os Brasileidas* lançou farpas à *história escrupulosa*. O bandeirante era já um herói na

¹³² A década de 1990 foi marcada pela acentuação das pesquisas acadêmicas sobre os índios brasileiros, enfocando recortes temporais diversos, do período colonial à contemporaneidade. Essa profícua produção traduziu-se em publicações relevantes, das quais, pela qualidade incontestada, destacamos duas: *História dos índios no Brasil*, grosso volume de 608 páginas organizado por Manuela Carneiro da Cunha (1998), contendo textos de 24 pesquisadores; e *Índios do Brasil*, organizado por Luís Donisete Benzi Grupioni (1998), trazendo trabalhos de 19 estudiosos da questão indígena. Em ambas as obras, há a contribuição de Monteiro. Na organizada por Cunha, o autor de *Negros da terra* publicou o texto *Os guarani e a história do Brasil Meridional: séculos XVI e XVII*; já no livro organizado por Grupioni, Monteiro contribuiu com *O escravo índio, esse desconhecido*. Cumpre observar, que com o adensamento das produções historiográficas sobre os indígenas brasileiros, a crítica ao bandeirismo na historiografia robusteceu-se significativamente, contribuindo para as intenções de desmitificação da figura do bandeirante-herói, fazendo emergir o piratiningano simples, matador e escravizador do homem natural da terra.

historiografia convencional, porém, o grau de heroicização a que havia chegado tal personagem não parecia ser o bastante para o ilustre acadêmico paulista. Pelo contrário, para ele a história diminuía os méritos do importante sertanista. Ao afirmar que a história diminuía as *façanhas* de Raposo Tavares, Nunes obviamente asseverou que tais façanhas foram bem maiores do que constava na narrativa histórica. Cumpre corroborar, que quando dessas afirmações de Nunes, a historiografia que até então se acumulara era, em boa parte, uma compilação de crônicas épicas, onde imperava o discurso pomposo, triunfalista. No entanto, o poeta épico, ainda no ensaio introdutório de *Os Brasileidas*, demonstrou sua insatisfação, em relação ao que a história fazia com Raposo Tavares... minorava, reduzia sua sobrançeria. Isso, num certo sentido, atesta seus pendores para o sublime, o grandioso, o heróico. Pendores que aparecem, irrefragavelmente, no aludido ensaio, texto que em tese, não se apresta ao engrandecimento desabrido de Raposo Tavares, ou *Rapôso*, como intimamente o nomeia Nunes. A heroicização sem peias do *grande bandeirante* deveria ocorrer ao longo dos nove cantos e do epílogo de seu poema épico, ao longo das quase três centenas de páginas, cuja proposta franca e aberta não guardava qualquer dissimulação, não ocultava a intencionalidade lírica, direcionada para o fim específico do panegírico, do louvor ao maior herói bandeirante da história do Brasil. Mesmo assim – já no texto introdutório –, Nunes não consegue ocultar seu ressentimento em relação à história, denotando quase que decepção ante a diminuição dos feitos de um grande homem, sobre o qual escreveu:

Raposo é o tipo acabado de herói de epopéia; apanhar o itinerário de sua bandeira pelo interior do continente – talvez único na história – e idealizar um poema de exaltação dessa aventura, é uma só coisa [...] só um poema heróico é adequado ao grande feito (NUNES, 1962, p. 28).

Fica claro que, para Nunes, é tão heróico o grande feito de Raposo Tavares, que descrevê-lo sem fantasia – historicizá-lo – e poetizá-lo é *uma só coisa*. Noutras palavras, a portentosidade da façanha do sertanista lusitano é, já por si, uma proeza épica, que mesmo narrada sem arroubos poéticos ou imaginativos, fere notas que comunicam ao sublime, ao superlativo. Todas as assertivas de Nunes até aqui comentadas, frisemos, integram o texto *Ensaio sobre a poesia épica*, que em quase sessenta páginas comenta os domínios da poética heróica e aborda – sob o prisma indisfarçável do poeta que anseia pelo vôo livre da imaginação – de forma quase francamente lamentosa, as amarras impostas pela *história escrupulosa* à liberdade narrativa, propiciando ação deletéria aos grandes feitos ou façanhas do grande

bandeirante Antônio Raposo Tavares. Se no ensaio, Nunes não contém sua inclinação para o épico, quando a poesia é iniciada, sua fértil imaginação voeja célere, descortinando ao leitor uma saga miticamente concebida. Assim é iniciado o Canto I de *Os Brasileidas*:

Musa, canta-me a régia poranduba
 das bandeiras, os feitos sublimados
 dos heróis que o Brasil plasmar souberam
 través do Pindorama, demarcando
 nos sertões a conquista e as esperanças.
 Dá que em versos eu fixe os fundamentos
 históricos e míticos da pátria
 brasileira, deixando-os perpetuados
 na memória de todos os seus filhos [...]
 [...] Sobe, imaginação! Abre os arcanos
 das lendas ameríndias, e dos Andes
 me facilita os penetrais augustos (NUNES, 1962, p. 61).

Pretendendo perpetuar os fundamentos históricos e míticos da pátria, Nunes afirma que as bandeiras levaram aos sertões a conquista e as esperanças. Um saudoso patriotismo permeia os versos que dão início ao poema, um patriotismo que evoca as raízes da nação, um patriotismo que deve permanecer como um legado imperecível. A seguir, o poeta ordena, imponente e exclamativo, o alçar da imaginação, ensejando-lhe penetrar nos mistérios andinos e nas priscas lendas indígenas.

Sabe-se, à exaustão, que na expansão geográfica levada a termo pelas bandeiras não houve qualquer motivação patriótica. O que houve foi o avançamento pelo sertão, em busca de escravos e minerais valiosos.

Eis outro trecho do Canto I:

Muito peregrinou Rapôso invicto,
 por todo o Tapuirama, correntezas
 em seu curso transpondo inumeráveis.
 Longe os fortes paulistas arrebata,
 léguas grandes à pátria incorporando.
 Na direção do ocaso os lindes pátrios
 afastou, sempre à frente de seus homens,
 desde a Serra do Mar, desde a corrente
 sagrada do Anhembi, por tôda a costa
 que o grande abalador bramando açoita.
 Já dos Andes retorna; já nas águas
 Do grande mar de dentro (NUNES, 1962, p. 62).

Depois de muito jornadas, até alcançar os longínquos Andes, começa a célebre navegação pelo Amazonas – o *mar de dentro* –, que levaria Raposo Tavares e seu grupo

à Gurupá, quase um ano depois, estarrecendo¹³³ os soldados daquele remoto entreposto militar. Versejando sobre o primeiro descanso da tropa à margem do Amazonas, escreveu Nunes:

De pé sôbre o barranco, o bandeirante
contempla a rósea aurora, que se eleva,
desparzindo grinaldas pelas ilhas.
Os mamelucos dormem; qual se encolhe
sob a manta, a bater de frio o queixo;
qual, a gemer, emite sons confusos;
qual desperta, a gritar, de um pesadelo.
Rapôso, atento, mira aquêles vultos
pálidos e febris, de pés inchados
por tantas léguas palmilhado haverem.
E ao generoso coração falando,
dêste modo suas dúvidas externa:
“Meus homens falham justamente quando
mais eu dêles preciso”... (NUNES, 1962, p. 62-63).

As agruras da extensa viagem pesam sobre todos, exceto sobre Raposo Tavares. A alvorada surpreende o “maior dos sertanistas pátrios” (NUNES, 1962, p.62) já de pé, fitando as ilhas do Amazonas e refletindo sobre a fraqueza de seus homens, que exaustos, dormem um sono intranquilo, às vezes gemendo, às vezes até mesmo despertando, aos gritos. O chefe bandeirante olha para seus comandados, um punhado de mestiços lívidos, jazendo sob mantas, com os pés intumescidos pelas amplidões cumpridas em marcha. O esgotamento os vencera. O despontar do sol já havia ocorrido e ninguém ainda acordara. O cansaço os fizera falhar, no momento que o chefe deles necessitava ... um chefe que os contemplava ereto, incólume ante as misérias do padecimento físico, misérias que não sentia, em absoluto, fazendo-o lamentar pela falha dos que as sentiam.

A seguir, um indígena integrante da tropa desperta para o novo dia, iniciando uma conversação com o chefe. O índio fiel está ainda deitado no chão, falando com Raposo Tavares, que de pé, é assim descrito por Nunes (1962, p. 64):

[...] o bandeirante
de férrea compostura. Um deus parece
no porte, em desalinho a cabeleira,
que a luz do sol nascente acaricia.

No crepúsculo matinal, o único vulto de pé é Raposo Tavares. Todos os outros estão ainda prostrados, exauridos, enquanto o lusco-fusco se transmuda paulatinamente

¹³³ Monteiro (2000, p. 07) afirmou que os soldados de Gurupá ficaram *estarrecidos* com a extensão da jornada de Raposo Tavares.

em luz, tornando nítidos os contornos e detalhes da figura, que ereta, empertigada, está há muito em vigília, antes mesmo que o sol despontasse, silhuetao o arvoredo amazônico contra o cambiante céu tropical.

Mais à frente, versejando sobre a brutalidade da jornada pelas matarias ignotas, escreveu Nunes (1962, p. 72-73):

Nos sertões a bandeira se desgasta,
mortos ficando e exaustos no silêncio
das matas um sem-número de...
audazes bandeirantes que, com os ossos,
o caminho assinalam. Mas Rapôso
nem por isso se abate, e ainda revolve
na mente vários planos, para que a pátria
no périplo de glórias circunscreva.

Palmilhador dos sertões desconhecidos, Raposo Tavares deixa atrás de si uma trilha algo sinistra, pontilhada pelos restos mortais de seus homens, que tendo partido de São Paulo, encontraram a morte no âmago da América. O tombar dos comandados, que inertes jazerão para sempre no coração da natureza, ao invés de abater o grande cabo-de-tropa, incentiva-o a seguir adiante, para que a pátria seja coberta de glória. Aqui, mais uma vez aparece o patriotismo, como atributo admirável do sertanista magno.

No Canto IV, intitulado *Os Lusonautas*, o escritor da Academia Paulista de Letras dá voz ao próprio Raposo Tavares:

[...] eu sou Rapôso
que, o sertão palmilhando, a pátria estendendo
na glória dos meus feitos. Já nas tabas
mais longínquas a Fama, em voz de ferro,
meus passos assinala e alegre imprime
rubras fulgurações nas fantasias.
Pertencço à geração dos que das trevas
avançam para a luz, dos que, no solo
brasílico radicados, à conquista
dos Andes imortais se abalçaram.
Tostados pelo sol, por fome e febre
dizimados, a pátria sempre alegres
través do Pindorama distendemos,
desde a Serra do Mar, desde a corrente
sagrada do Anhembi, por onde a mata
mais densa, no planalto, a marcha impede.
Nem mesmo um deus pudera os feitos todos
enumerar famosos, a virtude
dos bandeirantes que se libertaram
da dívida fatal da natureza.
Qual nas lendas revive; qual nos Andes
repousa enaltecido; qual as tribos
ao só nome nos sonhos apavora
dos portugueses de São Paulo. Muge,

revôlto, o salso mar por tôda a costa
do Pindorama, vendo que impossível
lhe era impedir o surto de conquistas
da nova geração de semideuses. (NUNES, 1962, p. 141-142).

Através da *pena* épica de Nunes, o bandeirante maior trata de alardear suas façanhas, afirmando-as cobertas de glória e dilatadoras dos confins da pátria. A seguir, numa gradação quase imperceptível, a fala de Raposo Tavares passa do auto-panegirismo ao enaltecimento generalizado dos outros sertanistas paulistas, que *sempre alegres*, distenderam os limites pátrios, apesar dos rigores climáticos, da doença e da fome. Entendendo-se como integrante dessa geração de heróis, que da escuridão avançava para a luminosidade, o bandeirante magno afirma que *nem mesmo um deus* lograria enumerar os feitos bandeirantistas. Dentre os homens que eternizaram tais feitos, um vive nas lendas, outro jaz para sempre nos Andes, outro causa temor só pela menção de seu nome ... revivescido no tempo e no espaço, insuflado pela grandiloquência e pelo virtuosismo vocabular de Nunes, o rústico Raposo Tavares atinge os píncaros não dos Andes – pois isso no poema é ponto pacífico –, mas da expressividade poética épica, adjetivando agora os bandeirantes paulistas não como heróis, mas como *semideuses*, cujo ímpeto de conquista nada pode deter.

Na abertura do Canto VII, Nunes providencia para que Raposo Tavares afirme:

De volta do Pacífico, escalamos
de nôvo a cordilheira, para logo
na direção descermos do nascente... (NUNES, 1962, p. 219).

Para atingir o Pacífico, a cordilheira precisava ser transposta. A lenda formada ao redor da famosa jornada de Raposo Tavares, é aqui reproduzida por Nunes. O ocaso era o norte da expedição na viagem de ida, sendo o nascente o elemento norteador da marcha de retorno. A imensa cadeia montanhosa que já havia sido vencida na ida, é agora vencida *de nôvo*, parece que sem nenhum esforço, pois *logo* aconteceu a descida rumo ao nascente.

No último arranchamento, antes da chegada à Gurupá, Nunes oferta a versão de um Raposo Tavares meditabundo, sentindo angústia, mas sufocando-a, não permitindo que tal emoção se expresse em seu rosto. Nada do acabrunhamento que perpassa sua enorme alma é comunicado ao seu corpo, que permanece imóvel, como que talhado em mármore. Aliás, um deus eternizado nesse nobre mineral de estatuária:

[...] Rapôso muito tempo
permaneceu imóvel, em profunda

meditação, sem que mudança alguma
 nos traços fisionômicos a angústia
 revelasse que lhe ia na alma grande.
 Não mortal, parecia bela estátua
 de um dos deuses, no mármore esculpida (NUNES, 1962, p. 313).

Interessante observar, que a chegada ao entreposto militar de Gurupá é relatada na historiografia como tendo ocorrido ao acaso, ou seja, um bando de homens perdidos na selva navega, há muito tempo, ao sabor da corrente do Amazonas, deparando-se subitamente com uma fortificação militar. Essa versão é ofertada tanto pelos autores apologéticos, quanto pelos críticos. Já o Raposo Tavares do poema de Nunes sabe onde está, prevendo com precisão a chegada ao forte, sem jamais ter estado antes navegando o maior caudal da vasta floresta setentrional. Pela pena do membro da Academia Paulista de Letras, o excelso bandeirante demonstra sua infalível faculdade de orientar-se nas matas:

Segundo tudo indica, estamos perto
 de Gurupá, onde nos será fácil
 a bandeira prover do necessário
 para a grande jornada de retôrno [...]
 depois de assim falar, o bandeirante
 se afundou na floresta, que mui perto
 de sua tenda principiava, para
 melhor pensar nas outras providências (NUNES, 1962, p. 313).

Como se percebe, o cabo-de-tropa da obra poética de Nunes, além de ter excepcional capacidade de orientação, é também alguém que demora-se em meditações ou elocubrações. Há pouco, na citação anterior, vimos que Raposo Tavares pensava como uma estátua. Já nesse trecho ultimamente citado, o bandeirante adentra o mato espesso, em busca de recolhimento para melhor refletir. Esse pensar ensimesmado, distante dos outros, sugere a idéia de um pensador, um homem dado à atividade intelectual. Se esse pensar acontece com o corpo em plena imobilidade, o principal elemento histórico da bandeira está sendo excetuado: o movimento. Um homem que pensa estático como uma estátua de mármore, ou melhor, como um Deus talhado em mármore. A divinização do bandeirante, perspectivada – não levada a cabo – por Nunes deu-se, irrefragavelmente, por um flamar imaginativo à grandes alturas, permitido apenas aos versejadores épicos. Nunes preferiu comparar seu protagonista a um deus, do que, por exemplo, compará-lo ao *pensador*, de Auguste Rodin, célebre escultura de mármore que representa um homem sentado, apoiando o queixo com as mãos ... eis aí um homem imóvel pensando, ou melhor, uma estátua de mármore *pensando*. Essa seria,

talvez, a primeira imagem que viria à mente de alguém que pretendesse traçar um paralelo comparativo entre um homem imóvel, pensando, e uma estátua de mármore, representando um homem a pensar. De qualquer forma, cumpre salientar a singularidade ou estranheza que seria evocada pela imagem de um sertanista rústico – um homem de ação –, a pensar em plena selva, apoiando o queixo com as mãos. Um homem de chapéu, arcabuz, botas, gibão e alfange ... imerso em seu recolhimento, a meditar e remexer os meandros de sua *alma grande*, consultando a si mesmo, buscando dar solução aos problemas enfrentados por sua expedição. Não, não foi o *pensador* de Rodin a imagem evocada por Nunes, ao aludir a parença de Raposo Tavares com uma estátua. O *pensador* de Rodin é a simples representação de um homem. Nunes nem sequer alude a essa escultura. Compara seu protagonista a um Deus de mármore.

O extenso poema épico *Os Brasileidas* termina, finalmente, com a chegada de Raposo Tavares a Gurupá¹³⁴. Temos plena consciência acerca da não pequena dimensão do detimento que fizemos, ao abordar essa obra poética. Nossa detença na análise desse material é de fácil e plena inteligibilidade, uma vez que foi motivada por nossa intenção de demonstrar a quais píncaros de superlatividade foi elevada a figura de Raposo Tavares, já emblemática e de certa forma lendária na própria historiografia convencional, cujas obras são, sabidamente, não pouco laudatórias e triunfalistas, ao abordar os *fastos bandeirantistas*. Cumpre ora refletir, que o poema épico de Nunes é, indubitavelmente, a magnificação dos arroubos apologéticos da historiografia convencional, repleta, ela mesma, de narrativas heroizantes ou arroubos épicos. Ninguém se aventuraria a levar a termo um poema heróico, caso os personagens nele focados jamais tivessem sido descritos, pela historiografia, como atores históricos de importância excepcional, superlativa. Já tendo verificado a que ponto chegou a heroicização de Raposo Tavares – processo que migrou da historiografia para a poesia –, doravante partiremos em busca de averiguações outras, perscrutando os escritos jesuíticos, a respeito das atividades apresadoras levadas a cabo por esse sertanista, aproximadamente duas décadas antes da expedição que o glorificou, ou seja, o périplo de 1648/1651, já nesse texto amplamente abordado, tanto na historiografia quanto na poesia. Para a investigação que ora encetamos, será útil a obra *A conquista espiritual*, do padre jesuíta Antônio Ruiz de Montoya (1985), provincial das reduções do Guairá. Os relatos desse religioso ofertam uma versão nada heróica do excelso bandeirante

¹³⁴ Nunes não aborda a descida da expedição rumo ao sul, em busca do planalto paulista.

Raposo Tavares quando, entre as décadas de 1620 e 1630, ele liderou grandes grupos de sertanistas paulistas em ataques devastadores às povoações do Guairá e do Tape, visando ao apresamento indígena em larga escala, já que as reduções lá existentes concentravam um grande contingente de homens naturais da terra, em pleno processo de catequização.

Como missionário atuante, o padre Montoya vivia no Guairá, em contato direto com os indígenas e com seus companheiros inacianos. Testemunha presencial dos sucessivos assaltos paulistas, Montoya deixou escritos que se assemelham a crônicas cimérias, em que a crueldade humana expressa-se de forma incisiva, mordaz. Impressa em Madri, no ano de 1639, *A Conquista Espiritual* evoca imagens mórbidas, protagonizadas por bandos de andejos mateiros – chefiados por Raposo Tavares –, oriundos do planalto paulista que, especialmente a partir de 1628, assolaram primeiramente as reduções do Guairá, direcionando depois seus ataques às povoações do Tape. Verifiquemos as palavras de Montoya (1985, p. 125):

Entrou essa gente [...] em nossas reduções: cativando, matando e despojando altares. Fomo-nos com pressa três padres [...] onde já retinham muita gente presa. Pedimo-lhes que nos devolvessem os que haviam cativado, pois já não eram poucos os que possuíam acorrentados [...] como loucos frenéticos [...] dispararam alguns arcabuzes, ferindo oito ou dez dos índios que nos acompanhavam. Morreu um deles, ali mesmo, devido a um balaço, que lhe deram numa das coxas. O Pe. Cristóvão de Mendoza saiu ferido de um flechaço.

Constatemos agora, como descreve Montoya a invasão específica das povoações de Santo Antônio e São Miguel:

[...] entraram a som de caixa e em ordem militar nas duas reduções de Santo Antônio e São Miguel, destroçando índios a machadadas. Os pobres dos índios com isso se refugiaram na igreja, onde os matavam – como no matadouro se matam vacas –, tomaram por despojo as modestas alfaias litúrgicas e chegaram mesmo a derramar os (santos) óleos pelo chão (MONTROYA, 1985, p. 126).

Como vemos, segundo o provincial, uma sanha orgiaca, sanguinária e herética imperou no assalto a esses dois povoados da Companhia de Jesus. Observemos, a seguir, as palavras que narram a morte de um índio abraçado a um missionário:

Serviu-se um dos índios do Pe. Simão, fugindo da morte, que um destes ladrões queria dar-lhe. Para tanto abraçou-se com o padre, mas mesmo assim aquele o matou com um balaço, sem dar-lhe o tempo de se confessar. Foi com não pequeno perigo de matar

também o padre e sem qualquer respeito às suas veneráveis cãs (MONTROYA, 1985, p. 126).

Mais adiante, comentando acerca do adensamento do apresamento nas povoações jesuíticas, bem como o assalto à redução de São Francisco Xavier, escreveu Montoya (1985, p. 130):

A liberdade dos de São Paulo avolumou-se mais, e foi por falta de castigo. Assim, desde o ano de 1628, até os tempos presentes, não cessaram eles de combater os cristãos, de cativá-los e vendê-los. Fizeram com mão hostil a sua entrada na redução de São Francisco Xavier, povoada de muitos moradores, onde desde muito tempo se achava colocado o Santíssimo Sacramento. Bem informados a propósito das crueldades destes “alarbes”, seus vizinhos se meteram em grande número nos bosques, indo para lá em companhia de suas mulheres e filhos, e dali saindo às suas próprias plantações em busca de alimento. Nisso topavam contudo com os inimigos, que os prendiam e atormentavam, para que lhes dissessem onde tinham deixado sua “chusma” ou gente, em cuja procura em seguida iam, levando-a a seus palanques ou paliçadas. Em tais ocasiões não deve opor-se-lhes resistência, porque, usando de um alfanje, cortam a todos a cabeça ou lhes abrem as entranhas, a fim de amendrontarem aos demais.

É peremptória a asseveração do missionário, acerca do aumento das atividades de préia nas reduções, atividades essas que, para ele, cresceram por ausência de *castigo* – punição – aos apresadores. Não só a captura e escravização dos índios é mencionada, mas também a venda das *presas* obtidas. Os detalhes acerca do assalto a São Francisco Xavier são particularmente interessantes, pois ofertam o descortinamento no que concerne a algumas táticas de ajuntamento dos índios capturados, que eram encerrados em *paliçadas* – cercados feitos de madeira – ou *palanques*, destarte permanecendo presos temporariamente, até que providências ulteriores fossem tomadas pelos paulistas, no que dizia respeito ao retorno ao planalto de São Vicente. A fuga dos índios para as matas adjacentes era uma iniciativa não de todo profícua, pois, quando os fugitivos furtivamente se dirigiam às suas roças, visando a prover-se de alimentos, eram surpreendidos pelos homens de Raposo Tavares, que os interrogavam asperamente acerca da localização dos índios escondidos, partindo de imediato rumo à caça que lhes ameaçava escapar. Aos índios surpreendidos em suas idas às roças, não era, de forma alguma, frutífera a resistência aos desígnios dos paulistas, pois, aos recalcitrantes eram reservados a degola e a estripação, atos funestos que visavam a exemplificação.

Ainda sobre o assalto a São Francisco Xavier, deixou escrito o jesuíta:

[...] um deles tomou uma mulher pelos cabelos, mas ela se defendia como homem, apesar de achar-se embaraçada com um filhinho seu de seis meses. Não podendo o traidor subjugar-lhe, arrebatou-lhe dos peitos o filho e o levou consigo. Ainda não comia o menino, e por isso um padre foi pedi-lo (de volta), para que não morresse de fome. O que o possuía, não queria dá-lo e, em vez disso, solicitou a mãe do petiz como prisioneira, a qual não cessava de lamentar a sorte de seu filhinho. Até muito tarde esteve o padre procurando abrandar o coração bestial daquele tigre... (MONTROYA, 1985, p. 131-132).

Um bebê de seis meses é violentamente retirado dos braços de sua mãe, que agarrada pelos cabelos, tenta defender-se com todas as suas forças, porém sem lograr êxito. O agressor leva o bebê e, quando abordado por um missionário que pede a devolução da criança à mulher, replica que quer também ela – a progenitora – como prisioneira. Não é relatado nenhum sucesso do padre, no que diz respeito à devolução do pequeno índio, ficando claro que ao levar a criança, o apresador pretendia obter a mãe índia como *peça*. Interessante verificar que ao sertanista que levou a criança, Montoya aplica a alcunha *tigre*.

Verifiquemos agora parte da narrativa do missionário, sobre a invasão da redução de Jesus Maria:

Foi assim, e a som de caixa, de bandeira desfraldada e em ordem militar, que os paulistas entraram pelo povoado, já disparando armas e, sem aguardarem parlamentação, atacando a igreja com a detonação de seus mosquestes. Havia se acolhido a ela a gente do povo... (MONTROYA, 1985, p. 243).

Aqui, o jesuíta oferta a descrição de um grupo de apresadores organizado como um regimento militar. Tal grupo irrompe abruptamente na redução, atirando contra a igreja, onde o *povo* – os índios da redução – havia ido buscar refúgio.

Para que possamos arremedar algum entendimento sobre a suposta configuração militar desta e de outras expedições que assolaram o Guairá e o Tape, cumpre averiguar o que escreveu Monteiro (1998, p. 108-109), no trabalho intitulado *O índio, esse escravo desconhecido*:

No sul, particularmente em São Paulo, os colonos desenvolveram formas específicas de apresamento, inicialmente privilegiando a composição de expedições de grande porte, com organização e disciplina militares. Foram estas as expedições que assolaram as missões jesuíticas do Guairá (atual estado do Paraná) e Tape (atual Rio Grande do Sul), transferindo dezenas de milhares de índios guarani para os sítios e fazendas dos paulistas.

Parece que no ataque a Jesus Maria, os paulistas demonstraram essa *organização e disciplina militares*, avançando pelo povoado em formação cerrada, empunhando bandeiras¹³⁵ e alvejando o prédio da igreja, onde os moradores buscaram abrigo ou proteção... porém, em vão. Sobre isso, escreveu Montoya (1985, p. 244):

Resolveram os inimigos queimar a igreja [...] por três vezes atiraram setas inflamadas [...] o fogo fez, na quarta tentativa, a presa irremediável na palha da igreja. Foi então ali a confusão e o vozerio, os prantos das mulheres e a perturbação de todos.

Avolumando-se o fogo, fez-se o pânico cada vez mais agudo. Permanecer no templo significava morrer entre as labaredas, que já avultadas, empertigavam-se e adensavam-se celeremente. Sair pela porta principal do prédio já não mais era possível. As chamas a devoravam. A única chance de escape era um pequeno portão secundário, para onde os índios se dirigiram, abrindo-o e alcançando o exterior, onde não medravam chamas, mas abundavam lâminas de aço. Acerca disso, escreveu Montoya (1985, p. 244-245):

Abriram então um portãozinho, pelo qual saíram os índios assim como o faz o rebanho de ovelhas, indo de seu redil ao pasto. Com isso acudiram ao mesmo portãozinho, como possessos do demônio, aqueles tigres ferozes e começaram, com espadas, facões e alfanjes, a derrubar cabeças, trincar braços, desjarretar pernas e atravessar corpos, matando com a maior brutalidade ou barbaridade já vista no mundo.

Essas palavras evocam uma imagem macabra, onde um bando de assassinos esquartejadores está em plena faina, deitando ao solo de Jesus Maria os mais diferentes pedaços de corpos humanos. Porém, o ápice do tétrico ainda estava por vir. Os esquartejadores passariam de homicidas a infanticidas. Respeitante a isso, asseverou o inaciano:

Qual, porém, o tigre, que não haveria de desistir de ensangüentar as suas unhas naquelas crianças tenras, que pareciam seguras, por se acharem agarradas aos peitos de suas mães ?! Digo sem exageros que aqui se viu a crueldade de Herodes, e se viu em muito acrescida, porque aquele, ao perdoar às mães, contentou-se com o sangue de seus filhinhos delicados. Mas estes (novos “Herodes”) não se fartaram nem com uma nem com outra coisa, não bastando à sua ferocidade insaciável sequer os arroios que do sangue inocente brotavam. Provavam eles o fio de aço de seus sabres em cortarem os meninos em duas partes, em lhes abrirem as cabeças e despedaçarem os seus membros fracos. Importavam numa confusão horrenda os gritos, o berreiro e os uivos destes lobos, de mistura

¹³⁵ Aqui o termo tem seu significado mais usual.

com as vozes chorosas das mães, que ficavam atravessadas pela espada bárbara e também pela dor de verem despedaçados os seus filhinhos (MONTROYA, 1985, p. 245).

Já não mais despedaçando homens e mulheres, mas crianças lactentes, os *tigres*, *novos Herodes* ou *lobos* prosseguiram sua faina assassina. Chorosos e lamentosos gritos maternos se mesclavam aos *uivos* lupinos dos apresadores, enquanto sucessivos infanticídios eram perpetrados, entremeados por assassinios de progenitoras. A morte dessas crianças foi, segundo Montoya, algumas das barbaridades finais praticadas na redução de Jesus Maria, que logo ao ser invadida, além de ter seu templo alvejado e incendiado, foi também palco do assassinato – a tiros – de um devoto cristão não índio:

Malferido e cheio de cansaço protegeu-se um dos religiosos atrás de um tronco de madeira [...] viram-no desde o campo os inimigos, que [...] com isso todos assestaram a ele sua pontaria (MONTROYA, 1985, p. 243).

Após esses ataques bandeirantes até agora abordados, outros ocorreram nos povoados da região. Os escritos de Montoya (1985, p. 133) apontam para um sulco de ruínas, espanto e desolação, deixado pelos “lobos cevados nos índios”. A redução de São Cristóvão foi outra que experimentou “o furor dos moradores de São Paulo” (MONTROYA, 1985, p. 256). Dias depois do assalto a esse núcleo de catequização, os padres Ruiz de Montoya e Diogo de Boroa¹³⁶ caminharam por lá¹³⁷. Chega a ser estarecedora a narrativa desse avanço à pé, na esteira da destruição levada a termo pelos apresadores. Verifiquemos essas palavras:

Em São Cristóvão encontramos 20 corpos de mortos, que o haviam sido a partir de golpes cruéis de facão e de balaços. Paramos e lhes demos sepultura. Perdida por aqueles matos encontramos uma menina infiel de aproximadamente sete anos. Tinha duas feridas dolorosas: uma, bem extensa, no rosto e a outra na cabeça. Ambas já se achavam cobertas de bicheira. Contou-nos ela a história... (MONTROYA, 1985, p. 250).

Verifiquemos que, após a inumação dessas duas dezenas de índios, os jesuítas continuaram sua fúnebre caminhada, deparando-se, na mata, com uma criança indígena inumanamente ferida. Disse a menina aos jesuítas, segundo Montoya (1985, p. 250-251):

Estava eu em companhia de meus pais [...] dando de repente estes homens [...] em nossas casas, logo nos dividiram entre si. A mim e

¹³⁶ Superior eclesiástico do autor de *A Conquista Espiritual*.

¹³⁷ Segundo Montoya (1985, p. 250), *alguns padres* os acompanharam nessa caminhada.

a um manito, mais novo que eu, levou-nos consigo outro amo, sem que até hoje eu tenha notícias de meus pais. E, vendo-nos ao mesmo tempo órfãos e escravos, fugimos os dois com a vontade de acharmos a vós, para que como nossos Padres nos amparássemos. Eles, no entanto, nos perseguiram e com fúria terrível me deram estas feridas. A meu manito deram uma no pescoço, deixando-lhe a cabeça sem governo [...] Abandonaram-nos, pensando que estivéssemos mortos. Eu voltei contudo a mim, recuperando os sentidos, e reconheci que meu irmão ainda vivia. Cheia de medo meti-me neste mato, levando a meu manito nos braços. Estive com ele três dias, sem comer nem beber, sustentada apenas pelas esperança de que, voltando ele a si houvésssemos de continuar a nossa viagem. Vendo, porém, que ele já ia acabando, e enxergando a mim qual me vedes, deixei-o ainda com vida, mas atravessada eu de dor. Experimentei carregá-lo às costas, mas não pude.

Essas palavras nos fazem pensar nas narrativas ficcionais de horror. Duas crianças – a mais velha com sete anos – são separadas de seus pais por homens cruéis, dos quais tentam fugir, visando a buscar refúgio nos representantes de Deus, ou seja, os padres. Porém, os homens hostis as alcançam, abrindo duas grandes feridas na cabeça da mais velha, ferindo também a mais nova gravemente, deixando-a impossibilitada de movimentar o pescoço. Acreditando ter matado suas duas pequenas vítimas, os agressores as abandonam insepultas, a jazer na floresta. Não de todo inanimadas – ou seja, de fato vivas – as crianças levantam-se depois da partida de seus pretensos algozes, passando a vagar tropeçadamente pela mata, sentindo as dores lancinantes de suas profundas lacerações. Depois de três dias de sombria agonia na floresta, a criança mais nova, extremamente exangue, já não tem mais forças para caminhar. A mais velha tenta erguê-la, mas não obtém êxito, abandonando-a moribunda e continuando sua triste perambulação, sendo depois, finalmente, encontrada por seus benfeitores que, além de curarem-lhe as feridas corporais, cuidam-lhe da alma, batizando-a¹³⁸.

Depois do encontro com essa menina que sobreviveu à perversidade dos *possessos pelo demônio*, a continuidade da narrativa de Montoya (1985, p. 251) torna-se ainda mais acabrunhante. Constatemos:

Tropeçávamos, por assim dizer, a cada passo em corpos de mortos, destituídos de suas cabeças, atravessados de setas e golpeados letalmente à machetadas. Chegamos à paliçada [...] à nosso encontro veio um fedor terrível, procedente dos cadáveres, sendo que contar seu número nos impediu precisamente aquela hedionez. Com vida apenas achamos uma mulher, que não mais falava e vindo sendo chupada por um enxame de moscas. Abrimo-lhes os

¹³⁸ Essas informações a respeito da cura das feridas dessa criança índia, bem como acerca de seu batismo, contam à p. 251 da obra em análise.

dentes (a boca) por meio de uma faca e ela, depois de haver tomado um gole de vinho, pôde falar [...] logo depois de haver se confessado, entregou sua alma a Deus.

A menção dessa mulher coberta de moscas, em meio a uma profusão de corpos sem vida sugere, sem dúvida, uma visão de pesadelo... uma mulher que não mais conseguindo articular palavras, é encontrada por alguns homens de sotaina, que com o auxílio de uma faca, abrem-lhe a boca, fazendo-a falar: mas apenas para que se confesse, antes de morrer. Tudo isso acontece num ambiente impregnado, saturado pelo cheiro nauseante de carne em decomposição.

Sobre essa malsinada caminhada dos jesuítas pelas reduções, descreveu ainda a soturna *pena* de Montoya (1985, p. 251);

Certo é que não se poderá imaginar o que eu nem consigo descrever [...] Mas achamos aqui assados vivos a homens racionais: crianças, mulheres e varões. Vimos uma mulher assada com os seus dois filhinhos que eram gêmeos, os quais se queimaram abraçados com ela. É um costume destes homicidas que, quando vão embora apressados queimem os enfermos, os velhos e os impedidos de caminhar. Porque se estes ficam com vida, os que vão não os esquecem e voltam para trás, estimulados pela lembrança dos que ficaram. Muitas horas passamos em arrastar cadáveres a uma fossa, em que íamos depositando esses corpos assados.

Já tendo – no início desse macabro avanço pela devastação – sepultado vinte índios vitimados por *balaços e golpes cruéis de facão*, os padres agora se ocupavam em enterrar *crianças, mulheres e varões*, arrastando-os – por horas seguidas – a uma grande cova comum ... corpos queimados, vidas finadas pelos apresadores, visando a destruir a esperança nos corações dos que partiram para a escravização, exterminando, erradicando suas raízes afetivas.

Pouco adiante do lugar desse enterro coletivo, os inacianos encontraram uma outra sobrevivente da fúria bandeirantista:

Outra mulher que achamos, tinha escapado milagrosamente de um alfanje e do fogo. Quiseram levá-la consigo os bandeirantes, mas ela resistiu, dizendo que era sua vontade a de morrer cristã entre os padres. Então a arrastaram, deram-lhe pauladas e, resistindo ela ainda, aplicaram-lhe uma ferida mortal na cabeça, atingindo seu rosto com uma grande pedra aguda. E, para terem certeza segura de sua morte, procuraram queimá-la, mostrando-se contudo, benigno o fogo, ela passou a repreender a sua fúria inumana. Encontramo-la já se finando, mas ela, tendo recebido ajuda humana e a divina do batismo, salvou sua liberdade e vida (MONTTOYA, 1985, p. 252).

Tal qual a mulher encontrada entre os cadáveres, essa também já estava à beira da morte. Se a primeira confessou-se a um padre antes de morrer, a segunda recebeu de um deles o sacramento do batismo. Se a primeira escapou da morte pelas chamas, a segunda escapou também desse horrível fim, porém, tendo antes escapado da lâmina do alfanje, de várias pauladas e de um violento golpe na cabeça, dado com uma avolumada pedra pontuda ... Montoya afirma ser um milagre¹³⁹ essa sucessão de escapes, aludindo também à *benignidade* do fogo. Nas adjacências do ponto em que a mulher havia sido encontrada, jazia, segundo Montoya (1985, p. 252), outra grande quantidade de cadáveres:

Certificaram-nos muitos dos que haviam percorrido aqueles matos, de que estes estavam repletos de cadáveres de pessoas que, tendo-se acolhido a tal refúgio, antes haviam sido presa de alfanjes, espadas e facões.

Essas palavras foram escritas já avizinjado o final de *A Conquista Espiritual*, faltando apenas dez páginas para que o ponto final da obra fosse marcado pela pena do superior das reduções do Guairá, o missionário peruano Antônio Ruiz de Montoya, um dos mais brilhantes responsáveis pela *lenda negra* sobre os bandeirantes, que com o passar do tempo, avolumou-se nos escritos jesuíticos. As hipérboles, as redundâncias e a ênfase na criminalização dos paulistas – no caso em questão, os liderados por Raposo Tavares – são características marcantes no discurso de Montoya. A descrição de cenas aterradoras é repetida de maneira viciosa, alicerçada em adjetivações que parecem, de fato, exageradas. Suspeitamos ter sido essa questão chamada à reflexão, durante a não ínfima abordagem que fizemos da obra mais conhecida do grandiloquente jesuíta, obra que frisemos, reveste-se de significativa importância, em termos germinais, acerca do adensamento relativo ao entendimento dos sertanistas paulistas como assassinos e escravizadores de extrema sanha.

Sobre isso, reflitamos acerca das palavras de Cortesão (1944, p. 143-144):

A história dos conflitos entre bandeirantes paulistas e missionários dos Tapes escreveu-se, até hoje, na base exclusiva dos relatos dos jesuítas espanhóis, isto é, de uma das partes em litígio e a mais profundamente atingida pelos reveses e catástrofes sofridas. Começou até por basear-se apenas no depoimento de Montoya em sua *Conquista Espiritual*. Segundo este, uma alcatéia de lobos carniceiros teria desabado de surpresa sobre aquelas mesmas reduções, excedendo na fúria sanguinária e crueldade do assalto, a matança de Herodes. O ataque de Raposo Tavares à redução Jesus

¹³⁹ Na obra *Introdução à História das Bandeiras* (Vol. II), Cortesão (1944, p. 41) afirma que: “[...] ressurreições e milagres de toda ordem pululam nas páginas da *Conquista Espiritual*”.

Maria não teria obedecido a mais razões que à cupidez de escravagistas bestiais.

Cortesão é um dos principais críticos dos escritos jesuíticos, especialmente os de Montoya, aos quais ele assesta a *artilharia* de sua brilhante erudição e de sua enfática contraposição. No capítulo XXXVI da obra *Introdução à História das Bandeiras*, intitulado *A lenda negra e a lenda branca*, sobre o célebre missionário do Guairá escreveu Cortesão (1944, p. 54):

[...] o padre Montoya era capaz, até em factos de menor interesse ou consequência, de figurar ou esconder a verdade, desde que esse procedimento pudesse de qualquer forma beneficiar os seus fins.

Aqui, o historiador português desqualifica o inaciano peruano, imputando a ele parcialidade, além de desfiguração e ocultação da *verdade*.

Uma das principais postulações de Cortesão – o papel destacado de Montoya na construção da lenda negra, o qual já aludimos breve e preliminarmente – é trazida à baila, reiteradamente, em sua *Introdução à História das Bandeiras*:

[...] é certo que o padre Montoya foi o grande padrão, por onde se ajustaram, em geral, os seus irmãos [...] contemporâneos ou vindouros. Desta sorte criou-se uma lenda negra sobre cada bandeira de maior vulto, e uma lenda negra sobre todos os bandeirantes em geral, que foi passando de boca em boca e de pena em pena, até aos dias de hoje (CORTESÃO, 1944, p. 55).

Para Cortesão, o legado de Montoya atravessou mais de três séculos, tendo sido, no século XVII, a semente da disseminação respeitante às atrocidades imputadas aos bandeirantes, atrocidades essas entendidas pelo autor português como não sempre apenas magnificadas, mas até mesmo imaginadas ou inventadas:

O que pudemos averiguar é que os jesuítas [...] levantaram gradualmente o monumento dos crimes monstruosos, generalizando ou deformando alguns casos isolados, quando não imaginando simplesmente, para fim de propaganda, abominações fantásticas (CORTESÃO, 1944, p. 58).

O erguimento dessa *lenda negra*, para Cortesão, contribuiu para erigir sua antítese, ou seja, a *lenda branca*. Sobre isso, verifiquemos essas palavras:

Esta lenda negra, que até hoje perdurou, supõe uma lenda branca: a que atribui aos jesuítas [...] em particular, uma isenção constante perante os inimigos; um cândido respeito pela verdade; e a infalível prática de todas as virtudes – anverso magnífico dos vícios dos bandeirantes (CORTESÃO, 1944, p. 62).

Acerca dessa reflexão que propõe o surgimento da antítese à partir da tese, ou seja, o superdimensionamento das virtudes jesuíticas em contraposição às torpezas dos paulistas, concluiu Cortesão (1944, p. 62):

[...] jesuítas e sertanistas foram apenas homens igualmente possuídos de paixões. Mas, à luz dos documentos e dos tempos, cremos poder concluir que nisto da lenda branca e lenda negra, houve mais alvura fictícia dum lado, do que escuridão real, do outro.

Ambas as *lendas* são não pouco superlativas, porém, a *branca* propala, à magnificiência, as virtudes jesuíticas; já a *negra* enfatiza e dissemina os mais vis e torpes atos praticados pelos bandeirantes. Isso parece estar suficientemente claro. Porém, para Cortesão existe um problema de importância capital: ambas as *lendas* foram ensejadas pelas tintas carregadas das penas loiolistas; por outro lado, praticamente inexitem relatos, crônicas ou escritos outros deixados pelos sertanistas paulistas. Sobre essa questão, escreveu o autor lusitano:

Falta-nos, quase sempre, sobre as grandes bandeiras, o testemunho dos próprios bandeirantes. Abundam os de ordem jesuítica sobre as bandeiras que por qualquer forma feriram os interesses da Companhia. Só a comparação duns e doutros, se acaso aqueles existissem, nos permitiria chegar a uma versão aproximada da verdade (CORTESÃO, 1944, p. 58).

Cumprе mencionar, apenas para que não haja qualquer possibilidade de interpretação errônea, que no entendimento de Cortesão, as bandeiras que estão relacionadas aos primórdios da *lenda negra*, são as que foram lideradas por Raposo Tavares, na área de atuação missionária do padre Montoya:

Referimo-nos em especial às [...] bandeiras de Raposo Tavares que iniciaram a destruição, respectivamente, das reduções do Guairá e dos Tapes (CORTESÃO, 1944, p. 58).

Ainda corroborando suas asseverações acerca da ausência de legados escritos deixados pelos bandeirantes, desta feita particularizando o caso de Raposo Tavares, escreveu Cortesão (1944, p. 147):

Raposo Tavares e a quase totalidade dos grandes bandeirantes desdenharam, para desespero dos historiadores, escrever a sua história. E uma regra elementar de metodologia histórica aconselhava a receber com prudente reserva os depoimentos escritos exclusivamente pelos seus inimigos e muito mais a não proferir juízos categóricos, em nome da visão fragmentária dos acontecimentos.

De fato, fiar-se apenas numa dentre duas versões históricas antagônicas não é, de forma alguma, aconselhável a nenhum historiador. A *história* levada a termo por quem incorresse em tal erro seria, no mínimo unilateral. Destarte, tem propriedade o comentário de Cortesão, quanto à observância acerca dessa questão metodológica, sem que nos esqueçamos, no entanto, que tal *regra elementar de metodologia* é aqui evocada pelo célebre historiador visando, sobretudo, a legitimar suas postulações. Quanto ao suposto desdém nutrido pelos bandeirantes – em particular Raposo Tavares –, em relação à escrita de sua própria história, não podemos deixar de qualificar tal idéia como extremamente ingênua – ingenuidade ardisosa? –, pois os sertanistas paulistas não eram afeitos à *pena*, eram homens de ação, de pronunciado sentido prático na busca para a solução de seus problemas. A maioria dos caçadores de índios não sabia ler ou escrever¹⁴⁰. Boa parte deles sabia *garatujar* seu próprio nome nos documentos da época. As Actas da Câmara de São Paulo contém várias páginas, em que estão reproduzidas as assinaturas de não poucos sertanistas. Tais assinaturas apresentam padrões caligráficos canhestros, truncados, inábeis, denotando a infreqüência, ou mesmo as raras vezes em que seus rústicos autores empunhavam a *pena*. Acostumados a suste e manipular objetos mais pesados, os colonos expressavam todo o seu desjejito, ao assinar os registros escritos da edibilidade piratiningana. Desta forma, considerando os sertanistas como homens de seu próprio tempo e contexto, cabe mencionar nosso entendimento antagônico acerca da assertiva de Cortesão, ao aludir ao *desdém* da maioria dos mateiros de São Paulo, concernente à escrita de sua própria história. Não houve desdém, pois os apresadores estavam absorvidos com as questões relativas ao apresamento, entendidas por eles como elementos primários de sobrevivência. Vários colonos – dentre eles Raposo Tavares – estiveram envolvidos em incursões setanejas durante toda a vida, penetrando fundo e várias vezes continente adentro¹⁴¹. Da mesma forma que a expansão geográfica não fazia parte das preocupações dos bandeirantes – contudo, tendo acontecido em consequência do sertanismo, – também a idéia de legar textos para a posteridade era algo estranho à mentalidade dos paulistas dos séculos XVI e XVII, volvidos que estavam para os problemas imediatos e práticos, inerentes não apenas ao

¹⁴⁰ As exceções existiam. O mameluco Domingos Jorge Velho, por exemplo, dominava tanto a língua indígena quanto a portuguesa, sabendo ler e escrever satisfatoriamente e tendo deixado importantes escritos em língua portuguesa, principalmente sobre sua campanha contra o Quilombo de Palmares, na década de 1690. Já Raposo Tavares, parcamente letrado, não deixou sequer uma linha escrita sobre suas incursões sertanejas.

¹⁴¹ Manuel de Campos Bicudo jornadeou pelo sertão nada menos que 24 (vinte e quatro vezes) (FRANCO, 1989).

processo de colonização, como também às peculiaridades de Piratininga, neste trabalho já abordadas. Tais considerações foram aqui tecidas, para que fosse possível não apenas refletir sobre a impropriedade do asseverado *desdém* – por Cortesão – votado pelos sertanistas à escrita da história das expedições, como também para contribuir, mesmo que infimamente, para as intenções de entendimento acerca das implicações relacionadas ao *ser* bandeirante.

Nesse ponto de nosso texto sobre o *multi prismático* Raposo Tavares, já tendo abordado as representações sobre a sua figura na historiografia, na poesia épica, nos escritos jesuíticos – através de sua *matriz*, o padre Montoya – e até mesmo nas *lendas*, doravante partiremos em busca das fontes primárias, investigando o Raposo Tavares que aparece nas Actas da Câmara Municipal de São Paulo.

No dia 04 de setembro de 1627, os oficiais definiam que:

[...] mãodasen por hũ coartell que ninguẽ fose ao sertão o que visto pellos ditos offisiais forão mandado a min escrivão puzese coartell que ninguém va ao sertam com graves penas so pena de incorerem nas penas que estão postas... (ACTAS DA CÂMARA, 1627, p. 279).

Mais uma, dentre tantas outras vezes anteriores, era definida a afixação de um *coartell* – comunicado escrito e público – alertando para que ninguém partisse para o sertão. Não poucas vezes, a afixação pública de tais comunicados refletia o simples cumprimento de uma atividade de praxe. Porém, noutros casos, sabendo que uma expedição não autorizada estava sendo aviada, os oficiais determinavam a afixação desses *avisos*, destarte alertando os pretensos expedicionários acerca das conseqüências punitivas que sobre eles recaíam, caso a *tropa* de fato partisse da vila. Ao que parece, no caso de setembro de 1627, os oficiais já tinham conhecimento de que uma expedição estava em fase de preparação. Verifiquemos qu no dia 18 do mesmo mês e ano referidos, os oficiais determinavam nova afixação de *coartell*, corroborando o teor do anterior – afixado 14 dias antes –, porém, parece que particularizando determinada expedição:

[...] pello precurador foi dito que se puzese coartell sobre a ida do sertam e o que visto pellos ditos ofiscia mãodarão fose posto ho quall eu escrivão ho puz lloguo e de tudo se fes este termo... (ACTAS DA CÂMARA, 1627, p. 280-281).

Notemos que aqui não se determina que *ninguém vá ao sertão*, mas que se fixe aviso sobre a *ida do sertam*, referindo-se, muito provavelmente, a uma expedição

específica. Isso se torna ainda mais verossímil ou provável, se analisarmos o que ocorreu exatamente uma semana depois, quando os membros do conselho decidiram requerer ao ouvidor a prisão de dois homens:

[...] estando todos juntos puzerão em pratica as couzas do bem comũ e pello precurador foi dito que requeria a elles ditos ofisiais que se aprestasen juntamte requeresen ao ouvidor fosen a prender ãtº rapozo tavares e a paullo do amarall por seren amotinadores deste povo e mandaren allevar a gente pª iren ao sertam não podendo ella ir ho q~ visto pellos ditos ofisiais forão dito que elles estam prestes a dar todo o favor e ajuda ao ouvidor pª prenderen... (ACTAS DA CÂMARA, 1627, p. 281).

Raposo Tavares e Paulo do Amaral preparavam-se para viajar continente adentro, arregimentando homens e dedicando-se aos outros aprestos da bandeira, quando o conselho decidiu pedir o encarceramento dos dois, considerando-os *amotinadores*, que haviam se dedicado a levantar – *allevantar* – o povo para ir ao sertão. No mesmo dia, o ouvidor foi chamado a comparecer ao conselho, concordando de pronto e imediato com o requerimento da câmara. No registro que se fez do comparecimento e da anuência do ouvidor, Raposo Tavares e Paulo do Amaral foram adjetivados como *dellinquentes*. Verifiquemos:

[...] lloguo na dita camara foi chamado o dito ouvidor e se lhe fes a saber o reuqerimtº asima do precurador do conselho ao coall elle respondeo que elle estava prestes pª lhe dar comprimto e foi de parecer com os ofisiais da camara se pasase mdº pª que hũ juis o juis semeão allves va com hũa dúzia de omês a custa dos dellinquentes hos coais homês hirão nomeados no mdº pª trazerem prezos a esta villa a paullo do amarall e antonio rapozo tavares e não nos podendo prender lhe tomarão a pollvora e xumbo que llevão os coais hirão ate o termo de maraxubava e dalli não pasarão e asin mais prendera a todos os mais que achar que vão ao que estão em carajuba no curall dos padres e dalli tem mandº gente e de como se fes este termo o asinarão... (ACTAS DA CÂMARA, 1627, p. 281-282).

É perceptível que o ouvidor compartilha a mesma avidez do conselho, respeitante ao cumprimento da prisão de Raposo Tavares e Paulo do Amaral¹⁴².

¹⁴² Sobre Paulo do Amaral, companheiro de *dellinqüência* de Raposo Tavares, escreveu Franco (1989, p. 35-36): “Não sabemos se foi natural de São Paulo, onde sempre residiu e exerceu cargos na respectiva câmara, sendo juiz ordinário desde 1621. Em 3 de abril de 1641 era o vereador mais velho, que arvorou o pendão da proclamação do rei D. João IV. Por último foi ouvidor da capitania, tendo tomado posse em 11 de dezembro de 1648. Foi sertanista preador de índios que chegou a ter um mandado de prisão por esse motivo e supomos que continuamente viajava para o Rio de Janeiro, Espirito-Santo e Bahia, no comércio de escravatura, muito embora, no fim da sua vida, se batesse energicamente pela liberdade do indígena. Dentre as bandeiras em que figurou sabemos da de Lázaro da Costa, em 1615, da de Fernão Dias Leme, em 1623 e da de Antônio Raposo Tavares, em 1628, todas ao sul brasileiro”. Notemos que, Franco (1989)

Definiu-se que o juiz Simão Alves, acompanhado por um destacamento de doze homens – *acusados de delinquentes* –, partisse para cumprir as ordens da câmara e da ouvidoria. Além do encarceramento dos dois *delinquentes* nominados, foi também formalmente ordenada a prisão de todos os outros homens que se integravam à expedição. Caso a plenitude do cumprimento das determinações não fosse possível, que os homens da diligência pelo menos tomassem aos criminosos todo o seu estoque de chumbo e pólvora.

A efetivação da prisão dos acusados não consta na documentação primária e, por conseguinte, também não aparece na bibliografia. Especificamente quanto a Paulo do Amaral, como já verificado em rodapé nesta página, é mencionado contra ele – por Franco – um mandado de prisão, inexistindo qualquer assertiva, ou mesmo alusão, respeitante à concretização de seu encarceramento.

Cumpre frisar que o mandado de prisão contra Raposo Tavares, Paulo do Amaral e seus companheiros, foi expedido no dia 25 de setembro de 1627. A expedição que então estava sendo montada, era a que partiria de São Paulo em agosto de 1628, jornadearia rumo ao sul e iniciaria a destruição do Guairá, já em janeiro do próximo ano, tendo “como chefe incontestável a Antônio Raposo Tavares” (FRANCO, 1989, p. 413).

Em maio de 1629, essa expedição estava de volta a São Paulo, trazendo consigo farto suprimento de índios apresados. Ao que parece, o sucesso dessa empreitada granjeou respeitabilidade a Raposo Tavares, pois no primeiro dia de 1633 ele *saía no pelouro*, sendo eleito juiz ordinário da Câmara de São Paulo de Piratininga:

termo de juramento dado ao juis antonio rapozo tavares para servir de juis este ano de seis sentos e trinta e três.

Ao primeiro dia do mes de janeiro de mil e seis sentos e trinta e tres anos nesta vila de são paulo nas casas do conselho desta vila onde se custuma a fazer camara por o juis frediquo de melo foi dado o juramento dos santos evangelhos a antonio rapozo tavares pera que ele servise de juis ordinario este ano de mil e seis sentos e trinta e tres anos por sair no pelouro que se abrio este dito ano e ele dito antonio rapozo tavares resebeo o dito juramento e prometeo faser o que dese a entender guoardando em tudo o serviso de sua magestade e o direito as partes e segredo de justisa de que fis este

menciona o mandado de prisão expedido em nome do *sertanista preador de índios*, afirmando ainda a sua participação em diversas expedições dentre elas a de Raposo Tavares ao Guairá, em 1628.

termo ambrosio pr^a tabalião que ho escrevi—fradiquo de mello cout^o
— Ant^o rapozo tavares¹⁴³ ... (ACTAS DA CÂMARA, 1633, p. 145).

No mesmo dia, logo após prestar seu juramento e assumir seu cargo de juiz, Raposo Tavares deu juramento a dois paulistas que serviriam como *almotases*:

[...] no mesmo dia pelo juis antonio rapozo tavares foi dado juramento dos santos evangelhos a p^a nogr^a de pases e a fr^{co} corea pera que eles servisem de almotases destes dous meses de janeiro e fevereiro p^a que eles servisem bem seu ofisio assim como deos lho dese a entender... (ACTAS DA CÂMARA, 1633, p. 147).

No ano seguinte, já não mais como juiz do conselho, Raposo Tavares foi proibido de exercer outro cargo que ocupava, o de ouvidor em São Paulo:

Ao primero dia do mes de julho de mil e seis sentos e trinta e quatro anos nesta vila de são paulo em camara estando aly os ofisiaes da camara em camara pelos ofisiaes abaixo asinados foi mandado vir a camara ao tabalião calixto de mota e mei da cunha e o alcaide desta vila e sendo aly pelos ofisiaes da camara foi por mim escrivão mandado ler a provisão que veio da sidade da bahia sobre a privasão do ofisio de ouvidor de antonio rapozo tavares... (ACTAS DA CÂMARA, 1634, p. 216).

Um dia depois, a Câmara já tomava providências práticas acerca da questão, determinando a afixação de *quoartel*, para que ninguém mais reconhecesse Raposo Tavares como ouvidor. Além disso, foi requerido ao capitão mor que também não mais reconhecesse Raposo Tavares como ocupante do mesmo cargo, não fornecendo a ele qualquer *provisão* que o legitimasse na ouvidoria. Constatemos:

Aos dous dias do mes de julho de mil e seis sentos e trinta e quatro anos nesta vila de são paulo na casa do conselho desta vila onde se faz vereasão se juntarão os ofisiaes da camara a requerim^t do procurador do conselho e sendo juntos pelo dito procurador do conselho foi dito que lhes requeria a eles ditos ofisiaes mandasem

¹⁴³ É significativo o juramento de Raposo Tavares *perante o evangelho, prometendo fazer o que deos lhe dese a entender*. A considerar o que consta na historiografia – tanto crítica quanto apologética e, mesmo excetuando-se as hipérboles jesuíticas – sua bandeira de 1628/1629 fora de uma violência notável, não apenas escravizando, como também matando índios, inclusive aqueles já agrilhoados e marchando de volta para São Paulo. Estes eram assassinados com requintes de crueldade quando, por motivos que lhes fugiam à vontade – exaustão extrema, doença ou velhice –, não conseguiam caminhar com a pressa exigida por seus algozes. Apesar de constarem em não poucas obras historiográficas, as informações sobre esses assassinatos no retorno a São Paulo – perpetrados por Raposo Tavares e seus homens –, estão abordadas mais claramente em Monteiro (2000) e Haubert (1990). Tecemos aqui essas considerações para que possamos cogitar acerca de um juramento proferido por alguém com um passado tão pouco cristão, pelo menos nas ações. Já entre as incursões de Raposo Tavares, posteriores ao seu juramento de 1633, constam duas de grande monta: a de 1636, que destruiu violentamente as povoações do Tape –Abreu (1969, p. 137) a caracteriza como de “fúria devastadora” –, e a de 1648/1651, enorme no percurso e não tão frutífera no apresamento do gentio ... parece que Raposo Tavares interpretou que *deos lhe deu a entender* – no longo prazo e afora o exercício de seu cargo de juiz – que devia ser dada continuidade à sua faina de preador de índios.

fixar quartoel pera que se não conhesese mais a antonio raposo tavares por ouvidor por se escusarem duvidas [...] e lhe desemprimio e que outrosi pasassem precatório para os ofisiaes da camara requererem no capitão não prove-se o ouvidor... (ACTAS DA CÂMARA, 1634, p. 217).

Mesmo tendo sido Raposo Tavares juiz municipal em 1633, parece que a câmara paulistana não devotava a ele grande afeição. O mandado de prisão expedido bem antes, em 1627, atesta isso, pois antes de Raposo Tavares, muitos outros chefes bandeirantes haviam organizado grupos de grande vulto – dentre eles Diogo de Quadros –, tendo a câmara agido contra eles pretendendo não mais que manter as aparências, jamais adjetivando qualquer um como *delinqüente*, e muito menos destacando um grupo de uma dúzia de homens, visando a dar cumprimento a um mandado de prisão. Mais à frente, esse antagonismo da câmara a Raposo Tavares se tornará, de certa forma, compreensível. Por ora continuemos a analisar a questão da ouvidoria.

Um ano depois que a câmara postou-se contra o exercício do cargo de ouvidor por Raposo Tavares, nova reação oficial, de teor parecido, era registrada em ata. Verifiquemos:

Aos quatorze dias do mes de julho de mil e seis sentos e trinta e cinco anos nesta vila de são paulo em camara os ofisiaes dela pelo alcaide desta vila mandarão chamar ao tabalião desta vila calixto da mota e manoel da cunha escrivão das execusões e sendo ahi todos juntos por lhe vir a notisia que antonio raposo tavares servia de ouvidor na vila de santos ademenestrando justisa e queria vir a esta vila fazer o mesmo o que era contra a provisão pasada em nome de sua magde pelo governador geral do estado e pelo ouvidor geral jorge da silva a quoaal provizão estava aseita e registrada no livro desta camara em virtude da quoaal se pasou quartoel que ninguem conhesese nem obedesese ao dito antonio raposo tavares por ouvidor entanto que mostrase melhoramtº do dito guovernador e ouvidor geral do estado e que de novo mandarão se fixase outra ves outro quartoel de novo pera que não fose conhesido nem obedesido por ouvidor o dito antonio raposo... (ACTAS DA CÂMARA, 1635, p. 259).

Parece que de fato, Raposo Tavares exercia sua ouvidoria de maneira ilegal, principalmente na vila de Santos. Nessa última citação, fica claro que a câmara de São Paulo, ao opor-se a Raposo Tavares como ouvidor, alicerçava-se numa provisão expedida pelo governador geral e pelo ouvidor geral, documento esse que impedia o sertanista de exercer a ouvidoria em São Paulo, a não ser que por ele fosse apresentado um *melhoramio* (melhoramento) de sua provisão, o que o habilitaria ao exercício do cargo. Esse *melhoramento* era a adequação precisa de uma provisão ao exercício legal

de qualquer função, de certa forma uma filigrana burocrático-documental, cuja ausência, porém, traduzia-se em implicações proibitivas, mormente respeitante às provisões expedidas há muito tempo ou destituídas de limites claros. Em palavras simples, muitas vezes o melhoramento era a simples revalidação da provisão já emitida há tempos, noutras vezes era até mesmo uma revisão no teor textual da provisão, buscando expressar exatamente o alcance do documento. Porém, no caso da provisão de ouvidoria expedida em nome de Raposo Tavares o *melhoramento* fazia-se um pouco mais complicado. Emitida em janeiro de 1633 pelo conde de Monsanto, a provisão do sertanista foi cassada pelo governador Diogo Luís de Oliveria, em 09 de dezembro do mesmo ano, por causa de um assalto feito à aldeia de Barueri. Na ocasião, invocando a célebre lei de 1611 – que determinava a ascendência do poder temporal sobre o eclesiástico nas aldeias – Raposo Tavares, expulsou de lá os jesuítas, de forma nada cortês, propalando estar defendendo a jurisdição real. A intenção do sertanista, porém, tinha motivações bem menos vassálicas, ou seja, a escravização dos índios da aldeia invadida. O embuste não logrou êxito, tendo o embusteiro seu mandato de ouvidor cassado pela governadoria geral. No entanto, o embusteiro Raposo Tavares continuou a exercer a ouvidoria com uma provisão cassada, tornada inválida ... portanto ilegal.

Nessa última citação analisada, referente à ata de vereança de 14 de julho de 1635, foi determinada a afixação de *quarteis* nos lugares públicos. O teor desses comunicados públicos escritos, em boa parte correspondia ao que havia sido discutido na câmara. Verifiquemos exatamente o que estava escrito nos quartéis:

Mandão os ofisiaes da camara desta villa de são paulo conforme o que seus antesores tem mandado em comprimet^o da provizão e sentensa do guoverandor e ouvidor geral deste estado que nenhuma pessoa de quoaquer qualidade e condisão que seja conhesa a antonio rapozo tavares por ouvidor desta capitania ate mostrar nesta camara melhoramento da dita provizão [...] dado em camara oje quatorze de julho de mil e seis sentos e trinta e sinquo anos... (ACTAS DA CÂMARA, 1635, p. 260).

É perceptível qua a câmara de São Paulo agia guardando plena observância à provisão da governadoria geral, impedindo Raposo Tavares de atuar como ouvidor. Na ocasião, fazia já pelo menos um ano e meio que Raposo Tavares exercia ilegalmente a ouvidoria, mormente em Santos, escorado por um documento cassado. Depois da afixação desses *quaortéis*, Raposo Tavares recorreu de sua cassação, obtendo pleno êxito e retornando a ser reconhecido como ouvidor da capitania de São Vicente.

Já restituído no cargo, em 01 de janeiro de 1636, Raposo Tavares dirigiu-se à câmara paulistana, arvorado, dando ordens e procurando demonstrar inequívoca autoridade, exigindo a realização imediata de uma eleição para substituição do juiz Antonio Pedroso – impedido por estar *apelado*¹⁴⁴ – e de mais um vereador e um procurador do conselho, por estarem ausentes e, portanto, indisponíveis:

[...] loguo no mesmo dia nesta vila de são paulo em camara onde se faz vereação veio aly o ouvidor desta capitania de são vte antonio rapozo tavares [...] pelo dito ouvidor foi dito aos ditos ofisiaes da camara que visto averse dado juramtº a antonio pedroso e não mostrar melhoramtº de sua apelasão e faltar hũ vereador e procurador do conselho por serem auzentes [...] assim bem mandando aos ditos ofisiaes em tudo desem comprimtº a ley de sua magde na forma das eleisões e como se am de fazer avendo empedimtº de mortos ou auzentes ou por crimes que loguo fasão... (ACTAS DA CÂMARA, 1636, p. 281-282).

Vociferante e desenvolto, Raposo Tavares percebeu que o conselho hesitava em ser por ele conduzido. Contrariado com esse negaceio, o sertanista deu vazão ao seu autoritarismo, acusando o conselho de descumprimento da lei real, ladinamente exigindo que tal descumprimento fosse registrado formalmente pelo escrivão:

[...] os ditos ofisiaes em camara com os omês bõs do povo e sendo que os ditos ofisiaes estão nela e os bõs do povo as portas da caza do conselho eles ditos ofisiaes não derão comprimtº a dita ley pelo que ele dito ouvidor protestava de proseder contra os que não goardão as leis de sua magde [...] assim pedio o dito ouvidor a my escrivão lansase aqui fe do que tinha mandado e ver e dar fe que na dita paragem das portas do conselho estava o povo junto de que de tudo mandou fazer este termo pera costar por os ditos ofisiaes não quererem fazer a dita eleisão... (ACTAS DA CÂMARA, 1636, p. 282).

Qualificados como descumpridores da lei de sua majestade, os oficiais ficaram alarmados, até mesmo porque Raposo Tavares exigira que o escrivão registrasse isso. Constar nos autos de uma sessão de vereança como alguém desrespeitador das leis reais não era, de forma alguma, algo confortável, principalmente se o resgistro sobre isso acontecesse na presença de um número considerável de pessoas, além dos próprios oficiais municipais. No caso em questão, um significativo número de moradores acotovelava-se à porta do conselho, representando o povo da vila de São Paulo. Esses moradores haviam sido chamados à câmara pelo ouvidor Raposo Tavares, que com

¹⁴⁴ *Apelado* era o morador que havia transgredido qualquer lei, sofrendo uma *apelação*, ou seja, uma condenação formal. Grande parte dos *apelados* da São Paulo quinhentista ou seiscentista haviam sofrido apelações por causa das entradas do sertão.

inequívoca astúcia, alegara como pretexto de tal chamamento a realização da eleição para substituição dos ausentes e impedidos. No fim, o povo que devia se fazer presente à eleição, estava assistindo à uma acusação de transgressão da lei real ... testemunhando tal fato. Frente a essa situação, os oficiais começaram a justificar sua recusa em relação à realização da eleição, relativizando-a, buscando ligá-la à ausência de um vereador:

[...] pelo juiz frco nunes de siqr^a foi dito que ele ao presente não fasia a eleisão porquanto [...] tampouco estava presente o vereador frco de proensa... (ACTAS DA CÂMARA, 1636, p. 282).

Logo na seqüência, após evocar essa justificativa da ausência do vereador, o juiz Francisco Nunes de Siqueira tratou de expressar-se dando a entender que o povo, na verdade, não estava preocupado com a realização ou não da eleição, fazendo-se ali presente por ter sido chamado pelo ouvidor Raposo Tavares. Através dessas palavras do juiz, faz-se claro o seu entendimento acerca do artil de Raposo Tavares, que ao chamar o povo à câmara e acusar o conselho de descumprir as leis reais, colocava todos os oficiais em maus lençóis, numa situação em que estavam sendo acusados, perante grande cópia de testemunhas. O delinqüente, o criminoso que tivera sua prisão decretada pela câmara de São Paulo em 1627, agora – 1636 – ocupando o respeitável cargo de ouvidor, estava quase a incriminar os oficiais piratininganos, postando-se como incondicional defensor da lei majestática. Sem demora, o juiz Francisco Nunes deu continuidade à transigência já iniciada com a menção à ausência do vereador Francisco de Proença, afirmando que cumpriria a lei de sua majestade, preocupado com a possibilidade de ser irremediavelmente interpretado como criminoso pelo povo que:

[...] a chamado do ouvidor desta capitania ao que por obediencia viera a caza do conselho onde o dito ouvidor estava... (ACTAS DA CÂMARA, 1636, p. 282).

De imediato, acudiram também mais dois oficiais, fazendo eco ao juiz e protestando que fariam a eleição, assim que chegasse o vereador Francisco de Proença:

[...] pelo veador jeronimo de brito e procurador do ano pasado amaro Domingues foi dito que estão prestes fazer a dita eleisão em vindo o vereador frco de proensa... (ACTAS DA CÂMARA, 1636, p. 282).

Essa sessão da câmara ocorreu no dia 01 de janeiro de 1636. Na sessão realizada menos de uma semana depois, a 06 de janeiro, os oficiais continuaram a demonstrar preocupação, justificando a não realização da eleição no dia em que Raposo Tavares ordenara. Averigüemos:

[...] o ouvidor desta capitania o ter assim mandado se fazer e o não se fazer o próprio dia foi por falta do vereador fr^{co} de proensa não ter inda juram^o o que oje tinha pelo que requeria fisesem a dita eleição [...] oje... (ACTAS DA CÂMARA, 1636, p. 284).

Na ata da mesma sessão, os oficiais corroboraram, ainda mais uma vez, a justificativa da não realização da eleição:

[...] se não consentira se fisesse dia de ano bom a tarde foi porque o dito fr^{co} de proensa estava por aposar e não avia resebido juram^o (ACTAS DA CÂMARA, 1636, p.284).

Os oficiais aprestavam-se para fazer a eleição naquele mesmo dia. Para tanto, providenciaram a afixação imediata dos *quoartéis*, convocando o povo à câmara para a realização do pleito. A ocasião era propícia, por ser *dia de festa e por aver nesta vila povo* (p. 284). Porém, o inusitado aconteceu: depois da afixação dos *quoartéis*, Raposo Tavares saiu da vila de São Paulo, levando consigo o escrivão da câmara e o tabelião, inviabilizando, naquele dia, a votação e os registros a ela concernentes, destarte forçando o conselho a se reunir um dia depois. Verifiquemos :

Aos sete dias de janero de mil e seis sentos e trinta e seis anos nesta vila de são paulo nas casa do conselho onde se faz vereasão se juntarão os ofisiaes da camara vereadores fr^{co} de proensa e jeronimo de britto e juis fr^{co} nunes de siqr^a e o procurador do ano pasado amaro domingues e por eles ditos ofisiaes foi mandado a mi escrivão da camara fisesse este termo em como eles ditos ofisiaes mandarão fixar quortel pero ontem a hũa ora depois de meo dia se juntarem en camara os omês da governansa da tera que soem andar nos pelouros pera aos mais votos elegerem en lugar do empedido a auzentes que sahirão no pelouro deste prezente ano como tudo costa do termo que diso se fes e que por respeito do ouvidor capitão mor antonio rapozo tavares levar fora da vila o escrivão da camara a e tabalião a cuja falta se deixou de fazer a dita eleição pela quoyal resão mandarão notefiquar aos omês da governansa da tera não sahisem fora desta vila pera oje de tarde se fazer a dita eleição a saber hũ juis que sirva durante o empedim^o de antonio pedrozo que sahio no pelouro e hũ vereador que sirva no lugar de pero de oliveira e hũ procurador do conselho que sirva em lugar de fr^{co} dias por serem auzentes de auzensia prelongada tudo na conformidade asima declarada de que se fes este termo que asinarão os ofisiaes eu ambrosio pr^a escrivão da camara o escrevi ... (ACTAS DA CÂMARA, 1636, p. 285-286).

No período vespertino desse dia, finalmente a votação foi realizada, sendo eleitos: Francisco João para juíz, Francisco Jorge para vereador e Leonel Furtado para procurador do conselho. A lei real havia sido cumprida, por determinação de Raposo Tavares, ouvidor da capitania de São Vicente. Nesse episódio, talvez possa ter se

tornado claro o viés autoritário da conduta de Raposo Tavares, um ouvidor que agiu altivamente perante o conselho piratiningano, acusando-o arditamente de descumprimento da lei real, diante de um número expressivo de colonos... um ouvidor que, postando-se como defensor de sua majestade, pôs em dúvida a lealdade vassálica da Câmara de São Paulo, cujos componentes tornaram-se ansiosos por cumprir a lei majestática, convocando o povo rapidamente para a votação... um ouvidor que após verificar que suas ordens seriam cumpridas, deliberadamente atrapalhou o conselho paulistano, levando para fora da vila o escrivão e o tabelião, numa atitude inesperada, assemelhada a uma bravata.

Avizinhando-nos do final deste segundo capítulo, podemos afirmar que nas atas, o Raposo Tavares que aparece é o delinqüente que recebeu ordem de prisão em 1627, quando preparava sua expedição que viria a devastar as missões jesuíticas. Nas atas, o Raposo Tavares que aparece é o juiz ordinário eleito em 1633, após abastecer a vila com farta provisão de cativos¹⁴⁵. Nas atas, o Raposo Tavares que aparece é o homem que exerceu ilegalmente a ouvidoria por dois anos, escorando-se numa licença que fora cassada pela governadoria geral em dezembro de 1633... cassação que foi efetivada após um ataque violento à aldeia de Barueri, quando o então ouvidor expulsou de lá os padres e lá escravizou índios. O Raposo Tavares das atas é o ouvidor, que já reconduzido ao cargo, no início de 1636, impôs claros constrangimentos à câmara piratiningana, quando da realização da eleição há pouco por nós analisada.

Considerado o maior dos sertanistas paulistas – embora fosse português de nascimento – parece não restar dúvidas a respeito do objetivo das entradas realizadas por Raposo Tavares: o apresamento indígena. Homem de seu tempo, Raposo Tavares estava volvido para a obtenção de mão-de-obra escrava. Nada indica que Raposo Tavares diferisse dos paulistas de sua época e contexto. Como todos os outros colonos preadores de índios, *o maior dos bandeirantes* deve ser entendido como alguém situado historicamente, não adjetivado extraordinariamente, epicamente, heroicamente. Como todos os outros colonos preadores, Raposo Tavares não foi um patriota, não teve a intenção de alargar as fronteiras do estado português. Como todos os outros colonos caçadores de gente, Raposo Tavares matou e escravizou, espalhando sangue e desolação... porém, pela dimensão de suas expedições e pelos copiosos *frutos* de suas

¹⁴⁵ A bandeira de Raposo Tavares partida de São Paulo no ano de 1629, escravizaria “milhares de índios” (WEHLING & WEHLING, 1994, p. 116). Embora essa quantidade de presas aparente ser exagerada, é a postulada por muitos historiadores, de forma recorrente.

caçadas, o *grande bandeirante* tornou-se famoso, sendo entendido como o expoente máximo da *raça de gigantes*. Como todos os outros bandeirantes, Raposo Tavares não chegou ao Pacífico empunhando sua espada, não a lavou do sangue indígena nas ondas do litoral oeste da América. Como todos os outros bandeirantes, o homem que não chegou ao Pacífico não era necessariamente pacífico, mas prático, presa dos determinismos históricos de seu contexto. Como todos os outros bandeirantes, Raposo Tavares não foi nenhum herói desbravador, não foi nenhum desassombrado arrostador dos múltiplos perigos dos sertões, mas sim um andejo florestal, um mateiro que conhecia o meio agreste, sabendo nele sobreviver e por ele avançar. Assim como todos os outros colonos, Raposo Tavares era humano, demasiadamente humano... homem ordinário, nada extraordinário.

São Paulo nunca foi o berço de uma raça extraordinária de homens, nunca foi um celeiro de heróis, embora as produções historiográficas triunfalistas tenham conseguido construir tal idéia, disseminando-a através do tempo, tendo nesse processo de disseminação uma importante auxiliadora: a educação escolar. No capítulo vindouro, o último desse estudo, estaremos tratando das relações tecidas entre a historiografia e a escola, investigando em livros didáticos e historiográficos, todo o processo de construção político-ideológica da figura do bandeirante, averiguando, sobretudo, como esse personagem histórico é entendido atualmente.

PARTE II

**AS ABORDAGENS SOBRE A FIGURA DO BANDEIRANTE NOS
LIVROS DIDÁTICOS PUBLICADOS ENTRE 1894 E 2006: A
PREDOMINÂNCIA DO TRIUNFALISMO E DA HEROICIZAÇÃO**

CAPÍTULO III

O BANDEIRANTE NOS LIVROS DIDÁTICOS: 1894 a 2006

3.1. O Bandeirante nos livros didáticos: de 1894 ao final da década de 1940

Em 1889, o Barão do Rio Branco se debruçava para escrever um livro que seria publicado cinco anos depois em São Paulo, pela Livraria Teixeira & Irmão. A obra intitulou-se *História do Brasil*, sendo destinada ao ensino primário. Enquanto o já eminente estadista e diplomata brasileiro redigia as páginas do trabalho em pauta, o Brasil imperial chegava aos seus derradeiros estertores, com o advento da Proclamação da República, movimento, que foi, em grande medida, fruto do descontentamento dos grandes proprietários de fazendas cafeeiras, que agregando-se em busca de benefícios políticos, conseguiram chegar ao governo nacional. Sobre isso, na obra *Filosofia e História da Educação Brasileira*, escreveu Ghiraldelli Jr. (2003, p. 15):

Todos sabemos que a República não veio por meio de um grande movimento popular. Ela se instaurou como um movimento militar com apoio variado de setores da economia cafeeira então descontentes, principalmente por conta de o Império deixar a desejar quanto à proteção dos chamados barões do café e outros grupos regionais.

Escrevendo sobre o mesmo período, na obra *Educação e Sociedade na Primeira República*, observou Nagle (2001, p. 24):

A influência da lavoura cafeeira, contudo, não atingiu apenas a economia nacional como um todo; influenciou também, os mais diversos setores da sociedade brasileira, a ponto de se falar numa civilização do café.

Romanelli (1986, p. 40), escrevendo sobre a *Evolução do Ensino no Brasil*, asseverou que o país tinha: “[...] no período monárquico [...] poucas escolas primárias (em 1888, 250.000 alunos), para uma população de 14 milhões de habitantes...”.

Já Nagle (2001, p. 38), referindo-se aos dados censitários obtidos no ano seguinte à Proclamação da República, afirma que “a população total em 1890 era de 14.300.000”, remontando a “população urbana a pouco mais de 1.200.000” pessoas.

Foi nesse contexto brasileiro que o livro *História do Brasil*, de Rio Branco, foi publicado. A República há pouco instalada – cinco anos – conservava ainda, no que

dizia respeito à educação, muitas das características do final do Império, ou mesmo do primeiro ano após sua derrocada. Talvez o último livro didático de história do Brasil elaborado no Império – posto que escrito em 1889 –, o trabalho de Rio Branco será o primeiro por nós analisado, neste último capítulo de nossa tese, que busca investigar como a figura do bandeirante foi tratada nos livros didáticos, desde então, até os dias atuais. Para que iniciemos a investigar isso, averiguemos o que escreveu Rio Branco (1894, p. 59), ao discorrer sobre *A conquista do interior nos séculos XVI e XVII*:

No tempo do domínio hespanhol (1580-1640), os paulistas que foram os operarios diligentes da civilização do Brazil no centro e ao sul do Império¹⁴⁶, avançaram até muito longe pelo interior das terras...

Obreiros civilizadores, os sertanistas de São Paulo teriam estabelecido os postos avançados da civilização nos sertões do continente. O ilustre autor da obra em pauta assevera isso, de maneira clara, denotando acreditar nisso, afirmando, na seqüência, que os sertanistas empreendiam tais avançamentos:

[...] á procura de ouro e dando caça aos índios que reduziam á escravidão para fornecer de trabalhadores as fazendas da costa (RIO BRANCO, 1894, p. 59).

A pesquisa aurífera é aqui mencionada, seguida pela afirmação quanto ao apresamento. No entanto, a escravização dos indígenas é afirmada de maneira singular, como se as presas fossem todas destinadas às fazendas litorâneas, inclusive sem mencionar se eram fazendas da própria capitania de São Vicente ou das férteis terras nordestinas – *de massapé gordo*, como escreveu Holanda – onde, como se sabe, houve falta de escravaria africana, durante a ocupação hlandesa, de 1630 a 1654. Rio Branco também não faz qualquer menção à mão-de-obra escrava, utilizada em grande escala no próprio planalto de São Paulo.

Quanto às origens do bandeirantismo, o baronial autor escreveu que os paulistas:

Atacados pelos selvagens, a princípio limitaram-se á defensiva, depois tomaram a resolução de se desembaraçar dos seus inimigos. A primeira guerra dos paulistas, dirigida por Jeronymo Leitão, foi feita contra os tupiniquins do Anhemby, hoje Tietê, que contavam, segundo os jesuítas hespanhães, trezentas aldeias e 30:000 combatentes. Essas aldeias foram quase todas arrasadas e um grande numero de indios, reduzidos a escravidão. A guerra durou seis annos (RIO BRANCO, 1894, p. 59).

¹⁴⁶ Ao escrever a palavra Império – equívoco claro, pois nos séculos XVI e XVII o Brasil ainda era colônia –, o autor deixa claro que sua obra foi escrita, de fato, antes da Proclamação da República, embora no mesmo ano de seu advento.

Temos aqui um grupo de frases que sintetiza, convincentemente, o momento em que os paulistas passaram da defensividade¹⁴⁷ para a ofensividade, iniciando a primeira investida de grande monta contra os índios¹⁴⁸. A menção do autor quanto ao número de índios apresados – 30.000 –, com base em fontes jesuíticas, embora não possa ser tomada como fidedigna – devido ao teor panfletário dos escritores inicianos –, cumpre asseverar que a escravaria trazida para São Paulo por Gerônimo Leitão, certamente não foi pouca, de forma alguma¹⁴⁹.

Depois de tratar dessa expedição, Rio Branco segue sua abordagem sobre os paulistas, tratando das expedições de Afonso Sardinha, Jorge Correa e João Prado (todas realizadas na última década do século XVI), discorrendo ainda acerca da tropa de Nicolau Barreto (1602), a primeira de grande porte do século que se iniciava.

Analisando a capacidade de aparelhamento dos homens do planalto, na metade da primeira década do século XVII, escreveu Rio Branco (1894, p. 60):

Em 1606, os Paulistas não podiam armar, para estas expedições, mais de 1:800 homens, dos quaes 300 brancos e 1:500 Indios, quase todos munidos de armas de fogo e protegidos nos combates por uma couraça de couro acolchoada de algodão.

É certo que a vila de São Paulo, ainda bastante acanhada no início dos seiscentos, não tinha capacidade para dispêndios com tanto material bélico e com tanta vestimenta sofisticada. Rio Branco nos dá a idéia de um grande agrupamento de homens, um exército vestido com roupas de couro, dispondo de muitas armas de fogo. Em nota de rodapé, às páginas 60 e 61 de sua obra, Rio Branco informou a fonte em que se alicerçou, para escrever sobre guerreiros tão bem paramentados:

... Todos muy bien armados com escopetas, vestidos de escupiles, que son al modo de dalmáticas, estofadas de algodon, com seguridad de lãs saetas; á son de caixa, vanderá tendida, y orden militar... (MONTROYA, *Conquista Espiritual*, § 75, pag. 92).

¹⁴⁷ As ameaças e ataques indígenas aos paulistas, antes que o apresamento se sistematizasse, foram por nós abordadas no primeiro capítulo deste estudo, da página 33 à página 38. Abordamos também as ofensivas dos índios, após o brutal apresamento levado à cabo por Jerônimo Leitão e seus homens.

¹⁴⁸ Essa primeira investida dos paulistas chefiados por Gerônimo Leitão, foi por nós abordada neste trabalho, desde seus preparativos até os resultados posteriores, da página 107 à 120.

¹⁴⁹ Isso pode ser verificado no segundo capítulo deste estudo, às páginas 116 e 124. A farta escravaria que entrou em São Paulo, devido à ação dos homens de Leitão, é evidente nas Actas da Câmara de São Paulo.

Aqui está o fruto da pena eloqüente do inaciano Antônio Ruiz de Montoya¹⁵⁰. Nesse ponto do trabalho de Rio Branco, é possível verificar claramente que os principais fundamentos contidos na obra do jesuíta, no que diz respeito à indumentária sertanista, foram eficazmente reproduzidos nas aulas de história nas escolas brasileiras, uma vez que *História do Brasil* foi um livro didático, trabalhado pelos professores junto aos alunos do ensino primário, no final do século XIX e início do XX.

Na seqüência dessa obra, ao discorrer sobre Manuel Preto, um dos mais conhecidos sertanistas da história colonial, Rio Branco (1894, p. 61-62) comete um claro equívoco, ao afirmar:

Lemos em uma obra recente que elle era apelidado em S. Paulo “o herói de Guayra”. Por um erro é que lhe dão este nome, porque provavelmente tinha morrido na época da conquista de Guayra.

Sem citar a fonte em que leu a postulação que então pretendia negar, Rio Branco à época contribuiu para a disseminação de uma notável imprecisão histórica, pois é largamente sabido – e já o era na própria época da obra que ora analisamos, pois seu autor antagoniza um trabalho não identificado, que ele mesmo traz à baila – que Manuel Preto esteve presente no Guairá, tomando parte na destruição dos núcleos jesuíticos, onde muitos índios foram apresados pelos paulistas.

Verifiquemos o que escreveu Washington Luís (1980, p. 300):

Em 1618, Manoel Preto já freqüentador dessas paragens, com uma imensa bandeira, acomete a redução de Loreto, na foz do Pirapó, afluente do Paranapanema...

Como vemos, o sertanista ainda era vivo em 1618, incursionando justamente pela região guairenha. Exatos dez anos depois, Manuel Preto ainda vivia, pois foi designado como cicerone do governador do Paraguai, Dom Luís Céspedes Y Xeria, em sua passagem pela vila de São Paulo de Piratininga. Sobre isso, escreveu Washington Luís (1980, p. 303):

O capitão-mor, naquela época, Álvaro Luís do vale, designou o capitão Manoel Preto para que, apenas com seus índios sem nenhuma pessoa branca, acompanhasse D. Luís Céspedes, pelos rios abaixo, voltando imediatamente a São Paulo, sem ir ao sertão nem trazer outros índios.

Também sobre isso, escreveu Franco (1989, p. 324):

¹⁵⁰ No segundo capítulo deste trabalho, da página 192 à 199, fizemos uma análise acerca da eloqüência panfletária e das adjetivações superlativas do Padre Montoya, ao narrar os ataques bandeirantistas ao Guairá.

Em 22 de junho de 1628, sempre com o posto de mestre de campo (Manuel Preto), foi encarregado pelo capitão-mor governador Álvaro Luís do vale de conduzir o governador do Paraguai, D. Luis de Céspedes Xeria, pela via do Tietê.

No começo do ano seguinte, à exemplo de sua incursão de 1618, Manuel Preto ia novamente ao Guairá. Sobre isso, escreveu Ellis (1997, p. 287):

No início de 1629, arrojou-se contra a região do Guairá a bandeira de Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares, Pedro Vaz de Barros, Salvador Pires de Medeiros e outros; a maior de todas as que até então para lá se haviam dirigido – 900 mamelucos, 2.000 índios auxiliares capitaneados por 69 paulistas. Destruíu inúmeras reduções, aprisionando os índios, expulsando os jesuítas Paraná abaixo e arrasando os burgos castelhanos de vila Rica, à margem esquerda do rio Ivaí e Ciudad Real, próxima à foz do Pequiri, no Paraná.

Sobre essa mesma bandeira, escreveu Taunay (1951, p. 47):

Em 1629 ocorreu um dos mais notáveis episódios da história do bandeirantismo, a destruição das grandes reduções do Guairá pela coluna paulista [...] a que chefiavam dois homens férreos: o velho Manuel Preto e o jovem Antônio Raposo Tavares.

Como está claro, Manuel Preto ainda vivia no final da década de 1620, tendo tomado parte, desde o início do século em pauta, nas investidas bandeirantes sobre o Guairá. Além de Taunay, Ellis, Carvalho Franco e Washington Luís – os que aqui nos auxiliaram a demonstrar a participação de Manuel Preto no Guairá –, não poucos outros autores escrevem sobre a atuação desse sertanista no apresamento em larga escala, ocorrido na região. Isso é, na verdade, bem conhecido por qualquer pessoa que se debruce sobre a historiografia do bandeirismo. Manuel Preto não foi *o herói do Guayra*, como assevera a fonte que Rio Branco menciona – sem identificar –, buscando negar que o bandeirante em pauta vivia quando da “... época da conquista da província de Guayra” (RIO BRANCO, 1894, p. 62). Manuel Preto foi não um herói de qualquer conquista, mas um mestre-de-campo, um chefe importante, um protagonista da destruição, do apresamento e da matança levados a cabo pelos paulistas nas povoações jesuíticas guairenhas.

Após esse equívoco acerca de um dos mais propalados bandeirantes da colônia, Rio Branco prossegue sua abordagem sobre o sertanismo paulista, narrando o prosseguimento da destruição das reduções e a fuga dos índios e jesuítas rumo aos limites meridionais da colônia, que capitaneados pelo padre Montoya, estabeleceram-se

no Tape (atual Rio Grande do Sul), reconstruindo os povoamentos de Loreto e Santo Inácio. No texto de Rio Branco, Antônio Raposo Tavares tem atuação destacada na devastação do Guairá e do Tape. Esse sertanista foi sim um chefe apresador que atuou nas regiões em questão; porém, ao afirmar a ausência de Manuel Preto no Guairá, o texto de Rio Branco atribui todo o protagonismo das ações sertanistas naquela vasta área a Raposo Tavares, contribuindo para a magnificação de sua figura, que certamente é a mais conhecida de toda a história das bandeiras.

Em síntese, publicada em 1894, a obra *História do Brasil*, de autoria do Barão do Rio Branco, apresenta os bandeirantes como homens muito bem paramentados para as contendas e a lida nas matas; nega a participação de Manuel Preto nos assaltos ao Guairá, afirmando-o morto num claro equívoco de datas, e exagera na quantidade de armas de fogo existente na São Paulo do início do século XVII, considerando como escopeteiros ou arcabuzeiros índios que eram flecheiros. Embasado na obra *A Conquista Espiritual*, de autoria de Montoya – que é citada às páginas 61 e 65 do livro ora em foco – e na *Nobiliarquia Paulistana* de Pedro Taques – citada na página 64 – Rio Branco ofertou uma versão em que os bandeirantes não andam pelas matas da colônia, mas sim do Império. Mateiros do Brasil Imperial, os sertanistas de Rio Branco (1894, p. 60) avançaram pelo interior do continente, protegidos por *couraças de couro* e apresando índios. A visibilidade que o autor em pauta dá ao apresamento é passível de ser observada. Contudo, deslocada de seu tempo e contexto, essa particularidade importante do sertanismo perde muito de seu significado, pois leva o leitor ao entendimento de que tal fenômeno ocorreu no Império, não na Colônia, cumprindo por último observar, que em momento algum de seu texto sobre os sertanistas paulistas, Rio Branco os situa como personagens históricos coloniais. As palavras colônia, colonização ou colonial simplesmente não aparecem nas dezesseis páginas dedicadas ao estudo da *Conquista do interior nos séculos XVI e XVII*¹⁵¹.

Feita a análise acerca do texto que trata do sertanismo paulista na obra *História do Brasil*, publicada em 1894 pelo Barão do Rio Branco, verifiquemos agora como o mesmo tema é tratado na obra intitulada *Compendio de História do Brasil*, publicada

¹⁵¹ O título completo do texto em pauta é “A conquista do interior nos séculos XVI e XVII. Guerra dos Paulistas, Descoberta das minas de ouro”. A palavra que está por nós grifada está assim escrita na obra. Claramente, trata-se de um erro de impressão da palavra *séculos*. Cumpre informar, que embora seja mencionada no título, absolutamente nada no texto aparece sobre a *descoberta das minas de ouro*.

em 1902 por Raphael Galanti. Nesse livro, o texto que ora iniciamos a averiguar intitula-se *Missões, Jesuítas e Paulistas*, contendo vários subtítulos, sendo o primeiro deles intitulado *Os Paulistas*, em que o autor, alicerçado em Southey, descreve os moradores do planalto de São Paulo:

Entretanto crescia, escreve Roberto Southey, I, 467, uma raça de homens, ferozes sim e intratáveis, mas que com a mistura do sangue indígena, adquiriam uma actividade constitucional incançavel. Enquanto os hespanhóes no Paraguay se deixavam ficar onde os puzera Yrala...continuaram os brasileiros por dois seculos a explorar o paiz; mezes e annos passavam este obstinados aventureiros pelas florestas e serranias a caçar escravos ou a procurar ouro e prata, seguindo as indicações dos indios. E afinal lograram assegurar-se a si e a Casa de Bragança as mais ricas minas e maior extensão da America do Sul, de toda a terra habitavel a região mais formosa (SOUTHEY *apud* GALANTI, 1902, p. 206).

Os homens que palmilharam o interior do continente eram, segundo essas palavras, de temperamento forte, de difícil trato, além de fisicamente superiores – devido ao sangue indígena a eles legado pela miscigenação –, incansáveis no cumprimento das extensas jornadas sertanejas a que se submetiam, buscando escravos índios ou minerais valiosos. Esses homens *obstinados* sabiam também se valer da sabedoria ancestral dos índios durante seus deslocamentos, legando ao estado português jazidas de minérios preciosos e vastas porções de terra.

Mais à frente, no subtítulo intitulado *Os caçadores de escravos no sertão*, o autor da obra em análise prossegue no mesmo viés:

[...] eram os paulistas incançaveis nas pesquisas. Para elles, buscar minas e caçar escravos tudo era um [...] servindo um bando de índios para compensar uma expedição perdida em procura de ouro. De sustento, durante as entradas no sertão, serviam os pinhões, alimento ordinário dos selvagens nestas partes (GALANTI, 1902, p. 208).

Novamente adjetivados como *incançaveis*, os colonos que iam ao sertão procurar minérios traziam índios no retorno a São Paulo, caso o objetivo primeiro – a descoberta mineral – não fosse atingido, evitando, desta forma, prejuízos maiores, decorrentes dos dispêndios inerentes ao preparo da incursão. A menção acerca da alimentação com pinhões parece ser derivada de Cardim (1980)¹⁵², embora o autor não o mencione.

¹⁵² Na obra *Tratados da terra e gente do Brasil*, escrita na época das expedições paulistas, Cardim (1980, p. 174) escreveu sobre a existência de muitos pinheiros na Capitania de São Vicente, o que proporcionava suficiência alimentar aos índios: “[...] há muitos pinheiros, as pinhas são maiores, nem tão bicudas como

Escrevendo sobre a escravidão imposta aos homens naturais da terra, Galanti (1902, p. 206-207) observa que eram:

[...] tyrannicos os colonos, tratando os indígenas como uma raça de animaes inferiores, creados unicamente para uso delles. Innumeros destes pobres índios definhavam na escravidão; outros viviam acabrunhados de duro trabalho e desapiedados tratos, e os que escapavam ao captivo, fugiam para os sertões, onde a quatrocentas, ou quinhentas léguas do mar mal se julgavam seguros.

Sobre o esgotamento da população indígena nas proximidades do litoral, cujas conseqüências ensejaram jornadas de apresamento mais extensas, escreveu o autor do livro didático em análise:

[...] com a sua tyrannia despovoaram tão completamente a costa [...] que [...] não tendo mais aonde ir buscar escravos, e consumido o abastecimento de naturaes que lhes ficava ao alcance, restava o sertão como unico recurso aos portuguezes... (GALANTI, 1902, p. 207)

Pretendendo explicar o palmilhar do interior do continente em busca de escravos índios, partindo do princípio simplista de que os sertanistas agiam de maneira maléfica e condenável, Galanti não menciona a pobreza que dominava o planalto de São Paulo, ofertando uma versão fundamentada num suposto ódio étnico, devotado pelos mamelucos aos seus ascendentes indígenas. Verifiquemos:

Para justificar estes homens, nada, e para atenuar-lhes o nefario proceder, bem pouco pode dizer-se; mas, além dos princípios comuns a todos os traficantes de escravos, algumas circunstancias especiaes houve que os determinaram. O gérmen e, por assim dizer, o grosso da população era de mamelucos creados no odio hereditario contra a sua tribu materna, e obedeciam ao instincto de uma natureza pervertida, perseguindo homens que julgavam seus mortaes inimigos... (GALANTI, p. 207-208).

No texto do subtítulo *Paulistas e Jesuítas*, discorrendo sobre os antagonismos que caracterizaram as relações estabelecidas entre paulistas e jesuítas à época das expedições apresadoras, escreveu Galanti (1902, p. 208):

Com o zelo de homens que sabiam estarem cumprindo o seu dever, se oppunham os jesuítas ao trafico de escravos índios. Nunca houve mais santa causa, nunca houve quem a uma causa se votasse com valor mais heróico. Assim tornaram elle seus implacáveis inimigos

as de Portugal: e os pinhões são também maiores, mas muito mais leves e sadios [...] e é tanta a abundância que grande parte dos índios do sertão se sustentam com pinhões, dão-se pelos matos ...” Essa informação de Cardim foi repetida por alguns autores mais próximos da contemporaneidade, tornando-se de relativa recorrência na historiografia.

desde a fundação de São Paulo os mamelucos, e na verdade a maior parte do povo.

Para o autor em pauta, a hostilidade que cada vez mais medrou entre colonos e jesuítas, teria contribuído para que os ataques às povoações guairenhas ocorressem, simplesmente pelo fato de que tais povoações haviam sido erigidas pelos inacianos:

Terem sido creadas por esta ordem odiosa (a dos jesuítas) era razão bastante para que os paulistas vissem com olhos hostis as reduções do Guayrá... (GALANTI, 1902, p. 208).

Sobre o ataque à redução de Santo Antônio, onde estava presente o Padre Mola, escreveu Galanti (1902, p. 210):

Deu-se o assalto, e foi saqueado o logar. Quem tentou resistir, foi trucidado ao pé mesmo do altar, e mais de dois mil e quinhentos índios foram arrastados escravos. De nada valeram as admoestações, as supplicas, as lagrimas do jesuíta (o padre Mola), e quando este lembrava áquelles desalmados a justiça divina, respondiam elles que quanto a isso, tinham sido baptizados, e haviam, pois, de entrar no céu.

Saqueadores e trucidadores de gente perante o altar católico, os duros sertanistas não se deixavam sensibilizar pelo pranto ou pelos suplicantes pedidos do padre Mola, dizendo-se seguros de ingressarem futuramente no céu, devido ao sacramento do batismo. Aqui, os sertanistas não são apontados apenas como impiedosos matadores e escravizadores de índios, mas também entendidos como hereges, deturpadores dos ditames da igreja católica. Num tom não pouco acabrunhante, Galanti (1902, p. 210-211) prossegue em sua narrativa da destruição das reduções guairenhas:

Da mesma forma se destruíram outras tres reduções. Debalde se revestiam os jesuítas com as vestes do altar, sahindo de cruz alçada ao encontro dos paulistas. Homens da tempera destes não eram mais sensiveis a religião do que á humanidade, e, levando consigo todos os índios de que podiam lançar mão, adeante de si os iam tangendo com a barbaridade que sempre caracterizou e caracterizara este abominavel trafico, de modo que a maior parte lhes morreu pelo caminho, exhaustos de fadiga, miséria e fome. Quando já nem a força dos açoutes podia obrigar algum a seguir mais longe, deixavam-no que expirasse abandonado ou fosse pasto das feras e abutres; nem se sofria que pae ficasse com filho ou filho com pae nesta tremenda extremidade, e o azorrague punha o sobrevivente em marcha.

De nada adiantou a cruz erguida para o alto e os padres envergando em seus corpos os tecidos do altar. Os paulistas prosseguiram sua obra destrutiva e acabaram

apresando grande quantidade de índios, pondo-os em marcha rumo a São Paulo, numa jornada de sofrimento, exaustão e privação de alimentos. Os escravos eram obrigados a prosseguir sempre, não obstante estivessem nos limites do cansaço e da fraqueza oriunda da fome. Açoitadas com azorragues (chicotes), as *presas* prosseguiram, até que nem mesmo tais castigos as fizessem se mover, quedando-se, por fim, no chão da floresta, onde eram abandonadas pelo grupo em marcha, que levava para longe e para sempre os seus familiares. Jazendo exangues no chão da mata, restava-lhes a agonia derradeira, antes que a morte sobreviesse, inanimando-os completamente, ofertando-os aos predadores selvagens e às aves de rapina.

Galanti (1902, p. 211) narra também os trabalhos dos padres Mansilha e Maceta, que partiram atrás da expedição que retornava ao planalto de Piratininga, acompanhando-a de perto durante todo o trajeto:

Mansilha e Maceta tiveram a coragem de seguir a partida tão de perto como lhes era possível, confiando no que lhes deparassem as selvas para subsistência, e administrando as consolações que podiam, aos moribundos de que ficava juncado o caminho. Nove mezes gastaram os paulistas nesta expedição de que trouxeram para casa mil e quinhentas cabeças de escravos, gabando-se de que nunca haviam feito melhor caçada.

Um pouco à frente, analisando as “conseqüências funestas” dos ataques paulistas ao Guairá, Galanti (1902, p. 213) assevera que “destruídos quase totalmente estavam os fructos de tantos trabalhos dos jesuítas neste país selvagem”. Depois da *última assolação* imposta pelos paulistas à região do Guairá, somada ao *indifferentismo do governador* do Paraguai no que dizia respeito aos pedidos de proteção dos jesuítas, ocorreu a célebre fuga dos indígenas sobreviventes rumo ao sul¹⁵³, guiados pelos

¹⁵³ Quando a fuga do Guairá ocorreu, onze de um total de treze aldeias existentes na região haviam sido devastadas pelos bandeirantes. Alicerçado em Montoya, é Taunay (1951, p. 53) quem afirma isso: “Certo que a situação no Guairá era insustentável apressara Montoya o êxodo geral de seus índios de Loreto e Santo Inácio, únicas reduções que ainda subsistiam das treze recentemente florescentes. E o fez embarcando os seus gentios, nada menos de doze milhares de guaranis, em setecentas jangadas e canoas. As onze aldeias destruídas, contavam o seu dizer, para cima de 33.000 habitantes”. Sobre a quantidade de retirantes, afirmou Montoya (1985, p. 135): “Fabricaram-se, em tempo brevíssimo, 700 balsas, sem contar canoas soltas em quantidade, embarcando-se nelas mais de 12.000 almas”. Já sobre a quantidade de sobreviventes das agruras da áspera jornada, Haubert (1990, p. 158) asseverou que dez a doze mil pessoas haviam abandonado o Guairá; apenas quatro ou cinco mil sobreviveram à provação: “A história desse êxodo foi contada várias vezes: o abandono das terras ancestrais, das reduções já florescentes [...] o naufrágio das embarcações improvisadas, a caminhada penosa pela floresta para contornar as quedas do Paraná, as crianças, os anciãos, os enfermos carregados ou arrastados por várias léguas, os ataques das jibóias e dos jaguares, a fome, a epidemia de disenteria, os missionários magros que usam o resto de suas forças para impedir que as ovelhas se entreguem ao desespero, o risco de choque com os colonos, que querem impedir essa emigração de mão-de-obra, e finalmente a chegada às antigas reduções do Paraná. Mas, ainda nessas missões, a fome e a epidemia aguardam os neófitos: são obrigados a se alimentar de

religiosos das reduções em pauta. Nessa *emigração* (GALANTI, 1902, p. 213) fluvial, encetada pelo rio Paraná abaixo, em diversos momentos fez-se necessário o abandono das canoas – nos trechos onde abundavam cachoeiras – e a continuidade do avanço por terra, entre espessas matas ciliares, onde existiam muitos predadores selvagens de grande porte. O grupo de missionários e índios foi avançando rumo ao sul, ora por água – a maior parte –, ora por terra. Antes que tal avançamento parasse em definitivo, num ponto meridional que oferecesse segurança ante a ação predatória dos escravizadores paulistas, as péssimas condições às quais há dias se submetiam os fugitivos começaram a cobrar seu preço:

[...] rebentou entre elles, conseqüência dos passados sofrimentos, uma peste que os ceifou aos centos. Furiosas com terem-se cevado nos mortos, arremetiam as feras com os vivos¹⁵⁴... (GALANTI, 1902, p. 214).

Depois de tratar dessa fuga em massa do Guairá, o autor deste livro didático em análise escreveu sobre a improficuidade dos novos assentamentos estabelecidos pelos fugitivos na região do Tape, atual estado do Rio Grande do Sul, onde depois também chegaram os bandeirantes, forçando os prófugos a buscar assentamento ainda mais abaixo, rumo ao extremo sul do continente:

Muito isento destas devastações não ficou o Tapé... Os paulistas também aqui chegaram, recorrendo os jesuítas em vão á protecção da Assumpção, Corrientes e Buenos Aires... e apoz alguns perdidos esforços para sustentar o terreno, tiveram os jesuítas de fugir deste paiz como já o haviam feito de Guayra, reunindo entre o Paraná e o Uruguay, onde estes rios mais se approximam um do outro, os destroços de todos os seus estabelecimentos (GALANTI, 1902, p. 215).

Este livro didático de 1902, grandemente embasado na historiografia produzida por Robert Southey, oferta uma versão em que os bandeirantes são fisicamente incansáveis – posto que são resultado de uma miscigenação que teria apurado tais qualidades –, homens “intratáveis, tyranicos” (p. 206) escravizadores e matadores de índios que não titubeavam em “trucidar sua presas ao pé mesmo do altar” (p. 210),

pedaços de couro, sapos, serpentes; as crianças brigam pela pouca comida [...] os pais desenterram as sementes nos campos. Dez a doze mil pessoas haviam abandonado o Guairá; apenas quatro ou cinco mil sobreviveram à provação”.

¹⁵⁴ Na obra *Índios e Jesuítas no tempo das Missões*, Haubert (1990, p. 158) aborda detalhadamente essa fuga dos índios e jesuítas rumo ao sul, mencionando, entre outras agruras e infortúnios sofridos pelos retirantes, a “fome, a epidemia de desinteria e os ataques dos jaguares”. Também Taunay (1951, p. 53) escreveu que: “por mal de calamidades assaltou uma epidemia aquela turba desnutrida e tão provada, vitimando numerosíssimas pessoas [...] muita gente pereceu na terrível marcha, morta de moléstia ou às garras dos tigres”.

deixando atrás de si “consequencias funestas” (p. 212), “frutos de seu nefário proceder” (p. 207). Protagonistas do “abominável trafico” (p. 211) de índios, os bandeirantes atingiam o ápice da “barbaridade” (p. 211) quando, no retorno à São Paulo, açoitavam homens famintos e “exhaustos de fadiga” (p. 211), prostrando-os já quase mortos, a aguardar feras e abutres. Contudo, nessa obra didática ora analisada, à despeito do enfoque com ênfase na matança, morte e escravidão perpetradas pelos paulistas, a expansão geográfica não lhes é negada:

O que é certo é que, si estes aventureiros se não houvessem movido, ter-se-ia a Hespanha apoderado da costa do Brazil ao sul de Paranaguá, e hespanholas em vez de portuguezas teriam sido no sertão as minas de Goyaz, Mato Grosso e Cuyabá (GALANTI, 1902, p. 209).

Cumprido observar, que se Galanti não nega ou omite a expansão do território como obra dos paulistas, certamente não a coloca em primeiro plano, em sua abordagem sobre o bandeirismo. Notadamente, o autor credita significativo heroísmo aos jesuítas, ressaltando a relevância de sua obra missionária, bem como a defesa incondicional dos índios em processo de catequização. Sobre a confiança que os homens naturais da terra tinham nos padres, afirmou o autor:

Proseguindo sempre no systema inaugurado por Nobrega e Anchieta, iam os jesuítas, quando para o seu zelo não achavam mais emprego na costa, buscar os indigenas ás suas abrigadas, sendo estas jornadas muitas vezes obra para dezeseis a dezoito mezes. A fama que haviam adquirido, trazia freqüentemente os naturaes a dar-lhes ouvidos, seguindo-os para a costa (GALANTI, 1902, p. 207).

Aqui, verifica-se que o autor em questão preocupa-se em demonstrar que os inicianos adentravam os sertões em busca de índios para doutrinar, trazendo-os pacificamente para iniciar a obra missionária propriamente dita; diferentemente dos bandeirantes, que ao penetrar as matarias interiores, iam em busca de escravos, trazendo-os atados a correntes ou cordas, castigando-os com chicotes. Nos jesuítas os índios tinham confiança, seguindo-os de boa vontade, ao passo que dos sertanistas os índios tinham medo, fugindo à sua aproximação. De acordo com Galanti, os bandeirantes teriam tirado partido da confiança gozada pelos religiosos junto aos índios, utilizando disfarces para atingir seus objetivos de apresamento:

Disto se aproveitaram os caçadores de escravos, e disfarçados quaes jesuítas attrahiam muitas vezes os selvagens com este, o peor de todos os sacrilegios (GALANTI, 1902, p. 207).

Cumpra também mencionar, que afora essa menção a respeito de paulistas disfarçados de jesuítas – até onde sabemos, sem recorrência na historiografia ou nos livros didáticos de história – Galanti (1902, p. 211) traz à baila *a coragem* dos padres Mansilha e Maceta, que abnegada e heroicamente, seguem atrás de uma bandeira apresadora de retorno a São Paulo, consolando feridos e moribundos, administrando-lhes sacramentos e amparando-os na hora derradeira. O cenário evocado pela leitura de tal trecho – citado às páginas 224 e 225 deste trabalho – é significativo, pois engendra a idéia de apresadores que vão à frente castigando, maltratando presas indefesas, fracas e doentes, deixando-as atrás de si, abandonadas, já moribundas, a mercê dos predadores e carniceiros naturais. Morrentes, tais presas são assistidas e confortadas pelos padres que delas se achegam. Noutros e breves termos: 1) uma expedição avança pela mata. 2) Os homens *desalmados*¹⁵⁵ que vão à frente, cometem brutalidades físicas contra outros que por eles foram aprisionados. 3) estes últimos, antes já bastante enfraquecidos, tornam-se completamente impossibilitados para a marcha, devido à violência dos açoites, quedando-se no sulco dos marchadores que avançam. 4) Os homens que seguiam atrás da expedição alcançam os malsinados, a jazerem no solo matagoso, trazendo-lhes o conforto da assistência religiosa.

Em síntese, a análise da figura histórica dos bandeirantes na obra didática intitulada *Compendio de Historia do Brazil*, de autoria de Galanti, oferta a narrativa da destruição das missões, do apresamento e morte de muitos índios, bem como da fuga de muitos deles para longe da ameaça que os amedrontava. Os bandeirantes são, na obra em questão, os assoladores e matadores de índios, ao passo que os jesuítas, contrapontos da devastação perpetrada por estes sertanistas, são os confortadores espirituais dos homens naturais da terra, seus evangelizadores, seus benfeitores.

Doravante, passaremos a analisar o livro didático intitulado *Rudimentos de História Pátria*, de autoria de Estevam de Oliveira¹⁵⁶, publicado no ano de 1909, em conformidade com o *programma instituído oficialmente para o ensino dessa disciplina nas escolas primárias*¹⁵⁷. Essa obra, editada na cidade de Juiz de Fora, pela Typographia do Correio de Minas, oferta uma visão francamente heróica acerca dos bandeirantes

¹⁵⁵ Assim os bandeirantes são adjetivados, à página 210 da obra em pauta.

¹⁵⁶ Em *Minas Geraes*, o autor exercia o cargo de *Inspector Technico de Ensino*, segundo o que está escrito na capa da obra.

¹⁵⁷ Menção escrita na capa da obra.

paulistas. O autor sugere ou preconiza um texto intitulado *Conversa sobre os Bandeirantes*, como o conteúdo inicial, a *primeira lição do segundo semestre*. Vejamos como é iniciada tal *lição*:

A história das bandeiras e dos bandeirantes paulistas, jovens alumnos, penetrando e devassando sertões em busca de riquezas minerais, ahí espalhando povoados e lançando os germens de ricas e prosperas populações futuras, é uma verdadeira epopéia. Merece as honras de um poema heroico e não pode ser descripta com justeza em um resumo de narrativa histórica rudimentar (OLIVEIRA, 1909, p. 55).

O timbre épico, epopéico, domina o texto de Oliveira, que num primeiro momento sequer menciona as atividades escravocratas dos bandeirantes. Aos *jovens alumnos* é ofertada uma narrativa de desassombrados heróis marchadores, preocupados em devassar o continente em busca de minerais valiosos. Marchadores dignos de protagonizar um *poema heróico*.

Verifiquemos agora o que escreveu o autor, acerca do prisma laudatório que caracterizava o discurso dos paulistas do início do século XX, ao fazer referência aos seus ancestrais:

[...] com justa razão, sempre os paulistas se referem com desvanecimento aos seus bandeirantes, porque estes foram de facto os descobridores, povoadores e civilizadores de uma grande e extensissima porção do território pátrio (OLIVEIRA, 1909, p. 55).

Na página seguinte, Oliveira (1909, p. 56) elaborou adjetivações elogiosas sobre os bandeirantes, visando enfatizar o heroísmo já afirmado ainda há pouco:

[...] seu valor, esforço e tenacidade [...] a primazia e a glória de haverem sido, effectivamente, nossos legítimos descobridores e povoadores¹⁵⁸.

¹⁵⁸ Na mesma página em que tais adjetivos elogiosos são formulados tão claramente, consta uma interessante nota de rodapé, dirigida ou destinada aos professores ministrantes do conteúdo em questão. Verifiquemos: “Destinadas estas lições a resumos oraes que deverão ser feitos em aula, não se esqueçam os Srs. Professores de que não as devem dar a seus alumnos a decorar, *ipsis verbis*. Mas o capítulo serve também para essa leitura explicada. – N. do A.” Essa nota alerta os professores no sentido que não obriguem seus alunos a decorar literalmente as *lições*, ressaltando, no entanto, que os textos podiam ser lidos e explicados em sala de aula. Cumpre observar que qualquer *leitura explicada* é, primitivamente, uma leitura *ipsis verbis*, já que antes que qualquer explicação seja iniciada, estará sendo feita a leitura literal dos vocábulos empregados no texto. No caso da leitura explicada, os *alumnos* liam as *lições* elaboradas pelo autor – Oliveira, nesse caso específico – posteriormente, ouvindo as explanações do professor acerca do material lido. Nesse exercício de leitura e audição de explicações, os educandos aprendiam que os bandeirantes eram heróis, não apenas irrefutavelmente, como também redundantemente, já que anteriormente expresso no próprio texto, o heroísmo atribuído aos bandeirantes era, num segundo momento, corroborado pelo professor, durante suas falas explicativas. Noutros termos, o herói bandeirante, já propalado no livro didático em análise, era ainda mais magnificado pelas explicações do professor, já que, naturalmente, outros vocábulos ou adjetivos edificantes precisavam ser utilizados durante essas falas, que não podiam se assemelhar a uma leitura *ipsis verbis* – isso já havia sido

Eis agora o que escreveu Oliveira (1909, p. 60), ao discorrer sobre as expedições bandeirantistas:

Constituíam as bandeiras uma organização especial. Eram verdadeiras caravanas que se internavam pelas brenhas e sertões, por assim dizer, impraticáveis, inçados de habitantes das selvas, que as hostilizavam [...] em busca do ouro.

Aqui foi ofertada a versão do índio hostil e ofensivo, que agride os componentes das expedições. Não foi mencionado que as hostilidades indígenas eram motivadas pela invasão de terras ancestralmente povoadas, provocadas pela violação de espaços de sobrevivência há muito ocupados pela população nativa. A preocupação dominante de Oliveira parecia estar perpassada pela idéia de exaltação do papel histórico das expedições sertanistas. Em frase carregada de arroubo, ele menciona “a grande, a involvidavel obra dos bandeirantes paulistas” (OLIVEIRA, 1909, p. 60).

Ao tratar da lida e de alguns aspectos do cotidiano dos expedicionários no sertão, escreveu Oliveira (1909, p. 60-61):

Acampavam aqui, logo que lhes escasseava o mantimento para fazerem roças, deitando abaixo quarteirões de matto virgem, e dahi prosseguiam na derrota¹⁵⁹ encetada, assim que acabavam as colheitas; alli atravessavam rios, para o que se demoravam na construção de canoas, feitas a fogo e a machado; lançavam além o fundamento de povoações e arraiaes, mais tarde transformados em centros da capitania; e foram assim lançando os germens de nossa grandeza e prosperidade.

Percebe-se que para Oliveira, os bandeirantes foram os semeadores de uma sociedade germinal, incipiente, que evoluiu através do tempo, a ponto de ser por ele considerada grande e próspera, no final da primeira década do século XX, quando a obra que agora analisamos estava sendo escrita. É bastante claro o entendimento de Oliveira, acerca da relevância do memorável papel desempenhado pelos bandeirantes,

feito num momento anterior – do texto. Em síntese, não entendemos ser inidôneo afirmar que, o livro didático ora em estudo, contribuía duas vezes para a disseminação do heroísmo bandeirante, uma no texto e outra na proposta metodológica de explicação do material lido.

¹⁵⁹ Em 1909, o autor utilizou essa palavra num sentido que hoje é pouco conhecido, uma vez que caído em desuso. O significado pretendido ou perseguido pelo autor, ao lançar mão deste vocábulo – derrota – foi: caminho; roteiro; viagem (Dicionário Brasileiro Globo); ou: rota (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa). Esse esclarecimento é aqui ensejado, devido à compreensão dominante atualmente acerca da palavra derrota: ato ou efeito de derrotar; desbarato de tropas; revés; insucesso; contratempo (Dicionário Brasileiro Globo); ou ainda – de forma bastante parecida –: ação ou efeito de derrotar; desbarato de tropas;... grande estrago; ruína (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa).

no que diz respeito à *grandeza* e à *prosperidade* alcançadas pela sociedade brasileira de 1909, então por ele entendida como detentora de tais qualidades.

Na seqüência imediata do texto em pauta, mais uma vez eleva-se o timbre épico, atingindo culminâncias significativas. Averigüemos:

O heroísmo, a bravura, a pertinácia, a resignação dos bandeirantes paulistas, em luta constante contra a própria natureza, através de um paiz immenso, inteiramente desconhecido e infestado de selvagens, tudo isto cabe muito mais condignamente, jovens alumnos, nas estrophes de um poema heróico, do que nas linhas singelas de uma simples narrativa, particularmente escriptas para crianças escolares (OLIVEIRA, 1909, p. 61).

O autor é redundante, corroborador de conceitos anteriormente emitidos. À página 55 de sua obra, ele já havia afirmado que, a *epopéia dos bandeirantes merece as honras de um poema heróico*. Agora à página 61, enfatizando, frisando o heroísmo bandeirantista, ele afirma que os feitos dos paulistas cabem, *muito mais condignamente nas estrophes de um poema heroico*¹⁶⁰. Curioso também verificar que Oliveira diminui, apequena, minora os *jovens alumnos*, diante da magnificiência dos bandeirantes, figuras que cabem mais adequadamente nos domínios da poesia épico-heróica que em lições para *crianças escolares*. De alunos jovens, os estudantes passam a ser crianças em idade escolar. O livro didático é, para Oliveira, um elemento veiculador inadequado para os feitos bandeirantistas. O próprio texto de Oliveira é, segundo ele próprio, não tão condigno para expressar todo o heroísmo, toda a refulgência das proezas dos bandeirantes. Para ele, apenas os elevados arroubos imaginativos das páginas poéticas, conseguem expressar, todo o triunfalismo que deve, condignamente, acercar-se da abordagem destes personagens históricos. No entanto, como talvez já esteja claro, o texto de Oliveira é repleto de trechos que talvez se aproximem bastante, no que diz respeito às adjetivações edificantes e heroicizantes, aos mais inspirados poemas épicos.

Escrevendo sobre as motivações dos bandeirantes, no que concerne à penetração das matas interiores, Oliveira emprega vocábulos elogiosos, antes de mencionar os tesouros de minerais valiosos, que se acreditava existir nos recessos dos sertões:

E quereis saber porque arrostavam os valorosos e intrépidos bandeirantes paulistas todos esses perigos, tamanhas fadigas,

¹⁶⁰ Mais de meio século após essas palavras terem sido publicadas, um extenso poema heróico foi publicado, enfocando a bandeira de Raposo Tavares (1648-1651). A obra, analisada detidamente no segundo capítulo deste trabalho, intitula-se *Os Brasileidas*, de autoria de Carlos Alberto Nunes (1962), da Academia Paulista de Letras. Estevam de Oliveira, em 1909, expressou o seu desejo de que as proezas bandeirantes fossem narradas por *penas* poéticas, épicas. Em 1962, Nunes narraria epicamente o périplo de Raposo Tavares, em *estrophes* bastante heróicas.

perdidos no meio de sertões enormes, longe do lar, saudosos da família, incertos de regresso à terra querida? [...] escaldára-lhes a mente a fábula da *Serra Resplandescente*, donde, sem dúvida se originou a idéia de *Sabará-Bussú* (*itaberab, pedra reluzente*) ao lado desta outra não menos empolgante, da *Serra das Esmeraldas* (OLIVEIRA, 1909, p. 61-62).

Homens de coragem, valor e intrepidez, os bandeirantes enfrentavam agruras infundas, com o pensamento fixo, unicamente, nos enormes depósitos de minerais preciosos que supostamente existiam no interior das terras da colônia. Essa é a versão oferecida por Oliveira, acerca da motivação da penetração continental. A caça ao índio não aparece, no momento preciso em que são tratados os elementos incentivadores, fomentadores da formação sucessiva de expedições sertanistas. A questão do apresamento sequer é mencionada, nas cogitações de Oliveira sobre os motivos que levavam os bandeirantes a abandonar a vila de São Paulo, embrenhando-se nos sertões. Para o autor dessa obra didática que ora analisamos, a perspectiva do encontro de riquezas minerais foi o elemento que deu voz ao chamamento do sertão¹⁶¹. É significativamente interessante verificar, que logo após mencionar a *fábula* – é essa palavra empregada no texto – das serras brilhantes – que seriam nada menos que altos morros compostos puramente por minerais valiosos –, o autor, citando João Ribeiro, afirma que:

As expedições de Nicolau Barreto e de Glimmer (João Ribeiro, *Hist. Do Brasil*, p. 131 e 132) em 1602, correndo pelo deserto atrás de uma chimera (João Ribeiro) não deram resultado prático. Foi com Fernão Dias Paes Leme que se iniciou, de facto, mais ou menos fructuosamente, a era das bandeiras (OLIVEIRA, 1909, p. 62).

Alicerçado em Ribeiro, Oliveira afirma que Nicolau Barreto fez sua expedição em busca de minérios valiosos. A expedição de Barreto foi por nós analisada no segundo capítulo deste trabalho (páginas 130 a 135), onde parece ter ficado claro – com base nas Atas da Câmara de São Paulo – que o apresamento foi o objetivo primordial dessa empresa¹⁶². Barreto e seus homens não correram atrás de uma *chimera*.

¹⁶¹ No segundo capítulo deste estudo, da página 106 à 160, dedicamo-nos a demonstrar, que o chamamento do sertão se fez, em grande parte, pela intencionalidade de apresar índios, que sem sombra de dúvida, era uma motivação muito mais certa, mais passível de ser concretizada, se comparada com a busca de riquezas minerais. Jazidas de ouro ou pedras preciosas figuravam em narrativas de fundo lendário – embora tenham motivado a formação de expedições –, já o homem natural da terra era uma presença concreta nas matas, mão-de-obra que aguardava ser apresada.

¹⁶² Sobre a expedição de Nicolau Barreto, em seu *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, afirma Franco (1989, p. 58): “... uma bandeira composta de cerca de trezentos brancos e mamelucos, além

Pretextaram ir atrás de uma *chimera*, quando iam atrás de mão-de-obra escrava, percorrendo não um *deserto*, mas áreas densamente habitadas, de onde retiraram milhares de índios. Já sobre Glimmer, que Oliveira indica como chefe de expedição, cumpre informar que não em 1602 – como também afirma o autor em pauta –, mas em 1601, integrava-se ele à tropa chefiada por André de Leão¹⁶³, em escala hierárquica subalterna, na qualidade de mineiro prático¹⁶⁴, já que a expedição partia em busca das riquezas minerais de Sabarabussú. Wilhelm Jost ten Glimmer – Oliveira escreve apenas Glimmer – era holandês de nascimento e morava na cidade de Santos (como já ficou claro), quando D. Francisco de Souza, Governador Geral do Brasil, de passagem pelo litoral vicentino, solicitou seu alistamento na tropa que estava sendo organizada por André de Leão. Não houve, portanto, uma *expedição de Glimmer*, mas uma expedição que estava sendo montada e chefiada por André de Leão, com apoio do Governador D. Francisco de Souza, que devido aos conhecimentos mineralógicos do holandês, o integrou à leva de Leão.

Em relação a Fernão Dias, comete Oliveira um equívoco de não pouca importância, ao creditar a tal sertanista o *início* (frutuoso) *da era das bandeiras*. É sabido que as expedições dos paulistas sertão adentro tiveram início ainda no século XVI, sendo que a primeira delas de grande porte foi organizada por Jerônimo Leitão, no ano de 1585. Fernão Dias, que também foi caçador de índios, iniciou suas atividades sertanistas muito tempo depois¹⁶⁵, no final da década de 1630, portanto mais de cinquenta anos após a expedição de Leitão.

Ao descrever as posses e o prestígio de Fernão Dias Pais na São Paulo do século XVII, Oliveira menciona a escravaria de que dispunha o sertanista:

Fernão Dias Paes Leme, o mais célebre e famoso dos antigos sertanistas, foi o bandeirante que iniciou o povoamento de Minas. Chefe de família ilustre, senhor de grande numero de índios escravos, de propriedades territoriaes em S. Paulo e de muitos haveres, era casado com d. Maria Garcia Betim, senhora de muitas virtudes [...] por uma carta régia datada de 27 de setembro de 1664

dum corpo indígena e, sob a capa de descobrir ouro e prata, desceu o rio Tietê e por essa via internou-se na região do baixo Paraná. Aí andou apresando índios [...] num total de mais ou menos três mil almas...”

¹⁶³ Sobre isso, na obra *Roteiro das Esmeraldas: a bandeira de Fernão Dias Pais*, escreveu Barreiros (1979, p. 08): “De São Paulo, em 1601, parte em busca da afamada Serra de ‘Sabará-Bossu’ a entrada de André de Leão. Dela participaria o holandês radicado em Santos, Wilhelm Glimmer...”

¹⁶⁴ Franco (1989, p. 208) escreveu que Glimmer: “...foi angariado como mineiro prático [...] acompanhou a expedição e dela deixou um roteiro...”

¹⁶⁵ Barreiros (1979, p. 14) afirmou que: “Em 1637 ou 1638, portanto com trinta anos, já que nasceu em 1608, Fernão Dias Pais faz sua primeira entrada [...] nos sertões do Tape ...” Também Franco (1989, p. 282) afirmou que Fernão Dias Pais: “Devassou desde 1638 regiões dos atuais estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul...”

foi elogiado Fernão Dias por seus feitos de sertanista já sobejamente apreciados (OLIVEIRA, 1909, p. 62-63).

Este homem de família ilustre, respeitado por todos, farto de bens e elogiado pelo rei, empreendeu sua última viagem ao sertão, à cata de esmeraldas. Das frases de Oliveira, depreende-se a idéia de um herói saindo de São Paulo, um subjugador, um *dominador* das hostilidades das matas:

Ultimados todos os preparativos e aprestos da bandeira, saíu de S. Paulo Fernão Dias a 21 de julho de 1674 [...] dahi por deante, embrenhou-se pelos sertões a bandeira. Só a coragem, a decisão, a pertinacia de tão intrepido paulista conseguiu dominar e vencer embaraços insuperáveis, já opostos pela propria natureza, através de desertos e sertões ínvios, já opostos pela sanha com que os naturaes do paiz ... (OLIVEIRA, 1909, p. 64).

Para Oliveira, a intrepidez ímpar do corajoso, decidido e pertinaz bandeirante a tudo domina, protagoniza. Porém, o admirável desbravador das matas e dominador de índios, faz-se acompanhar por outros homens não poucos valorosos.

O autor do livro didático em análise, afirma que da bandeira de Fernão Dias:

[...] faziam parte, entre muitos outros paulistas de merecimento e importância, seu filho Garcia Rodrigues, seu genro Borba Gato e o mameluco José Dias Paes, seu filho natural (OLIVEIRA, 1909, P.64).

Acompanhado de outros sertanistas de comprovada habilidade em ásperas jornadas – Manuel de Borba Gato é um dos mais afamados bandeirantes da história colonial, bem como Mathias Cardoso, também mencionado pelo autor –, Fernão Dias prosseguiu sua jornada em busca dos almejados jazigos esmeraldinos, até que sua perseverança foi testada de forma extrema, quando do abandono da expedição por um dos seus principais comandados, que retornando a São Paulo com muitos de seus homens – devido aos reveses até ali enfrentados e a perspectiva de ainda outros que viriam –, deixou o chefe no lugar conhecido como Paraopeba. Sobre isso, escreveu Oliveira (1909, p. 64-65):

Prosseguindo Fernão Dias em sua derrota, cujo objetivo era a *Serra das Esmeraldas* [...] abrindo nossos desertos e sertões [...] no Paraopeba, entretanto muitos de seus mais valentes e destemidos companheiros o abandonaram, regressando a S. Paulo. O proprio Mathias Cardoso, seu amigo fiel e adjuncto da bandeira, havendo ahi chegado com a sua gente já dizimada, não mais quiz prosseguir em aventura tão arrojada e regressou ao lar deixado. Ficaram-lhe fieis, apenas, excepto camaradas e índios escravizados, Garcia Rodrigues, Borba Gato e José Dias Paes.

Percebe-se que além dos *camaradas* e escravos índios, os que permaneceram com Fernão Dias faziam parte de seu núcleo parental. Garcia Rodrigues¹⁶⁶ era seu filho – fruto de seu matrimônio com Maria Betim –, Borba Gato era seu genro – casado com sua filha Maria Leite – e José Dias era seu filho mameluco, nascido da relação não sacramentada de Fernão Dias com uma mulher natural da terra. Interessante verificar, que após narrar a deserção de boa parte do contingente da tropa em questão, Oliveira tratou de assegurar que tal contratempo não abateu o ânimo de Fernão Dias:

Nada disto, porém, entibiou e enfraqueceu o animo de tão audaz e arrojado sertanista. Prosseguiu, portanto, na derrota e chegou às margens do Rio das Velhas. Patenteara-se-lhe então o paiz designado pelos indios *Sabará – Bussú*. Constituiu ahi o terceiro arraial mineiro, no logar que ficou sendo chamado Sumidouro (OLIVEIRA, 1909, p. 65).

Os adjetivos elogiosos a Fernão Dias são seqüenciais, recorrentes, redundantes no texto de Oliveira. Aqui, o autor deixou claro que o chefe bandeirante era um homem excepcional, que persistia quando outros desistiam. Apesar de bem mais novo – embora já experiente no sertanismo –, Mathias Cardoso desistira, reunindo seus homens e retornando ao *lar deixado*, o planalto paulista.

Permanecendo no Sumidouro, Fernão Dias ordenou a execução de seu filho José, que tomou parte na articulação de uma revolta contra a chefia da bandeira, ou seja, seu próprio pai. Sobre isso, escreveu sucintamente Oliveira (1909, p. 66):

... suffocou Fernão Dias uma revolta capitaneada pelo mameluco José Dias Paes, que foi por seu próprio pai justicado, como exemplo de que com elle, a justiça era igual para todos.

Esse episódio é bastante conhecido e consta na produção bibliográfica de diversos autores. A execução de José Dias foi levada a cabo à vista de todos. Fernão Dias mandou enforcá-lo perante os membros de toda a sua tropa, sob o pretexto da manutenção da disciplina e do exercício da justiça. A eficácia desse método disciplinar parece ser óbvia. Subalternos ou comandados observam o chefe, que inarredável, contempla seu filho a pender da ponta de uma corda. Oliveira não informou sequer que José Dias foi enforcado, afirmando ter sido ele *justicado* por seu progenitor, para quem a *justiça era igual para todos*. Na seqüência imediata do texto, o autor menciona o descobrimento de certa quantidade de minerais valiosos, nas redondezas de onde ocorreu o enforcamento:

¹⁶⁶ Seu nome completo era Garcia Rodrigues Paes.

Nas imediações do Sumidouro descobriu a gente de Fernão Dias, sob a direcção de Borba Gato, algum ouro e pedras de diversas qualidades (OLIVEIRA, 1909, p. 66).

Dada a insuficiência das descobertas minerais no Sumidouro, Fernão Dias seguiu em frente, pela Serra de Itacambira – onde fundou arraial – e:

Atravessou ainda alguns sertões e alcançou as aguas de *Vupabussú*, onde se suppunha existirem os socavões de que se tiravam esmeraldas. De facto o arrojado sertanista encontrou esmeraldas e ouro ao fim da temerosa empreza (OLIVEIRA, 1909, p. 66).

Parece ser desnecessário comentar novamente acerca da corroboração, da reiteração dos adjetivos elogiosos ao bandeirante em questão, já que a essa altura, isso parece estar bastante claro. O que nos interessa, no momento, é observar que Oliveira afirmou ter o *arrojado* bandeirante encontrado, ao término de uma empreitada atravessadora de vários sertões, o objeto primordial de sua busca: as esmeraldas.

Não poucos autores posteriores a Oliveira, afirmam que Fernão Dias não encontrou as esmeraldas que almejava, mas sim turmalinas, pedras de tonalidade esverdeada, tais quais as esmeraldas¹⁶⁷, porém bem menos valiosas. Para os defensores dessa versão, o chefe bandeirante se enganou com essa semelhança entre os minerais em questão, julgando ter encontrado o objeto de sua longa procura quando, na verdade, teria encontrado algo similar na aparência, mas de qualidade significativamente inferior.

O texto épico de Oliveira heroiciza os bandeirantes como um todo, detendo-se particularmente nessa jornada de Fernão Dias. Cumpre verificar, que se na pena de Oliveira (1909, p. 66), Fernão Dias é um herói acabado, a esposa do sertanista também não deixa de ser adjetivada de maneira triunfalista:

Duraram sete annos as fadigas de Fernão Dias, que não logrou a ventura de regressar a S. Paulo, a dar conta directa dos resultados de tamanho empreendimento e a abraçar a esposa querida, a valorosa heroína que tanto o havia fortalecido e o ajudado em arrojado tão temerario [...] sua heroica mulher, a intrepida paulistana d. Maria Garcia Betim...

¹⁶⁷ Na obra *História das Bandeiras Paulistas*, Taunay (1951, p. 161) assevera que Fernão Dias Pais: “Reduzido à companhia do filho, do genro e mais alguns fiéis, continuou no incessante e penosíssimo jornadas até se lhe depararem, nos cerros de Itacambira, abundantes pedras verdes, que tomou como esmeraldas, quando eram turmalinas”. Em sua conhecida obra *Roteiro das Esmeraldas: a bandeira de Fernão Dias Pais*, escreveu Barreiros (1979, p. 97): “Descobriu-as afinal Fernão Dias Pais, e, se não eram elas de boa qualidade, sem qualquer dúvida seu descobridor o era. Varão de fibra, da fibra dos indômitos sertanistas dos quais deve o Brasil grande parte de seu vasto território além do meridiano opressor”.

Verifica-se facilmente que os mesmos vocábulos empregados para exaltar o sertanista, são também utilizados para glorificar sua mulher.

Sobre a doença que vitimou fatalmente o cabo-de-tropa, escreveu Oliveira (1909, p. 67):

... contrahiu o intrepido e notavel sertanista a infecção maligna que o prostrou exanime [...] antes de morrer, sentindo proximos seus ultimos dias, confiou a Garcia Rodrigues a guarda das esmeraldas, para entregal-as á Camara de de S. Paulo, e a seu genro Borba Gato o governo da bandeira , afim de prosseguir na descoberta do ouro pelas regiões do Sabará-Bussú.

Avizinhando-se do final de sua abordagem sobre o bandeirismo paulista, Oliveira adjetivou Borba Gato como *ousado sertanista* (p. 68), antes de exaltar os supostos valores de vários outros bandeirantes:

Muitos outros sertanistas, a cuja intemerata audácia e valor se deveu a descoberta das minas de ouro intituladas dos Cataguá, merecem aqui menção. Lourenço Castanho, Mathias Cardoso, Antônio Gonçalves Figueira, Antônio Dias, o descobridor de Ouro Preto, e outros, devem ter seus nomes inscriptos neste livrinho (OLIVEIRA, 1909, p. 68).

Épico, apoteótico e extremamente heroicizante, o trecho que finaliza o texto de Oliveira sobre o bandeirismo insta, aconselha os alunos a cultivar, nutrir veneração aos bandeirantes:

Sem a intrepidez e a valentia indomável dos bandeirantes paulistas, muitos dos quaes penetraram os proprios sertões de Goyaz, não haveria o territorio [...] tomado o impulso que tomou no ultimo quartel do seculo 17 em deante. Veneremos, portanto, jovens alumnos, a memoria desses nossos antepassados... (OLIVEIRA, 1909, p. 68-69).

Sintetizando a análise que ora se finda sobre esse livro didático de 1909, intitulado *Rudimentos de História Pátria*, verificamos que na *licção* intitulada *Conversa sobre os bandeirantes*, o autor Estevão de Oliveira dá vazão a sua pena, compondo um texto apologético aos paulistas, repleto de elogios superlativos. Um texto que por duas vezes afirma, que a instância adequada para a abordagem da *epopea* bandeirante está contida nos domínios da poesia heróica, diminuindo assim o valor da abordagem desse tema na própria instituição escolar. Um texto que termina afirmando que os

bandeirantes devem ser objetos de veneração, ou seja, que devem ser cultuados, adorados, profundamente respeitados e reverenciados¹⁶⁸.

Doravante, iniciemos a averiguar a maneira como foi tratado o tema bandeirismo, no livro didático intitulado *Resumo de História do Brasil*, escrito por José E. C. de Sá e Benevides, publicado no ano de 1913, pela livraria Francisco Alves.

Assim é iniciado o texto intitulado *Os Bandeirantes*:

Chamavam-se bandeiras as expedições organizadas, ora pelos donatários e governadores, ora pelos particulares, para a exploração do interior do paiz no intuito de captivar o gentio ou de descobrir metaes e pedras preciosas (BENEVIDES, 1913, p. 25).

Existe aqui a menção clara ao apresamento indígena, seguida da questão da pesquisa mineralógica. Cumpre mencionar que o autor usa a denominação *bandeira* para designar toda e qualquer expedição, fosse ela de caráter particular ou oficial. É digno de nota que o termo *bandeira* não designava as expedições do século XVI e início do século XVII. Nas Atas da Câmara as expedições são nomeadas *entradas*, aparecendo a palavra *bandeira* somente no Registro Geral, a partir de 1621, e com apenas uma recorrência em 1628, porém de maneira vaga, indefinida. Com isso, revela-se anacrônica a asserção do autor do livro didático em análise, já que as expedições sertanistas não chamavam-se bandeiras, certamente – pelo menos – até o início da terceira década do século XVII. O termo largamente utilizado na época era *entrada* ou *entrada do sertão*. Isso, porém, parece-nos natural, já que em 1913 as Atas da Câmara Municipal de São Paulo ainda não haviam sido publicadas – o primeiro volume foi publicado em 1914 – e, conseqüentemente, não haviam sido disponibilizadas mais facilmente para consulta.

Escrevendo sobre as características da organização das bandeiras, bem como sobre a motivação e o caráter dos homens que as compunham, afirmou Benevides (1913, p. 25):

Essas expedições, obedecendo a uma certa organização militar, eram constituídas por indivíduos audazes, dispostos a privações e a perigos, tendo sempre um chefe destemido e valente. Não podiam ser benévolos e humanos os sentimentos dessas hordas de aventureiros, norteados pela ambição própria ou servindo á cobiça alheia.

¹⁶⁸ Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.

Benevides atribui aos sertanistas atributos de audácia, destemor e valentia, termos que demonstram redundância na intenção clara de expressar a acentuada coragem que caracterizaria os expedicionários paulistas. No entanto, o tom algo laudatório desfaz-se num átimo, cedendo espaço para formulações nada edificantes aos bandeirantes. Desprovidos de benevolência e humanidade – portanto sugeridos como malévolos e desumanos –, os paulistas são aqui qualificados como homens dados a aventuras que atendem a sentimentos cobiçosos, ambiciosos, ou seja, nada valorosos. As bandeiras são denominadas *hordas*, palavra nada enobrecedora, que significa bandos malfazejos, indisciplinados.

Sobre os ataques às reduções jesuíticas guairenhas, escreveu Benevides (1913, p. 26):

Em 1628 as forças expedicionárias, divididas em *bandeiras*, atacaram as primeiras povoações do Guayrá [...] eram formadas de 900 mamelucos e 2000 índios tupys sob o commando de Antonio Raposo. Desde aquele anno repetidos foram os acometimentos, e, em 1631, o Guayrá estava arrasado. Os índios aprisionados foram em numero superior ás necessidades das colônias da capitania de São Vicente: o excedente se distribuiu por outras capitanias.

Benevides mencionou o apresamento, a escravização, a violência que *arrasa* e até mesmo o tráfico dos índios excedentes. Parece que aqui é perceptível um vislumbre um tanto quanto coerente, acerca da história dos sertanistas paulistas, um lampejo condizente com a configuração contextual da vila de Piratininga, antes do fim da primeira metade do século XVII, onde vivia uma comunidade cujos sustentáculos assentavam-se, predominantemente, no apresamento, escravização e tráfico do homem natural da terra. Em sentido inverso ao discurso heroizante de Estevam de Oliveira (1909) – cuja obra didática já analisamos da página 227 à 236 deste trabalho –, Benevides (1913, p. 26) lança mão de um tom explicitamente lamentoso ao avaliar o resultado das incursões bandeirantes às áreas meridionais da colônia, afirmando que: “As expedições [...] dos paulistas às missões jesuíticas de Guayrá e do Uruguay são páginas tristes da nossa história”. Na seqüência, após abordar a destruição do Guairá, o autor prossegue tratando de outros ataques de apresamento:

Não cessaram, porém, as correrias dos mamelucos depois da destruição do Guayrá [...] caíram sobre as reduções de Tape e Itatines, e sobre Xeres, grande estabelecimento jesuítico ao oriente do Paraguay, onde se refugiou parte dos indigenas que a custo abandonaram as ruinas de guayrá. Aquellas reduções foram tambem destruidas, e escravizados os índios, ficando de Xeres só o

nome com as tradições de sua passada grandeza (BENEVIDES, 1913, p. 27).

Na obra didática em pauta, aparece primeiramente a face escravizadora do bandeirismo, com todas as suas implicações degenerescentes. Somente depois é que são abordadas as bandeiras prospectoras de minerais valiosos. Assim é iniciado o texto sobre essas atividades dos paulistas:

Das expedições, destinadas expressamente para o descobrimento de minas, destacam-se as de Fernando Dias Paes (1674) e de Marcos de Azevedo. Foi então que se firmou a corrente para o descobrimento e exploração das minas, sobressaindo entre os descobridores os nomes de Affonso Furtado, Manuel de Borba Gato, Antonio Rodrigues Arzão, Bartholomeu Bueno de Cerqueira, e Carlos Pedroso da Silveira (BENEVIDES, 1913, p. 27).

Na seqüência, ao abordar a continuidade dos descobrimentos auríferos, Benevides – a exemplo da página 25 – corrobora o destemor dos paulistas, mencionando ainda o palmilhar da *amplidão* sertaneja:

Animados os destemidos paulistas pelos resultados obtidos, foram continuando as explorações de forma tal que, em 1698, tornaram-se conhecidas as minas de Ouro Preto, Ouro Bueno, S. Bartolomeu, Ribeirão do Carmo, Itacolomi e Itabira. O districto, em que tanto abundavam essas minas, teve mesmo a denominação de Minas Geraes [...] as expedições dos paulistas não se limitaram unicamente á capitania de Minas Geraes. Irradiaram-se pela amplidão do sertão, e foram ter a Matto Grosso e a Goyas (BENEVIDES, p. 27-28).

Sobre a descoberta do ouro cuiabano, escreveu Benevides (1913, p. 28):

Pascoal Moreira Cabral, subindo pelo Coxipómerim (1719) com uma *bandeira*, fundou nas margens d'esse rio alguns estabelecimentos de mineração, os quaes em breve mudou para o lugar depois chamado *Forquilha*. Em pouco tempo transformou-se esse arraial em povoação florescente, que teve o nome de Villa Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá.

Acerca de duas célebres tribos indígenas que ofertaram significativa resistência às pessoas que demandavam Cuiabá, escreveu Benevides (1913, p. 28-29):

As hostilidades dos Payaguás e Guaycurús demoraram por algum tempo a presteza da colonização [...] mas afinal subjugados esses indios, e aberta uma estrada franca para Goyas, foi Matto Grosso rapidamente aumentando de importância, a ponto de ser elevado a capitania independente da de S. Paulo por carta régia de 9 de maio de 1748.

O texto de Benevides (1913, p. 29) acerca dos sertanistas de São Paulo assim termina:

Deve-se, pois, aos bandeirantes paulistas o devassamento e povoamento do interior do nosso paiz, abrangendo a superfície de centenas de léguas.

Demonstrador da escravização e violência praticados pelos paulistas contra os índios, o livro didático *Resumo de História do Brasil*, de autoria de José de Sá e Benevides, não deixa de resvalar para a apologia aos bandeirantes em certos momentos, destacando o destemor, a valentia, a coragem e a audácia desses mateiros. Porém, é interessante verificar que esses atributos ou virtudes se diluem no texto, que se norteia mais para a *condenação* – se assim pode ser dito – dos paulistas, componentes de *hordas* destrutivas, protagonistas de *tristes páginas* da história do Brasil. Ao abordar as bandeiras descobridoras de minerais valiosos, essa obra didática de 1913 narra a expansão da colonização em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A finalização do texto intitulado *Os bandeirantes* se dá com a afirmação da *dívida* que os brasileiros tem em relação aos paulistas, por causa de sua obra povoadora, devassadora e dilatadora de fronteiras.

Antes que iniciemos a analisar os próximos dois livros didáticos deste trabalho – publicados respectivamente em 1922 e 1924 –, façamos uma breve contextualização da década de 1920, natural e principalmente no que concerne à questão da história da educação, visando proporcionar uma melhor compreensão acerca do momento em que as obras vieram a público.

Nos anos 20 do século passado, iniciou-se um expressivo movimento de incentivo à pesquisa sobre o bandeirismo, bem como a publicação de obras importantes abordando o tema. Sobre isso, escreveu Volpato (1985, p. 19):

Durante a década de 20 o governo estadual paulista estimulou e financiou projetos de pesquisa sobre o tema das bandeiras. Ao mesmo tempo, publicou documentos sobre o assunto, como a obra *Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica* de Pedro Taques de Almeida Paes Leme (escrita no século XVIII, com o objetivo de enaltecer os feitos bandeirantistas) e os inventários dos bandeirantes. Estes estímulos surtiram efeitos e foram editados diversos trabalhos sobre o bandeirismo, entre eles a mais volumosa obra sobre o assunto, *História Geral das Bandeiras Paulistas* de Affonso d'E. Taunay.

Na obra *Educação e Sociedade na Primeira República*, analisando os mais diversos aspectos educacionais da década de 1920, escreveu Nagle (2001, p. 128):

... uma espécie de “bandeirismo”, muito acentuado na época, e que teve repercussões nos diversos setores da sociedade brasileira. As tentativas de efetivar a “hegemonia paulista”, tão marcante no tempo, são ilustrações do fato. Deve-se notar, também, que o nacionalismo literário, que então se desenvolve, se enquadra perfeitamente no processo de exaltação da terra bandeirante, iniciado com o tema da revisão histórica e que se concretiza num conjunto de trabalhos sobre a história paulista (Taunay, Paulo Setúbal, Washington Luís, Alfredo Ellis); mas é preciso lembrar que o “espírito bandeirante” se encarnava no partido republicano paulista.

Ainda sobre o segundo decênio do século passado, escreveu o mesmo autor:

O entusiasmo e o otimismo pedagógico, que tão bem caracterizaram a década de 1920, começaram por ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de idéias e movimentos político-sociais e que consistia em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos (NAGLE, 2001, p. 135).

Também sobre isso, escreveu Ghiraldelli Jr. (2003, p. 16):

Pode se ver durante a primeira república dois grandes movimentos a respeito da necessidade de abertura e aperfeiçoamento de escolas: aqueles movimentos que chamamos de o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”. O primeiro movimento ia em um sentido quantitativo, o segundo, em um sentido qualitativo. O primeiro solicitava abertura de escolas. O segundo se preocupava com os métodos e conteúdos de ensino. Tais movimentos se alternaram e em alguns momentos se somaram durante a Primeira República.

É significativamente interessante a verificação acerca da simultaneidade da ocorrência desses dois fenômenos: entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico/incentivo governamental estadual ao estudo das bandeiras. Na década de 1920, um determinado *clima* de densa euforia orbitou a questão da educação, não apenas dominando o pensamento pedagógico da época, como também propiciando um terreno fértil para o realce do triunfalismo e dos feitos épicos. Cumpre mencionar, que Luiza Volpato (1985, p. 19) situa a definitiva heroicização do sertanista paulista nessa época: “Foi a partir daí que o bandeirante ganhou ‘status’ de herói...”

As obras e pesquisas sobre o bandeirantismo, editadas às custas do governo de São Paulo, vieram à luz num momento histórico singular, que via na educação “a mais eficaz alavanca da história brasileira” (NAGLE, 2001, p. 36) e concebia a escolarização

como “o mais decisivo instrumento de aceleração histórica [...] o motor da história” (NAGLE, 2001, p 134).

Torna-se pertinente também, verificar que uma historiografia ideologizante, encontra ambiente propício para medrar, num contexto em que a própria literatura da educação está comprometida ideologicamente. Quanto a isso, afirmou Nagle (2001, p. 350): “A literatura educacional, especialmente a da década de 1920, transmite uma imagem deformada da realidade; sob esse aspecto, deve ser percebida como uma formulação de inequívocas feições ideológicas”.

Desta forma, ao encetar uma análise da educação remontando à época em questão, percebe-se que a instituição escolar *acolheu* a figura do bandeirante herói, contribuindo para afixá-la no imaginário do senso comum, reproduzindo-a através das gerações. Noutros termos, a educação ideologizada dos anos 20 do século passado, adotou ou absorveu a historiografia ideologizada que então estava sendo produzida; historiografia que foi, em grande parte, levada a termo com apoio pecuniário governamental. Para que possamos compreender melhor essa problemática, examinemos as palavras de Saviani (2003, p. 14), acerca da função da escola: “... a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado”.

Considerando essa consistente assertiva, torna-se mais inteligível o processo que robusteceu-se, de maneira notável, no contexto brasileiro que ora abordamos. O *saber sistematizado* sobre o bandeirante passou a apresentar, naquele momento histórico, forte conotação épico-apologética. Esse saber, fruto dos estudos e pesquisas custeados pelo poder político paulista, passou a ser socializado pela instituição escolar. A escola, portanto, socializou a figura do bandeirante, ao adotar a produção da historiografia acentuadamente apologética.

Feitas essas indispensáveis considerações sobre os anos 20 do século passado, que visaram, sobretudo contextualizar as duas obras didáticas que passaremos a abordar – publicadas em 1922 e 1924 –, iniciemos a averiguar como a temática bandeirante foi tratada na primeira delas, intitulada *Primeiras Lições de História do Brasil: perguntas e respostas*, direcionada para o antigo curso primário. À princípio, cumpre esclarecer que a publicação da obra em pauta foi custeada pelos Irmãos Maristas, sendo que a *Lição X*, intitulada *Conflictos Internos – Bandeirantes* esteve a cargo do historiador Rocha Pombo, sendo inclusive por ele assinada. A *lição* é iniciada com uma série de perguntas seguidas de respostas, dentre as quais constam:

Que eram bandeiras?

Chamavam-se bandeiras, expedições organizadas pelos colonos mais audaciosos para devassarem o interior do Brasil ainda desconhecido. Os homens que faziam parte dessas expedições tinham o nome de bandeirantes.

Que intuito movia os bandeirantes?

Os bandeirantes emprehenderam essas viagens arriscadas porque gostavam de aventuras, porque esperavam descobrir thesouros, prender os índios, e porque queriam colonizar o novo paiz (POMBO, 1922, p. 33-34).

Primeiramente, verifiquemos que, à época das expedições sertanistas, o nome que era dado a esses agrupamentos de mateiros em deslocamento era *entradas* e não bandeiras¹⁶⁹. Já o derivativo *bandeirante*, é um termo jamais encontrado nas fontes originais, sendo, portanto, cada vez mais encontradiço na historiografia, a partir do século XVIII¹⁷⁰. Cumpre observar que nesse livro didático que presentemente analisamos, Pombo (1922, p. 33) deixa claro que os componentes das expedições eram os “colonos mais audaciosos”. O devassamento foi, portanto, levado a cabo por homens corajosos. Isso é visível no texto. Interessante também é que nas perguntas e respostas de Pombo, o *intuito* dos bandeirantes, ao partir para o sertão era: em primeiro lugar o gosto por *aventuras*. Em segundo lugar a descoberta de *thesouros*, em terceiro a *prisão* de índios e por último a colonização do país. Apresar e escravizar índios – não apenas prendê-los, como quer o texto – foi a motivação inicial, primordial e predominante das entradas sertanejas. No entanto, o argumento simplista da *aventura* aparece primeiramente na resposta de Pombo (1922, p. 34), seguido da descoberta de riquezas minerais, algo muito mais incerto que a captura de índios, argumento este último que aparece antes apenas da intencionalidade de *colonizar o paiz...* intencionalidade que como sabemos, não fazia parte das preocupações dos sertanistas do planalto paulista.

Na seqüência de sua relação ou listagem de perguntas e respostas, escreveu Pombo (1922, p. 34):

Deu-se isto em todo o Brasil?

As bandeiras organizaram-se principalmente em São Paulo e em Taubaté, e devassaram territórios de Minas Geraes.

Quais são os bandeirantes mais célebres?

¹⁶⁹ Discussão acerca disso, no anexo deste trabalho.

¹⁷⁰ O padre Serafim Leite (1945, p.325) esclarece que os componentes das expedições sertanejas nos séculos XVI e XVII: “...designavam-se por vários nomes, ‘moradores de São Paulo’, ‘sertanistas’, ‘pombeiros’ [...] até reaparecer a bandeira à popa das canoas das monções, no século XVIII, quando surge o nome de bandeirantes, nomenclatura extensiva, posterior e retrospectiva, aos componentes das expedições precedentes. Os termos do tempo do P. Antônio Vieira (1654), ao falar da expedição de Antônio Raposo Tavares, que foi varar ao Gurupá, eram ainda, ‘tropa’, ‘jornada’, e os que nela tomavam parte ‘moradores de S. Paulo’ ou, ‘sertanistas de S. Paulo’”.

Em São Paulo, tornou-se famoso Fernão Dias Paes Leme e o filho deste: Garcia Paes Leme. Em Taubaté, distinguiu-se Antonio Rodrigues Arzão e o cunhado deste: Bartholomeu Bueno de Cerqueira.

Significativos centros de irradiação do bandeirismo não foram apenas São Paulo e Taubaté. Cidades – vilas na época – como Itu, Sorocaba e Santana de Parnaíba tornaram-se célebres por sua importância considerável, no que dizia respeito à organização de bandeiras. Outra perceptível impropriedade da frase-resposta em questão, se relaciona à assertiva que aponta o devassamento como tendo ocorrido apenas em *Minas Geraes*, sem qualquer menção a qualquer outra área da colônia. Sabe-se que o parnaibano Domingos Jorge Velho estabeleceu-se em terras hoje pertencentes ao estado do Piauí. Os sorocabanos Miguel Sutil e Pascoal Moreira Cabral, tiveram importante papel na descoberta do ouro cuiabano, bem como no conseqüente povoamento da região. Também se sabe que os irmãos Lourenço e João Leme da Silva, ambos de Itu, foram sertanistas destacados no desbravamento das terras hoje pertencentes a Mato Grosso do Sul. Bartholomeu Bueno da Silva Filho – o segundo Anhanguera – foi quem descobriu as jazidas de ouro de Goiás. Rumo ao sul, os apresadores Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares lideraram vários grupos armados, percorrendo terras hoje de jurisdição dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essas menções – que poderiam se somar a muitas outras – parecem bastar para demonstrar a insuficiência da afirmação contida na resposta em análise, no que concerne à menção solitária dos *territórios de Minas Geraes* como terras devassadas pelos paulistas. O devassamento ocorreu em todas as direções da colônia, sem exceção. Já no que concerne aos *bandeirantes mais célebres*, Pombo enumera quatro homens que se destacaram no achamento de minerais valiosos: Fernão Dias é bastante conhecido por sua última expedição a Minas Gerais em busca de esmeraldas, que culminou na revelação de algumas jazidas de ouro e em significativa quantidade de turmalinas¹⁷¹; Garcia Rodrigues Pais Leme – que o texto incompletamente apresenta como Garcia Paes Leme – acompanhou seu pai, Fernão Dias, em sua última jornada ao sertão; Antonio Rodrigues de Arzão figura entre os primeiros descobridores dos

¹⁷¹ Cumpre frisar que embora seja bem mais conhecido como um pesquisador de riquezas minerais, Fernão Dias foi também um grande apresador de índios, tendo devassado os sertões do sul da colônia entre as décadas de 1630 e 1640, trazendo para suas terras de Parnaíba grande contingente de *negros da terra*, especialmente pertencentes à tribo Guaianá.

opulentos jazigos auríferos de Minas Gerais¹⁷², assim como Bartholomeu Bueno de Siqueira – no texto está escrito Cerqueira –, seu cunhado. Como é perceptível até agora, a abordagem inicial acerca dos bandeirantes é feita, neste livro didático, privilegiando a prospecção mineral, relegando o apresamento a um plano bem recuado.

Averiguemos a seqüência dos questionamentos seguidos de respostas:

Falai no conflictu dos emboabas.

Os bandeirantes paulistas, nas suas excursões pelo sertão, tinham encontrado ricas minas de ouro e diamantes. A existência dessas riquezas mineraes atraiu grande número de portugueses em Minas Geraes. Não tardou, porém, a se manifestar uma antipathia profunda entre esses recém-chegados e os paulistas, que lhes puzeram o appellido de emboabas; dahi se originaram conflictos que pouco a pouco foram tomando o caracter de verdadeira guerra civil. Em 1708, os paulistas derrotaram os emboabas perto de S. João d’el Rei, junto a um rio que por isso tomou o nome de Rio das Mortes. Pouco depois, os emboabas vingaram-se de modo terrível, surprehendendo os paulistas por traição... (POMBO, 1922, p. 34).

Este conflito é bastante conhecido e largamente abordado na historiografia do bandeirismo. Ciosos das jazidas de ouro não facilmente descobertas, os paulistas ofertaram resistência aos portugueses, que por sua vez, não abdicaram de sua cobiça pelas já reveladas riquezas da colônia¹⁷³.

Na próxima pergunta é ensinada uma resposta que traz à cena o apresamento dos indígenas. Porém, tal resposta não menciona o termo bandeirantes, mas sim mamelucos, sugerindo uma estranha dissociação entre esses *dois* personagens que não são distintos,

¹⁷² Vários autores apontam que Arzão encontrou ouro ao acaso em Minas Gerais, em 1693, quando chefiava uma bandeira de apresamento.

¹⁷³ A *Guerra dos Emboabas* terminou por intervenção da Metrópole, que incumbiu oficialmente o Governador do Rio de Janeiro, Antônio de Albuquerque, com a tarefa de apaziguar paulistas e reinóis. Sobre isso, escreveu Mattos (1997, p. 306): “... da intervenção de Antônio de Albuquerque resultaram medidas benéficas capazes de levar a paz à região mineira, e, ao mesmo tempo, satisfazer a gente de São Paulo. Conseqüência imediata dessa intervenção foi a criação da Capitania de São Paulo e Minas, pela carta régia de 9 de novembro de 1709 e, pouco depois, também por carta régia (11 de julho de 1711) a elevação da vila de São Paulo à categoria de cidade. A nova capitania teve como primeiro governador o mesmo Antônio de Albuquerque, que tomou posse em São Paulo aos 18 de junho de 1710 [...] com o indulto geral de novembro de 1709, e principalmente com a restituição aos paulistas das lavras (30 de maio de 1711) e ainda com a instalação das primeiras municipalidades mineiras, pode-se dar por encerrada a chamada Guerra dos Emboabas”. Também Taunay (1948) destaca a significativa contribuição de Antônio de Albuquerque no que diz respeito à cessação das contendas entre paulistas e emboabas. No Tomo IX de sua *História Geral das Bandeiras Paulistas*, abordando a chegada do governador da recém-criada capitania a São Paulo, bem como mencionando o registro de sua carta patente na Câmara Municipal, escreveu o historiador: “Chegado Antonio de Albuquerque a São Paulo, os paulistas o receberam com extraordinárias demonstrações de júbilo e deferência [...] registrava o escrivão da câmara a sua carta patente, cujo cabeçalho encerra curiosa exposição de motivos. Nela explicava El Rey aos povos que o que o levava à criação da nova e importantíssima circunscrição administrativa, a capitania de S. Paulo e Minas do Ouro, tão autônoma quanto às do Rio de Janeiro e Pernambuco [...] para melhor acerto da administração da justiça, e das Minas de Ouro, e união entre os moradores de São Paulo e mais distritos das mesmas minas” (TAUNAY, 1948, p.604).

mas um só. Antes que o apresamento fosse trazido claramente à baila, Pombo referia-se aos paulistas como bandeirantes. No momento mesmo em que são abordadas as caçadas de *carne humana*, somem de cena os bandeirantes, aparecendo, de forma abrupta, os *mamelucos*:

Porque foram perseguidos os jesuítas?

Desde os meados do século XVI, os mamelucos faziam-se “caçadores de carne humana” [...] capturavam os índios com mulheres e filhos, para depois vendel-os aos colonos. Entretanto, os jesuítas iam catechizando e aldeando o gentio. Como, porém, os mamelucos penetrassem até nestes aldeamentos pacíficos para escravisarem os índios mansos, viram-se os jesuítas obrigados a defender suas *ovelhas*, organizando contra os aventureiros resistência armada (POMBO, 1922, p. 34-35).

Aqui, o texto induz ao entendimento de que os caçadores de gente formavam um grupo – os mamelucos – distinto de outro grupo, este formado pelos colonos. Um grupo caçava gente, comerciando o produto de tal caça com outro grupo. A estruturação da resposta de Pombo leva, de fato, ao entendimento de que os *mamelucos* eram exclusivamente caçadores e comerciantes de índios, sendo os *colonos* apenas os compradores da mercadoria humana. Ora, colonos e mamelucos eram apresadores. Colonos e mamelucos vendiam índios apresados. Colonos e mamelucos eram bandeirantes. Desta forma, faz-se claro que Pombo promove um entendimento equivocado no que diz respeito aos sertanistas paulistas.

Sobre as diferenças entre sertanistas apresadores e jesuítas, escreveu o autor em questão:

Os mamelucos e os colonos votaram ódio aos jesuítas e perseguiram-nos unicamente porque esses missionários se opunham a que os moradores tratassem os pobres selvagens como se tratam animais bravios, ou os reduzissem a um cativo injusto e cruel (POMBO, 1922, p. 35).

Como já verificamos, os paulistas heróicos dos descobrimentos minerais são chamados de *bandeirantes*, ao passo que os apresadores são chamados de *mamelucos* ou *colonos*. O texto ainda infere, como já verificamos, que *mamelucos* caçam escravos índios, vendendo-os aos *colonos*. Ao mestiço, a desonra do trabalho sujo, ao bandeirante – sugerido como não-mestiço, já que dissociado do mameluco pela estruturação do texto – o louvor do mérito por trazer à luz os minérios valiosos. Porém, cumpre creditar ao texto deste livro didático uma asserção coerente, que fundamenta a rixa entre apresadores e jesuítas na oposição destes últimos à escravização dos índios. A

vitimização excessiva que é feita dos indígenas, entendidos como seres passivos – “pobres selvagens” (POMBO, 1922, p. 35) –, não anula a importância concernente ao entendimento da mão-de-obra da terra, como questão central no que diz respeito às adversidades que envolviam missionários e sertanistas escravocratas. No segundo capítulo deste trabalho¹⁷⁴, abordamos as incompatibilidades inconciliáveis que caracterizaram as relações entre preadores e jesuítas em São Paulo. As Atas da Câmara de São Paulo revelam, de maneira bastante clara que o ponto principal a fomentar o acirramento da animosidade entre padres e caçadores de índios era, talvez irrefutavelmente, a escravização das *peças* trazidas do sertão. O aprofundamento das divergências deu-se de maneira contínua, até tornar-se abissal, incontornável, culminando com a expulsão dos jesuítas de São Paulo, quando o povo e a Câmara Municipal se uniram nessa empreitada, na metade do ano de 1640. Para os estudiosos do bandeirismo é essa expulsão regional dos padres a que interessa, não aquela ocorrida em todo o Brasil, protagonizada pelo Marquês de Pombal, em 1759. No entanto, o livro didático no momento analisado, logo após focar a célebre divergência entre os inicianos do planalto e os habitantes locais, aborda não a expulsão jesuítica que daí adveio, mas sim aquela que resultou da ação pombalina, muito tempo depois. Num texto que trata da temática bandeirante, parece ser incongruente e inadequado lançar mão de uma pergunta seguida por uma resposta como a que observaremos agora, principalmente se essa pergunta e se essa resposta formam a seqüência imediata de uma pergunta e de uma resposta acerca dos desentendimentos que caracterizaram as relações entre jesuítas e paulistas. Verifiquemos:

Como se deu a expulsão dos jesuítas?

O Marquez de Pombal, perseguidor cruel dos jesuítas, espalhou por toda a Europa as mais enormes calumnias contra esses respeitáveis sacerdotes, e decretou que seriam expulsos dos domínios de Portugal (POMBO, 1922, p. 35).

Com essa abordagem algo extemporânea sobre a expulsão dos jesuítas por Pombal, ao invés de naturalmente focar a expulsão dos religiosos da mesma ordem na São Paulo seiscentista, finda-se a série de perguntas e respostas intitulada *Conflictos Internos – Bandeirantes*. Na página seguinte, prossegue a *Lição X* deste livro patrocinado pelos irmãos maristas, com um texto – de autoria de Pombo, é bom lembrar – intitulado *As Bandeiras*. Verifiquemos essas palavras:

¹⁷⁴ Páginas 160 a 175.

Ainda pelo que respeita as explorações no sertão do Brasil [...] do terceiro quartel do século XVII em diante é que se vão invadindo afoitamente os vastos sertões do oeste. Esse grande serviço se deve, sobretudo, ás numerosas expedições [...] que com proverbial audácia, e posição cavalheiresca, se internavam nas florestas desconhecidas, batendo-as em todas as direcções, explorando valles, montanhas e rios. Essas expedições [...] eram dirigidas por chefes de prestígio e valor... (POMBO, 1922, p. 36-37).

Aqui é abordado o devassamento, a invasão das matarias do oeste pelos expedicionários paulistas. O *assunto* não é o apresamento. E nesse livro didático, como já deu para perceber, quando o apresamento não vem à baila, destacam-se as adjetivações enobrecedoras – “homens de proverbial audácia e posição cavalheiresca” (POMBO, 1922, p. 36) – e a menção ao sentido de *dívida histórica* do Brasil em relação a esses expedicionários, protagonistas da conquista do oeste até então intocado pelo avanço da colonização, prestadores desse “grande serviço” (POMBO, 1922, p. 36) à nação.

Depois do enaltecimento dos cabos-de-tropa ou chefes bandeirantes como homens “de prestígio e valor” (POMBO, 1922, p. 37) aparece, tomando a extensão de quase toda a página, uma ilustração em preto e branco, de tons e contrastes um tanto apagados, apresentando uma mata bastante espessa. Vejamos:



Essa é a representação iconográfica de uma selva fechada, uma brenha que sugere a idéia de quase impenetrabilidade, uma paragem remota, com uma enorme árvore ao centro, de cujos galhos espreados pendem abundantes líquens, árvore essa

ladeada por grandes palmeiras, estas por sua vez envolvidas pela trama de um grosso, espesso cipóal. A ramaria mais baixa fecha as possibilidades de qualquer visualização mais profunda do interior do bosque, encimada pelo entrelaçamento dos cipós pendentes. Abaixo de tudo isso, possível apenas de ser entrevisto ou lobrigado, praticamente engolfado pela abundância vegetal reinante, aparece um curso d'água, um rio escuro que vem do âmago da floresta desconhecida. Cumpre frisar que essa ilustração aparece após os enaltecimentos tecidos pelo texto à obra de devassamento do oeste¹⁷⁵.

À página 38, em dimensões ainda um pouco maiores que a gravura florestal que acabamos de verificar, consta uma representação iconográfica ofertando a visão de uma frota de canoas à beira de um grande rio, cuja partida é sugerida como iminente, – embora a legenda seja explícita quanto a isso – já que a matalotagem está sendo transportada e uma grande caixa está sendo arrastada para dentro das embarcações. Nas areias da praia fluvial, aparece um grupo considerável de pessoas, de onde se destaca a figura de um padre, em vestes sacerdotais, o que infere o entendimento acerca da *benção* da partida. Algumas canoas parecem já estar prontas, apenas aguardando para iniciar a viagem pelo leito do caudaloso rio. Observemos:



¹⁷⁵ No processo de heroicização da figura do bandeirante, o devassamento das matas do oeste sempre foi enfatizado como um grande feito. Em seu trabalho de Doutorado em História, apresentado em 2000 à Universidade de São Paulo – intitulado *Nos confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso* – Lylia da Silva Guedes Galetti (2000, p. 13) tece importantes considerações críticas sobre isso, afirmando que: “... o oeste surgia para a história no século XVII, como palco da expansão bandeirante...”. E ainda que “... o povoamento e a colonização de Mato Grosso se definirão como um importante capítulo da grande epopéia fundadora da base física da nacionalidade, levada a cabo pelo bandeirante: a conquista dos sertões do oeste e a demarcação das fronteiras coloniais que teriam garantido ao Brasil a sua dimensão continental” (Ibdem., p. 80). Parecem ter muita propriedade tais considerações de Galetti (2000, p. 36), pois foi justamente a conquista dos “vastos sertões do oeste” – como se expressou Pombo (1922, p. 36) no livro didático ora analisado – o evento apontado como “grande serviço (que) se deve” aos bandeirantes, na expressão do mesmo autor.

Essa representação iconográfica, embora tenha sido feita para ser contemplada ou observada na posição horizontal, foi incluída verticalmente no livro didático em questão, sendo necessário ao leitor, ou virar o livro para visualizá-la corretamente ou, em hipótese talvez menos sagaz, inclinar bastante o pescoço lateralmente para o lado esquerdo. Essa particularidade relativa à posição singular em que a ilustração aparece no livro em questão não é, de fato, tão importante, se comparada ao *deslocamento* ou *distorção conceitual* – se assim pode ser dito – ensejado pela simples presença da ilustração no texto, já que ela é a representação da partida não de uma bandeira, mas sim de uma monção. O texto do livro didático em pauta se presta a tratar das bandeiras, não das monções; se propõe a focar bandeirantes – homens que se locomoviam predominantemente a pé, – não monçoeiros, que se deslocavam quase unicamente pelos rios, utilizando-se de canoas. Desta forma, a inclusão, num texto sobre bandeiras, de uma ilustração que oferta à visualização de uma monção, – com a legenda partida da monção – configura-se, no mínimo, como uma incongruência, apesar de ser muito mais que isso. Sabe-se que o advento das monções ocorreu no século XVIII, após a descoberta do ouro de Cuiabá, levada a cabo pelos bandeirantes. As monções nada mais foram que frotas fluviais que se dirigiam às minas já descobertas no oeste distante, diferentemente das bandeiras que tempos antes, em marcha pelas matarias, avançavam em busca de jazidas minerais, porém desconhecendo o lugar exato em que se encontravam. Portanto, monçoeiros foram navegadores – ou mareantes, na expressão de Holanda (2000) – que partiam em busca de um destino certo, uma paragem definida, a Vila Real do Senhor do Bom Jesus do Cuiabá. O próprio local de partida das expedições monçoeiras as diferenciam das empresas bandeirantistas, posto que essas frotas canoas não partiam da Vila de Piratininga, como de ordinário ocorria com as bandeiras, mas sim o porto fluvial da Vila de Nossa Senhora da Mãe dos Homens de Ararituaba, atual cidade de Porto Feliz, no interior de São Paulo. Em síntese, bandeiras marchavam e monções navegavam; bandeiras partiam de Piratininga e monções saíam de Ararituaba. Porém, parece que o grande deslize do livro didático em questão reside na imprecisão cronológica, equívoco considerado de não pequena monta na escrita da história. É largamente entendido na historiografia que quando as monções se estabeleceram como fluxo regular entre Ararituaba e Cuiabá, as expedições bandeirantes já faziam parte do passado¹⁷⁶.

¹⁷⁶ As obras de Sérgio Buarque de Holanda, Affonso de Taunay e Sinésio Sampaio Góes Filho delimitam as bandeiras como expedições marchadoras que aconteceram desde a segunda metade do século XVI –

Caminhando, os homens hoje chamados bandeirantes devassaram o Brasil em todas as direções. Singrando as águas de uma rede hidrográfica que demandava sempre um mesmo norte, uma mesma direção, os homens hoje chamados monçoeiros foram viajores de um outro contexto colonial, em que o bandeirismo, já tendo trazido à luz o ouro, já havia completado o seu ocaso, no limiar da terceira década do século XVIII, momento que marcava o estabelecimento – paulatino, mas inexorável – da regularidade, da constância da navegação fluvial. À luz desse entendimento, que torna clara a posteridade das monções em relação às bandeiras, torna-se inteligível a impropriedade cronológica que representa a inclusão de uma ilustração sobre monções – sem explicações pertinentes –, num texto sobre as bandeiras, como aconteceu nesse livro didático agora em análise.

Após essa representação iconográfica, o texto de Pombo (1922, p. 39) prossegue abordando bandeiras e bandeirantes:

O intuito dos bandeirantes era descobrir e conquistar thesouros fabulosos, de que se falava tanto naquelles tempos, encerrados no interior dos sertões. Além do ouro, da prata, da esmeralda, do diamante e outras pedras preciosas, sonhavam com phantasticos cabedades em cumes de montanhas, dominio de princezas encantadas, ou de genios terriveis. De tudo isso corriam lendas maravilhosas, que andavam inflamando as imaginações. E si viessem a desilludir-se de semelhantes prodígios, contariam sempre com o proveito seguro da caça ao gentio [...] e era isso, afinal, o que em regra acontecia; as bandeiras voltavam dos sertões ao cabo de longos mezes, e até annos [...] trazendo manadas de captivos.

Mais uma vez, a exemplo das páginas 33 e 34, já analisadas nesse estudo à página 243, Pombo (1922) coloca as riquezas minerais como motivações primordiais do adentramento interiorano, postando o apresamento num plano de importância inferior, em relação aos anseios oníricos, *phantásticos*, das fortunas ocultas nas matas, onde viviam *princezas* e *gênios*. É impressionante como, em 1922, o discurso de Pombo parecia ser a antecipação, o *preâmbulo* do discurso de Cassiano Ricardo em *Marcha para Oeste*, publicado exatos vinte anos depois, em 1942. À página 82 deste estudo,

fundação de São Paulo – até a segunda década do século XVIII. Góes Filho (1999, p. 151) menciona a expedição de Bartholomeu Bueno da Silva Filho a Goiás, em 1722, como “a última bandeira típica de que se tem notícia”. Cumpre mencionar que, em 1922, quando Pombo se responsabilizou pelo texto que aborda o bandeirismo, no livro didático que presentemente tomamos como objeto de estudo, ainda não haviam sido publicadas as obras de Holanda e Goes Filho, estando então Taunay na incipiência do vasto trabalho historiográfico que o celebrizou. Holanda publicou *Raízes do Brasil* em 1936, *Monções* em 1945, *Caminhos e Fronteiras* em 1957 e *O Extremo Oeste* em 1986 (*post mortem*). Góes Filho publicou *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas* em 1999. Taunay publicou o último volume de sua *História Geral das Bandeiras Paulistas* – que é o que trata das monções cuiabanas – em 1950.

abordamos um trecho interessante dessa obra de Ricardo, em que existe a afirmação de que *dragões exclusivistas e odiosos* eram os guardiões das riquezas escondidas nos sertões. Parece não haver dúvida sobre a organização de bandeiras que buscava, em primeira instância, as riquezas minerais que se supunha existir no interior da colônia. No entanto, parece ser exagerado esse linguajar que tende para o mítico, uma vez que parece lançar no limbo a questão do apresamento que não foi periférica, mas central no bandeirismo, principalmente do século XVII, como suspeitamos já ter sido evidenciado no segundo capítulo dessa tese. A organização de bandeiras de apresamento era *regra* em São Paulo, bandeiras que iam ao sertão com o *intuito* único de capturar índios. Não era *regra*, como afirma Pombo, bandeiras partirem do planalto visando encontrar minérios e acabando por trazer índios aprisionados. Isso acontecia, porém não como *regra*, mas como resultado do fracasso na prospecção mineral quando, já embrenhados no sertão, os paulistas não perdiam a viagem, lançando mão do apresamento e conduzindo índios para a escravização no planalto.

Por outro lado, o que não raro acontecia era a organização de expedições apresadoras *disfarçadas* de mineradoras, como foi o caso da *leva* de Diogo de Quadros, saída de Piratininga na primeira década do século XVII. Nas páginas 147 e 148 deste trabalho, isso fica claro, com a transcrição e análise de um trecho da Acta da Câmara de São Paulo, relativa à sessão de 15 de fevereiro de 1609. Diogo de Quadros, como não poucos outros, usaram o argumento da prospecção mineral para conduzir grupos apresadores ao sertão. Esse estratagema visava ludibriar a legislação então vigente, contrária à escravização dos índios, exceto nos casos entendidos como *guerra justa*. Isto posto, cabe mencionar ser não pouco interessante a forma como Pombo (1922, p. 39) se expressa, ao aludir aos grupos de presas trazidas dos sertões: *manadas de captivos*. Averiguemos que o Pombo (1922, p. 35) que antes afirmava, no livro didático em pauta, que os jesuítas eram contrários a que “os moradores tratassem os pobres selvagens como animais bravios”, é o mesmo Pombo que *trata* idiomáticamente os índios apresados como alimárias de grande porte, uma vez que *manada* significa: rebanho de gado grosso; magote de éguas ou burras (quarenta ou cinqüenta) que acompanha um garanhão¹⁷⁷.

O texto presentemente analisado assim termina:

¹⁷⁷ Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.

O que é inegável [...] é que essas expedições prestaram á colonização do paiz os mais relevantes serviços, sem os quais não seria possível o povoamento do interior (POMBO, 1922, p. 39).

Está claro que para Pombo, o interior do *paiz* ainda não era povoado antes das expedições bandeirantes ... parece que as *manadas* que viviam nas selvas, muito antes da chegada dos europeus, jamais *povoaram* nada.

Nesse texto que ora terminamos de analisar, os bandeirantes são prestadores de “relevantes serviços à colonização”, “audaciosos”, “apreciadores de aventuras”, detentores de “proverbial audácia e posição cavalheiresca”, caçadores de “thesouros fabulosos” e “célebres” (POMBO, 1922, p. 33-36-39) pelas descobertas minerais. Em certa medida também explicados como apresadores, os bandeirantes deste livro didático de 1922 são, sobretudo, corajosos povoadores e descobridores de riquezas minerais.

Doravante, passemos a verificar como a bandeirantismo foi tratado na obra *Lições de História do Brasil*, de autoria de Alfredo Balthazar da Silveira, publicada em 1924 pela Editora Francisco Alves e direcionada para os alunos do então curso secundário.

A temática por nós investigada é abordada no *Capítulo XIII*, no texto intitulado *Bandeiras*, assim iniciado:

Foi no reinado de D. João V [...] que individuos, animados dos mais ardentes enthusiasmos, vararam os sertões brasileiros, revelando á coroa portugueza as riquezas, que eles ocultavam. Pesquisadores audazes das riquezas que opulentavam o solo brasileiro; desbravadores intemeratos das regiões desconhecidas, onde o índio dominava [...] formadores das aldeias, que o evangelho transformou, depois, em villas florescentes; caçadores destemidos, cuja actividade se não resumia em alvejar os passaros, que voejavam de arvore para arvore, buscando, ao contrario, o ouro e as pedras preciosas, que jaziam, desprezadas, naquellas selvas; os bandeirantes, que foram os obreiros do nosso desenvolvimento economico e que [...] além de desvendar ao europeu a grandeza da nossa terra, ofereceram-lhe exemplos de uma tenacidade irrealizavel, de uma coragem indomita, de uma grande dedicação á terra fecunda e generosa, que lhes havia servido de berço e de uma energia que os igualava aos nobres filhos de Sparta (SILVEIRA, 1924, p. 182).

Como se vê, são claros e profusos os elogios. O texto fala por si:

... os bandeirantes contribuíram, com a sua coragem e a sua actividade, para engrandecer o Brasil, para o tornar mais amado dos seus filhos, não só pelos exemplos de acendrado civismo, que nos

legaram, como também, pela abundância dos seus recursos, e, outrossim, para mostrar aos ambiciosos, que o queriam, o valor cívico da sua raça (SILVEIRA, 1924, p. 182).

Para Silveira (1924), os bandeirantes foram corajosos engrandecedores do Brasil, detentores de profundo e exemplar civismo, reveladores dos recursos naturais da terra e defensores dos domínios coloniais contra os espanhóis, os *ambiciosos*.

Eis a continuidade do texto:

O bandeirante, que palmilhou terras nunca pisadas, e que atravessou rios, cujas águas jamais banharam o europeu [...] o bandeirante, que, para realizar os ideais que lhe torturavam a mente sonhadora, jamais se intimidou com os guinchos e os rugidos dos animais, ou com a algazarra frenética dos indígenas, bem merece da posteridade os mais calorosos aplausos, não só pelos arraiaes, aldeias e povoações, que fundaram naquellas mattas, mas, pelas façanhas que praticaram, naquellas longas peregrinações, as quaes eram a prova robusta da sua energia moral (SILVEIRA, 1924, p. 183).

Devassador de paragens virgens, o bandeirante atravessou rios remotos, até então infreqüentados pelos adventícios, rios que cortavam áreas onde abundavam feras selvagens, onde existiam índios hostis ... porém, esses perigos da mata não o assustava. Fundador de núcleos populacionais nos mais recônditos lugares da América de então, o bandeirante foi, antes de mais nada, um homem *façanhudo* que com grande *energia moral*, levou a cabo extensas jornadas, um homem merecedor dos *mais calorosos applausos*... enfim, Silveira parece estar compilando, agregando, ajuntando virtudes para descrever um herói acabado, jamais um sertanista necessitado.

Verifiquemos esse outro trecho:

O bandeirante, que encarnava as virtudes de uma raça sadia e vigorosa, caminhava, através daquelles valles e estradas penosas, guiado pela bussola da energia, que lhe fortalecia a coragem para arrostar as infinitas contrariedades com que, constantemente, deparava; o bandeirante, que daquella forma se expunha ás mais serias difficuldades, attraíndo o rancor do indio, que via as suas paragens, onde a sua vontade predominava invadidas [...] desempenhou, portanto, um importante papel na evolução econômica da nossa nacionalidade (SILVEIRA, 1924, p. 183).

Aqui vemos a afirmação de que o bandeirante pertence a uma *raça* fisicamente privilegiada ou superior, cheia de vigor e saúde, porém sem qualquer explicação acerca das razões étnicas dessas virtudes. Que *raça* é essa? É mestiça ou *pura*? Embora o autor por ora não forneça qualquer informação quanto a essa questão, por outro lado, cumpre

expressar nosso entendimento de que qualquer explicação nesse sentido seria inconvincente, como aconteceu com Alfredo Ellis Júnior algum tempo depois¹⁷⁸, quando publicou as obras *Raça de Gigantes* e *Os primeiros troncos paulistas*, nas quais busca explicações étnicas acerca da *superioridade paulista*¹⁷⁹. Tecemos aqui tais considerações pelo fato de que explicações de cunho étnico acerca da *superioridade paulista* são hoje entendidas como destituídas de qualquer coerência. Antes mesmo da publicação desse livro didático de 1924 – ora objeto de análise – Viana publicava – em 1918 – sua controvertida *Populações Meridionais do Brasil*, tão criticada em seu próprio contexto, que mereceu do autor um significativo esforço de rebate, num texto intitulado *Addendum* – ou seja, adendo – afixado ao final da própria obra tão densamente questionada. De nada adiantou. As afirmações de caráter racista e classista que perpassam *Populações Meridionais* jamais foram perdoadas, rendendo, desde então, ao longo das décadas, arrazoados críticos empedernidos, inflexíveis, duros¹⁸⁰. Feitas essas necessárias observações acerca da cerrada carga crítica, sempre assestada contra as intenções de explicação da *superioridade paulista* com base em afirmações de cunho étnico, cumpre observar que o bandeirante que Silveira (1924, p. 183) descreve no livro didático em pauta é incansável –, devido à sua *raça* – pois, uma “bússola de energia” o guia pelas mais adversas configurações topográficas. Arrostando de uma infinidade de adversidades, inclusive trazendo para si a agressividade do indígena, o bandeirante que Silveira nos apresenta é ainda protagonista do desenvolvimento econômico alcançado pelo Brasil.

A heroização continua:

... o bandeirante [...] foi, incontestavelmente, o propulsor consciente da nossa prosperidade moral e econômica. Recordá-lo, hoje, que a locomotiva, o telegrapho, o telephone e o avião encurtam as distancias, facilitam a comunicação rapida e suavizam as longas travessias, amenizando-as com o conforto irrepreensivel, equivale, por certo, a exaltar a sua grandiosa obra, cujos efeitos magnificos são de natureza a serem lembrados, mormente por aquelles que educam a mocidade brasileira (SILVEIRA, 1924, p. 183).

¹⁷⁸ 1926 e 1936.

¹⁷⁹ Na obra *Os primeiros troncos paulistas*, afirmou Ellis Júnior (1936, p. 83): “... a verdade inconcussa é que os mamelucos paulistas constituíram uma sub-raça fixa, eugênica, com os seus atributos inigualáveis de grande fecundidade, magnífica longevidade e espantosa varonilidade. Foram elles, sem dúvida, os coeficientes causadores da grandeza dos feitos dessa que Saint-Hilaire apelidou ‘Raça de Gigantes’”.

¹⁸⁰ Dentre os inúmeros críticos de Viana (1918), um dos mais afiados é Leite (2002), cujo trabalho contundente já foi por nós enfocado no primeiro capítulo dessa tese, especialmente da página 42 à página 47.

Aqui, os educadores foram considerados como agentes importantes da propalação das virtudes do bandeirante. Isso está claro. A educação para Silveira era, portanto, peça fundamental na tarefa de disseminar, junto à juventude do Brasil, os feitos admiráveis, a *grandiosa obra* levada a cabo pelo bandeirante, cujos *efeitos magníficos* eram, em 1924 – ano de publicação do livro didático em questão –, claramente perceptíveis, merecendo portanto lembranças e recordações, principalmente por parte dos professores. Parece que essa prescrição estava sendo seguida à risca, no próprio texto em pauta, pelo próprio autor de tão profusos enaltecimentos, já que Silveira era professor do então Curso Normal¹⁸¹. Num contexto em que os avanços tecnológicos haviam encurtado distâncias – ferrovias, telefonia, e telegrafia –, tornava-se ainda mais admirável o legado de homens que haviam, num passado remoto, se locomovido unicamente à pé, devassando matarias virgens. Para Silveira, a sociedade brasileira da década de 1920 era próspera econômica e moralmente, resultado da obra do bandeirante que intencional, conscientemente, havia propulsionado essa prosperidade em plano duplo.

Investiguemos agora o que o autor escreveu acerca do comportamento do bandeirante, ante os fatores da imprevisibilidade e do desnordeio, levando também em conta a revelação de inúmeros caminhos que levavam ao coração do continente:

O bandeirante, quando partia para o sertão, acompanhado de outros companheiros para a jornada [...] não sabia o tempo em que peregrinaria; tampouco poderia fixar o roteiro a que obedeceria para collimar os fins desejados, porque lhe escasseavam seguras informações em que pudesse basear-se. Mas o desanimo não conseguia, jamais, abate-lo; e, com aquella fé que vivifica a alma, elle caminhava por aquellos caminhos pedregosos, vencendo as dificuldades com que defrontava e encorajando, com o sorriso nos lábios, os que compunham a sua bandeira [...] foram os bandeirantes que aceleraram o progresso do sertão brasileiro, descobrindo vias de penetração, que depois foram aproveitadas... (SILVEIRA, 1924, p. 184).

Nem sempre as bandeiras partiam para o sertão sem roteiro certo. Não poucas foram as expedições que saíram de São Paulo demandando trilhas pré-concebidas. A bandeira de Fernão Dias Pais saiu de São Paulo em 1674, seguindo uma rota previamente fixada, que buscava as opulentas jazidas aurífero-esmeraldinas que seguindo relatos então recorrentes, existiam na área hoje correspondente ao estado de Minas Gerais. Nessa bandeira ia também, como é largamente sabido, o célebre Manuel

¹⁸¹ Na capa de *História do Brasil*, Alfredo Balthazar Silveira é apresentado como *Professor da Escola Normal*.

de Borba Gato –, genro de Fernão Dias – sertanista acusado de assassinar o fidalgo lusitano Dom Rodrigo de Castelo Branco, nos matos que medeiam entre a Lagoa do Sumidouro e a Lagoa Santa. Da mesma forma que se sabe do envolvimento de Borba Gato na morte de D. Rodrigo, é também de largo conhecimento o indulto dado pela Metrópole ao acusado, anos depois – em 1708 – em troca de seu conhecimento acerca das rotas de penetração dos sertões mineiros. Os roteiros que demandavam os mais diversos recantos de Minas Gerais, eram conhecidos por Borba Gato desde antes da partida da expedição chefiada por seu sogro. Ainda no que diz respeito às expedições saídas de São Paulo com caminhos previamente traçados, podem ser mencionadas todas as que se dirigiram ao Guairá, visando apresar índios, na primeira metade do século XVII. Para não nos alongarmos mais nessa questão, fechemos nosso rol de exemplos mencionando a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o segundo Anhangüera que após ter trilhado os sertões do Brasil Central na companhia de seu pai, quando ainda adolescente, empreendeu já adulto, uma outra incursão pelos mesmos recessos florestais, no ocaso do bandeirismo. O segundo Anhangüera partiu, portanto, sabendo o norte que devia seguir, que era o mesmo seguido por seu pai, décadas antes. Com esses exemplos, cremos ter ficado claro que não procede a asserção de Silveira, no que diz respeito ao desconhecimento das rotas sertanejas por parte dos bandeirantes, ao deixar o planalto paulista. As rotas eram, em muitos casos, conhecidas de antemão pelos sertanistas. No entanto, Silveira parece generalizar a idéia de que as bandeiras partiam sempre sem conhecimento prévio, acerca das rotas que seriam palmilhadas e das paragens que seriam alcançadas.

Uma vez tendo levado em conta esse conceito, o autor afirma a religiosidade do bandeirante como um fator importante na adversidade desses desnorteios, uma virtude decisiva – “aquella fé que vivifica” (SILVEIRA, 1924, p. 184) –, que o impelia para a frente, com confiança inabalável, a ponto de vencer todas as adversidades e ainda encorajar seus companheiros de expedição “com o sorriso nos lábios” (SILVEIRA, 1924, p. 184). Sorridente e detentor de fé inabalável, o bandeirante propalado por esse livro didático de 1924 assemelha-se ao bandeirante apresentado por Cassiano Ricardo – ou vice-versa – quase duas décadas depois, em 1940, quando foi lançada a obra *Marcha para Oeste*¹⁸², que atribuía ao cabo-de-tropa uma religiosidade significativa.

¹⁸² Nessa obra, escreveu Ricardo (1940, p. 211): “Confessa-se o chefe bandeirante antes de sair. Logo depois parte o grupo heróico e aguerrido. Rezarão por ele os poucos que ficaram. Também ele o fará, já nos confins do mundo”.

Mais à frente, citando Theodoro Sampaio, Silveira (1924, p. 188) evoca a configuração geográfica de São Paulo, buscando explicar o devassamento bandeirantista:

Theodoro Sampaio, grande autoridade em assumptos historicos, explica, nas seguintes phrases, os motivos porque o sulista empreendeu, com exito, as bandeiras: ‘No sul, o homem do litoral como domina do alto das suas montanhas, o intimo dos sertões, a que o conduzem os rios caudaes, descendo para o interior. Aqui, ainda que através de cataractas e de saltos, o conquistador desce sem esforço; as águas o levam de feição; o seu trabalho é moderar a descida, impedir que a marcha se precipite [...] o paulista, pelo seu *habitat*, tinha de ser o bandeirante por excellencia. A conquista dos sertões estava no seu destino histórico’.

Essa explicação de cunho geográfico, enfocando principalmente a rede hidrográfica que demanda o interior peca, antes de mais nada, pela ausência de diferenciação entre o homem do litoral vicentino e o que morava no planalto paulista. Evocando Sampaio, Silveira faz uma perceptível confusão, postando o homem litorâneo como alguém, que contemplava as matarias interiores, encarapitado em cumes de montanhas. É sabido que do litoral vicentino ao planalto paulista era preciso vencer uma distância de doze léguas, no caminho abrupto que transpunha a Serra do Mar. Os bandeirantes moravam no planalto, não no *alto das suas montanhas*. Não eram praianos nem montanhesees, mas planaltinos ou planálticos. Cumpre ainda mencionar que é um grande equívoco evocar a idéia de um homem litorâneo – seja ele bandeirante ou não – que domina os sertões do alto de montanhas, uma vez que estando à beira do mar, este homem sequer vislumbra o interior, tendo seu olhar obstado pela grande muralha¹⁸³ da Serra do Mar.

Outro aspecto digno de ser verificado na abordagem de Silveira – quando este cita Sampaio – diz respeito à ausência da menção ao Tietê, quando foram mencionados os *rios caudaes* utilizados pelos paulistas em suas penetrações sertanejas. O Tietê foi o rio mais utilizado por bandeirantes e monçoeiros – em momentos cronológicos distintos

¹⁸³ A região serrana, durante vinte anos, fora obstáculo considerado quase intransponível, impedindo aos vicentinos o avanço para o interior do continente. Vários autores já escreveram sobre a grande montanha, que por duas décadas manteve completa inacessibilidade. No que diz respeito a este acidente orográfico, escreveu Volpato (1985, p. 27): “Íngreme (a Serra do Mar), cheia de despenhadeiros, de acesso tão difícil que os caminhantes tinham que marchar agarrando-se aos arbustos, a montanha impunha-se quase como uma ‘muralha’ a impedir a penetração pelo interior”. Também sobre isso observou Ricardo (1942, p. 72): “Subia a pessoa agarrando em raiz de árvore, machucando os joelhos em pedra e correndo o risco de rolar pela ribanceira”. Em concordância com esses dois autores, apresenta-se Holanda (1990, p. 15) que buscando dimensionar a vultosidade do acidente geográfico em questão, adjetivou-o “escabrosidade da Serra do Mar”. Está claro que estando no litoral, ninguém poderia contemplar nada além da Serra do Mar.

– nos avançamentos interioranos. Concluindo esse nosso detimento reflexivo nessa explicação geográfica ofertada por Silveira, acerca das motivações do bandeirismo, faz-se necessário mencionar que notamos a plena ausência ou o completo mutismo do texto concernente à motivação oriunda do fator econômico, ou seja, a organização de expedições motivada pela carência reinante em São Paulo¹⁸⁴. Cumpre observar que se o texto de Silveira é *mudo* ou omissivo respeitante à pobreza paulista, o mesmo não ocorre, de forma alguma, em relação à ênfase, à redundância na argumentação épica, triunfalista:

Foram [...] os paulistas que impulsionaram as viagens às selvas brasílicas, guiando-se pelo curso dos rios que atravessavam, e inspirados pela bussola do patriotismo, cujas indicações nunca falham (SILVEIRA, 1924, p. 188).

Aqui, o que inspira os bandeirantes é a infalível *bussola do patriotismo*. Anteriormente, à página 255, vimos que Silveira postulava *a bússola da energia* como elemento norteador dos bandeirantes. O sentido metafórico empregado por Silveira nessas duas *bussolas* norteadoras dos bandeirantes, enseja o entendimento claro acerca de grupos de marchadores florestais energéticos e patriotas.

A seguir, assemelhando-se à abordagem de Pombo, na obra *Primeiras Lições de História do Brasil: perguntas e repostas*¹⁸⁵, de 1922 – dois anos antes portanto –, Silveira (1924, p. 188) optou por fazer um relato sobre as expedições mais célebres, aquelas “que podem ser enumeradas como as mais importantes”, enfocando – também como Pombo – o protagonismo dos cabos-de-tropa, os chefes bandeirantes.

Sobre Fernão Dias Pais, escreveu Silveira (1924, p. 188):

Fernão Dias Paes Leme (1673), que, ao cabo de quatro annos, encontrou, no serro frio, algumas pedras preciosas e várias minas de ouro, deu exemplos de rara tenacidade [...] no entretanto, o intrepido paulista não chegou a aproveitar-se das suas penosas pesquisas, porque falleceu nas proximidades do Rio das Velhas, em consequência de febres malignas. Seu character era inflexivel, e não trepidou em mandar enforcar um filho natural, que fôra accusado de cúmplice numa rebelião. Poupou-lhe, porém, a morte as armaguras da desillusão, por que as pedras verdes não eram esmeraldas [...] mas [...] turmalinas.

¹⁸⁴ No primeiro capítulo dessa tese, abordamos a ausência de abastança na vila de São Paulo, nos séculos XVI e XVII.

¹⁸⁵ Já por nós analisada, da página 243 à página 253.

Na seqüência, após qualificar Fernão Dias como tenaz, intrépido e inflexível, Silveira (1924, p. 189) ainda o adjectiva como *audaz*, exaltando-o, inclusive, através de um trecho de poesia, composto por um poeta de Minas Gerais:

É assim que Carlindo Lellis, apreciado poeta mineiro, descreve o serviço do audaz bandeirante...
 “Das águas do Tieté à longinqua paragem
 Das terras do guaicuhy, dos escampos abertos
 Do valle do Itatyaia aos cimos encobertos
 Do Itacambyra, abriste a espessura selvagem.”

Averiguemos agora o que escreveu Silveira (1924, p. 189), sobre Manuel de Borba Gato:

... genro de Fernão Dias [...] prosseguiu acompanhado do cunhado Garcia Rodrigues Paes, nas viagens pelo interior [...] matou, com as proprias mãos, Dom Rodrigo Castello Branco, que exercia as funcções de intendente das lavagens de ouro em São Paulo [...] aquelle crime, que tornava impossivel o regresso de Borba Gato á cidade, decidiu-o a internar-se pelas regiões do São Francisco, onde se revelou um administrador capaz. Permaneceu no deserto cerca de 20 annos, obtendo o perdão de Arthur de Sá [...] governador do Rio de Janeiro, porque lhe communicou a existencia das riquezas de Sabará, provando, ainda, que fôra elle quem cooperára para o adiantamento das regiões onde estivera.

Constatemos que, num primeiro momento, é apontada a continuidade do devassamento – após a morte de Fernão Dias – em busca de minerais de valor, por parte de Borba Gato e Garcia Rodrigues, ambos remanescentes da bandeira do Governador das Esmeraldas. Em seguida é feita a afirmação de que Borba Gato matou Dom Rodrigo Castello Branco. Cumpre esclarecer que esse episódio da morte do fidalgo não está, até hoje, suficientemente elucidado. Alguns autores, da mesma forma que Silveira, defendem que Borba Gato o assassinou¹⁸⁶; outro assevera que o sertanista “estava implicado no assassinio de Dom Rodrigo”, porém sem afirmar ter ele sido o autor de tal homicídio¹⁸⁷; outro oferta duas versões como plausíveis, cuja primeira delas tem Borba Gato como o matador do fidalgo, sendo que a segunda aponta um ajudante do genro de Fernão Dias como o autor da morte¹⁸⁸; por último evidenciemos que um pesquisador

¹⁸⁶ Monteiro (2000, p. 243), em *Negros da Terra*; Taunay (1946, p. 10), no artigo *O Bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil*; Franco (1989), no *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*.

¹⁸⁷ Boxer (1963, p. 49), na obra *A idade de ouro do Brasil*.

¹⁸⁸ Magalhães (1944, p. 449), na obra *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, além de ofertar como igualmente plausíveis essas duas versões acerca do homicídio que vitimou o fidalgo, ainda oferece duas hipóteses em termos de técnica ou método de assassinio no caso de haver sido este cometido por Borba Gato: teria o famoso genro do Governador das Esmeraldas empurrado seu desafeto numa funda cata – vão escavado no solo para a prática da mineração –, ou ainda descarregado uma “carga de trabuco”

que estudou mais a fundo a vida de Borba Gato – posto que escreveu um livro inteiro sobre a bandeira derradeira de seu sogro¹⁸⁹, expedição em que o sertanista acusado tomou parte como imediato do famoso caçador de esmeraldas – apresenta três versões diferentes da morte de Dom Rodrigo. Em todas as aludidas versões, que são oriundas de três fontes distintas, Borba Gato não é apontado como o matador do altivo enviado castelhano. Verifiquemos a primeira dessas três hipóteses:

O Coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça, nas célebres notícias por ele compiladas, após dar conta da primeira visita de d. Rodrigo ao arraial do Sumidouro, diz o seguinte:

“Visitando portanto a Borba Gato em seu acampamento, sem outra comitiva, que dous criados, depois dos cumprimentos de civilidade, rogou-lhe que accedesse ao pedido, [de armas, munição e ferramentas] á vista da urgência. Insistindo porem Borba Gato nas razões, que já tinha expellido sobre a primeira requisição: D. Rodrigo cego de ira levantou-se bruscamente, e replicando com vozes e gestos alterados, que o ensinaria á ser mais Cortez, retirou-se do acampamento. Entretanto 2 pagens do Borba, presumindo á seu turno insultado por d. Rodrigo, correrão á tomar-lhe o passo em caminho, e disparando á hum tempo dois tiros, de mosquete sobre elle, o lançarão morto por terra; e matarão ainda os 2 criados, si Borba Gato, acudindo ao ruído inesperado, os não salvasse (BARREIROS, 1979, p. 105-106).

Como se vê, aqui o crime é imputado a dois *pagens* de Borba Gato que fiéis ou leais ao seu superior, teriam perseguido o autor do insulto, abatendo-o com dois disparos de mosquete, assestando ainda suas armas na direção dos serviçais do recém-tombado, momento em que o genro de Fernão Dias interveio, impedindo novos assassinatos. Borba Gato, nessa versão, além de estar isento de ter sido o mandante do crime, é ainda apontado como o salvador dos servidores diretos do homem recém-alvejado.

Averiguemos agora a segunda hipótese:

Na *Memória Histórica*, de Joaquim da Rocha, assim como na *Descrição Geográfica*, de Cláudio Manuel da Costa, vê-se que Borba Gato se recusara atender à solicitação feita por D. Rodrigo, de “pólvora, chumbo, e mais instrumentos”, alegando ter de cumprir as ordens deixadas pelo sogro, no sentido de dar prosseguimento a missão explorativa, o que teria provocado a irritação do Fidalgo e o malentendido que culminou com a sua morte:

(MAGALHÃES, 1944, p. 448) no *peito* do intendente castelhano. No caso de haver sido o assassinato obra dos auxiliares de Borba Gato, o método de execução teria sido o mesmo da segunda hipótese formulada para Borba Gato como executor, ou seja, o *pagen* do sertanista acertara a pontaria do trabuco no peito de Castelo Branco, em seguida descarregado sua carga letal.

¹⁸⁹ O pesquisador é Barreiros (1979), sendo a obra em questão intitulada *Roteiro das Esmeraldas: a bandeira de Fernão Dias Pais*.

“... e ainda que sem mandato de Borba, foi morto D. Rodrigo nessa ocasião por huns bastardos que vivem agregados a elle” (BARREIROS, 1979, p. 107).

Nesse caso, não *pagens*, mas *bastardos* agregados a Borba Gato teriam sido os assassinos de D. Rodrigo, porém sem que o bandeirante em questão tenha ordenado a execução.

Derradeiramente, analisemos a terceira hipótese de Barreiros, construída com base na transcrição de uma carta do Conde de Val de Reis ao regente D. Pedro:

“SENHOR:

O Governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, em carta de 25 de novembro do anno passado dá conta a Vossa Alteza em como tivera avizo do sertão de S. Paulo que em 28 de Agosto do mesmo anno mataram a d. Rodrigo de Castel Blanco, Administrador das Minas, hindo marchando por uma estrada lhe derão tres tiros do matto, e logo cahira morto e que ainda não sabia quem fossem os matadores (BARREIROS, 1979, p. 107-109).

Já aqui, o nome de Borba Gato sequer aparece. O intendente teria sido morto com três tiros, disparados por atiradores emboscados, ocultos no mato.

Creemos ter ficado claro que uma celeuma não pouco significativa acerca-se desse episódio que envolveu a morte de D. Rodrigo Castello Branco. Celeuma que envolve diversos autores, cuja discordância gerou conjecturas, hipóteses e afirmações variadas. Não poderíamos fazer calar nosso texto quanto a essa questão, já que Silveira, no livro didático que no momento é analisado, afirma, peremptoriamente, que Borba Gato assassinou o intendente castelhano “com as próprias mãos” (SILVEIRA, 1924, p. 189).

Isso feito, continuemos a análise dessa obra didática, verificando as palavras de Silveira sobre o sertanista Antônio Rodrigues Arzão:

... paulista de nascimento [...] embrenhando-se pelo sertão de Caeté, consegue descobrir, após sacrificios que teriam desanimado qualquer outro individuo, as minas de ouro do Rio Doce; levou algumas amostras para São Paulo e, antes de morrer, viu cunhadas com o ouro que encontrára, algumas moedas e medalhas (SILVEIRA, 1924, p. 189).

Detentor de ânimo heróico, incomum, já que as agruras pelas quais passou teriam abatido *qualquer* outra pessoa – Arzão é claramente apresentado por Silveira como um homem excepcional, descobridor do ouro que posteriormente circulou como dinheiro e medalhas em São Paulo.

Sobre Bartholomeu Bueno de Cerqueira, escreveu Silveira (1924, p. 189):

... se aproveitando dos roteiros do seu cunhado Arzão, uniu-se a Carlos Pedroso da Silveira e outros destemidos paulistas e reencetou as explorações iniciadas por Arzão, penetrando em Minas-Geraes. Fundou diversos arraiaes, que se transformaram, depois, nas cidades de Pitanguy, Caeté, Ouro-Preto e encontrou abundância de ouro...

Continuador da obra de Arzão, este sertanista é apresentado pelo texto de Silveira como um homem corajoso, já que se uniu a *outros destemidos paulistas* –, descobridor de muito ouro e fundador de muitos povoados.

Sobre o devassamento das áreas centrais do continente, em tom épico, escreveu Silveira (1924, p. 190):

Matto-Grosso e Goyas tiveram, também, as suas terras varadas pela coragem indomita dos audazes paulistas, que souberam resistir às intempéries das penosas viagens, descobrindo ouro e fundando cidades [...] Francisco Xavier Pedroso [...] no correr do anno de 1670, chegou à Assumpção [...] Braz Mendes Paes pode, mais tarde, derrotar os hespanhões, depois de invadir as campanhas da vaccaria. Mas, foi, em 1696, que Gaspar de Godoy Collaço conseguiu chegar á Serra de Maracajú, onde se demorou algum tempo; seu exemplo de tenacidade foi imitado e Matto-Grosso começou a atrair o paulista.

Coragem, audácia, tenacidade, resistência ímpar. No discurso de Silveira, o emprego de tais vocábulos propicia o entendimento de que essas virtudes impulsionaram ou empurraram os bandeirantes para o sertão. Não aparece a pobreza da capitania vicentina, como elemento propulsor ou alimentador das incursões sertanejas.

Sobre o descobrimento do ouro de Mato Grosso, escreveu Silveira (1924, p. 190):

... coube a Paschoal Moreira Cabral não só descobrir as famosas minas de ouro, como também fundar a povoação [...] posteriormente sede da companhia [...] mais importante, sem duvida, foram as descobertas geographicas [...] tornaram-se conhecidos o rio Arinos, descoberto pelo mestre de campo Antonio de Almeida Falcão e cujo curso foi reconhecido por João de Souza Azevedo; o rio Angora, affluente do Guaporé e ficaram conhecidos os cursos dos rios Cuyabá e Paraguay, Guaporé, Mamoré, Madeira, Araguaya e Amazonas.

Verifiquemos agora o que escreveu Silveira (1924, p. 191), sobre o devassamento da área hoje pertencente ao estado de Goiás:

Goyas teve, também, a sua phase de prosperidade no período das bandeiras, da qual a mais notavel foi a de Bartholomeu Bueno da

Silva, o Anhanguera [...] a bandeira de Anhanguera (1682) [...] iniciou a colonização de Goyas.

Essa bandeira de 1682, encontrou algum ouro em território goiano e, embora seja entendida por Silveira como *a mais notavel* dentre as expedições que andaram por Goiás, parece não restar dúvida acerca da maior contribuição, em termos mais práticos, da bandeira de Bartholomeu Bueno da Silva, filho homônimo do Anhanguera que na primeira metade da década de 1720 – quarenta anos depois – encontrou significativas jazidas auríferas em Goiás. Este *segundo Anhanguera*, como o chamam muitos autores, esteve, ainda adolescente, acompanhando o pai na incursão *notavel* de quatro décadas antes.

Sobre a bandeira de Bartholomeu Bueno da Silva (filho), escreveu Silveira (1924, p. 191):

... as explorações [...] foram, afinal, coroadas de grande êxito, pois, foi nessa segunda bandeira que se descobriram o rio dos Pilões, o rio Corumbá, o Rio das Almas, o rio da Perdição, o rio Claro e o rio Rico, tributários do Araguaya e diversas minas de ouro. Venceu aquele denodado paulista os caiapós...

Cumpramos aqui mencionar que Silveira cometeu falhas importantes ao tratar dessa bandeira do segundo Anhanguera, pois não forneceu a data da expedição, que partiu de São Paulo em 1722. Silveira também não forneceu o nome do bandeirante que liderou essa segunda expedição. Partiu de nós a informação de que o segundo Anhanguera era homônimo de seu pai. Em síntese, ao abordar essa expedição, Silveira não fornece a data em que ela aconteceu, tampouco nomeia quem a liderou. Isso ocorre ao avizinhar-se o final de um texto de onze páginas, em que a mineração aparece em resalto, eclipsando quase que totalmente o apresamento. Um texto exaltador, que dissemina enfaticamente a idéia de um desbravador heróico, omitindo completamente a figura do paulista miserável e necessitado, que partiu para o sertão em busca de sua própria sobrevivência.

O fechamento do texto é solene, grave:

Foram, portanto, os bandeirantes, que eram paulistas, na sua grande totalidade, os que contribuíram para a expansão geográfica do Brasil, descobrindo-lhe as riquezas, aumentando-lhe o numero de cidades, desenvolvendo-lhe a população e educando-a na escola do trabalho, que torna o homem insensível aos soffrimentos phisicos e crente na religião do dever. Os bandeirantes, que conquistaram e engrandeceram o nosso querido paiz, affrontando sérias dificuldades, são merecedores da nossa veneração perenne; sua obra grandiosa pertence áquellas que resistem á acção destruidora

dos tempos, adquirindo com o correr dos seculos, uma beleza, que enthusiasma aos que lhe compreendem a importancia (SILVEIRA, 1924, p. 192).

Elogiados à exaustão, os bandeirantes merecem, segundo Silveira (1924, p. 192), nossa “veneração perenne” ... À semelhança do que foi afirmado por Estevam de Oliveira (1909, p. 69), na obra didática *Rudimentos de História Pátria* no ano de 1909¹⁹⁰: “Veneremos, portanto, jovens alumnos, a memoria desses nossos antepassados”.

Afora essa prescrição, esse aconselhamento de veneração aos bandeirantes, cumpre observar que os dois últimos livros por nós analisados – *História do Brasil*, de 1922, e *Lições de História do Brasil*, de 1924, cujos textos sobre o bandeirismo são, respectivamente assinados por Pombo e Silveira – afirmam que os bandeirantes “queriam colonisar o novo paiz” (POMBO, 1922, p. 34), eram exemplos de “alendrado civismo” (SILVEIRA, 1924, p. 183), eram os responsáveis remotos pela “prosperidade moral” (SILVEIRA, 1924, p.183) da sociedade da década de 1920 (contexto em que o livro foi lançado) e, além de tudo, eram movidos pela “bussola do patriotismo” (SILVEIRA, 1924, p, 188).

Constatemos agora, como tudo isso coaduna com essas lapidares palavras de Nagle (2001, p. 64):

A segunda década do século XX representa um período de fértil desenvolvimento e estruturação de ideais nacionalistas no Brasil, que se multiplicarão nas direções mais variadas no decorrer da década de 1920. As primeiras manifestações nacionalistas apareceram, de maneira mais sistemática e em si influenciadora, no campo da educação escolar, com a ampla divulgação de livros didáticos de conteúdo moral e cívico ou, melhor, de acentuada nota patriótica. São obras que pretendem fornecer à criança e ao adolescente uma imagem do país adquirida por via sentimental.

Antes que iniciemos a analisar a abordagem acerca da figura do bandeirante em outro livro didático, cumpre averiguar o contexto brasileiro da década de 1930, quando se inicia a segunda República, já que no presente momento, estamos adentrando este recorte temporal. Iniciemos isso, averiguando essas palavras de Romanelli (1986, p. 47):

Em outubro de 1930, o governo do Presidente Washington Luiz era derrubado por um movimento armado que se iniciava ao sul do país e tivera repercussões em vários pontos do território brasileiro.

¹⁹⁰ Página 236 deste trabalho.

Também sobre isso, escreveu Ghiraldelli Jr. (2003, p. 27):

A Primeira república durou quarenta anos. Foi a época da política do “café-com-leite”. Grupos de proprietários e homens influentes em Minas Gerais (“coronéis do leite”) e em São Paulo (“barões do café”) se alternaram no controle da presidência da República. Esse Acordo ruiu em 1930, criando a oportunidade de grupos gaúchos e outros ascenderem ao poder, mas não por eleições, e sim através da revolução de outubro de 1930.

Politicamente, o Brasil passou a experienciar novos rumos. Acerca dessa questão, asseverou Ghiraldelli Jr. (2003, p. 27):

... passamos a viver uma nova fase no país, que ficou conhecida como a “Era Vargas” e teve três períodos. Getúlio Vargas no poder como membro importante do governo revolucionário pós-outubro de 1930 (“o Governo Provisório”); Getúlio Vargas no poder após a promulgação da Constituição de 1934; Getúlio Vargas no poder após o golpe de 1937, no qual ali permaneceu, então, como ditador, à frente do que chamou de “Estado Novo”, cujo fim se deu em 1945.

Portanto, no alvorecer da década de 1930, caía a República Velha – dando lugar a uma nova orientação política que contudo, já estava sendo gestada há alguns anos, no próprio bojo da perda paulatina de poder, por parte dos mandatários da política do *café-com-leite*. O prisma ditatorial do novo governo recrudescia gradativamente no escoar dos anos de 1930, porém, não sem resistência, já que menos de dois anos após a subida de Vargas ao poder, os integrantes da elite paulista, ressentidos com a distância do exercício do poder, lograram organizar um movimento anti-governamental, sob o pretexto de restaurar a democracia. Tal movimento, conhecido na história como Revolução Constitucionalista de 1932, não logrou derrubar a governo de Vargas, apesar da considerável mobilização ocorrida no estado de São Paulo, onde houve um levante armado, eficazmente sufocado pelas forças ditatoriais. Sobre esse movimento, escreveu Romanelli (1986, p. 50):

A Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, teve o caráter de um movimento pró-constituição, mas revelava também uma oposição contra a tendência centralizadora do governo, que retirava dos estados a autonomia de que vinham gozando desde a Proclamação da República. As forças ligadas a esse movimento eram as mesmas ligadas aos interesses latifundiários e ao liberalismo econômico, que prevalecera antes.

Antes e depois desse movimento paulista, a década de 1930 transcorreu sob o signo personalista da ditadura varguista.

O livro didático que doravante passaremos a analisar é intitulado *História do Brasil*, de autoria de João Ribeiro, publicado em 1935, pela livraria Francisco Alves¹⁹¹ e então dirigido para o Curso Superior. O texto é intitulado *Entradas e Bandeiras*, começando primeiramente a abordar as entradas:

Com as entradas, expurga-se o território dos perigos das ciladas e mesmo da presença dos índios, e com ellas estabelecem-se por terra as comunicações outrora fluviais ou marítimas... (RIBEIRO, 1935, p. 209-210).

Ribeiro assinala as entradas como expedições que visavam o afastamento da resistência e do perigo oriundo dos índios, além do estabelecimento das *comunicações* com o interior, através das rotas terrestres.

A violência contra o índio aparece de forma clara:

... Frequentes vezes os governadores e capitães móres, para aterrorizar o gentio, organizavam expedições pela terra interior, onde não era pequeno o morticínio dos selvagens. Uma dessas expedições foi a de D. Francisco de Souza ao Rio Real, que fez afugentar os índios por mais de sessenta leguas, tal o terror e maldade que ia semeando pelos caminhos (RIBEIRO, 1935, p. 210).

De caráter oficial, essa entrada de Dom Francisco de Souza foi violenta. Contudo, segundo Ribeiro, não menos violentas eram as entradas de caráter particular, organizadas pelos moradores comuns:

Não gostavam muito os colonos deste systema de guerra, menos por virtude e misericórdia do que pelo espírito prático, nem por isso eram as entradas de iniciativa dos colonos menos ferozes que as outras (RIBEIRO, 1935, p. 210).

A seguir, evocando relatos de nossos *antigos chronistas*, Ribeiro aborda o apresamento, afirmando que os colonos não gostavam de *guerras* como a que foi movida por D. Francisco de Souza, pois “afugentavam os gentios ... mais de sessenta leguas...” (RIBEIRO, 1935, p. 210).

As iniciativas oficiais, segundo Ribeiro, espantavam para longe dos colonos as presas que tanto almejavam, ou seja, os índios escravizados, pois “todos serviam-se

¹⁹¹ Na capa dessa obra consta: *13ª edição, refundida e inteiramente revista e melhorada.*

delles em suas fazendas” (RIBEIRO, 1935, p. 211). Os colonos entendiam que os índios “eram seus captivos” (RIBEIRO, 1935, p. 211) e, quanto a isso de nada adiantava o antagonismo dos jesuítas, pois “...quebravam os pregadores os púlpitos sobre isto, mas era como se pregassem em deserto” (RIBEIRO, 1935, p. 211).

Percebe-se que Ribeiro, em sua abordagem, oferta uma versão em que transparece o apresamento não apenas de maneira clara, mas de forma ampla, ou seja, é evocada a idéia de que a escravização dos indígenas era uma prática largamente disseminada. Julgamos ser necessário, neste momento, afirmar que este aspecto da abordagem de Ribeiro é, no nosso entendimento, bastante profícuo e nada mitificante, nada heroizante, inclusive apontando para uma compreensão acerca do bandeirismo que coaduna, converge com o que é suscitado pela documentação produzida pelos membros da Câmara Municipal de São Paulo, como já demonstrado no segundo capítulo dessa tese.

Ribeiro (1935, p.214) adjectiva as empreitadas apresadoras como: “... terríveis caçadas humanas que se podem contar por milhares, e jamais cessaram de todo no Brasil Colonial”.

É curioso verificar que enquanto escrevia sobre *As entradas*, Ribeiro abordava o apresamento de maneira clara, como já vimos. No entanto, ao começar tratar das *Bandeiras*, o tom vai mudando, numa gradação perceptível:

Depois dessas expedições [...] começa verdadeiramente o movimento das bandeiras paulistas que excedem, quanto á importancia geographica e os seus reultados econômicos [...] todas as tentativas já havidas (RIBEIRO, 1935, p. 225).

Percebe-se que o tom elogioso vai subindo pouco a pouco. Tendo já mencionado a importância econômica e geográfica das bandeiras, escreveu Ribeiro (1935, p. 225):

As bandeiras paulistas organizadas para a exploração das terras tinham constituição especial, que só tornavam compreensivel o gênio e a pertinácia dos que [...] as compunham.

Agregações de homens *especiais* – já que formavam uma agregação, uma constituição especial –, as bandeiras contavam em suas fileiras, com homens *pertinazes* e de *gênio* singular.

Averiguemos mais algumas características destes homens incomuns, virtuosos:

... a primeira virtude dos bandeirantes é a resignação, que é quasi fatalista, e a sobriedade levada ao extremo, os que partem não sabem se voltam e não pensam mais em voltar aos lares, o que frequentes vezes succede (RIBEIRO, 1935, p. 225).

Primeiro o *gênio* e a *pertinácia*, depois a *resignação* e a acentuada *sobriedade*. Verifiquemos agora a explicação que Ribeiro oferta para a existência de homens tão virtuosos, responsáveis por *resultados econômicos* tão significativos:

Só a formação de uma raça inteiramente aclimada ao sol e ao céu do Brasil, como era a dos paulistas, poderia preparar tamanhos resultados (SAINT-HILAIRE *apud* RIBEIRO, 1935, p. 226).

Aqui aparece, mais uma vez – a exemplo de Alfredo Balthazar Silveira (1924), em *Lições de História do Brasil*, obra por nós já abordada, da página 253 à página 265, a explicação racial que ao longo do tempo, seria evocada por autores distintos, vários. Cumpre mencionar que se Ribeiro lançava mão disso em 1935, onze anos após Silveira já o ter feito, fazia-o um ano antes que Alfredo Ellis Júnior lançasse *Os Primeiros Troncos Paulistas*, em 1936, obra que se tornou famosa por sua apologia à *raça paulista*, ou *raça de gigantes*¹⁹². Porém, se Ribeiro enaltece os bandeirantes, aplicando-lhes os adjetivos edificantes há pouco analisados, não titubeia em apontar inúmeras outras características nada abonadoras aos paulistas que tomavam parte nas expedições em pauta:

Nessas bandeiras vemos figurar toda a gente, homens de todas as qualificações, índios de todas as tribos; mulheres, padres e crianças e grande numero de animaes domesticos, cães, galinhas, carneiros, fora as bestas de carga. É uma cidade que viaja com os seus senhores e seus governados, nella não faltam rixas e diferenças, mas o alvo principal e a esperança commum os põe de accôrdo e harmonia. De caminho, as crueldades que praticam são inauditas (RIBEIRO, 1935, p. 226).

Nada parece autorizar alguém a afirmar a presença de tamanha heterogeneidade nas expedições bandeirantistas. Não resta dúvida a respeito da presença de índios, não-índios e mamelucos. Quanto a presença de mulheres e crianças cumpre esclarecer que não encontramos nem mesmo uma única menção a respeito, em todos os volumes que lemos das Atas da Câmara de São Paulo. Já na historiografia, vez ou outra, aparecem asseverações claras a respeito de meninos de catorze a dezesseis anos figurando nas tropas. No que diz respeito às mulheres, é sabido que comumente, os sertanistas deixavam suas esposas no recesso de seus lares, quando partiam para o sertão; porém,

¹⁹² Nessa obra afirma Ellis Júnior (1936, p. 131): “Só puderam atravessar este dolorosíssimo perigo inicial de colonização os indivíduos provadamente fortes, os expoentes eugênicos da raça [...] teria sido o *typo* povoador vicentino. Só elle poderia ser originador da raça de gigantes. Só as suas virtudes poderiam explicar os phenomenos do bandeirismo”.

alguns colonos levavam índias nessas expedições, juntamente com seu grupo individual de cativos.

Sobre isso, escreveu Monteiro (2000, p. 89):

Na maioria – porém não exclusivamente – homens, estes índios completavam as fileiras das expedições, executando serviços essenciais nas funções de guias, carregadores, cozinheiros e guerreiros [...] Manuel Correia de Sá, por exemplo, dono de quarenta índios, levou dez consigo na ‘frota’ chefiada por seu compadre, o capitão João Anhaia de Almeida, entre eles duas mulheres e um rapazinho¹⁹³.

Sobre a presença de cães nas tropas bandeirantistas, verifica-se também em Monteiro uma menção, quando da abordagem por ele feita sobre o retorno dos apresadores a São Paulo, abastecidos de presas, as quais tratavam de modo desumano:

Outro padre denunciou que os paulistas se comportavam com tanta crueldade que não pareciam ser cristãos matando as crianças e os velhos que não conseguem caminhar, dando-os de comer a seus cachorros¹⁹⁴ (MONTEIRO, 2000, p. 73).

Desta forma, verifica-se que Ribeiro exagera não pouco neste livro didático de 1935, ao atribuir tamanha heterogeneidade – humana e animal – às bandeiras. Parece ter ficado clara a ínfima presença feminina, a muito pequena presença de crianças – isso se considerarmos como *crianças* adolescentes de catorze a dezesseis anos acima – e a pouquíssima mencionada presença de cães. Parece soar um tanto quando inidônea a asseveração generalizante acerca da presença de mulheres, crianças e cachorros nas expedições, já que isso não acontecia em larga escala, como dá a entender Ribeiro. Também sobre as galinhas e carneiros mencionados por Ribeiro, não há qualquer referência nas Atas da Câmara, bem como na historiografia não didática. Quanto às

¹⁹³ Para afirmar isso, Monteiro forneceu a fonte: Inventário de Manuel Correia de Sá, de 1677, escrito em Parnaíba; Arquivo do Estado de São Paulo.

¹⁹⁴ Como fonte, cita Monteiro: Nicolas Durán e Francisco Crespo, 24/09/1627 (Anais do Museu Paulista, pt. 1:69-71). É válido mencionar ser espanhola esta fonte citada por Monteiro, a respeito dos cachorros que comiam despojos humanos. Sem pretender negar tal fonte, entendemos ser pertinente lembrar o questionamento que envolve qualquer informação oriunda das produções espanholas, já que a *lenda negra* que, alguns autores – Cortesão dentre eles – afirmam ter sido criada em torno da figura dos bandeirantes, tem a sua *matriz* nas produções dos padres da Companhia de Jesus, tendo à frente Antonio Ruiz de Montoya. A discussão acerca dessa *lenda negra* foi feita no segundo capítulo deste trabalho, das páginas 199 à 202. Fazemos aqui tais considerações para que possamos refletir, talvez criticamente, acerca de homens que dão a seus cachorros pedaços de outros homens. Estes parecem ser homens muito *maldosos*, *malignos*, *malfazejos*, bastante adequados para o robustecimento da *lenda negra*, detratadora inarredável dos bandeirantes, da mesma forma que os próprios cães comedores de gente – cuja presença não é encontrada na documentação por nós percorrida, nem mesmo cães de caça – são presenças que devem ser, talvez, detidamente refletidas, consideradas dentro de um contexto de superlatividade textual por parte dos inicianos, cujo intuito era, em grande parte, adjetivar negativamente os bandeirantes.

bestas de carga, que quer Ribeiro terem sido *integrantes* das bandeiras, também não há alusão alguma na documentação percorrida para a feitura dessa tese. Tampouco na historiografia consta qualquer referência a esses quadrúpedes que segundo Ribeiro, transportavam a matalotagem das expedições bandeirantistas. Por tratar-se de animais de grande porte, tais *bestas de carga*, se houvessem acompanhado as expedições, certamente seriam trazidos à baila, inclusive de maneira reiterada, na historiografia e nas fontes primárias. Ademais, à época das bandeiras, ou seja, na colônia, eram bastante densas as matas; as pastarias e lavouras que hoje se estendem por boa parte do território nacional não havia, naquele tempo, sequer sido arremedadas. Densas e de labirínticas brenhas eram, portanto, de forma alguma raras, aliadas ainda aos não poucos rios a vadear, aos morros e montanhas a ascender, configurando, desta forma, áreas de profusa vegetação, farta rede fluvial e acidentada orografia. Certamente, nessas condições as *bestas de carga* só fariam retardar o avançamento das tropas¹⁹⁵. Não há como afirmar que *bestas de carga* jamais foram utilizadas numa bandeira. Porém, caso algum animal desses tenha participado de alguma expedição, cumpre afirmar que isso não era regra, de forma alguma. A regra era a marcha pedestre, por veredas estreitas e rudimentares.

Entendemos que Ribeiro se equivocou quanto à presença contumaz desses animais nas expedições bandeirantes, talvez confundindo-se cronologicamente, uma vez que em tempos posteriores não apenas às bandeiras, como também às monções, as *bestas de carga* foram sim utilizadas nas viagens sertanejas, porém já no final do século XVIII, quando um considerável caminho terrestre havia sido aberto, ligando São Paulo às minas auríferas goianas e cuiabanas¹⁹⁶.

Após as assertivas, em grande medida infundadas, sobre essa significativa heterogeneidade – principalmente no tocante às alimárias – presente nas bandeiras, Ribeiro prossegue em tom nada heróico, adotando um viés textual que se aproxima das produções dos ficcionistas decadentistas¹⁹⁷, caracterizado por adjetivações superlativas,

¹⁹⁵ No primeiro capítulo da obra *Monções*, Holanda (2000, p. 17-18) aborda em minúcias *os caminhos do sertão*, que são adjetivados como: “rudes vias de comunicação [...] destinados unicamente à marcha de pedestres”.

¹⁹⁶ Na obra *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas*, Filho (2001, p. 151) aborda a abertura dessa estrada que: “Introduziu na região o que alguns autores chamam de ciclo do luar, que acabou por substituir [...] as monções”. Citando August de Saint Hilaire, escreveu Filho (2001, p. 151): “... parte-se de São Paulo com mulas carregadas; passa-se por Goiás, chegando-se a Mato Grosso, onde as mercadorias são vendidas...” Isso, cumpre precisar melhor, foi escrito por Saint-Hilaire em 1819, um século após o ocaso do bandeirantismo, fenômeno pedestre por natureza.

¹⁹⁷ Escritores classificados como decadentistas, românticos, supernaturalistas ou mesmo *malditos*, caracterizam-se por produções que primam por descrições sombrias, soturnas, fúnebres. Dentre esses

no que concerne à degenerescência dos valores humanos e à violência, afirmando que nas bandeiras:

Como sempre succede, nessas congruencias ficticias que a ambição diabolica reúne e argamassa, esta mesma as desune pela [...] realização de crimes monstruosos. Os envenenamentos, os perfidos homicídios, todas as incidias são postas em pratica, como prévio sacrificio, que a sangrenta posse do thesouro antecipadamente reclama. Muitas dessas bandeiras orientam-se pelas santas cruces, piedosos e soturnos symbolos dos naufragos moraes por esses invios caminhos (RIBEIRO, 1935, p. 227).

Interessante verificar que na seqüência imediata, Ribeiro muda o tom de novo, de forma abrupta, abordando o inexorável devassamento levado a cabo pelas expedições. Num átimo, as bandeiras passam de agrupamentos de *naufragos moraes* a agregações de marchadores resolutos, em incoercível avanço pelo interior do continente vencendo adversidades diversas:

Na época [...] não conheceram mais limites; avassalaram o deserto por centenas de léguas desde o Tietê a Santa Cruz de La Sierra, da Serra do Mar Atlântico até onde se avistam os perfis da Cordilheira Andina (RIBEIRO, 1935, p. 227).

Depois de qualificar as expedições como grupos de homens os quais nenhuma agrura vence, Ribeiro parte para a perspectivação fantástica, mitológica que era nutrida em relação às riquezas jazentes no interior da colônia, em paragens até então desconhecidas:

A geographia phantastica que emprestavam ao Brasil no seculo da descoberta, imaginando-o cheio de maravilhas insólitas no seu interior obscuro, como o *El-Dorado*, as jazidas de esmeraldas, as árvores de *sabão* e de *vidros* com os seus gigantes de quinze pés (os corugueanas), os animais monstruosos e terríveis, devia necessariamente excitar o desejo de aventuras... (RIBEIRO, 1935, p. 227).

Essa é uma recorrência significativa na história das bandeiras. Nas páginas 231 e 251 deste capítulo, já vimos, que respectivamente nas obras didáticas de Oliveira (1909) e Pombo (1922), aparecem elaborações de semelhante teor. A historiografia das bandeiras, na verdade, apresenta não poucas abordagens que lançam mão dessa explicação mitológica, visando apontar os fundamentos que alavancaram a formação

autores, ficcionistas, destacam-se Edgar Allan Poe, Howard Philips Lovecraft, Nathaniel Hawthorne e Guy de Maupassant.

massiva de expedições. Entendemos não haver dúvida que a chimera¹⁹⁸ dos *thesouros* escondidos e da serra resplandecente lançou muitos homens ao sertão, porém não de forma tão sistemática quanto o apresamento que visava o índio palpável, concreto, não poucas vezes aguerrido em sua própria defesa, mas jamais defendido por seres míticos, como “dragões exclusivistas”¹⁹⁹, “gigantes de quinze pés”²⁰⁰ ou “animais monstruosos e terríveis”²⁰¹. O apresamento era a quase certeza – muitas vezes certeza praticamente absoluta, no caso das de grande concentração populacional, como as reduções do Guairá e do Tape –, já a procura de minerais valiosos era, de princípio, significativa incerteza.

Aproximando-se do final de seu texto intitulado *Entradas e Bandeiras*, Ribeiro aborda os roteiros bandeirantes, ofertando uma versão diametralmente oposta à de Silveira, exposta onze anos antes, em 1924, no livro didático de sua autoria – por nós já analisado da página 253 à página 265 deste trabalho –, onde consta que os bandeirantes não cumpriam roteiros fixos, previamente estabelecidos, por falta de “seguras informações” (SILVEIRA, 1924, p. 184) generaliza essa idéia, já Ribeiro (1935) busca demonstrar, citando Capistrano de Abreu, o quão eram conhecidos os caminhos sertanejos. O trecho não é pequeno, mas como fornece importantes elementos demonstrativos acerca das rotas expedicionárias, explicitação não tão comum em obras didáticas, cumpre averiguá-lo:

Capistrano de Abreu resume o commum d’essas direcções com as seguintes palavras que devem ser lidas diante do mappa do paiz:

“A parte geographica das expedições corresponde mais ou menos o seguinte schema: Os bandeirantes deixando o Tieté alcançaram o Parayba do Sul pela garganta de S. Miguel, desceram-n’o até Guapacaré, actual Lorena, e d’alli passaram a Mantiqueira, approximadamente por onde hoje a transpõe a E. F. Rio e Minas. Viajando em rumo de Jundiahy e Mogy, deixaram á esquerda o salto de Urubupungá, chegaram pelo Paranayba e Goyaz. De Sorocaba partia a linha de penetração que levava ao trecho superior dos affluentes orientaes do Paraná e do Uruguay. Pelos rios que desembocam entre os saltos do Urubupungá e Guayrá, transferiram-se da bacia do Paraná para a do Paraguay, chegaram a Cuyabá e Mato-Grosso. Com o tempo, a linha do Parayba ligou o planalto do Paraná ao do S. Francisco e do Parahyba; as de Goyaz e Matto-Grosso ligaram o planalto amazonico ao rio-mar pelo Madeira, pelo Tapajós e pelo Tocantins (RIBEIRO, 1935, p. 233-234).

¹⁹⁸ Assim se expressou Ribeiro citado por Oliveira (1909, p. 62), conforme citação à página 231 deste trabalho.

¹⁹⁹ Rcardo, 1942, p. 46.

²⁰⁰ Ribeiro, 1935, p. 227.

²⁰¹ Ribeiro, 1935, p. 227.

Assim Ribeiro termina seu texto sobre o bandeirismo, na obra didática de sua autoria, nomeada *História do Brasil*, publicada em 1935. Neste trabalho, o bandeirante é apresentado como expurgador das “ciladas e da presença dos índios” (209-210). “caçadores e apresadores de pertinácia” (p. 225), detentores de “obriedade” (p. 225) extrema, membros de uma “raça” (p. 226) incomum, perpetradores de “crimes monstruosos” (p. 227) e “naufragos moraes” (p. 227). Percebe-se que a abordagem de Ribeiro é pendular, oscilante, uma vez que vai da depreciação ao elogio. Para Ribeiro, os bandeirantes foram semeadores de “terror e maldade” (p. 210), mas foram também homens de “resignação” (p. 225), que marchavam “como se navegassem” (p. 226), homens cujo ímpeto não podia, de forma alguma, ser contido, pois, sobre as bandeiras, asseverou esse autor:

Nada as detem, nem os desfiladeiros e precipícios, nem a sêde ou a fome, nem as commoções da natureza ou as fadigas do espírito, nem a guerra ou as ciladas da terra desconhecida... (RIBEIRO, 1935, p. 227).

Ora cruel escravizador, ora herói infatigável, o bandeirante de Ribeiro não é determinado, nem mesmo remotamente, pelo fator econômico. O mestiço deste livro didático parece ser, indubitavelmente, integrante de uma “raça” (p. 226) superior, talvez *immune* à pobreza piratiningana, contingência histórica de significativa importância para o entendimento acerca do bandeirismo.

Antes que iniciemos a analisar as obras didáticas de história produzidas na década de 1940, buscando a compreensão acerca da maneira como foi abordada a figura do bandeirante na escola, cumpre frisar que a década em questão foi iniciada sob o signo da fase mais ditatorial do poder varguista, ou seja, o Estado Novo, forma de governo de feições nacionalistas, originada no ano de 1937 e findada em 1945.

Sobre as circunstâncias que acabaram gestando o golpe de estado que originou o Estado Novo, escreveu Romanelli (1986, p. 50):

A burguesia industrial [...] não conseguiu impor-se [...] tendo Getúlio Vargas se mostrado dúbio em relação ao apoio ao desenvolvimento industrial. Na verdade, a política de compromissos não lhe permitia contentar os interesses divergentes em jogo. Enquanto não lhe pareceu certo o apoio das forças armadas, ele jogou com o apoio do setor moderno e do setor tradicional, este [...] mais forte, em virtude do controle [...] da máquina eleitoral. A duplicidade de ação do governo só serviu para radicalizar as posições revolucionárias [...] agravadas pelo

descontentamento da esquerda e da direita nascentes. A primeira tentou um movimento em 1935, que foi imediatamente esmagado pelo governo, e a segunda, consubstanciada na ação integralista [...] sentindo-se apoiada pela oposição que o governo fizera à esquerda, passou a agir acintosamente, o que fez com que o governo tivesse os motivos que esperava obter para dar o Golpe de Estado de 1937 contra as radicalizações de esquerda e direita. O “Estado Novo” que daí surgiu foi um golpe não só nos dois movimentos [...] referidos, mas também nos interesses latifundiários.

Também sobre esse célebre Golpe de Estado, que foi, como se sabe, a culminância do enrijecimento de Vargas, após sua ação política pendular, caracterizada pela dubiedade de acenos, ora para as forças da direita, ora para as forças da esquerda, escreveu Ghiraldelli Jr (2003, p. 81):

Getúlio Vargas [...] em 1937, tornou-se ditador através de um golpe militar. Nasceu aquilo que o próprio Getúlio denominou de o “Estado Novo”, com outra constituição – esta então, feita por um só homem, Francisco Campos.

Cumprir frisar que ao assumir a direção do país à testa do *Estado Novo*, Vargas recrudescer ferreamente seu poder político, concentrando-o em suas próprias mãos, já que entre 1930 e 1934, seu poder foi exercido na chefia do chamado *Governo Provisório*, mencionando também que a partir de 1934, após ser eleito Presidente da República por votação na Assembléia Nacional Constituinte, governaria ainda guardando respeito à Carta Constitucional vigente, elaborada – no próprio ano de 1934 – coletiva e consensualmente pela mesma assembleia que o elegera. A partir de 1937, com o golpe de estado e o estabelecimento do Estado Novo, a carta constitucional escrita por muitas mãos, três anos antes, foi substituída por uma então nova, escrita por um só punho, o de Francisco Campos.

No campo educacional, essa nova constituição representou a iniciativa do Estado no sentido de aliviar-se da responsabilidade, do peso que significava arcar com todos os dispêndios pecuniários relativos ao funcionamento do ensino público.

Sobre isso, afirmou Romanelli (1986, p. 152):

... a constituição de 1937 estava longe de dar a ênfase que dera a de 1934 ao dever do estado como educador. No seu artigo 128, que inicia com a seção “Da Educação e da Cultura”, preferiu antes a forma suave de tratar o problema, proclamando a “liberdade da iniciativa individual e de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares”, quanto ao que respeitava ao ensino. Na constituição de 1934, ao contrário, o governo começa determinando o dever da União, Estados e Municípios de favorecer as ciências, artes e

cultura e, ainda, além do direito à educação, o dever do estado de assegurá-la.

Também sobre os sofismas da constituição de 1937 que visavam, sobretudo, isentar, esquivar o Estado das obrigações assumidas através do texto da carta constitucional anterior, escreveu Ghiraldelli Jr. (2003, p. 82):

O Estado Novo praticamente abriu mão de sua responsabilidade para com a educação pública através de sua legislação máxima, assumindo apenas um papel subsidiário em relação ao ensino. O ordenamento democratizante alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público.

O mesmo autor também refletiu sobre outro aspecto significativo e sintomático da carta do Estado Novo, que consiste na ausência de menção acerca da destinação de verbas para a educação:

... as omissões da carta de 1937 nos dizem muito do espírito da época. Enquanto a Constituição de 1934 determinou à união e aos municípios a aplicação de no mínimo 10% e aos estados e ao distrito federal a aplicação de nunca menos de 20% da renda de impostos no sistema educativo, a Carta de 1937 não legislou sobre dotação orçamentária para a educação (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 84).

Isso reflete a intenção de descompromisso, no que diz respeito à concessão de verbas para a educação, deixando o governo central à vontade para destinar ou não dinheiro para essa área.

Sobre as leis orgânicas do ensino, promulgadas a partir do início da década de 1940, escreveu Romanelli (1986, p. 154):

Em 1942, por iniciativa do então Ministro de Vargas Gustavo Capanema, começam a ser reformados alguns ramos do ensino [...] essas reformas, nem todas realizadas sob o Estado Novo, tomaram o nome de Leis Orgânicas do Ensino. Abrangeram elas todos os ramos do primário e do médio [...] e decretadas entre os anos de 1942 e 1946.

Também sobre isso, escreveu Ghiraldelli Jr. (2003, p. 85):

... as leis orgânicas foram decretadas entre 1942 e 1946 [...] chamadas de “Reforma Capanema” [...] foi uma reforma elitista e conservadora, e não incorporou todo o espírito da carta de 1937, porque vingou já nos anos de liberalização do regime, no final do Estado Novo.

Sobre as características da Lei Orgânica do Ensino Secundário, escreveu Romanelli (1986, p. 156):

A 9 de abril de 1942 era promulgada a chamada Lei Orgânica do Ensino Secundário [...] na exposição de motivos pelos quais o governo a promulgava, Gustavo Capanema assim se pronunciava [...] “o que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral e, bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística. O ensino secundário deve ser [...] um ensino patriótico por excelência [...] patriótico no sentido mais alto da palavra [...] um ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão, e dos ideais da nação, e bem assim dos perigos que a acompanhem, cerquem ou ameacem, um ensino capaz, além disso, de criar, no espírito das gerações novas a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, e seu destino”.

Também sobre como a Lei Orgânica do Ensino Secundário tinha forte conotação ideológica, escreveu Ghiraldelli Jr. (2003, p. 90):

... o ensino secundário foi apresentado com um currículo extenso, com intenções de proporcionar cultura geral de base humanística e, além disso, fornecer aos adolescentes um ensino patriótico e nacionalista.

Sobre o final da ditadura nacionalista varguista, escreveu o autor ora em foco:

O Estado Novo terminou em 29 de outubro de 1945, com a deposição de Getúlio Vargas. Houve nova Assembléia Nacional Constituinte e a promulgação de nova Constituição (1946) (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 92).

A partir de 1946, com a elaboração dessa nova Carta Constitucional, iniciou-se um período *redemocratizante* para o Brasil, que contribuiu para que a rigidez inflexível do Estado Novo começasse a ser considerada uma característica do passado então recente da nação. A nova Constituição trazia não poucas orientações divergentes em relação à de 1937. A responsabilidade do estado no que diz respeito à educação, que havia sido *aliviada* às escâncaras, em termos formais, foi então retomada pelo novo documento magno:

Distanciava-se, portanto, a Constituição de 1946 da Constituição de 1937. Esta, com o fazer significativa concessão à iniciativa privada, quanto à “Liberdade de Ensino” (arts. 128 e 129), praticamente isentava os poderes públicos do dever de proporcionar e garantir a educação. Aliás, o direito à educação não estava mencionado na Constituição de 1937 até então vigente. Na verdade, a Constituição de 1946, nesse sentido, se aproximava muito da Constituição de

1934, inspirada nos princípios proclamados pelos pioneiros (ROMANELLI, 1986, p. 170).

Outra característica significativa da Carta Magna de 1946, diz respeito à volta da dotação orçamentária que fora *extirpada* no documento de nove anos antes. A volta do orçamento, mesmo que em proporções insuficientes, significava um avanço digno de nota. Quanto a isso, observemos o que escreveu Romanelli (1986, p. 170-171):

... presente nessa Constituição e ausente na Constituição de 1937 é a previsão dos recursos mínimos destinados à educação, a fim de que o direito instituído fosse realmente assegurado. O artigo 169 estipulava: “Anualmente a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino”. Sabe-se que esses recursos não eram suficientes para efetivar o direito à educação assinalado nos dispositivos constitucionais. Todavia, a estipulação, em lei, da obrigatoriedade do poder público de reservar, para esse fim, um mínimo de recursos, já revelava, da parte dele, um certo grau de preocupação em estabelecer condições mínimas para que fosse assegurado aquele direito.

No que concerne ao matiz ideológico da nova carta, escreveu Romanelli (1986, p. 171): “A Constituição de 1946 é [...] um documento de inspiração ideológica liberal-democrática”.

No ano de 1948, uma comissão presidida por Lourenço Filho, encaminhou à Câmara Federal um anteprojeto respeitante às diretrizes e bases da educação nacional. Esse anteprojeto demorou treze anos para ser convertido em lei: “Jamais na história da educação brasileira, um projeto de lei foi tão debatido e sofreu tantos reveses...” (ROMANELLI, 1986, p. 171).

Traçada essa necessária contextualização da década de 1940, passemos a analisar a forma como o bandeirantismo foi abordado no livro didático intitulado *Noções de História do Brasil*, de autoria de Afonso Guerreiro Lima, editado pela Edições Globo e destinado aos alunos do curso ginásial, no ano de 1942. O autor aborda o sertanismo paulista na lição nomeada *Entradas e Bandeiras*, cometendo um importante erro de data antes mesmo de iniciar o texto propriamente dito, pois abaixo do título da lição, em caracteres numéricos destacados, aparece a datação – ou o recorte temporal – em que teriam ocorrido as expedições bandeirantes: **1531-1772**. Em 1772, como se sabe, o bandeirismo já havia terminado há meio século, com a bandeira do segundo Anhanguera, em 1722. Adiante comentaremos esse equívoco de Lima. Por ora,

averiguemos a data primeira que Lima aponta como tendo sido o ano da primeira entrada ao sertão. Em 1531, como se sabe, a Vila de São Paulo de Piratininga, ainda não havia sido fundada – isso só ocorreria em 1554 – demonstrando-se, portanto que o autor desse livro didático, como vários outros, entende ter sido a primeira *entrada* em terras brasileiras efetuada por alguns poucos homens – quatro – da frota de Martim Afonso de Souza. Essa expedição ao interior não partiu do Planalto Paulista, mas do litoral. Noutros termos, essa leva não foi uma expedição bandeirante – já que essas partiam do planalto paulista, com o objetivo de apresiar índios ou encontrar minérios valiosos –, mas uma *entrada* de reconhecimento das terras do interior do continente. Lima não alega ter sido essa expedição uma bandeira, mas sim uma *entrada*, desta forma não cometendo, até aqui, qualquer equívoco. Contudo, entendemos como necessário esclarecer ter sido essa expedição realizada antes da fundação de Piratininga e, por conseguinte, antes que os homens entendidos historicamente como bandeirantes adentrassem os sertões. Martim Afonso de Souza era um reinol, um português de origem nobre, donatário da Capitania de São Vicente, homem poderoso, que tinha ligações de não pouca estreiteza com a coroa portuguesa. Ele não morava no planalto, não era materialmente necessitado, como viria a ser uma boa parte dos sertanistas paulistas. Portanto, Martim Afonso de Souza não foi o personagem que a historiografia chamou três séculos depois, de *bandeirante*. Tecemos aqui tais considerações para que não haja qualquer dúvida acerca do fato de que indubitavelmente, Martim Afonso de Souza não foi um bandeirante, pois além de jamais ter sido ele um contumaz sertanista, sua *participação* nessa incursão de 1531 – envolvendo pouquíssimos homens – deu-se apenas como o homem que a ordenara.

As primeiras entradas e bandeiras paulistas aconteceram décadas depois dessa incursão ordenada por Martim Afonso, depois dos primeiros assentos estabelecidos pelos colonizadores no planalto de Piratininga. Portanto, faz-se necessário esclarecer essa importante informação cronológica, uma vez que Lima não fez isso, afirmando ter o ano de 1531 assinalado o início das *entradas e bandeiras*, destarte abrindo a possibilidade de um entendimento equivocado de seu texto, entendimento este que não diferenciaria a entrada ordenada por Martim Afonso – partida do litoral – das entradas e bandeiras que ocorreriam muitos anos depois, tendo como ponto de partida o planalto paulista. Nesse sentido, Martim Afonso poderia ser interpretado como personagem histórico pertencente ao bandeirantismo, fenômeno histórico específico da vila de São Paulo. Numa só frase, dada à insuficiência explicativa do texto, Martim Afonso poderia

ser – como talvez pode ter sido – entendido como um *bandeirante*. Contudo, tal entendimento equivocado não passa do domínio perspectival, uma vez que não temos conhecimento de que algum educando ou aluno possa ter entendido o texto de Lima equivocadamente. A idoneidade científica nos chama ao dever de escrever isso claramente. Por outro lado, a mesma idoneidade científica, não permite que nos calemos ante uma elaboração textual explicativamente insuficiente, que definitivamente não distingue a entrada ordenada pelo donatário das expedições que viriam a ser organizadas serra acima, década depois, por homens diferentes do aristocrático Martim Afonso, homens que não pretendiam reconhecer suas próprias terras – pois não as possuíam, como o donatário –, mas sim homens que buscavam soluções práticas para a solução de seus problemas cotidianos, oriundos da carência contextual em que viviam.

Verifiquemos agora o grande erro de menção cronológica – nada perspectival, mas claro, constatável, inequívoco, por nós já aludido há pouco, cometido por Lima, no que diz respeito à bandeira de Bartholomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera. Esse erro *desloca* a bandeira em questão nada menos que cinquenta anos no tempo, lançando-a do ano de 1722 – quando ela aconteceu – para o ano de 1772. Observemos o que escreveu Lima (1942, p. 78):

Bartholomeu Bueno da Silva, o célebre Anhanguera, explora o território de Goiaz, em 1682, e descobre minas de ouro [...] Bartholomeu Bueno da Silva, filho de Anhanguera, com uma bandeira, em 1772, completou a exploração iniciada por seu pai e fundou um arraial, que é hoje a cidade de Goiaz.

Para que iniciemos a comprovar o quão errônea é a datação de Lima acerca da bandeira do segundo Anhanguera, verifiquemos que ao abordar essa expedição, escreveu Volpato (1985, p. 97):

Organizada por Bartholomeu Bueno da Silva com o fim determinado de buscar a terra dos índios goiá, onde estivera ainda muito jovem, em companhia de seu pai e onde sabia existir ouro [...] a expedição partiu de São Paulo em 1722 e, depois de vagar três anos pelo sertão enfrentando fome, doenças, deserções e as hostilidades dos caiapós, retornou a 21 de outubro de 1725, trazendo 8.000 oitavas de ouro.

Volpato aponta 1722 como o ano de partida da expedição, afirmando ainda, como vários outros autores, que o segundo Anhanguera percorreu, nessa jornada, caminhos trilhados em sua meninice, ao lado de seu pai.

Sobre essa mesma empreitada, escreveu Luís (1980, p. 166):

... Bartolomeu Bueno, o segundo Anhanguera [...] foi aos setenta anos de idade o descobridor das minas de Goiás [...] já por ele divisadas, quando com doze anos acompanhara seu pai nas expedições aos sertões.

Como já assinalamos, existe aqui a corroboração apontando para a compreensão de que o segundo Anhanguera, ainda menino, já palmilhara a região aurífera goiana na bandeira que andou por lá, chefiada por seu pai, o primeiro Anhanguera.

Também Ellis (1997, p. 296) escreveu sobre essa expedição chefiada pelo segundo Anhanguera:

Saiu ele de São Paulo, em julho de 1722, comandando 152 homens, entre os quais 20 índios para o transporte de cargas, 3 padres, 5 ou 6 paulistas, muitos portugueses e um baiano [...] três anos permaneceu a expedição vagando pelo sertão, padecendo todas as privações, ao cabo das quais, em 1725, localizou o precioso metal procurado, a quatro léguas da atual cidade de Goiás.

De forma convergente em relação a essas informações, escreveu Magalhães (1944, p. 291):

... o filho do Anhanguera [...] partiu de São Paulo a 3 de julho de 1722, comandando 152 homens, entre os quais 20 índios, que o preposto régio lhe forneceu para a condução da carga [...] três frades (dois beneditinos e um franciscano); entre os brancos, afora os paulistas, havia muitos reinóis e um baiano [...] depois de explorar [...] aquelas remotas paragens durante três anos, o Anhanguera Júnior retornou a São Paulo.

Creemos que cumpre conferir o que escreveu Taunay (1946, p. 09):

... a grande bandeira goiana do segundo Anhanguera, a de 1722-1725 [...] sobre a marcha desta expedição, de tamanha importância, documentação assaz extensa existe...

Poderíamos trazer para esse texto vários outros autores, que reproduziriam aproximadamente as mesmas palavras destes autores até agora citados, apontando o ano de 1722 como o da partida do *Anhanguera Júnior* do planalto de São Paulo. Creemos não haver necessidade de fazer isso, uma vez que não passaria de uma compilação repetitiva de frases quase exatamente iguais, repisando a menção cronológica, a data correta da partida da expedição em questão. Contudo, é gritante o erro de data cometido por Lima, situando a bandeira do segundo Anhanguera em 1772, ano que é afirmado e reafirmado duas vezes no texto, após sua primeira menção, ou seja, a datação equivocada é afirmada três vezes pelo autor: a primeira afirmação encontra-se no alto da página 78, após o título da lição (*Entradas e Bandeiras*), promovendo um entendimento

errôneo sobre o ocaso do bandeirismo; a segunda afirmação é observada na mesma página 78 (cujo trecho já citamos às páginas 280 deste trabalho); a terceira vez que o ano de 1772 é citado, poder ser observada na página 79 do livro didático em análise, no *Resumo Cronológico da 1ª Lição*, onde a datação aparece em negrito, encimando a frase sobre a bandeira do segundo Anhanguera, que é a expedição que fecha tal resumo. Para que possamos contribuir, em termos cabais, acerca da atuação do segundo Anhanguera no movimento bandeirantista, buscando demonstrar as implicações não pouco profundas do equívoco de datas em questão, verifiquemos as duas datações abaixo, que constam no *Resumo Cronológico* de Lima (1942, p. 79):

1682	1772
Bartolomeu Bueno descobre ouro em Goiaz.[...]	Bartolomeu Bueno, filho de Anhanguera funda o Arraial de Goias

Ora, como sabemos, o segundo Anhanguera acompanhou seu pai, ainda menino, em sua expedição a Goiás, no século XVII. Caso a descoberta aurífera de Goiás houvesse ocorrido em 1772 – segunda metade do século XVIII – como quer Lima, o seu descobridor teria, então, mais de cem anos de vida²⁰². Considerando, como quer Lima, que a jornada do primeiro Anhanguera ocorreu em 1682, bem como, considerando que nessa jornada estava um menino de quatorze anos, filho homônimo de Bartolomeu Bueno da Silva, torna-se claro que este sertanista-mirim, mais tarde celebrizado como o segundo Anhanguera, teria, ao descobrir as minas goianas em 1772 – como quer Lima, nada menos que exatos e improváveis 104 (cento e quatro) anos de idade.

Já tendo apontado esse equívoco de Lima acerca da descoberta aurífera efetivada pelo segundo Anhanguera em Goiás, bem como esclarecido, que tal descoberta ocorreu na década de 1720, cumpre afirmar que o autor em pauta enganou-se novamente, dessa feita em relação a Antonio Raposo Tavares, pois afirma que se deu “o ataque e a destruição das missões de Guairá, em 1623, pelo paulista Antonio Raposo” (LIMA, 1942, p. 78).

O ataque de 1623 às reduções do Guairá foi liderado não por Antonio Raposo, mas por Manuel Preto. Averiguemos o que asseverou Ellis (1997, p. 286):

Os assaltos aos núcleos jesuítas começaram algum tempo após a instalação das primeiras reduções da província do Guairá, capitaneados por Manuel Preto (1619), (1623).

²⁰² Volpato (1985, p. 63) esclarece que Antonio Pires de Campos e Bartolomeu Bueno da Silva (filho) contavam quatorze anos quando acompanharam seus pais pelo sertão.

Cumpra também verificar o que escreveu Azevedo citando Taques (1971, p. 49):

Segundo Pedro Taques e a documentação espanhola, o “afamado Manuel Preto [...] pelos anos de 1623 para 1624 investiu contra as reduções de Santo Inácio, de que era superior o padre Simão Mazeta, de Loreto, onde atuavam os padres Antônio Ruiz e José Cataldino, e de Jesus, Maria e José”.

Averiguemos agora o que afirmou Franco (1989, p. 324):

... Manuel Preto [...] foi sim um dos maiores sertanistas de São Paulo no século XVII e desde 1602 o encontramos caçando índios no sul brasileiro [...] em 1623 e 1624 capitaneou nova entrada ao Guairá, destruindo algumas reduções jesuíticas e trazendo numerosa escravaria indígena para São Paulo.

Creemos estar claro que os ataques ao Guairá em 1623 foram chefiados por Manuel Preto. Antonio Raposo sequer tomou parte nessas investidas, pois somente em 1628 iniciaria a exercer suas atividades apresadoras na região. Monteiro (2000, p. 68 e 71) escrevendo sobre “os portugueses de São Paulo e as reduções do Guairá, assevera que: o primeiro dos empreendimentos [...] conduzido por Raposo Tavares, partiu de São Paulo em 1628”.

Também sobre esse primeiro assalto de Raposo Tavares ao Guairá, em tom épico escreveu Magalhães (1944, p. 160):

... foi Antônio Raposo o autor do extraordinário feito [...] partindo de São Paulo em 18 de outubro de 1628 [...] a formidável bandeira, que se compunha, segundo alguns escritores, de 900 mamelucos e 2.000 índios auxiliares, dirigidos por 69 paulistas qualificados [...] como loco-tenentes de Antônio Raposo Tavares, arrojou-se, em começo de 1629, contra a Província de Guairá...

Estando suficientemente claro que Lima enganou-se, ao afirmar que Raposo Tavares esteve no Guairá em 1623, prossigamos em nossa análise acerca da abordagem sobre o bandeirismo, nessa obra didática editada em 1942, verificando que além do tratamento historiográfico infelizmente dado às incursões sertanistas de dois dos mais célebres bandeirantes – o segundo Anhangüera e o próprio Raposo Tavares –, é explicitada uma superficial e quase relatorial narrativa acerca das expedições de outros sertanistas:

Em 1674, a grande bandeira de Fernão Dias Paes Leme chega à famosa Serra das Esmeraldas. No ano seguinte, Lourenço Castanho Taques descobre o primeiro ouro das futuras Minas Gerais e Francisco Pedro Xavier destrói os povos jesuítas entre o Paraná e o

Uruguai [...] Antonio Pires de Campos percorre o Mato Grosso em busca de minas [...] afinal, em 1718, Pascoal Moreira Cabral, acha ouro em Cuiabá [...] assim, pelo esforço dos bandeirantes, estavam dilatados os nossos limites de oeste até onde atualmente se acham (LIMA, 1942, p. 78).

Superficial e bastante sintética, essa simples agregação de menções acerca das empreitadas diversas antecede um texto épico, que nada tem de sintético, nada tem de conciso, nada tem de econômico no que diz respeito ao ufanismo, ao triunfalismo e à heroicização concernente aos bandeirantes. Escrito por Afonso Celso²⁰³, o texto intitulado *Os Bandeirantes* foi escolhido por Lima para fechar sua lição sobre *Entradas e Bandeiras*. Verifiquemos a trama vocabular, repleta de adjetivações elogiosas superlativas em relação às virtudes dos bandeirantes, bem como denunciadora do viés depreciador do caráter dos homens naturais da terra:

Há poesia e grandeza imensas, indomável energia, tenacidade incomparável, nesses bandos de aventureiros, que, sem itinerário, sem bússula, sem abrigo, guiando-se pelo curso dos rios, pelas altas montanhas ou à lei do acaso, alimentando-se dos produtos da caça e da pesca, dormindo ao relento, navegando em jangadas, transpondo cachoeiras, paúes, abismos, florestas ínvias, sítios quase inacessíveis, arrostando feras, reptis, selvagens antropofagos, astutos e vingativos, debelando perigos mil vezes mais formidáveis que os do oceano desconhecido, através de febres, naufrágios, desastres, ferimentos, guerras, sacrifícios constantes, lá se iam à conquista do remoto sertão misterioso (AFONSO CELSO *apud* LIMA, 1942, p. 79).

Nesse texto, os bandeirantes são heróis infatigáveis e desassombrados, ao passo que os *selvagens antropófagos* – que aparecem brevemente, apenas para serem depreciados – são *astutos e vingativos*.

Enfrentadores de riscos *mil vezes* mais significativos – *formidáveis* – que aqueles enfrentados pelos navegadores oceânicos, os bandeirantes são alvo de muito mais elogios:

Não os detem ou amedrontam barreiras e contratempos: chuvas, secas, frios. Si não encontravam para comer, roíam raízes que não raro, tóxicas, os matavam no meio de sofrimentos atrozes [...]

²⁰³ “Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, conde (papal) de Afonso Celso, filho do Visconde de Ouro Preto, Conselheiro Afonso Celso, nasceu na antiga capital de Minas Gerais, Ouro Preto, em 31 de março de 1860. Escritor e advogado, diplomado pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1880, foi também poeta, prosador, romancista, jurista, presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro da Academia Brasileira de Letras, e de Ciências de Lisboa” (PENTEADO, Jacob. *Obras-primas do conto de terror*, Livraria Martins Editora: São Paulo, 1962). Afonso Celso faleceu em 1938, portanto, quatro anos antes que a obra didática ora em análise fosse publicada, divulgando o texto de sua autoria.

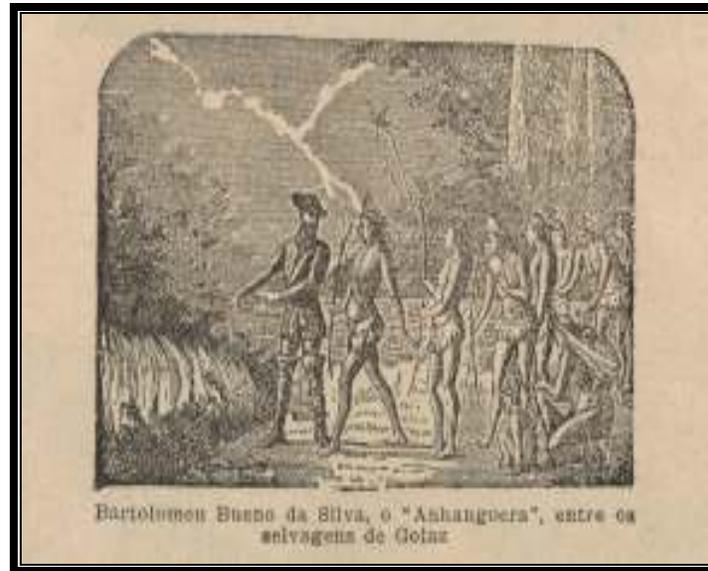
mascavam ervas, sugavam o sangue de animais mortos, quando a água faltava [...] e obstinados sem desanimar ante inúmeras catastrofes, percorrem o interior do Brasil, durante um século inteiro, descortinam regiões enormes, realizam excursões difíceis ainda hoje, com todos os recursos da civilização, fazem vêr a face dos brancos onde ela jamais aparecera e nunca mais apareceu (AFONSO CELSO *apud* LIMA, 1942, p. 79).

À seguir, prossegue a heroicização textual, através da afirmação de nada menos que a travessia do continente, da exaltação de outros feitos edificantes desses homens tão memoráveis:

Atravessam o continente, chegam aos Andes, ao norte do Paraguai, ás cordilheiras do Perú, quebrando extraordinarias resistencias, reduzindo os indígenas á escravidão, expulsando os espanhóis do territorio português [...] descobrindo o ouro e os diamantes [...] quantos uteis roteiros não organizaram! A quantos lugares, montes, rios, não deram nome! Que de formosas lendas, provenientes das suas façanhas, não ataviam a imaginação popular! Os bandeirantes : eis a nota galharda e rubra dos nossos anais (AFONSO CELSO *apud* LIMA , 1942, p. 79).

Com esse final grandiloquente, é encerrada a lição intitulada *Entradas e Bandeiras*, constante no livro didático nomeado *Noções de História do Brasil*, destinado ao ensino ginásial no ano de 1942, de autoria de Afonso Guerreiro Lima. Nessa obra, os bandeirantes são apresentados como heróis rematados, autores de proezas extremamente admiráveis. A pobreza dos paulistas não é sequer aludida como elemento fomentador do sertanismo. A caça ao índio aparece quase como uma atividade heroizante, posto que de forma acrítica, em meio a tantas adjetivações elogiosas. Gritantes, os erros de datas – relativos às expedições e à participação nelas de sertanistas importantes – caracterizam a abordagem de Lima. Em síntese, a lição *Entradas e Bandeiras* é farta de heroicização extrema e equívocos de datação.

Uma única representação iconográfica – com legenda – ilustra o texto de Lima. Observemos:



Ajustando-se, irmanando-se perfeitamente ao viés épico do texto, essa representação iconográfica apresenta o Anhanguera entre os índios do sertão goiano. O bandeirante está adequadamente trajado para as andanças nas matas, dispondo de chapéu, gibão e botas não altas, mas altíssimas, cujos canos sobem-lhe pelas pernas, ultrapassando-lhe a altura dos joelhos, protegendo-lhe as coxas quase inteiramente.

Desleixada, desatenta no que diz respeito às menções cronológicas, porém atenta, minuciosa no que diz respeito à exaltação dos paulistas, tanto discursiva quanto iconograficamente, a obra didática de Lima é um exemplo claro da apologia histórica aos bandeirantes.

Analisemos agora como a questão do sertanismo bandeirantista foi abordada na obra didática intitulada *História do Brasil*, de autoria de Basílio de Magalhães, lançada pela Livraria Francisco Alves no ano de 1943 e dirigida aos alunos da então terceira série do curso ginásial. Autor de uma obra considerada clássica da historiografia brasileira – não didática – intitulada *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*²⁰⁴, cujo texto apresenta inúmeros e grandes trechos de elogio explícito aos bandeirantes, Magalhães abordou o bandeirismo nesse livro didático de 1943, começando pelos mitos de tesouros fabulosos, que em primeira instância, explicariam o desbravamento do interior da colônia. O texto *As Entradas e as Bandeiras* é assim iniciado:

²⁰⁴ Cujas primeira, segunda e terceira edições saíram, respectivamente, nos anos de 1915, 1935, 1944.

A lenda de *el-dorado* [...] foi substituída, em nossa terra, pela lenda da ‘Serra Resplandescente’, a fantástica *Sabarabucú*, a qual devia ser encontrada nos sertões do São Francisco e depois procurada alhures, tendo sido a miragem que atraiu as primeiras entradas e as primeiras bandeiras. Não tardou a aparecer outra lenda [...] a das ‘minas de prata’, a qual concorreu intensamente para o devassamento dos sertões... (MAGALHÃES, 1943, p. 126).

Na seqüência, o autor propõe a diferenciação existente entre entradas e bandeiras, buscando deixar claro que em relação aos objetivos dessas expedições, nem sempre é possível fazer clara distinção, já que não poucas vezes tais objetivos mudavam, conforme as circunstâncias:

Distinguem-se as ‘entradas’ das ‘bandeiras’, por terem sido aquelas oficiais, ao passo que estas foram de iniciativa particular. Quanto à finalidade de umas e outras, nem sempre é possível uma clareza absoluta, porquanto ‘entradas’ em procura de metais e pedras preciosas se transformaram em ‘entradas de resgate’ (isto é, de caça a escravos índios), do mesmo modo que ‘bandeiras’ caçadoras de índios se transmudaram em ‘bandeiras de caça ao ouro’, como aconteceu com a de Antônio Rodrigues de Arzão [...] que achou o precioso metal, em 1693 [...] na região depois chamada das Minas-Gerais (★) (MAGALHÃES, 1943, p. 126-127).

São fundadas essas informações acerca da mudança de finalidades das expedições, uma vez que são encontradas nas obras de diversos autores e transparecem nas Actas da Câmara de São Paulo. O que aqui merece alguma detença é o asterisco apostado entre parênteses pelo autor – como consta nessa última citação –, quando da afirmação da descoberta aurífera levada a cabo pelo bandeirante Antônio de Arzão, pois este asterisco sinaliza uma nota de rodapé que heroiciza, cobre de glória não apenas o sertanista em pauta, como também outros *imortais paulistas*. Essa nota de rodapé é a reprodução de parte de um célebre poema brasileiro, cujo autor se tornou célebre não apenas por ser habilidoso poeta, mas por ter morrido na prisão, após ter participado da Inconfidência Mineira, ao lado de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Averiguemos essa nota de rodapé organizada por Magalhães (1943, p. 127), lembrando ter sido ela aposta pelo autor, após a abordagem por ele feita sobre a descoberta do ouro levado a cabo por Arzão, em Minas Gerais:

“Em seu poema ‘Vila-Rica’ (Ouro-Preto, 1839), tão útil pelo ‘fundamento histórico’ que o prefacia, diz Cláudio Manuel da Costa:

‘Levados do fervor, que o peito encerra,
Vês os paulistas, animosa gente,
Que ao rei procuram do metal luzente
Com as próprias mãos enriquecer o erário.

Arzão é êste, é êste o temerário,
Que da casca os sertões tentou primeiro ...

Vê os Pires, Camargos e Pedrosos,
Alvarengas, Godóis, Cabrais, Cardosos,
Lemes, Toledos, Pais, Guerras, Furtados,
E outros, que primeiro assinalados
Se fizeram, no arrôjo das conquistas.
Ó grandes sempre, ó imortais paulistas!

Como se vê, Magalhães trouxe para o seu livro didático um celebrado poeta nacional, de cuja pena fluíram palavras que formaram estrofes épicas, que louvam não apenas Arzão – o temerário –, mas outros paulistas que se destacaram no sertanismo colonial. Contumaz elogiador do bandeirismo – em outros trabalhos que levou a cabo, de cunho não didático-escolar –, Magalhães aqui trata de enaltecer os bandeirantes lançando mão da produção de um verzejador conhecido, renomado, que nasceu na região aurífera de Minas Gerais em 1729, filho de pai simultaneamente minerador e lavoureiro, ou seja, um poeta que viveu nas paragens descobertas pelos bandeirantes e que louvou, através de seus versos os descobridores de seu torrão natal.

Se nesse livro didático que ora analisamos, Magalhães exaltou os bandeirantes por intermédio de um poema alheio, não foram poucas às vezes em que profusas exaltações a esses personagens históricos provieram de seu próprio punho. Em sua obra capital²⁰⁵, Magalhães escreveu palavras triunfalistas sobre os bandeirantes, tais como essas:

... o bandeirismo paulista, numa avançada contínua e triunfal, desbravara as terras imanes do sertão e conquistara todo o Paraná e Santa Catarina e parte do Rio-Grande... (MAGALHÃES, 1944, p. 46).

Um pouco à frente, no mesmo trabalho, o autor menciona a “audácia insobrepujável dos paulistas” (MAGALHÃES, 1944, p. 47).

Já sobre as descobertas minerais e a expansão territorial, escreveu Magalhães (1944, p.88):

... a nossa terra privilegiada, que avara e ciosamente ocultou as opulências dos seus seios virgens aos cúpidos lusitanos [...] ia logo patentear os seus miríficos tesouros ao abraço viril dos próprios filhos, os paulistas destemerosos e infatigáveis. Sem a audaciosa iniciativa deles, não teria ela extendido o seu domínio para o sul, para o centro, para o sudoeste e para o oeste, até os contrafortes da cordilheira andina, e foi ainda graças ao arrojo dos intrépidos

²⁰⁵ *Expansão Geográfica do Brasil Colonial* (1944).

bandeirantes que ela também mais se distendeu pelo nordeste e pelo norte.

Todas essas adjetivações épicas foram urdidas antes mesmo que o autor adentrasse a longa abordagem propriamente dita, que faria sobre os paulistas e as extensas marchas sertanejas por eles levadas a termo. Verifiquemos as palavras finais de Magalhães, nesse elogioso *preâmbulo*, verdadeiro panegírico ao papel desempenhado pelas bandeiras na história do Brasil:

A essa epopéia portentosa, sem rival em nossa história, é que vamos assistir nos capítulos seguintes, infelizmente em linguagem inexpressiva e pobre de mais para assunto de tanta magnitude (MAGALHÃES, 1944, p. 88).

Depois de adentrar tão elevado e magnânimo *assunto*, escreveu Magalhães (1944, p. 94):

Todos os nossos historiadores e cronistas, aos quais se juntaram a vozes autorizadas de alguns escritores alienígenas, que se ocuparam da nossa evolução, encomiam os serviços inestimáveis, prestados ao Brasil pelo povo paulista [...] desde o meiado do século XVI.

Através dessas palavras, verifica-se que o autor pretende estender a *todos* a sua veneração pelos bandeirantes. Sobre dois célebres sertanistas paulistas, escreveu Magalhães (1944, p. 141):

Manuel de Borba Gato e Garcia Rodrigues Pais foram, nas duas décadas finais do século XVII, assim como no primeiro quartel do século XVIII, inolvidáveis epígonos do grande ciclo de revelação das riquezas auríferas do *hinterland* mineiro.

Já sobre o devassamento dos campos da vacaria, atual estado de Mato Grosso do Sul, escreveu Magalhães (1944, p. 184):

Contra essa vacaria austro-ocidental foi que arremeteram os aguerridos e infatigáveis bandeirantes piratininganos.

Profuso propalador das virtudes dos bandeirantes, aos quais aplica sucessivamente adjetivos significativamente edificantes, o autor em pauta trouxe à baila o reconhecimento de importantes reinóis, concernente às qualidades dos bandeirantes, particularizando uma oportunidade específica, em que determinado representante português lançou mão de tão hábeis e bravos combatentes, na subjugação dos franceses

A bravura indômita e a infatigabilidade inexcedível dos bandeirantes não podiam passar despercebidas, nem ser ignoradas dos mais graduados representantes da Metrópole no Brasil. Um

dêstes, Antônio Teles da Silva, invocou o auxílio dos paulistas contra os flamengos... (MAGALHÃES, 1944, p. 190).

Mais à frente, enfocando a célebre Guerra dos Emboabas, travada entre os paulistas e os advindos da Metrópole – os primeiros buscando as minas por ele mesmo descobertas, os segundos em busca de enriquecimento à custa das minas já descobertas – escreveu Magalhães (1944, p. 232):

Começado como vimos, o grande ciclo do ouro no último lustro do século XVII, pode afirmar-se que dentro da primeira década seguinte ficou descoberto quase todo o vasto interior de Minas Gerais, onde o sangue dos bandeirantes havia então de correr, nas tremendas refregas com os *emboabas*, para que os tesouros do coração do Brasil recebessem êsse batismo cruento.

Na seqüência imediata do texto, é assegurado enfaticamente ao leitor, que a despeito das contendas ocorridas durante esse conflito armado, que causaram não poucas baixas aos paulistas, as viagens sertanejas por parte destes prosseguiram *triumfais*:

Nem por isso se entibiu a atividade gigantesca dos paulistas, que foram de seguida, em novas e não menos portentosas arrancadas triunfais, desvirginar os latíbulos de Goiás e Mato-Grosso, onde até êsse momento o fulvo metal, copioso e tentador, se escondera aos seus intrépidos antepassados (MAGALHÃES, 1944, p. 232).

Sobre a importância de tais descobertas auríferas, em seus aspectos territoriais, escreveu *epicamente* Magalhães (1944, p. 232):

Até meados do século XVIII, Goiás e Matogrosso [...] se separavam da sua *cellula-mater*, a heróica terra dos bandeirantes, aos quais deve o Brasil, além de outras conquistas que atrás deixamos palidamente referidas, a acessão do nosso *far-west*.

Elaboraões textuais como essas, abundantes na produção de Magalhães, contribuem para que entendamos as razões que levaram esse autor a incluir, em seu livro didático de 1943, trechos poéticos heróicos de Cláudio Manuel da Costa. Magalhães foi um autor que deixou transparecer, ao longo de sua produção historiográfica, uma significativamente perceptível admiração pelos bandeirantes²⁰⁶.

²⁰⁶ Em tese de doutorado intitulada *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*, apresentada em 1985 ao Departamento de História da USP, Kátia Maria Abud teceu diversas considerações sobre Magalhães, esclarecendo que ele : "... nasceu em Minas Gerais em 1874 e faleceu em 1957. Foi jornalista, professor e político pelo partido republicano e pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em cuja revista publicou inúmeros trabalhos" (p. 175). No mesmo estudo, Abud (1985, p. 178) ainda afirma que Magalhães tinha a: "... postura de um nacionalista

Na mesma página em que consta a nota de rodapé reproduzindo as estrofes épicas de Cláudio Manuel da Costa, escreveu Magalhães (1943, p. 127):

As entradas e bandeiras duraram cerca de dois séculos, pois se estenderam de meados do XVI a meados do XVIII. Graças à expansão geographica efetuada por elas, triplicou-se a área do Brasil: o Tratado de Tordesillas dera a Portugal, dêste lado do Atlântico, apenas 2.875.000 quilômetros quadrados, ao passo que o Tratado de Madri (1750), que, baseado no *uti-possidetis*, reconheceu as conquistas do bandeirismo, deu ao nosso país, aproximadamente, os 8.500.000 quilômetros quadrados, que êle possui atualmente.

Creemos estar suficientemente claro que Magalhães *transladou*, digamos assim, todo o sentido heroicizante – contido em *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, sua principal obra, porém, não de cunho didático-escolar – para esse livro didático que publicou em 1943, intitulado *História do Brasil*, editado pela Livraria Francisco Alves e destinado aos alunos da 3ª série do curso ginásial. Essa obra, cuja análise ora finalizamos, propala, portanto, a visão do bandeirante-herói, sem qualquer menção às precárias condições materiais de vida, que grassavam no planalto paulista. A caça ao índio é mencionada de maneira bem mais *discreta* que as explorações mineralógicas, cumprindo mencionar que os mitos dos tesouros ocultos no interior do continente, abrem o texto intitulado *As Entradas e as Bandeiras*. Creemos que devemos esclarecer que no final do prefácio desse livro didático-escolar, dirigindo-se aos professores, o autor em pauta afirmou sua disposição em reformular as imperfeições de sua obra, bem como asseverou o sentido patriótico de seu trabalho, deixando inclusive seu endereço para contato, na capital carioca:

Continuamos a solicitar dos nossos prezados colegas de magistério o favor de suas observações e correções, para que nos seja possível melhorar, em futuras tiragens, êste nobre fruto do nosso patriótico labor.

Basílio de Magalhães

Rio (Rua Paulino Fernandes, 27), janeiro de 1943.

Patriota, nacionalista e propalador da *epopéia* bandeirantista, Magalhães foi um autor que definitivamente contribuiu para afixar, no imaginário da sociedade brasileira, a figura do bandeirante herói.

mineiro, que tinha optado, pela admiração por São Paulo, por temas que tinham despertado seu entusiasmo e, principalmente, explicavam – mediante a pesquisa história – os motivos daquela admiração”.

O livro que agora passaremos a analisar chama-se *História do Brasil para a terceira e quarta séries ginasiais*, escrito por Tito Lívio Ferreira e publicado pela Companhia Editora Nacional no ano de 1947. Nessa obra, o texto que aborda o bandeirismo enfoca claramente o apresamento do homem natural da terra, sob o título *A caça ao índio*. Esse texto é um relato das principais bandeiras apresadoras. É mencionada, por exemplo, a expedição de Jerônimo Leitão, porém sem qualquer informação acerca da data de sua ocorrência²⁰⁷. Essa ausência de datação antecede um equívoco do autor, em relação à outra expedição. Verifiquemos:

Roque Barreto, que era capitão-mor de São Vicente, partiu de São Paulo “a descer o gentio”, em meados de setembro de 1602. Atinge o sertão de Paracatu após cinco meses de marcha e apresa cêrca de 3.000 índios (FERREIRA, 1947, p.65).

O equívoco aqui cometido diz respeito ao nome do sertanista que partiu do planalto. Quem liderou essa expedição foi Nicolau Barreto, não Roque Barreto, como afirma o autor. Nicolau era irmão de Roque, de forma que pode ter procedido daí o engano cometido por Ferreira. Na oportunidade, Roque Barreto nem sequer foi membro da tropa em questão, embora tenha facilitado sua partida, devido à influência que tinha no planalto paulista²⁰⁸.

Depois de se equivocar ao trazer à baila a tropa de Barreto, Ferreira prossegue *listando* outras expedições, como as de Fernão Pais de Barros, Sebastião Preto, Manuel Preto, Antônio Raposo Tavares, Manuel de Campos Bicudo, Bartolomeu Bueno da Silva e Francisco Pedroso Xavier.

O tom relatorial dessa parte do texto de Ferreira, a despeito de demonstrar o apresamento, não dispensa os acentos que caracterizam o triunfalismo e a heroicização:

Manuel Preto foi o mais perseverante e destemido pioneiro dos sertões meridionais. Realizou diversas investidas contra Guairá. Foi denominado : “herói de Guairá” (FERREIRA, 1947, p. 65).

Depois dessas menções à perseverança, ao destemor, ao pioneirismo e ao heroísmo de Manuel Preto, o autor em questão aborda as atividades apresadoras de Raposo Tavares em tom de saga, pois o sertanista, após dirigir uma *formidável* expedição às reduções meridionais, brada como fidelíssimo vassalo, como inarredável

²⁰⁷ No segundo capítulo dessa tese, estudamos com detimento a expedição de Leitão, da página 107 à 117, deixando claro que a expedição partiu do planalto em 1585.

²⁰⁸ A expedição de Nicolau Barreto foi por nós abordada no segundo capítulo dessa tese, da página 130 à página 133, onde ficou clara a participação de Nicolau como chefe da tropa em questão, a mando do irmão Roque Barreto.

defensor da coroa portuguesa, que estava retomando a posse daquelas terras em nome de seu rei:

Antônio Raposo Tavares parte de São Paulo em 18 de outubro de 1628, com formidável bandeira. Compunha-se de 900 mamelucos e 2.000 índios auxiliares, dirigidos por 69 paulistas de destaque [...] acomete [...] a província de Guairá. Brada aos jesuítas que iam retomar as terras do rei de Portugal, em poder dos espanhóis. Apossa-se das reduções de São Miguel, Santo Antônio, Jesus-Maria, Encarnación, Xavier e São José. E destrói Vila Rica e Cidade Real com a retirada dos jesuítas [...] em 1636 Antônio Raposo Tavares vai até os estabelecimentos dos jesuítas do Paraguai, no Rio Grande do Sul (FERREIRA, 1947, p. 65).

O triunfalismo relatorial prossegue nesse livro didático de Ferreira, agora enfocando o *assenhoramento* do Uruguai e as várias jornadas de Campos Bicudo, cujo *vasto devassamento* o levou a vislumbrar a lendária Serra dos Martírios, levando consigo seu filho ainda adolescente:

Em 1638 os paulistas assenhoream-se do Uruguai. Manuel de Campos Bicudo fez 24 entradas ao sertão. Devassou a vasta zona situada entre o planalto dos Parecís e a parte meridional do Paraná. Em 1673 leva apenas 60 homens e seu filho Antônio Pires de Campos, de 14 anos, com a mira de conquistar os índios serranos. Depara, além da linha divisória das águas do Amazonas e do Prata, com a serra dos Martírios (FERREIRA, 1947, p. 65-66).

Na seqüência imediata, Ferreira aborda a expedição do primeiro Anhanguera, o *sertanista audaz*, que levando também seu filho adolescente – que viria a ser conhecido como o segundo Anhanguera –, encontrou-se no sertão goiano com a tropa de Campos Bicudo, além de apresar índios, após tê-los subjugado com o tantas vezes relatado ludíbrio do fogo na aguardente:

Partida em 1673, a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o “Anhanguera”, da qual fazia parte o filho, com 12 ou 14 anos, atingiu, por terra, às margens do rio Vermelho, em Goiás, indo alcançar mais além a de Bicudo. Apresa muitos escravos. Para obrigar os índios a mostrar-lhe onde estavam o ouro e a prata, o sertanista audaz ameaça deitar fogo aos rios. Faz queimar aguardente numa bacia, para demonstrar o seu poder (FERREIRA, 1947, p. 66).

Torna-se interessante verificar, que imiscuída nesse texto abordador do apresamento e do combate aos habitantes naturais da terra, aparece a campanha de Domingos Jorge Velho contra o Quilombo de Palmares:

Depois os paulistas rumaram para o norte. Domingos Jorge Velho, Matias Cardoso de Almeida, Morais Navarro, combateram os

gentios das margens do Açu e do Jaguaribe, no Ceará. Domingos Jorge Velho auxiliou a debelação dos Palmares. Limpou o território de Alagoas e Pernambuco dos mocambos dos negros (FERREIRA, 1947, p. 66).

Nessa citação, verifica-se primeiro a menção ao combate aos indígenas do norte. Depois, é trazida à baila a dispersão do Quilombo dos Palmares e a *limpeza* feita por Jorge Velho em Alagoas e Pernambuco, região onde existiam vários assentamentos de escravos fugitivos, núcleos humanos ou *mocambos*, que faziam parte do grande quilombo, situado onde hoje os dois estados mencionados se extremam. Ferreira afirma que Jorge Velho *limpou todo aquele território dos negros* que lá existiam. Quem limpa, remove ou tira a sujidade de algum lugar, recinto ou objeto. Quem limpa, purifica algo que anteriormente era sujo, impuro. Ferreira se expressou em relação à Jorge Velho, como um limpador, um purificador, um removedor de sujeira, de impurezas... que eram os *mocambos dos negros*.

Ao aproximar-se o final do texto intitulado *A caça ao índio*, Ferreira reitera, frisa elogios já anteriormente feitos aos paulistas, cuidando, no entanto, de afirmar que nas atividades de caça ao ouro, os índios se destacariam como importantes auxiliares dos bandeirantes:

Os audazes bandeirantes iam em breve transformar completamente a sua formidável atividade sertanista. De despovoadores passariam a povoadores. Trocariam a caça ao indígena pela caça ao ouro. Seria o brasilíndio o seu melhor auxiliar para a pesquisa contínua das riquezas. Riquezas existentes à flor da terra, no álveo dos córregos, no flanco das montanhas, ou leito dos rios (FERREIRA, 1947, p. 67).

Na seqüência dessas palavras, que dão fecho ao texto que trata da *caça ao índio*, o autor aborda a busca pelas riquezas minerais sob o título *Ciclo do Ouro*. Nesse texto, uma após a outra, no viés narrativo-relatorial que caracteriza esse livro didático de Ferreira, são elencadas várias expedições. Verifiquemos como é iniciado o texto em pauta:

Por ato régio de 23 de dezembro de 1683, Garcia Rodrigues Pais, filho de Fernão Dias, é provido em “Capitão-mor da entrada e descobrimento, e administrador das minas de esmeraldas”. Foi êle “o primeiro que descobriu o ouro de lavagem dos Ribeiros que correm para a serra de Sabarabuçu” (FERREIRA, 1947, p. 67).

É curioso observar, que diferentemente de outros autores, que enfocam a bandeira de Fernão Dias em primeiro plano, postando Garcia Rodrigues como um

continuador das atividades sertanistas de seu pai, Ferreira prioriza, protagoniza a figura de Garcia Rodrigues, postando Fernão Dias em plano recuado.

Averiguemos a continuidade do texto sobre as descobertas auríferas:

Antônio Rodrigues de Arzão sai de Taubaté em 1693. Chega ao rio Casca, em Minas Gerais. Alí encontra cascalhos auríferos. Os selvícolas o assaltam. Êle ruma para o Espírito Santo. Regressa a Taubaté onde falece. Pouco tempo depois, Bartolomeu Bueno de Siqueira, seu concunhado, segue o roteiro deixado por Arzão [...] encontra indícios auríferos em Itaverava. Daí regressa com oitavas de ouro (FERREIRA, 1947, p. 67).

Já sobre Borba Gato, escreveu Ferreira (1947, p. 67):

A 15 de outubro de 1698, o governador do Rio de Janeiro deu a Manoel de Borba Gato a patente de “tenente-general da jornada do descobrimento da prata de Sabarabuçu” hoje Sabará. Êle parte para o seu destino. Se não traz prata achou amostras de ouro.

Aqui é ressaltada a patente recebida por Borba Gato, nada aparecendo sobre a acusação que lhe pesou sobre os ombros, em relação à morte do fidalgo espanhol, Dom Rodrigo de Castelo Branco²⁰⁹, ocorrida justamente por causa da questão em pauta, ou seja, as descobertas minerais.

Na continuidade do texto, Ferreira relata as participações dos seguintes sertanistas prospectores de ouro: Antonio Dias de Oliveira, Francisco da Silva Bueno, Antonio da Silva Bueno, Tomas Lopes de Camargo, João Lopes de Lima e João de Faria Filho. É triunfal a finalização do texto intitulado *Ciclo do Ouro*, pois o autor afirma que:

Todo vasto interior de Minas Gerais estava descoberto pela tenacidade bandeirante. Correria ali, quente e generoso, o sangue dos paulistas nas terríveis refregas com os “emboabas”. Os tesouros do coração do Brasil deviam receber êsse batismo cruento, diz o autor da *Expansão Geográfica do Brasil* (FERREIRA, 1947, p. 68).

Aqui, Ferreira cita a obra *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, de Basílio de Magalhães (1944), autor do livro didático intitulado *História do Brasil*, por nós anteriormente investigado, da página 286 à página 292 deste trabalho.

Depois de finalizar o texto *Ciclo do Ouro*, Ferreira inicia outro texto, sob o título *As Entradas e as Bandeiras*, afirmando que:

Até fins do século XVI e XVII haviam os aventureiros paulistas batido quase todo o sertão das antigas capitanias de São Vicente e

²⁰⁹ Já abordada nesse capítulo, da página 260 à página 262.

das Minas de Ouro, até o Rio Grande do Sul, devassando-o. Fundaram, por tôda essa região centro-meridional, núcleos de povoamento, onde hoje se erguem cidades. E isso constituiu o maior fruto dessas audaciosas jornadas (FERREIRA, 1947, p. 68).

O povoamento como fruto das corajosas, *audaciosas jornadas*. A mensagem é clara.

À frente, pretendendo fornecer elementos para o entendimento acerca dos roteiros bandeirantes, Ferreira cita Abreu (1947, p.69-70):

CAPISTRANO, profundo sabedor de nossa História, em linhas monumentais giza o quadro da irradiação das bandeiras: “A parte geográfica das expedições corresponde mais ou menos ao seguinte esquema: os bandeirantes deixando o Tietê, alcançaram o Paraíba do Sul pela garganta de São Miguel, desceram-no até Guipacaré, atual Lorena, e dali passaram a Mantiqueira, aproximadamente onde hoje a transpõe a E. F. Minas e Rio. Viajando com rumo de Jundiá e Mogi, deixaram à esquerda o salto de Urubupungá, chegaram pelo Parnaíba a Goiaz. De Sorocaba partiam para a linha de penetração que levava ao trecho superior dos afluentes orientais do Paraná e Uruguai. Pelos rios que desembocam entre os saltos do Urubupungá e Guáira transferiram-se da bacia do Paraná e do Paraguai, chegaram a Cuiabá e a Mato-Grosso. Com o tempo a linha da Paraíba ligou o planalto do Paraná ao do São Francisco e do Paranaíba, as de Goiaz e Mato-Grosso ligaram o planalto amazônico ao rio-mar pelo Madeira, pelo Tapajós e pelo Tocantins (FERREIRA, 1947, p. 69-70).

Imediatamente depois disso, Ferreira adjetiva a obra dos bandeirantes como *epopéia titânica*, ao enfocar, como fez Magalhães no livro didático *História do Brasil*, a triplicação das terras pertencentes à coroa portuguesa, pelo princípio do *uti possidetis*:

O gênio diplomático de Alexandre de Gusmão, outro paulista, coroa a *epopéia titânica* de seus patrícios. Consegue pelo *uti possidetis* assegurar a Portugal a triplicação da terra de Santa Cruz (FERREIRA, 1947, p. 70).

Após esse panegírico, esse grandiloquente elogio aos sertanistas de São Paulo, Ferreira envereda por um viés de argumentação inconvincente, inglório, que busca afirmar ser a bandeira uma *democracia viva*, uma democracia cujo mando é exercido por um só homem, o cabo-de-tropa, o chefe da expedição:

A bandeira é organizada sòlidamente. Sua base é guerreira e autocrata. O bandeirante paulista recebe o nome da época: “Cabo de tropa”. É um estupendo dominador de homens, cuja vontade de aço jamais se dobra. Na bandeira se juntam tôdas as armas, tôdas as raças, tôdas as classes: daí a Bandeira ser uma *democracia viva*. Porém, a disciplina é perfeita. Com elas ia o padre capelão para officiar e confessar aos agonizantes. Tudo ali está enquadrado pelo

pulso de ferro do capitão da tropa, seja êle Afonso Sardinha, Pascoal de Araujo, Bartolomeu Bueno, Matias Cardoso, Antônio Raposo, Manuel Preto, Borba Gato, Domingos Jorge, Fernão Dias (FERREIRA, 1947, p. 70).

Cumpra aqui mencionar que essa idéia de que a bandeira era democrática, mesmo sob o mando férreo do cabo-de-tropa, foi bastante explorada por Cassiano Ricardo, em *Marcha para Oeste*, obra publicada em 1942, portanto meia década antes que Ferreira refletisse sobre isso em seu livro didático, sem fazer referência a Ricardo.

Ferreira segue com o texto *As Entradas e as Bandeiras*, abordando a irradiação das expedições, citando Oliveira Viana e tecendo novos elogios ao papel desempenhado pelos paulistas:

De sua tradição fala OLIVEIRA VIANA: “O maravilhoso espraiar das bandeiras, no II e III séculos (os paulistas), nô-los revela, vagueantes, instáveis, rapidíssimos, na sua mobilidade estonteadora”. Nesses dois séculos os paulistas dominam todo o Brasil, repontam em todos os quadrantes, na sua simplesmente maravilhosa marcha para o desconhecido, para a conquista, para o futuro. E tendo percorrido tôdas as latitudes e longitudes do território nacional, sentem-se bem em todos os paralelos (FERREIRA, 1947, p. 70).

Espalhando-se *maravilhosamente* para o incógnito, para o *desconhecido*, os bandeirantes se sentiam bem em todos os lugares. A marcha desses homens apontava para o *futuro*, a *conquista*. Noutros termos, o caminhar desses mateiros construía os dias do porvir, o devir histórico.

A seguir, ao abordar o fechamento do *mais importante capítulo da história colonial* de São Paulo, Ferreira cita Antônio de Toledo Piza (1947, p. 71):

Aquelas famosas gerações de intrépidos bandeirantes paulistas que, com Antônio Raposo, tinham devastado o Guairá, assolado as missões dos jesuítas de além Uruguai e Corrientes, e ido dar combate aos espanhóis sôbre os Andes; que, com Luiz Pedroso de Barros, foram combater com o inimigo estrangeiro no Recôncavo da Bahia, e depois travaram novos combates contra os espanhóis, no Peru; que, com Pedroso Xavier, invadiram o Paraguai, e de lá trouxeram ricos despojos; que, com Domingos de Brito, fundaram a vila da Laguna e exploraram as campinas do sul até o Rio da Prata; que, com João Amaro Maciel Parente, invadiram e devassaram os sertões do Norte até ao Piauí e Maranhão; que, com Domingos Jorge, foram os únicos capazes de destruir a legendária república africana dos Palmares; que, com Raposo Tavares, foram a Pernambuco auxiliar a restauração do domínio português contra o poder dos holandeses; que, com Fernão Dias Pais, tinham descoberto as riquezas de Minas Gerais e enchido a Europa de inveja da opulência do sub-solo brasileiro; que, com Pascoal

Moreira Cabral e Bartolomeu Bueno da Silva, haviam explorado e povoado os sertões de Mato-Grosso e Goiás e exibido ao mundo os tesouros ocultos que encerravam, tinham todos desaparecido para sempre substituídos por outras gerações pacíficas de cultivadores das terras e exploradores das minas já conhecidas.

Como vemos, *as famosas gerações de intrépidos bandeirantes paulistas* construíram um futuro *tranquilo* para o Brasil, pois com suas descobertas, ensinaram o assentamento, ao redor das paragens auríferas, de *gerações pacíficas de cultivadores das terras e exploradores das minas*. Heróicos enfrentadores das asperezas e das agruras dos sertões, os sertanistas paulistas haviam construído a paz que seria desfrutada pelas gerações de um tempo posterior. É esse o entendimento que se depreende das palavras de Toledo Piza. Vencidas as rudezas do sertão bruto, localizadas as riquezas no interior hostil da natureza agreste, possibilitou-se o estabelecimento de uma sociedade mais estável, sedentária, *pacífica*... Sabe-se à exaustão, que depois de descobertas as minas, inúmeros problemas foram observados. Um desses problemas foi o intenso afluxo de pessoas para as áreas de mineração. Sobre isso, no artigo intitulado *As descobertas do ouro e o regime jurídico e administrativo das minas*, escreveu Lima (1966, p. 75):

Como resultado dessas descobertas, milhares de pessoas partem à procura das minas de ouro, prejudicando sensivelmente a agricultura e provocando, de outra parte, o encarecimento do custo de vida. O governo desde 1667 – carta régia de 3 de setembro – vinha tentando evitar o problema. As transmigrações perturbavam a vida da colônia. Para evitá-las foi que se expediram as cartas régias de 28 de abril de 1674 e 21 de março de 1694, bem como as provisões de 28 de março e 12 de agosto de 1709; o decreto de 26 de novembro de 1709; de 19 de fevereiro e 18 de dezembro de 1711; a provisão de 24 de março de 1713; a lei de 20 de março de 1720 e o alvará de 18 de dezembro de 1720. Durante quase oitenta anos a Côrte lutou para solucionar o problema, pois ainda em 24 de fevereiro de 1744 expediu provisão no mesmo sentido. A voracidade pelo ouro a todos dominou...

Milhares de pessoas deslocaram-se de Portugal, em busca do ouro brasileiro. Dentro da própria colônia houve um grande movimento migratório, deslocando significativas porções das populações do Nordeste e do extremo sul para as proximidades das minas auríferas, especialmente as de Minas Gerais.

Verifiquemos as palavras de Taunay (1951, p. 253):

Naquele vasto território, subitamente povoado, ainda não existia sociedade organizada. Havia nos distritos auríferos para cima de trinta mil almas. Avolumara-se o enxurro de aventureiros; nêle

avultavam os portugueses natos, em sua maioria pobríssimos, os “*novatos vindos nas frotas*”, desamparados, conduzindo às costas quanto possuíam. Uma nuvem de mascates invadira as Minas, gente que os paulistas desprezavam como a mais vil ralé.

Averigüemos agora o que afirmou Matos (1997, p. 298):

... a imigração para as minas dos milhares de europeus e brasileiros de outras regiões, ávidos todos do metal precioso, cuja miragem embalara a administração portuguesa praticamente desde o início da colonização. Verdadeiro *rush* provocaram os descobrimentos auríferos. Antonil calcula, para o início do século XVIII, em 30.000 as pessoas que se ocupavam dos diversos misteres da mineração. Pouco antes, o próprio governador do Rio de Janeiro falava em assustadora emigração que se notava para as terras do ouro...

Percebe-se claramente que após as descobertas auríferas, não se instalaram ao redor delas *gerações pacíficas*, como afirmou Ferreira citando Toledo Piza, na obra didática *História do Brasil*, presentemente analisada. As sucessivas levas que chegavam aos jazigos mineiros eram heterogêneas, caracterizadas por pessoas de origens diversas, advindas de lugares e situações distintas, porém movidas pelo anseio comum do enriquecimento, se possível rápido. Essa situação desagradou os paulistas descobridores das minas. Sobre isso escreveu Taunay (1951, p. 243):

Belicosos como eram os antigos paulistas acostumados a atitudes de extraordinária independência em relação às principais autoridades do Brasil, era tudo quanto havia de mais lógico que no território aurífero por eles descoberto e lavrado, antes de quaisquer outros, surgissem violentas explosões entre eles e os que em sua esteira haviam ocorrido.

Essas *violentas explosões* tornaram-se contumazes, sucessivas e cada vez mais sangrentas, evoluindo para um conflito aguerrido, aberto, que ficou conhecido como a Guerra dos Emboabas²¹⁰, que ocorreu no biênio 1708/1709.

Frisemos que suspeitamos já estar bastante claro que nas recém-descobertas minas auríferas, reinava o antagonismo, a discordância e também o conflito armado, situação diametralmente oposta àquela apresentada por Ferreira, no livro didático ora em questão. Teríamos ainda muitos outros elementos comprobatórios sobre as turbulências e instabilidades ocorridas nas regiões mineiras, pois se na área onde hoje se localiza Minas Gerais ocorreu a Guerra dos Emboabas, pouco tempo depois, nas minas de Mato Grosso os índios Guaicuru, Paiaguá e Caiapó opuseram férrea resistência às

²¹⁰ *Emboaba* era o termo utilizado pelos paulistas em relação a todos que não eram de São Paulo, fossem eles reinóis ou colonos.

frotas fluviais que para lá se dirigiam. Muitas foram as expedições sofredoras de inúmeras baixas. Acerca disso, escreveu Filho (2001, p. 148):

Os índios da região navegada eram aguerridos e muitas monções foram por eles dizimadas [...] os Paiguás, excelentes canoeiros do Pantanal [...] destruíram, por exemplo, a monção de Diogo de Souza, em 1725, composta de seiscentas pessoas, da qual só houve dois sobreviventes...

Sobre o infortúnio de uma outra frota que singrara os rios rumo às minas de Mato Grosso, escreveu Holanda (2000, p. 46):

O afluxo de aventureiros para o novo estabelecimento tornava-se cada dia mais intenso e apesar dos extraordinários riscos oferecidos pela viagem, os rios que levavam ao sertão cuiabano encheram-se de canoas. Estas, partindo de Araraguaba, seguiam o rumo traçado pelas bandeiras seiscentistas. Houve comboio, saído em 1720, em que todos pereceram. Os que vieram mais tarde encontraram as fazendas podres nas canoas e, pelos barrancos do rio, corpos mortos de viajantes. Correu esse ano de 1720, sem que chegasse viva alma ao arraial do Coxipó, embora inúmeras pessoas tivessem embarcado no Tietê com esse destino.

Constata-se, talvez de forma dificilmente refutável, que pouco ou nada da paz sugerida pelo livro didático de Ferreira reinava nas regiões mineiras. São inúmeros os relatos de crimes cometidos ao redor das lavras. Constam também as informações de homens notadamente violentos, que instalados ao redor das minas, deram vazão a comportamentos delituosos, desrespeitadores da lei. Foi este o caso dos célebres irmãos João e Lourenço Leme em Cuiabá. Foi este também o caso de Bento do Amaral Coutinho²¹¹ e Francisco de Meneses²¹² em Minas Gerais. Não é cabível abordar as ações desses homens nas minas, posto que já estendemos suficientemente nossa tentativa de demonstrar o quão era inçado de hostilidades o ambiente nas áreas de mineração. Lembramos que nosso detimento acerca dessa questão, ensejou-se pelo fato de que o texto *As Entradas e as Bandeiras*, de Ferreira, ao evocar as palavras de Toledo Piza, promove um entendimento canhestro, equivocado, acerca do ambiente reinante nas minas de ouro recém-descobertas.

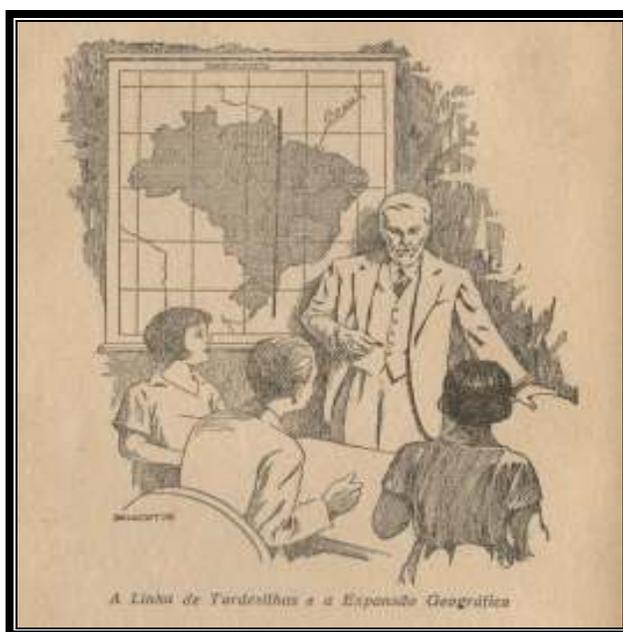
Continuemos, portanto, com nossa apreciação do texto em pauta, observando as palavras que o finalizam:

²¹¹ Taunay (1951, p. 243), na obra *História das Bandeiras Paulistas*, o adjetiva como tão “cruel quanto bravo”.

²¹² Matos (1997, p. 300-301) o descreve como “figura curiosa, infinitamente pior que Nunes Viana, dada a sua responsabilidade de eclesiástico – Frei Francisco de Meneses”.

Encerramos esta resenha [...] com este apêlo do Sr. Basílio Magalhães, o grande historiador mineiro: “O Brasil, que assim surgiu no meado do século XVIII, o Brasil que os pactos internacionais pouquíssimo alteraram de então até nossos dias, o Brasil só espera hoje que as vergôntes dos bandeirantes, que existem em todos os pontos desta pátria bem fadada pela natureza, o restaurem, ampliem e elevem, agora, - economicamente, intelectualmente, moralmente, – sob a égide soberana da ordem e do direito, e em certames de paz, em justas de progresso” (MAGALHÃES *apud* FERREIRA, 1947, p. 71-72-73).

Essas palavras de Magalhães – citadas por Ferreira – são carregadas de sentido patriótico e triunfalista, acompanhadas, na página 72, pela seguinte representação iconográfica:



Aqui vemos uma cena bem ao estilo dos anos de 1940. Um professor vestido de terno, gravata e colete é atentamente observado por seus alunos. Atrás dele, como recurso material de apoio à sua aula sobre a *Linha de Tordesilhas e a Expansão Geográfica*, há um grande mapa do Brasil. Essa é a única figura presente na abordagem de Ferreira sobre a questão do bandeirismo, uma abordagem dividida em três textos – *A Caça ao Índio*, *Ciclo do Ouro*, e *As Entradas e as Bandeiras* –, uma abordagem na qual o heroísmo, o triunfalismo e o patriotismo dos bandeirantes aparece claramente. Ferreira cita, ao longo de sua abordagem, quatro autores: Oliveira Viana, Capistrano de Abreu, Basílio de Magalhães e Antonio de Toledo Piza. Em termos conceituais, existem alguns deslizos, como a tentativa de apresentação da bandeira como um grupo democrático (p.

70), a *limpeza* feita por Jorge Velho ao destruir Palmares (p. 66) e a troca de nomes feita em relação a Nicolau e Roque Barreto. Essa é a síntese de nossa análise acerca do tratamento dado ao tema bandeirismo, no livro didático intitulado *História do Brasil*, publicado por Tito Lívio Ferreira em 1947.

3.2. O Bandeirante nos livros didáticos: da década de 1950 ao ano de 2006

O alvorecer da década de 1950 contemplou a nova subida de Vargas à presidência da República, após estar afastado do poder máximo nacional por um espaço de cinco anos, desde que fora deposto em outubro de 1945. Sobre isso, escreveu Ghiraldelli Jr. (2003, p. 111):

Derrubado o Estado Novo, o primeiro presidente eleito pelo voto popular foi o Marechal Eurico Gaspar Dutra, do PSD. Dutra governou de 1946 a 1950, quando novas eleições reconduziram ao Palácio do Catete a figura carismática de Getúlio Vargas, sustentada pela coligação partidária PTB-PSD.

O ideário varguista defendia a idéia de promover a acessibilidade da educação para as camadas mais pobres da população. Essa intenção de massificação da educação passava, incontornavelmente, pelo aumento da disponibilidade de gastos com o ensino, por parte da união:

O nacionalismo e o trabalhismo getuliano, que prometiam o desenvolvimento industrial no Brasil associado ao “bem-estar social”, defendiam a tese de que o Estado deveria responsabilizar-se em maior grau diante da necessidade de distribuição de educação para as “classes populares” [...] na tentativa de fazer valer esta tese, Vargas em geral, procurou aumentar as despesas públicas com o ensino (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 111).

No entanto, essa iniciativa de aumento dos gastos governamentais com a educação foi díspar, assimétrica, com o carreamento de maiores recursos para o ensino superior:

... o Ensino Superior foi mais contemplado que o ensino primário. Além do mais, não houve grandes alterações no número de matrículas no ensino primário, e a alfabetização durante a gestão Vargas (pós-Dutra) cresceu apenas 1,79%. As mazelas da educação pública continuaram evidentes; e a exclusão permaneceu regra básica do sistema escolar. No terceiro ano de governo, Vargas tinha como um dos índices sociais pouco favoráveis o que dizia que somente 17% dos alunos matriculados no primário conseguiram

chegar ao quarto ano do curso e apenas 3% alcançavam o último ano (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 111).

Como vemos, o afluxo mais denso de dinheiro para o ensino superior, muito pouco contribuiu para a efetiva mudança propalada anteriormente por Vargas, que culminaria com a oferta ou *distribuição* da educação para os brasileiros de menores condições econômicas. No que diz respeito à distância verificada entre a *pregação* política varguista e o que acabou sendo feito na prática, escreveu Ghiraldelli Jr (2003, p. 111-112):

De modo geral, pode-se fazer uma avaliação negativa do governo Vargas quanto à sua atuação no campo educacional se considerarmos o contraste entre a política social verbalizada na oratória oficial – que acenava com a instalação de um “Estado do bem-estar social” e, portanto, com a distribuição da educação para os setores economicamente menos privilegiados – e o resultado de sua política social efetiva.

Analisando o caráter da representatividade política de Vargas, que não pouco contribuiu para a orientação ideológica governamental da época em pauta, tanto antes quanto depois de seu suicídio, escreveu Romanelli (1986, p. 52):

... Getúlio Vargas era, na época, o próprio símbolo do nacionalismo [...] afinal, a tendência acentuadamente nacionalista, de base populista [...] custaram-lhe a vida. Em 1954, pressionado para deixar o governo [...] Vargas preferiu o suicídio. O período que se seguiu, até a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi marcado por golpes e contragolpes que bem evidenciavam a luta ideológica que se travava no Brasil [...] a corrente nacionalista teve de lutar [...] contra as tendências da ala política que preconizava maior compromisso com o capital internacional [...] Kubitschek representava a continuidade do populismo e foi eleito graças à coalizão dos dois partidos criados por Vargas, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Herdeiro político de Vargas, Kubitschek deu continuidade, no plano político, ao caráter populista de seu antecessor, porém, não fazendo o mesmo concernente à entrada de capital estrangeiro no Brasil, sempre vista por Vargas com muitas restrições. Analisando a postura de Kubitschek em relação a tais questões, escreveu Romanelli (1986, p. 53):

Com Juscelino [...] ganha [...] novas formas a entrada de capital internacional [...] enquanto, no setor político, se dá continuidade ao modelo getuliano populista, no setor econômico abrem-se amplamente as portas da economia nacional ao capital estrangeiro.

Eleito em 1955, levando consigo o vice João Goulart, Kubitschek viu a educação como uma ferramenta subsidiária para a concretização do:

[...] ideário do nacionalismo desenvolvimentista. O célebre programa metas do presidente JK foi prioritariamente um projeto de dotação de infra-estrutura básica para o país, ou seja, industrialização. A última meta do programa, que falava da educação, atrelava o problema do ensino às necessidades de institucionalização de uma “educação para o desenvolvimento”, ou seja, o incentivo ao ensino técnico-profissionalizante [...] O espírito do desenvolvimentismo inverteu o papel do ensino público, colocando a escola sob os desígnios diretos do mercado de trabalho (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 112).

Como se vê, o governo de Kubitschek deixou não pouco a desejar, no que diz respeito à educação. Para que possamos entender isso à luz de mais alguns dados, verifiquemos essas palavras de Ghiraldelli Jr. (2003, p. 113):

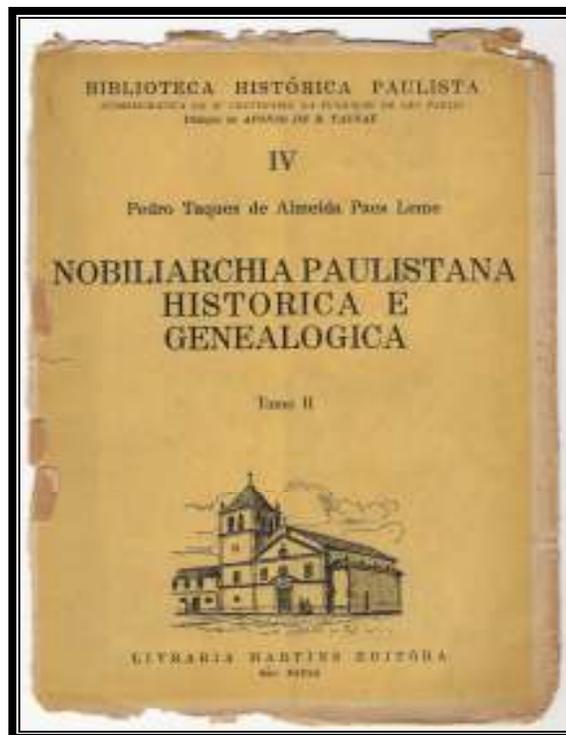
A gestão JK não conseguiu ultrapassar a quantia de 6,10% de recursos retirados do orçamento da União destinados à educação [...] O ensino primário continuou com mais de 45% de professores leigos, ao mesmo tempo que São Paulo abrigava cerca de 25 mil professores primários desempregados. Além disso, em 1960, JK entregou ao seu sucessor Jânio Quadros – um sistema de ensino tão elitista e antidemocrático quanto fora com Dutra e Vargas. Apenas 23% dos alunos que ingressavam no curso primário chegavam ao quarto ano, e somente 3,5% cursavam o último ano do curso médio...

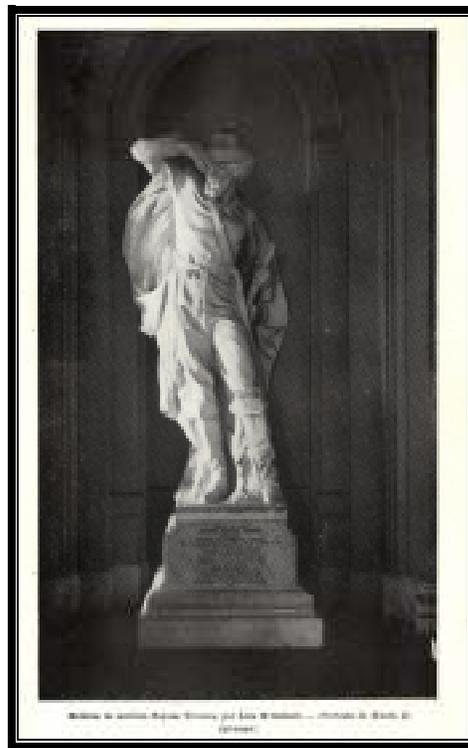
Nessa nossa tentativa de esboçar o contexto educacional brasileiro da década de 1950, não poderíamos, de forma alguma, deixar de mencionar a significativa quantidade de livros – não didáticos – de história que foi lançada no ano de 1954, quando o *berço dos bandeirantes* fazia aniversário, ou seja, quando a cidade de São Paulo comemorava 400 anos de fundação²¹³. O teor ufanista de louvor aos antigos paulistas, foi então levado a patamares notáveis, especialmente com a republicação da *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, de Taques, originalmente editada no século XVIII. Essa obra, já por nós trazida à baila no primeiro capítulo deste trabalho, é largamente entendida como um longo elogio às famílias antigas de São Paulo.

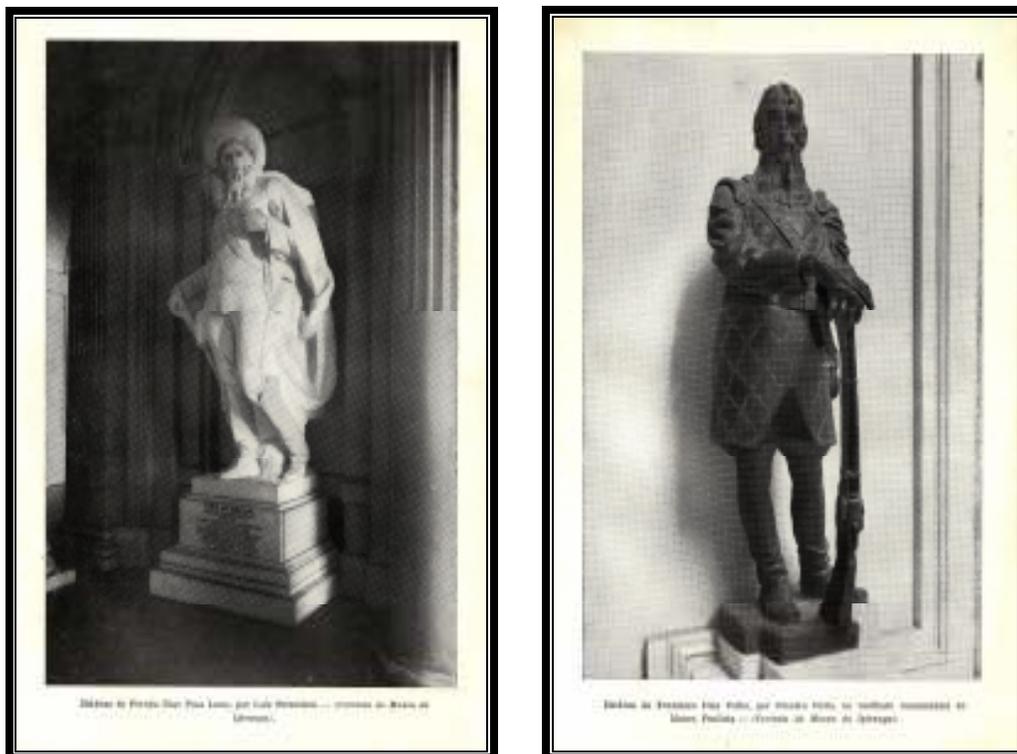
Em 1954, publicada pela Livraria Martins editora, sob a direção de Taunay – que escreveu um extenso prefácio, ora crítico, ora elogioso em relação a Taques – a velha *Nobiliarquia* apresentou-se, digamos revivescida, robustecida em seu tom laudatório,

²¹³ Para citar apenas alguns: *Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica*, de Pedro Taques; *Relatos Monçoeiros*, de Taunay; *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*, de Luiz D'Alincourt.

em seu viés discursivo glorificador dos bandeirantes, posto que guarnecida de farta iconografia, representando os bandeirantes como pioneiros gloriosos, eternizados em quadros e estátuas. Lançada em três volumosos tomos – o Tomo I com 280 páginas, o Tomo II com 290 páginas e o Tomo III com 282 páginas – a *Nobiliarquia* de 1954 exhibe em sua capa o Pátio do Colégio dos Jesuítas, lugar convencionalmente entendido como onde se deu a fundação de São Paulo. Doravante, antes que efetivamente iniciemos a abordar os livros didáticos da década de 1950, cumpre observar a capa e a iconografia dessa edição da *Nobiliarquia*, posto que configuram-se como elementos importantes para o entendimento acerca do triunfalismo histórico que verificou-se em São Paulo, quando das comemorações atinentes ao quarto centenário de fundação da cidade. Vejamos:







Como se percebe, a iconografia que acompanhou a edição da *Nobiliarquia* de 1954 – alusiva aos festejos dos 400 anos de São Paulo – magnifica imgeticamente os bandeirantes, ofertando uma versão de homens sobranceiros, portando arcabuzes, alfanjes, garruchas, facões e trompas de caça, envergando uma vestimenta composta por chapéus de abas largas, gibões acolchoados e botas altas. Esse nosso breve detimento, visando averiguar a concepção imagética dos bandeirantes na edição em questão da *Nobiliarquia* de Taques objetivou, antes de mais nada, explicitar o significativo sentido heroicizante, que naquele momento da década de 1950, caracterizou a disseminação da iconografia dos antigos paulistas, disseminação essa que ocorreu juntamente com a reedição do texto elogioso e nobilitante de Taques. Heróis no texto, heróis na pintura e na estatuária, os pioneiros paulistas, na *Nobiliarquia* de 1954, foram apresentados como ancestrais pujantes, moradores primevos de uma grande metrópole que completava quatro séculos.

Feita essa breve contextualização da educação brasileira nos anos de 1950, bem como tendo abordado o significativo processo de heroicização da figura dos bandeirantes, nas obras historiográficas não didáticas – reeditadas no quarto centenário paulistano, passemos a verificar como os bandeirantes foram abordados por autores de

livros didáticos, na década em questão, começando pela obra *História do Brasil*, de autoria de Joaquim Silva, editada em 1952 pela Companhia Editora Nacional – São Paulo – e destinado aos alunos da primeira série ginasial. Nesse livro, no texto intitulado *A Expansão Geográfica*, no subtítulo *As Bandeiras*, escreveu o autor em pauta:

... as bandeiras dos paulistas [...] desbravavam o sertão, devassando ou conquistando, com sua audácia o imenso território de Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e parte de Minas (SILVA, 1952, p. 62).

Eis aí a *audácia* como atributo das expedições paulistas.

Na seqüência, aparece a pobreza reinante no planalto, o apresamento e as diferenciações, em termos de equipamentos, no que diz respeito à caça-ao-índio e à prospecção mineral:

O planalto onde, semi-independentes, viviam os paulistas, separados do litoral pela Serra do Mar, de difícil acesso, era pobre; e seus habitantes procuravam uma fonte de riqueza no apresamento do silvícola necessário ao colono para as fainas da lavoura; assim, já no primeiro século, ter-se-iam formado as primeiras bandeiras de caça ao índio. A composição das bandeiras variava segundo seu objetivo econômico: o aparato bélico das que se destinava, à caça ao índio era menor nas que tinham por fim a procura de ouro ou de esmeraldas (SILVA, 1952, p. 62).

Verifiquemos agora a redundância do autor em questão, posto que já tendo mencionado a *audácia* das bandeiras, agora adjetiva os paulistas como *ousados*:

Afrontando todos os perigos, internam-se os ousados paulistas por emaranhadas selvas, transpõem altas serras, chegam às planícies amazônicas, às coxilhas do sul, e só se detêm a oeste, aos pés das nevascas muralhas dos Andes (5) (SILVA, 1952, p. 63).

Como é perceptível, ao final dessa frase, Silva ainda indica uma nota de rodapé, através de um número cinco entre parênteses. Essa nota, reproduzindo palavras não pouco célebres do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, quando de sua vinda ao Brasil em 1816, eleva ainda mais o tom elogioso aos bandeirantes, nesse livro didático:

Só a formação de uma raça inteiramente aclimatada ao sol e ao céu do Brasil, como era a dos paulistas, poderia preparar tamanhos resultados: “Raça de Gigantes”, escreveu St. Hilaire (SILVA, 1952, p. 63).

Já sobre o aparato bélico do antigo paulista, afirmou Silva (1952, p. 63): “o armamento do Bandeirante era a escopeta ou o arcabuz de pederneira, o terçado ou a espada”.

O autor não menciona quem eram os expedicionários flecheiros, em sua maior parte, indígenas. Sabe-se que os flecheiros foram, em diversas expedições, bem mais numerosos que os homens que portavam armas de fogo, como escopetas e arcabuzes, ou armas brancas, como espadas e terçados, sendo esses últimos assemelhados a facões grandes.

Na seqüência de seu texto Silva (1952, p. 63) faz um relato sobre as *principais bandeiras*, enfocando primeiramente a de 1628, dirigida por Raposo Tavares em direção ao Guairá. Este chefe bandeirante foi, segundo o autor em pauta, “um dos mais audazes bandeirantes” (SILVA, 1952, p. 64). As bandeiras chefiadas pelo primeiro e pelo segundo Anhanguera também são mencionadas no texto ora analisado, seguidas da abordagem sobre a incursão do *intrépido* Fernão Dias em busca de esmeraldas. Verifiquemos:

O mais célebre bandeirante [...] foi o intrépido Fernão Dias quem, durante sete anos, foi devassando o sertão de Minas Gerais. Já idoso, partiu Fernão Dias de São Paulo (1674) à caça de esmeraldas. Durante sete anos esteve no sertão o velho bandeirante sofrendo, com seus companheiros, grandes provações e procurando com tenacidade encontrar as sonhadas pedras verdes. Encontrou-as, por fim, mas atacado por febre morreu [...] as pedras que encontrara, porém, não eram senão crisólitos ou turmalinas: não achou as desejadas esmeraldas; mas sua expedição [...] descobrira e reconhecera, em grande parte, o riquíssimo território das Minas Gerais (8) (SILVA, 1952, p. 65).

Silva (1952, p. 65) anuncia aqui outra nota de rodapé – número oito entre parênteses –, buscando enaltecer ainda mais o sertanista por ele já adjetivado como *intrépido* e de *tenacidade*. Nessa nota de rodapé está escrito: “Olavo Bilac celebrou a glória do grande bandeirante em seu belo poema ‘O caçador de esmeraldas’”.

Para Silva está muito claro que a poesia de Bilac é a celebração da *glória* de Fernão Dias. Se houve uma *glória* celebrada, é pela razão de que essa *glória* efetivamente existiu ... a *glória* de um homem que foi *um grande bandeirante*.

Depois da abordagem repleta de encômios²¹⁴ à Fernão Dias, Silva aborda a descoberta das jazidas auríferas de Minas Gerais e Mato Grosso:

Atribui-se a Antônio Rodrigues Arzão (9) a descoberta, em 1695, do primeiro ouro em Minas Gerais, onde também, depois, um genro de Fernão Dias, o famoso Manuel Borba Gato, encontrou as ricas jazidas de Sabará; em 1718, Mato Grosso revelava sua grande riqueza com o encontro do ouro do Coxipó pelo sorocabano Pascoal Moreira Cabral Leme (10) (SILVA, 1952, p. 65).

²¹⁴ Esse termo, que significa – louvores, elogios – é bastante recorrente na obra de Magalhães (1944).

Nesse trecho, o autor, como de costume, sinaliza mais duas notas de rodapé, as de número nove e dez. A primeira delas, sinalizada junto ao nome do sertanista Rodrigues Arzão, elenca *outros bandeirantes notáveis*, tais como:

... João de Faria e Antônio Dias de Oliveira que [...] descobriram o opulento ouro preto (1698-99); Domingos Jorge Velho, depois criador de gado no norte e vencedor dos Palmares [...] os Brito Peixoto [...] Pedro Leme, Carlos Pedroso da Silveira, descobridor de ouro com Bartolomeu Bueno de Siqueira e provedor da Casa dos Quintos, de Taubaté (SILVA, 1952, p. 65).

A outra nota de rodapé aludida – de número dez – é sinalizada na sequência do nome de Pascoal Moreira Cabral Leme, descobridor das minas de Mato Grosso, em 1718:

Pouco depois (1722), outro bandeirante sorocabano, Miguel Sutil, descobria as ricas minas de Cuiabá. Um novo ciclo do descobrimento começou por essa época e no qual, escreve Basílio de Magalhães (op. Cit. 202), “Coube a preponderância aos filhos de Sorocaba”: As *monções*, expedições fluviais que partiam de Ararituaba (Pôrto Feliz), desciam o Tietê até o Paraná, subiam depois o Ivinheima ou o Pardo, indo depois alcançar, com varações, afluentes do Paraguai, por onde chegavam a Cuiabá (SILVA, 1952, p. 65).

Ao citar Magalhães (1944), Silva (1952) denota algo sobre a origem de seu viés de abordagem laudatório, heroicizante acerca do papel histórico dos bandeirantes.

Buscando uma síntese, no que diz respeito à abordagem do bandeirismo na obra didática *História do Brasil*, de Joaquim Silva – publicada em 1952 e destinada à primeira série ginásial –, pode ser afirmado que os bandeirantes são profusamente elogiados, adjetivados como possuidores de “audácia” (p. 62) e “tenacidade” (p. 65). Fernão Dias é qualificado como o “intrépido[...], o mais célebre bandeirante” (p. 65), ao passo que Raposo Tavares é descrito como “um dos mais audazes bandeirantes” (p. 64). Nessa obra, aparece o apresamento e a pobreza da São Paulo antiga, porém, de maneira incongruente, já que é afirmado, categoricamente, que os bandeirantes faziam largo uso de armas à época consideradas sofisticadas, como “a escopeta [...] o arcabuz [...] a espada” (p. 63), não sendo feita qualquer alusão às armas nativas, especialmente à flecha que foi usada massivamente nas expedições bandeirantes, particularmente naquelas que tinham como objetivo primordial o apresamento. A heroicização dos bandeirantes, na abordagem de Silva, é percebida também nas notas de rodapé, quando,

evocando Saint-Hilaire, o autor em questão infere que os *paulistas* seriam os integrantes de uma “raça de gigantes” (p. 63); ou ainda quando é citado o poema *O caçador de esmeraldas*, de Bilac (p. 65), magnificando os feitos de Fernão Dias. Sem sombra de dúvida, a obra didática de Silva (1952) é enaltecadora dos bandeirantes.

Desse momento em diante, passaremos a averiguar como foi feita a abordagem sobre os bandeirantes, no livro didático intitulado *História do Brasil para crianças*, escrito no ano de 1955 por Viriato Corrêa²¹⁵ e destinado ao ensino primário, como volume integrante da série *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, da Companhia Editora Nacional. A temática que investigamos foi abordada pelo autor na lição intitulada *Bandeirantes e Bandeiras*, cumprindo esclarecer que o texto em pauta foi organizado de maneira dialogal, com perguntas sendo formuladas e respostas sendo ofertadas. Corrêa concebeu um *vovô* rodeado por seus netos, para os quais conta histórias, esclarecendo quaisquer dúvidas que deles possam advir. O conteúdo doravante analisado procede, portanto, dessa concepção textual não tão comum em livros didáticos, que apresenta um paciente avô contando histórias para netos vivazes, bastante interessados.

Assim como começa o texto:

Ao chegar às terras do Brasil já eu disse a vocês, os europeus tinham uma preocupação única – encontrar ouro, muito ouro para enriquecer. E não perdem tempo: vão entrando pelas florestas e sertões à procura do metal desejado. Durante mais de um século, porém, não encontram ouro nenhum. As minas só mais tarde são achadas pela gente brasileira.

— Que gente brasileira foi essa?...

— A gente mais aventureira, mais ousada e mais ativa do Brasil – os paulistas (CORRÊA, 1955, p. 121).

Notemos que Corrêa não admite a presença de portugueses nos descobrimentos auríferos. Pensamos que se não pode ser creditada a chefia das expedições descobridoras de ouro a homens naturais de Portugal, também não é lícito negar a presença de portugueses nessas expedições, uma vez que muitas delas foram bastante numerosas e ocorreram num contexto de significativa imigração proveniente da Metrópole. Cumpre também mencionar que, após a chegada da esquadra de Cabral, não

²¹⁵ Viriato Corrêa nasceu no Maranhão, em 23 de janeiro de 1884 e faleceu no Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1967. Em julho de 1938 foi eleito para a cadeira número 32 da Academia Brasileira de Letras, anteriormente ocupada por Ramiz Galvão. Escreveu muitos livros de contos, romances infanto-juvenis (dentre os quais se destaca *Cazuza*) e obras de cunho historiográfico. Informações colhidas no *site* da Academia Brasileira de Letras: www.academia.org.br

ocorreu mais de um século – como quer Corrêa – antes que o primeiro ouro brasileiro fosse descoberto. O ouro do Jaraguá, descoberto por Afonso Sardinha²¹⁶ em 1597, atesta a imprecisão de Corrêa quanto a isso. Afora essas questões ora levantadas que, demonstram superficialidade na abordagem sobre os bandeirantes no livro didático ora analisado, ressaltam-se os elogios à *gente brasileira*, ou seja, aos *paulistas*, que são adjetivados como a “gente [...] mais ousada e mais ativa do Brasil” (CORRÊA, 1955, p. 121).

Imputando suas postulações à fala do *vovô*, – escreveu Corrêa (1955, p. 121):

... os sertões do Brasil foram os bandeirantes que os descobriram. As bandeiras, penetrando nas florestas, nos campos, e nas montanhas, nos chapadões até ali nunca pisados, tornavam o Brasil conhecido de norte a sul, de leste a oeste.

O devassamento e o conhecimento do interior do continente são aqui mencionados.

Depois disso aparece o seguinte diálogo na seqüência do texto:

O Pedrinho mexia-se na cadeira. Vovô pegou-lhe no braço.
 — Quer perguntar alguma coisa, não é verdade?
 — É que eu ouço há tanto tempo falar em bandeira [...] que era uma bandeira?
 O vovô explicou:
 — Era um punhado de gente, uma centena, duas, três, quatro, cinco ou seis centenas de criaturas, caminhando pelos sertões à procura de riquezas [...] estão todos armados [...] são armas de vários tamanhos e de várias espécies: faca, facão, espingarda, punhal, flecha, espada, cacete. Em cada criatura existe a esperança de encontrar a fortuna de um momento para o outro [...] a bandeira caminha sempre. É preciso caminhar. Lá diante (é a esperança geral) os tesouros estão à espera da bandeira (CORRÊA, 1955, p. 121-123).

Até aqui, não aparece o apresamento como objetivo dos bandeirantes, em suas incursões sertanejas. Sentado na cadeira, o personagem *Pedrinho* aprendeu – bem como os alunos que estudaram com o auxílio desse livro didático – que a bandeira nada mais era que *um punhado de gente procurando tesouros* jazentes nas matas. As palavras que compõem essa última citação – transcritas das páginas 121 e 123 da obra didática em análise – são separadas por um grande desenho que abrange toda a página 122, representando um bandeirante, cuja indumentária consiste de: escupil ou gibão acolchoado, chapéu, calça, botas altas, espada, cinto e espingarda. Ao fundo do

²¹⁶ O descobrimento do ouro do Jaraguá foi por nós referenciado no primeiro capítulo dessa tese, à página 68.

desenho, ou seja, atrás do bandeirante, aparece uma igreja sobre uma elevação do terreno. Esse desenho, de autoria de Belmonte, representa um bandeirante bem paramentado, trajado à altura das adversidades sertanejas, o que vai contra a carestia reinante na São Paulo dos séculos XVI e XVII, onde existiam sim sertanistas que dispunham de tal indumentária, porém não faziam de forma alguma, parte da maioria dos paulistas, que era composta de gente pobre, em nítida predominância.

Essa representação iconográfica, sugere um entendimento generalizador acerca do sertanista bem equipado, o paulista de feições européias, fartamente barbado. Aqui não há qualquer remota alusão ao sertanista mestiço, mameluco; não há nenhum traço ou rabisco que sugira uma arma nativa, como a flecha, por exemplo. Tudo que aparece no desenho, do primeiro ao último plano, não alude, mas *afirma* enfaticamente a procedência européia, dominadora, soberana. Verifiquemos:



Dando seqüência ao diálogo do vovô com seus netos, escreveu Corrêa (1955, p. 123):

E a bandeira vai seguindo, seguindo [...]

— E comida para essa gente? Lembra a Quiquita.

— Quando se percebe que os alimentos vão faltar, a bandeira pára, acampa. Fazem-se roças, plantam-se feijão, milho, arroz, aipim, mandioca e espera-se a colheita. E, enquanto se espera, procuram-se minas pelos arredores. Depois, prossegue a marcha [...] a bandeira de homens tem uma bandeira de pano, que é levada à frente [...] passa-se um mês, passam-se dois, cinco, dez, vinte e mais meses. Lá adiante, finalmente, se encontram os tesouros desejados. Quantas criaturas lá chegaram? A metade? Menos, talvez. Foram morrendo, morrendo pelo caminho.

A parada alongada para a feitura das roças, a pesquisa mineral pelas redondezas, a colheita dos gêneros semeados, o prosseguimento da marcha, a longa permanência nos sertões, o perecimento de não poucos sertanistas. Corrêa deixa claro, através da narrativa do vovô, que era difícil, demorado e perigoso o percurso que conduzia às cobiçadas riquezas minerais. Na seqüência do texto, através da narrativa do vovô, Corrêa ensina às crianças que os bandeirantes eram superiores em relação aos *outros homens*.

A Quiquita falou:

— Um bandeirante, para resistir a semelhante vida, deveria ser então uma criatura forte.

— Não há dúvida, concordou o vovô. Um bandeirante tinha de ser de uma fortaleza maior que os outros homens. Na mata tudo era incerto. Ele só devia comer quando era possível comer, só devia dormir quando era possível dormir. Era preciso, portanto, ter muita coragem para resistir aos sofrimentos. Um bandeirante não podia ter amor nenhum à vida, porque, se o tivesse, não dava um passo no deserto cheio de perigos (CORRÊA, 1955, p. 124).

Um homem de *fortaleza* superior enfrentando os perigos do *deserto*. Eis o bandeirante que Corrêa faz com que o vovô descreva aos seus netos. Constatemos agora os atributos ainda maiores do chefe bandeirante, nesse livro didático de Corrêa (1955, p. 124):

O que comandava a bandeira devia ser um homem de qualidades ainda maiores que os outros, porque o que comandava a bandeira era tudo: o general, o disciplinador, o juiz e até a criatura que dava esperanças quando as outras desanimavam. E mais do que isso, devia ter uma energia indomável.

Está claro que o autor pretende passar a idéia de que o chefe de bandeira era um homem excepcional, um homem de *energia indomável* liderando vários homens também nada comuns, posto que de *fortaleza* superior.

Ao dar fecho ao texto intitulado *Bandeirantes e Bandeiras*, Corrêa cuida para que o *vovô* ressalte a expansão geográfica, legada ao Brasil pelos bandeirantes:

Não tenham dúvidas meus meninos: o Brasil só tem o tamanho que vocês sabem porque houve os bandeirantes. É Antônio Raposo, penetrando nas regiões dos afluentes do Prata; é Fernão Dias Pais, descobrindo minas, desde a Mantiqueira até a foz do Rio das Velhas, no S. Francisco; é Lourenço Castanho Taques, descobrindo a zona das Minas Gerais; é Pascoal Moreira Cabral Leme, descobrindo as minas de outro de Cuiabá; é Antônio Pires de Campos, pisando os chapadões de Mato Grosso; é Bartolomeu Bueno, o Velho, e Bartolomeu Bueno, o Moço, rompendo os desertos do Tocantins e do Araguaia, todos concorrendo para aumentar o Brasil (CORRÊA, 1955, p. 124).

Na seqüência desse texto, começa um outro, intitulado *Antônio Raposo e Fernão Dias*.

No primeiro parágrafo, dando voz ao *vovô*, afirma Corrêa (1955, p. 125):

Não é possível contar a vocês tim-tim por tim-tim a longa história das bandeiras, continuou o velho. Eu levaria o resto da minha vida e não acabaria de contar. Vou narrar a história de dois bandeirantes apenas: Antônio Raposo e Fernão Dias Pais.

Depois de *selecionar* esses dois sertanistas, pela voz de seu personagem prossegue Corrêa (1955, p. 125):

Há criaturas que dão à gente a impressão de que não são feitas de carne e osso como nós, mas sim de ferro, de bronze ou de aço. Antônio Raposo era uma dessas criaturas. Homem espantoso! Para ele não havia sol, não havia chuva, não havia doenças. Índios bravios, feras, fome, não lhe metiam medo. Se encontrava diante de seus passos a mata fechada, entrava pela mata a dentro; se encontrava à sua frente um rio a transbordar, inundando vales e campos, não esperava que o rio vazasse: metia o peito nágua e atravessava o rio.

— Gosto de um bicho assim! Bradou o neto. É dos meus!

— As bandeiras de Antônio Raposo não andaram à procura de minas de ouro. Andaram pelo sertão escravizando índios. Naquele tempo a mina era aprisionar os selvagens e vendê-los.

Um bravo. Um bravo que não parecia ser humano, mas constituído de materiais mais fortes, cuja escala de menção tem o *aço* em seu ápice. Absolutamente nenhum elemento da natureza o amedronta. Nenhum acidente geográfico o detém. O índio *bravio* não arrefece seu desassombro ... pelo contrário, o índio é para ele um chamariz, pois é a presa almejada, a presa a ser capturada e vendida. Aqui finalmente, aparece o apresamento, mas tamanhas são as qualidades do apresador, tantos são os adjetivos edificantes aplicados a esse *homem espantoso* que da terra aprece, até mesmo, uma

atividade glorificante, realçadora da natureza já intrinsecamente *heróica* do devassamento.

Na seqüência de sua abordagem, dando contornos ainda mais épicos à fala do *vovô*, Corrêa atribui a Raposo Tavares o mesmo atributo lendário do herói Hermes²¹⁷, além de elencar as marchas do sertanista em questão por todos os quadrantes do Brasil, até que aprofundando-se cada vez mais à oeste da América, achegou-se ele ao sopé da Cordilheira dos Andes. Constatemos:

Raposo dava a impressão de que tinha asas nos pés. Foi o homem que mais percorreu as terras do Brasil. Primeiro percorreu as terras do sul, destruindo aldeias e aprisionando indígenas, depois internou-se nos sertões de oeste e foi subindo, subindo por desertos desconhecidos que pareciam o fim do mundo. Tribos inteiras atravessavam-se-lhe à frente para lhe impedir a passagem. Mas êle as combatia e as vencía e continuava a caminhar. E caminhou até que chegou às abas da Cordilheira dos Andes (CORRÊA, 1955, p. 125-127).

Porém, para Corrêa (1955, p. 127), a grande Cordilheira não conseguiu deter Raposo Tavares:

Vovô continuou:

— Pensam vocês que parou aís? Não. Subiu a Cordilheira, e, lutando contra o frio, contra as feras, contra a fome, foi seguindo, seguindo até o Perú. Nada o detém. Só pára diante do mar. Assim mesmo entra mar adentro, de espada em punho, gritando que se apoderava daquelas terras e daquelas águas para o seu rei.

O Neco esfregava as mãos entusiasmado, repetindo:

— Sim, senhor! Êle é dos meus!

O personagem Neco ouviu do avô – e os alunos assimilaram – mais que a reprodução de uma lenda²¹⁸, já que Raposo Tavares não atravessou o continente de leste a oeste. Os Andes jamais foram transpostos pelo sertanista e, por conseguinte, o mar do extremo oeste, ou seja, o Oceano Pacífico, jamais foi por ele alcançado.

Outro aspecto a ser ressaltado, diz respeito ao retorno de Raposo Tavares a São Paulo. Através da narrativa do *vovô*, Corrêa sequer menciona o trecho andino que teria sido percorrido na volta do bandeirante aos campos de Piratininga. Ora se considerarmos que Raposo Tavares transpôs os Andes para chegar ao Pacífico, é certo que necessitaria ele transpor novamente a mesma cadeia de montanhas, ao retornar de sua extensa jornada. Contudo, cumpre aqui corroborar que o Oceano Pacífico não foi o

²¹⁷ Na mitologia grega, este herói tinha asas nos pés.

²¹⁸ Sobre essa lenda, tratamos às páginas 179 e 180.

ponto extremo da viagem de Raposo Tavares, uma vez que ao avizinhar-se dos contrafortes andinos, sua marcha atingiu seu ponto de maior extremidade a oeste, iniciando, então, seu longo retorno rumo ao leste, adentrando a floresta amazônica e chegando ao Gurupá. Frisemos que nesse livro didático que ora analisamos, Corrêa defende a idéia de que Raposo Tavares chegou ao Pacífico, simplesmente reproduzindo uma lenda não pouco conhecida na bibliografia que trata do bandeirismo. Cumpre refletir que se atravessar os Andes à pé era, no século XVII, humanamente impossível, o que poderia então ser dito de homens que no período aludido, atravessaram essa vasta Cordilheira duas vezes, a primeira na ida e a segunda na volta de uma enorme jornada?

Ao ler abordagens como essa de Corrêa, torna-se talvez mais fácil, entender um pouco o processo que levou grande parte da sociedade brasileira a conceber os bandeirantes como heróis. Essa obra didática de 1955, de autoria de um então eminente membro da Academia Brasileira de Letras propaga, abertamente, o protagonismo de um bandeirante sobre-humano, um bandeirante que além de ter palmilhado outras imensas áreas do continente, transpôs os Andes duas vezes, antes de adentrar a densa floresta amazônica e *estarecer*²¹⁹ os soldados da fortaleza de Gurupá.

Outra importante particularidade do livro didático ora em pauta, explicita-se no *roteiro* que teria sido cumprido por Raposo Tavares de retorno a São Paulo, após sua partida do Gurupá. Sabe-se que é desconhecido o caminho que foi trilhado por Raposo Tavares, depois de sua partida da remota fortaleza militar amazônica. Esse é o trecho mais obscuro, menos conhecido da jornada em questão, constituindo-se como uma *lacuna*, um vácuo na compreensão da totalidade do trajeto cumprido por Tavares e seus comandados. Na extensa bibliografia sobre o bandeirismo, ninguém oferta explicações esmiuçadas, acerca dessa última e não pequena etapa da dilatada jornada ora focada. Até mesmo Nunes (1962) – no poema épico *Os Brasileidas*²²⁰, composto para exaltar Raposo Tavares – não ousa abordar o trecho Gurupá-Piratininga, optando por terminar seus louvores ao bandeirante quando da chegada deste a Gurupá:

Completa se acha a régia poranduba
das bandeiras, que pelas nobres Musas
me foi comunicada em gratas noites
de vigília e sossego. O que na viagem
de retôrno passou o bandeirante
mais do que todos forte, até seus pagos

²¹⁹ Na obra *Negros da terra*, Monteiro (2000) afirma que estavam estarecidos os soldados de Gurupá, ao informarem a Raposo Tavares o local em que ele e seus homens se encontravam – Gurupá –, local este espantosamente distante de São Paulo.

²²⁰ Por nós já analisado no segundo capítulo desse estudo.

alcançar no planalto, onde acolhida,
de início, teve estranha, é longa história
que ao meu intento escapa. A que de há muito
me propus relatar, aqui termina (NUNES, 1962, p. 314).

No entanto, no livro didático presentemente analisado, pela voz do *vovô* é ofertado um roteiro claro, acerca da viagem empreendida por Raposo Tavares, de Gurupá a São Paulo. Averiguemos as palavras de Corrêa (1955, p. 127):

... desceu o sertão do Pará, internou-se nos chapadões de Mato Grosso e, um dia, espirrou de novo em São Paulo. A família não o reconheceu. Estava êle todo desfigurado que não se parecia mais com o Antônio Raposo de outros tempos.

Aqui está claro que para Corrêa, Raposo Tavares desceu para São Paulo cumprindo um trajeto que atravessou o Pará e Mato Grosso. Cumpre afirmar ou reafirmar que até onde sabemos, Corrêa assevera isso solitariamente, sem apoio algum, inclusive sem citar qualquer autor. Quanto à desfiguração sofrida por Raposo Tavares, torna-se pertinente informar que pelo menos dois autores a mencionam: Monteiro (2000), na obra *Negros da terra*²²¹; e Taunay (1951), no Tomo I de sua *História das Bandeiras Paulistas*²²².

Após a abordagem sobre Raposo Tavares, prossegue o texto que trata do bandeirantismo nesse livro didático, desta feita enfocando Fernão Dias Pais.

Averiguemos o que escreveu Corrêa (1955, p. 127):

Limpando os óculos no lenço de linho, vovô prosseguiu:
— A bandeira de Fernão Dias Pais, o *caçador de esmeraldas*, como lhe chamou um poeta, foi a maior e talvez a mais desgraçada de todas as bandeiras [...] tinha Fernão já 70 anjos, mas era um homem forte que podia resistir à durezas do sertão. A bandeira partiu dos campos de Piratininga em 1672 e, pela Serra da Mantiqueira, entrou no atual território de Minas.

Essas palavras são repletas de imprecisões, a começar pelo *poeta* cujo nome não é revelado. Trata-se de Olavo Bilac, que fez um longo poema para Fernão Dias, intitulado *O caçador de esmeraldas*²²³. Essa ausência do nome de Bilac no texto, parece não se um deslize de grande monta, em comparação com o engano cometido em

²²¹ p. 81.

²²² p. 101.

²²³ Esse poema de Bilac já foi citado no livro didático por nós anteriormente analisado, à página 309 dessa tese, livro esse intitulado *História do Brasil*, lançado por Joaquim Silva em 1952 e destinado aos alunos da então 1ª série ginasial. A abordagem de Silva, talvez pelo fato de ser destinada à alunos de uma faixa etária maior, fornece o nome do poeta e o título do poema em pauta.

relação à dimensão, ao tamanho da expedição de Fernão Dias, que Corrêa (1955, p. 127) afirma ser “a maior [...] de todas as bandeiras”. Certamente, a bandeira de Fernão Dias não foi a *maior* já partida de Piratininga. Não restam dúvidas acerca do considerável contingente que acompanhou Fernão Dias ao sertão do atual estado de Minas Gerais. Por outro lado, é óbvio que a tropa em questão não foi a *maior* de todas, em termos numéricos. Para que isso se torne claro, cumpre afirmar que as expedições mais numerosas tinham como objetivo o apresamento indígena²²⁴, que não era o caso da tropa de Fernão dias, cuja meta, claramente definida, era o encontro de minérios valiosos, especialmente esmeraldas.

Outro equívoco de Corrêa, diz respeito ao ano de partida da expedição em discussão pois, após afirmar – pela voz do vovô – que Fernão Dias *era um homem forte*, o autor em questão assevera – sempre pela voz do vovô – que os bandeirantes saíram de São Paulo em 1672. A bandeira de Fernão Dias saiu de Piratininga não em 1672, mas em 1674. Para que verifiquemos isso, analisemos essas palavras de Monteiro (2000, p. 97):

... Fernão Dias Pais [...] saiu de São Paulo em 6-1674 e permaneceu no sertão até a morte [...] em 1681. Estabelecendo um arraial no local que julgava ser Sabarabuçú, Fernão Dias e seus seguidores procuravam jazidas de prata e esmeraldas...

Também sobre isso escreveu Ellis (1997, p. 294):

... Fernão Dias Pais [...] partindo de São Paulo, à cata de prata e esmeraldas, a 21 de junho de 1674, explorou durante sete anos, grande área na região centro-sul do Brasil.

Também Franco (1989, p. 83) entende que a partida de Fernão Dias ocorreu nessa data, mencionando uma:

... carta que o Governador das Esmeraldas escreveu a Bernardo Vieira Ravasco, datada de São Paulo, a 20 de julho de 1674, véspera de sua partida para o sertão...

²²⁴ Sobre expedições bandeirantes de apresamento, as maiores já formadas, escreveu Monteiro (2000, p. 109): “...expedições de grande porte, com organização e disciplina militares. Foram estas as expedições que assolaram as missões jesuíticas do Guairá (atual estado do Paraná) e Tape (atual Rio Grande do Sul), transferindo dezenas de milhares de índios guarani para os sítios e fazendas dos paulistas.” Essas expedições citadas por Monteiro, para que conseguissem levar tamanha quantidade de escravos para o planalto, necessitavam incluir muita gente em suas fileiras. Para que possamos averiguar isso, basta mencionar uma expedição saída de São Paulo em 1628, rumo ao Guairá, que contava com: “... noventa homens, em sua maioria mamelucos e dois mil e duzentos índios tupis [...] o chefe [...] era Antônio Raposo Tavares...” (Del Techo *apud* Franco, 1989, p. 412).

Como vemos, não é precisa a informação de Corrêa, acerca da partida da bandeira de Fernão Dias. Além dos autores aqui citados – Monteiro, Ellis e Franco –, vários outros asseguram que Fernão Dias saiu de São Paulo em 1674, não em 1672, como afirmou Corrêa no livro didático presentemente investigado, cuja continuidade do texto aborda, através da fala do *vovô*, as agruras sofridas pela tropa do sertanista em terras hoje pertencentes ao estado de Minas Gerais:

... começou para os bandeirantes uma vida de inferno, fome, chuvas, inundações, doenças, índios ferozes, tudo os atormenta. Com os longos dias de caminhadas quasi tôda a gente adocece. É preciso repousar para reconstruir as fôrças. E a bandeira acampa na região que tem o nome de Ibituruna. Erguem-se as choupanas, forma-se o arraial [...] recuperadas as fôrças, a bandeira penetra nos desertos. Mas já reina o desânimo. Até os grandes chefes voltam desiludidos para São Paulo (CORRÊA, 1955, p. 127-128).

Em meio a todos esses tormentos e ao desânimo reinante, o texto ressalta a perseverança, a obstinação do chefe de todos os chefes, o único que não se abate pelas adversidades, o único que continua acreditando no achamento das pedras preciosas:

Só uma criatura ali acredita que encontrará as maravilhosas serras das esmeraldas. É Fernão Dias. Os outros procuram desanimá-lo, procuram desiludi-lo. Ele não ouve ninguém e segue para a frente (CORRÊA, 1955, p. 128).

Com seu ânimo que não se verga, o chefe bandeirante conduz seus comandados cada vez mais para dentro dos *desertos*, até que:

A bandeira pára finalmente ao norte de Minas, na região do Sumidouro. Já não é a grande bandeira que partiu de São Paulo. Muita gente está doente e arrependida e quasi todos os homens odeiam Fernão Dias, que os trouxe até aquele fim de mundo empestiado de febres (CORRÊA, 1955, p. 128).

Na seqüência, ao narrar o enforcamento de José Dias, ocorrido no Sumidouro e ordenado por seu próprio pai, o *vovô* de Corrêa quase chega a afirmar ter sido essa decisão uma explicitação das virtudes de Fernão Dias, um dos *grandes bandeirantes*. A morte de José Dias serviu, no texto em pauta, para reforçar, manter a disciplina da tropa ... uma morte ordenada por um homem excepcional, que conseguiu reunir *forças* não apenas para dar a ordem, como também para assistir a execução de seu filho, à vista de todos os outros sertanistas do grupo.

Averigüemos:

— Um dia chega aos ouvidos de Fernão Dias que muitos dos seus homens estão conspirando contra êle. Os conspiradores

pretendem matá-lo e voltar para São Paulo com a bandeira [...] o chefe da conspiração que lhe quer tirar a vida é José Dias. Sabem vocês quem era José Dias?

— Nem quero saber quem era êsse patife, brada a Mariazinha, revoltada.

— José Dias era filho de Fernão.

— Oh! Exclamamos indignados.

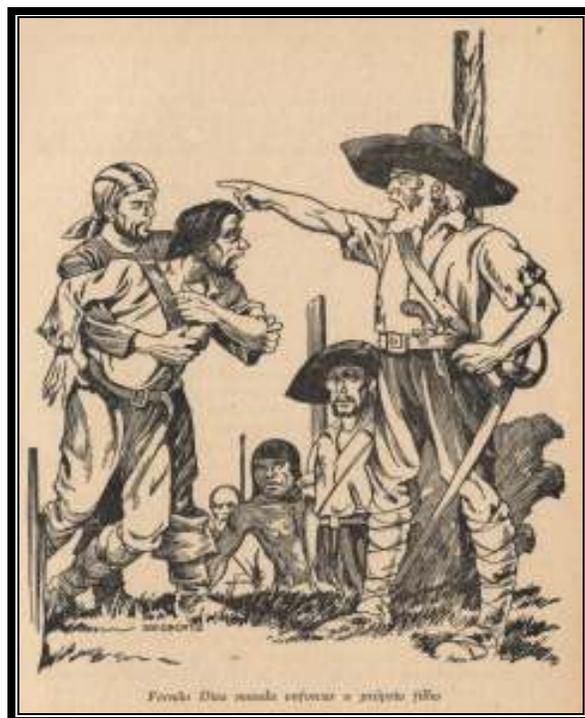
— Que foi que o Fernão fez a esse traidor? Indaga agitadamente o Neco.

— Mandou enforcá-lo, disse vovô emocionado [...] o velho em seguida falou:

— Eram homens diferentes dos outros homens os grandes bandeirantes: Fernão Dias teve forças para mandar enforcar o próprio filho. A bem da disciplina da bandeira, erguer a fôrca no arraial e, diante da multidão aterrada, mandou matar aquele elemento de desordem e traição (CORRÊA, 1955, p. 128).

Como se percebe, Corrêa cuidou para que *Mariazinha, revoltada*, chamasse José Dias de *patife*, cuidando também para que *Neco* o qualificasse como *traidor*, culminando com os adjetivos a ele aplicados pelo *vovô*: *elemento de desordem e traição*. O enforcado é claramente entendido como um homem vil, um facinora que com sua conduta aviltante, leva seu pai, um homem de bem, um homem disciplinado, de princípios morais inflexíveis, a mandar executá-lo.

A ordem para a execução de José Dias foi não apenas abordada em prosa nessa obra didática, mas também demonstrada iconograficamente, através de um desenho de Belmonte, que abrange toda a página 126, aqui reproduzida na íntegra:



Depois da abordagem do enforcamento, o diálogo entre o *vovô* e seus *netos* prossegue, com uma mudança abrupta de assunto.

— E as esmeraldas? Perguntou imediatamente a Quiquita, como que para afastar a conversa daquela cena horrível.

— Um dia, na lagoa de Vupabuçú, Fernão Dias encontra pedras verdes em abundância [...] mas não eram esmeraldas e sim turmalinas de pequeno valor (CORRÊA, 1955, p. 128).

O final do texto de Corrêa sobre os bandeirantes se dá com a morte de Fernão Dias, juntamente com a afirmação de que seu esforço não foi inútil, dado o devassamento ocorrido na região do atual estado de Minas Gerais, ensejado por sua busca irrefreável das pedras preciosas.

— E que aconteceu depois a Fernão Dias? Indagou o Pedrinho.

— Morreu de febre lá mesmo na região em que julgou ter encontrado o tesouro verde das esmeraldas.

— De forma que não serviu de nada o esforço que êle fez, disse a Quiquita.

— Não há esforço perdido no mundo, minha filha. As esmeraldas não foram achadas, mas as imensas regiões de Minas-Gerais ficaram descobertas (CORRÊA, 1955, p. 129).

Ao final dessa nossa abordagem do livro *História do Brasil para crianças*, de autoria de Viriato Corrêa, publicado em 1955 e direcionado ao ensino primário, podemos afirmar, com alguma segurança que essa obra didática, organizada em forma de narrativa infantil – do *vovô* para os seus *netos* –, apresenta uma versão heróica dos bandeirantes, homens *audazes e intrépidos*, armados com *escopetas, arcabuzes e espadas*, membros da *raça de gigantes* e inspiradores de um poema épico. Nessa versão ofertada por Corrêa acerca dos bandeirantes, primeiramente é explicitada, de maneira destacada, a procura de minérios valiosos, bem como as agruras enfrentadas no sertão, agruras essas só possíveis de serem suportadas pelos bandeirantes, que eram mais fortes que *os outros homens*. Aos chefes das expedições, Corrêa atribuiu qualidades ainda maiores, pois eram eles homens de *energia indomável*, guiando seus subalternos – que já tinham, por seu turno, *fortaleza superior* – pelas espessas florestas, pelos mais rústicos acidentes geográficos. Somente graças a esses desbravadores do passado, segundo o autor em pauta, o Brasil tem o *tamanho* que apresenta nos dias de hoje. Nessa abordagem do ilustre membro da Academia Brasileira de Letras, aparece tarde o apresamento do índio pela figura do bandeirante paulista, justamente no momento em que Raposo Tavares é *heroicizado* ao extremo, magnificado como um *homem espantoso*, que parecia ser de *ferro, aço ou bronze*, um homem com *asas nos pés*, que

chegou ao Pacífico, após atravessar a vastidão dos Andes. Corrêa também magnífica o sertanista Fernão Dias Pais, elogiando-o e distinguindo-o como um dos *homens diferentes*, um dos *grandes bandeirantes*, logo após mencionar a ordem de enforcamento por ele proferida em relação ao seu filho José Dias. A iconografia do texto, feita por Belmonte, oferta uma versão claramente épica dos bandeirantes, homens bem equipados, adequadamente paramentados para o devassamento do interior do continente. Numa só palavra, esse livro didático de Corrêa retrata os bandeirantes simplesmente como heróis, tipos supra-humanos.

A década de 1960, é importante para o estudo da história do Brasil, devido a ocorrência de fatores diversos que conjuminados, definiram os rumos da sociedade brasileira por mais de vinte anos. Foi antes da metade da década em pauta que os militares tomaram o poder, instalando na presidência, sucessivamente, cinco generais. A ditadura militar durou até 1985, deixando marcas indelévelis no povo brasileiro, ensejando, na área da educação, práticas aviltantes, antes inimagináveis. Por ser este um período com características muito específicas, que transcende bastante aos anos de 1960, faz-se necessária uma contextualização que abranja o alcance mais evidente dos fatores que ensejaram tais características singulares. Para tanto, faremos a contextualização da educação brasileira no período que medeia entre 1960 e 1985, recorte temporal indispensável para qualquer intenção de entendimento acerca da ditadura militar. À frente, depois desse bosquejo contextual – pois, para os limites de nossa pesquisa não poderíamos fazer mais que isso –, seguiremos focando o objeto de nosso estudo, que presentemente se norteia para as intenções de entendimento acerca da abordagem da figura do bandeirante nos livros didáticos, desta feita aqueles produzidos entre o já aludido período, ou seja, 1960 a 1985.

Por ora, detenhamo-nos começando a compreender um pouco o contexto brasileiro no recorte cronológico em questão, verificando que em 1960, chegava ao final a gestão presidencial de Juscelino Kubitschek²²⁵. Jânio Quadros tomou posse em janeiro de 1961, renunciando em agosto do mesmo ano permanecendo, portanto, apenas sete meses na presidência da república. Em sua fugaz, efêmera permanência à frente do governo brasileiro, Jânio Quadros, segundo Ghiraldelli Jr. (2003, p. 114):

... procurou conter a expansão do ensino superior e proibir a incorporação de faculdades pelo sistema federal, interrompendo um

²²⁵ Sobre a gestão de Juscelino Kubitschek, já tecemos considerações às páginas 304 e 305.

processo de publicização do ensino superior iniciado nos anos anteriores. Ao mesmo tempo que procurou conter a expansão da universidade, Jânio acenou com um política de criação de vasta rede de escolas técnicas e profissionais e falou também do combate ao analfabetismo, coisas que, obviamente não se efetivaram...

João Goulart, vice-presidente da República, assumiu a presidência, quando da renúncia de Quadros, em agosto de 1961. Dois anos depois, ainda como presidente, Jango²²⁶ tornava pública a então precária situação do ensino no Brasil:

Nos meses finais de 1963, Jango, então na Presidência da República, trouxe a público a situação da educação brasileira: metade da população continuava analfabeta; somente 7% dos alunos do curso primário chegavam à quarta série; o ensino secundário acolhia apenas 14% daqueles que o procuravam; somente 1% dos estudantes alcançava o Ensino Superior (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 114).

Analisando criticamente esse contexto, escreveu Romanelli (1986, p. 184):

Não se concebe, portanto, que um estado pobre, de poucos recursos destinados à educação, deixe de atender às necessidades básicas de todos para privilegiar culturalmente poucos. Assim fazendo, deixa o Estado de ser um Estado Democrático, ou seja, o Estado de todos para ser o Estado de poucos.

Em 1964, ocorreu o *revolucionário* Golpe de Estado que levou os militares ao poder, iniciando uma forma de governo rigidamente organizada, cujo autoritarismo se tornaria, ao longo da década, cada vez mais inflexível. Sobre esse Golpe de Estado, escreveu GhiraldeLLi Jr. (2003, p. 116):

... a revolução de 1964. Falava-se em “revolução”, mas não se tratou de uma revolução propriamente dita e sim, de um golpe militar, inicialmente com apoio de forças civis mobilizadas [...] contra o que pairava no ar – muito mais como propaganda anticomunista do que como fato –, ou seja, a idéia de que Jango estaria prestes a criar um novo regime, uma “república sindicalista” de teor socialista e até mesmo comunista.

Ainda abordando esse triste episódio da história brasileira, procurando agora apontar para as implicações que incidiram na educação brasileira, escreveu o mesmo autor:

A ditadura militar durou 21 anos. Iniciou-se em 31 de março de 1964 com o golpe que depôs o presidente João Goulart (Jango) e teve seu fim com a eleição indireta (via colégio eleitoral) de Tancredo Neves e José Sarney em janeiro de 1985. O período

²²⁶ Assim João Goulart ficou popularmente conhecido.

ditatorial, ao longo de duas décadas que serviram de palco para o revezamento de cinco generais na presidência da República, se pautou em termos educacionais pela repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio [...] divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e não raro confusa legislação educacional (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 125-126).

Analisando a educação brasileira após 1964, afirmou Romanelli (1986, p. 193):

O Governo Kubitschek aprofundou bastante a distância entre o modelo político e a expansão econômica, já que continuara adotando a política de massas, mas acelerara a expansão industrial, abrindo mais as portas da economia nacional ao capital estrangeiro. As contradições chegam a um impasse com a radicalização das posições de direita e esquerda. Os rumos do desenvolvimento precisavam então ser definidos, ou em termos de uma revolução social e econômica pró-esquerda, ou em termos de uma orientação dos rumos da política e da economia de forma que eliminasse os obstáculos que se interpunham à sua inserção definitiva na esfera de controle do capital internacional. Foi esta última a opção feita e levada a cabo pelas lideranças do movimento de 1964.

A mesma autora também afirma que:

Se o significado da educação como fator de desenvolvimento foi percebido desde o início da implantação do novo regime, isso não foi demonstrado, pelo menos em toda a sua plenitude, senão a começar de 1968 [...] esse ano assinala também o início de mudanças mais profundas na vida da sociedade... (ROMANELLI, 1986, p. 196).

Este foi um momento de clara recrudescência da ditadura militar, um momento que apontava para um futuro de anos repressivos, um futuro que explicitaria a exacerbação da arbitrariedade governamental. O Ato Institucional Número 5 visou dar amparo *legal* ao governo ditatorial que dali para frente, exerceria sobre a população de forma desabrida, ações repressivas intensas e freqüentes. Sobre isso, escreveu Ghiraldelli Jr. (2003, p. 138-139):

... no final de 1968 o governo decretou o Ato Institucional Número 5 (AI-5), que tornou o regime mais fechado. Na história do país é difícil encontrarmos peça legislativa mais antidemocrática e desrespeitosa à cidadania que o AI-5, assinado pelo general Costa e Silva e por seus ministros simpáticos às medidas de extrema direita, como Gama e Silva, Lira Tavares, Delfim Neto, Mário Andreazza, Jarbas Passarinho e outros, e também por elementos conservadores

que, mais tarde, vieram a posar como liberais, como o caso de Hélio Beltrão, Magalhães Pinto etc.

A intencionalidade de legitimar, em termos legislativos, o patrulhamento ideológico que pretendia ser levado a cabo pelo governo, caracterizou, de maneira perceptível, a decretação do AI-5. Sobre isso escreveu Ghiraldelli Jr (2003, p. 139):

A letra do aparato “legal” autoritário invocava a necessidade imperiosa de adoção de medidas que pudessem pôr a Revolução de 1964 em condições de enfrentamento da “subversão e da guerra revolucionária” (estaria havendo no país, segundo a ditadura, um momento amplo de insurreição, o que era nítido exagero).

Também analisando esse momento peculiar da história brasileira, escreveu Aranha (1989, p. 253):

A partir de 1968 há um recrudescimento da repressão, com torturas e mortes, além de ‘desaparecimentos’ e ‘suicídios’. Qualquer oposição ao regime se mostra arriscada [...] em dezembro é baixado o AI-5 (Ato Institucional nº 5), que retira todas as garantias individuais, públicas ou privadas e concede ao Presidente da República plenos poderes para atuar como executivo e legislativo; em fevereiro de 1969, o decreto-lei nº 477, aplicado aos professores, alunos e funcionários das escolas, proíbe-lhes toda e qualquer manifestação de caráter político.

Sobre essa peça legislativa de 1969 que expressava, inapelavelmente, a ação repressiva que a ditadura exerceria sobre as instituições de ensino, escreveu Ghiraldelli Jr. (2003, p. 139):

O Decreto-Lei nº 477 estendeu a repressão e o terror governamental às redes de ensino. O artigo primeiro desse decreto denominou “infração disciplinar” de professores, alunos e funcionários dos estabelecimentos de ensino público e particular o “aliciamento e incitamento à greve”; o “atentado contra pessoas, bens ou prédios”; os “atos destinados à organização de movimentos subversivos”; a confecção ou simplesmente a distribuição ou a retenção de “material subversivo”; o seqüestro; o uso do recinto escolar para “fins de subversão”.

Sobre a punição aos que eram considerados *infratores*, geralmente aplicada após procedimentos anteriores, tais como a consumação de *processos sumários* e a instauração de inquéritos policiais militares, afirmou o mesmo autor:

A punição, após processo sumário, consistiu na demissão e proibição de readmissão em serviço da mesma natureza em qualquer outro estabelecimento por um prazo de cinco anos. O processo sumário, que oficializou a delação e o terrorismo em cada unidade, consistia na delegação do poder ao dirigente da unidade de

conferir poderes a qualquer funcionário do estabelecimento para num prazo de vinte dias apurar as infrações e comunicar os superiores para a instalação do inquérito policial militar (OSIPMs) (GHIRALDELLI JR. , 2003, p. 139-140).

Como se percebe, a ditadura literalmente criminalizou qualquer espécie de resistência proveniente dos professores. Exercer a criticidade significava tornar-se um infrator, por conseguinte configurando-se ou qualificando-se como objeto de investigação processual institucional, podendo ainda advir, em conformidade com a lei vigente, um indiciamento em inquérito policial e, por fim, a perda do emprego e a impossibilidade de retornar ao mercado de trabalho, durante meia década. Não por acaso, Ghiraldelli Jr. (2003, p. 140) afirmou que esse: “... aparato legislativo [...] realmente promoveu atrocidades e infelicitou a vida de muitos bons professores, que ficaram desempregados e exilados em seu próprio país”.

A questão da segurança nacional, propalada aos quatro ventos pelo governo ditatorial, acabou – como não poderia deixar de ser – interferindo na configuração da própria grade curricular, instituindo disciplinas de conteúdo cívico-patriótico, ou nas palavras de Aranha (1995, p. 254-255):

...a introdução de disciplinas sobre civismo e problemas brasileiros (Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros).

A mesma autora, ao analisar a reforma escolar à época instituída pela ditadura, lembra que:

Diz o artigo 1º da Lei nº 5.692/71: “O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho [...]” (ARANHA, 1995, p. 256).

Qualificação para o trabalho. Eis uma das principais características esperadas da educação pelo regime ditatorial dos militares. Também sobre essa questão, escreveu Ghiraldelli Jr. (2003, p. 142-143):

... as tentativas de implantação da nova LDB (Lei nº 5692/71) se deram justamente nos anos de maior repressão do regime [...] de certo modo, muitos professores acreditaram na idéia de que teríamos que ter mesmo um ensino completamente profissionalizante no 2º grau [...] a Lei nº 5.692/71 manifestou os princípios da ditadura militar, verificados na [...] adoção do ensino profissionalizante no 2º grau de forma absoluta e universal [...] o 2º grau [...] tornou-se integralmente profissionalizante.

Outra característica que marcou o ensino, durante a ditadura militar, foi a atuação de técnicos estrangeiros, provenientes dos Estados Unidos, membros da *Agência de Desenvolvimento Internacional*.

Romanelli (1986, p. 196-197) escreveu sobre a:

... assinatura de uma série de convênios entre o MEC e seus órgãos e a Agency for International Development (AID) – para assistência técnica e cooperação financeira dessa agência à organização do sistema educacional brasileiro. Este é, então, o período dos chamados “Acordos MEC-USAID” [...] o MEC entregou a reorganização do sistema educacional brasileiro aos técnicos oferecidos pela AID.

Também sobre isso, escreveu Ghiraldelli Jr. (2003, p. 127):

Entre junho de 1964 e janeiro de 1968 foram firmados doze acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agency for International Development (“os acordos MEC-USAID”), o que comprometeu a política educacional do nosso país às determinações de um grupo específico de técnicos norte-americanos...

Ainda sobre essa questão averigüemos as palavras de Aranha (1995, p. 254):

... desde o golpe de 1964 foram feitos diversos acordos sigilosos, que só vieram a se tornar públicos em novembro de 1966, e que visavam a reforma educacional. São os acordos MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura; United States Agency for International Development), pelos quais o Brasil passa a receber assistência técnica e cooperação financeira para a implantação da reforma.

O movimento estudantil não pouco ativo na época – não apenas no Brasil, como também em vários outros países –, fez da condenação aos *acordos* uma de suas principais linhas de argumentação, na resistência à ditadura. Sobre isso, afirmaram Buffa e Nosella (1991, p. 140):

A denúncia dos acordos MEC-USAID, a acusação de que o governo era “vendido” aos americanos e a condenação do papel que as multinacionais exerciam no país constituíam pontos importantes do discurso da revolta estudantil.

Outra malfadada iniciativa educacional do governo militar foi a criação do legendário *Mobral*, instituído nos anos mais repressivos do regime, visando alfabetizar jovens e adultos. Sobre isso, escreveu Aranha (1995, p. 257):

Em 1967 é criado o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que começa a funcionar de fato em 1970, época em que a taxa de analfabetismo de pessoas de mais de 15 anos chega a

33%. Em 1972, esta taxa cai para 28,51%. No entanto, estudos mostram que, tendo em vista o número de inscitos, é baixo o rendimento. Esta avaliação torna-se menos otimista ainda quando se verifica que nem sempre a aprovação significa desempenho de leitura.

Também lançando críticas a esse programa de alfabetização de jovens e adultos, escreveu Ghiraldelli Jr. (2003, p. 129-130):

A ditadura militar, sob o vácuo deixado pela destruição das entidades que incitavam os movimentos de educação popular, criou em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que, para se fazer passar por eficaz, chegou mesmo a dizer que poderia utilizar-se do “método Paulo Freire desideologizado”. Evidentemente, isso era um absurdo, dado que o método Paulo Freire autêntico não poderia conviver com uma educação que não estivesse ligada à idéia de tomada de consciência política a partir da constatação e denúncia do modelo econômico concentrador de rendas que, de fato, atingiu duramente justo a clientela do Mobral.

Os recursos financeiros destinados ao Mobral não eram de pouca monta. Além das dotações orçamentárias oriundas das fontes governamentais mais usuais, Romanelli (1986, p. 249) observa que: “30% da receita líquida da loteria esportiva destinam-se ao Movimento Brasileiro de Alfabetização”.

Mesmo assim, com todo esse monumental aporte de verbas, o Mobral foi um *fracasso*. Isso foi posteriormente reconhecido até mesmo por Jarbas Passarinho, talvez o homem mais entusiasmado com as possibilidades de sucesso desse programa de alfabetização de adultos, quando de sua afetiva implantação em 1970. Passarinho foi ministro da Educação de 1969 a 1974²²⁷, na gestão de Emílio Garrastazu Médici, sabidamente o mais duro de todos os generais que ocuparam a presidência durante as duas décadas de autoritarismo militar. O reconhecimento de Passarinho quanto ao insucesso do Mobral expressou-se em Brasília, no dia 15 de maio de 1986, quando ele concedia entrevista exclusiva a Buffa e Nosella. O teor dessa entrevista seria publicado na obra intitulada *A educação negada*, de autoria dos dois acadêmicos entrevistadores e lançada pela Editora Cortez em 1991. Sobre o Mobral, disse Passarinho:

Era o meu sonho. Eu lhe direi logo, o meu sonho. Eu disse a um professor: troco de lugar com o senhor; me dá a responsabilidade de alfabetizar esse país e eu troco de lugar: o senhor vai ser ministro [...] foi um fracasso e essa é uma das minhas tristezas mais dolorosas (em entrevista a Buffa e Nosella, 1991, p. 32-33).

²²⁷ Jarbas Passarinho foi um dos mais destacados articuladores do golpe militar de 1964. Além do cargo de Ministro da Educação, já mencionado, Passarinho foi Ministro do Trabalho (1967-69) e Ministro da Previdência Social (1979-1985).

Um outro fracasso da educação à época da ditadura, ocorreu na proposta do ensino médio profissionalizante, expressa, como já vimos, pela Lei nº 5.692/71, elaborada na fase mais rígida do regime. Muitos anos depois, já nos primeiros anos da década de 1980, durante a gestão presidencial do general João Figueiredo, a profissionalização foi extingüida por lei.

Sobre isso, verifiquemos as contundentes palavras de Ghiraldelli Jr. (2003, p. 145):

... o governo do general Figueiredo, com apenas um ato de caneta, colocou no túmulo a profissionalização obrigatória do ensino de segundo grau. Não matou, apenas sepultou algo que já estava morto. Toda a tecnocracia que durante os anos anteriores falava com arrogância sobre as possibilidades que o governo militar criara com o ensino profissionalizante, cabisbaixa, afastou-se do enterro sem ao menos mandar uma coroa de flores. Os professores que apoiaram a profissionalização (para os outros, mas não para seus filhos) também não se lembraram do enterro. Pela Lei 7.044/82 a “qualificação para o trabalho”, proposta pela letra da Lei nº 5.692/71, foi substituída pela “preparação para o trabalho”.

De maneira não tão irônica, também Saviani menciona o entusiasmo de boa parte do professorado brasileiro, em relação à Lei 5.692/71, lembrando “acerca dos professores que em 1972 foram mobilizados para a cruzada da reforma, ocorrendo entusiasticamente” (SAVIANI, 1992, p. 192).

Também sobre os descaminhos da reforma educacional implementada no princípio da década de 1970, abordando ainda a nova lei baixada no início dos anos de 1980 quando, de maneira clara, explicitou-se a inoperância das diretrizes traçadas pelos militares para a educação, escreveu Aranha (1995, p. 258-259):

... por volta de 1980 já era amplamente reconhecido o fracasso da implantação da reforma, e a Lei nº 7.044/82 dispensa as escolas da obrigatoriedade da profissionalização, voltando a ênfase para a formação geral.

Verifiquemos que da mesma forma que faz Ghiraldelli Jr., Aranha aponta o momento preciso da extinção da proposta de profissionalização no ensino médio. Em adição, a autora em pauta também aponta para outros importantes aspectos do contexto em questão, cujas implicações haviam sido determinadas alguns anos antes, quando do início da abertura política, ocorrido na gestão do General Ernesto Geisel (1974-1979). Desta forma, torna-se clara a compreensão acerca de que quando o General João Figueiredo sancionou a Lei nº 7.044/82:

Os tempos já eram outros. Estava em curso o lento processo de democratização e começavam a ser reconquistados os espaços que a sociedade civil perdera. Exilados políticos anistiados retornam ao Brasil. As organizações estudantis retomam a atividade. Nos debates é intensificada a luta pelo retorno da Filosofia, excluída do currículo. Pelo Parecer nº 342/82 do CFE²²⁸ há um tímido recomeço, em que a Filosofia ressurgiu como disciplina optativa.

Após o crepúsculo do regime militar, a educação brasileira, até então cerceada, vigiada e patrulhada ideologicamente, sofreu sob o intrincado emaranhado legislativo construído anos antes. Sobre isso afirmou Ghiraldelli Jr. (2003, p. 129):

Ao governo civil pós-ditadura (Presidente José Sarney) restou apenas a triste herança de um sistema educacional destruído pela atrocidade de uma selva legislativa que, em parte, tornou determinados setores do ensino comprometidos com a ineficácia e a falta de direção...

Sobre o sufocante exagero legislativo instituído pela ditadura militar na área educacional, bem antes de Ghiraldelli Jr. observava Saviani²²⁹ (1992, p. 191):

... a educação a partir de 1964 tem sido alvo de uma inflação legisferante sem precedentes. Em meio à multiplicidade de leis, decretos, pareceres, indicações, resoluções, portarias, etc., merecem, todavia, destaque as leis 5.540/68 e 5.692/71 que, juntas, se complementam na ambição de haver reformado toda a organização escolar brasileira. A Lei 5.540 cuida do ensino de 3º grau [...] a de 5.692 estatui a reforma do ensino de 1º e 2º graus.

Os desmandos cometidos contra a educação, sob a égide do regime militar, não foram poucos. Como vimos, o *fracasso* da reforma educacional foi apontado por Aranha (1995). O *fracasso* do Mobral – ocorrido dentro da reforma – foi admitido pelo próprio ex-Ministro da Educação, em entrevista a Buffa e Nosella (1991). Através dos acordos MEC-USAID, os destinos da educação brasileira foram, em boa parte entregues a técnicos norte-americanos. Professores foram perseguidos como criminosos, processados, demitidos. A educação, vigiada e punida pelos militares, não podia, sob as penas de um verdadeiro labirinto legislativo, ser crítica, contestadora ou mesmo reflexiva. Alienada, passiva e acrítica, a educação devia seguir sem *filosofar* – uma vez

²²⁸ Conselho Federal de Educação.

²²⁹ Essas palavras de Saviani foram escritas em 1976, sendo parte do texto intitulado *Análise crítica da organização escolar brasileira através das Leis nº 5.540/68 e 5.692/71*, que integra a obra *Educação Brasileira Contemporânea: organização e funcionamento*, organizada por W. E. Garcia e publicada pela editora Mc Graw-Hill. Anos depois, ao incluir o aludido texto em seu livro *Educação: do senso comum à consciência filosófica*, Saviani (1992, p. 191) esclarece isso em nota de rodapé, ao mesmo tempo em que agradece a autorização concedida para a republicação de seu texto.

que a disciplina de filosofia foi abolida –; a educação devia seguir tecendo louvores à pátria, especialmente através da disciplina de Educação Moral e Cívica.

Não foi à toa que nos primeiros anos da década de 1970, a política vigente confeccionou um adesivo não pouco sintomático, e passou a ser distribuído amplamente à população. Esse adesivo, afixado numa grande quantidade de veículos, ostentava, em garrafais caracteres verde e amarelos, a inscrição: “Brasil: ame-o ou deixe-o”.

De 1964 a 1985, sob os cuidados dos militares, a educação sofreu reveses sucessivos, principalmente na fase recrudescedora do ditatorialismo. Mesmo na fase de abrandamento do regime, a legislação educacional anteriormente estabelecida permanecia como uma teia sufocante, salvaguardando as intencionalidades de um segmento dirigente que através da coerção – nem sempre legal –, havia pretendido transformar a sociedade brasileira numa ampla coletividade de fantoches acrílicos, cultores da pátria e passivos perante os desmandos governamentais.

Tendo analisado detidamente a educação na época da ditadura, debruçando-se sobre suas diversas facetas, Ghiraldelli Jr. (2003, p. 145) afirma em breves palavras que: “a ditadura fracassou no seu projeto educacional em todos os sentidos”.

Essa assertiva peremptória parece, infelizmente, ser de difícil contraposição.

Feita essa breve contextualização da educação, de 1960 a 1985, passemos à investigar como a figura do bandeirante foi abordada nos livros didáticos do período, começando pela obra *História do Brasil*, de autoria de Victor Mussumeci, direcionada para a quarta série ginásial e publicada em 1960 – 15ª edição – pela Editora do Brasil. No texto intitulado *Entradas e Bandeiras*, afirmou Mussumeci (1960, p. 94-95):

As entradas, como as bandeiras, foram movimentos de expansão, cujos fins se reduziam à exploração das terras, à escravização de indígenas e à procura de metais e pedras preciosas. Numas e noutras houve influxo oficial e iniciativa particular e nela tomaram parte portugueses, representantes das primeiras gerações de brasileiros e índios cooperadores.

Aqui não há distinção clara entre entrada e bandeira – como fazem diversos autores –, já que para o autor, ambas tiveram motivações oficial e particular, ambas foram manifestações expansionistas e, por fim, tinham os mesmos objetivos. Como integrantes das expedições, são apontados os portugueses, os mamelucos – que foram os primeiros brasileiros – e os índios. A escravização do homem natural da terra aparece claramente, ao lado da procura de minerais valiosos e da *exploração* territorial.

Relacionando o bandeirismo com a carestia que imperava em São Paulo, citando para tanto, as postulações de Ellis Jr., escreveu Mussumeci (1960, p. 96):

O bandeirismo teve causa inicial no preamento do índio, atividade a que se entregou a população do planalto como fonte de recursos para fazer face à pobreza da região. A população de Piratininga, diz Alfredo Ellis [...] habitava uma gleba desprovida de qualquer riqueza [...] o planalto era, economicamente, um compartimento estanque, separado da metrópole pelo Atlântico e pela escarpa da Serra de Paranapiacaba. A produção era irrisória, o consumo de artigos importados mínimo e a arrecadação fiscal tão mesquinha que Portugal não chegava a mencioná-la.

Alicerçado em Ellis Jr.²³⁰ - que em suas obras enaltece os bandeirantes, porém sem negar a pobreza paulista -, Mussumeci (1960, p. 96) aponta a então periclitante situação econômica do planalto como causa maior da organização de expedições matoleiras, afirmando que:

Impunha-se encontrar um meio capaz de proporcionar aos habitantes da vila recursos para sair do estado em que se encontravam. As solicitações de braços para a região nordestina, intensificadas durante a ocupação flamenga, ofereceram ao bandeirante a oportunidade de prosperar, dedicando-se, como se dedicou, ao preamento em grande escala do elemento indígena. A tarefa, baseada na ousadia dos que participavam das expedições, trouxe de começo resultados parcos. Tornou-se, porém, altamente “frutífera” quando se encontrou o “mercado fornecedor” propiciados pelas reduções jesuíticas, Piratininga prosperou e cresceu graças à adjudicação de capitais pela venda do escravo apresado, encaminhado, a baixo preço, para a zona açucareira do Nordeste.

Não apenas o apresamento e a escravização do índio, mas também o tráfico da mão-de-obra apresada, bem como o lucro oriundo desse negócio, aparecem sem rodeios na abordagem dessa obra didática. As missões jesuíticas são apontadas como as reservas maiores da desejada mão-de-obra da terra, assim como o Nordeste açucareiro é apontado como destino importante do produto do apresamento. Por fim, é feita a afirmação de que São Paulo *prosperou e cresceu* por causa desse comércio de escravos, mantido com os produtores de açúcar nordestinos.

Os bandeirantes, na seqüência, são qualificados como homens que venceram, sobrepujaram o medo. Verifiquemos:

²³⁰ Em nota de rodapé, à página 96, Mussumeci (1960) esclarece que a obra de Ellis Jr. a qual ele se reporta é intitulada *O ouro e a Paulistânia*, sem qualquer informação a respeito da(s) página(s) em que poderiam, nessa obra, serem encontradas as palavras citadas em seu texto.

Com a investida dos homens do planalto, dissipou-se o temor que mantinha o colonizador prêsso ao litoral. A crença de que algo de misterioso impedia o descobrimento das riquezas do sertão desfez-se diante da impetuosidade das bandeiras (MUSSUMECI, 1960, p. 96).

Como se percebe, para o autor, essa força subjugadora de um temor não individual, mas coletivo, explicitava-se nas bandeiras:

... as quais, no dizer de Lemos Brito, substituindo as tímidas entradas “arremessavam-se com estrondo pelas regiões ignotas, misteriosas e fechadas ao ousio humano. Para vencê-las, transpô-las, dominá-las têm que abrir estradas sobre pântanos, rasgar extensíssimas picadas nas florestas virgens, atravessar rios vertiginosos, dominar cachoeiras fulminantes, pendurar-se à crista dos abismos, fazer ascensões maravilhosas de alpinistas, ao luso das montanhas graníticas, enfrentar feras e répteis, sofrer o insulto da malária, padecer a ação torturante dos insetos, curtir muita vez a fome e a sede ou sustentar em cada passo a luta feroz, tenaz, diabólica com o selvagem”(BRITO *apud* MUSSUMECI, 1960, p. 96-97).

Estrepitosa, estrondorosamente, as bandeiras levaram a cabo uma obra admirável, épica, heróica. Mussumeci assim se posiciona perante o desbravamento, uma vez que cita palavras enfáticas de Brito²³¹, palavras claramente enaltecedoras do papel dos bandeirantes na colônia.

Na seqüência, referindo-se ao devassamento que já havia ocorrido até pouco antes do século XVIII, escreveu Mussumeci (1960, p. 98):

Antes de encerrar-se o século XVII, grande parte daquele território que confina hoje com o Paraguai, estava batido. Fernão Dias Pais, Lourenço Castanho, Francisco Pedroso Xavier, e tantos outros extraordinários sertanistas, tinham alcançado tanta vez os territórios da Espanha, que os vice-reis do Perú e de Buenos Aires, levaram com empenho ao conhecimento de seu soberano as referidas façanhas...

Homens extraordinários, cujas *façanhas* são relatadas com *empenho* aos soberanos de dois reinos. Dentre esses homens, afora os já nomeados, Mussumeci cita ainda, à página 100, Antônio Rodrigues Arzão, Pascoal Moreira Cabral e Bartolomeu Bueno da Silva, fechando, na seqüência, sua abordagem sobre *Entradas e Bandeiras*, com as seguintes palavras:

²³¹ Em nota de rodapé, à página 98, Mussumeci (1960) esclarece que as palavras de Brito por ele citadas, estão contidas na obra *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, de autoria do próprio Brito. Mussumeci (1960), no entanto, não cita a(s) página(s) em que podem ser encontradas, na obra em pauta, as palavras por ele citadas, essa é uma prática que observamos como comum, em diversos livros didáticos que lemos para esse estudo.

Ao fim de um século de cometimentos ousados, os bandeirantes com o devassamento do sul e do centro e com as expedições contornadoras oeste-norte, permitiram se ampliasse consideravelmente, à custa da Espanha, a área territorial da colônia (MUSSUMECI, 1960, p. 100).

Os homens cujos *cometimentos ousados* ampliaram o território português eram, segundo Mussumeci, nada ordinários, autores de *façanhas* contadas a reis por seus subalternos imediatos. Os bandeirantes, na obra de Mussumeci, são apresentados como dominadores de *cachoeiras fulminantes*, escaladores, ou melhor, *alpinistas* que fizeram *ascensões maravilhosas*, arrostadores de *feras e répteis*; subjulgadores da fome e da sede e, acima de tudo, homens que travaram não apenas uma luta *feroz* ou *tenaz* com os índios ... mas uma luta *diabólica* com eles. Nessa obra didática de Mussumeci aparecem claramente a pobreza dos paulistas e a caça-ao-índio por eles praticada costumeiramente. O tráfico de índios para o nordeste teria sido, de acordo com esse livro didático, o fator que impulsionou a prosperidade econômica de São Paulo. Interessante verificar que embora apareça a prospecção mineral – quando das menções aos sertanistas Fernão Dias, Antônio Arzão, Pascoal Moreira Cabral e Bartolomeu Bueno da Silva, – perceptivelmente maior o detimento na questão do apresamento e do tráfico de índios apresados. O bandeirante, nessa obra didática de Mussumeci é, simultaneamente e paradoxalmente, um homem necessitado economicamente que ao caçar índios e procurar minérios valiosos ameniza sua pobreza e, ao palmilhar o continente atrás do objeto de suas buscas, revela virtudes que o alçam, no mínimo, muito acima do ordinário.

Averiguemos agora como a figura do bandeirante foi abordada no livro didático intitulado *História do Brasil*, de autoria de Washington dos Santos, lançado em 2ª edição pela Editora Bernardo Álvares em 1966 e dirigido aos alunos do ensino secundário. No texto introdutório, nomeado *À guisa de Prefácio*, o autor tece considerações interessantes e reveladoras a respeito da natureza de sua obra. Verifiquemos:

O ensino da história tem alvos a serem atingidos, alvos gerais e especiais, que não podem nem devem ser esquecidos pelo educador. Sabemos que as disciplinas do ensino secundário, encaradas como um todo, apresentam alvos comuns e gerais que podem ser de duas naturezas: alvos INSTRUTIVOS e alvos FORMATIVOS. Os primeiros consistem simplesmente na instrução do adolescente, ou seja, a transmissão da herança cultural

anterior à geração nova. Mas, esta não é a única necessária [...] ao lado dêesses alvos puramente instrutivos, é necessário salientar e fomentar os alvos formativos, que garantem ao aluno uma formação cívica e espiritual, adequada à sua idade (SANTOS, 1966, p. 10).

A ressalva do autor é clara. Não apenas os aspectos instrucionais dever ser trabalhados, mas também os *formativos*, com ênfase na *formação cívica e espiritual*.

Santos (1966, p. 11) ainda afirma que:

É necessário [...] acostumar o aluno a escolher, no fato narrado, os principais vultos, datas e episódios de maior realce...

A influência da história positivista, no caso perfeitamente adequada aos desígnios da ditadura militar, se faz aqui muito clara. A história proposta pelo autor foca-se nos personagens considerados *principais*, não se propondo, de forma alguma, dar voz às *massas*, aos homens comuns. Isso se realça ainda mais quando, abertamente, é defendida a idéia de que os fatos históricos *mais importantes* são os que devem ser estudados, os fatos que estimulam o patriotismo:

É necessário falarmos e estudarmos pelo menos os fatos mais importantes, aqueles que ferem a nossa sensibilidade patriótica, caso contrário, mutilamos e falseamos o conhecimento de nosso passado, eivado de tantas glórias (SANTOS, 1966, p. 12).

Esse texto introdutório, pomposamente intitulado *À Guisa de Prefácio*, agermana-se, *ajusta-se* perfeitamente à linha ideológica do autoritarismo governamental então em vigência, quando da elaboração deste livro didático.

Investiguemos agora como os bandeirantes foram abordados nessa obra, no texto escrito sob o título *Entradas e Bandeiras*, iniciado com a afirmação de que “resultou, das entradas e bandeiras, a verdadeira expansão do nosso território para o interior” (SANTOS, 1966, p. 205).

Buscando evidenciar as distinções existentes entre as expedições denominadas *entradas* e as chamadas *bandeiras*, bem como os pontos comuns existentes entre elas, o autor elaborou o seguinte esquema explicativo:

CARACTERÍSTICAS DAS ENTRADAS:

- a) Expedições oficiais.
- b) Respeito à linha do Tratado de Tordesilhas.
- c) Não tinham intenção de conquista e ocupação de novos territórios, mas somente de exploração daqueles que lhes pertenciam por força de lei.

CARACTERÍSTICAS DAS BANDEIRAS:

- a) Expedições particulares.

- b) Não respeitavam a linha do Tratado de Tordesilhas.
- c) Tinham intenção de conquista e ocupação.

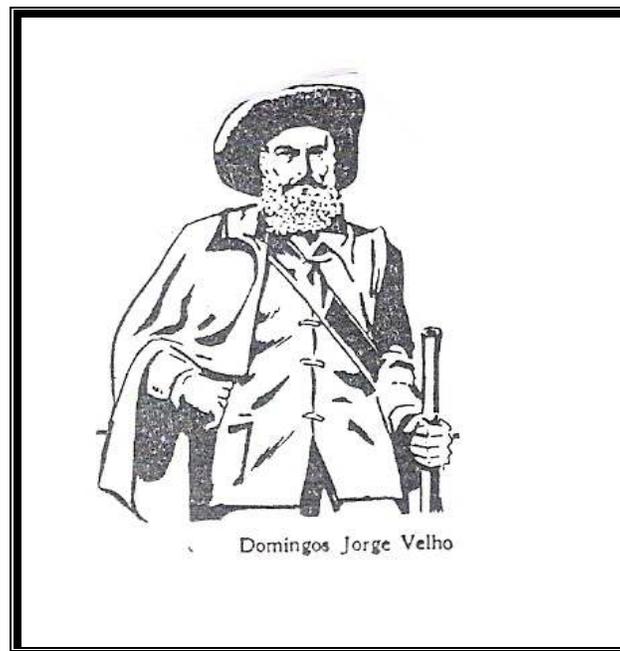
CARACTERÍSTICAS COMUNS:

- a) Conhecimento da terra e escravização dos índios.
- b) Pesquisa dos metais e pedras preciosas.

Como não poucos outros autores, Santos aponta as entradas como expedições oficiais e as bandeiras como expedições particulares, não observando que nos séculos XVI e XVII, toda e qualquer expedição ao sertão – de caráter particular ou oficial – era denominada *entrada*, comumente e via de regra. Quanto ao respeito ou desrespeito em relação à linha do Tratado de Tordesilhas, cumpre observar que muito provavelmente, sequer fazia parte das cogitações dos colonos paulistas, homens em primeira instância preocupados com suas próprias vidas, com a sobrevivência difícil no meio pobre e rústico em que estavam inseridos. Respeitante à conquista e ocupação territoriais, entendemos não ter sido mais que meras conseqüências – embora importantes – das expedições paulistas, especialmente as de pesquisa mineral, que ao descobrir jazidas, ensejou a ocupação efetiva do interior, uma vez que determinou o surgimento de inúmeros arraiais em paragens antes habitadas somente pelos índios. Sendo assim, entendemos como inapropriadas as postulações de Santos, uma vez que buscam afirmar que intencionalidades díspares moviam entradas e bandeiras, no tocante à *conquista e ocupação* do interior. No rol de intenções dos sertanistas figurava, sobretudo, a idéia de simplesmente subsistir. Os paulistas não eram, predominantemente, movidos pela ânsia da ocupação territorial, tampouco estavam preocupados com o Tratado de Tordesilhas, um acordo firmado entre autoridades portuguesas e espanholas, autoridades distantes, que concordaram em respeitar uma linha imaginária, abstrata, uma linha que não se via, uma linha que atravessava as matas concretas e tangíveis, matas que guardavam a desejada mão-de-obra escrava e os acalentados tesouros naturais. As intenções dos sertanistas estavam, portanto, voltadas para motivações menos patrióticas do que aumentar o território português. Predominantemente, os bandeirantes não foram patriotas que buscaram defender os interesses de Portugal. Foram homens comuns, homens práticos, homens nada abastados, buscando o *remédio* para a problemática contextual em que viviam, uma problemática concreta e deles muito próxima.

Há que se ressaltar que além da escravização dos índios, apontada no texto como *característica comum* tanto das entradas quanto das bandeiras, aparecem também, como *causas* das expedições a “pobreza, fome e miséria [...] devidas à fraqueza da agricultura e devastamento de constantes guerras com os índios e invasores” (SANTOS, 1966, p.

207). No entanto, essa *pobreza* que o autor assevera ter sido uma das maiores motivações das expedições – *causa* essa elencada ao lado de outras *causas*, como *a insuficiência de escravos negros* e *a ausência de riquezas minerais* nas imediações de São Paulo, motivações essas relacionadas, de forma intrínseca à *pobreza, fome e miséria* anteriormente assinaladas –, não coaduna com a representação iconográfica que aparece na página 212, ofertando uma versão imagética nada miserável do bandeirante Domingos Jorge Velho, de autoria do desenhista W. Santos.



Aqui, aparecem o chapéu de abas largas, o arcabuz, o escupil de couro e até mesmo uma capa a pender do flanco direito do bandeirante, cujas feições são nitidamente européias. Sabemos que Jorge Velho foi um sertanista de sangue mestiço. Holanda deixa isso claro na obra *Raízes do Brasil*²³². No entanto, inexistente no desenho em questão qualquer traço dessa mestiçagem. Não um mameluco, mas um europeu barbado nos fita severamente, austeramente. Nada de arco, nada de flecha ... mas sim arma-de-fogo e vestimenta de além-mar.

Ao descrever as bandeiras, Santos (1966, p. 220) utiliza uma linguagem claramente elogiosa:

Eram colossais caravanas de homens destemido, marchando à pé, de surrão às costas, vestido de calças e camisas de algodão, com

²³² Holanda, 1981, p. 91.

largos chapéus, ora de couro, ora de palha, munidos de machados, facões e [...] armas de fogo.

Na mesma página em que se encontram essas palavras, aparece outra representação iconográfica, reforçando a imagem do bandeirante bem paramentado. O desenho, inclusive, traz uma legenda abaixo de si, que direciona a atenção do leitor para o escupil ostentado pelo sertanista:



A legenda chama a atenção para o escupil, explicando, inclusive, a utilidade de tal peça de indumentária. No entanto, o apelo do desenho é bem mais minucioso, demonstrando o bandeirante no momento em que recarrega seu arcabuz, envergando um conjunto de vestuário que inclui o grande chapéu, a camisa de mangas longas, a espada pendente e as calças compridas a adentrar os canos das altas botas de couro.

Pouco à frente dessa representação iconográfica, o autor afirma que as bandeiras:

Internavam-se nas emaranhadas selvas, afrontando com altivez tôda a sorte de perigos. Transpunham serras e vales, rios e planícies, indo até o Amazonas e as coxilhas do sul... (SANTOS, 1966, p. 222).

Depois disso, na seqüência imediata do texto, aparece uma das mais célebres citações de Saint-Hilaire, o botânico europeu que nutrindo exagerada admiração pelos sertanistas paulistas, afirmou serem eles integrantes de uma *raça de gigantes*. Escreveu Saint-Hilaire citado por Santos (1966, p. 222);

Só a formação de uma raça inteiramente aclimatada ao sol e ao céu do Brasil, como era a dos paulistas, poderia preparar tamanhos resultados.

Na mesma página, Santos começa a elencar várias expedições, sob o subtítulo *Principais Bandeiras*, atribuindo, no entanto, as ações levadas a cabo por essas tropas apenas aos seus líderes ou chefes. Jerônimo Leitão, por exemplo, é apresentado como o fundador da “Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, hoje Curitiba” (SANTOS, 1966, p. 223). Afonso Sardinha é estranhamente apresentado como um sertanista que além de ter descoberto jazidas auríferas, “ficou na história pela sua façanha de misturar areia amarela no ouro para aumentar o seu peso” (SANTOS, 1966, p. 223). Como é facilmente constatável, o autor inusitadamente constrói uma frase que, considera como *façanha* a condenável e trapaceadora prática de misturar areia ao ouro.

Já sobre Antônio Raposos Tavares, escreveu Santos (1966, p. 223-225):

Em 1628, com um efetivo de 900 mamelucos, 2.000 índios e 69 paulistas, ataca Guairá, para expulsar os padres jesuítas e conquistar a região para Portugal. Em 1636, apossa-se da província de Tape e em 1638, toma o Uruguai. Vasculhou terras jamais pisadas pelo homem branco, enfrentando feras, febre e índios. Assim, consegue conquistar todo o sul de nosso país atual.

Nessa citação, primeiramente é trazido à baila o apresamento levado à cabo pelas tropas do bandeirante no Guairá, no Tape e no Uruguai. A seguir, são mencionados os animais selvagens, os indígenas e as moléstias a que se expôs Raposo Tavares em terras longínquas, até então infrequentadas pelos sertanistas. A essa altura de seu texto, Santos não mais menciona o *efetivo* de Raposo Tavares, construindo frases que conduzem ou induzem ao entendimento de que o chefe bandeirante foi o protagonista maior de todos os *feitos* narrados. Ao leitor desavisado, que estuda a história das bandeiras pela primeira vez, pode até mesmo parecer que Raposo Tavares, à partir de 1636, levou a cabo suas incursões sertanejas sozinho, sem qualquer

companhia. O ponto alto do protagonismo e da heroicização construídos em relação a Raposo Tavares, ocorre quando é *ensinado*, nesse livro didático, como um fato histórico, o mito de que o bandeirante teria – depois de ter andado por Peru e Bolívia – transposto a cordilheira andina, alcançando por fim o Oceano Pacífico, onde *lavou as mãos*. Suspeitamos já ter ficado claro, nessa tese, que isso não passa de lenda. Nem Raposo Tavares, nem qualquer outro bandeirante jamais logrou transpor os Andes. Nenhum homem, tendo partido à pé de Piratininga, conseguiu chegar à costa oeste da América do Sul, nos dois primeiros séculos da colonização do Brasil. No caso do mito da travessia andina de Raposo Tavares, o sentido superlativo encontrado nas fábulas é sobejamente magnificado, atingindo as raias do absurdo, já que uma vez tendo conseguido transpor as vastas cumeadas dos Andes, o bandeirante – após lavar as mãos, como quer Santos, ou avassalar o próprio mar, como querem outros autores fabulistas –, para retornar a São Paulo teria que levar a cabo novamente tal transposição, desta vez no rumo leste. E como o sertanista conseguiu, de fato retornar a São Paulo, a crença de que os Andes foram por ele transpostos se reveste de ainda maior absurdidade pois, encerra em seu bojo, inextirpavelmente, uma outra crença, a de que os Andes foram transpostos uma segunda vez, no retorno do bandeirante ao planalto paulista. Numa só frase, quem acredita que Raposo Tavares chegou ao Pacífico, obrigatoriamente acredita que ele atravessou duas vezes a grande cordilheira em pauta. Depois de reproduzir essa lenda em seu livro didático, Santos ainda menciona a desfiguração física pela qual teria passado Raposo Tavares, após tantas andanças, o que teria causado, quando de sua chegada ao planalto, seu não-reconhecimento por parte de seus parentes. O autor também menciona outra jornada de Raposo Tavares, que como homem de guerra, foi ao nordeste dar combate aos holandeses e, ultimando sua abordagem sobre este bandeirante, atribui a ele a *glória* de ter sido o homem que mais contribuiu para a expansão geográfica *do país*.

Embora tenha descrito Raposo Tavares como um sertanista magnífico, Santos (1966, p. 225-226) ainda não havia mencionado um outro desbravador, que para ele notabilizou-se ainda mais:

O mais célebre bandeirante, porém, foi o paulista Fernão Dias Pais, o caçador de esmeraldas. Sua bandeira prolongou-se por sete longos anos, de 1674 a 1681 [...] Penosas marchas levaram-no a Taubaté. Passou pelo Rio das Velhas e Jequitinhonha, pela Serra de Itacambira, para atingir a lagoa Vupabuçú e Serro Frio. Aí encontrou turmalinas verdes, que supôs esmeraldas.

Depois de elencar os participantes entendidos por ele como os mais importantes da expedição em questão – Matias Cardoso, Manuel de Borba Gato, Garcia Rodrigues Pais e José Pais –, Santos reitera os sete anos de esforços levados a termo por Fernão Dias no sertão, além da dilapidação de sua fortuna familiar, dispendida em prol da empreitada que o levou à morte:

Fernão Dias andou pelas florestas, durante sete anos, enfrentando febres cruéis, que por pouco não o fizeram sucumbir. Empenhou todas as suas riquezas nessa expedição [...] cansado de tanto trabalho e privações, resolve voltar a São Paulo. Mas, antes de atingir a paulicéia, morre às margens do Rio das Velhas (SANTOS, 1966, p. 226).

A seguir, buscando demonstrar que não foram infrutíferos os esforços de Fernão Dias, afirmou Santos (1966, p. 226):

... devemos a esta bandeira a abertura para a região, onde seriam futuramente descobertas as primeiras minas de ouro, o chamado ouro de filão. Seu capitão-mor, mais tarde, liga a região aos currais do São Francisco. Seu genro, Borba Gato, explorou o Rio das Velhas e seu filho, Garcia Pais, traçou a estrada antiga das Minas Gerais ao Rio de Janeiro.

Não poderíamos deixar de mencionar, que ao abordar a bandeira de Fernão Dias, Santos não menciona o enforcamento do mameluco José Dias Pais, ordenado por seu próprio pai, *o governador das esmeraldas*.

Ao avizinhar-se o final de seu longo texto intitulado *Entradas e Bandeiras*, Santos (1966, p. 227) aborda o que ele entende como *efeitos das bandeiras*:

... o nosso território passou de 2.875.000 quilômetros quadrados, que nos dava o Tratado de Tordesilhas, para 8.500.000 quilômetros quadrados, que nos deu o Tratado de Madrid. As bandeiras, além do alargamento de nossas fronteiras, trouxeram outros benefícios, pois apareceram numerosas cidades, como: Ouro Preto (antiga Vila Rica), São João Del-Rei (hoje Tiradentes), Sabará, Paracatu, Queluz e Diamantina. A população aumentou no século XVIII. Foram criadas as capitanias das Minas Gerais (1720), Goiás (1744) e Mato Grosso (1748). Mudou-se a capital de S. Salvador para a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro (1763).

Como se percebe, os *efeitos das bandeiras* – todos positivos – até aqui, são consubstanciados no significativo aumento do território, na fundação de inúmeras cidades, na criação de novas capitanias e na mudança da capital.

Santos prossegue até o fechamento definitivo de seu texto, elencando outros *efeitos* ou *benefícios* muito mais amplos, entendidos por ele como oriundos do desbravamento realizado pelas bandeiras:

As artes, seja a arquitetura, seja a escultura, floresceram com Aleijadinho, nas igrejas mineiras. Surgiram as primeiras escolas literárias, a música teve papel preponderante nessa cultura, que chamamos barrôca. O mercado comum desenvolveu-se com a pecuária. Novas estradas surgiram. Enfim, a colônia passou a ser interessante para a metrópole, determinando inclusive reajustamento diplomático, com a revogação do Tratado de Tordesilhas. (SANTOS, 1966, p. 227-228).

A arte, a cultura, a pecuária, a malha viária e a reordenação diplomática que revogou um tratado assinado antes mesmo que Cabral chegasse ao Brasil ... Tudo isso, para Santos, ocorreu como decorrência das marchas dos bandeirantes, ou seja, como *efeitos das bandeiras*.

Buscando resumir a maneira como Santos abordou a figura do bandeirante, no livro didático intitulado *História do Brasil*, publicado em 2ª edição no ano de 1966, podemos afirmar que o patriotismo abertamente postulado no prefácio, consumou-se no texto nomeado *Entradas e Bandeiras*. Aludindo canhestramente a autores como João Ribeiro, Basílio de Magalhães, Ary da Matta e Capistrano de Abreu – os quais nomeia em notas de rodapé indicadas a partir de asteriscos soltos nos textos, sem a sinalização gráfica de parênteses ou caracteres itálicos nos trechos que por ventura pudessem ter sido produzidos por eles – Santos (1966) construiu um texto que apresenta os bandeirantes como *homens destemidos*, membros de uma *raça* diferente. Sem qualquer ressalva, a lenda de que, Raposo Tavares atravessou os Andes é ensinada como fato histórico – Santos (1966), afirmara no prefácio que os *fatos mais importantes* devem ser estudados, e que os alunos deviam ser orientado a *escolher*, ou seja, selecionar, nesses fatos, seus principais vultos –, contribuindo sobremaneira para a disseminação da figura do bandeirante herói. Do desbravador cheio de *glória*. De Fernão Dias Pais, Santos destacou sua última expedição, sem fazer qualquer alusão à sua atividade apresadora, exercitada em anos anteriores a 1674. Os sete anos derradeiros de Fernão Dias, transcorridos no sertão, são descritos por Santos em tom laudatório, reverenciador da perseverança do líder sertanista. O autor também não esquece de frisar o desprendimento de Fernão Dias, que gastou toda a sua fortuna pessoal na organização e manutenção de sua expedição ... porém, o autor não menciona a ordem dada pelo

bandeirante a seus subalternos, determinando a execução de seu filho traidor à vista de todos os membros da expedição.

Para Santos, os sertanistas paulistas parecem estar entre os maiores *vultos* da história pátria, pois não apenas desbravaram matas e fundaram cidades, como também impulsionaram as artes, a cultura, a pecuária, o surgimento de estradas. Para Santos, o aumento do território – que é, para diversos outros autores, a principal consequência do desbravamento – é apenas um, dentre todos os outros vários benefícios legados ao Brasil pelos bandeirantes. O autor ora em questão é detalhista no que diz respeito às virtudes dos paulistas, porém sucinto, quase monossilábico em relação ao apresamento, que aparece no início do texto *Entradas e Bandeiras*, à página 208. Igualmente brevíssimo é o autor quando menciona a pobreza, de relance, à página 207. Nessa obra didática de Santos, os bandeirantes são apresentados através de um discurso triunfalista e patriótico, discurso esse acompanhado por uma iconografia que sugere os paulistas como homens de recursos econômicos nada escassos.

Averigüemos agora como a figura do sertanista paulista foi abordada no livro didático intitulado *Compêndio de História do Brasil*, de autoria de José Borges Hermida, publicado em 1967 pela Companhia Editora Nacional e direcionado aos alunos da primeira e segunda séries do curso médio. O texto *Entradas e Bandeiras* procura estabelecer, quase em seu início que:

Não há muita diferença entre *entrada* e *bandeira*. Contudo, as entradas eram muitas vezes organizadas pelo governo e nem sempre iam além do *Meridiano de Tordesilhas*; as bandeiras, geralmente de *particulares*, não respeitaram êsse meridiano e atingiram terras que pertenciam à Espanha. Além disso, as bandeiras partiam quase todas de São Paulo, aproveitando os rios, como o *Tietê*, que correm para o interior. Por isso, até hoje, São Paulo é chamado *Terra dos Bandeirantes* (HERMIDA, 1967, p. 122).

Na seqüência, o autor procura ressaltar a importância do estudo das bandeiras, mencionando terem sido essas expedições responsáveis pelo conhecimento do interior, pela descoberta de minérios valiosos e pela expansão territorial.

O estudo das bandeiras é importante porque elas tornaram conhecido o sertão, descobriram riquezas minerais e concorreram para aumentar o território para além do meridiano de Tordesilhas. Dêsse modo, ficaram sendo brasileiras terras que eram antes espanholas, como Mato Grosso e Rio Grande do Sul (HERMIDA, 1967, p. 122).

Ao lado do texto, na página 123, aparece a seguinte representação iconográfica:



Embora esse desenho não represente um bandeirante de traços mestiços, um pouco à frente, em seu texto, Hermida afirma que os sertanistas piratininganos eram, predominantemente, mamelucos bem equipados:

A bandeira possuía, além do *chefe*, que os paulistas daquele tempo chamavam *capitão do arraial*, um *capelão* isto é, um padre para prestar assistência religiosa e, se a expedição era de caça ao índio, também um *repartidor*, pessoa que *repartia* entre os principais da bandeira os índios aprisionados (HERMIDA, 1967, p. 125).

Sobre Antônio Raposo Tavares, escreveu Hermida (1967, p. 125-126):

Esse bandeirante, que era português, fêz uma longa caminhada: subiu o rio Paraguai até às suas nascentes e, através de outros rios, atingiu o Amazonas, chegando à foz, no Pará, depois de três anos

de jornada, enfrentando índios, feras e febres. Quando voltou à sua casa, em São Paulo, estava tão magro e envelhecido que nem a própria família o reconheceu. Espalhou-se depois a lenda de que Raposo Tavares havia penetrado em território do Peru, atravessado os Andes e, havendo chegado ao Pacífico, entrou na água com a espada em punho, declarando que conquistava terra e mares para seu rei.

Ao abordar a mais conhecida jornada de Raposo Tavares, Hermida descreve o roteiro palmilhado, bem como os perigos enfrentados e a chegada do bandeirante a São Paulo, desfigurado fisicamente pelas provações experienciadas nos sertões. No entanto, o autor aponta como lenda a chegada de Raposo Tavares ao Pacífico, diferentemente de Santos que, em obra didática ainda há pouco por nós analisada – à página 341 –, afirma que o célebre bandeirante *lavou as mãos no Pacífico*.

À página 126 da obra de Hermida (1967), aparece o seguinte desenho:



Sobre a jornada de Fernão Dias Pais, ao atual estado de Minas Gerais, em busca de esmeraldas, escreveu Hermida (1967, p. 127):

A mais importante das bandeiras, que se dirigiu para Minas, foi a de Fernão Dias Pais, a quem o rei deu o título de *Governador das Esmeraldas*. O velho bandeirante, com mais de sessenta anos de idade, partiu de São Paulo, em 1674, à procura das famosas pedras. Levava, em sua companhia, o genro *Borba Gato* e o filho *Garcia Rodrigues Pais*. Depois de percorrer o sertão de Minas, durante sete anos, enfrentando todos os perigos, Fernão Dias morreu de *impaludismo*, junto ao Rio das Velhas, com a certeza de haver

descoberto esmeraldas. Entretanto as pedras não passavam de *turmalinas* sem valor.

O autor não menciona a presença de José Dias nessa expedição, o filho mestiço que Fernão Dias mandou enforcar diante de seus comandados, por insurreição. Hermida também não menciona outro destacado integrante dessa expedição, que foi o sertanista Matias Cardoso, imediato de Fernão Dias.

Sobre a importância posterior dessa bandeira, escreveu Hermida (1967, p. 127):

Ainda que não encontrasse as esmeraldas, a bandeira de Fernão Dias foi importante porque indicou o caminho para outras expedições que depois descobriram ouro. Garcia Rodrigues fez ainda duas expedições a Minas Gerais. Foi ele quem estabeleceu comunicações entre essa região e o Rio de Janeiro.

Já sobre as bandeiras que descobriram ouro no atual Centro-Oeste brasileiro, afirmou o mesmo autor:

Outras bandeiras descobriram ouro em *Mato Grosso e Goiás*. As minas de *Cuiabá* foram descobertas por *Pascoal Moreira Cabral* e as de Goiás, por *Bartolomeu Bueno da Silva*, filho do bandeirante do mesmo nome, ambos apelidados *Anhangüera*, palavra indígena que significa *Diabo Velho*. Esse apelido Anhangüera teve origem num episódio interessante. Conta-se que Bartolomeu Bueno da Silva, o pai, não conseguiu convencer os índios a que lhes mostrassem onde iam buscar o ouro que traziam como adorno; ameaçou então pôr fogo às águas do rio e, para provar seu estranho poder, incendiou o álcool que trazia numa vasilha. Os índios, desse modo iludidos, ficaram assombrados e chamaram-no de *Diabo Velho (Anhangüera)* (HERMIDA, 1967, p. 127).

A vida do *Diabo Velho*, o primeiro *Anhangüera*, parece beirar os domínios o lendário, do mítico. Vários outros autores relatam esse *episódio interessante*, que Hermida também relata, sobre o fogo que o bandeirante teria ateadado num recipiente com álcool, assim convencendo os índios de que poderia incendiar os rios, vindo daí o seu *diabólico* apelido. Acerca dos estratagemas ardilosos desse mateiro paulista, visando ludibriar os índios, deteve-se o militar português Luiz D'Alincourt, em sua célebre *Memória sobre a viagem do Pôrto de Santos à cidade de Cuiabá*, publicada em 1825, relatando não apenas o *episódio* do álcool em chamas, como também um outro ainda mais curioso, em que o bandeirante em questão teria, com o auxílio de uma simulação de dança, conseguido apresar muito índios em Goiás. De acordo com D'Alincourt (1825, p. 103-104), o primeiro Anhangüera:

... Vendo-se em uma ocasião com grande número de índios em frente, todos fortes, e bem feitos; e contente com a idéia da prês, mas não ousando tomá-la de viva fôrça [...] e travando com os selvagens conversação amigável, [...] penetrou mui bem quais eram os principais Cabos dentre êles: logo armando com os seus uma dança; deitando primeiro ao pescoço de cada um dêles o anel das correntes, que levava preparadas, principiaram a mover-se com muita agilidade ao compasso de pandeiros, e outros instrumentos toscos, de madeira que os índios ficaram penetrados de admiração, e pesarosos de não saberem tão encantadora folia: Anhangüera [...] convida os Selvagens significando-lhes que fâcilmente aprenderiam a dança. De que tanto tinham gostado [...] então Bartholomeo, como por distinção aos maiores, principia por êstes, e os vai dispondo, deitando-lhe os férreos colares ao pescoço, bem como tinha feito aos seus...

O autor prossegue em seu estilo minudente, relatando que após receberem esses *fêrreos colares* – argolas de ferro no pescoço –, os índios foram *encadeados*, acorrentados, percebendo, então, que haviam sido apresados. O *diabo velho*, diante disso, parou com sua farsa, subitamente portando-se com animosidade e brutalidade desabridas, como o apresador franco e contumaz em relação às suas presas. Para D’Alincourt, o primeiro Anhangüera não foi apenas o homem que ateou fogo ao álcool diante de índios estupefatos, sendo à partir de então entendido por eles como detentor de poderes sobrenaturais. Para D’Alincourt, o *Diabo Velho* foi também um sertanista que apresou índios, enganando-os com uma dança improvisada, ao som de *pandeiros* e *instrumentos toscos*. Cumpre mencionar, que o autor em pauta escreveu sua obra um século e meio após o *Velho Bartholomeo* – assim ele se expressa, em relação ao bandeirante, à página 104 de sua obra – ter percorrido os sertões goianos. Desta forma, ao não fazer qualquer referência às suas fontes, D’Anlincourt não logra dar credibilidade científica a esse ludíbrio que teria sido protagonizado por Bartholomeu Bueno da Silva, o pai. Queremos afirmar com isso, que não tendo estado presente no *episódio* que relata, o autor, caso pretendesse conferir credibilidade à sua obra, certamente teria indicado suas fontes. No entanto, D’Alincourt parece não ter qualquer preocupação nesse sentido, já que seu livro é nada mais que um diário de viagem acrescido de algumas digressões acerca da história do Brasil, especialmente concernente ao trajeto por ele cumprido em 1818, de Santos à Cuiabá. O relato sobre o estratagema do *Velho Bartholomeo*, que através de uma simulação de dança teria enganado os índios é, portanto, nada mais que uma dessas digressões do autor, fundamentada em relatos populares talvez superlativos. Parece haver algum esforço de D’Alincourt, no sentido de

caracterizar o sertanista ora enfocado como um homem ardiloso, um enganador, um ludibriador ímpar:

Bartholomeo Boeno da Silva, natural da Vila de Parahyba [...] penetrou [...] sem que o embaraçasse o pêso de uma larga idade, até ao lugar do [...] gentio Goyas [...] soube melhor que nenhum inventar, e pôr em prática diversos estratagemas para iludir os índios, a fim de os cativar (D'ALINCOURT, 1825, p. 103).

Trouxemos à baila essa obra de um militar português que escreveu no século XIX visando a, sobretudo, fornecer alguns elementos que possam apontar, em termos aproximados, para as origens das práticas discursivas que apresentam o primeiro Anhanguera como num sertanista arguto, que enganava os índios com requintes de esperteza. Isso foi ensejado, deixemos claro, pelo fato de que Hermida, no livro didático ora por nós analisado, mencionar o ardil do álcool em chamas, atribuído ao Anhanguera não apenas por ele, mas por muitos outros autores, dentre eles o próprio D'Alincourt.

Depois de abordar o devassamento das regiões centrais do continente, enfocando não apenas a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva – o pai –, como também a de Pascoal Moreira Cabral, escreveu Hermida (1967, p. 127):

Com o descobrimento de riquezas minerais surgiram várias cidades do interior, como *Cuiabá*, em Mato Grosso, *Caeté*, *Vila Rica*, atualmente *Ouro Preto*, e *Diamantina*, em Minas Gerais. Esta última, *Diamantina*, era o antigo *Arraial do Tijuco*, onde foram descobertos diamantes.

Com essa ênfase na fundação das cidades – em consequência das descobertas minerais – Hermida termina o seu texto *Entradas e Bandeiras*, um texto que logo a princípio demonstrara a expansão territorial como obra das bandeiras. A abordagem de Hermida apresenta os bandeirantes, tanto na iconografia quanto no discurso, como homens bem equipados – em termos de armas e vestimenta – para a dureza do desbravamento. A atividade apresadora aparece, bem como a presença do *repartidor* e do capelão nas expedições. Afirmando que os sertanistas paulistas eram geralmente mamelucos – embora a iconografia que acompanha o texto não demonstre isso –, Hermida contribuiu para disseminar um aspecto importante da história das bandeiras, porém não reiteradamente abordado nos livros didáticos. Contudo, talvez a maior contribuição de Hermida não tenha sido essa, uma vez que logo à frente, seu texto aponta como *lenda* a travessia andina de Raposo Tavares. Já ao abordar a atuação de Fernão Dias em território mineiro Hermida simplesmente não menciona o enforcamento de José Dias, ordenado por seu próprio pai; aliás, o autor sequer menciona a presença

desse filho mestiço de Fernão Dias nessa famosa *jornada esmeraldina*, que celebrizou-se, dentre tantas outras, por integrar em suas fileiras paulistas considerados exímios desbravadores, como Mathias Cardoso, bandeirante também não mencionado por Hermida como membro da tropa.

Afora a iconografia que acompanha o texto *Entradas e Bandeiras*, o livro didático *Compêndio de História do Brasil* ainda demonstra, iconograficamente, os bandeirantes atuando contra os invasores franceses e holandeses. Não importa aqui, qualquer detimento maior ao observar que o Brasil, nos séculos XVI e XVII não tinha, obviamente, os limites geográficos que o desenho nos mostra. Importa sim, verificar que todos os guerreiros que aparecem na grande representação iconográfica de duas páginas – 160 e 161 – são bandeirantes, que paramentados com gibões acolchoados, botas altas e largos chapéus, apontam seus arcabuzes para as naus invasoras, que se aproximam do litoral brasileiro.



Essa concepção iconográfica, sugere o entendimento de que todos os homens que participaram da expulsão desses europeus eram bandeirantes. Não há dúvida que moradores de São Paulo – como Raposo Tavares, por exemplo – participaram da resistência a essas invasões. No entanto, boa parte do contingente que repeliu holandeses e franceses era, indubitavelmente, constituída por moradores do nordeste. Esse desenho, portanto, *deturpa* a história, atribuindo apenas aos bandeirantes a resistência a esses inimigos da colônia portuguesa de então. Ademais, cumpre esclarecer que dentre os paulistas que foram dar combate aos holandeses no Nordeste, constavam

muitos homens considerados criminosos pela justiça colonial, homens que naquele momento de precisão, foram oficialmente perdoados de seus atos cometidos contra as leis de então. Para que entendamos melhor essa questão, torna-se necessário refletir sobre essas precisas palavras de Franco (1989, p. 416):

... o conde da Torre ordenou a 3 de fevereiro de 1639, a Salvador Correia de Sá e Benevides²³³, que levantasse gente nas capitânicas do sul, para retomada de Pernambuco. Em virtude de tal ordem, Salvador Correia, em provisão de 18 de março do mesmo ano, incumbiu D. Francisco Rendon de Quebedo²³⁴ de arregimentar soldados em São Paulo e levá-los ao Rio de Janeiro. Dom Francisco Rendon conseguiu apenas vinte e dois infantes e cinqüenta e quatro índios frecheiros, que levou a Salvador Correia. O conde da Torre então, para angariar mais gente, determinava [...] que se facultasse o perdão de crimes, em particular aos de entrada ao sertão, àqueles que se inscrevessem na leva ...

Essas assertivas de Franco podem ser confirmadas nos documentos originais. O volume II do *Registo Geral da Câmara Municipal de São Paulo*, demonstra que apesar de reconhecer – e até mesmo exaltar – o recrutamento feito por Dom Francisco de Quebedo em Piratininga, Salvador Correia o reconhece ser insuficiente, uma vez que na iminência da partida da *leva* para o Nordeste – lembremos que o contingente estava no Rio de Janeiro –, chegou um comunicado do conde da Torre, ordenando que fosse dado perdão aos homens que por ventura houvessem cometido crimes, caso se integrassem à *leva*. Esse estratagema da administração colonial tinha como objetivo, sem sombra de dúvida, aumentar consideravelmente o contingente que seria enviado ao Nordeste, visando repelir os invasores holandeses:

... Dom Francisco Rendon de Quebedo morador em São Paulo lhe commetti a que na dita capitania se havia de fazer o que elle fez com tanto cuidado e zelo do serviço de sua magestade que alistou vinte e dois infantes e cincoenta e quatro indios os quaes me trouxe a esta cidade para effeito de ir ao dito soccorro gastando de sua fazenda quantidade até os trazer a esta de donde com a mais infantaria que lhe aggreguei nomeando-o por capitão della e cabo de todo o dito soccorro estava para partir para a dita cidade da Bahia e tendo nesta occasião segundo aviso do dito senhor conde governador geral de que o dito soccorro fosse com toda a infantaria e gente possvel para cujo effeito lhe parecia serviço de sua magestade enviar-me a provisão que irá trasladada [...] . . . para o dito effeito perdoar os crimes que me parecesse em particular os commettidos nas entradas do sertão com o que ficaria

²³³ Salvador Correia de Sá e Benevides era Superintendente de Guerra e Governador da Capitania do Rio de Janeiro (Registo Geral, 1917 – Vol II, p. 79).

²³⁴ Dom Francisco Rendon de Quebedo: fidalgo espanhol que recebeu, em 1639, de Salvador Correia, a patente de capitão de infantaria, por sua destacada atuação no recrutamento de homens de guerra para repelir os holandeses (FRANCO, 1989, p. 328 e Registo Geral, 1917, Vol II, p. 90).

a dita leva mais augmentada para o dito socorro ser mais considerável!!! (REGISTO GERAL, 1917, p. 90).

Nomeado capitão de infantaria, Dom Francisco de Quebedo recebeu a ordem de retornar à São Paulo para fazer um novo recrutamento, desta vez alardeando o perdão aos criminosos que se alistassem:

... o dito capitão Dom Francisco Rondon de Quebedo [...] sendo morador nesta dita villa de São Paulo [...] hei por bem e serviço do dito senhor de lhe encarregar que tome digo que torne á dita capitania de São Vicente e São Paulo e nella faça e solicite a leva de toda a infantaria e gente que lhe seja possível declarando e manifestando a mercê que o dito senhor conde em nome de sua magestade lhes concede por meio da dita provisão em virtude da qual eu lhe darei o dito perdão dos crimes que hajam commettido e em especial dos commettidos nas entradas do sertão sendo que venham . . . ao dito socorro ou mandem em seu lugar estando impedidos outras pessoas filhos parentes ou familiares de sua casa e todas as pessoas que para o dito effeito o dito capitão Dom Francisco Rondon de Quebedo offerecer em nome de sua magestade e debaixo desta minha ordem o dito perdão eu lhe darei na forma que me é concedido e bem assim a todas as pessoas que particularmente fizerem gente e ajudarem na dita leva... (REGISTO GERAL, 1917, p. 91).

O documento é claro quanto ao perdão aos crimes, principalmente aqueles *commettidos nas entradas do sertão*.

Visando dissipar o temor de qualquer criminoso hesitante, determinou Salvador Correia:

... mando a todas as pessoas que assim alistar lhe obedeçam e sigam suas ordens de palavra ou por escripto e as justiças de sua magestade da dita capitania lh'as guardem sendo caso que para o dito effeito possa digo passar alguma cedula de confiança para poder algum criminoso assistir livremente na dita leva até chegar a esta cidade donde eu lhe confirmo o perdão... (REGISTO GERAL, 1917, p. 92).

Esse trecho documental expressa a determinação de Salvador Correia, no sentido de assegurar aos criminosos que caso se alistassem em São Paulo, podiam ir em segurança com a tropa rumo ao Rio de Janeiro, onde receberiam a confirmação final do perdão aos seus crimes, partindo, em seguida, rumo ao Nordeste.

Pretendendo, a qualquer custo, aumentar o contingente que enfrentaria os holandeses, a administração colonial, como já havia dado a entender, começou a conceder os perdões mesmo aos criminosos que se alegavam impossibilitados de se

alistar, mas que arregimentavam outros homens, integrando-os à leva. Esse foi o caso do perdão concedido ao morador Paulo Pereira, que alistou quatro índios em seu lugar:

... me pareceu conveniente usar do sobredito poder dando perdão aos criminosos que queiram ir ao serviço de sua magestade no dito socorro enviar por si pessoas que o façam havendo consideração a que Paulo Pereira [...] offerecendo-se-lhe [...] impedimento de doença me enviou quatro índios de seu serviço e porquanto o dito Paulo Pereira está culpado no crime das entradas do sertão hei por bem e serviço de sua magestade em seu real nome por virtude da dita provisão lhe perdoar os ditos crimes commettidos nas entradas do sertão... (REGISTO GERAL, 1917, p. 105).

Francisco Sutil, outro paulista, foi perdoado ao enviar seu filho, João Sutil:

... Francisco Sutil morador em São Paulo me offereceu um filho seu por nome João Sutil e o dito Francisco Sutil está culpado nos crimes das entradas do sertão e estando o dito Francisco Sutil impedido me enviou seu filho que no socorro de infantaria que enviei á Bahia se embarcou... (REGISTO GERAL, 1917, p. 101-102).

Caso ainda mais revelador do desespero-de-causa da coroa foi a absolvição de Estevão Fernandes que, também alegando impedimento, enviou dois filhos seus, ambos considerados criminosos. De uma só feita, a administração colonial perdoou três homens considerados criminosos pela justiça, integrando apenas dois deles ao contingente que combateria os holandeses:

... Estevão Fernandes morador em São Pulo me offereceu dois filhos seus um por nome Estevão Fernandes e outro Manuel Gonçalves os quaes estão culpados nos crimes das entradas do sertão commettidos nelle e estando o dito Estevão Fernandes impedido me enviou os ditos dois filhos que no socorro da infantaria que eu enviei á Bahia se embarcaram hei por bem e serviço de sua magestade em seu real nome por virtude da dita provisão de lhe perdoar assim a elle como aos ditos seus filhos os ditos delictos e crimes commettidos nas entradas do sertão para que por elles não sejam molestados avexados nem castigados com declaração que os taes crimes perdoados são os commettidos até o presente... (REGISTO GERAL, 1917, p. 131).

Como se percebe, a coroa, para arregimentar homens contra os holandeses parecia, literalmente, querer fazer qualquer negócio. Cumpre lembrar, que essa nossa rápida abordagem acerca do envio de paulistas para o Nordeste, foi ensejada pela iconografia que abrange duas páginas inteiras (160 e 161) do livro didático de hermdia – página ??? de este estudo –, apresentando os bandeirantes como os únicos defensores do Brasil contra os rivais europeus de Portugal. Na representação iconográfica em pauta, os

paulistas aparecem defendendo toda a costa brasileira, de norte a sul. Às costas desses bandeirantes, aparece o interior do Brasil, completamente vazio. Os índios não aparecem, nem como defensores, nem como defendidos, embora tenham tomado parte ativamente na defesa da colônia portuguesa, arrematados pelas autoridades e também alistados no lugar de apresadores criminosos, como ficou claro através do caso do sertanista Paulo Pereira, que alegando impedimento, enviou quatro *peças* em seu lugar, sendo em função disso perdoado. Esse expediente, do qual lançou mão Paulo Pereira, foi, não resta dúvida, utilizado por muitos outros apresadores considerados criminosos, uma vez que os índios haviam sido oficialmente apontados, pelo próprio Salvador Correia, como um contingente de guerra importante, um recurso valioso na dura empreitada de rechaçar os batavos:

... para se obrarem as facções de guerra que sua magestade manda intentar neste estado são de grande efeito e utilidade os soldados naturaes filhos da terra por terem mais uso e experiência das entradas do sertão... (REGISTO GERAL, 1917, p. 79).

Os índios foram atores de destacada importância nos embates com os adversários europeus dos lusitanos. Contudo, na representação iconográfica ora analisada, constante na obra didática de Hermida, só aparecem os paulistas, postados no litoral, apontando suas armas-de-fogo para as naus inimigas, que se aproximam pelo Atlântico ... Atrás dos defensores do Brasil, aparece um território vazio, deserto, inabitado. Nada de *soldados naturaes da terra* na orla ... onde também não consta qualquer guerreiro que aluda ao homem do Nordeste. Inapelavelmente, os soldados são exclusivamente paulistas, unicamente bandeirantes, ostentando todo o aparatoso vestuário que os identifica nos livros de história, com franca predominância, quer sejam esses livros didáticos ou não.

Em novembro de 1970, o diretor executivo da Fundação Nacional de Material Escolar²³⁵, Humberto Grande, prefaciava um livro didático que continha unicamente exercícios oriundos de lições de história. Essa obra, de autoria da Prof^a Elvia Steffani, intitulada *Cadernos MEC: História do Brasil Volume I*, parecia agermanar-se com o contexto brasileiro daquele período, apresentando, na folha de rosto, os seguintes dizeres:

²³⁵ Essa fundação, que era conhecida como FENAME, vinculava-se ao Ministério da Educação e Cultura, o MEC.

Esta edição foi publicada pela **FENAME** – Fundação Nacional de Material Escolar, sendo Presidente da república o Excelentíssimo Senhor **General-de-Exército Emílio G. Médici** e Ministro de Estado da Educação e Cultura o **Senador Jarbas G. Passarinho**.

O texto do prefácio evidencia o patriotismo, o civismo de caserna que se pretendia disseminar através da educação:

Se o nosso povo não possuísse as melhores qualidades morais, cívicas e mesmo militares, qualidades estas que, nos momentos de perigo, transformam cada brasileiro em soldado valoroso e infatigável na luta, o Brasil não seria hoje o imenso país em que vivemos, com as mais belas possibilidades em todos os setores. Não. Sem aquelas virtudes da nossa brava gente, seríamos nacionalidade inexpressiva (Humberto Grande, 1970, Prefácio).

Depois de alardear as *virtudes*, as *qualidades* que nos *momentos de perigo* revelam o *soldado* existente em cada brasileiro, o Diretor Executivo da FENAME afirma que mesmo assim, *certos elementos* denegriram, desmereceram a *história da nossa pátria, da nossa raça, do nosso glorioso povo*. Parece existir, nas palavras que seguem, uma não tão velada advertência aos alunos leitores do prefácio, orientando-os a não se deixarem influenciar por esses *elementos* denegridores de nossa *heróica história*:

Precisamos, assim, conhecer melhor a história da nossa Pátria para, com justos motivos, orgulharmo-nos da nossa raça, do nosso glorioso povo. Não nos esqueçamos jamais, entretanto, que esta história tão significativa e mesmo heróica foi denegrada por certos elementos, que quiseram aniquilar o espírito e arrancar do coração juvenil a imagem querida da terra natal (Humberto Grande, 1970, Prefácio).

A seguir, o prefaciador afirma que *todo brasileiro consciente* deve conhecer a *história do Brasil*, que é repleta de fatos que nos *insufla justo orgulho*, pois são *magnum feitos, atos heróicos*, como a *grandiosa epopéia das bandeiras*, que nos demonstra as virtudes das *raças* que compõem o *vigor nacional*:

Desgraçado do povo que não tem consciência nacional, não ama as suas tradições e ignora os magnum feitos e atos heróicos dos seus antepassados [...] Essas considerações, absolutamente necessárias nos dias que correm, foram feitas porque, hoje, todo brasileiro consciente deve aspirar ardentemente a conhecer a História do Brasil. Compreendidos êsses fatos, examinemos rapidamente o extraordinário valor do nosso homem, rememorando alguns episódios da nossa história. Encher-nos-emos, então, de justo orgulho dos nossos antepassados, que conquistaram, com sacrifícios inacreditáveis, essa imensidade que se chama Brasil. Basta recordarmos a grandiosa epopéia das “bandeiras”, para percebermos o esforço inaudito dos nossos patrícios, que

mostraram possuir a vontade inquebrantável e as melhores qualidades raciais. É assim que sentiremos, na sua plenitude, o vigor nacional resultante da tenacidade do português, fortaleza do negro e vitalidade do índio (GRANDE, 1970, Prefácio).

Em tom brioso, pujante, o prefácio termina, ferindo, mais uma vez, a nota do patriotismo:

Precisamos convencer-nos que o homem brasileiro é inteligente e capaz, forte e enérgico, e que no Brasil criará nova civilização mais justa e humana. Nessa orientação, os presentes Cadernos MEC continuarão, certamente, a contribuir para a formação da alma dos nossos jovens no amor do Brasil (GRANDE, 1970, Prefácio).

Cumprir frisar, que sendo este um livro didático unicamente destinado a propor a solução de questões e exercícios aos alunos, estão ausentes as explanações conteudísticas, posto que anteriormente já trabalhadas pelo professor.

Dentre as questões propostas, relativas ao conteúdo das *entradas e bandeiras*, encontramos essa:

Escreva os nome de:

- A) Dois estados explorados por bandeirantes.
- B) Duas cidades fundadas por bandeirantes. (STEFFAN, 1970, p. 49).

Na página seguinte, consta a seguinte pergunta:

Qual o bandeirante que explorou maior extensão do território brasileiro? (STEFFAN, 1970, p. 50).

O questionário prossegue com proposições tais como:

Escreva nas linhas abaixo quais as duas grandes conseqüências das bandeiras (STEFFAN, 1970, p. 51)

À frente, citando bandeirantes famosos, a autora assim organizou uma questão:

Para cada um destes personagens, indique um fato diferente com eles associado.

Pascoal Moreira Cabral _____

Fernão Dias Pais _____

Antônio Raposo Tavares _____

Bartolomeu Bueno _____

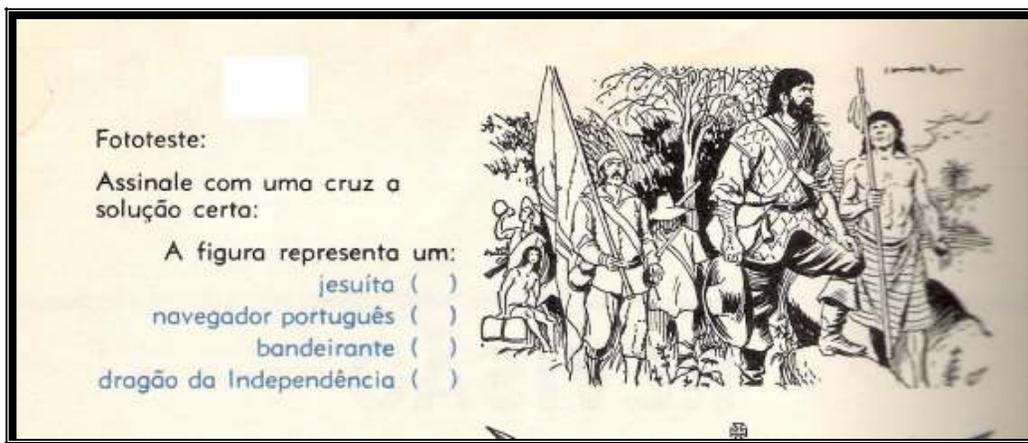
(STEFFAN, 1971, p. 51).

Eis agora o fechamento desse questionário sobre *entradas e bandeiras*:

Você sabia que... Na cidade de Goiás existe o Museu das Bandeiras? A atual Rodovia Fernão Dias tem um traçado semelhante ao seguido por aquele bandeirante? O caminho fluvial

de São Paulo a Mato Grosso tinha mais de 100 corredeiras, redemoinhos e saltos? Fernão Dias está sepultado no Mosteiro de São Bento em São Paulo? (STEFFAN, 1970, p. 51).

Nas páginas finais da obra, destinadas a *revisar*, existe um interessante *fototeste*, assim organizado:



O bandeirante aparece em primeiro plano. É um homem barbado, de feições européias, segurando nas mãos seu grande chapéu e envergando sua indefectível vestimenta, composta por altas botas de couro, calça comprida, escupil acolchoado e cinto de couro, de onde pendem duas pequenas bolsas para chumbo e pólvora. É o bandeirante convencional. Ao seu lado, em segundo plano, aparece um índio segurando uma lança, apenas mais um elemento no cenário dominado pelo bandeirante, assim como a árvore que surge ao fundo. Épico e patriótico desde seu prefácio, este livro didático de 1970 agermana a figura do bandeirante-herói com os objetivos da ditadura militar.

Investiguemos agora como a figura do bandeirante foi abordada no livro didático *História do Brasil*, de autoria de Paulo Miranda Gomes, destinado aos alunos da 5ª série do 1º grau e publicado, em segunda edição, pela Editora Lê, no ano de 1974.

O texto intitulado *Entradas e Bandeiras* começa com essas frases:

Muito se tem discutido a caracterização de cada um dos tipos de expedições responsáveis pelo desbravamento do interior do território brasileiro: as entradas e bandeiras. A solução é difícil, uma vez que elas se parecem extremamente em muitos aspectos. Tanto as bandeiras quanto as entradas ora eram puramente particulares, ora patrocinadas pelo governo. Ambas tinham,

normalmente, interesse em riquezas.. Umas e outras ultrapassavam, ou não, a hipotética linha do Tratado de Tordesilhas, nunca demarcada, e cuja posição, mesmo aproximada, só era possível calcular-se, andando pelo país (GOMES, 1974, p. 86-87).

Diferentemente de outros autores de livros didáticos, Gomes não delimita, de maneira clara, as supostas diferenças que existiam entre entradas e bandeiras, entendendo que geralmente as expedições tinham motivações econômicas, fossem elas oficiais ou particulares, acrescentando também, que tanto as expedições patrocinadas pelo governo, quando as organizadas pelos colonos, podiam ultrapassar ou não a linha de Tordesilhas.

Para o autor, os paulistas consideravam a formação de expedições como uma ocupação relacionada, diretamente, à sua sobrevivência. Nessa perspectiva, as expedições eram alternativas à mirrada agricultura que se praticava no planalto:

Para o habitante do planalto paulista, nos séculos XVI, XVII e XVIII, andar pelo interior à procura de índios ou de riquezas era uma profissão, resultante da comparação entre os grandes lucros que davam as atividades econômicas de outras áreas e os resultados de sua pobre agricultura (GOMES, 1974, p. 87).

Na continuidade do texto, é feita a afirmação de que as bandeiras, ao longo do tempo, se dividiram em diferentes *ciclos*:

As bandeiras, principais responsáveis pelo conhecimento do centro oeste e sul do Brasil, se dividem em três ciclos: Ciclo da Caça ao Índio, Ciclo da Procura de Riquezas e Ciclo do Sertanismo de Contrato (GOMES, 1974, p. 87).

Sobre o ciclo da caça ao índio, afirmou o autor:

Deu origem ao bandeirantismo e se originou das lutas para defender as primeiras povoações paulistas contra os ataques dos índios. Generalizou-se, daí, o costume de prendê-los e vendê-los como escravos. As bandeiras deste ciclo percorrem, primeiro, o interior do estado de São Paulo. Depois, passam a atacar as reduções (aldeamentos) em que os jesuítas espanhóis reuniam os indígenas, nas regiões de Tape e Sete Povos do Uruguai (Rio Grande do Sul), Guairá (oeste do Paraná) e Itatins (sudoeste do Mato Grosso). Além das precedentes regiões, outras foram batidas, até os fins do século XVII. Os bandeirantes mais importantes deste ciclo (alguns com várias expedições) foram: Antônio Raposo Tavares, Francisco Bueno, Fernão Dias Pais e Manuel Preto (GOMES, 1974, p. 88).

Aqui, Fernão Dias aparece como apresador. Embora saibamos que esse sertanista foi um caçador de índios, cumpre mencionar que a grande maioria dos livros

didáticos o apresenta apenas como pesquisador de minerais valiosos, principalmente por causa de sua última expedição – 1674 – ao sertão, em busca de esmeraldas, que durou oito anos e custou sua vida, tornando-se uma das mais conhecidas bandeiras de todos os tempos. A narrativa acerca dessa empreitada avultou-se bastante na história, prejudicando o entendimento sobre as atividades anteriores de Fernão Dias, que desde 1638 exercera intensa atividade apresadora, em áreas hoje pertencentes aos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul²³⁶. Frisemos que ao mencionar o nome de Fernão Dias ao lado dos de Raposo Tavares e Manuel Preto, Gomes se diferencia de muitos outros autores de obras didáticas, que o apresentam predominantemente como o *Governador das Esmeraldas*.

Sobre o ciclo da procura de riquezas, escreveu Gomes (1974, p. 88):

Inicia-se com expedições que procuram metais preciosos no litoral, de Santos para o Sul, e nas terras que o acompanham. Descobriu-se ouro em várias áreas de São Paulo e na região entre Paranaguá e Curitiba (Paraná). Depois disso, as bandeiras voltam-se para Minas Gerais, onde, nos últimos anos do século XVII, também se encontrou ouro. No início do século XVIII, ampliam-se as atividades dos bandeirantes em Minas e são descobertas as minas de Mato Grosso, Goiás e Bahia. São particularmente importantes, nessas duas últimas fases: Fernão Dias Pais (1674), Antônio Rodrigues Arzão, Bartolomeu Bueno de Siqueira, Garcia Rodrigues Pais, Antônio Dias de Oliveira – ouro em Minas (últimos anos do século XVII); Pascoal Moreira Cabral – ouro em Cuiabá, Mato Grosso (1718); Bartolomeu Bueno da Silva e João Leite da Silva Ortiz – ouro em Goiás (princípios do séc. XVIII); Sebastião Pinheiro Raposo – ouro na Bahia (1720).

As datas – anos e séculos – citadas pelo autor, não são poucas e são todas corretas, particularidade digna de ressaltar no universo dos livros didáticos, pois, principalmente alguns dos mais antigos – como já ficou claro nesse estudo –, são repletos de equívocos cronológicos. Note-se também que o sertanista Fernão Dias, que já apareceu como apresador, aparece agora também como pesquisador de minerais valiosos, conferindo ao leitor uma visão mais ampla, sobre esse personagem colonial.

Na seqüência, o autor aborda o que ele entende ter sido o ciclo do sertanismo de contrato:

Contratados pelo Governo Geral, os bandeirantes paulistas atuaram, também, no norte do país. São exemplos disso: várias expedições de combate aos índios da Bahia e do Nordeste; o auxílio no

²³⁶ As informações sobre essa atividade apresadora de Fernão dias podem ser encontradas em Franco, 1989, p. 282.

devassamento do Piauí; e a destruição do Quilombo dos Palmares, por Domingos Jorge (GOMES, 1974, p. 88).

Como consequência do desbravamento das bandeiras – especialmente as que descobriram ouro – na região Centro-Oeste, afirma Gomes (1974, p. 90):

A descoberta do ouro [...] atraiu gente para o centro, norte e nordeste de Minas. Fato semelhante ocorreu com importantes regiões de Mato Grosso e Goiás. Iniciou-se, também, o povoamento do atual território de Rondônia. São dessa época: Mariana, Ouro Preto, S. João Del Rei, Itabira, Serro, Araçuaí e Diamantina, em Minas; Goiás e Caiapônia em Goiás; Vila Bela e Cuiabá, em Mato Grosso.

Aqui é demonstrada a ação povoadora que ocorreu após a descoberta aurífera pelas bandeiras, porém, nada é comentado sobre a ação despovoadora que aconteceu anteriormente, quando do avanço das expedições por áreas ancestralmente ocupadas pelos indígenas.

Quanto à responsabilidade concernente ao desbravamento que ocorreu no sul, Gomes (1974, p. 90) a divide entre bandeirantes e jesuítas:

O desbravamento do interior dos atuais estados do Sul se fez nos séculos XVI e XVII, com os trabalhos dos jesuítas espanhóis e de seus inimigos, os bandeirantes. De suas lutas restaram as povoações do oeste do atual Rio grande do Sul, conhecidas, na época, como Sete Povos das Missões do Uruguai. O ouro fez crescer Paranaguá (vila em 1648) e surgir Curitiba (1693). Isso acentuou o povoamento do litoral. São dessa época: São Francisco do Sul (1658), Florianópolis (1676) e Laguna (1688), em Santa Catarina.

A abordagem de Gomes não é épica, não é triunfalista e não apresenta equívocos de datas. O apresamento aparece claramente e – o que já assinalamos não ser comum – Fernão Dias é apresentado também como caçador de índios. O povoamento posterior de diversas áreas é apresentado como consequência das bandeiras, porém desacompanhado de qualquer menção do brutal despovoamento ocorrido anteriormente, quando do avançamento das expedições. Em termos historiográficos, o maior descaminho cometido por Gomes foi a opção de abordar a temática das bandeiras dividindo-a em ciclos. A palavra ciclo pressupõe interrupção de continuidade, levando à idéia de *fechamento* de fases, de compartimentação de informações, fragmentando o texto em blocos narrativos que engendram, comumente, uma compreensão descontínua e estanque da história.

Em 1975, o Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas – IBEP – lançava o livro didático *História do Brasil*, de autoria de Marlene e Silva²³⁷, direcionado para o ensino da 5ª série do 1º grau. Nessa obra, no texto intitulado *As fronteiras avançam*, afirmaram os autores:

Desde o início da colonização foram organizadas expedições para o interior, denominadas *entradas* [...] no século XVIII outras expedições saíram do litoral: *as bandeiras*. Estas diferenciavam-se das entradas em alguns pontos. Entre eles podemos citar: as entradas eram oficiais e não ultrapassavam a Linha de Tordesilhas. As bandeiras eram particulares e ultrapassavam a Linha de Tordesilhas (MARLENE e SILVA, 1975, p. 92).

Essa diferenciação aqui exposta sobre entradas e bandeiras é, sem qualquer dúvida, uma recorrência significativa, uma recorrência significativa, uma constante nos livros didáticos.

Na mesma página em que Marlene e Silva fazem essa distinção entre as expedições, aparece a seguinte representação iconográfica:



Esse desenho, que apresenta o sertanista em trajes aparatosos, já foi por nós analisado à página 339 deste trabalho, quando investigamos a maneira como o

²³⁷ Marlene Ordonêz e Antônio Luiz de Carvalho e Silva.

bandeirante foi abordado por Washington dos Santos, em seu livro didático de *História do Brasil*, publicado em 2ª edição no ano de 1966. Isso significa que iconograficamente, a figura do sertanista paulista continuava, em 1975, a ser apresentada literalmente da mesma forma que já havia sido apresentada nove anos antes, em outra obra didática.

Marlene & Silva prosseguem sua abordagem, destacando como causa das expedições o fator econômico, oriundo da carestia no planalto paulista, acentuada em decorrência da prosperidade do parque açucareiro nordestino. Também entendem os autores que a proximidade do Tietê, cujo leito corre em direção ao sertão, foi um outro fator propiciador do avançamento dos paulistas interior adentro:

Foi da capitania de São Vicente, mais particularmente de São Paulo, que partiram as Bandeiras. O paulista tornou-se bandeirante, principalmente em busca de novas riquezas. Isto porque com o sucesso da cana-de-açúcar no Nordeste, a região de São Paulo entrou em decadência econômica. Outro fator que contribuiu para a saída do paulista, foi a facilidade de penetração para o interior, motivada pelo sentido do rio Tietê, que corre, não em direção do litoral, mas sim, em direção ao interior (MARLENE e SILVA, 1975, p. 93).

Caçar índios e encontrar minerais valiosos eram, para os autores, os objetivos dos paulistas:

Inicialmente os bandeirantes organizaram Bandeiras de caça ao índio, com a finalidade de vendê-los no interior nordestino, para servir de mão-de-obra para a pecuária. Os índios catequizados eram vendidos para a área açucareira. São desta época os bandeirantes **Manoel Preto** e **Antônio Raposo Tavares**. Depois da caça ao índio, temos as Bandeiras que procuravam ouro e pedras preciosas. Destacam-se, então, **Fernão Dias Paes**, **Borba Gato**, **Pascoal Moreira Cabral** e **Bartolomeu Bueno da Silva** (Anhangüera) (MARLENE e SILVA, 1975, p. 93).

Já como conseqüências do devassamento levado a cabo pelos paulistas, asseveraram Marlene e Silva (1975, p. 93):

As Bandeiras do ciclo do ouro e pedras preciosas trouxeram várias conseqüências para o Brasil:

- Expansão do Brasil para o Centro-Oeste.
- Descoberta de riquezas minerais.
- Colonização e povoamento do interior (Marlene e Silva, 1975, p. 93).

Essas palavras fecham o texto nomeado *As fronteiras avançam*, um texto que aponta a pobreza como fator motivador do devassamento, além de ressaltar a

importância do rio Tietê nesse processo. O apresamento aparece, porém apenas com a finalidade de abastecimento do tráfico para engenhos de açúcar do Nordeste, uma vez que nem mesmo uma única palavra é escrita sobre a escravização em larga escala, que ocorria no próprio planalto. Noutros termos, nada é mencionado sobre os paulistas que apresavam indígenas para aumentar sua própria escravaria nas terras de Piratininga. Os autores mencionam as primeiras expedições como agregações de homens que visavam, unicamente, o apresamento para o comércio escravista, postulando que a procura de minérios valiosos só ocorreu depois. Sabemos que desde o século XVI os paulistas já procuravam ouro nas matas do atual estado de São Paulo. Por outro lado, sabemos ainda que também no século XVI os paulistas caçavam índios, porém mais para torná-los escravos no próprio planalto que para vendê-los. Sendo assim, faz-se claro que desde o começo as expedições buscavam descobrir minérios valiosos, embora as jazidas mais opulentas só tenham sido descobertas entre o final do século XVII e o início do XVIII. Numa só frase, as expedições que partiam do planalto sempre desejaram a mão-de-obra indígena e o ouro. Dividir a história das bandeiras em ciclos não é, decididamente, uma opção adequada. Os objetivos dos sertanistas estavam ligados à solução, ao *remédio para a pobreza*. Por isso, muitas expedições que saíram do planalto pretendendo encontrar ouro, acabaram trazendo índios, e vice-versa. As atenções estavam voltadas para ambas as possibilidades. Afonso Sardinha, por exemplo, encontrou ouro no Jaraguá, por volta de 1597, quando muitas expedições caçavam índios. Fernão Dias foi apresador de índios e também pesquisador de minérios valiosos. Muitas expedições, buscando enganar o governo colonial, saíram de São Paulo pretextando procurar jazidas minerais, quando, acima de tudo, pretendiam apresar índios. Esse foi o caso, por exemplo, da tropa comandada por Diogo de Quadros, que deixou o planalto em 1606²³⁸.

Além disso, pode ser afirmado, sem qualquer reserva, que no período em que o apresamento ocorreu em larga escala – da década de 1680 até quase o final do século XVIII –, os minérios valiosos jamais deixaram de ser procurados, ao passo que – em sentido inverso – durante o período das descobertas auríferas mais significativas, o apresamento e a escravização de índios não deixou de existir. Para que constatemos isso, basta lembrar que o ouro cuiabano foi descoberto por dois indígenas pertencentes

²³⁸ Essa expedição foi abordada no segundo capítulo deste estudo, da página 138 a 149. Através de uma citação das Atas da Câmara do ano de 1609 (p. 148 deste trabalho), fica claro que Quadros, visando ludibriar a administração e a lei coloniais, aviou sua expedição apresadora de 1606, alardeando-a como uma empreitada de prospecção mineral.

ao sertanista paulista Miguel Sutil²³⁹, em 1722, mesma época em que o segundo Anhanguera descobrira os veios goianos. Portanto, foram índios escravizados os descobridores das jazidas auríferas, que dali por diante atraíam tanta gente para o continente, desta forma iniciando a navegação regular entre os atuais estados de São Paulo e Mato Grosso. Índios escravizados que descobrem ouro ... Importante elemento comprobatório – já no século XVIII – acerca da coexistência do apresamento e da pesquisa mineral, coexistência que, parece não restar dúvidas, caracterizou todo o século XVII, espaço temporal em que os paulistas jamais deixaram de apresar índios ... e de procurar ouro.

No entanto, o livro didático *História do Brasil*, de Marlene e Silva, ensinava em 1975 que o apresamento e a prospecção mineral ocorreram em temporalidades distintas, estanques, como a própria expressão *ciclo do ouro* (p. 93) indica.

Interessante ainda é verificar que ao lado do fechamento do texto, existe um desenho algo hilário, representando um bandeirante correndo atrás de um índio:



Se aqui existe um toque humorístico, diferentemente da altivez que caracteriza o destemido bandeirante a recarregar seu arcabuz – que consta à página 92 da obra em pauta e que foi reproduzido e comentado à página 361 deste estudo –, inexistem, entre ambas as concepções iconográficas, diferenças fundamentais, no tocante ao vestuário do

²³⁹ Na obra *Monções*, Holanda (1990, p. 46) analisa a descoberta do ouro em Cuiabá, bem como os seus desdobramentos posteriores, mencionando os índios de Sutil.

paulista. Os dois bandeirantes estão de chapéu, escupil acolchoado, calças compridas e botas altas.

Investiguemos agora como a figura do bandeirante foi abordada no livro didático intitulado *História do Brasil Colônia*, de autoria de Ládmo Valuce, publicado em 1979 pela Editora do Brasil e destinado aos alunos da 5ª série do 1º grau.

Antes de mais nada, verifiquemos que o nono capítulo dessa obra – que é o que trata da temática que nos interessa – sugere heroísmo já por seu título, que surge grafado ao lado de um bandeirante de feições européias, que mira o alto, de cenhos franzidos, ostentando gibão de couro e chapéu de abas largas:



Na abertura do texto, o caráter aventureiro do europeu é ressaltado como fator propiciador das expedições:

O espírito de aventura sempre esteve presente no homem. Vimos que o desejo de partir ao encontro do desconhecido levou os povos europeus a descobrir novas terras, novas fontes de riquezas, novos caminhos. Lançaram-se aos mares. Agora o mesmo espírito aventureiro aparecia no Brasil. Homens penetram nas matas, escalam montanhas, atravessam rios, lutam com índios, em busca de riquezas e novas terras. Descubrem o sertão e conquistam imenso território (VALUCE, 1979, p. 62).

Como tantos outros, também este autor busca explicar as distinções entre *entradas e bandeiras*:

Embora as entradas tivessem semelhanças com as bandeiras, em alguns aspectos elas se diferenciavam. As entradas eram, geralmente, expedições oficiais, organizadas pelo governo, e não deviam ultrapassar o Meridiano de Tordesilhas. As bandeiras eram

de iniciativa particular, eram mais livres e, na sua caminhada, ultrapassavam aquele meridiano (VALUCE, 1979, p. 62).

O texto menciona ainda a autoridade do cabo-de-tropa ou o líder bandeirante, discorrendo, na seqüência, sobre os equipamentos utilizados pelos sertanistas:

A Bandeira tinha um chefe a quem todos obedeciam [...] Usavam um **gibão** coberto de couro e acolchoado de algodão. Como armas possuíam, além de facas e facões, a **escopeta**, espécie de espingarda curta, e a **espada** (VALUCE, 1979, p. 62).

Ao lado dessas palavras, aparece a seguinte representação iconográfica:



Aqui a bandeira está partindo. Os bandeirantes seguem sobranceiros e bem paramentados, rumo ao sertão que os aguarda.

Na página seguinte, sob o subtítulo *Terra dos Bandeirantes*, escreveu Valuce (1979, p. 63):

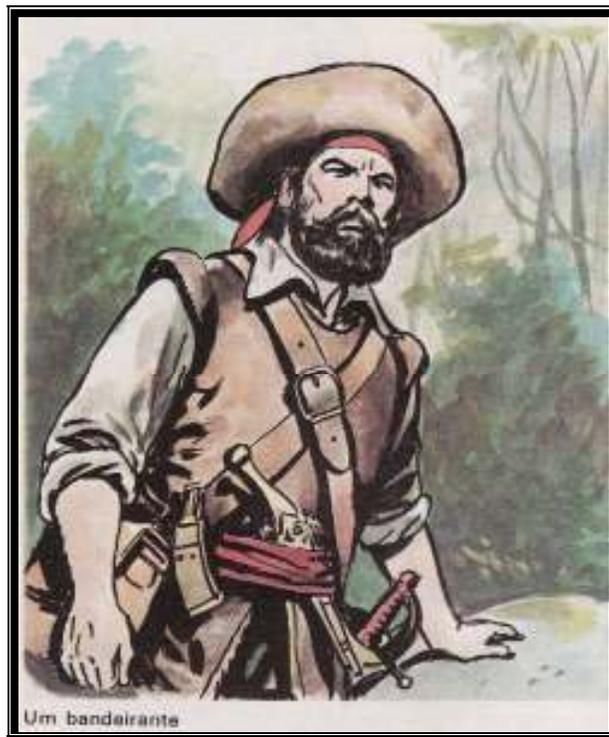
Nasceu em São Paulo o movimento bandeirante. Inicialmente as Bandeiras caçavam índios para vendê-los ao nordeste. Este comércio decaiu com a chegada dos negros africanos, mas o movimento já estava formado e os bandeirantes começaram, então, a procurar minerais. A situação geográfica de São Paulo facilitava a penetração para o sertão, pois seus rios, correndo em sentido contrário ao mar, levaram os bandeirantes a aproveitá-los. Partiam daí as principais Bandeiras.

Essas palavras, apesar de abordarem o apresamento, o apontam como uma atividade unicamente dedicada ao tráfico escravista, deixando de mencionar a farta escravaria que labutava nas terras do planalto paulista, trazida pelas expedições

apresadoras. Quanto a isso, o texto de Valuce é literalmente mudo. Sabe-se também que durante a ocupação holandesa, o comércio de escravos africanos para o Brasil foi suprimido, o que causou significativo incremento no tráfico de escravos índios de São Paulo para o Nordeste; porém, o texto do autor em pauta também nada aborda sobre essa questão. Embora não lance mão do termo *ciclo*, visando caracterizar o apresamento e a pesquisa mineral como fases distintas do bandeirismo, Valuce oferta uma explicação que postula temporalidades diferentes para essas duas atividades, inviabilizando ao leitor qualquer possibilidade de entendimento acerca da simultaneidade verificada, diversas vezes, concernente a essas duas atividades em pauta.

Ao abordar a situação geográfica de São Paulo, Valuce detém-se nos rios que correm para o interior, assentando sua explicação acerca da sucessiva formação de expedições nesse fator pretensamente facilitador. Sobre a pobreza de São Paulo, que foi um dos principais fatores fomentadores do bandeirismo, nada é escrito.

Acompanhando a linha de concepção dos dois anteriores, um outro desenho ilustra a abordagem de Valuce (1979, p. 93):



Ao escrever a legenda *um bandeirante*, Valuce leva o leitor de seu texto à idéia simplista de que todos os bandeirantes se vestiam assim, ou pelo menos a maioria deles.

Um bandeirante significa *um deles*, um *espécime* apenas, representativo de um grande grupo.

À frente, o texto de Valuce prossegue ofertando um elenco de sertanistas sob o título *Bandeirantes Notáveis*, elencando primeiramente Antônio Raposo Tavares, afirmando que ele:

Atacou a Província de Guairá aprisionando, nas missões, muitos índios. Subiu o rio Paraguai e alcançou os estados do Amazonas e Pará, depois de três anos de viagem (VALUCE, 1979, p. 63).

Sobre Fernão Dias Pais, afirmou o autor:

Dirigiu-se a Minas Gerais. Levava consigo seu filho Garcia Rodrigues Pais e seu genro Borba Gato. Sonhava encontrar esmeraldas. Depois de sete anos de viagem, morreu junto ao Rio das Velhas, convicto de ter descoberto as sonhadas pedras, quando não passavam de turmalinas (VALUCE, 1979, p. 63).

Nada está escrito sobre o enforcamento do filho de Fernão Dias, o mameluco José dias. Aliás, não apenas sobre o enforcamento se cala o texto, mas também sobre a própria presença de José Dias na expedição.

Acerca da contribuição da bandeira de Fernão Dias, escreveu Valuce (1979, p. 63):

A importância de sua bandeira foi ter aberto caminho para outras expedições. Seu filho Garcia Rodrigues realizou outras bandeiras e, em uma delas, estabeleceu a comunicação entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A lista de *Bandeirantes Notáveis* termina com as menções a Pascoal Moreira Cabral, que *descobriu ouro em Mato Grosso* (p. 64), e a dois célebres sertanistas homônimos:

Bartolomeu Bueno da Silva, pai e filho, ambos chamados pelos indígenas de Anhanguera, exploraram riquezas em Goiás (VALUCE, 1979, p. 64).

Na seqüência deste rol de protagonistas do devassamento, o autor destaca algumas das cidades que surgiram em conseqüência deste devassamento, utilizando mais uma vez a palavra *epopéia*, vocábulo inapelavelmente evocador de triunfalismo, especialmente quando é grafado em negrito, que é o caso que aqui se apresenta:

Várias cidades resultaram da **epopéia** bandeirante. Em Mato Grosso surgiu Cuiabá. No Estado de Minas Gerais, Vila Rica (Ouro Preto), Diamantina, arraial do Tijuco, Sabará, Mariana (VALUCE, 1979, p. 64).

O fechamento do texto ocorre, num primeiro momento, alertando o leitor, no sentido de que jamais deve ser negado o papel – histórico e geográfico – dos bandeirantes, respeitante à *formação* do Brasil. A seguir é exaltado o *trabalho heróico* desses personagens históricos e, finalmente, a afirmação de que a geração de então – a que cursava a 5ª série do 1º grau em 1979 – devia deixar, ela também, um *testemunho histórico*:

Não se deve negar o papel histórico e geográfico desempenhado pelos bandeirantes na formação de nosso país. Analisando o trabalho heróico desses homens, você verá como desbravaram os sertões desconhecidos, abrindo caminhos, estabelecendo roteiros, dando notícias de terras férteis. Depois desse trabalho realizado, ficou mais fácil o acesso às regiões jamais atingidas. O Brasil crescia e seu território aumentava. Cabe à nossa geração deixar, também, um testemunho histórico (VALUCE, 1979, p. 64).

O bandeirante, nesse livro didático de 1979 é apresentado abertamente como um herói epopéico, um herói europeu que trouxe consigo – ou herdou de seus ancestrais, já que não há no texto *Epopéia Bandeirante* qualquer datação, nenhuma alusão sequer aos séculos ou anos em que ocorreram as expedições – o espírito de aventura, que para Valuce caracterizava os habitantes do Velho Mundo. Esse herói caçou índios para vendê-los como escravos, porém não os escravizou para trabalhar em suas terras, uma vez que o trabalho que ocorria no planalto nem sequer é mencionado pelo autor. O bandeirante de Valuce, embora seja apresentado como herói, não tomou parte na resistência aos holandeses no Nordeste, uma vez que a ocupação holandesa não é lembrada no texto em questão.

Nenhum protagonista desse heróico movimento de devassamento, jamais, em momento algum, ordenou a morte de seu próprio filho, já que, Fernão Dias não se fez acompanhar de José Dias em sua última jornada. Nesse texto, a ausência de menção ao mameluco José Dias, não apenas omite o enforcamento dele a mando do pai, Fernão Dias, como também reduz as possibilidades de entendimento a respeito da questão da miscigenação, tão presente no Brasil Colônia.

Outra particularidade importante desse texto é a ausência de qualquer menção à pobreza que dominava Piratininga. Muito bem paramentado, tanto na discursividade quanto na historiografia, o bandeirante de Valuce parece desconhecer a miséria. O bandeirante de Valuce, embora armado até os dentes com armas européias – nada de

flechas –, parece nunca ter matado ninguém ... nem inimigos, nem índios – com os quais apenas lutou –, nem filhos mestiços, bastardos.

Em 1980, Francisco M. P. Teixeira lançava, pela Editora Ática, o livro didático *História do Brasil*, destinado à 5ª série. Nessa obra, no texto intitulado *As Bandeiras abrem caminho*, escreveu Teixeira (1980, p. 62):

As maiores bandeiras partiam de São Paulo [...] as vilas paulistas em geral eram muito pobres. Não conseguiam progredir como as vilas e cidades do Nordeste, enriquecidas pela agricultura da cana-de-açúcar. Assim, desde muito cedo, os paulistas tiveram que “buscar no sertão o remédio para a sua pobreza”, como eles mesmos diziam. Os paulistas tornaram-se sertanistas, organizando grandes bandos para explorar o sertão [...] à caça de índios ou à procura de ouro.

Sobre a caça ao índio, asseverou o autor:

A **caça ao índio** era feita principalmente no sul, nas regiões das missões dos padres jesuítas: Guairá e Tape, no Rio Grande do Sul, e Itatim, ao sul de Mato Grosso. Os índios eram trazidos como escravos e vendidos aos donos de terras e engenhos (TEIXEIRA, 1980, p. 62).

Abaixo dessas palavras, aparece a seguinte ilustração:



Sobre as expedições pesquisadoras de minerais valiosos, postulou Teixeira (1980, p. 63):

A partir de 1650, as bandeiras passaram a dedicar-se mais à procura de metais e pedras preciosas. Partiam de São Paulo, da Bahia e de Pernambuco. Depois de muitos anos de intensa procura, por volta de 1690, foram descobertas minas de ouro e diamantes na região do atual Estado de Minas Gerais. Em 1720, foram descobertas minas em Goiás e Mato Grosso.

O autor menciona também os sertanistas que eram contratados para recapturar escravos africanos, deixando de abordar, porém, a destruição de Palmares, comandada por Domingos Jorge Velho, no final do século XVII, quando centenas de palmarinos morreram. Constatemos: “Na fase do sertanismo de contrato, os bandeirantes foram usados pelos senhores de engenhos para perseguir os negros fugidos das fazendas e recapturá-los” (TEIXEIRA, 1980, p. 63).

Concebendo o movimento bandeirante em ciclos, o autor, pretendendo ofertar ao leitor uma melhor compreensão acerca dos rumos das principais bandeiras (p. 62), incluiu em sua obra o seguinte mapa:



Fechando o texto *As bandeiras abrem caminho*, escreveu Teixeira (1980, p. 63):

Graças aos bandeirantes, Antônio Raposo Tavares, Fernão Dias Pais Leme, Manuel Borba Gato, Bartolomeu Bueno da Silva e outros, o território brasileiro cresceu bastante, novas riquezas foram descobertas, novas cidades surgiram e cresceram pelo Brasil, como

as cidades **mineiras** de Ouro Preto, Mariana, Sabará, São João Del Rei e muitas outras.

Nesse livro didático de 1980, Teixeira demonstra que o fator econômico foi um importante elemento desencadeador das incursões bandeirantistas. Uma vez tendo relacionado – com muita propriedade – a pobreza paulista com a organização de expedições, o autor incorre na costumeira inadequação historiográfica de conceber o movimento bandeirista em ciclos, contribuindo para a disseminação de uma compreensão simplista acerca de um tema algo complexo. O autor cometeu também um equívoco geográfico que clama por correção, ao afirmar que as missões do Guairá localizavam-se no *Rio Grande do Sul* (p. 62). Quanto a isso, cumpre afirmar que a área missionária do Guairá localizava-se, no século XVII, em terras hoje pertencentes ao Estado do Paraná. Já sobre o fechamento da abordagem de Teixeira acerca dos bandeirantes, pode ser afirmado que o convencionalismo prevalece, através do ressaltado à expansão territorial, às descobertas minerais e ao surgimento das cidades. Também o protagonismo é realçado por Teixeira, através das menções – tanto no texto, quanto no mapa de roteiros – de sertanistas famosos, como Raposo Tavares, Fernão Dias e outros. Porém, cumpre observar que o protagonismo, na obra deste autor é menos explícito, pois não ocorre através de uma lista intitulada *Bandeirantes Notáveis*, como já foi observado no livro didático de Valuce (1979). Finalizando nossa análise dessa obra didática de Teixeira, publicada em 1980, afirmamos que sua iconografia apenas corrobora a concepção imagética do bandeirante herói, uma vez que lá está ele, na célebre obra de Debret, - página 370 deste estudo – em meio à mata densa, assestando seu longo arcabuz contra os índios. Ele ostenta botas altas, alças compridas, cinto de couro – onde está enfiada uma garrucha –, chapéu de abas largas e escupil, de onde pendem flechas atiradas pelos índios, aparadas eficazmente pelo tecido acolchoado. Essa imagem nada mais é que a reprodução de uma litogravura do início do século XIX, porém Teixeira não presta qualquer informação sobre a época em que ela foi feita, limitando-se a mencionar, na legenda, o sobrenome do autor do *quadro*: Debret²⁴⁰. Em termos objetivos: Teixeira simplesmente reproduz, em 1980, uma imagem concebida quase dois séculos antes.

²⁴⁰ O nome completo desse artista francês é Jean-Baptiste Debret. Ele esteve no Brasil em 1816 e, de volta à Paris, publicou a obra *Viagem Pitoresca e História ao Brasil*, que celebrou-se por seus desenhos minuciosos.

No meio da década de 1980 ocorreu uma importante mudança política no Brasil. Depois de pouco mais de duas décadas, a hegemonia dos governantes militares chegou ao final.

Sobre isso, escreveu Ghiraldelli Jr. (2003, p. 195-196):

A partir de 1985 o Brasil ficou livre da ditadura militar [...] Tancredo e, conseqüentemente, José Sarney, foram eleitos pelo Colégio Eleitoral, ou seja, o mecanismo ainda usado pela ditadura militar para repor seus generais na presidência.

Também sobre esse momento da história política brasileira, escreveu Aranha (2000, p. 217):

Em 1985 passamos ao primeiro governo civil depois da ditadura, ainda com inúmeros remanescentes da fase autoritária. À revelia dos movimentos populares, com destaque para a campanha das diretas-já, manteve-se a eleição indireta para a presidência da República. Toma posse o vice José Sarney, começando o governo civil com um político imposto pela aliança que tornara possível a vitória de Tancredo Neves. Saído das fileiras do PDS, partido fiel à ditadura, no ano anterior (1984) Sarney votara contra a emenda que propunha restabelecer as eleições diretas.

Naturalmente, os novos rumos políticos do Brasil, no sentido da democratização, passaram por discussões numa nova configuração parlamentar, culminando com a eleição de uma nova Carta Magna:

A democratização do país, como não poderia deixar de ser, passou pela eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte. Um novo Parlamento deveria fazer a nova Carta Magna, colocando de lado a Constituição imposta ao Brasil, e tantas vezes emendada autoritariamente de modo a servir a interesses momentâneos, pelos generais presidentes. E assim aconteceu. O Brasil ganhou uma nova Constituição em 1988 – certamente uma das mais avançadas quanto a direitos sociais, se comparada com as anteriores (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 205).

A respeito da questão educacional na perspectiva da nova constituição, escreveu o mesmo autor:

Na Carta de 1988, a educação não foi contemplada apenas no tópico específico destinado a ela, mas também recebeu atenção em outras partes do referido documento. Assim, no título sobre direitos e garantias fundamentais, a educação apareceu como um direito social, junto da saúde, do trabalho, do lazer, da segurança, da previdência social, da proteção à maternidade e à infância, da assistência aos desamparados (Artigo 6º). Também no capítulo sobre a família, a criança, o adolescente e o idoso, a educação foi incluída. A Constituição determinou ser dever da família, da

sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à educação como uma prioridade em relação aos outros direitos.

No lugar que lhe cabe na Constituição, a educação ficou ali mencionada como algo que deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 205).

Em dezembro de 1996 foi sancionada a nova LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob o nº 9.394/96. Antes que fosse sancionada, a nova LDB foi motivo de muita polêmica, com dois projetos tramitando ao mesmo tempo, apresentando redações divergentes em diversos pontos. Sobre esses projetos, escreveu Aranha (2000, p. 224):

O primeiro foi aprovado pela Câmara federal em maio de 1993 e, ao chegar ao Senado, teve como relator o Senador Cid Sabóia (daí ser conhecido como Substitutivo Cid Sabóia). Resultou de amplo debate, não só na Câmara, mas foi ouvida a sociedade civil, sobretudo no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, composto de várias entidades sindicais, científicas, estudantis e de segmentos organizados da educação. O Senador Darcy Ribeiro propôs outro projeto, com o apoio do governo e do ministro da Educação, por considerar que o substitutivo anteriormente apresentado, entre outros defeitos, era muito detalhista e corporativista (isto é, interessado em defender determinados setores). Em contraposição, o segundo projeto é criticado por ser vago demais, omissos em pontos fundamentais e autoritário, não só por não ter sido precedido por debates, mas por privilegiar o poder executivo, dispensando as funções deliberativas de um Conselho Nacional composto por representantes do governo e da sociedade.

Contrariado com o Projeto apresentado por Darcy Ribeiro, “que vinha em aliança com os interesses do governo Collor” (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 107), Florestan Fernandes escreveu um artigo contundente na *Folha de São Paulo*, expressando sua decepção em relação a Darcy Ribeiro, com quem sempre mantivera um relacionamento pautado pela amizade e admiração intelectual. Eis um trecho desse artigo de Fernandes citado por Ghiraldelli Jr. (2003, p. 207):

... estávamos prestes a sofrer uma decepção única. Nada menos que o Senador Darcy Ribeiro iria tomar a peito apresentar um projeto de lei de diretrizes e bases da educação nacional no Senado! Sua impaciência não permitiu esperar que a Câmara dos deputados terminasse o seu trabalho, ocasião em que o projeto tramitaria normalmente no Senado e lá sofreria transformações. Por que essa precipitação? O Senador, como representante do PDT, sentiu-se à vontade para aliviar o governo Collor de uma tarefa ingrata. Recebendo suas sugestões (e por essa via os anseios imperativos do ensino privado) e aproveitando como lhe pareceu melhor o projeto mencionado (o da Câmara), mostrou aquilo que se poderia chamar de versão sincrética “oficial” daquela lei. Terrível decepção para

todos os que somos amigos, colegas ou admiradores de Darcy Ribeiro! Sua cabeça privilegiada decidiu “servir o rei” e voltar as costas a Anísio Teixeira, o seu mentor pedagógico, e à nossa geração, que combateu ardorosamente os “ídola” que ele empolgou sem constrangimento.

Dessa celeuma, acabou resultando uma LDB que configurou-se como:

Uma mistura entre o Projeto que ouviu os setores da população e o Projeto do Senador Darcy Ribeiro, de certo modo mais afinado com o governo e com os interesses dos empresários do ensino (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 207).

No inciso V de seu artigo 3º, a nova LDB estabelece a *coexistência de instituições públicas e privadas de ensino*.

Já no artigo 4º, em seu enunciado inicial, bem como em seus dois primeiros incisos, a nova LDB estabelece que:

O dever do estado com a educação pública será efetivado mediante a garantia de: I – Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para o que a ele não tiverem acesso na idade própria; II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio.

Refletindo acerca do contexto brasileiro em que a educação se inseriu, depois de sancionada a nova LDB, escreveu Aranha (2000, p. 224):

... um triste recordista em concentração de renda, com efeitos sociais perversos: conflitos com os sem-terra, os sem-teto, infância abandonada, morticínio nas prisões, nos campos, nos grandes centros. Persiste na educação [...] uma grande defasagem entre o Brasil e os países desenvolvidos, porque a população não recebeu até agora um ensino fundamental de qualidade.

Sobre as disparidades regionais que caracterizavam o ensino fundamental no recente ano de 2003, observou Carneiro (2004, p. 44):

... importante é registrar que os desníveis em matéria de escolaridade continuam maiúsculos. Basta lembrar que, nas regiões Norte e Nordeste [...] as taxas de escolaridade continuam bem abaixo da média nacional [...] apesar de uma cobertura de matrícula bastante expressiva, com a média nacional em torno de 95%, havia, neste mesmo ano, 1,3 milhão de crianças na faixa etária de escolaridade compulsória fora da escola. Deste total, 84% eram crianças residentes na região Nordeste.

Já analisando o ensino Médio, escreveu Carneiro (2004, p., 44):

O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica. Embora com uma matrícula em 2003 de 8.398.008 para uma população na faixa

etária própria (de 15 a 17 anos) de 10.727.038, segundo o IBGE, há de se considerar, pela relevância do problema, que 63% dos brasileiros matriculados neste nível de ensino estão fora da faixa etária. Por outro lado, embora gratuito nas escolas públicas, o Ensino Médio, equivocadamente, não é obrigatório. A lei fala em sua progressiva obrigatoriedade e gratuidade. Esta posição deixa o Brasil em nítida desvantagem em relação ao que ocorre não apenas no mundo desenvolvido, mas também em muitos países com nível de desenvolvimento semelhante ao nosso.

Refletindo sobre aspectos de relevante importância para a mudança da educação no Brasil, escreveu Aranha (2000, p. 225):

Sem a intenção de fazer uma lista exaustiva das tarefas a serem realizadas, destacamos alguns pontos importantes. É preciso:

- instaurar uma *política educacional* decente, que destine as verbas públicas para o ensino público, com diretrizes educacionais coerentes e continuidade de implantação, evitando os desencontros das políticas governamentais;
- valorizar o professor (salário, carreira, formação continuada, concurso de ingresso), o que certamente manteria na ativa os profissionais de qualidade;
- escola para todos, sem sucumbir à tentação da monumentalidade: não necessitamos de grandes prédios, mas de qualidade de ensino, com rede escolar suprida de bibliotecas, obras de referência, instalações adequadas, condições reais de reuniões educacionais e pedagógicas.

Essas palavras, agregadas às de Carneiro (2004), demonstram que a nova LDB não determinou, de forma alguma, o alcance de um patamar de excelência, no que diz respeito à educação brasileira. Feita essa necessária e breve contextualização da educação brasileira, no período 1985/2006, passemos agora à análise dos livros didáticos produzidos no aludido período.

Em 1985, era editado, pela Editora do Brasil, o livro didático *História do Povo Brasileiro: Brasil Colônia*, de autoria de Renato Mocellin e destinado ao ensino de 1º grau. Afora o título da obra, que já denotava algo de questionador, ao focar o *povo brasileiro*, um interessante prefácio consta na página de rosto, demarcando, claramente, a postura ou posição crítica postulada pelo autor:

A presente obra tem, como objetivo principal, dar uma visão crítica da História do Brasil. Em razão dessa proposta, em todos os capítulos procuramos enfatizar a análise crítica, sem contudo esquecer dos fatos e datas, os quais constam dos chamados “quadros cronológicos”. Quanto às atividades reflexivas, as leituras complementares e os textos para análise, visam, sobretudo, levar o aluno a um posicionamento consciente sobre o nosso passado para uma melhor compreensão do presente. Se isto acontecer, sentir-nos-emos inteiramente recompensados (MOCELLIN, 1985).

No capítulo I, denominado *Introdução à História*, o autor enfatiza seu posicionamento *crítico*:

A História, não se restringe aos feitos de certos personagens, as guerras e os grandes acontecimentos. Devemos entender que o povo, de uma forma geral, faz a História. Eu, você, o simples camponês, o operário, o industrial; enfim, todos nós desempenhamos nossos papéis, participando de um determinado momento histórico (MOCELLIN, 1985, p. 07).

Esse Capítulo I é, na verdade, um arrazoado sobre a história da história, ou seja, sobre como a historiografia apresentou suas versões sobre a história.

Buscando se posicionar antagonicamente à *História da Elite*, que tornou-se influente na Alemanha do século XIX, o autor lamenta que em 1985, ainda eram publicados livros que apresentavam essa orientação historiográfica:

No século XIX, a “Escola Histórica Alemã” quis tornar a História uma ciência a mais exata possível. Apesar do valor das pesquisas documentais, esta História morta e fática, que só se preocupava com os “grandes” acontecimentos, as guerras e a vida das grandes personalidades, de científica tinha pouca coisa. Era na verdade uma História da elite, dos dominantes, onde os dominados não entravam. Infelizmente, ainda hoje existem livros que fazem este tipo de análise... (MOCELLIN, 1985, p. 08).

Na seqüência, denotando clara simpatia ao materialismo histórico, escreveu o autor:

Ainda no século XIX, Karl Marx e Frederico Engels deram importantes contribuições ao estudo da História. Partiram da idéia de que o modo como se produzem os bens materiais é que determina as transformações históricas [...] os historiadores que escrevem baseados no materialismo histórico procuram mostrar o papel que cada classe social desempenha, bem como as diversas contradições existentes dentro de um sistema econômico, para a partir daí compreender melhor todas as transformações que ocorrem (MOCELLIN, 1985, p. 08-09).

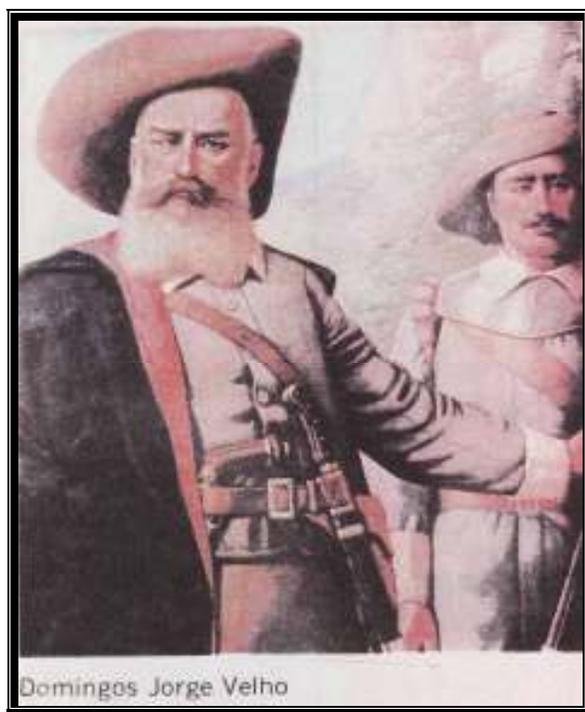
O autor também procurou demonstrar a importância dos historiadores franceses para a escrita da história:

Atualmente pode-se dizer que a história total apregoada pela “escola francesa” tem muitos adeptos. Para esses historiadores a análise das estruturas sociais, políticas, econômicas, culturais, religiosas, etc é fundamental. Procuram estudar os grupos humanos sob os mais diversos aspectos (MOCELLIN, 1985, p. 09).

Sobre o *herói na história*, escreveu o autor:

O conceito de herói é muito relativo, pois assume um concreto conteúdo de classe. Os que são heróis para a classe dominante não o são para a classe dominada. Por exemplo: Zumbi foi o herói para os negros que lutavam pela liberdade, já os portugueses tem como herói Domingos Jorge Velho, que destruiu o Quilombo de Palmares (MOCELLIN, 1985, p. 09).

Apesar de toda essa explanação crítica, explicitada no Capítulo I, porém iniciada bem anteriormente, no próprio prefácio de sua obra, Mocellin parece fazer tudo ao contrário, no Capítulo XII, intitulado *Entradas, Bandeiras e Formação das Fronteiras*, em que o bandeirante Domingos Jorge Velho é assim apresentado, em termos imagéticos:



Essa imagem é a reprodução de um quadro a óleo de Benedito Calixto, pintor que celebrizou-se por retratar personagens, episódios e aspectos geográficos da história brasileira, especialmente relativos à São Paulo. Na obra *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*²⁴¹, Ferreira (2002, p. 353) esclarece que Calixto ingressou no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 1905, cumprindo lembrar que essa instituição foi apontada, no referido trabalho, como

²⁴¹ Esse livro é fruto da pesquisa de livre-docência do autor, defendida em agosto de 1999 na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, Campus de Assis – SP.

um dos mais significativos centros de irradiação da *invenção épica paulista*. Integraram as fileiras do *Instituto* autores como Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Júnior e Alcântara Machado, estudiosos que se dedicaram, predominantemente, à disseminação da história de São Paulo, diversas vezes exaltando-a desabridamente. Calixto, porém, não foi apenas um hábil pintor – ele tinha formação que incluía estudos em vários ateliês europeus – imiscuído num círculo de literatos, pois de acordo com Ferreira (2002, p. 113): “Calixto, além de acumular, na entrada do século, um conjunto de quadros [...] escreveria com certa regularidade artigos a respeito da história paulista.”

Este pintor e pretense historiador em pauta viveu de 1853 a 1927. O óleo sobre tela que ele executou, retratando o bandeirante Domingos Jorge Velho – falecido entre 1703 e 1704²⁴² – data de fins do século XIX ou início do XX.

Isso posto, torna-se viável a percepção de que Mocellin incluiu, em seu livro didático de 1985, uma representação iconográfica nada *crítica*. Pelo contrário, a pintura de Calixto foi concebida num momento histórico específico, em que a ideologização da história paulista estava em franca efervescência, visando a perpetuação da hegemonia dos políticos de São Paulo, na república não há muito proclamada. Na pintura de Calixto, um homem de fisionomia européia e imensa barba patriarcal mira, com austeridade, quem o observa. Uma grande capa negra pende-lhe do ombro esquerdo. Em sua cintura, afixados num cinto de couro, aparecem um facão e uma garrucha. Sua mão esquerda segura um arcabuz e o chapéu de abas largas pende-lhe para o lado direito da cabeça. Não é possível detectar aqui, nada do homem de ancestralidade mameluca, postulado por Holanda²⁴³. Essa reprodução iconográfica não coaduna, de forma alguma, com o viés *crítico* propalado por Mocellin, tanto no prefácio quanto no primeiro capítulo do livro didático ora em análise. E o descompasso prossegue não apenas na iconografia, mas também na discursividade textual, através de asseverações como essa:

Tradicionalmente divide-se o bandeirantismo em quatro ciclos: do ouro de lavagem, da caça ao índio, do ouro de mina e do sertanismo de contrato (MOCELLIN, 1985, p. 58).

O autor que no início de sua obra defendia a criticidade, agora adere à *tradição da divisão do bandeirantismo em ciclos*, porém, propondo uma divisão não apenas bipartida – ciclos do apresamento e da mineração –, como querem alguns autores, ou

²⁴² Segundo Carvalho Franco (1989, p. 430).

²⁴³ Na obra *Raízes do Brasil*, Holanda (1998) tece considerações sobre a ancestralidade deste sertanista, apresentando-o como detentor de sangue mestiço, mameluco.

ainda tripartida – ciclos do apresamento, da mineração e do sertanismo de contrato – como querem outros, mas um fracionamento em quatro ciclos, conforme consta na citação e que agora analisaremos.

O *ciclo do ouro de lavagem*, segundo o autor, engloba as descobertas auríferas de pequeno porte, ocorridas antes mesmo da fundação de Piratininga, como a de Antônio Adorno, que “em 1514 [...] encontrou uma pequena quantidade de ouro na região leste das Minas Gerais” (MOCELLIN, 1985, p. 58). Segundo o autor, pertencem ainda a este ciclo outras descobertas, que ocorreram após a fundação de Vila de São Paulo:

Nas regiões próximas a São Paulo vários exploradores, descobriram ouro de aluvião em Guarulhos, São Roque, Jaraguá e mais tarde em Iguapé. A descoberta de ouro em Paranaguá, fez com que aumentasse a afluência de pessoas de Curitiba e a elevação de Paranaguá à categoria de vila (1648), são importantes marcas da expansão portuguesa em direção ao sul do Brasil (MOCELLIN, 1985, p. 58-59).

Sobre o ciclo da caça ao índio, escreveu o autor:

Os vicentinos, devido a impossibilidade de comprar escravos negros, recorriam à escravidão do índio. Nesta fase inicial, quando visavam abastecer o mercado local, o apresamento limitava-se à exploração dos estoques de índios próximos da capitania (MOCELLIN, 1985, p. 58).

Acerca do recrudescimento do apresamento, afirmou Mocellin (1985, p. 59):

A situação mudou quando os holandeses ocuparam o Nordeste brasileiro e controlaram a costa africana, de onde vinham os escravos. Nesta época as regiões que não estavam sob o domínio holandês, necessitavam de braços para a lavoura, daí a caça aos índios ter chegado ao apogeu.

O texto prossegue ressaltando o protagonismo de Raposo Tavares nos ataques às reduções do Guairá e do Itatim, respectivamente em 1629 e 1648, abordando ainda a permanência deste chefe bandeirante no sertão por três anos, liderando sua tropa que ao deixar São Paulo contava com 1200 homens, sendo que apenas 58 deles chegaram a Gurupá. Cumpre mencionar que essa é a famosa jornada que se tornou lendária, posto que acrescida da ingênua asseveração – por parte de autores outros, não de Mocellin – de que Raposo Tavares teria atravessado os Andes e alcançado o Pacífico.

Sobre o ciclo do sertanismo de contrato, escreveu Mocellin (1985, p. 60):

Em troca de terras ou pagamento, os bandeirantes, lançavam-se com muita coragem para empreender as mais difíceis tarefas. A

destruição do quilombo de Palmares, pelo paulista Domingos Jorge Velho e o aniquilamento da Confederação dos Cariris realizado por vários sertanistas [...] são as duas realizações mais importantes do chamado sertanismo de contrato.

Aqui, o autor ressalta a *muita coragem* dos bandeirantes, destacando a atuação de Domingos Jorge Velho na destruição de Palmares. Cumpre observar que a aniquilação do maior quilombo da Colônia foi aqui trazida à baila, desacompanhada de qualquer menção a Zumbi, o líder dos africanos agregados. Parece que Mocellin optou – posto que além da exaltação textual, também trouxe para o seu texto uma pintura retratando Jorge Velho – por ressaltar o *herói* dos portugueses, ao invés de exaltar o herói dos negros. Afirmamos isso alicerçados no que ele mesmo escreveu à página 09 de sua obra didática, quando, ao discutir o *conceito de herói*, afirmou que no episódio da destruição de Palmares, Zumbi foi *herói para os negros*, ao passo que Jorge Velho o foi para os *portugueses*. Há pouco – página 378 – transcrevemos para esse trabalho, em não tão pequena citação, as palavras de Mocellin sobre essa questão. As idéias de Mocellin acerca do heroísmo na história pareciam, no capítulo I de seu livro didático, carregadas de criticidade. No entanto, onze capítulos depois, ao abordar uma refrega ou contenda em que se salientaram dois heróis antagônicos, o autor eclipsa completamente um deles, deixando-o à sombra do protagonismo do outro. O herói eclipsado, no caso, é o líder negro Zumbi dos Palmares, tido como imortal em sua comunidade, um líder que não aparece nem no texto, nem na iconografia organizada por Mocellin, ao abordar o *ciclo do sertanismo de contrato*.

Ao aproximar-se do final do capítulo XII de seu livro didático, (Mocellin 1985, p. 60) aborda o que ele entende ser a última fase do bandeirantismo, o *ciclo do ouro de mina*:

Na segunda metade do século XVII, com o declínio do ciclo do apresamento de índios, os bandeirantes intensificaram as buscas na procura de ouro e pedras preciosas.

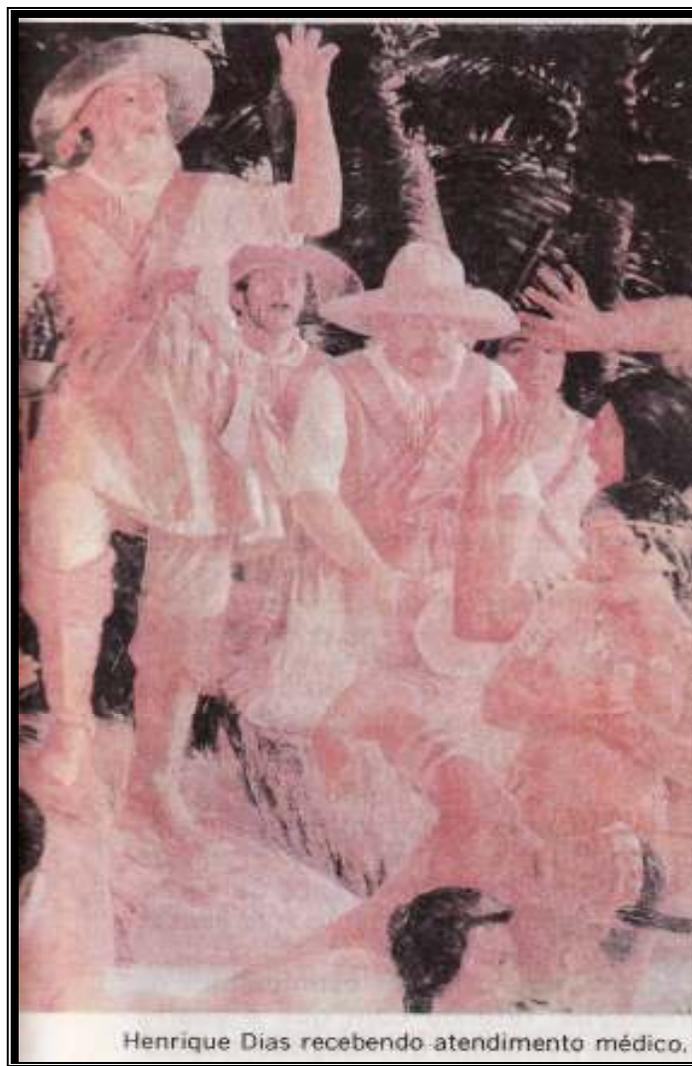
Depois disso, o autor, como muitos outros, faz uma lista de bandeirantes considerados importantes, afirmando que: “Vale destacar as figuras de: Bartolomeu Bueno da Silva [...] Fernão Dias Pais [...] Bartolomeu Bueno Siqueira [...] Antônio Dias Adorno [...] Manuel Borba Gato [...] Pascoal Moreira Cabral...” (MOCELLIN, 1985, p. 60).

Em relação ao primeiro sertanista mencionado, o autor reproduz a lenda de que o mesmo tocou fogo em pequena quantidade de aguardente, assim ameaçando os aterrorizados índios de que incendiaria os rios goianos, ganhando deles o apelido de Anhanguera; ao segundo é feita a ressalva de que embora sua jornada em busca de esmeraldas não tenha dado certo, os caminhos abertos por tal empreitada foram importantes; ao terceiro é atribuída a descoberta aurífera do Rio das Velhas; ao quarto é mencionado o mérito da descoberta das minas de Ouro Preto; em relação ao quinto é lembrado o achamento do ouro de Sabará e, finalmente, é atribuído ao sexto a descoberta do ouro cuiabano.

Nesse livro didático de 1985, destinado ao ensino de 1º grau, Mocellin alardeia – no prefácio e no capítulo I – criticidade e reflexão. Porém, no capítulo XII, nomeado *Entradas, Bandeiras e a formação das fronteiras*, explicitam-se a acriticidade, a tradição e o convencionalismo. A temática é desmembrada em ciclos, os bandeirantes são apresentados como homens de *muita coragem* e a iconografia é triunfalista, simples reprodução da *invenção épica paulista*.

A figura do bandeirante herói é bastante presente nesse livro didático. Tanto que num equívoco grosseiro, aparece, no capítulo XI, uma representação iconográfica bastante conhecida, que mostra Bartolomeu Bueno – o primeiro Anhanguera – no momento em que punha fogo na aguardente, rodeado por seus auxiliares e por índios e índias estupefatos. Cumpre esclarecer que o capítulo XI, nomeado *Os holandeses no Brasil*, trata, obviamente, das invasões holandesas, que ocorreram no Brasil, a primeira delas de 1624 a 1625, e a segunda de 1630 a 1654. Desta forma, é absolutamente descabida a inclusão, num capítulo que trata dessa temática, de uma representação iconográfica concernente a um paulista que andou pelos sertões goianos, bancando o mago perante os indígenas, um mago que detinha o poder de incendiar a água, e que por causa dessa trapaça se fez respeitar por seus crédulos circundantes.

O fator mais agravante nesse disparate cometido por Mocellin, provém da constatação de que o célebre Anhanguera aparece no lugar em que deveria constar uma representação iconográfica do herói negro Henrique Dias, que destacou-se na resistência lusa aos holandeses, inclusive ferindo-se em combate. Eis a representação iconográfica do Anhanguera, imiscuída onde deveria estar a de Henrique Dias, acompanhada da legenda que contata o engano em pauta (MOCELLIN, 1985, p. 54):



Henrique Dias é considerado um *herói* militar nacional, reconhecido pelo exército brasileiro como um combatente de *bravura inexcelável*, que teve a *mão estraçalhada*²⁴⁴ por um tiro de arcabuz provindo dos holandeses. No entanto, Mocellin menciona seu nome rapidamente, uma única vez, sem prestar qualquer informação maior a respeito desse personagem histórico negro, que reuniu sob o seu comando uma quantidade significativa de outros negros anônimos, recrutados perigosamente junto aos engenhos de cana ocupados pelos batavos. Em homenagem a Henrique Dias, uma unidade do exército brasileiro leva seu nome, na cidade de Campinas, interior do estado de São Paulo. É claro que não pretendemos aqui discutir os méritos desse homem considerado herói pelo exército brasileiro. Sabemos que as instituições militares

²⁴⁴ Informações obtida no site do Centro de Documentação do Exército Brasileiro.

estabelecem seus ícones, seus heróis, referindo-se a eles, não poucas vezes, com, perceptível triunfalismo. Não faz parte de nossos objetivos investigar o triunfalismo militar. Henrique Dias foi por nós abordado, pelo simples fato de ter sido omitido – parece que não intencionalmente – iconograficamente, no livro didático de Mocellin, cedendo espaço para a iconografia que representa o Anhanguera, em pose impositiva, ostentando todo o traje aparatoso que caracteriza o herói bandeirante. Procuramos, em outros livros didáticos, a representação iconográfica que teria que constar no texto de Mocellin, encontrando-a na obra intitulada *História do Brasil*, de autoria de Julierme, destinada à 5ª série e publicada em 1984 pelo Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas.

Eis a representação iconográfica que acabou não aparecendo na obra de Mocellin (1985), mas que encontramos em Julierme (1984, p. 78):



Na obra didática de Mocellin, os *heróis negros* parecem ter dificuldade para aparecer. O *corajoso* Domingos Jorge Velho aparece em triunfante óleo sobre tela de

autoria de Debret, no conteúdo que trata da derrocada de Palmares ... ao passo que Zumbi se ausenta, tanto do texto quanto da iconografia.

Noutro capítulo da obra em pauta, quando o autor aborda a resistência aos holandeses, inusitadamente aparece o Anhanguera, onde deveria estar Henrique Dias. Jorge Velho e Bartolomeu Bueno, bandeirantes protagonistas, que não deixam aparecer Zumbi e Henrique Dias. Dois heróis *para os portugueses*, que não permitem que apareçam os heróis *para os africanos*. Dois *brancos* no lugar de dois negros. Mocellin é um autor que cai em muitas contradições, parece que não intencionalmente. Sua obra é alardeada como crítica, porém só reproduz, reproduz e reproduz.

Em 1988, era lançado, pela Editora F.T.D., a obra *A história de um povo*, de autoria de Azevedo & Darós e destinada ao ensino de 1º grau.

O capítulo 24, denominado *Bandeirantes rumo ao interior* apresenta, logo abaixo de seu título, em caracteres maiores que os do texto, as seguintes palavras:

Falou em “bandeirantes”, sua imaginação talvez lhe fez ver grupos de pessoas destemidas, bem vestidas, bem calçadas, “*que queiram aumentar o tamanho do Brasil*”... Ilusão. O estudo objetivo da história não obriga você a olhar o bandeirante assim, como se ele fosse um super-homem sem nenhum defeito. E, naquela época, o bandeirante não podia pensar que suas *entradas* para o interior iriam ajudar a aumentar o território brasileiro – como realmente aconteceu. “*Brandindo achas e empurrando quilhas vergaram a vertical de Tordesilhas*”: são palavras de poeta (Guilherme de Almeida) (AZEVEDO e DARÓS, 1988, p. 90).

Grafadas bem no centro da página, essas palavras introdutórias prenunciam um texto em que aparece, logo no início, a dificuldade econômica que caracterizava o cotidiano dos paulistas:

O bandeirismo paulista nasceu da situação de miséria em que viviam os habitantes da capitania de São Vicente. Lá, a lavoura da cana não foi pra frente. Não suportou a concorrência dos canaviais do Nordeste. As terras eram poucas, espremidas entre a serra do Mar e o oceano. Os solos eram pobres... (AZEVEDO e DARÓS, 1988, p. 90).

Sobre a organização, chefia, disciplina e quantidade de homens envolvidos nas expedições, escreveram os autores:

As bandeiras eram organizadas por um chefe que recrutava brancos, caboclos (ou *mamelucos*) e índios. Todos se sujeitavam a uma disciplina rigorosa. O número de participantes variava. Houve

bandeiras pequenas – 15 a 20 membros. E houve bandeiras com centenas de participantes (AZEVEDO e DARÓS, 1988, p. 91).

Sobre a jornada de Fernão Dias em busca de esmeraldas, asseveraram Azevedo e Darós (1988, p. 92):

Fernão Dias Pais explorou extensas áreas de Minas. Com pequena ajuda oficial, ele partiu de São Paulo, em 1674, com 40 homens brancos, além de numerosos mamelucos e índios. Durante 7 anos, Fernão Dias percorreu vales, rios e córregos à procura de ouro e esmeraldas ... Morreu de febre na região das minas sonhando ter encontrado as cobiçadas “pedras verdes”, isto é, as esmeraldas que procurava. Na verdade, eram turmalinas, pedras esverdeadas, de pouco valor.

Também acerca dessa bandeira de Fernão Dias, citando Moreira dos Santos escreveram os autores:

Doenças, acidente, deserções, combates com os índios iam dizimando pouco a pouco a tropa (...). Num dos momentos mais difíceis da bandeira de Fernão Dias, seu filho bastardo – José Dias – compreendeu que a única maneira de voltar pra casa seria matando o obstinado líder da bandeira (seu pai). Mas Fernão descobriu a conspiração e quem morreu – enforcado à vista de todo o arraial – foi José (AZEVEDO e DARÓS, 1988, p. 91).

Os autores não deixaram de trazer à baila – como outros o fizeram – o enforcamento de José Dias, levado a efeito por ordem de seu pai.

Claramente antagônico à heroicização dos bandeirantes, o texto dimensiona a poesia como um domínio expressivo superlativo, que embora mereça ser conhecido, não deve ser entendido como uma fonte auxiliadora no processo de inteligibilidade ou interpretação da história. Isso é perceptível logo no início do texto, quando o trecho poético de Guilherme de Almeida – como já vimos – é adjetivado como *palavras de poeta* (p. 90), ou seja, como nada mais que isso. O mesmo sentido de tranqüila advertência é expressado já no final do capítulo 24, quando os autores convidam o leitor a conhecer, apenas por *prazer*, alguns trechos de uma famosa poesia de Bilac sobre Fernão Dias. O convite à leitura dessa poesia é feito nesses termos: “Agora leia pelo prazer de ler... veja como o poeta Olavo Bilac, na poesia O caçador de esmeraldas, descreve o delírio do bandeirante” (AZEVEDO e DARÓS, 1988, p. 92).

Na seqüência, ainda na mesma página, dois consideráveis trechos dessa composição poética de Bilac são dados a conhecer aos leitores. No alto da página seguinte, fechando o texto *Bandeirantes: rumo ao interior* – e por conseguinte o 24º

capítulo –, aparece um desenho representando Fernão Dias, debruçado sobre um córrego, tendo como legenda, abaixo de si, o terceiro trecho poético de Bilac citado por Azevedo e Darós (1988, p. 93):



Assim terminam o texto e o capítulo em pauta.

Na próxima página é iniciado o capítulo de número 25, também dedicado a tratar do bandeirismo, porém apenas das atividades relativas ao apresamento e à escravização do homem natural da terra. O texto do capítulo em questão intitula-se *Agora o índio é caçado também no interior*. Em letras garrafais, esse título aparece à guisa de legenda, abaixo da reprodução da célebre obra de Debret, intitulada Soldados de Mogi das Cruzes, que retrata os bandeirantes caçando índios no sertão:



Cumprе lembrar que essa representação iconográfica já foi trazida à baila nesse estudo, quando analisamos o livro didático de Francisco M. P. Teixeira, publicado no ano de 1980. Tal qual Teixeira, oito anos antes Azevedo e Darós reproduziram, já no final da década, a imagem do bandeirante bem paramentado.

Pelo fato de já havermos tecido maiores considerações sobre essa litogravura do início do século retrasado²⁴⁵, no momento não entraremos em maiores delongas sobre essa questão, bastando portanto frisar, que inapelavelmente, registra-se aqui nova reprodução de uma mesma obra iconográfica, concebida há muito tempo.

O texto de Azevedo e Darós, contudo, prossegue sem o viés laudatório que caracteriza tantas outras obras didáticas, ao tratar a temática bandeirantista. Aos indígenas, os autores parecem atribuir significativa importância, enquanto atores históricos:

Em quase todos os capítulos falamos do índio. E não poderia ser de outra maneira, pois ele estava em todas as partes do Brasil. Via

²⁴⁵ Página 370 e 372 desta tese.

tudo o que acontecia. Participava de tudo ... Quando notou as verdadeiras intenções dos brancos, isto é, apoderar-se das suas terras e escravizá-lo, ele reagiu, organizou-se, lutou como podia... (AZEVEDO e DARÓS, 1988, p. 94).

Sob um interessante subtítulo nomeado *Intenções boas, resultados desastrosos* (p. 94), os autores apontam os grandes prejuízos trazidos aos índios pelos jesuítas:

Trabalhando com os índios, na melhor das intenções, os padres não perceberam que seu trabalho prejudicou enormemente os índios, impondo-lhes costumes europeus, língua europeia, religião europeia, os padres destruíram os fortes laços que mantinham unidos os membros de cada tribo. Destribalizados, tornaram-se fracos... E mais: as reduções foram “um presente do céu” para os bandeirantes caçadores de índios (AZEVEDO e DARÓS, 1988, p. 94).

As reduções, repletas de índios destribalizados e em franco processo de doutrinação cristã, tornaram-se reservas de mão-de-obra, atraindo cada vez mais os bandeirantes.

Sob o título nomeado *Cerca de 300000 índios caçados*, escreveram Azevedo e Darós (1988, p. 95):

A época mais forte de caça ao índio coincidiu com a época em que os holandeses estiveram no Brasil ... O escravo ficou uma ‘mercadoria’ caríssima ... Os bandeirantes souberam disso e, prontificaram-se a oferecer aos senhores de engenho uma mão de obra abundante e ... mais barata: índios. Muitos paulistas viram nesse comércio uma ótima oportunidade de sair da pobreza.

Abordando os ataques de Raposo Tavares às reduções jesuíticas, os autores mencionaram também a denúncia levada pelos padres aos seus superiores europeus, em função dos assaltos dos paulistas, que haviam se tornado constantes:

Em 1628, *Antônio Raposo Tavares e Manuel Preto*, à frente de 69 brancos, 900 mamelucos e 2.000 índios auxiliares, acabam com as reduções de *Encarnación* e de *Guairá*. Depois será a vez de *Itatim*, *Tape* e muitas outras... Os ataques dos bandeirantes às missões tornaram-se cada vez mais freqüentes e violentos. Em meados do século XVII, dois emissários enviados pelos jesuítas denunciaram, em Roma e Madri, que os paulistas haviam aprisionado cerca de 300 mil índios entre 1614 e 1639 (AZEVEDO e DARÓS, 1988, p. 95).

Na seqüência, sob o título *Caminhando para a morte*, os autores transcrevem o relatório dos padres Duran e Crespo, que contém a denúncia aos seus superiores eclesiásticos da Europa:

“Os paulistas, conhecidos também pelo nome de mamelucos, tinham começado com pequenas expedições contra guaranis, desde 1618. Em 1628 e nos anos seguintes marcharam com verdadeiros exércitos. Caíram primeiro, de surpresa, sobre a redução de Encarnación, que devastaram. Os índios dispersos pelos campos foram postos a ferro e levados; os que resistiram à prisão foram massacrados. As crianças e os velhos muito fracos para seguirem a coluna em marcha forçada foram igualmente mortos pelo caminho” (DURAN e CRESPO *apud* AZEVEDO e DARÓS, 1988, p. 95).

O fechamento do texto deste 25º capítulo, que aborda exclusivamente o apresamento bandeirantista, não denota qualquer laivo de triunfalismo:

João Ramalho, Brás Cubas, depois Raposo Tavares, Manuel Preto e dois tios de Fernão Dias (Fernão Dias Leme e Luís de Leme) são nomes que passaram para a História, não pela bravura, mas pela violência e desumanidade (AZEVEDO e DARÓS, 1988, p. 95).

Este livro didático de 1988, intitulado *A história de um povo* é, seguramente, uma obra que não contribui para a disseminação da figura do bandeirante herói. É feito, ao longo de toda a abordagem sobre o bandeirismo, um claro trabalho de desmistificação da figura do antigo paulista.

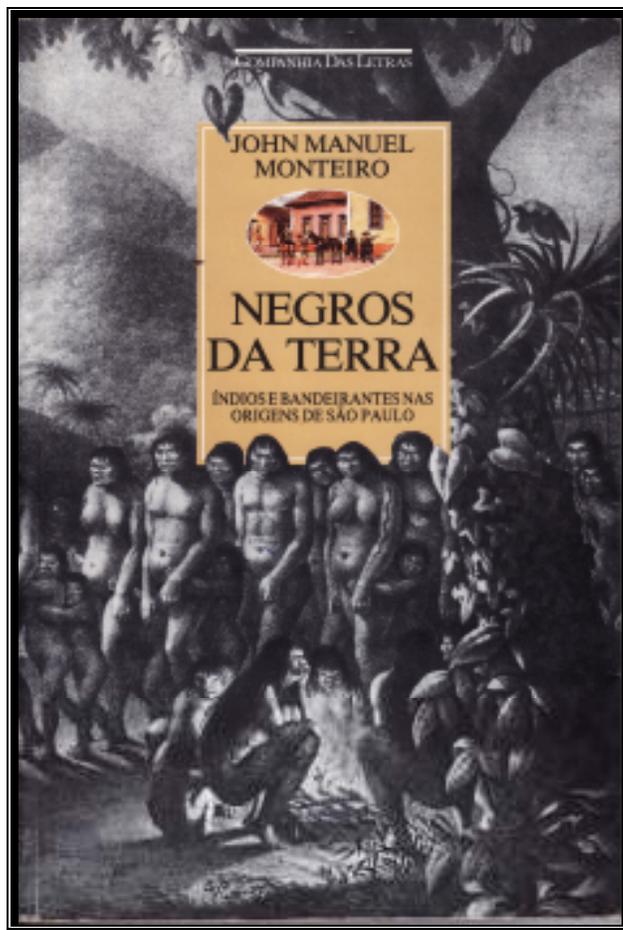
A pobreza aparece claramente; o vestuário aparatoso é questionado textualmente – embora seja reproduzido através da iconografia de Debret –; o enforcamento de José Dias é abordado, os poemas sobre os bandeirantes são dimensionados como fantasiosos e, sobretudo, os apresadores são apresentados como violentos e desumanos, responsáveis pelo aprisionamento de 300.000 índios.

Depois de tudo isso, Azevedo e Darós (1988, p. 95) apresentam uma representação iconográfica que mostra uma dança indígena, intitulada *A dança dos índios Puris*, de autoria de Rugendas²⁴⁶:

²⁴⁶ Pintor e desenhista alemão, que no início do século XIX veio ao Brasil, com a célebre expedição Langsdorff.



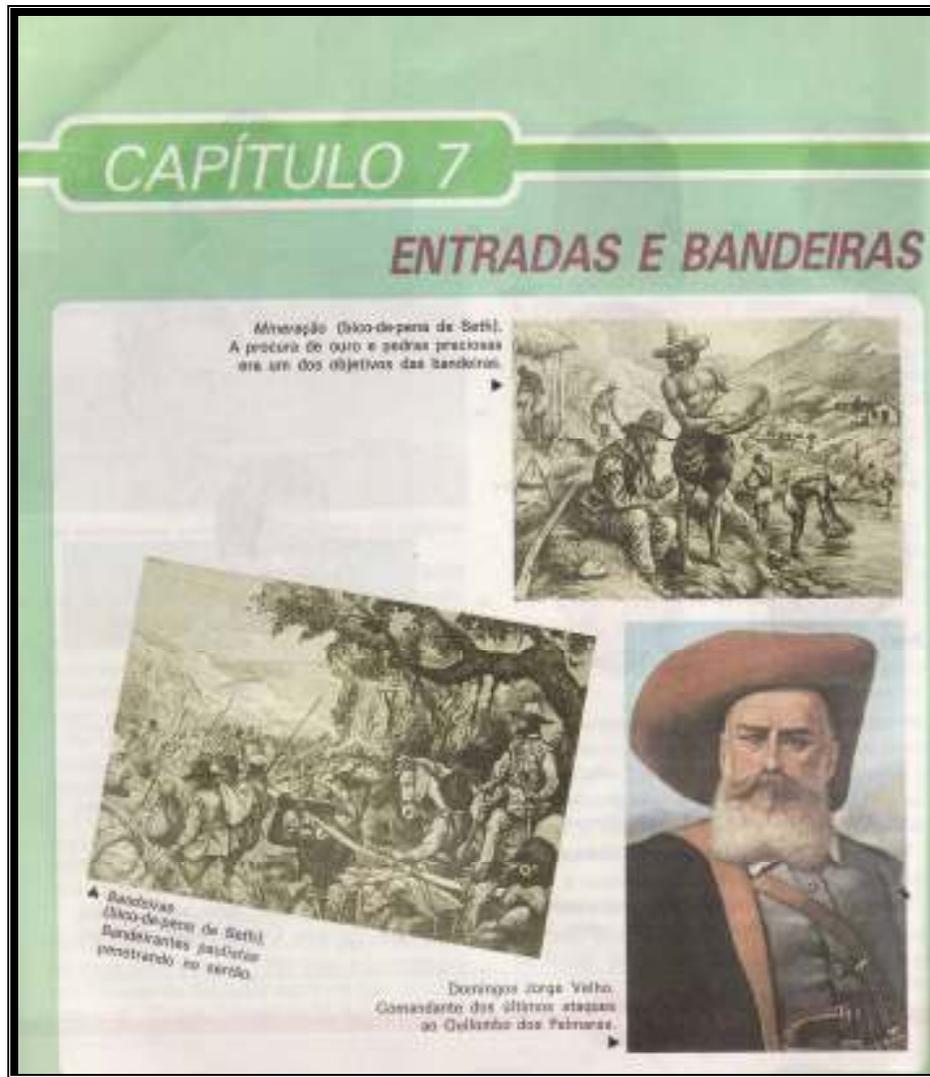
Essa representação iconográfica, que Azevedo e Darós incluíram em seu livro didático de 1988, se tornaria bem mais conhecida seis anos depois, quando Monteiro (2000) lançou sua obra – não didática – *Negros da Terra*, que se tornaria referência para os estudos do bandeirismo. A capa dessa obra é a reprodução de *A dança dos Puris*:



Também em termos textuais, as postulações de Azevedo & Darós assemelham-se às de Monteiro. Porém, no livro didático desses autores, não consta qualquer alusão ao labor escravo em larga escala, que ocorria no próprio planalto. O apresamento indígena para Azevedo & Darós, ocorria apenas para sustentar o comércio, o tráfico para os engenhos açucareiros, diferentemente das asserções de Monteiro, que apontam para um cenário piratiningano repleto de escravos... trabalhando para os próprios paulistas.

Em 1990, Osvaldo Rodrigues de Souza publicava, pela Editora Ativa, o livro didático intitulado *História do Brasil*, destinado ao ensino de 1º grau.

A página 70, que abre o capítulo que trata das *Entradas e Bandeiras*, foi assim organizada:



O texto de Souza (1990, p. 71) começa explicando o que eram as entradas:

Entradas eram expedições organizadas pelo governo, formadas por pequeno número de homens armados, que saíam pelo interior em busca de riquezas minerais [...] várias entradas foram organizadas no século XVI.

Através da leitura das Atas da Câmara de São Paulo, referentes ao século XVI, é possível verificar que ocorreram entradas não apenas com o objetivo de buscar riquezas minerais, como também norteadas para o apresamento ou o combate aos índios que assediavam o planalto.

Sobre as bandeiras, afirmou o autor:

As bandeiras eram expedições particulares, isto é, organizadas por comerciantes, fazendeiros, etc. Algumas tinham como objetivo

procurar ouro e pedras preciosas, outras, capturar índios para serem empregados na lavoura (SOUZA, 1990, p, 71).

Abaixo dessas palavras, aparece a seguinte representação iconográfica:



Sobre a vestimenta dos sertanistas, escreveu Souza (1990, p. 72):

Os **bandeirantes** usavam roupas especiais para enfrentar as matas e o sertão: chapéu de abas largas, botas de cano alto, espécie de colete acolchoado de algodão (**o gibão**) e, às vezes, um colete de couro de anta, chamado **coura**. O gibão e a coura protegiam contra as flechas. Os acompanhantes nem sempre tinham dinheiro para adquirir ou mandar fazer essas roupas, sendo que alguns usavam apenas um pano amarrado ao redor da cabeça e andavam descalços.

Essas palavras do autor não são pouco significativas, pois, depois de promoverem um entendimento minucioso acerca de todos os itens do aparatoso vestuário do antigo paulista, fazem uma ressalva sobre os *acompanhantes* que não tinham condições econômicas de adquirir tais paramentos, afirmando que esses andavam *descalços* e com um pano na cabeça.

No entanto, a iconografia que aparece logo abaixo não contempla tal ressalva:



Sobre as armas utilizadas pelos bandeirantes, escreveu Souza (1990, p. 72):

As bandeiras geralmente se compunham de um grande número de pessoas. Alguns índios acompanhavam os bandeirantes, servindo-lhes geralmente de guias. Além de índios, iam também mamelucos e muitas outras pessoas.

Entendendo o fator econômico como elemento determinante para a organização de expedições sertanejas, escreveu o autor:

Ao contrário do Nordeste, onde a indústria do açúcar enriquecia os donos de engenho, em São Paulo havia muita pobreza. A vila de São Paulo era pequena e sem recursos. A agricultura dava pouco lucro, pois, não produzia quase nada para exportar. Como queriam enriquecer, os colonos de Piratininga começaram a procurar riquezas minerais no sertão. E como faltava mão-de-obra para a lavoura, eles passaram a escravizar índios. Alguns eram empregados nas propriedades de São Paulo e outros vendidos aos fazendeiros das demais capitanias (SOUZA, 1990, p. 73).

O entendimento do bandeirismo em ciclos – já diversas vezes abordado por outros autores, como também já analisado mais de uma vez nesse trabalho – também é

postulado por Souza (1990, p. 73-74), que escreve sobre *O ciclo do ouro de lavagem, O ciclo de caça ao índio e o Grande ciclo do ouro*.

Na seqüência, são elencados os paulistas entendidos por Souza (1990, p. 74) como os *principais bandeirantes do grande ciclo do ouro*: Antônio Rodrigues Arzão, Manuel de Borba Gato, Pascoal Moreira Cabral, Bartolomeu Bueno da Silva e Fernão Dias Pais. Sobre este último, escreveu o autor:

Uma grande expedição, comandada por **Fernão Dias Pais**, o **Caçador de Esmeraldas**, saiu de São Paulo em direção a Minas Gerais. Depois de percorrer a região do vale do Jequitinhonha durante sete anos, Fernão Dias morreu sem ter encontrado esmeraldas. Encontrou apenas turmalinas sem valor. Esta bandeira teve a vantagem de explorar a região e de abrir o caminho para o grande ciclo do ouro (SOUZA, 1990, p. 74).

Nada é escrito sobre o enforcamento de José Dias, o filho de Fernão Dias, nessa jornada em busca de esmeraldas. A exemplo de outros vários autores, Souza não menciona sequer a presença desse filho mestiço do chefe bandeirante nessa importante empreitada.

Fechando seu texto sobre *Entradas e Bandeiras*, escreveu Souza (1990, p. 74):

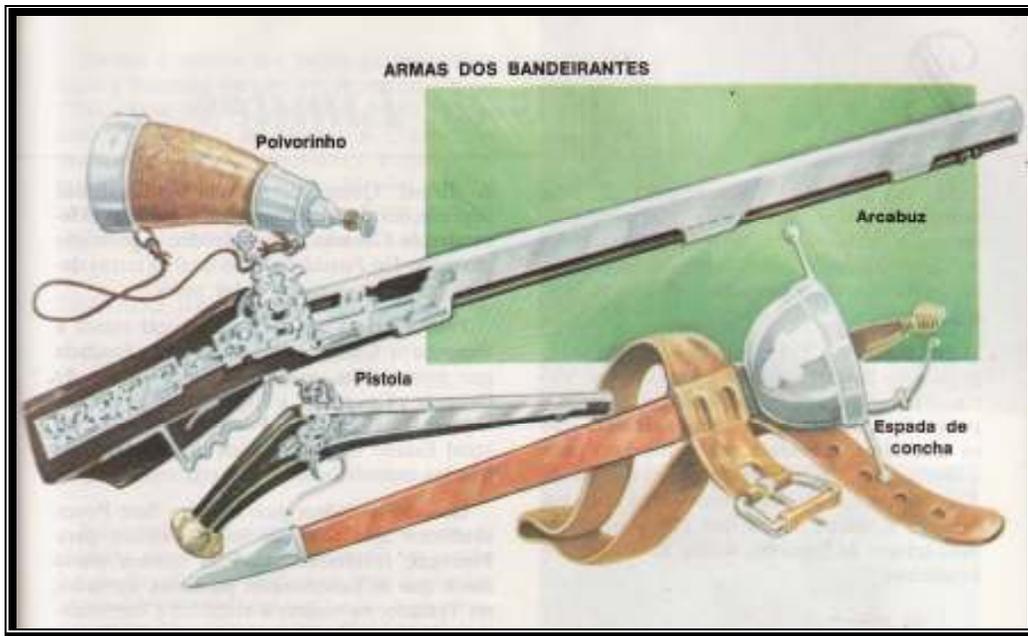
As bandeiras tiveram importantes conseqüências para o Brasil. As principais foram: expansão do território brasileiro; conquista da região Centro-Oeste; descoberta de ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; fundação de povoados no interior; estabelecimento de tratados de limites entre Portugal e Espanha [...]; escravização e matança de índios: estas foram as conseqüências mais negativas e condenáveis da ação dos bandeirantes.

Depois dessa finalização textual, aparece a representação iconográfica de Debret, que demonstra *bandeirantes caçando índios no sertão*. É a reprodução da mesma concepção artística do início de século XIX, que já analisamos em Teixeira (1980)²⁴⁷ e Azevedo e Darós (1988)²⁴⁸, razão pela qual não a reproduziremos nem a comentaremos aqui, registrando, portanto, sua nova recorrência, desta vez numa obra didática do ano de 1990.

Ainda depois da reprodução iconográfica mencionada, aparece um grande e colorido desenho, sob o título *armas dos bandeirantes*, abrangendo metade da página 75:

²⁴⁷ Página 370 deste estudo.

²⁴⁸ Página 388 deste estudo.



Essas não parecem armas de rústicos mateiros, mas de cidadãos integrantes de guardas palacianas, imperiais. Nenhuma arma nativa aparece, apesar de já ser de conhecimento dos historiadores que os paulistas aprenderam a usar armas indígenas, especialmente a flecha, da qual fizeram largo uso no sertão²⁴⁹, inclusive nas práticas venatórias.

Em síntese, essa obra didática de Souza apresenta uma farta iconografia corroboradora do bandeirante herói; aliada a uma elaboração textual que vai na mesma direção, reproduzindo as assertivas mais convencionais acerca do aparato bélico e do vestuário do antigo sertanista paulista. Apesar disso, aparece no texto a pobreza paulista e, pela primeira vez, dentre os livros didáticos que investigamos, é mencionada a existência de sertanistas que andavam descalços no sertão, por não poderem comprar acessórios adequados. A presença de índios nas expedições também é postulada, além de ser mencionada também a utilização de escravos no próprio planalto, particularidade que raramente aparece nos livros didáticos. Por outro lado, o protagonismo dos “principais bandeirantes” é reproduzido por Souza (1990, p. 74), que realça seus feitos e descobertas, porém não seus assassinios ou ordens de execução. Exemplo disso é o caso não apenas de Fernão Dias (cujo enforcamento do filho não é abordado), mas também de Borba Gato, que esteve foragido no sertão por dezoito anos, após ter sido acusado de assassinar D. Rodrigo de Castelo Branco, em 1682. De Borba Gato, o autor apenas

²⁴⁹ Na obra *Caminhos e Fronteiras*, Holanda (1957) aborda a fundo essa questão.

menciona que ele “encontrou ouro em Sabará, Minas Gerais” SOUZA, 1990, p. 74). Fernão Dias, para Souza (1990, p. 74), foi o homem que abriu “caminho para o grande ciclo do ouro”, como já vimos em maiores detalhes.

Dentre as “conseqüências das bandeiras”, ao lado da expansão territorial, aparecem a “escravização e matança de índios” (SOUZA, 1990, p. 74). Numa só frase, o bandeirante apresentado por Souza, em seu livro didático de 1990, é um herói-vilão, ainda que mais herói que vilão.

Em 1991, era lançado pela Editora Ática o livro didático *História do Brasil*, de autoria de Maria Januária Vilela Santos e direcionado ao ensino de 1º grau²⁵⁰. O capítulo 8 dessa obra, nomeado *A conquista do interior*, diferencia as entradas das bandeiras:

As primeiras expedições organizadas para conhecer as regiões mais afastadas do litoral chamavam-se entradas [...] um pouco mais tarde, já no século XVII, novas e mais importantes expedições seguiram para o interior: as bandeiras [...] as entradas eram organizadas pelo governo e não iam além da Linha de Tordesilhas; as bandeiras, ao contrário, eram organizadas por particulares e ultrapassavam os limites de Tordesilhas (SANTOS, 1991, p. 103).

Sobre as finalidades das entradas, escreveu a autora:

As entradas [...] tinham as seguintes finalidades:

- Procurar ouro;
- explorar o território brasileiro;
- aprisionar índios (SOUZA, 1991, p. 103).

Acerca dos objetivos das bandeiras, afirmou Santos (1991, p. 104):

As bandeiras são divididas em dois tipos:

- Bandeiras de apresamento: tinham por objetivo a captura de indígenas.
- Bandeiras de procura de minerais: tinham por objetivo a procura de metais preciosos, especialmente o ouro.

Como se percebe, tanto entradas quanto bandeiras buscavam índios e minerais preciosos. Só por isso, já poderia ser averiguada a incongruência que caracteriza a opção por distinguir expedições que apresentavam interesses congêneres. Quanto à questão da exploração do território, que a autora atribui apenas às entradas, cumpre aqui expressar nosso entendimento de que também as bandeiras o faziam, uma vez que

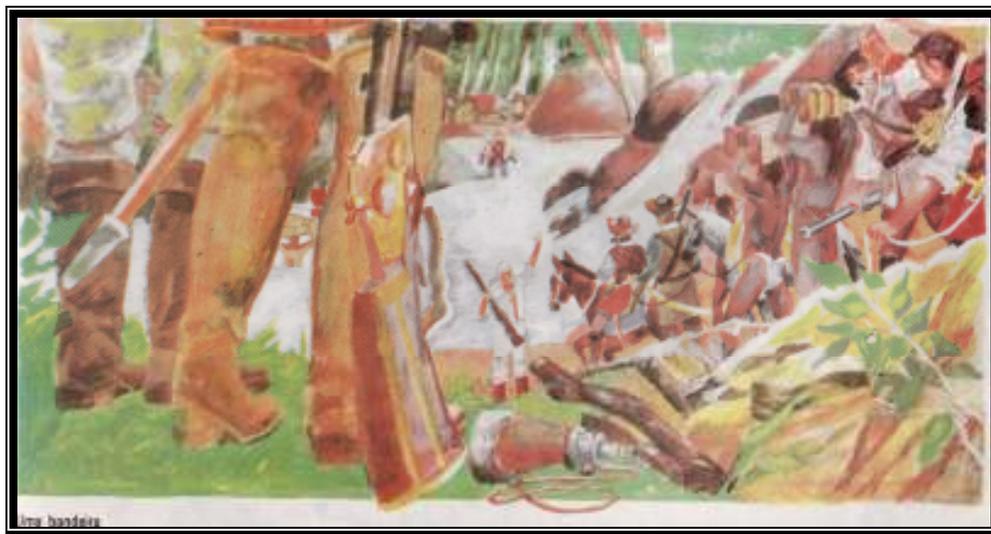
²⁵⁰ 37ª edição.

qualquer expedição que penetrava continente adentro estava, indubitavelmente, explorando o território, independentemente de seus objetivos.

Descrevendo a composição de uma bandeira, escreveu Santos (1991, p. 103-104):

A bandeira era comandada por um chefe que tinha todo o poder sobre os participantes. Como ajudantes imediatos do chefe, havia um grupo de *homens brancos* [...] também participava da expedição um grupo de mamelucos [...] conhecedores do sertão, funcionavam como guias e intérpretes no contato com os indígenas. A maior parte dos componentes da bandeira era formada por índios. Eles faziam todo o trabalho pesado, como carregar as provisões [...] eles atuavam também como soldados durante os ataques às aldeias indígenas.

Essa descrição da autora – que inclui depois a presença do capelão – acerca da composição de uma bandeira é, até onde sabemos, bastante pertinente. No entanto, na seqüência de sua abordagem é apresentado o seguinte desenho:

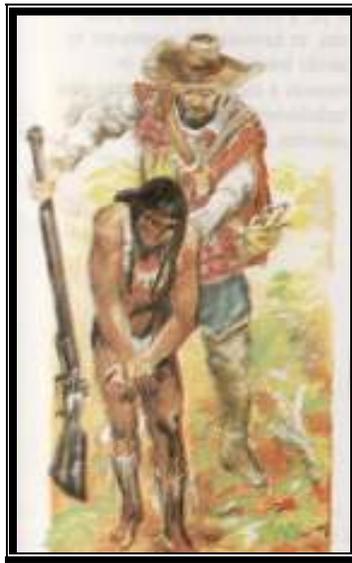


Nesse desenho, aparecem em primeiro plano a coronha de um arcabuz, o polvorinho jazendo no solo e as altas botas de couro de dois bandeirantes; da cintura de um deles pende uma espada. Ao fundo, aparece a expedição prestes a atravessar um curso d'água. Dentre os vários mateiros da tropa, um segue a cavalo.

O texto prossegue, explicando o apresamento como uma atividade decorrente da pobreza planáltica, explicitando ainda o trabalho escravo dos índios nas próprias terras dos paulistas:

A vila de São Paulo não dispunha de nenhum produto de exportação que fosse fonte de riqueza para seus habitantes. A economia de São Paulo baseava-se apenas em pequenas plantações de mandioca e milho e na criação de galinhas e porcos. Não tendo riqueza suficiente para comprar escravos africanos, os donos dessas pequenas propriedades escravizavam os indígenas para o trabalho em suas terras (SANTOS, 1991, p. 104).

Ao lado dessas palavras, aparece a representação iconográfica de um bandeirante conduzindo um indígena apressado:



As explicações textuais seguem abordando a valorização do escravo indígena, quando da intervenção holandesa junto aos portos africanos, fator que determinou o estancamento do abastecimento de escravos negros para diversas áreas da colônia, especialmente para as terras hoje pertencentes à Bahia, que ostentando muitos engenhos canavieiros, configurou-se como um significativo mercado consumidor da mão-de-obra da terra, arrancada das matas e das reduções jesuíticas pelos paulistas:

Inicialmente, os bandeirantes atacavam apenas os indígenas que viviam na mata, em suas aldeias. Quando aumentou a procura de mão-de-obra indígena, eles passaram a atacar as missões religiosas [...] nas reduções os índios iam aprendendo os hábitos dos europeus de uma maneira menos violenta. Os padres ensinavam-lhes a religião, a ler e escrever, o trabalho agrícola, certas profissões, como carpinteiro, sapateiro etc [...] os bandeirantes preferiam atacar as missões porque, além de ser muito mais fácil capturar os índios aldeados pelos padres, eles já conheciam alguns ofícios e por isso alcançavam preços mais altos (SANTOS, 1991, p. 105).

Citando os nomes de Raposo Tavares e Manuel Preto, a autora aborda a destruição do Guairá, afirmando que nessa região missionária foram escravizados aproximadamente 60.000 índios, na primeira metade do século XVII. Mencionando também os assaltos bandeirantistas às reduções do Tape e do Itatim, ocorridos na mesma época, afirmou Santos (1991, p. 105):

O aprisionamento dos índios foi realizado de maneira violenta e brutal. Os índios não eram considerados como seres humanos, possuidores de direitos que deviam ser respeitados. Os bandeirantes não só prenderam como mataram indígenas em massa. Para escapar da captura ou da matança, só restou aos indígenas fugir...

Não apenas a escravização, mas também a *matança* de índios é aqui asseverada, incluindo ainda as fugas que ocorreram em função disso.

A reprodução de um quadro de Teodoro Braga, à página 105 do livro didático de Santos (1991), aparece na seqüência:



Abaixo dessas palavras, aparece a reprodução de um quadro de Rafael Falco, retratando a morte de Fernão Dias, com a seguinte legenda:



Cumpre salientar que, ao morrer, Fernão Dias era um homem arruinado financeiramente. Praticamente todo o seu patrimônio havia sido empregado em sua expedição, durante anos seguidos. É largamente sabido que sua mulher, Maria Betim, vendeu gado, ouro e terras da família, enviando recursos de tais bastas vendas ao marido no sertão, por intermédio de emissários de confiança, sob ordens expressas do autoritário chefe bandeirante. Portando, a venda dos bens da família, por parte de Maria Betim, ocorreu num segundo momento, já com a bandeira embrenhada no sertão, depois que Fernão Dias já tinha investido um grande montante inicial no aviamento da empresa, ainda antes de partir do planalto paulista. Portanto, os dispêndio sucessivos, antes e no decurso da expedição, exauriram Fernão Dias financeiramente²⁵¹. Além disso, inúmeros integrantes de sua tropa o abandonaram, retornando à Piratininga. Mesmo assim, depois de longos sete anos internado nas brenhas, Fernão Dias aparece limpo e bem vestido no quadro de Falco. Além de seu filho Garcia Rodrigues, outros

²⁵¹ Na obra *Roteiro das Esmeraldas*, Barreiros (1979), embasado em diligente pesquisa de fontes primárias, demonstra claramente o quanto a coroa portuguesa incentivou essa empreitada sertaneja de Fernão Dias que, deslumbrado com o ânimo da realeza, não titubeou em dilapidar sua fortuna pessoal, recebendo da administração colonial auxílios econômicos que, além de insuficientes para a magnitude da empresa, foram liberados de maneira fracionada e ainda condicionalmente, ou seja, caso as esmeraldas não fossem achadas, o dinheiro deveria ser devolvido aos cofres reais. A abordagem de Barreiros delinea Fernão Dias como um líder sertanista não pouco, mas significativamente explorado pela coroa portuguesa.

três sertanistas o rodeiam, assistindo-o em seu leito de morte improvisado, enquanto inúmeros outros membros da tropa aparecem ao fundo. O governador das esmeraldas exibe paramentos nada rotos, nada desgastados pela rusticidade da jornada: botas altas, calça comprida, colete de couro, arcabuz (que jaz entre suas pernas) e chapéu de abas largas (jazente ao seu lado). Todos os homens que o assistem calçam botas altas de couro. Um deles, de pé, segura um grande chapéu branco nas mãos, ostentando uma espada pendente da cintura. No solo, entre a profusão de objetos pertencentes à matalotagem dos sertanistas, aparecem chapéus e espadas. Com o rosto aparentando claro asseio, emoldurado por barba e cabelos imaculadamente brancos, Fernão Dias assemelha-se a um patriarca prestes a expirar serenamente, assistido de perto por seu dileto filho, o jovem e imberbe – na concepção de Falco – Garcia Rodrigues, fruto de sua união com Maria Betim, que Oliveira (1909, p. 66), chamara de *intrépida paulistana* e *heroína*. Essa representação iconográfica demonstra, em termos imagéticos, o extremoso filho, que segundo boa parte da historiografia, foi Garcia Rodrigues. Por outro lado, nesse livro didático de Santos, absolutamente nada aparece – nem no texto, nem na iconografia – sobre José Dias, o meio-irmão de Garcia, o mameluco propalado pela historiografia como um insurreto, um amotinado que foi enforcado por ordem do pai, em nome da disciplina da tropa. Na abordagem de Santos, José Dias não é trazido à baila e, por conseguinte, não é trazida à baila uma faceta não tão conhecida de Fernão Dias, que é a de juiz da morte de seu próprio filho.

Finalizando sua abordagem sobre os bandeirantes, Santos (1991, p. 108) aponta os seguintes *resultados das bandeiras*:

As bandeiras modificaram profundamente o Brasil, no aspecto geográfico: o território brasileiro foi aumentado, estendendo-se para muito além da linha do Tratado de Tordesilhas. Além disso, os bandeirantes descobriram ouro e pedras preciosas, dando início a uma nova etapa de nossa História [...] No entanto, ao lado desses aspectos positivos das realizações dos bandeirantes, há outro resultado que foi negativo: eles invadiram aldeias indígenas e missões, matando grande parte de seus habitantes e escravizando um número enorme de índios.

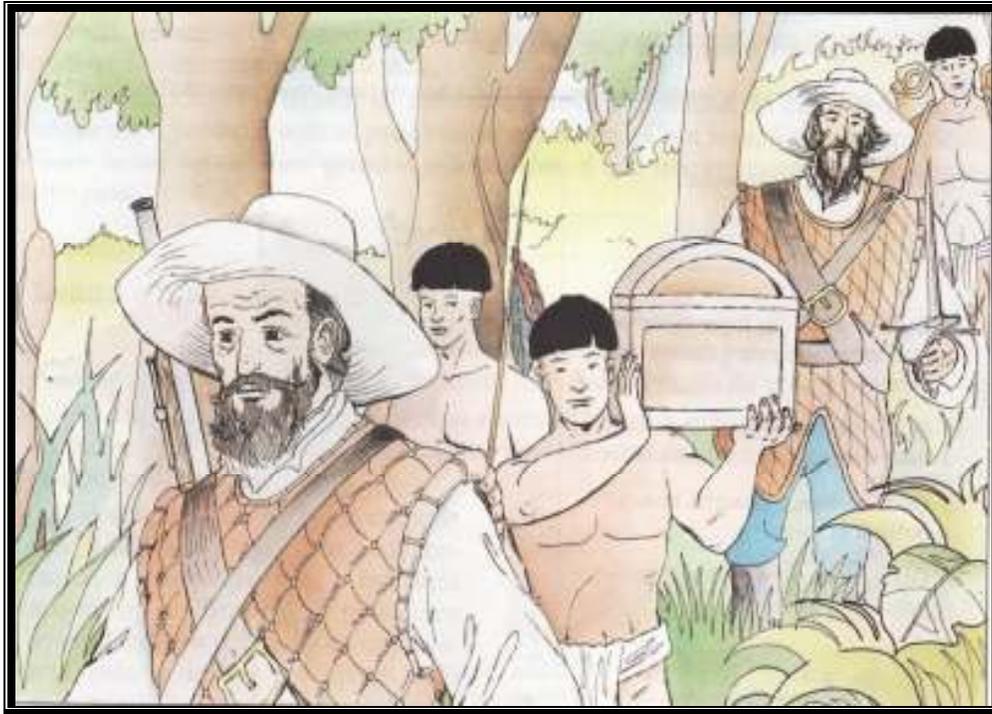
Nesse livro didático de 1991, direcionado ao ensino de 1º grau, Santos divide as expedições, classificando-as em entradas e bandeiras, demonstrando a carência econômica do planalto como fator determinante para a prospecção mineral e o apresamento de índios. Essa última atividade aparece claramente, tanto no texto quanto na iconografia, que invariavelmente opta por uma representação imagética concebida

do sertanista bem equipado, em termos de armas e vestimenta. Dentre outros sertanistas que procuraram minerais valiosos, é dado claro destaque à Fernão Dias, embora tenha sido ele grande apresador, antes de iniciar sua célebre caça às esmeraldas. Embora o apresamento do índio apareça claramente, são apontados apenas dois sertanistas como protagonistas de tal obra escravocrata: Raposo Tavares e Manuel Preto.

Responsáveis pela expansão geográfica do Brasil, os bandeirantes foram também os heróis das descobertas minerais, bem como cruéis assassinos escravocratas. Heróis e assassinos que usavam sempre a mesma indumentária, quer caçassem índios ou procurassem ouro ... a mesma indumentária aparatosa, que incluía artigos importados de além-mar, mesmo com toda a pobreza que reinava em São Paulo. Eis os bandeirantes apresentados por Santos, nessa obra didática de 1991.

Em 1996, quatro autores se uniram para lançar um livro didático, Eram eles Maria Teresa Marsico, Maria do Carmo Tavares da Cunha, Maria Elisabete Martins Antunes e Armando Coelho de Carvalho Neto. A obra, concebida por esse quarteto e intitulada *Estudos Sociais*, foi publicada pela Editora Scipione e destinou-se aos alunos da 4ª série do 1º grau.

Averiguemos como a figura do bandeirante é tratada por Marsico et.al. (1996, p. 40), no texto *A expansão do território brasileiro: entradas e bandeiras*, que começa não necessariamente com palavras, pois abaixo do título, antes de mais nada, aparece a seguinte representação iconográfica:



Aqui, a bandeira avança em fila índia. Os bandeirantes estão de chapéu, escupil, camisas de mangas longas, calças compridas e botas de couro. O que vai à frente leva uma arma de cano longo às costas; o que segue mais atrás conduz sua espada voltada para o alto. Os índios carregam os utensílios da tropa. Imagetivamente é nítida a diferença entre índios e bandeirantes, não apenas na indumentária. Nada aparece que possa evocar, mesmo que remotamente, a significativa miscigenação ocorrida na colônia, que acabou por incluir nas expedições uma nada insignificante quantidade de mamelucos. Nessa concepção iconográfica – assim como ocorre na maior parte da iconografia do bandeirismo –, o bandeirante é bandeirante e índio é índio. Fisionomias de traços marcadamente europeus distinguem-se claramente de fisionomias indígenas.

Nessa obra didática presentemente analisada, o texto propriamente dito – sobre *A expansão do território brasileiro* – é assim iniciado:

No início da colonização do Brasil, os primeiros moradores fixaram-se nas terras próximas ao mar, ou seja, no litoral. Aí foi feita a exploração do pau-brasil e as primeiras plantações de cana-de-açúcar. O nosso interior continuava do mesmo jeito e quase não era conhecido. Os colonizadores evitavam penetrá-lo por causa dos ataques de índios e das matas fechadas [...] a penetração do interior foi feita através das entradas e bandeiras... (MARSICO et al., 1996, p. 40).

Sobre as entradas, escreveram os autores:

...eram expedições organizadas pelo governo português para penetrar e reconhecer o sertão, aprisionar índios para serem escravizados e procurar riquezas minerais. Elas não ultrapassavam a linha estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas (MARSICO et. al., 1996, p. 40).

Acerca das bandeiras, postulavam os autores:

... eram expedições organizadas por particulares [...] partiam geralmente da vila de São Paulo que, por isso, ficou conhecida como a capital dos Bandeirantes. Tinham por finalidade aprisionar índios e procurar riquezas. Não respeitavam a linha de Tordesilhas e, assim, penetraram profundamente o interior, chegando até a atingir terras espanholas. Com isso, colaboraram para a ampliação de nosso território (MARSICO et. al., 1996, p. 41).

Nesse livro didático as bandeiras não são divididas em *ciclos*, mas em *tipos*:

As bandeiras que desbravaram o interior eram de três tipos: bandeiras de caça ao índio, bandeiras de sertanismo de contrato e bandeiras de mineração (MARSICO et. al., 1996, p. 41).

Acerca da escravização em larga escala, ocorrida no próprio planalto, absolutamente nada é escrito, uma vez que sobre as bandeiras de caça ao índio, asseveram os autores que “... tinham por finalidade aprisionar índios e vendê-los como escravos para os engenhos de cana-de-açúcar” (MARSICO et. al., 1996, P. 41).

No que diz respeito às *bandeiras de sertanismo* de contrato, escreveram os autores:

... eram organizadas para combater os índios que atacavam as fazendas e para trazer de volta escravos negros que fugiam de seus donos, escondendo-se nas matas ou nos quilombos (esconderijo de escravos). Para isso, eram contratados bandeirantes que conheciam bem o sertão (MARSICO et. al., 1996, p. 41).

Sobre as *bandeiras de mineração*, bem como sobre o povoamento e o surgimento de cidades resultantes dessas empresas, afirmaram os autores:

Eram bandeiras que saíam para procurar minerais valiosos, como ouro, prata e pedras preciosas. Percorreram o interior de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, descobrindo ouro nesses lugares. Com a descoberta das minas, ocorreu na época o que se chamou a febre do ouro: um grande número de pessoas mudou-se para as regiões de mineração, formando-se muitas vilas e cidades. Foi assim que se originaram Ouro Preto, Diamantina, Sabará e Cuiabá (MARSICO et. al., 1996, p. 41).

Na seqüência do texto, surge a lista ou rol dos *principais bandeirantes*, onde consta primeiramente o nome de Fernão Dias Pais, que segundo os autores:

... ficou conhecido como o Caçador de Esmeraldas. Encontrou pedras verdes de pouco valor, chamadas turmalinas. Morreu pensando ter descoberto as pedras preciosas que tanto procurava (MARSICO et. al., 1996, p. 42).

Depois dessa sucinta menção a Fernão Dias – que não o aponta nem como apresador, nem como ordenador da morte de seu filho mestiço –, o próximo nome da lista é Bartolomeu Bueno da Silva, que os autores assim descrevem:

... era apelidado de Anhanguera, que na língua tupi significa “diabo velho”. Seguiu até Goiás, onde encontrou índios que usavam enfeites de ouro [...] para que os índios o levassem até as minas, colocou fogo em uma vasilha de aguardente, dizendo que faria o mesmo com os rios. Os índios, pensando que a aguardente fosse água, ficaram apavorados e o ajudaram a chegar até as minas (MARSICO et. al., 1996, p., 42).

Aqui, como se percebe, é reproduzida a narrativa lendária acerca do célebre estratagema da aguardente em chamas, utilizado pelo Anhanguera perante os índios, para que estes o mostrassem onde havia ouro. Cumpre lembrar que não há qualquer fonte fidedigna que comprove essa matreirice levada a efeito por Bueno da Silva.

Dois outros nomes fecham a lista dos *principais bandeirantes*: Manuel de Borbato e Pascoal Moreira Cabral. A eles são atribuídas, respectivamente, as descobertas auríferas de Minas Gerais e Cuiabá, sem quaisquer outros comentários adicionais.

Esse livro didático de Estudos Sociais, destinado ao ensino da 4ª série do 1º grau, ao ser lançado por quatro autores em 1996, concebia o bandeirante como um homem corajoso, que ousou penetrar os sertões, numa época em que apenas o litoral era habitado e o interior era evitado pelos *colonizadores*, por causa dos *índios* e das *matas fechadas*. As expedições sertão adentro foram divididas entre entradas e bandeiras, sendo ainda essas últimas divididas em *três tipos*: *Bandeiras de caça ao índio*, *Bandeiras de sertanismo de contrato* e *Bandeiras de mineração*. Também como muitos outros, esse livro didático não demonstra a escravização indígena que acontecia nas lavouras de Piratininga, explicando o apresamento como uma atividade que se alicerçava apenas no comércio, ou seja, no tráfico da mão-de-obra apresada, cujo destino único eram os engenhos canavieiros. Os autores, ao fazerem a lista dos *principais bandeirantes*, apresentam Fernão Dias apenas como pesquisador de riquezas minerais, além de reproduzirem a lenda da aguardente em chamas, no que diz respeito ao primeiro Anhanguera. Em termos iconográficos, é reproduzida a imagem do bandeirante bem vestido. Embora pensada por quatro cérebros e supostamente digitada

por oito mãos, essa obra não apresenta qualquer arremedo de criticidade, embora em 1996 já fossem não pouco divulgadas as abordagens de John Manuel Monteiro, Luíza Volpato e Sérgio Buarque de Holanda, acerca dos mateiros de São Paulo.

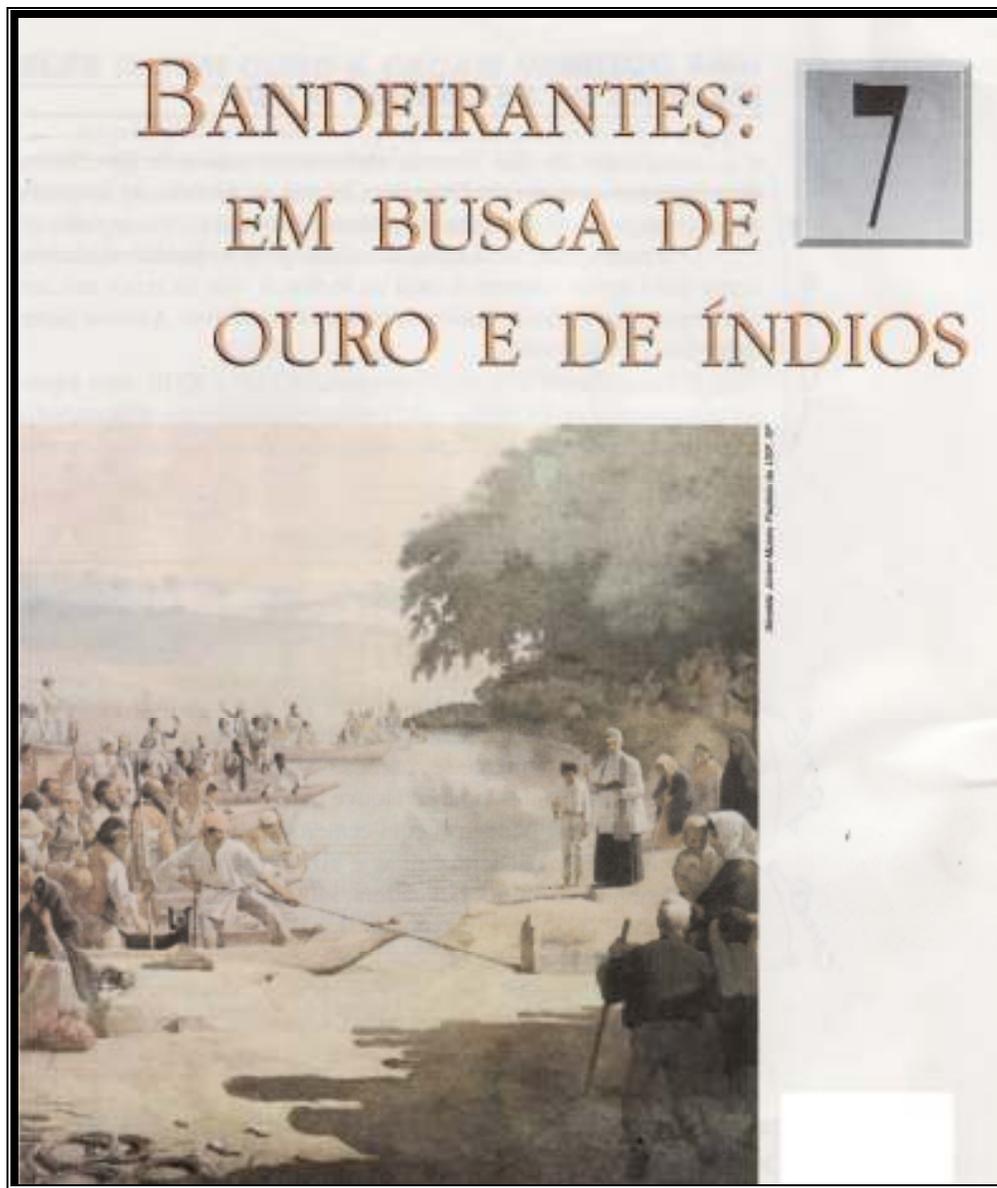
Em 1997, Vital Darós lançava pela Editora F.T.D., o livro didático intitulado *Paisagem Brasileira: terra e gente*, destinado ao Ensino de Geografia e História no Primeiro Grau.

O Capítulo 7 dessa obra, nomeado *Bandeirantes: em busca de ouro e de índios*, apresenta, em sua abertura, a reprodução de um quadro de Almeida Júnior, intitulado *Partida de Monção*²⁵². Não aprofundaremos aqui qualquer discussão abordando a diferenciação existente entre bandeiras e monções, bastando, para os nossos propósitos presentes, lembrar que as monções foram expedições eminentemente fluviais, que cumpriram um único percurso definido, a rota fluvial que ligava Porto Feliz a Cuiabá. O estabelecimento da navegação regular nesse trajeto, ocorreu à partir da década de 1720, depois das últimas descobertas auríferas levadas a efeito pelas bandeiras. Portanto, essas expedições exclusivamente canoeiras pertenceram a um contexto diferente, em que a marcha à pé foi deixada de lado e o trajeto passou a ter um destino preciso, definido: as minas de ouro cuiabanas²⁵³. Tais considerações são aqui tecidas visando, sobretudo demonstrar, que num texto que busca abordar os personagens históricos conhecidos como bandeirantes, parece ser inadequada a inclusão da reprodução de um quadro que apresenta outros personagens históricos, conhecidos como monçoeiros.

Tal inclusão parece ser ainda mais inadequada, caso a representação iconográfica – no caso a reprodução do quadro de Almeida Júnior – apareça logo abaixo do título de texto ou capítulo que se inicia, induzindo o leitor ao entendimento de que os personagens imgeticamente representados, são os mesmos mencionados em letras grandes, no título que os encima. E foi exatamente isso que caracterizou a abordagem sobre os bandeirantes, no sétimo capítulo da obra de Darós (1997, p. 121):

²⁵² Como talvez já deva ter ficado claro, essa pintura é recorrentemente reproduzida nos livros didáticos.

²⁵³ Duas obras discutem a fundo essa questão: *Monções*, de Sérgio Buarque de Holanda, 1990 e *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas*, de Synésio Sampaio Góes Filho, 1999.



Como é facilmente perceptível, essa abertura de capítulo propicia o entendimento de que os personagens pintados por Almeida Júnior são bandeirantes. No entanto, os navegadores concebidos pelo pintor são monçoeiros, uma vez que o próprio título da obra é *Partida da Monção*, cumprindo ainda mencionar, que nenhuma informação é fornecida por Darós sobre o título desse quadro por ele reproduzido.

Afora esse não pouco significativo equívoco inicial, o texto propriamente dito é assim iniciado:

Quando você ouve a palavra “bandeirante”, logo pensa em paulistas “fora de série”, corajosos, patriotas, gente sem nenhum defeito? Os romances, novelas e poesias muitas vezes transmitem essa idéia. Mas o estudo objetivo da história permite a você

perceber que o bandeirante não foi um super-homem, um herói que desbravou o interior do Brasil para aumentar nosso território (DARÓS, 1997, p. 121).

Essas palavras iniciais revelam as postulações nada mitificantes de Darós, com as quais já tivemos contato, ao analisar outra obra didática de sua autoria²⁵⁴, lançada anos antes.

Na seqüência do texto, o autor explica o surgimento do bandeirantismo como uma decorrência do fator econômico, observando, ainda que embora a expansão dos domínios territoriais portugueses tenham acontecido em conseqüência do desbravamento, não houve, por parte dos sertanistas, qualquer intenção prévia de alcançar tal resultado:

A capitania de São Vicente [...] estava na miséria, as lavouras não davam nada. O dinheiro era pouco, o comércio, quase nulo [...] O jeito foi criar uma outra atividade para se ganhar dinheiro; entrar pelo sertão adentro, à caça de índios, à cata de ouro; era um novo ramo de negócios. Assim surgiram as bandeiras. A maior parte delas saía de São Paulo. O bandeirismo aconteceu nos séculos XVII e XVIII, mas aqueles que viveram essa aventura não podiam imaginar que suas expedições iriam ajudar a conquistar mais terras para o Brasil – como realmente aconteceu (DARÓS, 1997, p. 122).

Respeitante à rígida disciplina a que eram submetidos os membros das bandeiras, sob a ascendência autoritária da figura do chefe, bem como acerca da heterogeneidade étnica e numérica que caracterizava as expedições, escreveu Darós (1997, p. 122):

Cada bandeira era organizada por um chefe, e dela participavam brancos, índios e sobretudo mamelucos (mistura de índios com brancos). Todos tinham que se submeter a uma disciplina rigorosa. O número de participantes variava. Houve bandeiras pequenas (15 a 20 membros). E houve bandeiras com centenas de participantes.

Concernente à matalotagem, aos equipamentos e à vestimenta dos bandeirantes, afirmou Darós (1997, p. 122):

Levavam comida, ferramentas e armas. Farinha de mandioca, farinha de milho, carne seca, rapadura, sal... Facões, enxadas, machados, picaretas, arcabuzes (espingardas)... Vestiam geralmente roupas de couro e de pano grosso, e usavam botas compridas.

²⁵⁴ *A história de um povo* é o nome dessa obra, escrita em parceria com L. de Azevedo e lançada em 1988. Nossa análise desse trabalho encontra-se nas páginas 385 à 392 deste estudo

Esse vestuário aqui mencionado pelo autor destoa da abordagem desmitificante a qual ele mesmo se propõe desde o início de seu texto, de maneira bastante clara. Há pouco, verificamos a afirmação de que das bandeiras participavam *índios e sobretudo mamelucos*. Até onde sabemos, índios e mamelucos não dispunham de *roupas de couro e botas compridas*. Além disso, se as expedições incluíam tantos índios e mestiços em suas fileiras, parece ser coerente afirmar que nessas empresas, a presença de armas nativas seria não pouco profusa. É largamente sabido que, uma significativa quantidade de nativos flecheiros compunha muitas tropas sertanistas. No entanto, ao escrever sobre as armas dos expedicionários, Darós menciona apenas as de origem européia, como os arcabuzes e os facões, que são arrolados dentre outras ferramentas, como enxadas e machados. Não há, no discurso do autor, nenhuma alusão às armas nativas, como as flechas e as lanças, cumprindo informar que não apenas diversas obras historiográficas, como também as fontes primárias apontam, de forma convergente, para a presença massiva de tais recursos bélicos indígenas nas expedições.

Darós (1997, p. 122) também fez sua lista dos mais destacados sertanistas:

Os principais bandeirantes foram: Raposo Tavares, Borba Gato, Manuel Preto, Fernão Dias Pais, Pascoal Moreira Cabral e Bartolomeu Bueno da Silva.

Na seqüência do texto, sem classificar as expedições em ciclos, o autor explica que os paulistas, ao devassar os sertões em busca do ouro, propiciaram o surgimento de diversas cidades, tais como “Ouro Preto, Sabará, Mariana e muitas outras” (DARÓS, 1997, p. 123).

Ao abordar o apresamento, o autor não menciona a escravaria indígena que labutava na vila de São Paulo e nas roças a ela adjacentes, limitando-se a apontar apenas o comércio da mão-de-obra escrava, que se estabeleceu prioritariamente entre os apresadores paulistas e os proprietários dos engenhos nordestinos:

... os bandeirantes se dedicaram a [...] caçar índios para vendê-los como escravos [...] os nativos eram considerados “mercadorias”. Eram aprisionados e vendidos especialmente para os senhores de engenho do Nordeste... (DARÓS, 1997, p. 123).

Como se percebe, o apresamento, para Darós, assentava-se apenas na perspectiva do lucro advindo do tráfico escravista. Nada é comentado sobre os bandeirantes que mantinham fartos plantéis de escravos índios em suas propriedades, capturados por eles mesmos no sertão. Como exemplo desses proprietários de escravos,

podem ser citados Raposo Tavares e Fernão Dias, cumprindo, contudo, frisar que possuir escravos era, no planalto de São Paulo, algo muito comum e disseminado, tão comum, que para a manutenção e limpeza da vila, a Câmara solicitava as *peças* para os homens que as possuíam²⁵⁵.

Descrevendo a violência que caracterizava os ataques apresadores, escreveu o autor:

Os bandeirantes cercavam as aldeias que encontravam, prendiam todo mundo – homens, mulheres e crianças – e os levavam em marcha forçada para a escravidão. Os que resistiam eram massacrados. Muitas crianças e velhos morriam ou eram mortos na viagem (DARÓS, 1997, p. 123).

Escrevendo sobre o apresamento massivo que ocorreu nas missões jesuíticas, afirmou Darós (1997, p. 123):

Os padres jesuítas [...] mantinham diversas missões ou aldeamentos chamados de *reduções*. Lá viviam centenas de índios. Para alguns bandeirantes, essas reduções foram verdadeiras “minas de índios”. Raposo Tavares e Manuel Preto, por exemplo, atacaram e destruíram as reduções de *Guairá* (no atual Paraná), de *Itatim* (no atual Mato Grosso) e de *Tape* (no atual Rio Grande do Sul). E levaram milhares de índios para a escravidão. Esses dois bandeirantes e outros passaram para a história, não pela bravura, mas pela violência e desumanidade com que agiram com os índios.

Aqui, o autor demonstra, mais uma vez, sua intenção de negar o heroísmo bandeirante, contrapondo à bravura – que para ele inexistiu – a *violência* e *desumanidade* que caracterizaram os assaltos às reduções.

Aproximando-se do final de seu texto sobre os bandeirantes, Darós faz uma longa citação da célebre obra *A conquista espiritual*, de Montoya, porém sem especificar o nome da obra ou seu autor:

Veja como o padre de uma redução descreve um ataque comandado por Raposo Tavares: “No dia de São Francisco Xavier (3 de dezembro de 1637), quando celebrava missa com sermão, 140 paulistas com 150 tupis, todos muito bem armados (...) entraram pelo povoado, sem explicações, atacaram a igreja, dispararam suas espingardas e lutaram durante seis horas. Vendo os bandeirantes o valor dos que estavam cercados, e vendo que seus mortos eram muitos, mandaram queimar a igreja, onde estava reunida a população. Por três vezes tocaram fogo e este foi apagado. Mas na quarta vez a palha começou a queimar e os refugiados foram obrigados a sair. Abriram um pequeno buraco, saindo por ele como um rebanho de ovelhas que sai do curral para o pasto. Os

²⁵⁵ Essa questão foi largamente discutida no segundo capítulo deste estudo.

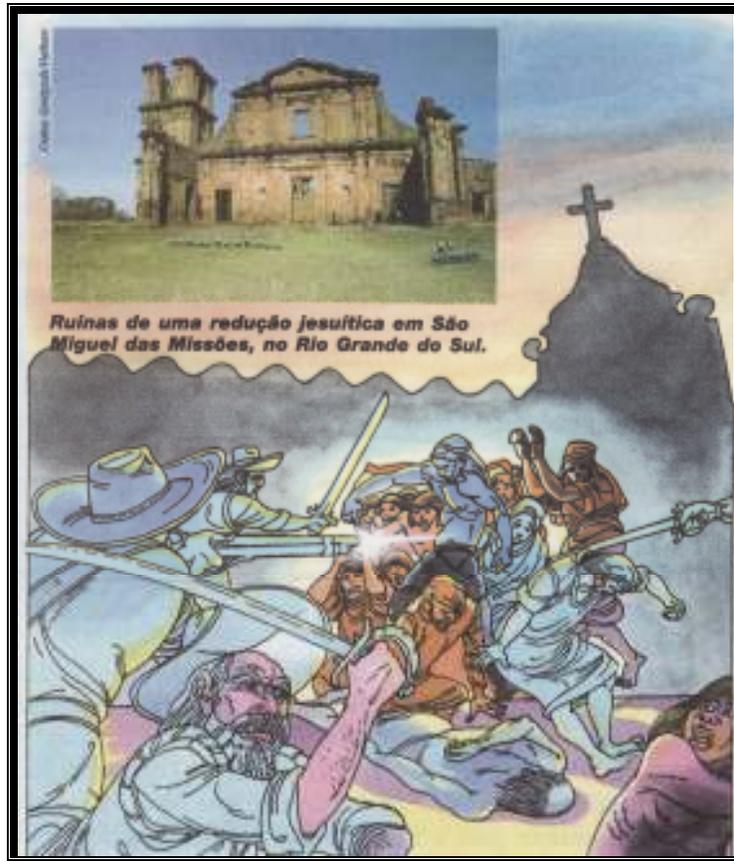
bandeirantes, com espadas, facões e **alforjes**²⁵⁶, lhes cortavam as pernas e atravessavam os corpos (...) (Darós, 1997, p. 124, grifo nosso).

Essas palavras de Montoya, que Darós cita sem fornecer qualquer referência bibliográfica, descrevem a chegada dos bandeirantes já disparando armas de fogo na população da redução, que eminentemente indígena, refugiou-se na igreja, cujo teto de palha foi incendiado, ensejando a proliferação das chamas por todo o templo. Acuados, na iminência de perecerem entre as labaredas, os índios saíram por um buraco – Montoya descreve um portãozinho –, onde os bandeirantes já os esperavam do lado de fora, desmembrando e matando muitos deles com espadas, facões e alfanjes²⁵⁷.

Depois dessa citação de Montoya, sem qualquer referência bibliográfica e com o equívoco vocabular já comentado, a abordagem de Darós sobre os bandeirantes é encerrada com duas representações iconográficas superpostas. Uma dela é uma foto das ruínas da redução de São Miguel, sendo a outra um desenho colorido, que mostra os bandeirantes atacando os moradores de uma redução, tendo ao fundo uma igreja. Os atacantes, portando espadas e armas de fogo, – parece que há, no grupo, um missionário e um negro – com desabrida agressividade. Um indígena jaz no chão, inanimado, enquanto outro está caído ao seu lado. Os semblantes que olham para os bandeirantes estão aterrorizados, perpassados de pavor ante as espadas em riste e os disparos das armas de fogo. Na fisionomia dos paulistas não aparece nada de benévolo, ou heróico, mas sim a inarredável determinação destrutiva, que segundo os relatos jesuíticos, caracterizou os ataques às missões:

²⁵⁶ Essa palavra foi um equívoco de Darós, posto que jamais escrita por Montoya na obra em questão. Isso se tornará claro logo adiante.

²⁵⁷ Esclarecemos agora o equívoco de Darós que há pouco aludimos preliminarmente. Ao citar Montoya, ele comete uma troca de palavras na transcrição, escrevendo a palavra *alforjes* ao invés de alfanjes, como escreveu originalmente o jesuíta no século XVII. Esse engano vocabular deturpa notadamente o entendimento da antiga narrativa inaciana, uma vez que alfanje significa *sabre de folha curta e larga* (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 2 ed. revisada e ampliada), ao passo que a palavra alforje, no mesmo léxico, significa *duplo saco fechado nas extremidades e aberto ao meio, formando como que dois bornais, que se enchem equilibradamente, sendo a carga transportada no lombo de cavalgadas ou ao ombro de pessoas*. É claro que a extrema agressividade bandeirante – se de fato ocorreu – descrita por Montoya, tendo como palco o exterior de uma igreja em chamas, foi levada à cabo com “espadas, facões e alfanjes” (Montoya, 1985, p. 245), e não com “espadas, facões e alforjes”, como consta no livro de Darós (1997, p. 124), quando este cita o autor inaciano. Alforje não corta pernas, nem atravessa corpos.



A abordagem de Darós sobre os bandeirantes, iniciada canhestamente com uma representação iconográfica que mostra monçoeiros, pretende-se discursivamente desmitificante, anti-heroicizante, posto que postulava que o antigo sertanista paulista “não foi um super-homem, um herói” (DARÓS, 1997, p. 121). Mostrando a pobreza da vila de São Paulo como fator motivador das penetrações sertão adentro, Darós (1997, p. 122) aponta também a significativa presença de mamelucos nas expedições, deslizando, contudo, para os limites que se avizinham da incongruência, ao afirmar que os expedicionários “vestiam geralmente roupas de couro ... e usavam botas compridas”. Reforçador do protagonismo, o autor também faz a sua lista dos *principais bandeirantes*, focando seis célebres sertanistas. Ao enfocar o apresamento, Darós não fornece qualquer remota pista sobre a utilização da mão-de-obra escrava pelos próprios bandeirantes, ofertando a compreensão acerca da caça ao índio através de uma explicação parcial, que resume-se apenas ao tráfico escravista, direcionado aos engenhos nordestinos. Ao escrever sobre os ataques bandeirantes, o autor dá visível ênfase à desenfreada violência homicida, que teria sido cometida contra os indígenas, negando a bravura. Ao escrever isso, justamente antes de citar um longo trecho de

Montoya – sem qualquer referência, sempre é válido lembrar –, Darós reproduz a essência do que Jaime Cortesão chamou de *Lenda Negra*²⁵⁸, que teria sido urdida pelos autores jesuíticos, com o intuito de denegrir os bandeirantes. De qualquer forma, Darós se esforça por não reproduzir o mito do herói bandeirante, apresentando-o como um assassino de índios. Ao finalizar nossa análise dessa obra didática de Darós, vinda a público em 1997, cumpre refletir, que se os bandeirantes não foram os matadores contumazes propalados pelos jesuítas, por outro lado é certo que foram assassinos de não pouco índios, visando atingir na prática os seus propósitos apressadores, que inapelavelmente, incluíam a necessidade de subjugar os moradores das aldeias ou reduções invadidas.

A obra didática *História: passado e presente*, de autoria de Sonia Irene do Carmo e Eliane Couto foi lançada em 1998 pela Atual Editora. Destinada ao ensino de 1º grau, a obra aborda a temática que nos interessa em seu capítulo 15, intitulado *São Paulo: porta de entrada para os sertões*, que começa com essas palavras:

Os colonos que ocuparam o planalto de Piratininga não tinham grandes esperanças de enriquecimento [...] Isso porque, naquela época, não havia condições de se produzir açúcar no planalto, devido à grande distância do litoral e à dificuldade de transporte representada pela serra do Mar. Assim, nas terras recebidas como sesmarias, nas proximidades do colégio de São Paulo, os primeiros colonos cultivaram gêneros alimentícios, utilizando como mão-de-obra os índios das aldeias jesuíticas. Além disso, os colonos paulistas iniciaram a criação de gado... (CARMO e COUTO, 1998, p. 108).

Escrevendo sobre os grupos que partiam do planalto em busca de riquezas minerais, mas que retornava trazendo índios apressados, asseveraram as autoras:

No final do século XVI e início do XVII, grupos de paulistas, acompanhados de índios, partiram da vila de São Paulo em busca de riquezas minerais (ouro, prata, pedras preciosas). A idéia de descobrir essas riquezas no Brasil estava sempre presente. Não foram encontrados os cobiçados minérios, a não ser o chamado ouro de lavagem, que se acha no leito dos rios. Esse ouro não representava nenhuma grande fortuna, mas os paulistas voltavam de suas viagens trazendo inúmeros índios cativos (CARMO e COUTO, 1998, p. 108).

²⁵⁸ Abordamos essa postulação de Cortesão, da página 199 à 201 .

Observemos que até aqui, as autoras não se referiram à palavra bandeira, referindo-se a *grupos de paulistas, acompanhados de índios*. Cumpre mencionar, que ao focar o final dos *quinhetos* e o início dos *seiscentos*, o texto não faz qualquer alusão ao clima de densa expectativa que reinava na vila de São Paulo, em consequência da clara animosidade demonstrada pelos índios que habitavam as matas da então capitania de São Vicente. Os assédios à vila eram freqüentes. Tanto, que nas atas relativas a esse período aparece, reiteradamente, a preocupação com as condições do muro que cercava o povoado. Esse quadro começou a se reverter a partir de 1585, quando Jerônimo Leitão, capitão mor da capitania de São Vicente, pressionado pelos moradores, liderou uma vultosa expedição às matas vicentinas, visando combater os índios que ameaçava Piratininga. Essa expedição, talvez a mais importante do século XVI, não aparece nesse livro didático. A ausência de qualquer menção à essa tropa é, nessa abordagem de Carmo e Couto, especialmente significativa, uma vez que são mencionados os grupos de paulistas do século XVI, sendo que a mencionada tropa liderada por Leitão foi organizada justamente nesse período focado pelas autoras. Aliás, é válido lembrar que a atividade sertanista de Leitão raramente aparece nos livros didáticos, configurando uma surpreendente ausência, já que o personagem em pauta, além de ter sido um protagonista de alto cargo na administração colonial, foi também um líder mateiro, quando as circunstâncias exigiram. Comumente, o nome de Leitão não aparece nas indefectíveis listas dos principais ou mais importantes bandeirantes, organizada por boa parte dos autores de livros didáticos. Essas considerações são aqui tecidas, visando chamar a atenção para a enigmática ausência do nome desse sertanista, nas abordagens que os livros didáticos apresentam sobre o bandeirismo.

Já tendo escrito sobre os *grupos de paulistas do final do século XVI e início do XVII*, Carmo e Couto discorrem sobre as bandeiras, entendendo-as como expedições que passaram a ser organizadas visando, acima de tudo, suprir a necessidade cada vez maior de mão-de-obra escrava no planalto. A presença dos índios nas expedições também é postulada:

A necessidade crescente de escravos levou os paulistas a organizar expedições conhecidas como bandeiras, que, partiam da vila de São Paulo e embrenhavam-se pelos sertões, para capturar índios [...] na própria bandeira havia um grande número de índios trabalhando como carregadores, cozinheiros, guias e coletores dos produtos da mata, necessários à alimentação do grupo. E tinham também a função de soldados, atividade em que usavam as próprias armas: arco e flechas (CARMO e COUTO, 1998, p. 109).

De maneira flagrantemente incongruente, Carmo e Couto (1998, p. 111) incluem em seu texto a seguinte representação iconográfica:



Aqui, um sertanista inusitado – mais parecendo um mosqueteiro, com sua face escanhada e cavanhaque cultivado, ostentando vistoso traje listrado e inacreditável chapéu emplumado – conduz uma tropa de índios não flecheiros, mas arcabuzeiros. Essa ilustração, cuja procedência não é mencionada por Carmo e Couto, contradiz o teor do texto por elas mesmas produzido. É largamente sabido, que predominantemente, os índios usavam suas próprias armas nas expedições. As próprias autoras afirmam isso textualmente. No entanto, essa representação iconográfica ora em questão, antagoniza diametralmente essa asserção.

Já na página 109, aparece a seguinte representação iconográfica:



Carmo e Couto informam ser essa uma reprodução do quadro *Fundação de Sorocaba*, de autoria do pintor Ettore Marangoni. Não teceremos aqui maiores comentários sobre a indumentária ostentada pelo sertanista, uma vez que ela apresenta os elementos que apontam para a composição de um personagem vestido adequadamente, preparado para o desbravamento. Afora isso, essa pintura parece ter sido elaborada para realçar unicamente o bandeirante branco e barbado que ocupa o centro da *tela*, em atividade de mando. Toda a luz concebida pelo artista incide nessa figura dominante, circundada por índios que o obedecem, desenvolvendo pesados trabalhos, envoltos em sombras, nada mais que vultos escuros a serviço do mandante iluminado.

Na seqüência do texto, Carmo e Couto (1998, p. 110) afirmaram que:

A bagagem do bandeirante compunha-se de baús de couro, cheios de pólvora e chumbo, cobertas, redes e provisões de farinha. Levavam também machados, foices, facões, arcabuzes, escopetas e mosquetões.

É perceptível a postulação das autoras acerca da grande variedade e profusão de armas de fogo e objetos de aço, todos de origem européia.

Sobre a rarefação de índios – ensejada nas áreas mais próximas de Piratininga – em decorrência do apresamento –, bem como sobre o redirecionamento das expedições

para as regiões meridionais, onde abundavam os nativos guarani, asseveraram Carmo e Couto (1998, p. 110):

À medida que os paulistas foram destruindo as comunidades indígenas nas áreas mais próximas de São Paulo, as expedições tinham que ir cada vez mais longe. Com isso, seu principal alvo tornou-se a região Sul, onde viviam os índios guaranis. Os colonos consideravam esse grupo indígena o mais eficiente como trabalhadores, pois eles praticavam a agricultura em suas aldeias.

Entendendo as reduções do Guairá e do Tape como chamarizes para os paulistas, devido à grande concentração de índios lá verificada, bem como ao trabalho disciplinador desenvolvido pelos padres junto a esse vasto contingente nativo, afirmaram Carmo e Couto (1998, p. 110):

Para os paulistas, nada melhor do que se apossar desses índios aldeados, acostumados ao contato com os europeus e com o trabalho disciplinado das missões. Prepararam o ataque, utilizando um grande número de índios guerreiros da tribo dos tememinós, inimigos mortais dos guaranis. Entre 1621 e 1641, as missões jesuíticas do Sul foram totalmente destruídas, calculando-se em 60 mil o número de índios capturados pelos bandeirantes.

Aqui, sem fazer qualquer menção aos nomes de Raposo Tavares e Manuel Preto, principais líderes dos assaltos às reduções meridionais, as autoras mencionam a não pequena presença de índios tememinó nas expedições apresadoras organizadas pelos paulistas, além de ofertar um número aproximado de 60.000 (sessenta mil) guarani apresados nessas empresas, acrescentando ainda que:

... grande parte deles nem chegou a São Paulo, tendo morrido de fome, cansaço ou doença durante a viagem. Para avaliarmos essa mortalidade, basta dizer que, numa das expedições, dos 7 mil índios capturados, apenas mil sobreviveram (CARMO e COUTO, 1998, p. 110).

Essa mortandade de índios apresados, durante a longa caminhada com destino a São Paulo, raramente aparece nos livros didáticos. Carmo e Couto, ao abordar essa questão, mostram-se convergentes com Volpato (1985) e Monteiro (2000), que deram visibilidade ao pouco conhecido perecimento de *negros da terra*, quando já em marcha forçada rumo à escravização. Monteiro, inclusive consta na bibliografia desse livro didático ora analisado.

Quanto à utilização dos escravos capturados pelos bandeirantes, escreveram Carmo e Couto (1998, p. 110):

Uma parte dos sobreviventes era vendida a outras capitâneas, para trabalhar junto com os escravos negros nas plantações e nos engenhos de açúcar. Mas um grande contingente destinava-se ao trabalho nas próprias fazendas de São Paulo e ao transporte de mercadorias para o litoral.

Aqui, afora o tráfico de índios para outras regiões da colônia, as autoras postularam a atuação de não pouco contingente escravo atuando no próprio planalto.

Mais à frente, abordando a contratação de bandeirantes por autoridades administrativas e fazendeiros, visando dar combate a adversários diversificados, escreveram Carmo e Couto (1998, p. 111):

No decorrer do século XVII, governadores, proprietários de terras e as câmaras municipais de várias capitâneas, principalmente do Nordeste, contrataram os bandeirantes paulistas e seus índios guerreiros para combater rebeliões de escravos, tribos inimigas ou, ainda, europeus de outros países que disputavam com os portugueses o domínio de alguma região.

Buscando citar exemplos dessas atividades desenvolvidas pelos paulistas, afirmam as autoras que:

No final do século XVII a Coroa portuguesa passava por uma profunda crise financeira. Por isso voltou a incentivar expedições para a busca de metais preciosos. Os paulistas organizaram então outras bandeiras com a finalidade de procurar ouro e pedras preciosas. Seu objetivo foi alcançado quando encontraram ouro na região que ficou conhecida como Minas Gerais (CARMO e COUTO, 1998, p. 111).

Como se nota, não são mencionadas as descobertas auríferas em Goiás e Mato Grosso, que foram, como se sabe, não pouco importantes para o contexto colonial.

Nesse livro didático de 1998, Carmo e Couto apresentam aos alunos do 1º grau um bandeirante que embora pobre, dispõe de muitas armas de fogo, além de calçar botas de couro e envergar roupas nada denunciadoras dessa pobreza. Há uma incongruência significativa no texto, que afirma a carestia, porém apresenta indícios materiais que apontam para outra direção. Discordância ainda maior parece existir entre o discurso textual e a iconografia, ou seja, entre a rusticidade da carência material e a sofisticação do sertanista de chapéu inesperadamente emplumado, a conduzir um pequeno exército de índios, todos eles portando armas de fogo. Por outro lado, Carmo e Couto não listaram os *principais bandeirantes* ou *bandeirantes notáveis*, como fazem muitos outros autores de livros didáticos, o que contribui para o realce do protagonismo dos *grandes* sertanistas, propiciando um entendimento do bandeirantismo como uma

compilação de feitos realizados por homens incomuns. As autoras também não buscam inocuamente distinguir *entradas* de *bandeiras*, hábito recorrente nos livros didáticos. O apresamento é também abordado numa perspectiva textual não tão comum nos livros escolares, já que além de aparecer claramente a ação ampla da caça ao índio – inclusive com menção de 60 mil negros da terra capturados nas missões meridionais –, é também abordada a utilização da mão-de-obra desses índios apresados no próprio planalto de São Paulo. Outra particularidade significativa, na abordagem ora analisada, explicita-se na menção à participação dos índios nas próprias tropas expedicionárias, auxiliando no apresamento de outros, índios que arrancados das reduções, não raro pereciam na longa viagem rumo a São Paulo, devido à *fome, cansaço ou doença*.

Apesar disso, para Carmo e Couto, o bandeirante continua sendo um homem que dispõe de todos os recursos materiais necessários para o devassamento das matas, tanto em termos de vestimenta, quanto no que diz respeito às armas. Um homem muito bem vestido e armado, em gritante dissonância com sua anteriormente afirmada pobreza.

A partir do início deste século XXI os livros didáticos demonstram uma abordagem mais questionadora sobre a figura do bandeirante. O tom crítico, que já havia aparecido no discurso textual das obras didáticas dos anos anteriores – embora de forma episódica e incongruente –, começou a adquirir maior coerência e poder de convencimento, pois prestou-se a construir dúvidas a respeito da iconografia e até dos monumentos erigidos em homenagem aos antigos sertanistas paulistas. A já então bem conhecida pobreza da Piratininga inicial, passou a ser usada como um argumento consistente na crítica ao uso de indumentária faustosa pelos bandeirantes. Se São Paulo era inicialmente pobre, como poderiam ostentar trajes e acessórios aparatosos os homens que de lá saíam? Se tantos índios foram escravizados e mortos, como poderiam ser considerados heróis os homens que os escravizaram e mataram? As abordagens de não poucos livros didáticos pretenderam *desmitificar* a figura do bandeirante, propondo um aprendizado reflexivo, que levasse os alunos ao pensamento questionador. Desta forma, foram lançadas em 2002 três obras escritas por autores diferentes, porém apresentando postulações significativamente semelhantes, tanto no tocante ao texto, quanto no que dizia respeito à iconografia. Levando em consideração justamente a notável semelhança de abordagem desses três livros didáticos, doravante os analisaremos não separadamente – como fizemos até aqui –, mas em simultaneidade,

visando propiciar maior facilidade de percepção acerca dessa similitude. Para tanto, cumpre inicialmente saber quais são esses livros de 2002:

- *O Jogo da História*, de autoria de Flávio de Campos, Lídia Aguiar, Regina Claro e Renan Miranda, publicado pela Editora Moderna e destinado à 5ª série do ensino fundamental;
- *Viver a História*, de autoria de Cláudio Vicentino, publicado pela Editora Scipione e destinado à 6ª série do ensino fundamental;
- *Navegando pela História*, de autoria de Sílvia Panazzo e Maria Luísa Vaz, publicado pela Editora Quinteto Editorial e destinado à 7ª série do ensino fundamental.

Explicitadas tais informações, iniciemos a análise propriamente dita dessas obras, averiguando o que escreveu Vicentino (2002, p. 271):

Foi a partir do século XIX que surgiu a versão histórica que valorizava aqueles que penetraram pelo interior da América portuguesa, desbravando novos territórios. Saint-Hilaire, um viajante francês que esteve no Brasil entre 1816 e 1822, escreveu sobre a expansão interiorana dos paulistas, exaltando a coragem e destemor desses conquistadores, conhecidos como **bandeirantes**, considerando-os “uma raça de gigantes”. Daí em diante, vários historiadores ampliaram a glorificação dos desbravadores, transformando-os em “heróis da pátria. Alguns chegaram a apontá-los como homens instruídos, acostumados ao luxo e responsáveis pela atual dimensão do Brasil. Contra esse mito dos bandeirantes, devem ser considerados os seguintes aspectos. Primeiro: como poderiam ser “heróis nacionais” se nos séculos XVI ao XVIII o Brasil ainda era português? Segundo: como poderiam ser heróis nacionais se agiam com violência, escravizando os habitantes nativos, atacando jesuítas e escravos rebelados? Por último, boa parte dos bandeirantes tinha origem nos pequenos lavradores que desejavam mão-de-obra escrava indígena [...] Não prevalecia a riqueza na região paulista dos bandeirantes e muito menos luxo.

Como se percebe, Vicentino procura refletir criticamente sobre o papel dos bandeirantes na história, apontando Saint-Hilaire como o autor da expressão *raça de gigantes*, que conotava paulistas como homens excepcionais, acrescentando ainda que vários historiadores posteriores aumentaram essa *glorificação*, transformando os bandeirantes em heróis de uma nacionalidade que ainda não existia entre os séculos XVI e XVIII. Sem citar o nome de Viana, Vicentino nega o luxo e a riqueza desfrutados pelos bandeirantes, afirmando-os lavradores pobres, escravizadores da mão-de-obra indígena. Em síntese, Vicentino busca demonstrar que os bandeirantes não foram heróis.

Também Panazzo e Vaz procuram questionar mordazmente o heroísmo dos bandeirantes, citando a obra *Bandeirismo: dominação e violência*, de Júlio José Chiavenato. Averigüemos:

Na historiografia oficial o bandeirismo é uma epopéia: um longo poema narrando feitos heróicos. Dessa maneira, podemos reformular o problema: o bandeirismo, embora *não tenha sido* uma epopéia, é considerado como tal nas páginas da historiografia conservadora. É verdade que se desenvolveu entre ásperas lutas e sacrifícios enormes dos bandeirantes, mas com um toque de banditismo, porque seus propósitos eram a morte e a escravidão (Chiavenato *apud* Panazzo e Vaz, 2002, p. 68).

Aqui, o *banditismo* é ofertado como um contraponto ao heroísmo, assim como a escravização e a matança de índios são enfocados como elementos antagônicos à idéia de *epopéia*.

Na seqüência, escreveu Chiavenato citado por Panazzo e Vaz (2002, p. 68):

A historiografia oficial não se dispõe a mostrar o lado dos vencidos, E, para “falsificar” a história, não é preciso mentir, basta realçar o aspecto “heróico” do bandeirismo – a coragem, a luta, a disposição de renúncia etc. – para criar a figura mitológica do bandeirante. Fugindo à responsabilidade pelo que índios [...] sofreram, elaboram uma história que condiciona nas mentes desprevenidas ou menos críticas o respeito ao poder, ao vencedor. O que ajuda a manter os processos de dominação.

Depois disso, seguindo na mesma linha de raciocínio, afirmou Chiavenato citado por Panazzo e Vaz (2002, p. 68):

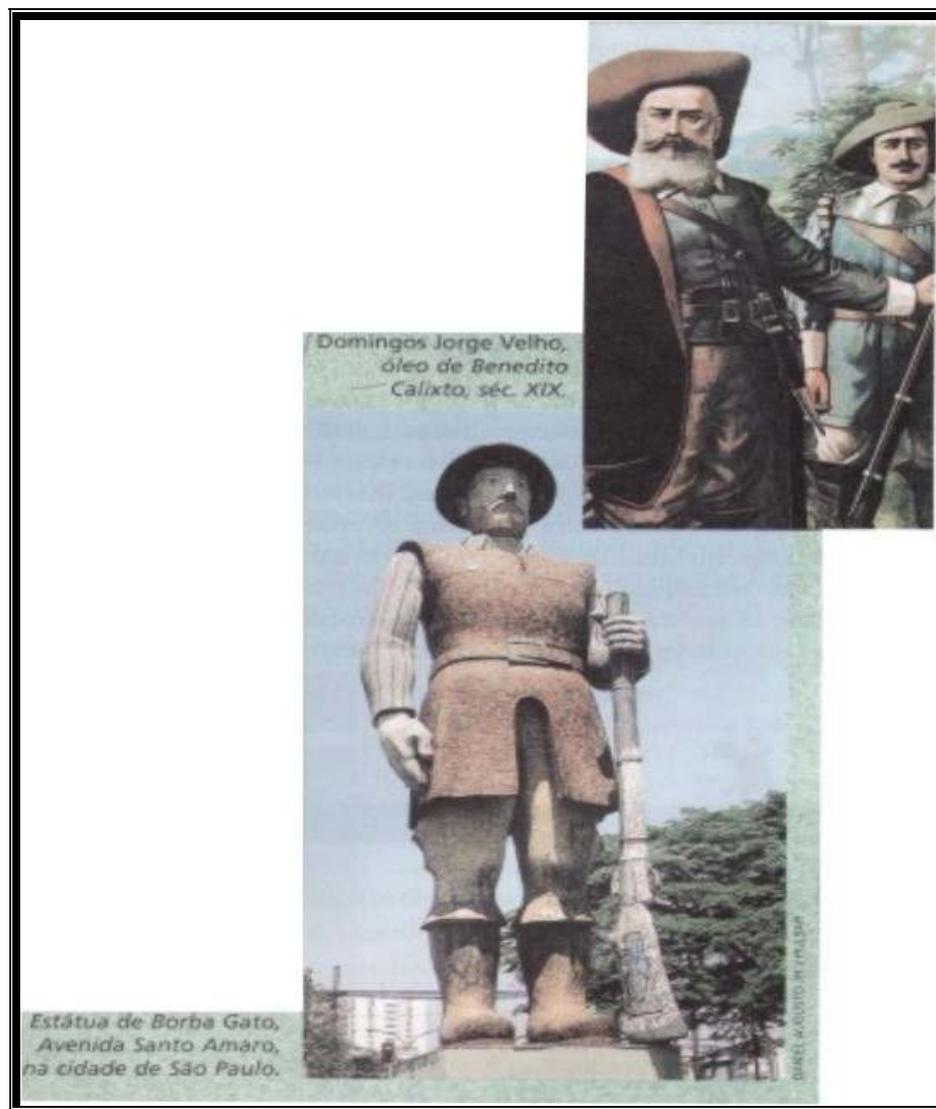
...quando se trabalha com o bandeirismo não é preciso muito esforço para produzir a imagem do “herói”...Por exemplo: como não “admirar” um pequeno grupo de homens que desceram pelo sul de São Paulo e foram até o Paraná, fundando Curitiba, entrando por Santa Catarina, ganhando o Rio Grande do Sul e estabelecendo no extremo do Uruguai a Colônia de Sacramento? A narrativa dessa proeza facilmente se transforma numa epopéia, se esquecermos o genocídio dos índios, o processo de escravização.

Parece estar claro, que tanto o livro didático de Vicentino quanto o de Panazzo e Vaz procuram, incisivamente, demonstrar que a figura do bandeirante-herói é algo não pouco questionável. Na mesma direção vai a abordagem de Campos et. al. (2002, p. 129):

Caçadores de gente, os primeiros paulistas eram mamelucos (descendentes de portugueses com as índias) e mal conheciam a língua portuguesa. Viviam da escravização de indígenas que utilizavam em suas propriedade ou vendiam a outros proprietários de terras.

Escravidado, o indígena era tratado como uma mercadoria, um objeto para ser comercializado. Nas expedições que organizavam em busca de mais índios ou na procura de metais e pedras preciosas, os bandeirantes utilizavam os indígenas como carregadores. Uma mercadoria que podia carregar outras mercadorias.

Depois dessas afirmações, que apresentam os bandeirantes como mestiços que quase não falavam o português, e que sobretudo eram caçadores e traficantes de escravos índios, Campos et. al. (2002, p. 129) ofertam ao leitor essas duas imagens guarnecidas com legendas:



Ao lado dessas representações iconográficas, os autores propõem três exercícios:

1. Observe com atenção as duas imagens. Quais são as idéias que elas transmitem sobre os bandeirantes?
2. Procure no texto do capítulo as várias definições de herói.
3. Os bandeirantes podem ser considerados heróis do Brasil? Justifique sua resposta (CAMPOS, et. al., 2002, p. 129).

Está claro que a primeira questão leva o aluno a refletir criticamente, tanto sobre o monumento a Borba Gato, quanto sobre a pintura que retrata Jorge Velho, já que um texto por nós há pouco citado, apontando os bandeirantes como mamelucos e caçadores de gente, está junto a essas duas imagens. A segunda questão leva o aluno a buscar no capítulo em estudo as *várias definições de herói*, onde é possível encontrar as seguintes frases:

Batman. Meninas Superpoderosas. Super-homem. Demon. Johnny Cage. Homem Aranha. Mega Man. Mulher Maravilha. Thor. Space Ghost. Capitão América. Todos nós já ouvimos história de heróis e super-heróis. Fortes, corajosos e juntos, defendem as pessoas de bandidos, monstros e seres extraterrestres. Combatem o Mal. São do Bem [...] Para os povos de Pindorama, um herói era um ancestral que havia realizado uma grande proeza. Como todos os ancestrais, descendia de deuses e de espíritos da natureza. Muito tempo atrás, o herói teria enfrentado um terrível animal, um ser mágico ou um espírito malvado, salvando a tribo de um grande perigo. Um guerreiro destemido que se destacasse em uma batalha era festejado por seu povo. Era um herói da tribo. Honrava a memória de seus ancestrais [...] Nenhum herói salvou os povos de Pindorama do massacre que começou a ocorrer no século XVI (CAMPOS et. al., 2002, p. 125-125).

Como se percebe, o texto procura fazer um percurso do mundo mítico à *realidade*, onde não há nenhum herói, mas a matança, o *massacre* de índios já a partir do primeiro século da colonização. Essa é a resposta para a segunda pergunta.

Já a terceira questão – que indaga se os bandeirantes podem ou não *ser considerados heróis do Brasil*, pedindo ainda uma justificativa para a resposta a ser dada –, naturalmente encaminha o estudante a uma resposta inequívoca, que nega o heroísmo dos sertanistas de São Paulo, já que, em todo o capítulo 8, não há qualquer frase que o afirme.

Como em Campos et. al., também na obra de Panazzo e Vaz (2002, p. 64) aparece a intencionalidade de questionamento à iconografia e aos monumentos alusivos aos bandeirantes:



Na seqüência dessas imagens, à guisa de legenda, escreveram Panazzo e Vaz (2002, p. 64):

Até hoje é possível notar a relação do estado e da cidade de São Paulo com os bandeirantes. Essa história está presente nos nomes de algumas rodovias: Anhangüera, Raposo Tavares, Fernão Dias, dos Bandeirantes. Também está presente no Monumento às Bandeiras, na estátua do Borba Gato, na avenida dos Bandeirantes e no museu Casa do Bandeirante.

Guardando notável convergência em relação a Panazzo e Vaz e Campos et. al., Vicentino (2002) também procura refletir criticamente acerca da iconografia e dos monumentos alusivos aos bandeirantes. Na página 270 de seu livro didático, aparecem as seguintes imagens legendadas:



Na mesma página, Vicentino (2002, p. 270) convida o leitor à observação atenta dessas imagens, escrevendo: “Observe atentamente as imagens 1, 2 e 3. São representações sobre os bandeirantes e o movimento das bandeiras”. Na seqüência imediata, o autor formula a seguinte indagação ao leitor: “É possível descrever que características os artistas plásticos quiseram imprimir aos bandeirantes em suas obras? Quais são elas?” (VICENTINO, 2002, p. 270).

Parece estar claro que as imagens apresentam os sertanistas como heróis ou, no mínimo, pioneiros detentores de imaculada respeitabilidade, homens de longas barbas, ostentando chapéus, gibões, capas, arcabuzes, facões e garruchas.

Percebe-se facilmente que o questionamento das representações não discursivas – no caso iconográficas e monumentais – sobre os bandeirantes, aparece nos três livros

didáticos ora em análise, evocando praticamente as mesmas imagens. A discursividade textual, como também já se fez perceptível, busca, nas três obras, demonstrar o lado nada heróico dos bandeirantes, detendo-se significativamente na narrativa acerca das brutalidades praticadas contra os indígenas. Panazzo e Vaz, por exemplo, procuram discorrer minuciosamente sobre a violência que caracterizou as investidas apressadas dos paulistas nas missões jesuíticas:

Os índios catequizados eram mais caros que os considerados “selvagens”. Para capturá-los, os bandeirantes invadiam as missões, comunidades em que os padres jesuítas ensinavam aos índios a religião católica e os disciplinavam para o trabalho. Os bandeirantes escravizavam os indígenas e matavam os que se recusassem a acompanhá-los [...] usavam facões e espadas para cortar cabeças, pernas e braços dos que resistissem; incendiavam as igrejas das missões e matavam velhos e doentes, que não seriam úteis como escravos (PANAZZO e VAZ, 2002, p. 65).

Na mesma página em que constam essas palavras, aparece um mapa indicando não os *roteiros bandeirantes* – como ocorre em não poucos livros didáticos –, mas a localização geográfica das missões do Itatim, Guairá e Tape, todas elas assaltadas pelos bandeirantes:



Este mapa, cumpre observar, não demonstra a expansão geográfica levada a cabo pelas bandeiras, posto que presta-se, claramente, a demonstrar a destruição levada pelos paulistas às áreas das reduções jesuíticas. Nada aqui aponta para a glorificação em deferência à dilatação territorial, indicando – isso sim, muito visivelmente – os locais exatos da obra nada construtiva, mas destrutiva dos bandeirantes, os locais em que ocorreram o apresamento e a matança com requintes de crueldade, descritos detalhadamente no texto que margeia o mapa, texto que como já verificamos, aborda o assassinio de enfermos e idosos, além da degola dos índios que resistiam.

Ao optar por demonstrar no mapa as regiões missionárias assoladas pelas bandeiras, Panazzo e Vaz inverteram a tendência até então vigente nas ilustrações cartográficas alusivas às expedições sertanistas, que enfatizavam, sobretudo, os roteiros das expedições pelo interior do continente e, por conseguinte, a expansão territorial.

O viés crítico-reflexivo desses três livros didáticos ora em estudo, contempla, no caso de Vicentino, uma interessante proposta de análise historiográfica comparativa envolvendo os trabalhos de Pombo e Volpato, publicados respectivamente em 1918 e 1985. Nessa proposição comparativa, intitulada *O conhecimento histórico na história*, ao aluno leitor escreveu Vicentino (2002, p. 283): “Você vai ler dois textos de historiadores que apresentam interpretações diferentes sobre os bandeirantes. Leia e depois responda às questões”. Na seqüência dessas palavras, surge o texto – na verdade um trecho – de Pombo citado por Vicentino (2002, p. 283):

Tão notável se fez a obra dos bandeirantes paulistas que, sem ela, não só o Brasil não seria tão grande em território como a nossa própria história não teria orientado como se orientou. Os primeiros bandeirantes, portanto, não há dúvidas de que deram provas de grande coragem. E deve notar-se que em regra as bandeiras se compunham de mamelucos e índios mansos [...] E, pois, aquela casta nova, formada de sangues tão diferentes, se mostrou capaz de grandes façanhas. Conserva-se em nossas tradições uma idéia do tipo do bandeirante: largo chapéu de palha desabado para trás, um ponche às costas e um saco de roupas, a tiracolo o **chumbeiro** e o **polvarinho**, ao ombro a espingarda, à cinta o facão; quase sempre barbas e cabelos crescidos: eis a figura daqueles novos cruzados.

Aqui, é salientada a tão *notável* obra dos bandeirantes, sem a qual *não seria tão grande* o território brasileiro. A *grande coragem* desses dilatadores das fronteiras brasileiras é afirmada categoricamente, acima de qualquer dúvida. A mestiçagem que gerou o mameluco, inspirou Pombo a tecer considerações de natureza eugênica, afirmando que *aquela casta nova* era *capaz de grandes façanhas*. No que concerne à

indumentária, prevalece o tradicionalismo do grande chapéu, da arma-de-fogo européia e do facão.

Depois de informar acerca da origem do trecho citado de Pombo²⁵⁹, Vicentino cita Volpato (2002, p. 283):

(...) A historiografia do bandeirismo se apropriou desse elemento [o mestiço], apresentando-o com cores novas: não mais como o resultado de ligações ilegítimas, não mais como o fruto da deterioração dos costumes, como era apresentado na denúncia dos padres e bispos do período colonial, mas como um homem novo, nem europeu nem índio e sim a mistura de ambos (o mameluco). Este é pinçado da categoria da escória da sociedade, onde jazia até então, e alçado à condição de herói. Ao resgatar o mameluco e transformá-lo num ser de características excepcionais, membro da “raça de gigantes”, a historiografia do bandeirismo regatava grande parte da população brasileira, composta de vários tipos de mestiços. Além disso, resolvia um impasse que havia atormentado a intelectualidade brasileira do século XIX, que era: como tornar desenvolvido um país povoado por mestiços e que havia sido colonizado por degredados? A miscigenação era transformada de entrave em vantagem.

Essas palavras, as quais Vicentino também informa onde buscou²⁶⁰, refletem criticamente a respeito da construção da figura do bandeirante herói, especialmente no que diz respeito aos argumentos discursivos, que na historiografia, pinçaram ou *alçaram* o mameluco a um patamar elevado, de alta respeitabilidade, algo jamais pensado pelos intelectuais brasileiros do século XIX.

Está claro que Vicentino procura demonstrar que em 1918, Pombo exaltava a mestiçagem, heroicizando o mameluco, conotando-o como um homem extraordinário – posto que responsável por grandes façanhas –, ao passo que Volpato, em 1985, escrevia criticamente sobre esse processo de heroicização do mameluco, que cumpre mencionar, foi posteriormente robustecido por outros autores, especialmente Ellis Jr. (1936) e Ricardo (1942).

As questões elaboradas por Vicentino (2002, p. 283) em relação aos *textos* de Pombo (1918) e Volpato (1985) é, são essas:

1. Quando os textos foram escritos?
2. Como o autor apresenta os bandeirantes? Que adjetivos e qualificações são atribuídos a eles?
3. Qual a origem do heroísmo dos bandeirantes, segundo o autor? Você concorda com esta tese? Por quê?

²⁵⁹ POMBO, Rocha. *História de São Paulo* – Resumo didático. São Paulo: Melhoramentos, 1918, p. 71-72, 74-76.

²⁶⁰ VOLPATO, Luiza. *Entradas e bandeiras*. São Paulo: Global, 1985, p. 17-19 (História popular, II).

4. No segundo texto, a autora defende que, a partir do século XIX, a miscigenação, que era antes considerada um entrave, passou a ser uma “vantagem”. Como isso se apresenta?
5. A quem interessava a mudança na interpretação da história brasileira, ao se referir à figura do bandeirante como herói nacional?

Não há dúvida que os alunos da 6ª série do ensino fundamental, ao responderem essas perguntas, são estimulados a questionar a figura do bandeirante herói, uma vez que as respostas dever ser elaboradas imediatamente após a leitura das postulações de Pombo e Volpato, que refletem de formas marcadamente distintas sobre o antigo morador de São Paulo.

Além de propiciar aos alunos esse exercício comparativo, envolvendo duas produções historiográficas antagônicas, Vicentino também estimulou a reflexão crítica acerca de uma representação iconográfica em particular, a pintura intitulada *A morte de Fernão Dias*, de autoria de Rafael Falco²⁶¹. Eis a reprodução dessa obra, que aparece do lado direito da página 275 da obra didática em pauta, acompanhada de legenda:



Ao lado dessa reprodução pictórica, Vicentino relembra a pobreza que caracterizava a capitania de São Vicente à época das bandeiras, levantando em seguida alguns questionamentos:

²⁶¹ Essa pintura reproduzida inúmeras vezes nos livros didáticos, foi por nós preliminarmente abordada à página 403 deste estudo.

Típicas da pobre região de São Vicente, as bandeiras tornaram-se uma maneira de a população lutar pela sobrevivência.

- A par disso, discuta como os bandeirantes são retratados na pintura de Rafael Falco, *A morte de Fernão Dias*.
- Considerando o ambiente selvagem e a origem humilde dos “desbravadores paulistas”, como ficaram conhecidos, pode-se dizer que essa imagem corresponde à realidade? Por quê?

O autor pretende, claramente, demonstrar aos alunos a incongruência perceptível entre a pintura de Falco e a situação econômica da região habitada pelos bandeirantes, onde não existia qualquer abundância. Por conta da estruturação argumentativa que encima as questões, alertando para a pobreza vicentina, é sugestivamente ensejado aos alunos o entendimento de que inapelavelmente, a pintura de Falco *não corresponde a realidade*, devido aos recursos materiais ali representados, notadamente no que diz respeito à indumentária e às armas dos sertanistas.

Cumprir lembrar, que assim como Panazzo e Vaz (2002, p. 64)²⁶² e Campos et. al (2002, p. 129)²⁶³ também Vicentino (2002, p. 270)²⁶⁴, já havia anteriormente, feito considerações de cunho crítico em relação à iconografia – no caso o quadro à óleo de Calixto, retratando Domingos Jorge Velho – e à estatuária – no caso a estátua de Borba Gato e o monumento às bandeiras –, propondo aos alunos o questionamento a essas obras artísticas que representam os sertanistas paulistas.

Sintetizando a análise que ora se finda sobre essas três obras didáticas lançadas em 2002 – *O jogo da história*, de autoria de Campos et. al. e direcionado à 5ª série do ensino fundamental; *Viver a História*, de autoria de Cláudio Vicentino e destinado à 6ª série do ensino fundamental ; *Navegando pela história*, de autoria de Silvia Panazzo e Maria Luísa Vaz, destinado à 7ª série do ensino fundamental –, pode ser afirmado, que tendo sido escritas para o estudo em séries distintas – 5ª, 6ª e 7ª –, as três abordagens sobre os bandeirantes se apresentam notadamente semelhantes, demonstrando a pobreza piratiningana e a violência praticada contra os índios, questionando a heroicização dos sertanistas na iconografia e na historiografia.

Campos et. al. (2002, p. 125), irônica e acidamente, fazem uma discussão sobre os *heróis* e *super-heróis*, citando, entre outros, personagens como *Batman*, *Homem Aranha* e *Super Homem*, todos eles benfeitores e defensores das pessoas, contra

²⁶² Páginas 426 e 427 deste estudo.

²⁶³ Páginas 425 e 426 deste estudo.

²⁶⁴ Página 428 deste estudo.

bandidos, *monstros* e *extraterrestres*, enfatizando, na seqüência, que “nenhum herói salvou os povos de Pindorama do massacre que começou a ocorrer no século XVI”.

Vicentino (2002, p. 271) afirma que a expressão *raça de gigantes* foi originalmente escrita por Saint-Hilaire no século XIX, “fundando a glorificação dos desbravadores”, que seria, a partir de então, reiteradamente ampliada pelos historiadores. Mais adiante, o mesmo autor também oportuniza uma interessante leitura comparativa, utilizando-se da obra de Volpato (1985) para contrapor os elogios atribuídos aos bandeirantes por Pombo (1918). Panazzo e Vaz (2002, p. 68), citando vários trechos de Chiavenato, procuram demonstrar que o *genocídio dos índios* é ocultado pela imagem construída do *aspecto ‘heróico’ do bandeirismo*. Numa só frase, os três livros didáticos em pauta, ofertam uma versão da figura do bandeirante, que inapelavelmente, pode ser entendida como a antítese do tão disseminado herói paulista, reveladora da face obscura, pouco conhecida, de um personagem tão edificantemente apresentado ao longo do tempo. Essas três obras, postas ao lado de outras, que vacilantemente se propuseram a demonstrar o lado destrutivo e nada edificante do bandeirante, revelam que essas tentativas oscilantes e claudicantes de desmitificação, que apareceram episodicamente nos livros didáticos ao longo do século XX, comumente incorriam em aspectos que glorificavam a figura do sertanista paulista, tais como a coragem, a bravura, a resistência física e a obstinação, além da responsabilidade pela expansão dos domínios geográficos da coroa portuguesa. À exceção da obra *A história de um povo*, lançada por Azevedo e Darós, em 1988 – que se aproxima bastante do viés textual (porém, não no que diz respeito à crítica iconográfica) adotado por Campos et. al., Vicentino e Panazzo e Vaz –, as outras abordagens que se propuseram a questionar o mito bandeirante, surgidas esporadicamente no decurso dos anos, denotam superficialidade, incongruência, incoerência e imaturidade científica, posto que oscilam de maneira flagrantemente pendular, propondo a desconstrução de um mito que elas mesmas – essas abordagens – reforçam perceptivelmente, frisando adjetivações já exaustivamente repetidas por inúmeros autores anteriores, adjetivações que são, elas próprias, sustentáculos, da figura do bandeirante herói.

Em 2004, Vesentini et. al. publicavam, pela Editora Ática, o livro didático intitulado *História*, obra destinada à 4ª série do ensino fundamental. O exemplar que ora passaremos a analisar trata-se do *Livro do Professor*, que como se sabe, apresenta

exatamente a mesma organização ou estruturação de conteúdos que caracteriza os exemplares utilizados pelos alunos, com a óbvia diferença de já trazer os exercícios e as questões acompanhados de suas respectivas respostas, além de conter ainda, para orientação docente, diversas notas ou observações nas margens das páginas, que tais como as respostas das questões, também não aparecem nos exemplares da versão destinada aos estudantes. Na página de rosto do exemplar que ora iniciamos a investigar, constam as seguintes palavras: *As observações nas margens, as respostas das atividades e o manual constam apenas da versão do professor.*

Sobre essas *respostas e observações marginais*, de suma importância para a compreensão da abordagem desse livro didático, trataremos logo adiante. No momento, cumpre observar, que à maneira de muitos autores anteriores, Vesentini et. al. (2004, p. 81) ofertam a conhecida explicação sobre *Entradas e Bandeiras*:

Algumas das expedições que se dirigiam ao interior do Brasil destinavam-se à conquista e à ocupação de terras. Eram as entradas. Outras expedições, as bandeiras, eram organizadas por particulares, principalmente os paulistas, e destinavam-se à procura de metais preciosos e à captura de índios.

A opção por incluir em seu livro didático essa tradicional explicação acerca das expedições, dividindo-as em *entradas e bandeiras* foi, digamos assim, a única permanência do convencionalismo em Vesentini et. al.

Averiguemos agora, o que está afirmado nessa obra didática sobre as primeiras expedições realizadas pelos colonizadores:

Desde o início da ocupação do território brasileiro os portugueses queriam encontrar metais preciosos. Por isso, organizaram expedições para explorar o interior, em busca de ouro e pedras preciosas [...] para os colonizadores, não foi nada fácil aventurar-se pelo interior do país. Como orientar-se no meio do mato? Como atravessar rios e cachoeiras, enfrentar animais perigosos, vencer a fome e o cansaço? (VESENTINI et. al., 2004, p. 78).

Num primeiro momento, pode parecer que o texto tenderá a exaltar os bandeirantes, apresentando-os como os personagens responsáveis por vergar, vencer toda essa gama de fatores adversos, subjugando-a à marcha do desbravamento. No entanto, a seqüência do texto busca demonstrar que o conhecimento e a habilidade necessários à ação do devassamento, eram oriundos da população indígena:

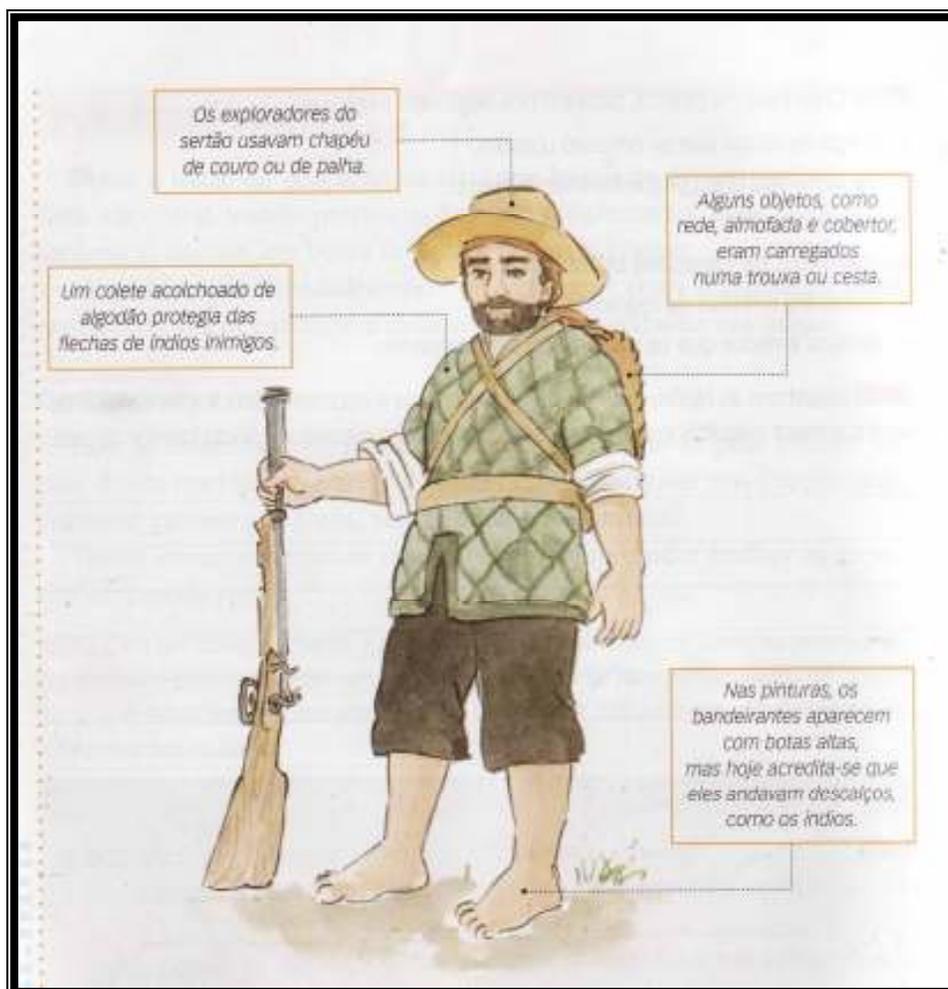
Desbravar as matas brasileiras significava enfrentar perigos. As cobras venenosas, por exemplo, podiam matar os menos cautelosos. Aqueles que possuíam os segredos das matas tinham mais chance de sucesso. Era o caso de muitos desbravadores paulistas que eram

maridos ou filhos de índias. Para sobreviver nas matas era fundamental conhecer as plantas comestíveis, reconhecer as plantas venenosas, saber onde encontrar água, reconhecer os rastros dos animais... (VESENTINI et. al., 2004, p. 79).

Ao lado dessas palavras, na margem da página, consta, em letras pequenas e azuis, a seguinte observação destinada ao professor:

Espera-se que os alunos cheguem à conclusão de que os colonos precisaram da ajuda dos índios, que conheciam os caminhos e sabiam sobreviver no sertão. Dê tempo suficiente para a turma [...] levantar as hipóteses [...] se achar necessário, ajude os alunos... (VESENTINI et. al., 2004, p. 79).

Na seqüência imediata dessas palavras, dominando quase toda a página seguinte e orbitada por quatro legendas explicativas, aparece a seguinte figura:



Esse desenho, embora reproduza, em grande medida, a vestimenta tradicionalmente atribuída aos bandeirantes, refuta um dos mais conhecidos itens de tal indumentária, as botas altas. Não podemos deixar de mencionar que essa figura constituiu-se uma raridade, nesse estudo sobre as abordagens acerca dos bandeirantes nos livros didáticos, uma vez que, todas as outras obras por nós consultadas – escritas entre 1889 e 2006 – não apresentam uma única representação iconográfica com essas características, ou seja, não consta no material didático por nós percorrido, um outro desenho que apresente o sertanista paulista com traços europeus, envergando vestimenta e armamento também europeus, no entanto descalço, com os pés diretamente em contato com a terra, à maneira dos índios.

Sobre a composição, alimentação e permanência das bandeiras no sertão, escreveram Vesentini et. al. (2004, p. 82-83):

Registros da época indicam que as bandeiras eram chefiadas por um capitão-mor e composta de vinte a sessenta homens brancos, duzentos a quatrocentos mamelucos e alguns milhares de indígenas, entre domésticos e escravos [...] Os índios e mamelucos marchavam nus ou de tanga, levando como arma apenas arcos e flechas. Os brancos iam descalços, de chapéu, calças largas e um colete acolchoado; carregavam mosquetes, pistolas e facas. A alimentação do grupo era composta basicamente de farinha de mandioca, mel, palmito, caça e pesca. As expedições [...] podiam durar de seis meses a três anos.

Aqui, é clara a intenção de demonstrar a significativa participação indígena nas expedições. É explicitado que nas bandeiras, o número de mamelucos e índios era bem maior que o de brancos, embora esses últimos fizessem parte do comando dessas empreitadas, portando armas européias, porém descalços como os índios, que seguiam com sua indumentária nativa, portando arcos e flechas. Quanto à alimentação, constam apenas itens pertencentes aos costumes indígenas, oriundos da caça, da pesca e da coleta no meio agreste. A longa permanência das expedições no sertão condicionava-se, pela estruturação das fases, à própria obtenção desses gêneros alimentícios nativos, ou seja, a sobrevivência nas matas só era possível aos brancos através da adoção da alimentação nativa.

Ao lado dessas palavras que presentemente comentamos, contam as seguintes observações ao professor, através das já aludidas notas marginais:

... conte aos alunos que no Brasil colonial muitos povos indígenas foram escravizados, tiveram suas terras invadidas e aldeias destruídas pelos bandeirantes. Diversos grupos foram

exterminados. Para se defender, os índios usavam apenas arco e flecha, enquanto os bandeirantes tinham armas de fogo (VESENTINI et. al., 2004, p. 82).

Na seqüência, também perfiladas com as mesmas frases que descrevem a composição, alimentação e permanência das bandeiras no sertão, aparecem as seguintes observações na borda da página:

... comente com os alunos que nas três primeiras décadas do século XVII os bandeirantes paulistas e seus mamelucos mataram ou escravizaram perto de 500 mil indígenas. Apesar de seus métodos cruéis, os bandeirantes são tidos como os principais responsáveis pela expansão territorial do Brasil (VESENTINI, et. al., 2004, p. 83).

Está bem claro que os autores desse livro didático buscam, reiteradamente, orientar o professor a demonstrar aos estudantes, que em apenas 30 anos, os bandeirantes foram matadores e escravizadores de meio milhão de índios, os quais foram atacados em condições de flagrante desigualdade bélica, posto que os paulistas tinham armas de fogo. Os autores fecham a nota de borda de página afirmando, textualmente, que os bandeirantes lançavam mão de *métodos cruéis* mas, que *apesar* disso – o tom aqui é quase lamentoso – *são tidos como* os personagens históricos que expandiram geograficamente o Brasil. Parece ser perceptível, que somente muito a contragosto, os autores mencionam que, aos paulistas é atribuída a expansão territorial brasileira.

Em breves palavras, poder ser afirmado, sem qualquer reserva, que nesse livro didático de 2004, Vesentini et. al. procuram demonstrar aos estudantes que os bandeirantes foram assassinos e escravizadores de índios. Nenhuma afirmação épica ou *heroicizante* é feita ao longo dessa abordagem concisa, que leva não apenas os alunos da quarta série do ensino fundamental, como também os próprios docentes de história, a pensar criticamente acerca da questão do devassamento, entendendo-a como um processo antes de mais nada genocida, que dizimou – com *métodos cruéis* – milhares e milhares de indígenas. Em termos iconográficos e textuais, Vesentini et. al. apresentaram o bandeirante como um homem descalço, além de buscar promover o entendimento de que o próprio avançamento e a permanência desse caminhante nas matas dependia, em significativa medida, das técnicas e segredos de sobrevivência agreste, aprendidos com os índios, homens que estavam, desde o nascimento, em seu elemento, homens que tinham já nascido nas paragens sertanejas, homens que foram, ao

que parece, os responsáveis pela subsistência de muitos sertanistas, bem como pela continuidade de suas marchas por caminhos antes desconhecidos, então jamais palmilhados pelos colonizadores.

Em 2006, Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota lançaram, pela Editora Moderna, o livro didático intitulado *História: das cavernas ao terceiro milênio*, destinado aos alunos da 6ª série do ensino fundamental. Nessa obra, logo no início do texto intitulado *Entradas e bandeiras*, aparecem as seguintes palavras:

As entradas eram em geral organizadas pelas autoridades portuguesas inicialmente com o objetivo de combater estrangeiros e indígenas. Mais tarde, essas expedições voltaram-se para a captura de índios para serem escravizados e para a procura de ouro [...] as bandeiras eram empreendimentos particulares organizados pelos paulistas, conhecidos como bandeirantes (BRAICK e MOTA, 2006, p. 239).

Eis aqui, uma vez mais, a explicação que divide as expedições em entradas e bandeiras, além de um flagrante anacronismo, que situa o termo *bandeirantes* como o vocábulo que identificava os paulistas nos primeiros tempos da colônia. Sabe-se que nos dois primeiros séculos coloniais, os paulistas não eram, de forma alguma, chamados de bandeirantes, pois essa palavra não aparece nos documentos da época²⁶⁵.

Sem classificar o bandeirismo em ciclos, Braick e Mota (2006, p. 239) não deixam de mencionar que existiram bandeiras cujas finalidades eram marcadamente distintas, afirmando que os paulistas:

... partiam para o sertão em busca de índios para escravizar (bandeiras de apresamento), de pedras e metais preciosos (bandeiras prospectoras) e de indígenas hostis e quilombos para subjugar (sertanismo de contrato).

Na seqüência do texto, a situação econômica de São Paulo é explicada como fator determinante, não apenas para as empresas de apresamento indígena, como também para o tráfico da mão-de-obra escravizada:

No século XVII, os moradores de São Paulo de Piratininga dedicavam-se principalmente ao cultivo de mandioca, trigo, milho e algodão e à criação de gado, produtos que eram consumidos na colônia. Como os paulistas não tinham recursos para comprar escravos africanos, eles capturavam indígenas para trabalhar nas lavouras. Uma parte pequena desses nativos era levada para os

²⁶⁵ Já abordamos isso, em nota de rodapé à página 243.

engenhos do Nordeste e do litoral fluminense (BRAICK e MOTA, 2006, p. 239).

Acerca dos ataques bandeirantes às missões jesuíticas, afirmaram Braick e Mota (2006, p. 239-240):

Os guaranis e outros grupos indígenas que habitavam as missões jesuíticas [...] eram os alvos preferidos dos bandeirantes, pois já estavam acostumados à vida sedentária e à disciplina do trabalho agrícola [...] entre 1619 e 1632, os paulistas destruíram as aldeias da província do Guairá, no atual estado do Paraná. No mesmo ano começaram os ataques às missões do Itatim (Mato Grosso do Sul), que desapareceram em 1638. Seguiram-se as investidas contra as missões do Tape (1635-11637) e do Uruguai (1638), em terras gaúchas e uruguaias.

Em meio a essas palavras, que narram a destruição das missões, aparece a reprodução de uma fotografia das ruínas de São Miguel, povoado edificado pelos jesuítas no século XVII – em terras hoje pertencentes ao Rio Grande do Sul – e destruído pelos bandeirantes:



A seguir, abaixo de um subtítulo que enuncia *As grandes bandeiras*, ressalta-se o protagonismo de alguns célebres bandeirantes, a expansão territorial portuguesa após a transposição da linha de Tordesilhas e, finalmente, um bosquejo do percurso cumprido por Raposo Tavares, no final da primeira metade do século XVII:

Entre as principais bandeiras destacaram-se as de Antônio Raposo Tavares, Fernão Dias Pais Leme e Bartolomeu Bueno da Silva. Ao penetrar no interior, essas expedições contribuíram para expandir

os domínios portugueses para além da linha de Tordesilhas. A grande bandeira de Antônio Raposo Tavares, por exemplo, organizada em 1648, seguiu pelo rio Tietê em direção aos rios Paraná e Paraguai e atingiu o Rio Amazonas, completando a viagem a poucos quilômetros da Ilha de Marajó (BRAICK e MOTA, 2006, p. 240).

Sobre as jazidas de ouro descobertas pelos paulistas, escreveram Braick e Mota (2006, p. 240):

Por volta de 1695 foi encontrado ouro na região do Rio das Velhas, em Minas Gerais. Posteriormente, foram abertos caminhos auríferos em Mato Grosso e Goiás e descobertos diamantes no norte de Minas.

Findando nossa análise dessa sucinta abordagem sobre os bandeirantes, contida no livro didático nomeado *História: das cavernas ao terceiro milênio*, pode ser afirmado que no recente ano de 2006, Braick e Mota disseminaram, entre os alunos da 6ª série do ensino fundamental, uma versão dos sertanistas paulistas, que notadamente, busca demonstrar o apresamento e o comércio de escravos índios, atividades essas desenvolvidas em conseqüência da precariedade econômica vivenciada na vila de São Paulo. Os ataques às missões inicianas, bem mais lucrativas para os bandeirantes, devido à grande concentração de índios já disciplinados lá existentes, foram abordados detidamente por Braick e Mota, com informações precisas, tanto no que diz respeito à datação, quanto no que concerne à localização geográfica dos povoados assaltados. Acreditamos ser digno de nota, que justamente no decurso da narrativa sobre esses assaltos aos inicianos, surge uma grande imagem fotográfica de uma missão em ruínas, destruída pelos bandeirantes. Não há dúvida que essa abordagem privilegiou a opção por demonstrar, de forma clara, as implicações de natureza violenta e destrutiva, ligadas às atividades de caça ao índio. A expansão geográfica é lembrada no texto, porém não é magnificada, mas sim dimensionada como um elemento conseqüente da penetração dos paulistas rumo ao interior.

Ao distinguir as expedições em *entradas e bandeiras*, bem como ao fazer um breve resumo das *grandes bandeiras*, Braick e Mota optam por prismas ou ângulos de abordagem, que inevitavelmente, reproduzem opções dos autores de livros didáticos do passado, que remontam ao início do século XX. Derradeiramente, cumpre mencionar, que sobre a indumentária dos homens violentos que apresaram os índios e destruíram as missões, absolutamente nada é esclarecido. Iconograficamente, aparece uma missão arruinada, porém não o personagem que a arruinou. Nenhum desenho, figura ou

reprodução de quadro sobre os bandeirantes. Também no texto, nenhuma linha é dedicada a esclarecer como se vestiam os bandeirantes, ou mesmo se eram eles *brancos*, mestiços, índios ou negros.

Sabe-se lá se descalços ou de botas, se com armas de fogo ou com lanças, o certo é que para Braick e Mota, os bandeirantes foram homens que premidos pela pobreza, escravizaram e mataram muitos índios, destruindo muitos povoados instituídos pelos jesuítas. A descoberta aurífera em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, é também atribuída, pelos autores, aos bandeirantes, porém como consequência natural das atividades matoqueiras por eles levadas à cabo, seja em busca de índios ou propriamente de riquezas minerais. Derradeiramente, é lícito afirmar que em Braick e Mota, os sertanistas paulistas não são, de forma alguma, apresentados como heróis.

Em 2006, Leônidas Franco Garcia publicava, pela Editora F.T.D., o livro didático intitulado *Estudos de História*, destinados aos alunos da 7ª série do Ensino Fundamental. Nessa obra, os bandeirantes são abordados no capítulo 20, intitulado *Do litoral para o sertão*, sendo assim caracterizados:

Em sua maioria descendentes de brancos e índios, os bandeirantes possuíam as condições necessárias para desbravar as terras do interior e aprisionar os indígenas. Sabiam falar sua língua, travar contato com eles e andar por aqueles caminhos por meses e meses. Percorriam as terras valendo-se da caça, da pesca e da coleta de frutos. Também abriam clareiras na mata, faziam pequenas roças e erguiam seus acampamentos enquanto aguardavam a colheita. Nesses locais era comum surgir um pequeno núcleo de povoamento, que mais tarde se transformaria em vila e cidade (GARCIA, 2006, p. 107).

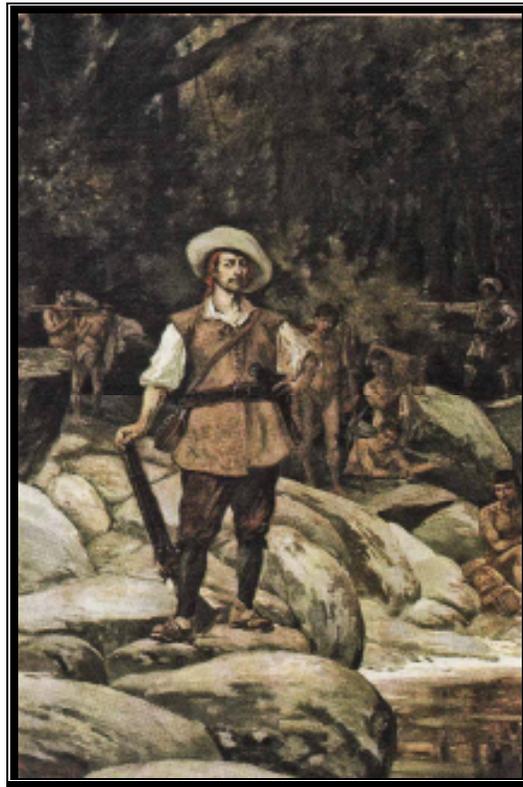
Sobre a preferência dos paulistas pelos índios que viviam nos aldeamentos jesuítas, escreveu o autor:

Os bandeirantes preferiam os índios aldeados, que já haviam sido educados pelos jesuítas e adquirido habilidades para trabalhar na agricultura, em afazeres domésticos e outros serviços. Esses índios eram vendidos por preços bem altos no litoral. Quando vendidos para o Nordeste, chegavam a ser mais caros do que os escravos negros (GARCIA, 2006, p. 107).

Na seqüência, sob o subtítulo *O mito do herói*, são tecidas considerações de cunho crítico, sobre a mitificação que alçou os bandeirantes à condição de personagens históricos heróicos, processo que contribuiu para dificultar uma disseminação mais ampla acerca da faceta escravagista e homicida desses mateiros:

Os bandeirantes passaram a ser tratados nos livros [...] históricos como heróis do século XVII, como homens corajosos que desbravaram os sertões e expandiram as fronteiras no interior do Brasil [...] a historiografia oficial transmitiu apenas esse lado da história. O outro, tão real quanto o primeiro, nos faz saber que, para aprisionar e escravizar indígenas e buscar a riqueza dos metais preciosos, os bandeirantes foram homens bastante violentos, que invadiram e destruíram os aldeamentos e cometeram verdadeiro genocídio contra os nativos (GARCIA, 2006, p. 108).

Ao lado dessas palavras, aparece a seguinte representação iconográfica:



Essa é a reprodução de uma pintura de Henrique Bernardelli²⁶⁶, denominada *Ciclo de caça ao índio*, que apresenta o bandeirante calçado, vestido com camisa de mangas longas, gibão de couro, calça e chapelão. Cingindo a cintura do sertanista, um volumoso cinto de couro sustenta uma garrucha, acomodada junto ao seu flanco abdominal esquerdo, enquanto sua destra se apóia no topo do cano de um arcabuz, cuja coronha toca o solo rochoso. É necessário salientar, que embora tenha questionado a heroicização da figura do bandeirante na historiografia, Garcia não escreve sequer uma

²⁶⁶ Artista nascido no Chile e naturalizado brasileiro, que viveu de 1858 a 1936.

frase questionando a indumentária, a vestimenta que aparece caracterizando o sertanista pintado por Bernardelli. Nenhuma palavra é escrita sobre a situação econômica de São Paulo nos dois primeiros séculos coloniais, levando o leitor/aluno a crer que a mitificação da figura do bandeirante se processou, especificamente, no que diz respeito à exaltação da coragem e da valentia demonstradas no decurso da expansão territorial, não apresentando qualquer relação com o vestuário e os recursos bélicos. O autor, ao deixar de explicitar a pobreza paulista, simplesmente não propicia qualquer reflexão crítica acerca do traje e das armas do sertanista pintado por Bernardelli, fomentando o entendimento de que todos os bandeirantes dispunham dos recursos materiais representados no quadro em pauta, o que definitivamente não parece ter qualquer lógica, uma vez que o contexto paulista da época, demonstrado não apenas nas Atas da Câmara, como também em idôneos trabalhos historiográficos – Alcântara Machado (1980), Holanda (2000) e Monteiro (2000) –, aponta para a participação de milhares de homens mamelucos e índios, que absolutamente, não dispunham de todo o aparato material que consta na pintura de Bernardelli. Em palavras breves, não eram todos os bandeirantes que se vestiam como o sertanista pintado por Bernardelli, mas apenas alguns poucos mais abastados, homens talvez como Roque Barreto ou Fernão Dias Pais.

Após esse claro questionamento textual do mito do herói bandeirante, que perde algo de sua força e congruência, por constar ao lado de uma representação iconográfica que não corresponde ao contexto paulista, Garcia prossegue sua abordagem, apresentando o padre Antônio Vieira como defensor dos indígenas do Brasil colonial:

Padre Vieira, um dos mais importantes missionários da colônia, foi um defensor incansável dos índios. Inúmeras vezes se dirigiu ao rei de Portugal ou apelou para as autoridades da colônia, para evitar a escravidão dos nativos (GARCIA, 2006, p. 109).

O autor segue esmiuçando suas explicações – claramente postulações – sobre Vieira, afirmando que “uma carta escrita por ele em 1653, no Maranhão, denunciava a violência dos bandeirantes contra os indígenas...” (p. 109). A citação de um trecho dessa carta do jesuíta, aparece na continuidade da abordagem de Garcia, revelando as pesadas acusações que o missionário formulou contra os bandeirantes, no início da segunda metade do século XVII:

“Eu perguntei a um dos cabos desta entrada o que faziam com eles. Respondeu-me o cabo com grande paz de alma ‘(...) dávamo-lhes tiros, caíam uns, fugiam outros. (...) tomávamos aqueles que queríamos’ (...) e assim fala toda essa gente nos tiros que deram, nos que fugiram, nos que alcançaram, nos que escaparam, nos que

mataram, como se falasse de uma caçada e não valesse mais as vidas dos índios do que as dos animais” (VIEIRA *apud* GARCIA, 2006, p. 109).

Parece estar claro que o autor atribui a Vieira um papel destacado na defesa dos índios na colônia. Na verdade, Garcia organizou seu texto, dando margem ao entendimento de que o célebre padre foi um protagonista isolado, na luta contra a escravização dos índios. Entender essa questão dessa forma seria, ao que parece, uma simplificação equivocada. Na obra *O padre Antônio Vieira, a cruz e a espada*, Menezes (2000, p. 104) discute isso de maneira esclarecedora, afirmando que:

A escravidão indígena foi uma questão controversa e a oposição a ela não é privilégio de Vieira. Já em 1537, ao mesmo tempo em que aceitava como legítima a escravidão do africano, o papa Paulo III ameaçava com a excomunhão aqueles que, de alguma forma, colocassem em risco a liberdade dos índios. Para tanto, a Igreja alegava que o negro tinha sido reduzido à escravidão nas guerras tribais da África, em que o preço da derrota significava a morte ou a perda da liberdade. Esta posição da Igreja serviu, inclusive, para legitimar a escravidão do índio, a partir do princípio da “guerra justa” transformado em lei por Portugal em 1611.

Na obra *Colonização e Catequese*, refletindo sobre A ética colonial e os esforços pela supressão da escravidão, com lucidez e acuidade analítica escreveu Paiva (1982, p. 32-33):

Já havia, contudo, a essa época, um consenso em torno deste tema. Não se discutia mais sobre a legitimidade da escravidão, em geral: os mais abalizados doutores da Igreja julgavam-na natural, quer por deficiências intelectuais, quer pela degradação do pecado, quer por razões de cativero. A discussão girava em torno à legitimidade da forma, distinguindo-se então formas justas de formas injustas. Toda guerra justa gerava escravização justa. A guerra justa era aquela que o príncipe declarava justa.

Essas palavras de Menezes (2000) e Paiva (1982) contribuem, notadamente, para que possamos refletir, com mais embasamento, acerca das asserções simplistas de Garcia, sobre a escravização dos índios e o papel antiescravista do padre Vieira.

Já avizinhandose do final de sua abordagem, Garcia (2006, p. 110) muda de assunto, escrevendo sobre as descobertas auríferas dos paulistas:

No final do século XVII encontraram ouro em Minas gerais. No início do século seguinte, em Mato grosso (Cuiabá) e Goiás (Goiás, antiga capital) [...] milhares de pessoas foram para a região das minas, e assim muitos núcleos de povoação surgiram. Deles nasceram muitas cidades que ainda hoje carregam em sua fisionomia traços da história da mineração.

Sintetizando as características dessa recente abordagem de Garcia sobre o bandeirismo, primeiramente pode ser afirmado que ao longo de todo o texto, inexistiu qualquer tentativa de heroicização da figura do antigo paulista. Pelo contrário, o autor expressa-se buscando claramente questionar o mito que foi construído em torno desse personagem histórico. No entanto, embora esse viés crítico seja facilmente perceptível, ele é também significativamente superficial, pois discursivamente – no texto – afirma que os bandeirantes eram, “em sua maioria descendentes de brancos e índios” (GARCIA, 2006, p. 107), ao passo que em termos iconográficos, é reproduzida a pintura de Bernadelli, a imagem de um sertanista de fisionomia inequivocamente européia, em plena selva, envergando trajes europeus e portando armas também européias. Ademais, Garcia não faz qualquer menção à pobreza do planalto paulista, fator determinante para a organização de expedições. A transcrição do trecho da carta de Vieira, bem como toda a argumentação que predomina no texto, demonstram que Garcia, reiteradamente, salientou a violência, a matança, o apresamento, a escravização e o tráfico de índios. Em suma, nesse livro didático de 2006, Garcia apresenta o bandeirante como um mateiro genocida e escravocrata, um mateiro que acabou descobrindo várias jazidas de minerais valiosos. Um mateiro que, embora tenha apresado muitos índios, vendeu todos eles, jamais utilizando-se de sua mão-de-obra escrava para si próprio, na vila em que morava ... vila jamais mencionada por Garcia, de onde partiam as expedições bandeirantes, onde muitos moradores almejavam possuir escravos, para expandir suas precárias e mirradas roças.

3.3. O Bandeirante: a compreensão que sobre ele ficou

Após investigar as abordagens sobre a figura do bandeirante paulista, em livros didáticos publicados entre 1894 e 2006, sentimo-nos com alguma segurança para fazer algumas reflexões acerca desse estudo, afirmando, antes de mais nada, que nos surpreendeu a significativa quantidade de equívocos ou erros que encontramos no material estudado. Logo no início, na primeira obra didática analisada, constatamos um não pequeno engano do Barão do Rio Branco que em 1894, asseverava que o sertanista Manuel Preto não participou da destruição das reduções guairenhas, pois já não mais vivia quando essa faina destrutiva dos paulistas foi levada a cabo. É largamente sabido que Manuel Preto figura dentre os mais ativos sertanistas que agiram no Guairá, tendo

chefiado várias expedições que para lá se dirigiram, na primeira metade do século XVII²⁶⁷. Outro equívoco notável foi cometido por Pombo (1922) quando, ao escrever sobre as tensas relações que existiam entre bandeirantes e jesuítas, abordou não a expulsão desses últimos de São Paulo – por obra dos paulistas – em 1640, mas a expulsão dos mesmos da colônia em 1759, por obra do Marquês de Pombal²⁶⁸. Pombo (1922) ainda compôs uma abordagem que apresenta flagrante divergência entre o texto – que trata das expedições à pé – e a iconografia, que apresenta a reprodução da pintura intitulada *Partida da Monção*, de Almeida Júnior, desta forma contribuindo para a disseminação de uma distorção não apenas conceitual, mas também temporal, já que monções eram expedições não de caminhantes, mas de navegantes fluviais, que singraram regularmente a rede hidrográfica que rumava para o oeste, porém não em simultaneidade com as bandeiras, mas depois que essas tropas pedestres descobriram as fartas jazidas auríferas de Cuiabá.

Significativos enganos de datas foram também cometidos por Lima (1942), que abaixo do título de seu texto *Entradas e Bandeiras* afixou, em números bem destacados, o recorte cronológico 1531-1772. Esse autor considerou a incursão de reconhecimento ordenada pelo aristocrático Martim Afonso de Souza, em 1531, como a primeira entrada realizada no Brasil Colônia. Cumpre lembrar que São Paulo foi fundada mais de vinte anos depois, em 1554, ensejando, pouco tempo depois, a penetração sertaneja sistemática por parte dos moradores do planalto, ou seja, a organização sucessiva de entradas por parte dos *paulistas*. Não é ilícito considerar a entrada ordenada por Martim Afonso como a primeira ocorrida na colônia, porém, afirmar que as *Entradas e Bandeiras* se estenderam até 1772 é sim, um equívoco cronológico, um claro erro de datação, já que a organização sistemática e seqüencial de expedições a pé havia se extinguido aproximadamente cinquenta anos antes, por volta da época da expedição goiana do segundo Anhangüera, em 1722.

Além de delimitar erroneamente o arrefecimento final das expedições, situando-o, como se percebe, meio século à frente de seu tempo, Lima (1942) afirma, à página 78 de seu livro didático, que Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhangüera, liderou uma bandeira em 1772, fundando a cidade de *Goiáz*, corroborando, repisando ainda seu equívoco na página seguinte – 79 –, quando reafirma que em “1772, Bartolomeu Bueno,

²⁶⁷ Nossa discussão acerca desse equívoco de Rio Branco consta às páginas 218 e 219 desse estudo.

²⁶⁸ Apontamos esse equívoco de Pombo à página 247 desse trabalho. Quanto à expulsão dos jesuítas da vila de São Paulo, em 1640, desenvolvemos uma discussão no 2º capítulo deste trabalho da página 160 à página 175.

filho de Anhanguera, funda o Arraial de Goiaz”. Um equívoco desses, que à primeira vista pode não parecer tão significativa, causa uma interpretação enganosa da história, com implicações que se desdobram em três prismas distintos, sendo o primeiro deles o entendimento de que o bandeirismo teve seu ocaso não no início da terceira década do século XVIII, mas no início do oitavo decênio da mesma centúria; o segundo prisma de entendimento distorcido, ensejado por essa datação equivocada, relaciona-se à questão de situar o Anhanguera filho – um dos bandeirantes mais conhecidos da história colonial – fora de seu tempo de vida, postando-o como um homem que chefiou uma das mais célebres bandeiras, cinco décadas depois de sua ocorrência; já o terceiro prisma ou possibilidade de entendimento distorcido em face do erro de Lima, relaciona-se às significativas mudanças que ocorreram na colônia após as descobertas auríferas, ou, noutros termos, a compreensão errônea de que a bandeira do Anhanguera filho ocorreu meio século depois – não em 1722, mas em 1772 –, é passível de propiciar, por conseguinte, o entendimento de que a migração de vários milhares de portugueses para a colônia – em busca do ouro –, ocorreu não na primeira metade do século XVII, mas já avizinhandose de suas últimas duas décadas. Afora esse erro, que como vimos, causa não pouco prejuízo à compreensão histórica, Lima equivocou-se novamente, desta vez no que diz respeito ao mais conhecido sertanista da colônia, Antônio Raposo Tavares. O autor afirma que esse bandeirante chefiou *a destruição das missões do Guairá, em 1623* (p. 78). Porém, sabe-se que foi Manuel Preto quem liderou os assaltos ao Guairá, no mencionado ano, cumprindo lembrar que desde 1602 esse sertanista já apresava índios na região em pauta. Raposo Tavares jamais esteve no Guairá antes de 1628, ano em que para lá se dirigiu pela primeira vez. Desta forma, ao afirmar que em 1623 Raposo Tavares esteve no Guairá, Lima não comete apenas um erro de data, como também atribui a um bandeirante o papel histórico levado à cabo por outro, omitindo completamente o nome de Manuel Preto, personagem que contribuiu significativamente para a destruição das missões e o apresamento de milhares de índios no Guairá.

Outro autor que explicita imprecisões em sua abordagem é Ferreira (1947), uma vez que ao mencionar a expedição de Gerônimo Leitão – algo raro nos livros didáticos –, não fornece ao leitor o ano de sua ocorrência, que foi 1585. Ferreira também acaba fazendo uma troca de personagens, afirmando que Roque Barreto foi ao sertão *descer o gentio* em 1602, sequer mencionando o nome de Nicolau Barreto, o sertanista que encabeçou e marchou com essa expedição, a mando de seu irmão Roque, na época

Capitão-Mor da capitania de São Vicente, que incentivou a marcha, mas não arredou pé do planalto paulista.

Corrêa (1955) também enganou-se em sua abordagem, ao defender que por mais de um século, depois que Cabral aportou na Terra de Santa Cruz, ninguém descobriu ouro na nova colônia. Os pesquisadores do bandeirismo sabem que Afonso Sardinha, entre 1589 e 1600, achou, não apenas uma vez, quantidades razoáveis de ouro nas matas não tão distantes de São Paulo: em Guarulhos, no Jaraguá e na Serra da Mantiqueira. Essas jazidas – embora não tão opulentas quanto aquelas que mais tarde foram descobertas em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás –, certamente contribuíram não pouco para a fortuna pessoal de Sardinha, que em sua época foi considerado o homem mais rico de São Paulo. Portanto, não demorou *mais de um século* para que alguém encontrasse ouro na colônia, como defendeu Correa. Esse não foi, contudo, o único erro cometido pelo ilustre imortal da Academia Brasileira de Letras, posto que ele afirmou, no mesmo livro didático em pauta, que a expedição esmeraldina de Fernão Dias partiu de São Paulo em 1672, quando se sabe que tal partida ocorreu em 1674, mais precisamente no dia 21 de julho. Corrêa (1955, p. 127) também afirmou, entusiasticamente, que essa foi “a maior [...] de todas as bandeiras”. É claro que essa expedição do governador das esmeraldas não contava com pouca gente. Contudo, não resta qualquer dúvida acerca do contingente elevado que se dirigiu ao Guairá, acompanhando Manuel Preto e Raposo Tavares. As expedições de apresamento, organizadas não para a prospecção mineral, mas para o combate e a agressividade desabridos, foram, inapelavelmente, as empreitadas que mais agregaram mateiros no Brasil colonial. A tropa de Fernão Dias, cujo objetivo claro era encontrar minérios valiosos, contou com “quarenta homens brancos”²⁶⁹ e um número impreciso de índios. Já a expedição de apresamento capitaneada por Raposo Tavares, em 1628, contou com “noventa homens, em sua maioria mamelucos e dois mil e duzentos índios tupis”²⁷⁰. Sobre essa mesma expedição, outra fonte dá conta de “900 mamelucos, 2000 índios auxiliares capitaneados por 69 paulistas”²⁷¹. Afora esses números, que sem dificuldades podem ser encontrados na historiografia produzida pelos autores mais diversos, cumpre corroborar que é consensual, entre as mais diferentes produções, o entendimento de que as expedições de apresamento foram, em regra, agregações de homens marcadamente

²⁶⁹ Franco, 1989, p. 282.

²⁷⁰ Franco, 1989, p. 412.

²⁷¹ Myriam Ellis, p. 287, In. Tomo I *A Época Colonial*, 1997.

maiores – mais numerosas – que as tropas organizadas com o objetivo único de encontrar minérios valiosos. Desta forma, revela-se claro o equívoco de Corrêa (1955, p. 127), já que a expedição prospectora de Fernão Dias não foi “a maior [...] de todas as bandeiras”, como afirmado no livro didático de sua autoria.

Parece que com o decorrer do tempo, os erros foram se tornando menos frequentes nos livros didáticos, porém não pararam de ocorrer. Teixeira (1980, p. 62), afirmou que as reduções do Guairá eram “no Rio Grande do Sul”, cometendo, ao mesmo tempo, dois equívocos, um temporal – já que o estado do Rio Grande do Sul não existia no Brasil colonial – e outro geográfico, já que as reduções do Guairá se encontravam em terras hoje pertencentes ao estado do Paraná, não se situando, portanto, dentro do espaço geográfico que atualmente pertence ao Rio Grande do Sul. Algum tempo depois, erro grosseiro cometeu Mocellin (1985), ao apresentar uma representação iconográfica que retratava o Anhanguera, onde deveria constar um desenho ou pintura retratando Henrique Dias, o negro que celebrizou-se por liderar um grupo de africanos, na resistência portuguesa aos holandeses, entre 1645 e 1654. Henrique Dias é hoje considerado pelo exército como um herói nacional, porém, no livro didático de Mocellin, aparece a reprodução de um pintura que retrata o Anhanguera ludibriando os índios, no decantado e lendário episódio do aguardente em chamas. Lá está o Diabo Velho, retratado com todos os apetrechos que o identificam como *bandeirante*. Os índios que o rodeiam estão estupefatos, diante daquela figura de barba branca, imponentemente trajada e armada, que com a mão esquerda para o alto, olha para baixo, mirando uma vasilha que contém *água em chamas*. Abaixo dessa representação iconográfica, aparece a inusitada legenda: *Henrique Dias recebendo atendimento médico* (Mocellin, 1985, p. 54). Outro importante erro de organização iconográfica apareceu em Darós (1997), que abaixo do título do capítulo VII de sua obra, que enunciava, em letras garrafais, *Bandeirantes: em busca de ouro e de índios* apresentou a reprodução do quadro *Partida da monção*, de Almeida Júnior²⁷². Essa discrepância envolvendo texto e imagem propicia, certamente, um entendimento errôneo da história, não apenas em termos conceituais, mas também temporais, pois as bandeiras eram expedições marchadoras, que duraram até o início da terceira década do século XVIII, enquanto as monções foram frotas fluviais, que se tornaram frequentes logo depois

²⁷² Essa mesma representação iconográfica foi erroneamente utilizada por Pombo (1922), quando, ao tratar do bandeirismo, a reproduziu, como se tal obra aludisse ao mesmo contexto e período histórico que produziu as bandeiras. Isso pode ser verificado à página 249 deste estudo.

dessa época, ou seja, depois da descoberta do ouro de Cuiabá, em 1722. Em termos breves, o título do capítulo VII do livro didático de Darós afirma que o texto tratará de *bandeirantes*, porém, logo abaixo, estende-se uma representação iconográfica – por quase toda a página – que retrata monçoeiros partindo. O título alardeia personagens que como é sabido, se fíndaram antes que as monções se adensassem. Os bandeirantes palmilharam as matas da colônia antes que os monçoeiros singrassem os rios que nelas correm, rumo às paragens remotas do âmago do continente. Organizados em frotas de canoas e canoões de madeira, os monçoeiros foram, portanto, navegantes, não caminhantes, como os bandeirantes. No entanto, Darós não esclarece essa importante questão em seu livro didático, simplesmente imiscuindo uma representação iconográfica relativa às monções, num capítulo que se dispôs a tratar dos *bandeirantes*. Percebe-se ainda outro descuido na abordagem do autor em pauta, quando ele cita longamente um trecho da obra a *Conquista Espiritual*, de Antonio Ruiz de Montoya, sem informar sua fonte²⁷³, nem no transcorrer do texto, nem na bibliografia. Além disso, a citação em questão apresenta inexactidões, sendo uma delas a troca da palavra *alfanjes*²⁷⁴ - que consta nos originais de Montoya – pelo termo *alforjes*²⁷⁵, propiciando uma alteração significativa no sentido da frase transcrita.

Como é perceptível, não é insignificante a quantidade de erros que encontramos na leitura que fizemos das abordagens sobre os bandeirantes nos livros didáticos publicados entre 1894 e 2006. Pensamos que não poderíamos deixar de mencionar tais erros neste estudo, pois eles ensejam equívocos de compreensão ou interpretação acerca do personagem histórico que investigamos. Doravante, tendo já apontado a recorrência desses erros nas obras didáticas estudadas, iniciemos a apontar alguns aspectos que delineiam a concepção que acabou permanecendo – até o final do período estudado, ou seja, 2006 – acerca dos bandeirantes. Dentre esses aspectos, avulta-se a quase completa ausência de menções, em todo o material didático percorrido, acerca da massiva escravização de índios que ocorria na vila de São Paulo de Piratininga. O apresamento de índios, levado a cabo por muitas expedições bandeirantes, aparece com frequência nos livros didáticos, porém, as finalidades desse apresamento são reduzidas à explicação simplista e unilateral do tráfico da venda da mão-de-obra apresada para abastados

²⁷³ Discutimos essa questão às páginas 413 e 414 deste estudo.

²⁷⁴ Alfânje: sabre de folha curta e larga. (Novo Dicionário Aurélio).

²⁷⁵ Duplo saco, fechado nas extremidades e aberto no meio formando como que dois bornais, que se enchem equilibradamente, sendo a carga transportada no lombo de cavalgaduras ou no ombro de pessoas (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa).

proprietários de terras, principalmente senhores de engenho do Nordeste e do Rio de Janeiro. A escravização de índios em São Paulo – que não era pouca e impulsionava as atividades de apresamento –, na grande maioria dos livros didáticos, não é sequer remotamente sugerida. Uma das raríssimas vezes em que encontramos menção à utilização de escravos índios nas próprias terras dos paulistas, foi no livro didático de Carmo e Couto (1998), cujo texto, após abordar o apresamento e o tráfico dos nativos capturados para o nordeste, ressalva que dentre essa farta escravaria obtida nos sertões e nas missões, “um grande contingente destinava-se ao trabalho nas próprias fazendas de São Paulo” (Carmo e Couto, 1998, p. 110). Outra dessas nada frequentes menções acerca do labor escravo no planalto, aparece em Braick e Mota (2006, p. 239):

Como os paulistas não tinham recursos para comprar escravos africanos, eles capturavam indígenas para trabalhar nas lavouras. Uma parte desses nativos escravizados era levada para os engenhos do Nordeste e do litoral fluminense.

É de fato perceptível a infreqüência, a raridade das menções sobre o aproveitamento dos escravos indígenas no planalto de São Paulo, configurando-se, portanto, como uma característica marcante das abordagens sobre os bandeirantes nos livros didáticos. Fernão Dias Pais, por exemplo, mesmo tendo sido um grande apresador de índios, é apresentado nos livros didáticos como um obstinado pesquisador de riquezas minerais, devido à sua última jornada sertaneja, que o celebrou como o *governador das esmeraldas*. Sua faceta de apresador que fartou-se de índios escravizados – especialmente no sul da colônia, na primeira metade do século XVII – é praticamente ausente dos livros didáticos²⁷⁶, tão ausente quanto sua irredutibilidade em relação ao seu filho José Dias, a quem mandou enforcar diante de seus subordinados²⁷⁷. O avultamento e a ênfase que a *jornada esmeraldina* acabou tendo na historiografia, certamente contribuiu para eclipsar o trabalho apresador levado a cabo por Fernão Dias, bem como para quase obliterar o enforcamento de José Dias, ocorrido precisa e paradoxalmente nessa mesma expedição²⁷⁸.

²⁷⁶ Constituiu-se rara exceção a abordagem de Gomes (1974, p. 78), que aponta Fernão Dias como apresador, ao lado de Raposo Tavares e Manuel Preto.

²⁷⁷ O enforcamento de José Dias, ordenado por Fernão Dias, aparece em Corrêa (1955, p. 128) – quase em tom enaltecido – e em Azevedo e Darós (1988, p. 91).

²⁷⁸ Aliás, não apenas o enforcamento de José Dias se faz ausente dos livros didáticos, pois, muitas vezes, o próprio nome desse filho mameluco de Fernão Dias, não é sequer mencionado como membro da tropa, ao passo que o nome de Garcia Rodrigues – filho *legítimo* de Fernão Dias – avulta-se, perceptivelmente, como o de um personagem admirável, tão fiel ao pai que, após a sua morte, transportou seus restos mortais para São Paulo, visando depositá-los na Igreja de São Bento, como queria Fernão Dias.

Contudo, se os livros didáticos quase não apresentam Fernão Dias como apresador de índios e sentenciador de seu filho, o mesmo não ocorre em relação à heroicização do *governador das esmeraldas*, profusamente reiterada ao longo do tempo. Silva (1952, p. 65) atribuía²⁷⁹ a Fernão Dias as virtudes da intrepidez e da tenacidade, afirmando ter sido ele *o mais célebre bandeirante*, um homem cuja glória foi celebrada no poema de Olavo Bilac, intitulado *O caçador de esmeraldas*. Três anos depois, Corrêa (1955, p. 128) apresentou Fernão Dias como um dos “grandes bandeirantes”, um homem que em nome da disciplina de sua tropa, ordenou o enforcamento de seu filho José Dias, “elemento de desordem e traição”. Essa menção sobre o enforcamento de José Dias, como já informamos preliminarmente em recente nota de rodapé à página 452, é uma das raras vezes em que esse episódio é trazido à baila nos livros didáticos, porém não de maneira imparcial, mas sim ressaltando a inflexibilidade disciplinar de Fernão Dias, que para o autor, estava acima de qualquer outra coisa. A apologia a Fernão Dias não aparece apenas em livros didáticos mais próximos da contemporaneidade, mas também em abordagens mais remotas, distantes no tempo, Oliveira (1909, p. 62-64-65) adjetivou esse personagem histórico como “chefe de família ilustre”, ressaltando a “coragem, a decisão, a pertinácia de tão intrépido paulista”, afirma ainda que nada enfraquecia o “ânimo de tão audaz e arrojado sertanista”. Também Silveira (1924, p. 188-189), adjetivou Fernão Dias como “o intrépido paulista, o audaz bandeirante”.

Na verdade, os elogios a Fernão Dias, apesar de serem assíduos nos livros didáticos, configuram-se como apenas parte de uma recorrência muito mais ampla nessas mesmas obras, que é a heroicização dos sertanistas paulistas como um todo. Essa é, parece que de fato, a maior recorrência nas abordagens sobre os bandeirantes, nos livros didáticos estudados nessa tese. Uma constante que atravessa as décadas. No final do século XIX, afirmava Rio Branco (1894, p. 59): “os paulistas que foram os operários diligentes da civilização do Brasil”. No início do século seguinte, entre outros profusos e enfáticos elogios, afirmava Oliveira (1909, p. 55):

A história das bandeiras e dos bandeirantes [...] merece as honras de um poema heróico e não pode ser descripta com justeza em um resumo de narrativa histórica rudimentar.

Pouco tempo depois, as bandeiras eram, para Benevides (1913, p. 25): “...expedições [...] constituídas por indivíduos audazes [...] tendo sempre um chefe

²⁷⁹ Essas virtudes que Silva atribui a Fernão Dias, foram analisadas às páginas 309 e 310 deste trabalho.

destemido e valente”. No início do decênio seguinte, assegurava Pombo (1922, p. 33): “chamavam-se bandeiras, expedições organizadas pelos colonos mais audaciosos”. Dois anos depois, parecendo fazer eco a Pombo, sobre os bandeirantes afirmava Silveira (1924, p. 182): “Pesquisadores audazes das riquezas [...] desbravadores intemeratos [...] exemplos de uma tenacidade irrealizável”. Na década seguinte, sobre as bandeiras afirmava Ribeiro (1935, p. 227): “Nada as detem, nem os desfiladeiros e precipícios, nem a sede ou a fome, nem as commoções da natureza ou as fadigas do espírito...” Já no começo da década posterior, apresentando o mesmo viés de argumentação de Ribeiro (1935), sobre os bandeirantes asseverava Afonso Celso citado por Lima (1942, p. 79): “Não os detém ou amedrontam barreiras e contratempos: chuvas, secas, frios”. Esse mesmo livro didático, em determinado ponto se assemelha ainda à outra obra didática anterior – a de Silveira (1924), citada há pouco. Seu autor afirma que os bandeirantes tinham “indomável energia, tenacidade incomparável” (AFONSO CELSO *apud* LIMA, 1942, p. 79). Se a *tenacidade* dos bandeirantes em 1924 era *irrealizável*, em 1942 – dezoito anos depois – essa *tenacidade* foi propalada como *incomparável*. Penas distintas de autores distintos, porém nada dissonantes, mas convergentes, assemelhadas nas adjetivações elogiosas em relação aos paulistas. Entre outras muitas frases pomposas, de maneira enfática escreveu Afonso Celso citado por Lima (1942, p. 79): “Bandeirantes: eis a nota galharda e rubra dos nossos anais”. Um ano depois, elogiando desbragadamente os bandeirantes, Magalhães (1943, p. 127) transcreveu, em seu livro didático, trechos do célebre poema *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, composição épica que enaltece os *imortais paulistas*.

Quatro anos após, os sertanistas paulistas eram adjetivados por Ferreira (1947, p. 67), como “os audazes bandeirantes”, ao passo que o devassamento realizado por esses personagens foi entendido, pelo mesmo autor, como uma “simplesmente maravilhosa marcha para o desconhecido, para a conquista” (FERREIRA, 1947, p. 70). A numerosa e destrutiva expedição que acometeu o Guairá, em 1628, sob o comando de raposo Tavares, foi qualificada por Ferreira (1947, p. 65) como “formidável bandeira”, cujo líder, *brada aos jesuítas* que foi até lá para retomar as terras do rei português. Não escravizador e matador de índios, mas um fiel vassalo do rei português. Eis o Raposo Tavares na versão de Ferreira (1947, p. 65), um bravo membro da “epopéia titânica” dos paulistas.

Em Silva (1952, p. 62) as virtudes da “audácia e da tenacidade” dos bandeirantes aparecem claramente.

Em Corrêa (1955, p. 124) existe a asserção de que “um bandeirante tinha de ser de uma fortaleza maior que os outros homens”, além de constar também no texto a afirmação de que o chefe da bandeira “devia ser um homem de qualidades ainda maiores que os outros” (CORRÊA, 1955, p. 124). Porém, a característica mais marcante nessa obra didática é a reprodução da lenda de que Raposo Tavares atravessou as montanhas andinas, atingindo o litoral do Pacífico e bradando, de espada para o alto, *que se apoderava daquelas terras e daquelas águas para o seu rei*. Eis aí de novo, Raposo Tavares sendo apresentado como um heróico vassalo da coroa lusitana. Porém, agora não procurando subjugar um adversário humano – no caso o jesuíta guairenho da obra didática de Ferreira (1947) – mas dois elementos não pensantes, o mar e as areias do litoral do Pacífico, tal qual Dom Quixote, na obra imortal de Cervantes, investindo de espada em riste contra moinhos de vento, buscando subjugar-los. Páginas antes de reproduzir essa lenda que se criou em torno de Raposo Tavares, Corrêa (1955, p. 125), já havia afirmado que esse sertanista dava a impressão de ter sido feito “de ferro, de bronze ou de aço”.

Na década seguinte, sobre as bandeiras afirmava Santos (1966, p. 220): “Eram colossais caravanas de homens destemidos”. Esse autor também reproduz a lenda de que Raposo Tavares alcançou o Pacífico, porém, com uma variação: ao invés de avassalar mar e terra, o homem que atravessou os Andes, *lavou as mãos* nas águas longínquas da costa oeste da América do Sul.

Algua tempo depois, em outro livro didático sobre as expedições paulistas, afirmava Grande (1970): “A grandiosa epopéia das bandeiras [...] o esforço inaudito [...] a vontade inquebrantável [...] resultante da tenacidade”²⁸⁰.

No final da década de 1970, Valuce (1979, p. 62 e 64) dava o título de *Epopéia Bandeirante* ao capítulo IX de seu livro didático, denotando que sua abordagem seria acrítica, elogiosa, o que acabou por ser constatado claramente, em frases que ressaltam “o trabalho heróico desses homens ou as várias cidades [que] resultaram da epopéia bandeirante”.

Ainda propalado discursivamente como herói em 1979, o bandeirante continuaria sendo iconograficamente apresentado, até o final do século passado – Carmo e Couto (1998) –, como um personagem histórico vestido de maneira muito própria, envergando sua tão conhecida indumentária, já parcialmente descrita por Rio

²⁸⁰ Prefácio do volume 1 dos *Cadernos do MEC – História do Brasil*, caderno de exercícios de autoria da Prof^a Elvia Steffan (1970).

Branco (1894), no primeiro livro didático que analisamos nesse trabalho²⁸¹. Portanto, essa vestimenta – composta por botas altas, chapéu de abas largas, gibão acolchoado (escupil), polvorinho, mosquete, alfanje e espada – foi reiteradamente associada à figura do bandeirante, aparecendo tanto nos textos, quanto na iconografia dos livros didáticos, desde o final do século XIX até o final do século XX. A abordagem de Carmo e Couto (1998)²⁸², foi a última que de maneira acrítica, apresentou os bandeirantes trajados com tais aparatos, através de uma iconografia discrepante em relação à pobreza paulista, à carência material apontada no texto da obra em pauta. À partir do início deste século XXI, os livros didáticos passaram a ofertar abordagens que questionam não apenas as *ações heróicas dos paulistas*²⁸³, mas também a iconografia, e até mesmos os monumentos públicos que retratam os bandeirantes²⁸⁴.

No entanto, está claro que esse adensamento da criticidade é um processo iniciado recentemente nos livros didáticos, após mais de um século de apologia aos bandeirantes, da Proclamação da República ao crepúsculo do século XX. Ao longo de sucessivas décadas, tanto nos textos quanto na iconografia, os livros didáticos apresentaram, aos alunos de sucessivas gerações, um personagem histórico heróico, um marchador tenaz e destemido, envergando trajes e acessórios europeus.

Não por acaso, escrevendo na metade da década de 1980, afirmou Volpato (1985, p. 17):

O tema Entradas e Bandeiras tem sempre um espaço garantido nos livros didáticos de História do Brasil [...] o bandeirante é apresentado, na grande maioria das vezes, como herói responsável pelas dimensões continentais do país. As ilustrações do texto apresentam, quase sempre, a figura de um sertanista de botas de cano alto, chapéu de aba larga, gibão acolchoado, com uma escopeta ou um bacamarte na mão. No texto é passada a visão heróica do bravo que, vencendo dificuldades sem fim, conquistou áreas imensas para a colônia e descobriu riquezas no interior do Brasil. Os livros didáticos, na verdade, reproduzem uma visão mítica do bandeirante...

²⁸¹ A citação de Rio Branco, abordando a indumentária dos bandeirantes, consta à página 217 deste estudo.

²⁸² Essa obra foi analisada neste estudo, da página 416 à página 422.

²⁸³ A primeira abordagem que se mostrou acentuadamente crítica ao heroísmo bandeirante dói a de Azevedo e Darós (1988), sendo que a primeira abordagem despida do costumeiro viés épico, foi a de Gomes (1974), porém, sem aprofundamento crítico em relação ao heroísmo paulista. Essas duas abordagens, exceções raras em seus respectivos momentos históricos, configuram-se como os primórdios (esparços, espaçados e episódicos) dos textos didáticos críticos, que se tornariam predominantes no início do século XXI.

²⁸⁴ Os trabalhos de Vicentino (2002), Campos et. al. (2002) e Panazzo e Vaz (2002) são exemplos desse aprofundamento crítico.

Quinze anos depois, sobre a figura do bandeirante, asseverou Monteiro (2000, p. 105):

Desbravador dos sertões incultos, temível conquistador de povos selvagens, esta figura heróica marca presença tanto nos manuais de história quanto nos monumentos e nos nomes de ruas, estradas e escolas no Brasil inteiro.

A figura do bandeirante-herói, depois de tanto tempo reiterada nas instituições escolares – pela via dos livros didáticos –, acabou por espalhar-se amplamente no imaginário coletivo da sociedade brasileira, estabelecendo-se no senso comum, de maneira significativa e facilmente perceptível.

Um exemplo sintomático, que prova a eficácia da disseminação dessa inculcação, explicitou-se em abril de 2000, quando a revista *SuperInteressante* publicou uma matéria de dez páginas sobre os bandeirantes, intitulada *Os brutos que conquistaram o Brasil*, pretendendo mostrar ao público que a versão heróica dos paulistas não era verdadeira. Essa reportagem que então ganhou a cada da aludida publicação, contrapõe claramente a imagem até então conhecida dos bandeirantes. No outono do último ano do século XX, exposta nas bancas de todo o Brasil, a capa da revista em pauta exibiu uma grande foto de dois mestiços maltrapilhos, sujos e encardidos. Um deles empunha uma rústica escopeta, visivelmente desgastada e enferrujada, trazendo um pano amarrado à cabeça. O outro *mameluco*, com o rosto sombreado por um roto e amassado chapéu de palha, empunha arco e flecha, trazendo na cintura uma velha e negra espada, sustentada por uma rústica e estreita tira de couro. Ambos os sertanistas estão descalços e levam consigo cabaças para o transporte da água. Acima da foto dessas duas figuras híbridas aparece, em letras garrafais, a palavra *Bandeirantes*, seguida, logo abaixo, pelas palavras: *a verdadeira cara dos conquistadores*. Em letras menores, porém bem destacadas, aparecem duas frases, instando o leitor a esquecer a caracterização que até então havia sido disseminada dos bandeirantes, inclusive descendo aos detalhes dessa caracterização – que deviam ser esquecidos – como *botas altas e chapéus de feltro*. Eis a capa em questão:



Essa reportagem sobre os bandeirantes, que se estende da página 26 à página 35 da revista ora enfocada, denota, claramente, a intencionalidade de desmitificar um personagem ampla e comumente entendido como herói. Evidenciando a matança e a

escravização de índios, bem como a pobreza dos paulistas – até mesmo o confisco da cama de Gonçalo Pires é comentado à página 29 – o texto do antropólogo e historiador André Toral traz, como referências bibliográficas, as obras *Negros da terra* e *O Extremo Oeste*, respectivamente de autoria de John Manuel Monteiro e Sérgio Buarque de Holanda. O primeiro desses autores faz uma importante intervenção no texto:

Até há pouco pensava-se que os bandeirantes capturavam índios para exportar para as plantações de cana no litoral [...] hoje sabemos que a maioria dos cativos ia para as lavouras dos próprios bandeirantes (MONTEIRO *apud* TORAL, 2000, p. 28).

A publicação dessa reportagem parece ser um indicativo de que no ainda não tão afastado abril de 2000, a grande maioria da sociedade brasileira não conhecia a “verdadeira cara dos conquistadores, a história brutal [...] de homens descalços, sujos e famintos [...] caçadores profissionais de gente [...] [que] [...] espalharam o terror entre os povos do continente” (TORAL, 2000, p. 26).

Mais de meia década depois, em setembro de 2005, a revista *Aventuras na História* se propunha a mostrar aos seus leitores *a nova face dos bandeirantes*. A matéria de capa, mostra o *World Trade Center* com uma de suas torres já incendiada, enquanto o segundo avião arremessado contra o complexo corta o céu de Nova York, avançando célere contra o outro edifício, a torre sul. A cena, registrada fotograficamente exatos quatro anos antes, servia de ilustração à principal reportagem que a revista divulgava em 2005, uma matéria baseada em depoimentos de pessoas que sobreviveram à tragédia. Ao lado da torre norte, pairando acima de outros *arranha-céus* menos altos, aparece a palavra *bandeirantes*, seguida do enunciado da reportagem que mostraria a *nova face* desses personagens históricos.

Eis a capa dessa ainda recente publicação:



Dentro dessa revista, a reportagem sobre os bandeirantes é sugestivamente intitulada *Faroeste Caboclo*, ocupando seis páginas inteiras. O texto, assinado por Reinaldo José Lopes, já começa abordando a história das expedições bandeirantistas, evidenciando suas *deploráveis* finalidades e negando, enfaticamente, a indumentária pomposa dos sertanistas:

É a história de jornadas [...] feitas por motivos deploráveis, como escravidão e genocídio. O apelido que esses homens, deixaram para a posteridade você já deve ter ouvido: bandeirantes. Para facilitar, vamos chamá-los assim mesmo. Mas, é bom tirar da cabeça a imagem heróica daqueles patriarcas com chapelão, pistola luzindo e botas de couro que se vê por aí (LOPES, 2005, p. 49).

Na seqüência imediata dessas palavras, aparece um comentário do historiador Ronaldo Vainfas²⁸⁵, sobre o – relativamente recente – fortalecimento da crítica revisionista, em relação à *visão tradicional* do bandeirante, consequência de um processo anteriormente existente, porém não tão evidente:

O curioso é que só nos últimos dez ou quinze anos se tenha passado a revisar com mais empenho tal visão tradicional, embora a crítica dela venha de longe (VAINFAS *apud* LOPES, 2005, p. 49).

Pouco à frente, descrevendo os bandeirantes, afirmou Lopes (2005, p. 50):

Sempre descalços, os caçadores de índios usavam tanto o arco e a flecha quanto espadas, facões e armas de fogo. Suas armaduras²⁸⁶ eram couro de anta ou camisas cruas de algodão acolchoado [...] boa parte dos caçadores era de mamelucos, embora de mãe índia e pai branco, embora houvesse também portugueses.

Predominantemente mestiços descalços, os bandeirantes são aqui apontados como homens que usavam armas nativas e européias, além de vestirem-se com couro de animais selvagens e algodão rústico. A contraposição à figura do bandeirante não híbrido – tanto em termos biológicos quanto no que diz respeito aos armamentos de que dispunha –, é aqui muito clara. Sobre a notável semelhança física que existia entre bandeirantes e índios, escreveu Lopes (2005, p. 49):

Os bandeirantes do mundo real, que saíram de São Paulo para varrer o interior do Brasil nos séculos 17 e 18, eram selvagens, paradoxalmente muito parecidos com os índios cujo cativo ou assassinato era seu ganha-pão.

²⁸⁵ No próprio corpo do texto, Lopes se preocupa em informar que Vainfas é historiador da UFF – *Universidade Federal Fluminense* (p. 49).

²⁸⁶ Não podemos deixar de comentar que a palavra armaduras foi aqui, evidentemente, empregada de forma inadequada. Esse termo, em primeira instância, evoca a idade média européia, pois associa-se aos combatentes montados da época e continente aludidos. No caso dos bandeirantes, termos mais adequados seriam gibão ou escupil, o primeiro mais utilizado para referir-se às vestimentas de couro, já o segundo para nomear o comprido colete de algodão acolchoado. Essa inadequação, em relação ao emprego do vocábulo em pauta, é oriunda da simplificação que caracteriza o linguajar jornalístico, predominantemente coloquial, ao contrário da linguagem historiográfica, atenta aos termos evocadores de temporalidades inadequadas.

O texto apresenta ainda, em termos de descrição dos bandeirantes, uma intervenção do historiador João Fragoso citado por Lopes (2005, p. 50) da Universidade Federal do Rio de Janeiro: “Muitos falavam línguas nativas e adotavam práticas culturais das sociedades indígenas, como a poligamia”.

Essa é uma asserção esclarecedora, desmitificante, que contribui para promover um entendimento mais preciso do universo em que viviam os bandeirantes. A história propala, inclusive nos livros didáticos, o sólido casamento que uniu Fernão Dias e Maria Betim, chegando ao ponto de aplicar à esposa do *caçador de esmeraldas* adjetivos como “intrépida paulistana e heroína” (OLIVEIRA, 1909, p. 66). Até mesmo o exercício do heroísmo parecia unir Fernão Dias e Maria Betim, apesar do filho – José Dias – que o bandeirante gerou com uma índia. Domingos Jorge Velho – que tinha também sua parcela de sangue indígena – parece não ter se preocupado tanto com os preceitos católicos – no que respeita ao cerceamento da poligamia –, já que manteve sete índias como esposas (concubinas), durante um período de sua vida.

Embora não aprofunde essa questão – já que não cita os casos de Fernão Dias ou Jorge Velho – a reportagem ora em questão aponta, de maneira objetiva, a poligamia como uma prática cultural não rara, no universo mestiço dos sertanistas.

Outra importante particularidade suscitada pelo texto, é a menção ao uso de escravos índios, nas terras dos próprios apresadores:

Até algumas décadas atrás, os historiadores tinham uma resposta na ponta da língua para explicar que diabos os bandeirantes faziam com tanto índio: os selvagens eram enviados para trabalhar nos engenhos de cana-de-açúcar do Nordeste e do litoral de São Paulo e Rio de Janeiro. Só que estudos recentes provam que o destino dos índios eram as fazendas dos próprios sertanistas (LOPES, 2005, p., 50).

A seguir, aparece a citação de uma frase de Monteiro citado por Lopes (2005, p. 50), explicando essa questão:

Na verdade, os escravos índios que foram ‘exportados’ para o Nordeste representariam apenas o excedente da economia do planalto.

Essa frase, que Lopes informa – no próprio corpo do texto – ter sido transcrita da obra *Negros da terra* (embora não informe a página, que é a de número 78), reflete uma das mais significativas contribuições de Monteiro para a historiografia

contemporânea²⁸⁷, que é o descortinamento de uma grande quantidade de escravos trabalhando no planalto.

Outra importante particularidade dessa reportagem, relaciona-se à precisão temporal. O texto termina no ocaso do bandeirismo, sem ter imiscuído nessa temporalidade nenhum episódio relativo às monções. Equívoco que não raro verificamos na literatura didática que percorremos. Concluindo a reportagem presentemente analisada, escreveu Lopes (2005, p. 53):

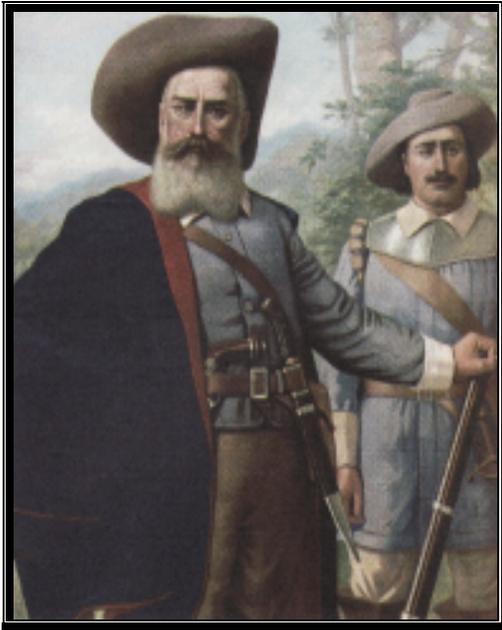
Conforme o século XVIII avançava, a descoberta do ouro e o afluxo de imigrantes portugueses, junto com, os massacres das décadas anteriores, efetivamente puseram fim ao modo de vida bandeirante [...] seu único legado, além do crescimento do território do Brasil, foi um imenso vazio populacional no interior do continente – o vazio do genocídio.

Esse texto, que busca claramente – parece que até radicalmente – mostrar a antítese do bandeirante-herói, apresenta-se entremeado por uma iconografia condizente com suas afirmações, uma iconografia que oferece, digamos, uma *nova versão* das pinturas antigas que retratam os bandeirantes. As ilustrações de Artur Lopes – o sobrenome é o mesmo que o do autor do texto, Reinaldo Lopes – transmudam os bandeirantes retratados por três artistas, que sem sombra de dúvida, estão entre aqueles cujas obras mais aparecem nos livros didáticos de história. São eles Benedito Calixto, Rafael Falco e Jean Baptiste Debret.

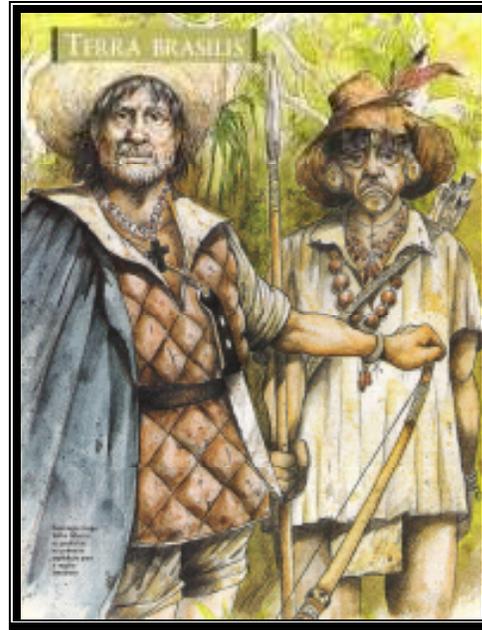
Para que possamos visualizar, comparativamente, as obras destes autores e a versão que delas oferta Lopes, cumpre perfilá-las, alinhá-las lado a lado.

Iniciemos, portanto, a verificar as diferenças existentes entre essas representações iconográficas, primeiramente perfilando o *Retrato de Domingos Jorge Velho*, com a versão que dele fez o ilustrador da reportagem em pauta:

²⁸⁷ No Capítulo II deste trabalho, procuramos demonstrar com base nas Atas da Câmara Paulistana (séculos XVI e XVII), a significativa quantidade de cativos que vivia no planalto.



Domingos Jorge Velho, óleo sobre tela de Benedito Calixto, reproduzido a partir de Panazzo e Vaz (2002, p.63).



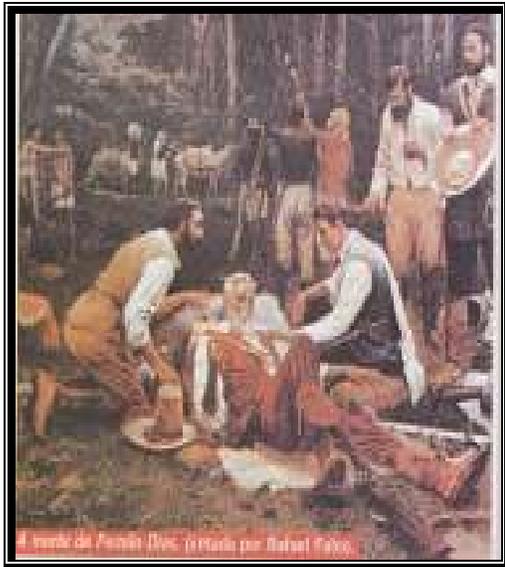
Domingos Jorge Velho, ilustração de Lopes para a reportagem *Faroeste Caboclo*, Revista Aventuras na História (Setembro de 2005, p.48).

Na ilustração de Lopes, chapéus rotos cobrem as cabeças dos dois mateiros. Em primeiro plano, Jorge Velho é retratado como um mameluco – tal qual o descreve Holanda – segurando não uma espingarda – como quis Calixto –, mas um arco nativo. A garrucha desapareceu de sua cintura e o punhal – antes alojado numa bainha de ponteira metálica, sustido por um luzente cinto de couro – pende-lhe desembainhado do pescoço. Sustentado por uma estrita tira de couro, rusticamente amarrada, um canhestro colar de nós-cegos, entremeado a dois outros colares claramente nativos, de onde pende um crucifixo. Estes colares todos aparecem pela ampla abertura da gola de um escupil, onde Calixto anteriormente concebera um inusitado colarinho branco, despontando atrás da longa barba branca de Jorge Velho, barba que na fisionomia do mameluco de Lopes, apresenta-se rala, esparsa. Nitidamente evocadora do encontro de duas culturas distintas – a ameríndia e a européia –, a figura miscigenada de Lopes – ou seja, o bandeirante Jorge Velho – apresenta, ainda, as calças arregaçadas acima dos joelhos.

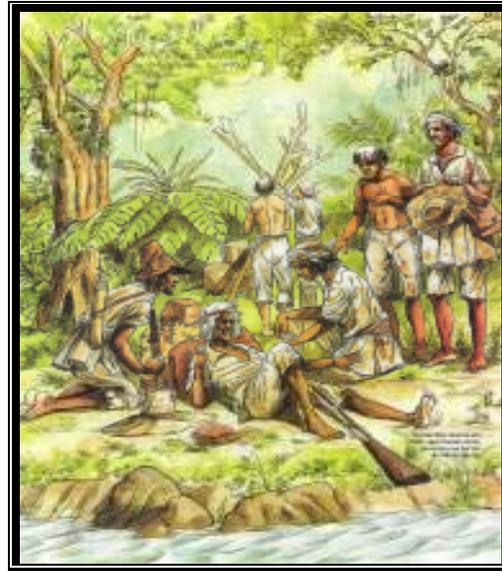
O outro mateiro, que aparece em segundo plano, é, na concepção de Lopes, um índio botucudo, segurando uma lança e trazendo às costas uma aljava (presumida pelas penas de flechas, que aparecem atrás de seu ombro esquerdo). Três colares pendem-lhe do pescoço: dois deles enfeitados com penas e contas e o outro, bem menor (quase uma gargantilha), ostenta um crucifixo. Todos esses adornos que pendem do pescoço do

botucudo são elementos que, inarredavelmente, formam um contraponto coerente ao inusitado colarinho branco – que encima uma também inusitada chapa metálica medieval – do ajudante de Jorge Velho, concebido anteriormente por Calixto.

Verifiquemos como o trabalho de Lopes transfigura, *indianiza*, a pintura intitulada *A morte de Fernão Dias*, de autoria de Rafael Falco, uma das mais conhecidas representações iconográficas sobre o bandeirismo:



A morte de Fernão Dias, óleo sobre tela de Rafael Falco, aqui reproduzido a partir de Santos (1991, p.107).



A morte de Fernão Dias, ilustração de Lopes para a reportagem intitulada *Faroeste Caboclo*, Revista Aventuras na História (Setembro de 2005, p.51).

No quadro de Falco, o moribundo Fernão Dias, bem como os sertanistas que o rodeiam, apresentam uma aparência geral limpa demais para homens que haviam passado os últimos sete anos de suas vidas embrenhados no sertão. Acessórios como chapéus, armas e botas apresentam-se novos, não parecendo, de forma alguma, terem sido expostos às intempéries ou aos rigores naturais das matarias e dos campos abertos. Porém, o elemento mais intrigante da composição de Falco é o brancor, a alvura imaculada da vestimenta dos mateiros, especialmente suas camisas²⁸⁸. Sobre a ancestralidade dos sertanistas concebidos por Falco, basta afirmar que todos os quatro que aparecem ao lado de Fernão Dias apresentam, claramente, não possuir qualquer traço de miscigenação. Na versão de Lopes sobre essa pintura de Falco, nenhum

²⁸⁸ Ao analisar o livro didático de Santos (1991), fizemos algumas considerações sobre as características dessa obra de Falco. Cumpre lembrar que, Vicentino (2002), também reproduziu essa pintura em sua obra didática, porém tecendo comentários críticos sobre ela.

sertanista tem aparência européia, nem mesmo Fernão Dias. Todos estão descalços, vestindo roupas encardidas e são, claramente, índios e mamelucos. Um deles se agacha ao lado direito do líder sertanejo, trazendo às costas uma aljava cheia de flechas, ao invés de portar uma espada de concha, como na obra de Falco. Do lado esquerdo, no lugar do homem asseado, que na pintura de Falco foi retratado como Garcia Rodrigues, aparece um mameluco de cabelos longos, com um pano amarrado na cabeça, destituído da espada, que na composição de Falco, descansava no regaço do célebre filho de Fernão Dias. De pé, também com um pano cingindo-lhe a cabeça, outro mameluco mira o moribundo respeitosamente, segurando nas mãos não um chapelão de feltro branco, mas um roto chapéu de palha. Nenhuma espada pende-lhe da cintura, diferentemente da pintura de Falco, onde o personagem correspondente porta uma dessas armas, devidamente embainhada, a pender-lhe ao lado da coxa, pairando obliquamente acima de suas altas botas de couro. Na ilustração de Lopes aparece ainda – substituindo um sertanista de botas e camisa de mangas longas – não outro mameluco, mas um indígena sem camisa, de pé, a observar a agonia de seu chefe. Se no trabalho de Falco aparece uma profusão de botas, espadas e roupas limpas, a ilustração de Lopes apresenta pés descalços e roupas sujas. Se na pintura de Falco as fisionomias denotam ancestralidade européia, no trabalho de Lopes as feições são mamelucas ou ameríndias.

A última representação iconográfica que aparece na reportagem *Faroeste Caboclo*, alude à célebre pintura de Debret, intitulada *Soldados de Mogi das Cruzes*. Lopes compôs uma ilustração que apresenta tais soldados de maneira substancialmente diferente:



Soldados de Mogi das Cruzes, obra de Jean Baptiste Debret, aqui reproduzida a partir de Azevedo e Darós (1998, p.94).



Soldados de Mogi das Cruzes, ilustração de Lopes para a reportagem *Faroeste Caboclo*, revista *Aventuras na História*, (Setembro de 2005, p.52).

Na obra de Debret, o arcabuzeiro que aparece em primeiro plano leva uma garrucha na cintura, e suas pernas não aparecem do joelho para baixo. Na ilustração de Lopes, a figura correspondente também aparece disparando seu arcabuz, porém seus cenhos franzidos fazem mira à sombra de um chapéu adornado com penas nativas. Em sua cintura não está a garrucha há pouco aludida, mas pendendo-lhe do pescoço e descendo-lhe pelo peito, aparece um adereço não concebido anteriormente por Debret: um colar indígena. Esse mesmo arcabuzeiro – cujas pernas não apareciam completamente na concepção de Debret –, foi concebido por Lopes como uma figura que aparece de corpo inteiro, pisando o solo da floresta com pés descalços, com as bainhas das calças arregaçadas até os joelhos. Na pintura de Debret, acompanhando esse atirador aparecem outros sertanistas, todos eles também portando arcabuzes. Na ilustração de Lopes, os acompanhantes do arcabuzeiro são, predominantemente, indígenas, portando armas nativas, pintados para a guerra, adornados com colares, brincos e penas. Dentre esses acompanhantes, apenas um homem sustém uma arma de fogo (de cano longo). Este homem, cujos contornos foram concebidos bem próximos ao verdor florestal do fundo da ilustração – o que lhe confere uma visualização secundária, levando-se em conta à totalidade da composição –, leva um facão na cintura.

Parece estar claro qual é a *nova face dos caras que expandiram as fronteiras do Brasil*, como alardeado na capa da revista *Aventuras na História*, no não distante mês de setembro de 2005, anunciando a reportagem *Faroeste Caboclo*, um trabalho jornalístico que tanto textualmente quanto iconograficamente, busca negar a figura do bandeirante heróico e bem vestido. Um trabalho jornalístico, que alicerçado em depoimentos de pesquisadores acadêmicos – Ronaldo Vainfas, John Manuel Monteiro e João Fragoso –, busca demonstrar aos leitores brasileiros, uma *face* até então desconhecida dos bandeirantes. Cinco anos antes, em abril de 2000, a revista *Superinteressante* pretendia algo similar, ou seja, mostrar aos seus leitores *a verdadeira cara dos conquistadores*, alicerçando-se também em intervenções de Monteiro, além de citar como referências obras deste historiador e de Sérgio Buarque de Holanda. A publicação de ambas as reportagens são sintomáticas, configurando-se como indicativos claros de que a imagem que ficou da figura do bandeirante foi a do herói de botas, chapelão, escupil e arcabuz. Se assim não fosse, tais reportagens não se justificariam, pois a lógica que as motivou foi, sem dúvida, mostrar o bandeirante novo, desconhecido, ou seja, o mameluco descalço e andrajoso, que com armas indígenas e européias, caçou índios para escravizá-los. Essa imagem do bandeirante, até por que veiculada como *nova* nas duas

reportagens, destinava-se, sem dúvida, a um público que não a conhecia. Destinava-se a um público que conhecia, ampla e massivamente, a figura do intrépido desbravador, que corajosamente, lutando contra índios bravios, foi o grande responsável pela expansão territorial da América portuguesa. Essa imagem mítica, não resta dúvida, foi divulgada durante décadas sucessivas pelos livros didáticos de história, alojando-se arraigadamente no imaginário dos brasileiros. Sobre isso escreveu Volpato (1985, p. 17):

Os livros didáticos, na verdade, reproduzem uma visão mítica do bandeirante, elaborada [...] pela historiografia do bandeirismo. Essa versão mítica está tão amplamente divulgada e tão profundamente enraizada, que faz parte do senso comum e é tida e aceita como concreta e definitiva.

Cumprir lembrar, que embora tenham sido escritas na metade da década de 1980, essas palavras ainda soam significativamente atuais, tão atuais como uma assertiva escrita ainda antes por Mogg (1985, p. 137):

... a verdade é que, a despeito [...] das imagens novas que procuram destruir as antigas, as imagens romantizadas do pioneiro e do bandeirante ainda continuam a vigorar por toda parte...

Após o prorromper deste novo século, *imagens novas* sobre os bandeirantes passaram a predominar nos livros didáticos de história. Porém, tais *imagens* são resultantes de um processo ainda muito recente, que levará ainda um certo tempo – difícil de ser precisado – para começar a suplantar as *imagens antigas*, que durante tanto tempo, foram disseminadas sobre a figura do sertanista paulista. Ao finalizar este terceiro capítulo de nosso trabalho, podemos afirmar, com segurança, que a figura do bandeirante herói ainda continua pairando como um paradigma histórico, exceto no restrito círculo acadêmico dos estudiosos do bandeirismo. Os conteúdos dos arcaicos livros didáticos de capa dura, cujas páginas amarelecidas estão corroídas por traças e cupins, continuam *atuais*, parece que de *facto*, para a grande maioria dos brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas considerações finais acerca deste estudo apontam, primeiramente, para a significativa importância de havermos cumprido um extenso programa preliminar de leituras, envolvendo a documentação primária da São Paulo antiga e obras da historiografia (não-didática) que trata do bandeirismo. Certamente, antes de investigar os livros didáticos, necessitávamos de uma consistente base conceitual prévia, que pudesse iluminar, nortear a leitura e a análise deste material de uso escolar. Deste trabalho inicial, resultou a escrita dos dois primeiros capítulos, que buscam contribuir para as intenções de entendimento acerca do cotidiano vivenciado pelos paulistas no Brasil Colonial: a vida pobre em Piratininga, as expedições de apresamento, a massiva escravização de índios, as incompatibilidades com os jesuítas e as recorrentes estripulias e delitos praticados por Antônio Raposo Tavares, posteriormente celebrado – inclusive nos próprios livros didáticos – como um herói nacional.

Esses dois primeiros capítulos configuraram-se, portanto, como referenciais imprescindíveis para a escrita do Capítulo III – o fundamental dessa tese –, que buscou investigar como a figura do bandeirante foi tratada nos livros didáticos, de 1894 a 2006. Com o suporte teórico desenvolvido durante a escrita dos capítulos I e II, foi possível detectar, na leitura dos livros didáticos, primeiramente uma significativa recorrência de erros de datas, distorções conceituais e equívocos relativos à iconografia. Mais importante que isso, foi a constatação acerca da grande diferença existente entre o sertanista nada heróico – que aparece nos Capítulos I e II, tanto através da documentação primária, quanto em não poucas obras historiográficas – com a figura do desbravador-herói, do homem destemido e tenaz, que aparece nos livros didáticos, de maneira flagrantemente recorrente ao longo das décadas. Essa heroicização persistente, levada a termo pelos livros didáticos através do tempo, contribuiu, significativamente, para a disseminação da concepção da figura heróica, que ainda hoje, se associa ao sertanista paulista, entre a maioria da população brasileira.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

_____, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. 5 ed. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1969.

ABUD, Kátia. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições** (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante). São Paulo, 1985. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ANGELIS, Pedro. **Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. [et al] **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais**. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ARANHA, Maria Lúcia de A. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

AZEVEDO, Victor de. **Manuel Preto, o herói de Guairá**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1971.

BARREIROS, Educardo Canabrava. **Roteiro das Esmeraldas: a bandeira de Fernão Dias Pais**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1979.

BELMONTE. **No tempo dos bandeirantes**. 2 ed. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940.

BLANCO, Ricardo Román. **Las “Bandeiras”**: Instituciones Bélicas Americanas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1966.

BOXER, C. R. **A idade de ouro do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

BRASIL, Assis. **Bandeirantes: os comandos da morte**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1999.

BRASIL. **Lei nº 9394**, de 20.12.96, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1997.

BRONTË, Emily. **O Morro dos Ventos Uivantes**. São Paulo: Abril, 1971.

BUENO, Eduardo (org.). **Os nascimentos de São Paulo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea**. São Paulo: Cortez, 1991.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CÂNDIDO, Antônio. O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CÂNDIDO, Antonio (org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

CHARTIER, Roger. **Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: USP, 1991.

Coleção **Os Bichos**. São Paulo: Abril Cultural/ Victor Civita, 1972.

COLINI, G. A. Prefácio e estudo histórico e etnográfico. In: BOGGIANI, Guido. **Os Caduveo**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1945.

CORTESÃO, Jaime. **Introdução à História das Bandeiras-II**. Lisboa: Portugália, 1944.

_____, Jaime. **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

COSTA, Célio Juvenal. **A racionalidade jesútica em tempos de arredondamento do mundo: o império português (1540-1599)**. Piracicaba, 2004. Tese (Doutorado).

CUNHA, Manuela Carneiro (org.). **História dos índios no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 9ª reimpressão. Assistente Cláudio Mello Sobrinho [et.al.]. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1997.

DAVIDORFF, Carlos. **Bandeirismo: verso e reverso**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DEL TECHO, Nicolau. História da Província do Paraguai da Companhia de Jesus. In: FRANCO, Francisco de Assis C. **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

Disponível em: <http://www.academia.org.br>. Acesso em: 14/08/2006.

Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Guararap/patriarca.htm>. Acesso em: 29/10/2006.

DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ, 1993.

EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ELLIS Jr., Alfredo. O bandeirismo e a economia do século XVII. In: TAUNAY, Affonso de E. e outros. **Curso de Bandeirologia**. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira, 1946.

_____, Alfredo. **Raça de Gigantes**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1926.

_____, Alfredo. **Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). **A Época Colonial (Tomo I)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 12 ed. São Paulo: Globo, 1997.

FERNANDES, Francisco et. al. **Dicionário Brasileiro Globo**. 19 ed. São Paulo: Globo, 1991.

FERREIRA, Antonio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERREIRA, Aurélio B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FILHO, Synesio Sampaio Góes. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRANCO, Francisco de Assis C. **Dicionário de Bandeirantes e Setanistas do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

GALETTI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

GRANDE, Humberto. Prefácio. In: STEFFAN, Elvia Roque. **História do Brasil 1**. 4 ed. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1970.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Índios no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Global, 1998.

HAUBERT, Máxime. **Índios e Jesuítas no tempo das missões**. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HAWTORNE, Nathaniel. **A casa das sete torres**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **O Extremo Oeste**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____, Sérgio Buarque. **Monções**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____, Sérgio Buarque. **Monções**. 1ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I. O Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (Vol. 1 e 2).

_____, Sérgio Buarque. As Monções. In: TAUNAY, Affonso de E. e outros. **Curso de Banderologia**. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira, 1946.

LACOUTURE, Jean. **Os Jesuítas: Os Conquistadores**. Porto Alegre: L&PM, 1994.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. 6 ed. São Paulo : Editora UNESP, 2002.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945. (Tomo VI)

LOPES, Reinaldo José. Faroeste Caboclo. **Revista Aventuras na História**. São Paulo, n. 25, p. 48-53, set. 2005.

LUÍS, Washington. **Na Capitania de São Vicente**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Melhoramentos, 1929.

MADUREIRA, J. M. **A Companhia de Jesus**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927. Vol I. Cap. V, p. 40-57.

MAGALHÃES, Basílio. **Expansão Geográfica do Brasil Colonial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Epasa, 1944.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Afonso de Taunay: historiador de São Paulo e do Brasil – perfil biográfico de ensaio bibliográfico**. São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1977. (Série Ensaios, vol 1)

MEGALE, Heitor (org.). **Filologia Bandeirante**. São Paulo: Humanitas FFLH/USP, 2000.

MELLO FRANCO, Afonso A. A sociedade bandeirante das minas. In: TAUNAY, Affonso de E. e outros. **Curso de Banderologia**. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira, 1946.

MENEZES, Sezinando Luiz. **O padre Antonio Vieira, a cruz e a espada**. Maringá: Eduem, 2000.

MOISÉS, Beatriz Perrone. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). **História dos Índios no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____, John Manuel. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Índios no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Global, 2000.

_____, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil meridional: Séculos XVI-XVII. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). **História dos índios no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. **Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias de Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape**. Trad. Arnaldo Bruxel. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MOOG, Viana. **Bandeirantes e Pioneiros**. 15 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001).

NUNES, Carlos Alberto. **Os Brasileidas**. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

OLIVEIRA, Machado de. Quadro Histórico da Província de São Paulo. In: MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão Geográfica do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Epasa, 1944.

PACHECO NETO, Manuel. **Palmilhando o Brasil Colonial: a motricidade de bandeirantes, índios e jesuítas no século XVII**. Dourados, 2002. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

PAIVA, José Maria de. **Colonização e Catequese, 1549-1600**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

PARAGUASSU, Léo. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Formar**. 11 ed. São Paulo: Editora Formar Ltda., 1968.

PENTEADO, Jacob. **Obras-Primas do Conto de Terror**. São Paulo: Martins Editora, 1962.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 13 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

PRÉZIA, Benedito. Os indígenas do planalto paulista. In: BUENO, Eduardo. **Os nascimentos de São Paulo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

RAMOS, Duílio. **História da Civilização Brasileira**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 1965.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

RIBEIRO, Joaquim. Problemas Fundamentais do Folklore dos Bandeirantes. In: TAUNAY, Affonso de E. e outros. **Curso de Bandeirologia**. São Paulo: Editora Gráfica Siqueira, 1946.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil**. Rio de Janeiro: Olympo, 1942.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 1972.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8 ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SCHWARCZ, Lilia M. A construção de uma identidade paulista. In: BUENO, Eduardo (Org.). **Os nascimentos de São Paulo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

SCOTT, Walter Bart. **Ivanhoé**. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2001.

STADEN, Hans. **Primeiros registros escritos e ilustrados sobre o Brasil e seus habitantes**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1999.

TAQUES, Pedro. **Nobiliarchia Paulistana, Histórica e Genealógica**. Dir. Affonso de E. Taunay. São Paulo: Martins Editora, 1954. (Tomos I, II e III).

TAUNAY, Affonso de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Ideal, 1936. (Tomo VII)

_____, Affonso de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1948. (Tomo IX)

_____, Affonos de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1950. (Tomo XI).

_____, Affonso de E. e outros. **Curso de Banderologia**. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira, 1946.

_____, Affonso de E. **História das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Melhoramentos, 1951. (Tomos I, II e III)

_____, Affonso de E. **Relatos Monçoeiros**. São Paulo: Biblioteca Histórica Paulista, Vol. IX, 1954.

_____, Affonso de E. **São Paulo nos primeiros anos: ensaio de reconstituição social; São Paulo no século XVI: história da vila de Piratininga**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

TORAL, André. Os brutos que conquistaram o Brasil. **Revista Superinteressante**, São Paulo, n 4, p. 26-35, abril. 2000.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil**. 8 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. (Tomo III).

VASCONCELOS, Cláudio Alves. **A questão indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade**. Campo Grande: UFMS, 1999.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: história, organização, psicologia**. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

VIEIRA, Hermes. **Bandeiras e escravagismo no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1968.

VIEIRA, Pe. Antônio. **Escritos Instrumentais sobre os Índios**. São Paulo: EDUC/Loyola/Giordano, 1992.

VOLPATO, Luíza. **Entradas e Bandeiras**. 3 ed. São Paulo: Global, 1985.

WEGNER, Robert. **A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

WEHLING, Arno. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

FONTES

Actas da Câmara da Villa de São Paulo – 1562/1596. São Paulo: Duprat, 1914. (Vol. I)

Actas da Câmara da Villa de São Paulo – 1596/1622. São Paulo: Duprat, 1915. (Vol. II)

Actas da Câmara da Villa de São Paulo – 1623/1628. São Paulo: Duprat, 1915. (Vol. III)

Actas da Câmara da Villa de São Paulo – 1629/1639. São Paulo: Duprat, 1915. (Vol. IV)

Actas da Câmara da Villa de São Paulo – 1640/1652. São Paulo: Duprat, 1915. (Vol. V)

Registo Geral da Câmara Municipal de São Paulo – 1583/1636. São Paulo: Typographia Piratininga, 1917. (Vol. I).

Registo Geral da Câmara Municipal de São Paulo – 1637/1660. São Paulo: Piratininga, 1917. (Vol. II).

Registo Geral da Câmara Municipal de São Paulo – 1661/1709. São Paulo: Piratininga, 1917. (Vol. III).

Revista do Arquivo Municipal. São Paulo: Empresa gráfica Revista dos Tribunais, 1969. (Vol. CLXXVI – Ano XXXII)

BIBLIOGRAFIA – MATERIAL DIDÁTICO

ACCIOLI, Roberto; TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. **História do Brasil para o Exame de Admissão**. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1960.

ALCÂNTARA, Paulo César. **História do Brasil: colônia e império**. São Paulo: Ed. do Brasil, 1982.

_____, Paulo César. **História, Reflexão & Análise**. São Paulo: IBEP, [198-].

ALENCAR, Álvaro Duarte. **História do Brasil: evolução econômica, política e social**. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

ALVES, Kátia C. P.; BELISÁRIO, Regina Célia M. G. **História**. Belo Horizonte: Vigília, 1991.

_____, Kátia C. P.; BELISÁRIO, Regina Célia M. G. **Nas trilhas da história**. Belo Horizonte: Dimensão, 2000.

ARRUDA, José J. **Brasil: período colonial**. São Paulo: Ática, 1999.

AZEVEDO, L.; DARÓS, Vital. **A história de um povo: sociedade brasileira pré-colonial, colonial**, São Paulo: FTD, 1988.

BANDECCHI, Brasil. **História Econômica e Administrativa do Brasil**. 5 ed. São Paulo: Editora Didática Irradiante S.A., [197-?].

BENEVIDES, José E. C. de Sá. **Resumo de História do Brasil**. 8 ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1913.

BONI, Agostinho; BELUCCI, Francisco R. **História do Brasil: Brasil Colônia**. São Paulo: FTD, [198-].

BRAICK, Patrícia R.; MOTA, Myriam B. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

CAMPOS, Flávio et al. **O jogo da história**. São Paulo: Moderna, 2002.

CAMPOS, Raimundo C. B. **História do Brasil**. São Paulo: Atual, 1991.

_____, Raimundo C. B. **Estudos de História do Brasil**. São Paulo: Atual, 1999.

CANTELE, Bruna R. **História dinâmica do Brasil: analisando o passado, refletindo o presente**. São Paulo: IBEP, [198-].

CARMO, Sonia Irene S.; COUTO, Eliane F. B. **História, passado e presente: a formação do capitalismo e a colonização da América**. São Paulo: Atual, 1998.

_____, Sonia Irene S.. COUTO, Eliane F. B. **História do Brasil**. São Paulo: Atual, 1989.

CARVALHO, L. G. Motta. **Ensino Moderno de História do Brasil**. São Paulo: Editora do Brasil S.A., [197-?].

CORRÊA, Viriato. **História do Brasil para crianças**. 19 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

COTRIM, Gilberto. **História do Brasil para uma geração consciente**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

_____, Gilberto. **História do Brasil para uma geração consciente**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

_____, Gilberto. **História e Reflexão**. São Paulo: Saraiva, 1995.

_____, Gilberto. **História & Consciência**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

COSTA, Luís César; MELLO, Leonel I. A. **História do Brasil**. 4 ed. São Paulo: Scipione, 1996.

DANTAS, José. **História do Brasil: dos habitantes primitivos à independência**. São Paulo: Moderna, 1984.

_____, José. **História do Brasil: das origens aos dias atuais**. São Paulo: Moderna, 1989.

DARÓS, Vital. **Paisagem brasileira: terra e gente, geografia e história**. São Paulo: FTD, 1997.

DUARTE, Gleuso D. **Jornada para o nosso tempo: do feudalismo à construção do novo mundo**. Belo Horizonte: Editora Lê, 1997.

ESAÚ, Elias; PINTO, Luiz G. O. **História do Brasil para Estudos Sociais**. São Paulo: Saraiva. 1973.

_____, Elias; PINTO, Luiz G. O. **História do Brasil: estudo dirigido**. São Paulo: IBEP, [198-].

FERREIRA, José R. M. **História**. São Paulo: FTD, 1997.

FERREIRA, Olavo Leonel. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1978.

_____, Olavo Leonel. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1986.

FERREIRA, Tito Lívio. **História do Brasil para as Terceiras e Quartas Séries Ginasiais**. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

- GALANTI, Raphael M. **Compêndio de História do Brasil**. São Paulo: Duprat, 1902.
- _____, Raphael M. **Licções de História do Brasil**. 5 ed. São Paulo: Duprat, 1913.
- GARCIA, Leônidas Franco. **Estudos de História**. 5 ed. renov. São Paulo: FTD, 2006.
- GOMES, Alfredo. **História da América para a Segunda Série Ginásial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [19--].
- GOMES, Paulo Miranda. **História do Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Livraria Lê Editora Ltda., 1974.
- HERMIDA, Antonio José de Borges. **História do Brasil**. 24 ed. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1954.
- _____, Antônio José de Borges. **História do Brasil para a Quarta Série Ginásial**. 24 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.
- _____, Antonio José de Borges. **Compêndio de História do Brasil**. 51 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- _____, Antônio José de Borges. **História do Brasil**. 5 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- _____, Antônio José Borges. **História do Brasil Colônia**. São Paulo: FTD, [199-?].
- ILENAFI, Horácio R.; DOURADO, Sonia. **Minha Atividade Escolar**. São Paulo: Editora Parma, 1980.
- JULIERME, A. C. **História do Brasil**. São Paulo: IBEP, 1970.
- _____, A. C. **História do Brasil: ocupação do espaço e formação da cultura**. São Paulo: IBEP, [1984?].
- KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise M. F. **História do Brasil**. 5 ed. São Paulo: Atual, 1987.
- _____, Luiz; PEREIRA, Denise M. F. **História do Brasil**. 7 ed. São Paulo: Atual, 1996.
- LIMA, Afonso Guerreiro. **Noções de História do Brasil**. 10 ed. Porto Alegre: Editora da Livraria do Globo, 1942.
- LUCCI, Elian Alabi. **História do Brasil: as origens, a colonização e a independência**. São Paulo: Saraiva, 1983.
- MAGALHÃES, Basílio. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1943.

MAIOR, A. S. **História do Brasil**. 10 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

MARANHÃO, Ricardo; ANTUNES, Maria Fernanda. **Trabalho e civilização: uma história global**. São Paulo: Moderna, 1999.

MARLENE, Ordonez; SILVA, Antonio Luiz de Carvalho. **História do Brasil**. São Paulo: IBEP, 1975.

_____, Ordonez. **História, Brasil: da chegada dos portugueses à independência política**. São Paulo: IBEP, 1999.

_____, Ordonez; QUEVEDO, Júlio. **História**. São Paulo: IBEP, [1999?].

MARQUES, Adhemar et al. **História: os caminhos do homem**. Belo Horizonte: Editora Lê, 1995.

MARSICO, Teresa et al. **Marcha Criança: Estudos Sociais**. São Paulo: Scipione, 1996.

MATTA, Ary da. **História do Brasil para a Quarta Série Ginásial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [19--].

MATTOS, Ilmar R. et al. **Brasil: uma história dinâmica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [19--].

MEDEIROS, Daniel H.; MOCELLIN, Renato. **Aspectos da história do Brasil Colônia**. São Paulo: E. do Brasil, 1991.

MOCELLIN, Renato. **História do povo brasileiro: Brasil Colônia**. São Paulo: Editora do Brasil, 1985.

MUSSUMECI, Victor. **História do Brasil**. 15 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1960.

NADAI, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil: da Colônia à República**. São Paulo: Saraiva, 1984.

_____, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil: Brasil Colônia**. São Paulo: Saraiva, 1986.

_____, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil: da colônia à república**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

OLIVEIRA, Estevam, **Rudimentos de História Pátria**. Minas Gerais: Typ. Do Correio de Minas, 1909.

PANAZZO, Sílvia; VAZ, Maria Luísa. **Navegando pela história**. São Paulo: Quinteto Editorial, 2002.

PEREIRA, Euclides. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Coleção FTD Ltda., [19--].

PILETTI, Nelson. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1982.

_____, Nelson; PILETTI, Claudino. **História & Vida: Brasil – da pré-história à independência**. São Paulo: Ática, 1991.

_____, Nelson; PILETTI, Claudino. **História & Vida**. São Paulo: Ática, 1992.

_____, Nelson; PILETTI, Claudino. **História & Vida Integrada**. São Paulo: Ática, 2001.

_____, Nelson; PILETTI, Claudino. **História & Vida Integrada**. 2 ed. São Paulo: Ática, 2005.

PIMENTEL, Wanda J. **História do Brasil: período colonial (1500-1822)**. São Paulo: IBEP, [198-].

POMBO, Rocha. **Conflictos Internos – Bandeirantes**. In: Irmãos Maristas. **Primeiras Lições de História do Brasil: perguntas e respostas**. São Paulo: Livraria Paulo de Azevedo, 1922.

RIBEIRO, João. **História do Brasil**. 13 ed. São Paulo: Francisco Alves, 1935.

RIBEIRO, Vanise; ANASTASIA, Carla. **Encontros com a História**. São Paulo: Ed. Nacional, 1996.

RIO BRANCO, Barão. **História do Brasil**. São Paulo: Livraria Teixeira & Irmão, 1894.

RODRIGUES, Teresa. **História: Brasil Colonial**. São Paulo: IBEP, [198-].

SANTOS, Maria Januária V. **História do Brasil: estudos sociais**. 10 ed. São Paulo: Ática, 1979.

_____, Maria Januária V. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1983.

_____, Maria Januária V. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.

SANTOS, Washington. **História do Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares S/A, 1966.

SCHMIDT, Mario F. **Nova história crítica**. São Paulo: Nova Geração, 1999.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1982.

_____, Francisco de Assis; BASTOS, Pedro Ivo de A. **História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1983.

SILVA, Joaquim. **História do Brasil para a Primeira Série Ginásial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

_____, Joaquim. **História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.

_____, Joaquim. **História do Brasil para o curso Médio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

SILVEIRA, Alfredo B. **Lições de História do Brasil**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1924.

SOUZA, Osvaldo R. **História do Brasil**. 17 ed. São Paulo: Ática, 1990.

STEFFAN, Elvia Roque. **História do Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1970.

TAPAJÓS, Vicente. **Compêndio de História do Brasil para o Curso Ginasial**. Rio de Janeiro: Forense, 1959.

TEIXEIRA, Francisco M. P. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1980.

TEIXEIRA, Francisco M. P. **Brasil, história e sociedade**. São Paulo: Ática, 2002.

VALUCE, Ládmo. **História do Brasil Colônia**. São Paulo: Editora do Brasil, 1979.

VESENTINI, J. William et al. **História**. São Paulo: Ática, 2004.

VICENTINO, Cláudio. **Brasil: da pré-história à independência**. São Paulo: Scipione, 1998.

VICENTINO, Cláudio. **Viver a história: ensino fundamental**. São Paulo: Scipione, 2002.

VILLA, Marco A.; FURTADO, Joaci P. **História do Brasil: das comunidades primitivas à corte joanina no Rio de Janeiro**. São Paulo: Moderna, 2001.

ANEXO

Entradas e Bandeiras

Nas Actas da Câmara Municipal de São Paulo, relativas aos séculos XVI e XVII, o termo *entrada* é empregado vezes sem conta, tanto para designar tropas de préia *idas* ao sertão à cata de índios, quanto para fazer referência aos grupos que adentravam as matas em busca de minérios valiosos. A palavra *bandeira* não é sequer mencionada nessa documentação. Percebemos isso claramente na leitura que fizemos deste material. Contudo, essa não foi uma constatação inédita de nossa parte, já que na obra intitulada *Na Capitania de São Vicente*, foi muito além Luís (1980, p. 188):

Nos fins dos séculos 16 e princípios do século 17, nos documentos coevos – Atas e Registo Geral da Câmara de S. Paulo, Inventários e Testamentos –, nas cartas dos jesuítas, ou nos livros espanhóis e franceses, referentes às incursões paulistas, não se encontram as palavras bandeiras e bandeirantes.

No Volume I de sua *História Geral das Bandeiras Paulistas*, escreveu Taunay (1951, p. 132):

Quanto à palavra *bandeirante* jamais a encontramos em papéis quinhentistas e seiscentistas, embora uma ou outra vez, em documentos do século XVIII, apareça o termo *bandeira* como sinônimo de expedição, tropa ou entrada ao sertão.

Percebe-se que Taunay não mencionou quais são os *papéis* e *documentos* a que se referiu. Contudo, talvez possa ser inferido que a documentação ou *papéis* por ele analisados foram, em grande medida, os mesmos averiguados por Washington Luís, já que este último historiador, após ter asseverado – como já vimos – não ter encontrado os termos *bandeiras* e *bandeirantes* fez a seguinte ressalva:

Entretanto no Registro Geral da Câmara de S. Paulo, V. 1º, p. 323-4, se encontra escirto que Martim de Sá, servindo de capitão-mor de S. Vicente, nomeou a Ascenso Ribeiro capitão da infantaria e ordenança da Vila de S. Paulo o qual tinha debaixo de sua *bandeira* quarenta soldados em [...] de dezembro de mil seiscentos e vinte e um (1621). No mesmo Registro Geral, às páginas 469-70 Álvaro Luís do Vale determina que todos os homiziados venham acudir a seus capitães e *bandeiras*, em 15 de março de 1625. D. Luís de Céspedes Y Xeria num relatório de 1628 declara que os habitantes de S. Paulo levantavam bandeiras (LUIZ, 1980, p. 188).

Fomos às páginas do Registro Geral Volume I, citadas por Luís (1980), averiguando que estavam corretas as asserções do famoso historiador e político. Na

obra *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Tomo VI), escreveu o padre Serafim Leite (1945, p. 323-324):

... *bandeiras*, nome com que se conhecem hoje estas expedições ao sertão, que alguns escritores abusivamente ampliam até incluir nelas as entradas missionárias. A origem do vocábulo *bandeira* ainda está sujeita a discussão: bandeira (estandarte), bandeira (de bando), bandeira (esquadrão de assalto, termo militar)...

Já Abreu (1982, p. 134), buscando também elucidar as origens do termo, na obra *Capítulos de História Colonial*, afirma que bandeiras:

... eram partidas de homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena. O nome provém talvez do costume tupiniquim, referido por Anchieta, de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra...

Na obra *Las Bandeiras*, citando uma carta escrita por D. Luís de Céspedes Xeria – Governador do Paraguai –, ao Rei da Espanha, escreveu Blanco (1966, p. 366):

... estos traydores (los paulistas) [...] para salir em campo a hazer estas vellaqueras (entradas), ellos mesmos se hazen capitanes, alferes y sargentos e alsan vanderas y tocan caxas (tambores), sin consentimiento de su gobernador, que digo mal que lo sabe y no lo remedia...

Essas palavras de Céspedes Xeria – citadas por Blanco – foram escritas no Guairá, a 08 de novembro de 1628.

Dez anos depois, era publicada em Madri, a obra *A Conquista Espiritual*, de autoria do Padre Antônio Ruiz de Montoya, jesuíta que atuara nas reduções do Guairá. Nessa obra, o missionário escreveu que o ataque paulista de 1636, contra a redução de Jesus Maria, ocorreu a “som de caixa, de bandeira desfraldada e em ordem militar” (MONTROYA, 1985, p. 243).

No artigo intitulado *O escravo índio: esse desconhecido*, Monteiro (1998, p. 109) afirma que as bandeiras que assolaram o Guairá e o Tape eram: “expedições de grande porte, com organização e disciplina militares”.

Dadas tais informações, oriundas de fontes diversas, depreende-se o entendimento de que as expedições paulistas de caça ao índio e busca ao ouro – as primeiras com mais certeza –, empunhavam bandeiras ou estandartes no decurso de suas jornadas. Isso é verificável, como vimos, nas obras de Luís (1980), Taunay (1951), Abreu (1982), Blanco (1966), Montoya (1985) e Leite (1945), embora este último relativize sua própria asserção. Muitas das expedições de apresamento da primeira

metade do século XVII assumiram organização militar, como foi possível verificar tanto em Blanco (1966), quanto em Monteiro (1998). Dessa forma, as expedições paulistas são por nós entendidas como tropas que conduziam bandeiras. Parece não restar dúvida de que no caso do apresamento, as tropas, além de carregar bandeiras – no sentido de estandarte, insígnia –, configuravam-se também como bandeiras, no sentido vocabular militar que segundo Leite (1945), significa “esquadrão de assalto”²⁸⁹.

Em síntese, entendemos que as expedições sertanistas dos paulistas tiveram mais que um fator passível de determinar o vocábulo que as nomeou. Como já vimos, portar ou carregar bandeiras – no sentido de *senal* ou *estandarte* – foi um deles; sendo o outro a identificação das tropas saídas de Piratininga com as companhias militares portuguesas, à época intituladas ou chamadas *bandeiras*, *esquadrão de assalto*, na expressão de Leite (1945). Numa só frase, entendemos que as expedições paulistas eram bandeiras – tropas de ataque ou assalto, principalmente aquelas com objetivos unicamente preadores – que portavam bandeiras; ou seja, grupos de homens conduzindo estandartes, se não quisermos, mais uma vez, lançar mão do vocábulo que acabou por designar tais agregações humanas em deslocamento pelo continente adentro.

²⁸⁹ Tem propriedade a afirmação de Leite (1945), pois, o termo bandeira, em sua oitava asseção, é assim explicado: “Na legislação militar portuguesa consolidada por D. Sebastião (1554-1578), unidade militar comandada por um capitão e correspondente à companhia” (HOLANDA, Aurélio B. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**, 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986).